ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS

Processo:	**002100-0200/20-7**
Gabinete:	**Cezar Miola**
Data de abertura:	**03 de janeiro de 2020**
Matéria:	**Contas Anuais**
Órgão:	**PM DE SERTÃO SANTANA - 81600**
Interessado(s):	**Írio Miguel Stein** **Marcos Aurelio Kologeski Souza**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SETOR DE AUTUAÇÃO DE PROCESSOS

Fl.	Rubrica

Consoante disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 002100-0200/20-7
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais - Chefe do Executivo
Gabinete: Gab. Cezar Miola
Exercício: 2020

Distribuído em 15 de Janeiro de 2020.
Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 15/01/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BC35.DFAF.1EBC.F7FE.08A1.

Página 3
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/01/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 4
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	79.265,61
Contribuições	405.000,00	78.878,53
Receita Patrimonial	758.541,16	2.330,40
Receita de Serviços	141.690,00	8.253,52
Transferências Correntes	24.800.584,44	1.781.901,73
Outras Receitas Correntes	115.920,00	4.534,13
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**1.955.163,92**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	119.851,54
Outras Receitas Correntes	268.000,00	128.285,97
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**248.137,51**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-253.688,26**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**1.949.613,17**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	68.112,22
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	10.112,22
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.464.629,85**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	3.306.960,57
Liquidado	1.169.080,95
Pago	214.053,28

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 5
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.137.879,62**
SALDO A PAGAR	**955.027,67**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.924.667,71
Liquidado	1.895.071,74
Pago	1.862.705,72
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**29.595,97**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**32.366,02**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	58.000,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	10.112,22
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	10.112,22

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	26.681.979,82D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.806.717,03D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	998.097,21C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	666.904,93D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	120.508,62D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	336.832,25D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	372.880,83D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS	0,00	4.093,87D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	74.079,49C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	198.730,07C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	2.163,20C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	407,22C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	1.910.713,58C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	4.008,25C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	61.311.590,42D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	61.311.590,42C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 6
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	7.637.263,65D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	29.105.454,87D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.807.389,21D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	70.821,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	7.637.263,65C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	29.105.454,87C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.807.389,21C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	70.821,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	702,30D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.342.426,42D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	416.048,33D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**2.759.177,05D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	23.075.137,09D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**23.077.111,43D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**25.836.288,48D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscriçoes cfe Certidoes respectivas do TCE

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	3.864.428,75	3.098.094,75
Demais Contas	140.001.862,56	140.768.196,56
Totais	143.866.291,31	143.866.291,31
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		15.905

3. Índices Constitucionais

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	15.615,86	0,00	15.615,86
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.506,61	0,00	6.506,61
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.903,96	0,00	3.903,96
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	2.275,09	0,00	2.275,09
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	947,95	0,00	947,95
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	568,77	0,00	568,77
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	654,38	0,00	654,38
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	272,69	0,00	272,69
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	163,61	0,00	163,61
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185,65	0,00	185,65
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77,35	0,00	77,35
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46,41	0,00	46,41
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	7,42	0,00	7,42
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	3,09	0,00	3,09
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1,86	0,00	1,86
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.026,69	0,00	3.026,69
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	1.261,15	0,00	1.261,15
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	756,69	0,00	756,69
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.527,12	0,00	3.527,12
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.469,68	0,00	1.469,68
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	881,80	0,00	881,80
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	1.506,60	0,00	1.506,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	627,75	0,00	627,75
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	376,65	0,00	376,65
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	16.116,57	0,00	16.116,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	6.715,34	0,00	6.715,34
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	4.029,18	0,00	4.029,18
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	131,12	0,00	131,12
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	54,66	0,00	54,66
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	32,78	0,00	32,78
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	477,96	0,00	477,96
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	199,15	0,00	199,15
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	119,48	0,00	119,48
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	211,50	0,00	211,50
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	88,15	0,00	88,15
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	52,87	0,00	52,87
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	421.015,35	0,00	421.015,35
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	35.084,64	0,00	35.084,64

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 9
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	105.253,84	0,00	105.253,84
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	140.338,43	0,00	140.338,43
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	654,42	0,00	654,42
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	54,56	0,00	54,56
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	163,61	0,00	163,61
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	218,13	0,00	218,13
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	233.167,86	0,00	233.167,86
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	21.319,87	0,00	21.319,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	59.575,46	0,00	59.575,46
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	83.106,58	0,00	83.106,58
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	87.311,27	0,00	87.311,27
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	7.275,93	0,00	7.275,93
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	21.827,80	0,00	21.827,80
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	29.103,85	0,00	29.103,85
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	2.763,81	0,00	2.763,81
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	230,32	0,00	230,32
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	690,96	0,00	690,96
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	921,27	0,00	921,27
SUBTOTAL		**1.322.971,55**	**0,00**	**1.322.971,55**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **330.742,89**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	18.223,57	0,00	18.223,57
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.965,32	0,00	63.965,32
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	253.688,26	0,00	253.688,26
TOTAL II		**335.877,15**	**0,00**	**335.877,15**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	77.972,76	0,00	77.972,76
31	Ensino Fundamental	205.889,87	0,00	205.889,87
31	Educação Infantil	36.212,15	0,00	36.212,15
SUBTOTAL I		**320.074,78**	**0,00**	**320.074,78**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		201.992,22	0,00	201.992,22
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		52,25	0,00	52,25
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**8,92**		**118.030,31**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 10
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	421.015,35	0,00	421.015,35
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	35.084,64	0,00	35.084,64
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	105.253,84	0,00	105.253,84
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	140.338,43	0,00	140.338,43
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	654,42	0,00	654,42
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	54,56	0,00	54,56
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	163,61	0,00	163,61
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	218,13	0,00	218,13
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	233.167,86	0,00	233.167,86
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	21.319,87	0,00	21.319,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	59.575,46	0,00	59.575,46
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	83.106,58	0,00	83.106,58
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	87.311,27	0,00	87.311,27
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	7.275,93	0,00	7.275,93
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	21.827,80	0,00	21.827,80
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	29.103,85	0,00	29.103,85
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	2.763,81	0,00	2.763,81
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	230,32	0,00	230,32
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	690,96	0,00	690,96
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	921,27	0,00	921,27
SUBTOTAL		**1.250.077,96**	**0,00**	**1.250.077,96**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**250.015,59**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	253.688,26	0,00	253.688,26
TOTAL II		**253.688,26**	**0,00**	**253.688,26**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	205.889,87	0,00	205.889,87
31	Educação Infantil	36.212,15	0,00	36.212,15
SUBTOTAL I		**242.102,02**	**0,00**	**242.102,02**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		201.992,22	0,00	201.992,22
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**3,21**		**40.109,80**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	455.680,48	0,00	455.680,48
Total		**455.680,48**	**0,00**	**455.680,48**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**273.408,29**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	204.173,15	0,00	204.173,15
31	Educação Infantil	36.212,15	0,00	36.212,15
TOTAL		**240.385,30**	**0,00**	**240.385,30**
% de Aplicação				**52,75**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	15.615,86	0,00	15.615,86
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.506,61	0,00	6.506,61
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.903,96	0,00	3.903,96
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	2.275,09	0,00	2.275,09
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	947,95	0,00	947,95
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	568,77	0,00	568,77
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	654,38	0,00	654,38

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 12
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	272,69	0,00	272,69
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	163,61	0,00	163,61
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185,65	0,00	185,65
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77,35	0,00	77,35
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46,41	0,00	46,41
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	7,42	0,00	7,42
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	3,09	0,00	3,09
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1,86	0,00	1,86
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.026,69	0,00	3.026,69
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	1.261,15	0,00	1.261,15
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	756,69	0,00	756,69
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.527,12	0,00	3.527,12
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.469,68	0,00	1.469,68
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	881,80	0,00	881,80
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	1.506,60	0,00	1.506,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	627,75	0,00	627,75
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	376,65	0,00	376,65
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	16.116,57	0,00	16.116,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	6.715,34	0,00	6.715,34
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	4.029,18	0,00	4.029,18
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	131,12	0,00	131,12
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	54,66	0,00	54,66
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	32,78	0,00	32,78
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	477,96	0,00	477,96
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	199,15	0,00	199,15
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	119,48	0,00	119,48
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	211,50	0,00	211,50
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	88,15	0,00	88,15
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	52,87	0,00	52,87
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	421.015,35	0,00	421.015,35
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	35.084,64	0,00	35.084,64
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	105.253,84	0,00	105.253,84
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	140.338,43	0,00	140.338,43
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	654,42	0,00	654,42
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	54,56	0,00	54,56
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	163,61	0,00	163,61
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	218,13	0,00	218,13
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	233.167,86	0,00	233.167,86
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	21.319,87	0,00	21.319,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	59.575,46	0,00	59.575,46
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	83.106,58	0,00	83.106,58
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	87.311,27	0,00	87.311,27
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	7.275,93	0,00	7.275,93
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	21.827,80	0,00	21.827,80
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	29.103,85	0,00	29.103,85
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	2.763,81	0,00	2.763,81

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	230,32	0,00	230,32
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	690,96	0,00	690,96
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	921,27	0,00	921,27
SUBTOTAL I		**1.322.971,55**	**0,00**	**1.322.971,55**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **198.445,73**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.934,06	0,00	10.934,06
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	187.511,67	0,00	187.511,67
TOTAL II		**198.445,73**	**0,00**	**198.445,73**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	241.902,90	0,00	241.902,90
SUBTOTAL I		**241.902,90**	**0,00**	**241.902,90**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**18,28**		**241.902,90**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 25,039%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 34,035%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 50,866%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0		Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 376 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BVMOVANT.TXT	BVM_18	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Débito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT não fecha com o somatório do campo MOVDEV do arquivo BVER_ANT.TXT
BVMOVANT.TXT	BVM_19	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Crédito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT não fecha com o somatório do campo MOVCRE do arquivo BVER_ANT.TXT

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: em verificação com prestadora

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	http://www.betha.com.br/transparencia

Observações: m,.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	1.955.163,92
2º Bimestre	4.652.202,54	0,00
3º Bimestre	4.652.202,54	0,00
4º Bimestre	4.652.202,54	0,00
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**1.955.163,92**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	248.137,51
2º Bimestre	197.166,66	0,00
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**248.137,51**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	0,00
2º Bimestre	628.883,24	0,00
3º Bimestre	628.883,24	0,00
4º Bimestre	628.883,24	0,00
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 15
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-253.688,26
2º Bimestre	-554.920,05	0,00
3º Bimestre	-554.920,05	0,00
4º Bimestre	-554.920,05	0,00
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-253.688,26**
TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**1.949.613,17**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Conforme Abertura de Chamado nº 272405, por nosso Controle Interno Qestinando qual seria o Prazo de Entrega do Pad/Janeiro/2020. no qual nos foi repondido que o prazo è 02/03/2020

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 17
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 15
Peça 2588678
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 02 de Março de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 02/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 02/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9760.58E4.6338.0BAC.CF6C.

Página 18
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 29/02/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 19
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	148.469,03
Contribuições	405.000,00	155.241,48
Receita Patrimonial	758.541,16	96.588,97
Receita de Serviços	141.690,00	18.561,26
Transferências Correntes	24.800.584,44	3.764.691,29
Outras Receitas Correntes	115.920,00	6.629,91
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**4.190.181,94**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	223.134,79
Outras Receitas Correntes	268.000,00	238.837,86
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**461.972,65**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	274,52
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**274,52**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-585.669,57**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**4.066.759,54**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	110.521,93
Créditos Especiais	165.000,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	44.442,22
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.637.709,56**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	5.498.785,83
Liquidado	2.613.324,16
Pago	1.778.617,78

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 20
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.885.461,67**
SALDO A PAGAR	**834.706,38**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.924.667,71
Liquidado	1.906.846,22
Pago	1.906.126,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**17.821,49**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**720,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	231.079,71
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	44.442,22
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	44.442,22

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	27.098.357,47D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.861.915,96D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	846.908,56C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.625.706,75D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	239.313,02D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	616.199,19D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	786.966,53D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS	0,00	26.502,64D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	147.480,18C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	378.376,27C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	4.331,85C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	67.817,31C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	4.004.553,66C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	5.605,40C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	63.676.495,39D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	63.676.495,39C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 21
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	8.548.937,08D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	33.689.162,57D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.814.617,75D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	78.711,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	8.548.937,08C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	33.689.162,57C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.814.617,75C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	78.711,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	292,39D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.530.516,13D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	416.488,80D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**2.947.297,32D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	23.303.973,25D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**23.305.947,59D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**26.253.244,91D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições cfe Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	8.197.056,58	7.013.766,15
Demais Contas	171.578.618,16	172.761.908,59
Totais	179.775.674,74	179.775.674,74
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		35.064

3. Índices Constitucionais

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 23
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	28.677,84	0,00	28.677,84
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11.949,14	0,00	11.949,14
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	7.169,47	0,00	7.169,47
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	4.458,59	0,00	4.458,59
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.857,75	0,00	1.857,75
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.114,65	0,00	1.114,65
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.841,63	0,00	1.841,63
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	767,39	0,00	767,39
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	460,43	0,00	460,43
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185,65	0,00	185,65
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77,35	0,00	77,35
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46,41	0,00	46,41
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	7,42	0,00	7,42
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	3,09	0,00	3,09
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1,86	0,00	1,86
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.925,34	0,00	4.925,34
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.052,29	0,00	2.052,29
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.231,36	0,00	1.231,36
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	4.574,28	0,00	4.574,28
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.905,99	0,00	1.905,99
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.143,57	0,00	1.143,57
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	4.773,60	0,00	4.773,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	1.989,00	0,00	1.989,00
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	1.193,40	0,00	1.193,40
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	30.268,36	0,00	30.268,36
11180231020000	ISS - Principal - MDE	12.612,03	0,00	12.612,03
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	7.567,20	0,00	7.567,20
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	212,79	0,00	212,79
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	88,70	0,00	88,70
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	53,21	0,00	53,21
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	704,83	0,00	704,83
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	293,70	0,00	293,70
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	176,20	0,00	176,20
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	386,87	0,00	386,87
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	161,23	0,00	161,23
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	96,71	0,00	96,71
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.029.363,75	0,00	1.029.363,75
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	85.780,37	0,00	85.780,37

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	257.340,94	0,00	257.340,94
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	343.121,19	0,00	343.121,19
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.328,09	0,00	1.328,09
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	110,70	0,00	110,70
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	332,04	0,00	332,04
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	442,68	0,00	442,68
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	512.035,48	0,00	512.035,48
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	46.458,86	0,00	46.458,86
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	129.292,37	0,00	129.292,37
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	174.162,45	0,00	174.162,45
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	122.338,41	0,00	122.338,41
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	10.194,88	0,00	10.194,88
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	30.584,58	0,00	30.584,58
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	40.779,63	0,00	40.779,63
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	6.015,18	0,00	6.015,18
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	501,26	0,00	501,26
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.503,80	0,00	1.503,80
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.005,06	0,00	2.005,06
SUBTOTAL		**2.928.721,05**	**0,00**	**2.928.721,05**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **732.180,26**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	33.757,66	0,00	33.757,66
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	143.046,07	0,00	143.046,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	560.511,01	0,00	560.511,01
TOTAL II		**737.314,74**	**0,00**	**737.314,74**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	193.313,73	0,00	193.313,73
31	Ensino Fundamental	491.104,25	0,00	491.104,25
31	Educação Infantil	84.468,11	0,00	84.468,11
SUBTOTAL I		**768.886,09**	**0,00**	**768.886,09**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		253.758,92	0,00	253.758,92
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		298,19	0,00	298,19
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**17,58**		**514.828,98**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 25
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.029.363,75	0,00	1.029.363,75
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	85.780,37	0,00	85.780,37
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	257.340,94	0,00	257.340,94
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	343.121,19	0,00	343.121,19
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.328,09	0,00	1.328,09
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	110,70	0,00	110,70
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	332,04	0,00	332,04
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	442,68	0,00	442,68
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	512.035,48	0,00	512.035,48
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	46.458,86	0,00	46.458,86
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	129.292,37	0,00	129.292,37
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	174.162,45	0,00	174.162,45
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	122.338,41	0,00	122.338,41
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	10.194,88	0,00	10.194,88
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	30.584,58	0,00	30.584,58
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	40.779,63	0,00	40.779,63
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	6.015,18	0,00	6.015,18
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	501,26	0,00	501,26
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.503,80	0,00	1.503,80
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.005,06	0,00	2.005,06
SUBTOTAL		**2.793.691,72**	**0,00**	**2.793.691,72**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**558.738,34**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	560.511,01	0,00	560.511,01
TOTAL II		**560.511,01**	**0,00**	**560.511,01**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	491.104,25	0,00	491.104,25
31	Educação Infantil	84.468,11	0,00	84.468,11
SUBTOTAL I		**575.572,36**	**0,00**	**575.572,36**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		253.758,92	0,00	253.758,92
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		132,14	0,00	132,14
		% de Aplicação		Valor Aplicado

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**11,51**	**321.681,30**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	132,14	0,00	132,14
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	814.269,93	0,00	814.269,93
Total		**814.402,07**	**0,00**	**814.402,07**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**488.641,24**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	426.641,08	0,00	426.641,08
31	Educação Infantil	75.659,51	0,00	75.659,51
TOTAL		**502.300,59**	**0,00**	**502.300,59**
% de Aplicação				**61,68**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	28.677,84	0,00	28.677,84
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11.949,14	0,00	11.949,14
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	7.169,47	0,00	7.169,47
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	4.458,59	0,00	4.458,59
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.857,75	0,00	1.857,75
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos	1.114,65	0,00	1.114,65

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	pelo RPPS - ASPS			
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.841,63	0,00	1.841,63
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	767,39	0,00	767,39
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	460,43	0,00	460,43
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185,65	0,00	185,65
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77,35	0,00	77,35
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46,41	0,00	46,41
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	7,42	0,00	7,42
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	3,09	0,00	3,09
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1,86	0,00	1,86
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.925,34	0,00	4.925,34
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.052,29	0,00	2.052,29
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.231,36	0,00	1.231,36
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	4.574,28	0,00	4.574,28
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.905,99	0,00	1.905,99
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.143,57	0,00	1.143,57
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	4.773,60	0,00	4.773,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	1.989,00	0,00	1.989,00
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	1.193,40	0,00	1.193,40
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	30.268,36	0,00	30.268,36
11180231020000	ISS - Principal - MDE	12.612,03	0,00	12.612,03
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	7.567,20	0,00	7.567,20
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	212,79	0,00	212,79
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	88,70	0,00	88,70
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	53,21	0,00	53,21
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	704,83	0,00	704,83
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	293,70	0,00	293,70
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	176,20	0,00	176,20
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	386,87	0,00	386,87
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	161,23	0,00	161,23
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	96,71	0,00	96,71
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.029.363,75	0,00	1.029.363,75
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	85.780,37	0,00	85.780,37
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	257.340,94	0,00	257.340,94
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	343.121,19	0,00	343.121,19
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.328,09	0,00	1.328,09
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	110,70	0,00	110,70
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	332,04	0,00	332,04
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	442,68	0,00	442,68
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	512.035,48	0,00	512.035,48
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	46.458,86	0,00	46.458,86
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	129.292,37	0,00	129.292,37
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	174.162,45	0,00	174.162,45
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	122.338,41	0,00	122.338,41
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	10.194,88	0,00	10.194,88
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	30.584,58	0,00	30.584,58

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	40.779,63	0,00	40.779,63
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	6.015,18	0,00	6.015,18
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	501,26	0,00	501,26
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.503,80	0,00	1.503,80
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.005,06	0,00	2.005,06
SUBTOTAL I		**2.928.721,05**	**0,00**	**2.928.721,05**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **439.308,16**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	20.254,47	0,00	20.254,47
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	419.053,73	0,00	419.053,73
TOTAL II		**439.308,20**	**0,00**	**439.308,20**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	395.769,49	0,00	395.769,49
SUBTOTAL I		**395.769,49**	**0,00**	**395.769,49**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		541,85	0,00	541,85
SUBTOTAL III		**541,85**	**0,00**	**541,85**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**13,49**	**395.227,64**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 21,275%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 45,698%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 54,413%

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 29
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 12
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0		Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 376 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
BVMOVANT.TXT	BVM_18	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Débito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT não fecha com o somatório do campo MOVDEV do arquivo BVER_ANT.TXT
BVMOVANT.TXT	BVM_19	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Crédito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT não fecha com o somatório do campo MOVCRE do arquivo BVER_ANT.TXT

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comércio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	0,00
3º Bimestre	4.652.202,54	0,00
4º Bimestre	4.652.202,54	0,00
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**4.190.181,94**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	0,00
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 30
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**1.183.000,00**	**461.972,65**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	0,00
3º Bimestre	628.883,24	0,00
4º Bimestre	628.883,24	0,00
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**274,52**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	0,00
3º Bimestre	-554.920,05	0,00
4º Bimestre	-554.920,05	0,00
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-585.669,57**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**4.066.759,54**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 31
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 2632133
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: Prefeito Municipal
Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 27 de Março de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/03/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B276.5F32.D263.3989.1C15.

Página 33
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/03/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 34
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	219.886,13
Contribuições	405.000,00	233.832,73
Receita Patrimonial	758.541,16	200.759,73
Receita de Serviços	141.690,00	30.874,85
Transferências Correntes	24.800.584,44	5.477.117,97
Outras Receitas Correntes	115.920,00	7.984,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**6.170.455,99**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	325.020,40
Outras Receitas Correntes	268.000,00	347.893,60
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**672.914,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	655,53
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**655,53**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-884.128,77**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**5.959.896,75**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	238.522,22
Créditos Especiais	165.000,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	105.199,86
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.704.952,21**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	7.172.547,36
Liquidado	4.462.985,70
Pago	3.499.222,27

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 35
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.709.561,66**
SALDO A PAGAR	**963.763,43**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.924.667,71
Liquidado	1.915.841,94
Pago	1.915.000,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**8.825,77**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**841,50**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	248.322,36
Excesso de Arrecadação	50.000,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	105.199,86
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	105.199,86

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	27.136.151,28D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.972.578,18D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	976.166,89C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.645.864,57D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	366.730,32D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.129.417,06D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.194.562,18D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	29.110,00D
TRIBUTÁRIAS	0,00	39.940,30D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	226.692,49C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	558.853,13C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	6.365,00C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	113.506,00C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	5.826.304,49C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	6.691,66C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	65.417.499,57D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	65.417.499,57C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 36
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	8.611.445,08D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	37.506.938,42D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.819.628,03D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	92.511,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	8.611.445,08C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	37.506.938,42C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.819.628,03C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	92.511,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	421,78D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.394.239,20D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	416.813,29D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**2.811.474,27D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	23.481.165,23D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**23.483.139,57D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**26.294.613,84D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 37
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições cfe Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Di#225;rio Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	11.870.116,02	10.645.456,66
Demais Contas	201.389.498,65	202.614.158,01
Totais	213.259.614,67	213.259.614,67
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		53.693

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 38
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	40.968,21	0,00	40.968,21
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	17.070,13	0,00	17.070,13
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	10.242,07	0,00	10.242,07
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	6.730,72	0,00	6.730,72
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.804,47	0,00	2.804,47
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.682,68	0,00	1.682,68
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.929,95	0,00	1.929,95
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	804,21	0,00	804,21
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	482,53	0,00	482,53
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	312,83	0,00	312,83
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	130,34	0,00	130,34
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	78,20	0,00	78,20
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	24,48	0,00	24,48
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10,20	0,00	10,20
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6,13	0,00	6,13
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	6.237,77	0,00	6.237,77
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.599,17	0,00	2.599,17
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.559,49	0,00	1.559,49
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	5.404,88	0,00	5.404,88
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.252,07	0,00	2.252,07
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.351,24	0,00	1.351,24
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	10.959,60	0,00	10.959,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	4.566,50	0,00	4.566,50
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	2.739,90	0,00	2.739,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	46.702,14	0,00	46.702,14
11180231020000	ISS - Principal - MDE	19.459,54	0,00	19.459,54
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	11.675,67	0,00	11.675,67
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	397,68	0,00	397,68
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	165,81	0,00	165,81
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	99,47	0,00	99,47
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	814,82	0,00	814,82
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	339,55	0,00	339,55
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	203,70	0,00	203,70
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	526,19	0,00	526,19

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 39
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	219,29	0,00	219,29
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	131,54	0,00	131,54
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.385.081,90	0,00	1.385.081,90
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	115.423,57	0,00	115.423,57
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	346.270,48	0,00	346.270,48
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	461.693,88	0,00	461.693,88
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.386,98	0,00	1.386,98
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	115,63	0,00	115,63
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	346,76	0,00	346,76
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	462,29	0,00	462,29
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	838.566,28	0,00	838.566,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	75.312,26	0,00	75.312,26
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	210.925,08	0,00	210.925,08
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	281.363,56	0,00	281.363,56
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	165.331,98	0,00	165.331,98
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.777,75	0,00	13.777,75
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.333,04	0,00	41.333,04
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	55.110,95	0,00	55.110,95
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	9.499,01	0,00	9.499,01
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	791,58	0,00	791,58
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.374,76	0,00	2.374,76
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.166,34	0,00	3.166,34
SUBTOTAL		**4.210.017,25**	**0,00**	**4.210.017,25**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.052.504,31**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	50.421,28	0,00	50.421,28
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	205.420,79	0,00	205.420,79
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	801.797,02	0,00	801.797,02
TOTAL II		**1.057.639,09**	**0,00**	**1.057.639,09**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	289.868,79	0,00	289.868,79
31	Ensino Fundamental	796.844,82	0,00	796.844,82
31	Educação Infantil	141.023,70	0,00	141.023,70
SUBTOTAL I		**1.227.737,31**	**0,00**	**1.227.737,31**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		383.708,66	0,00	383.708,66
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		497,18	0,00	497,18

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**20,04**	**843.531,47**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.385.081,90	0,00	1.385.081,90
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	115.423,57	0,00	115.423,57
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	346.270,48	0,00	346.270,48
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	461.693,88	0,00	461.693,88
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.386,98	0,00	1.386,98
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	115,63	0,00	115,63
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	346,76	0,00	346,76
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	462,29	0,00	462,29
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	838.566,28	0,00	838.566,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	75.312,26	0,00	75.312,26
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	210.925,08	0,00	210.925,08
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	281.363,56	0,00	281.363,56
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	165.331,98	0,00	165.331,98
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.777,75	0,00	13.777,75
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.333,04	0,00	41.333,04
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	55.110,95	0,00	55.110,95
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	9.499,01	0,00	9.499,01
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	791,58	0,00	791,58
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.374,76	0,00	2.374,76
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.166,34	0,00	3.166,34
SUBTOTAL		**4.008.334,08**	**0,00**	**4.008.334,08**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada	**801.666,82**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	801.797,02	0,00	801.797,02
TOTAL II		**801.797,02**	**0,00**	**801.797,02**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	796.844,82	0,00	796.844,82
31	Educação Infantil	141.023,70	0,00	141.023,70
SUBTOTAL I		**937.868,52**	**0,00**	**937.868,52**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		383.708,66	0,00	383.708,66

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	249,48	0,00	249,48

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**13,82**	**553.910,38**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	249,48	0,00	249,48
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	1.185.505,68	0,00	1.185.505,68
Total		**1.185.755,16**	**0,00**	**1.185.755,16**

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB	**711.453,10**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	684.874,40	0,00	684.874,40
31	Educação Infantil	123.683,44	0,00	123.683,44
TOTAL		**808.557,84**	**0,00**	**808.557,84**

% de Aplicação	**68,19**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%	**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	40.968,21	0,00	40.968,21
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	17.070,13	0,00	17.070,13
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	10.242,07	0,00	10.242,07
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	6.730,72	0,00	6.730,72

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 42
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.804,47	0,00	2.804,47
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.682,68	0,00	1.682,68
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.929,95	0,00	1.929,95
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	804,21	0,00	804,21
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	482,53	0,00	482,53
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	312,83	0,00	312,83
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	130,34	0,00	130,34
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	78,20	0,00	78,20
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	24,48	0,00	24,48
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10,20	0,00	10,20
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6,13	0,00	6,13
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	6.237,77	0,00	6.237,77
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.599,17	0,00	2.599,17
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.559,49	0,00	1.559,49
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	5.404,88	0,00	5.404,88
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.252,07	0,00	2.252,07
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.351,24	0,00	1.351,24
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	10.959,60	0,00	10.959,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	4.566,50	0,00	4.566,50
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	2.739,90	0,00	2.739,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	46.702,14	0,00	46.702,14
11180231020000	ISS - Principal - MDE	19.459,54	0,00	19.459,54
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	11.675,67	0,00	11.675,67
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	397,68	0,00	397,68
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	165,81	0,00	165,81
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	99,47	0,00	99,47
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	814,82	0,00	814,82
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	339,55	0,00	339,55
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	203,70	0,00	203,70
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	526,19	0,00	526,19
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	219,29	0,00	219,29
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	131,54	0,00	131,54
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.385.081,90	0,00	1.385.081,90
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	115.423,57	0,00	115.423,57
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	346.270,48	0,00	346.270,48
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	461.693,88	0,00	461.693,88
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.386,98	0,00	1.386,98
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	115,63	0,00	115,63
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	346,76	0,00	346,76
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	462,29	0,00	462,29
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	838.566,28	0,00	838.566,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	75.312,26	0,00	75.312,26
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	210.925,08	0,00	210.925,08
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	281.363,56	0,00	281.363,56
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	165.331,98	0,00	165.331,98

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 43
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.777,75	0,00	13.777,75
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.333,04	0,00	41.333,04
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	55.110,95	0,00	55.110,95
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	9.499,01	0,00	9.499,01
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	791,58	0,00	791,58
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.374,76	0,00	2.374,76
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.166,34	0,00	3.166,34
SUBTOTAL I		**4.210.017,25**	**0,00**	**4.210.017,25**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **631.502,59**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	30.252,62	0,00	30.252,62
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	601.250,12	0,00	601.250,12
TOTAL II		**631.502,74**	**0,00**	**631.502,74**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	645.634,06	0,00	645.634,06
SUBTOTAL I		**645.634,06**	**0,00**	**645.634,06**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		974,12	0,00	974,12
SUBTOTAL III		**974,12**	**0,00**	**974,12**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**15,31**		**644.659,94**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	5 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2020, modalidade TMP (Tomada de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 21,282%

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 36,303%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 36,134%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0		Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 376 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
BVMOVANT.TXT	BVM_18	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Débito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT, R$ 10.643.532.036,75 , não fecha com o somatório do campo MOVDEV do arquivo BVER_ANT.TXT, R$ 10.643.544.086,75
BVMOVANT.TXT	BVM_19	0	0	AVISO	Somatório dos campos [Movimento a Crédito] do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do arquivo BVMOVANT.TXT, R$ 10.641.133.544,49 , não fecha com o somatório do campo MOVCRE do arquivo BVER_ANT.TXT, R$ 10.641.143.744,49

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	1.980.274,05
3º Bimestre	4.652.202,54	0,00
4º Bimestre	4.652.202,54	0,00
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**6.170.455,99**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	210.941,35
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**672.914,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	381,01
3º Bimestre	628.883,24	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 45
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
4º Bimestre	628.883,24	0,00
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**655,53**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-298.459,20
3º Bimestre	-554.920,05	0,00
4º Bimestre	-554.920,05	0,00
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-884.128,77**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**5.959.896,75**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 47
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 15
Peça 2673455
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 23 de Abril de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/04/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/04/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0310.2390.F1A2.5E54.2428.

Página 48
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 30/04/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 49
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	391.166,22
Contribuições	405.000,00	316.600,12
Receita Patrimonial	758.541,16	203.508,82
Receita de Serviços	141.690,00	38.926,76
Transferências Correntes	24.800.584,44	7.175.930,10
Outras Receitas Correntes	115.920,00	11.147,17
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**8.137.279,19**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	434.673,59
Outras Receitas Correntes	268.000,00	465.263,42
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**899.937,01**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	773,22
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**773,22**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-1.249.758,05**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**7.788.231,37**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	389.892,37
Créditos Especiais	165.000,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	150.199,86
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.811.322,36**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	8.530.459,88
Liquidado	6.141.267,53
Pago	5.193.220,42

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 50
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.389.192,35**
SALDO A PAGAR	**948.047,11**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.918.222,19
Pago	1.915.121,94
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**5.059,02**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**3.100,25**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	339.910,36
Excesso de Arrecadação	64.782,15
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	150.199,86
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	150.199,86

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	26.097.406,71D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.972.474,50D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	961.972,90C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.642.118,75D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	504.997,32D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.660.441,65D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.499.815,05D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	53.456,61D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	350.278,09C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	751.273,71C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	6.365,00C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	11.578,49C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	7.654.522,69C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	7.818,00C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	66.881.782,24D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	66.881.782,24C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 51
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	8.654.308,88D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	41.169.103,33D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.825.944,05D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	88.111,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	8.654.308,88C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	41.169.103,33C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.825.944,05C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	88.111,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	1.904,49D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.372.746,73D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	417.143,44D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**2.791.794,66D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	22.468.124,05D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**22.470.098,39D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**25.261.893,05D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Di#225;rio Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	15.480.434,02	15.288.495,45
Demais Contas	231.710.970,94	231.902.909,51
Totais	247.191.404,96	247.191.404,96
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		73.203

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 53
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	59.047,56	0,00	59.047,56
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	24.603,24	0,00	24.603,24
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	14.761,93	0,00	14.761,93
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	9.541,27	0,00	9.541,27
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.975,54	0,00	3.975,54
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.385,33	0,00	2.385,33
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.255,27	0,00	2.255,27
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	939,79	0,00	939,79
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	563,86	0,00	563,86
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	62.554,84	0,00	62.554,84
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	26.064,55	0,00	26.064,55
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	15.638,73	0,00	15.638,73
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	24,48	0,00	24,48
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10,20	0,00	10,20
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6,13	0,00	6,13
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	7.932,82	0,00	7.932,82
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.305,46	0,00	3.305,46
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.983,26	0,00	1.983,26
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	6.359,87	0,00	6.359,87
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.650,04	0,00	2.650,04
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.590,01	0,00	1.590,01
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	11.859,60	0,00	11.859,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	4.941,50	0,00	4.941,50
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	2.964,90	0,00	2.964,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	52.905,17	0,00	52.905,17
11180231020000	ISS - Principal - MDE	22.044,16	0,00	22.044,16
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	13.226,47	0,00	13.226,47
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	533,02	0,00	533,02
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	222,24	0,00	222,24
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	133,31	0,00	133,31
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.212,74	0,00	1.212,74
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	505,36	0,00	505,36
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	303,18	0,00	303,18
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	698,24	0,00	698,24

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	290,98	0,00	290,98
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	174,55	0,00	174,55
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.733.764,43	0,00	1.733.764,43
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	144.480,47	0,00	144.480,47
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	433.441,12	0,00	433.441,12
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	577.921,37	0,00	577.921,37
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.407,63	0,00	1.407,63
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	117,35	0,00	117,35
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	351,92	0,00	351,92
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	469,17	0,00	469,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.016.300,45	0,00	1.016.300,45
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	91.161,65	0,00	91.161,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	255.358,63	0,00	255.358,63
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	339.570,08	0,00	339.570,08
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	271.241,30	0,00	271.241,30
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	22.603,53	0,00	22.603,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	67.810,37	0,00	67.810,37
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	90.414,13	0,00	90.414,13
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	12.714,97	0,00	12.714,97
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.059,57	0,00	1.059,57
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.178,75	0,00	3.178,75
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.238,32	0,00	4.238,32
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-29.871,59	0,00	-29.871,59
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-12.446,52	0,00	-12.446,52
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-7.467,88	0,00	-7.467,88
SUBTOTAL		**5.376.028,82**	**0,00**	**5.376.028,82**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.344.007,21**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	89.553,06	0,00	89.553,06
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	259.422,57	0,00	259.422,57
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-12.446,52	0,00	-12.446,52
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.012.613,07	0,00	1.012.613,07
TOTAL II		**1.349.142,18**	**0,00**	**1.349.142,18**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	359.335,49	0,00	359.335,49
31	Ensino Fundamental	1.092.263,22	0,00	1.092.263,22
31	Educação Infantil	194.414,82	0,00	194.414,82
SUBTOTAL I		**1.646.013,53**	**0,00**	**1.646.013,53**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		503.710,41	0,00	503.710,41
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		716,36	0,00	716,36
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**21,23**		**1.141.586,76**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.733.764,43	0,00	1.733.764,43
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	144.480,47	0,00	144.480,47
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	433.441,12	0,00	433.441,12
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	577.921,37	0,00	577.921,37
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.407,63	0,00	1.407,63
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	117,35	0,00	117,35
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	351,92	0,00	351,92
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	469,17	0,00	469,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.016.300,45	0,00	1.016.300,45
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	91.161,65	0,00	91.161,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	255.358,63	0,00	255.358,63
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	339.570,08	0,00	339.570,08
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	271.241,30	0,00	271.241,30
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	22.603,53	0,00	22.603,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	67.810,37	0,00	67.810,37
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	90.414,13	0,00	90.414,13
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	12.714,97	0,00	12.714,97
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.059,57	0,00	1.059,57
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.178,75	0,00	3.178,75
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.238,32	0,00	4.238,32
SUBTOTAL		**5.067.605,21**	**0,00**	**5.067.605,21**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.013.521,04**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.012.613,07	0,00	1.012.613,07
TOTAL II		**1.012.613,07**	**0,00**	**1.012.613,07**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 56
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.092.263,22	0,00	1.092.263,22
31	Educação Infantil	194.414,82	0,00	194.414,82
SUBTOTAL I		**1.286.678,04**	**0,00**	**1.286.678,04**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		503.710,41	0,00	503.710,41
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		408,38	0,00	408,38
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**15,44**		**782.559,25**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	408,38	0,00	408,38
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	1.516.323,48	0,00	1.516.323,48
Total		**1.516.731,86**	**0,00**	**1.516.731,86**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**910.039,12**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	922.760,22	0,00	922.760,22
31	Educação Infantil	167.169,83	0,00	167.169,83
TOTAL		**1.089.930,05**	**0,00**	**1.089.930,05**
% de Aplicação				**71,86**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019		5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019		1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL		**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%				**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 57
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	59.047,56	0,00	59.047,56
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	24.603,24	0,00	24.603,24
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	14.761,93	0,00	14.761,93
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	9.541,27	0,00	9.541,27
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.975,54	0,00	3.975,54
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.385,33	0,00	2.385,33
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.255,27	0,00	2.255,27
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	939,79	0,00	939,79
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	563,86	0,00	563,86
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	62.554,84	0,00	62.554,84
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	26.064,55	0,00	26.064,55
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	15.638,73	0,00	15.638,73
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	24,48	0,00	24,48
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10,20	0,00	10,20
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6,13	0,00	6,13
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	7.932,82	0,00	7.932,82
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.305,46	0,00	3.305,46
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.983,26	0,00	1.983,26
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	6.359,87	0,00	6.359,87
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.650,04	0,00	2.650,04
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.590,01	0,00	1.590,01
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	11.859,60	0,00	11.859,60
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	4.941,50	0,00	4.941,50
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	2.964,90	0,00	2.964,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	52.905,17	0,00	52.905,17
11180231020000	ISS - Principal - MDE	22.044,16	0,00	22.044,16
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	13.226,47	0,00	13.226,47
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	533,02	0,00	533,02
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	222,24	0,00	222,24
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	133,31	0,00	133,31
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.212,74	0,00	1.212,74
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	505,36	0,00	505,36
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	303,18	0,00	303,18
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	698,24	0,00	698,24
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	290,98	0,00	290,98
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	174,55	0,00	174,55
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.733.764,43	0,00	1.733.764,43
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	144.480,47	0,00	144.480,47
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	433.441,12	0,00	433.441,12
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	577.921,37	0,00	577.921,37
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.407,63	0,00	1.407,63

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	117,35	0,00	117,35
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	351,92	0,00	351,92
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	469,17	0,00	469,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.016.300,45	0,00	1.016.300,45
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	91.161,65	0,00	91.161,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	255.358,63	0,00	255.358,63
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	339.570,08	0,00	339.570,08
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	271.241,30	0,00	271.241,30
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	22.603,53	0,00	22.603,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	67.810,37	0,00	67.810,37
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	90.414,13	0,00	90.414,13
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	12.714,97	0,00	12.714,97
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.059,57	0,00	1.059,57
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.178,75	0,00	3.178,75
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.238,32	0,00	4.238,32
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-29.871,59	0,00	-29.871,59
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-12.446,52	0,00	-12.446,52
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-7.467,88	0,00	-7.467,88
SUBTOTAL I		**5.376.028,82**	**0,00**	**5.376.028,82**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **806.404,32**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	53.731,66	0,00	53.731,66
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	760.140,79	0,00	760.140,79
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-7.467,88	0,00	-7.467,88
TOTAL II		**806.404,57**	**0,00**	**806.404,57**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	885.719,13	0,00	885.719,13
SUBTOTAL I		**885.719,13**	**0,00**	**885.719,13**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.255,07	0,00	1.255,07
SUBTOTAL III		**1.255,07**	**0,00**	**1.255,07**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**16,45**		**884.464,06**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 59
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 12
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 22,124%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 38,104%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 35,233%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0		Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 383 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comercio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/
2º Bimestre	Mural	27/05/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/05/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/05/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-2obimestre2020-anexo-14/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2020	26/05/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Página 60
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 2728708
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	0,00
4º Bimestre	4.652.202,54	0,00
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**8.137.279,19**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**899.937,01**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	0,00
4º Bimestre	628.883,24	0,00
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**773,22**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	0,00
4º Bimestre	-554.920,05	0,00
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-1.249.758,05**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**7.788.231,37**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 27 de Maio de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/05/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/05/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9391.6415.5BC4.D731.115D.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1. Declaro que cumpri a divulgação da execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público e de informações pormenorizadas, em atendimento ao disposto no Art. 73-C da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2. Declaro que foi remetida declaração para o **Tribunal de Contas**, conforme (recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada), em anexo.

Sertão Santana, 01 de junho de 2020.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal
Sertão Santana

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 15/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.95BB.0C63.00E3.9C6F.65AB.

Página 64
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/05/2020 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 65
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	665.820,56
Contribuições	405.000,00	396.523,47
Receita Patrimonial	758.541,16	581.672,69
Receita de Serviços	141.690,00	62.735,11
Transferências Correntes	24.800.584,44	9.064.286,72
Outras Receitas Correntes	115.920,00	14.387,51
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**10.785.426,06**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	543.870,03
Outras Receitas Correntes	268.000,00	582.144,33
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.126.014,36**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	877,50
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**877,50**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-1.531.016,35**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**10.381.301,57**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	488.189,79
Créditos Especiais	271.240,00
Créditos Extraordinários	100.000,00
Redução de Dotações	354.737,28
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.911.322,36**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	9.943.470,72
Liquidado	7.736.195,81
Pago	6.834.755,72

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 66
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.207.274,91**
SALDO A PAGAR	**901.440,09**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.918.222,19
Pago	1.917.502,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**5.059,02**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**720,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	335.632,36
Excesso de Arrecadação	164.782,15
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	354.737,28
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	354.737,28
Suplementações Orçamentárias entre entidades	4.278,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	26.952.827,85D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.976.369,50D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	913.041,36C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.650.116,40D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	640.498,64D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.083.442,05D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.795.910,55D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	70.360,52D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	551.970,14C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	940.393,50C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	6.365,00C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	390.035,24C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	9.671.846,62C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	8.971,94C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	68.394.793,08D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 67
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	68.394.793,08C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	8.695.699,04D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	46.182.210,21D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.835.673,23D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	95.211,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	8.695.699,04C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	46.182.210,21C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.835.673,23C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	95.211,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	461,86D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.700.090,02D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	417.330,61D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.117.882,49D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	23.008.923,88D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**23.010.898,22D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**		**26.128.780,71D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 68
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	20.214.666,62	19.155.840,39
Demais Contas	262.222.725,55	263.281.551,78
Totais	282.437.392,17	282.437.392,17

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	92.406

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	74.362,30	0,00	74.362,30
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	30.984,43	0,00	30.984,43
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	18.590,64	0,00	18.590,64
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	13.064,70	0,00	13.064,70
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	5.443,65	0,00	5.443,65
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	3.266,20	0,00	3.266,20
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.358,34	0,00	2.358,34
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	982,74	0,00	982,74
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	589,63	0,00	589,63
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	172.747,22	0,00	172.747,22
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	71.978,11	0,00	71.978,11
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	43.186,86	0,00	43.186,86
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	24,48	0,00	24,48
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10,20	0,00	10,20
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6,13	0,00	6,13
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	9.848,53	0,00	9.848,53
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	4.103,71	0,00	4.103,71
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.462,21	0,00	2.462,21
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	7.413,83	0,00	7.413,83
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.089,23	0,00	3.089,23
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.853,51	0,00	1.853,51
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.881,62	0,00	14.881,62
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	6.200,67	0,00	6.200,67
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	3.720,40	0,00	3.720,40
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	72.172,57	0,00	72.172,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	30.072,35	0,00	30.072,35
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	18.043,39	0,00	18.043,39
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	642,55	0,00	642,55
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	267,86	0,00	267,86
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	160,69	0,00	160,69
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.239,99	0,00	3.239,99
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.350,05	0,00	1.350,05
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	809,98	0,00	809,98

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 70
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	933,55	0,00	933,55
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	389,03	0,00	389,03
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	233,36	0,00	233,36
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.098.058,73	0,00	2.098.058,73
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	174.838,37	0,00	174.838,37
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	524.514,69	0,00	524.514,69
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	699.352,77	0,00	699.352,77
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.528,02	0,00	1.528,02
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	127,40	0,00	127,40
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	382,02	0,00	382,02
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	509,29	0,00	509,29
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.207.348,56	0,00	1.207.348,56
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	107.568,12	0,00	107.568,12
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	303.120,67	0,00	303.120,67
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	402.767,02	0,00	402.767,02
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	295.857,74	0,00	295.857,74
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	24.654,88	0,00	24.654,88
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	73.964,50	0,00	73.964,50
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	98.619,71	0,00	98.619,71
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	15.411,21	0,00	15.411,21
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.284,25	0,00	1.284,25
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.852,80	0,00	3.852,80
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.137,06	0,00	5.137,06
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-82.362,87	0,00	-82.362,87
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-34.317,93	0,00	-34.317,93
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-20.590,71	0,00	-20.590,71
SUBTOTAL		**6.521.111,01**	**0,00**	**6.521.111,01**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.630.277,75**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	154.872,03	0,00	154.872,03
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	308.473,02	0,00	308.473,02
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-34.317,93	0,00	-34.317,93
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.206.385,85	0,00	1.206.385,85
TOTAL II		**1.635.412,97**	**0,00**	**1.635.412,97**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	426.248,92	0,00	426.248,92
31	Ensino Fundamental	1.388.896,23	0,00	1.388.896,23
31	Educação Infantil	254.374,93	0,00	254.374,93
SUBTOTAL I		**2.069.520,08**	**0,00**	**2.069.520,08**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 71
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		581.352,17	0,00	581.352,17
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		837,66	0,00	837,66
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**22,81**		**1.487.330,25**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.098.058,73	0,00	2.098.058,73
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	174.838,37	0,00	174.838,37
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	524.514,69	0,00	524.514,69
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	699.352,77	0,00	699.352,77
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.528,02	0,00	1.528,02
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	127,40	0,00	127,40
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	382,02	0,00	382,02
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	509,29	0,00	509,29
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.207.348,56	0,00	1.207.348,56
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	107.568,12	0,00	107.568,12
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	303.120,67	0,00	303.120,67
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	402.767,02	0,00	402.767,02
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	295.857,74	0,00	295.857,74
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	24.654,88	0,00	24.654,88
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	73.964,50	0,00	73.964,50
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	98.619,71	0,00	98.619,71
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	15.411,21	0,00	15.411,21
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.284,25	0,00	1.284,25
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.852,80	0,00	3.852,80
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.137,06	0,00	5.137,06
SUBTOTAL		**6.038.897,81**	**0,00**	**6.038.897,81**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.207.779,56**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.206.385,85	0,00	1.206.385,85
TOTAL II		**1.206.385,85**	**0,00**	**1.206.385,85**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.388.896,23	0,00	1.388.896,23
31	Educação Infantil	254.374,93	0,00	254.374,93
SUBTOTAL I		**1.643.271,16**	**0,00**	**1.643.271,16**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		581.352,17	0,00	581.352,17
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		497,01	0,00	497,01
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**17,58**		**1.061.421,98**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	497,01	0,00	497,01
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	1.787.738,02	0,00	1.787.738,02
Total		**1.788.235,03**	**0,00**	**1.788.235,03**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**1.072.941,02**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.165.845,04	0,00	1.165.845,04
31	Educação Infantil	217.179,99	0,00	217.179,99
TOTAL		**1.383.025,03**	**0,00**	**1.383.025,03**
% de Aplicação				**77,34**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	74.362,30	0,00	74.362,30
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	30.984,43	0,00	30.984,43
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	18.590,64	0,00	18.590,64
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	13.064,70	0,00	13.064,70
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	5.443,65	0,00	5.443,65
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	3.266,20	0,00	3.266,20
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.358,34	0,00	2.358,34
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	982,74	0,00	982,74
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	589,63	0,00	589,63
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	172.747,22	0,00	172.747,22
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	71.978,11	0,00	71.978,11
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	43.186,86	0,00	43.186,86
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	24,48	0,00	24,48
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10,20	0,00	10,20
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6,13	0,00	6,13
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	9.848,53	0,00	9.848,53
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	4.103,71	0,00	4.103,71
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.462,21	0,00	2.462,21
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	7.413,83	0,00	7.413,83
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.089,23	0,00	3.089,23
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.853,51	0,00	1.853,51
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.881,62	0,00	14.881,62
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	6.200,67	0,00	6.200,67
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	3.720,40	0,00	3.720,40
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	72.172,57	0,00	72.172,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	30.072,35	0,00	30.072,35
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	18.043,39	0,00	18.043,39
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	642,55	0,00	642,55
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	267,86	0,00	267,86
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	160,69	0,00	160,69
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.239,99	0,00	3.239,99
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.350,05	0,00	1.350,05
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	809,98	0,00	809,98
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	933,55	0,00	933,55
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	389,03	0,00	389,03
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	233,36	0,00	233,36
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.098.058,73	0,00	2.098.058,73
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	174.838,37	0,00	174.838,37
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	524.514,69	0,00	524.514,69
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	699.352,77	0,00	699.352,77
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.528,02	0,00	1.528,02

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 74
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	127,40	0,00	127,40
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	382,02	0,00	382,02
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	509,29	0,00	509,29
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.207.348,56	0,00	1.207.348,56
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	107.568,12	0,00	107.568,12
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	303.120,67	0,00	303.120,67
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	402.767,02	0,00	402.767,02
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	295.857,74	0,00	295.857,74
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	24.654,88	0,00	24.654,88
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	73.964,50	0,00	73.964,50
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	98.619,71	0,00	98.619,71
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	15.411,21	0,00	15.411,21
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.284,25	0,00	1.284,25
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.852,80	0,00	3.852,80
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.137,06	0,00	5.137,06
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-82.362,87	0,00	-82.362,87
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-34.317,93	0,00	-34.317,93
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-20.590,71	0,00	-20.590,71
SUBTOTAL I		**6.521.111,01**	**0,00**	**6.521.111,01**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **978.166,65**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	92.923,00	0,00	92.923,00
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	905.834,68	0,00	905.834,68
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-20.590,71	0,00	-20.590,71
TOTAL II		**978.166,97**	**0,00**	**978.166,97**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.117.874,05	0,00	1.117.874,05
SUBTOTAL I		**1.117.874,05**	**0,00**	**1.117.874,05**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.468,16	0,00	1.468,16
SUBTOTAL III		**1.468,16**	**0,00**	**1.468,16**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**17,12**		**1.116.405,89**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 75
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 12
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 22,014%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 39,568%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 34,856%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0		Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0		Linha: 361 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.278,00
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 381 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 361 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.278,00

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 76
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2019 - 01/07/2019 a 31/12/2019

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2019 - 01/07/2019 a 31/12/2019

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 77
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 78
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 15
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

Total da Despesa com Pessoal	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	2.648.146,87
4º Bimestre	4.652.202,54	0,00
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**10.785.426,06**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	226.077,35
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.126.014,36**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	104,28
4º Bimestre	628.883,24	0,00
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**877,50**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 81
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 18
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-281.258,30
4º Bimestre	-554.920,05	0,00
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-1.531.016,35**
TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**10.381.301,57**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Página 83
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 20
Peça 2807520
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 29 de Junho de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.71DA.FAED.EC94.E420.D268.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 1

Peça 2870367

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2020

Periodo: 1º Semestre

PM DE SERTÃO SANTANA

42004012477108597

Para uso do Tribunal de Contas

Fl. | Rubrica

23/07/2020 09:40:13

3.0.1.2

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA

CNPJ: 94068236000103

ORGÃO Nº: 81600

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 32002013441824014 (Modelo 9)

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Fundo

Responsável pelo Fundo: Diego Chamorro dos Santos

Telefone: (51)34921066

e-mail: rpps@sertaosantana-rs.com.br

Lei de Instituição do Controle Interno: 605

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 25/09/2002

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 1333

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 02/07/2014

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
367759080	Vinicius Frazzon Boer	Controle Interno	controle.interno@sertaosantana-rs.com.br	(51) 3495-1066

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
55689213004	João Alberto Meyer

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 1494, publicada em 14/10/2019:

a) Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;

b) Fixou critérios e forma de limitação de empenho;

c) Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

d) Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.01DD.6FE5.2D95.C963.8585.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2020 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2020, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

- Foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;

- Foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;

- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.01DD.6FE5.2D95.C963.8585.

o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito e as inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2020, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

Não foram identificados valores registrados no grupo de contas que compõe a Dívida Consolidada ou Fundada.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2020 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 23/04/2020 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Executivo.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.01DD.6FE5.2D95.C963.8585.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2020 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2020, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2020.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2020.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.01DD.6FE5.2D95.C963.8585.

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 31/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a Declarar

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.01DD.6FE5.2D95.C963.8585.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2020

Periodo: 1º Semestre

PM DE SERTÃO SANTANA

PM DE SERTÃO SANTANA, 23/07/2020

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

Vinicius Frazzon Boer

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.01DD.6FE5.2D95.C963.8585.

Página 90
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 30/06/2020 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 91
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	769.215,20
Contribuições	405.000,00	478.108,85
Receita Patrimonial	758.541,16	990.791,29
Receita de Serviços	141.690,00	76.066,87
Transferências Correntes	24.800.584,44	10.787.243,11
Outras Receitas Correntes	115.920,00	16.929,81
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**13.118.355,13**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	653.107,93
Outras Receitas Correntes	268.000,00	699.069,57
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.352.177,50**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	982,01
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**982,01**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-1.718.307,81**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**12.753.206,83**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	577.436,35
Créditos Especiais	271.240,00
Créditos Extraordinários	100.000,00
Redução de Dotações	390.377,28
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.964.928,92**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	10.994.995,78
Liquidado	8.996.107,82
Pago	8.908.479,50

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 92
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**1.998.887,96**
SALDO A PAGAR	**87.628,32**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	363.516,92
Excesso de Arrecadação	164.782,15
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	390.377,28
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	390.377,28
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	27.145.673,58D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.978.963,90D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	98.086,97C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	5.301.284,34D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	702.084,42D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.603.556,56D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.079.134,15D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	92.480,70D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	647.679,67C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.131.216,78C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	9.797,48C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	796.252,55C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	11.522.856,72C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	10.385,77C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	69.499.924,70D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 93
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	69.499.924,70C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	9.057.505,18D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	50.877.331,41D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.854.687,77D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	91.811,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	9.057.505,18C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	50.877.331,41C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.854.687,77C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	91.811,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	1.292,25D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.405.064,79D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	417.538,29D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**2.823.895,33D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	23.515.396,39D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**23.517.370,73D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**26.341.266,06D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	24.581.364,01	23.310.052,43
Demais Contas	290.560.669,20	291.831.980,78
Totais	315.142.033,21	315.142.033,21

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	110.471

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	90.423,15	0,00	90.423,15
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	37.676,49	0,00	37.676,49
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	22.605,87	0,00	22.605,87
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	16.203,41	0,00	16.203,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	6.751,45	0,00	6.751,45
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.050,88	0,00	4.050,88
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.523,52	0,00	2.523,52
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.051,58	0,00	1.051,58
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	630,93	0,00	630,93
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	177.342,27	0,00	177.342,27
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	73.892,74	0,00	73.892,74
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	44.335,63	0,00	44.335,63
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	69,10	0,00	69,10
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	28,81	0,00	28,81
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	17,30	0,00	17,30
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	17.876,53	0,00	17.876,53
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	7.448,75	0,00	7.448,75
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	4.469,26	0,00	4.469,26
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	9.570,97	0,00	9.570,97
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.988,09	0,00	3.988,09
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.392,81	0,00	2.392,81
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	25.351,62	0,00	25.351,62
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	10.563,17	0,00	10.563,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	6.337,90	0,00	6.337,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	84.596,86	0,00	84.596,86
11180231020000	ISS - Principal - MDE	35.249,19	0,00	35.249,19
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	21.149,48	0,00	21.149,48
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	748,38	0,00	748,38
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	312,00	0,00	312,00
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	187,20	0,00	187,20
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.558,21	0,00	3.558,21
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.482,65	0,00	1.482,65
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	889,53	0,00	889,53

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 96
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.113,36	0,00	1.113,36
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	463,95	0,00	463,95
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	278,30	0,00	278,30
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.394.613,83	0,00	2.394.613,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	199.551,32	0,00	199.551,32
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	598.653,47	0,00	598.653,47
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	798.204,45	0,00	798.204,45
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.611,59	0,00	1.611,59
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	134,37	0,00	134,37
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	402,91	0,00	402,91
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	537,13	0,00	537,13
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.457.713,66	0,00	1.457.713,66
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	129.032,91	0,00	129.032,91
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	365.711,94	0,00	365.711,94
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	485.621,00	0,00	485.621,00
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	302.664,27	0,00	302.664,27
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.222,09	0,00	25.222,09
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	75.666,15	0,00	75.666,15
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	100.888,62	0,00	100.888,62
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	18.226,64	0,00	18.226,64
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.518,88	0,00	1.518,88
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.556,67	0,00	4.556,67
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.075,54	0,00	6.075,54
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-83.773,20	0,00	-83.773,20
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-34.905,58	0,00	-34.905,58
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-20.943,30	0,00	-20.943,30
SUBTOTAL		**7.542.616,70**	**0,00**	**7.542.616,70**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.885.654,18**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	178.908,87	0,00	178.908,87
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355.459,57	0,00	355.459,57
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-34.905,58	0,00	-34.905,58
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.391.326,74	0,00	1.391.326,74
TOTAL II		**1.890.789,60**	**0,00**	**1.890.789,60**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	475.526,07	0,00	475.526,07
31	Ensino Fundamental	1.562.582,02	0,00	1.562.582,02
31	Educação Infantil	288.438,30	0,00	288.438,30
SUBTOTAL I		**2.326.546,39**	**0,00**	**2.326.546,39**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		655.624,32	0,00	655.624,32
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		994,29	0,00	994,29
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**22,14**		**1.669.927,78**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.394.613,83	0,00	2.394.613,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	199.551,32	0,00	199.551,32
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	598.653,47	0,00	598.653,47
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	798.204,45	0,00	798.204,45
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.611,59	0,00	1.611,59
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	134,37	0,00	134,37
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	402,91	0,00	402,91
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	537,13	0,00	537,13
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.457.713,66	0,00	1.457.713,66
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	129.032,91	0,00	129.032,91
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	365.711,94	0,00	365.711,94
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	485.621,00	0,00	485.621,00
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	302.664,27	0,00	302.664,27
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.222,09	0,00	25.222,09
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	75.666,15	0,00	75.666,15
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	100.888,62	0,00	100.888,62
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	18.226,64	0,00	18.226,64
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.518,88	0,00	1.518,88
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.556,67	0,00	4.556,67
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.075,54	0,00	6.075,54
SUBTOTAL		**6.966.607,44**	**0,00**	**6.966.607,44**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.393.321,49**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.391.326,74	0,00	1.391.326,74
TOTAL II		**1.391.326,74**	**0,00**	**1.391.326,74**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 98
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.562.582,02	0,00	1.562.582,02
31	Educação Infantil	288.438,30	0,00	288.438,30
SUBTOTAL I		**1.851.020,32**	**0,00**	**1.851.020,32**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		655.624,32	0,00	655.624,32
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		598,36	0,00	598,36
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**17,15**		**1.194.797,64**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	598,36	0,00	598,36
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	2.046.951,06	0,00	2.046.951,06
Total		**2.047.549,42**	**0,00**	**2.047.549,42**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**1.228.529,65**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.287.680,78	0,00	1.287.680,78
31	Educação Infantil	241.293,41	0,00	241.293,41
TOTAL		**1.528.974,19**	**0,00**	**1.528.974,19**
% de Aplicação				**74,67**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019		5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019		1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL		**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%				**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 99
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	90.423,15	0,00	90.423,15
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	37.676,49	0,00	37.676,49
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	22.605,87	0,00	22.605,87
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	16.203,41	0,00	16.203,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	6.751,45	0,00	6.751,45
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.050,88	0,00	4.050,88
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.523,52	0,00	2.523,52
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.051,58	0,00	1.051,58
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	630,93	0,00	630,93
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	177.342,27	0,00	177.342,27
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	73.892,74	0,00	73.892,74
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	44.335,63	0,00	44.335,63
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	69,10	0,00	69,10
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	28,81	0,00	28,81
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	17,30	0,00	17,30
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	17.876,53	0,00	17.876,53
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	7.448,75	0,00	7.448,75
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	4.469,26	0,00	4.469,26
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	9.570,97	0,00	9.570,97
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.988,09	0,00	3.988,09
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.392,81	0,00	2.392,81
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	25.351,62	0,00	25.351,62
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	10.563,17	0,00	10.563,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	6.337,90	0,00	6.337,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	84.596,86	0,00	84.596,86
11180231020000	ISS - Principal - MDE	35.249,19	0,00	35.249,19
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	21.149,48	0,00	21.149,48
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	748,38	0,00	748,38
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	312,00	0,00	312,00
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	187,20	0,00	187,20
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.558,21	0,00	3.558,21
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.482,65	0,00	1.482,65
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	889,53	0,00	889,53
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.113,36	0,00	1.113,36
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	463,95	0,00	463,95
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	278,30	0,00	278,30
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.394.613,83	0,00	2.394.613,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	199.551,32	0,00	199.551,32
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	598.653,47	0,00	598.653,47
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	798.204,45	0,00	798.204,45
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.611,59	0,00	1.611,59

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	134,37	0,00	134,37
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	402,91	0,00	402,91
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	537,13	0,00	537,13
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.457.713,66	0,00	1.457.713,66
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	129.032,91	0,00	129.032,91
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	365.711,94	0,00	365.711,94
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	485.621,00	0,00	485.621,00
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	302.664,27	0,00	302.664,27
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.222,09	0,00	25.222,09
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	75.666,15	0,00	75.666,15
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	100.888,62	0,00	100.888,62
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	18.226,64	0,00	18.226,64
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.518,88	0,00	1.518,88
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.556,67	0,00	4.556,67
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.075,54	0,00	6.075,54
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-83.773,20	0,00	-83.773,20
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-34.905,58	0,00	-34.905,58
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-20.943,30	0,00	-20.943,30
SUBTOTAL I		**7.542.616,70**	**0,00**	**7.542.616,70**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.131.392,51**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	107.345,09	0,00	107.345,09
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.044.991,14	0,00	1.044.991,14
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-20.943,30	0,00	-20.943,30
TOTAL II		**1.131.392,93**	**0,00**	**1.131.392,93**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.305.658,71	0,00	1.305.658,71
SUBTOTAL I		**1.305.658,71**	**0,00**	**1.305.658,71**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.512,91	0,00	1.512,91
SUBTOTAL III		**1.512,91**	**0,00**	**1.512,91**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**17,29**	**1.304.145,80**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 23,359%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 42,10%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 35,705%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0		Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0		Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.997,95
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0		Linha: 362 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.278,00
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 382 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.997,95

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 362 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.278,00

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comercio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/
2º Bimestre	Mural	27/05/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/05/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/05/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-2o-bimestre-2020/
3º Bimestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

	Jornal	29/07/2020	Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2020	26/05/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2019 - 01/07/2019 a 31/12/2019

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	15.640.141,86	0,00	15.640.141,86
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.699.471,54	0,00	-1.699.471,54
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	116.794,78	0,00	116.794,78
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	48.664,85	0,00	48.664,85
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	29.198,83	0,00	29.198,83
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	451.826,09	0,00	451.826,09
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	12.773,99	0,00	12.773,99
12180311010000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Executivo	680.225,70	0,00	680.225,70
12180311020000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Legislativo	19.173,22	0,00	19.173,22
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	1.288.687,94	0,00	1.288.687,94
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	6.059,80	0,00	6.059,80
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-173.732,16	0,00	-173.732,16
TOTAL		**11.460.997,28**	**0,00**	**11.460.997,28**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**11.460.997,28**	**0,00**	**11.460.997,28**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 103
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	13.118.355,13	0,00	13.118.355,13
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.718.307,81	0,00	-1.718.307,81
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	90.423,15	0,00	90.423,15
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	37.676,49	0,00	37.676,49
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	22.605,87	0,00	22.605,87
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	450.198,52	0,00	450.198,52
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	8.137,04	0,00	8.137,04
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	966.179,48	0,00	966.179,48
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	6.234,73	0,00	6.234,73
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-187.358,99	0,00	-187.358,99
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**10.005.951,03**	**0,00**	**10.005.951,03**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**21.466.948,31**	**0,00**	**21.466.948,31**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**21.466.948,31**	**0,00**	**21.466.948,31**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2019 - 01/07/2019 a 31/12/2019

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.413.394,67	0,00	7.413.394,67
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	589.900,89	0,00	589.900,89
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	47.720,83	0,00	47.720,83
319003010000000	Civis	36.630,12	0,00	36.630,12
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	3.333,99	0,00	3.333,99
319005000101000	Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	57.834,41	0,00	57.834,41
319005000103000	Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	26.776,83	0,00	26.776,83
319005000105000	Salário-Familia De Segurados	1.591,24	0,00	1.591,24
319008990400000	Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	185.472,48	0,00	185.472,48
319113990100000	Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	856.381,38	0,00	856.381,38
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**5.607.752,50**	**0,00**	**5.607.752,50**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	116.794,78	0,00	116.794,78
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	48.664,85	0,00	48.664,85
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	29.198,83	0,00	29.198,83
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**194.658,46**	**0,00**	**194.658,46**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**5.413.094,04**	**0,00**	**5.413.094,04**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.017.622,36	0,00	6.017.622,36
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	518.033,11	0,00	518.033,11
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	53.203,54	0,00	53.203,54
319003010000000	Civis	50.255,82	0,00	50.255,82
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	5.706,55	0,00	5.706,55
319005000101000	Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	43.189,70	0,00	43.189,70
319005000103000	Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	29.702,28	0,00	29.702,28
319005000105000	Salário-Familia De Segurados	1.993,42	0,00	1.993,42
319008990400000	Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	142.236,92	0,00	142.236,92

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 105
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 16
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
319011070000000	Abono de Permanencia	3.239,68	0,00	3.239,68
319113990100000	Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	558.583,87	0,00	558.583,87
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**4.611.477,47**	**0,00**	**4.611.477,47**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	90.423,15	0,00	90.423,15
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	37.676,49	0,00	37.676,49
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	22.605,87	0,00	22.605,87
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**150.705,51**	**0,00**	**150.705,51**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	93.408,95	0,00	93.408,95
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319005000105000	Salário-Familia De Segurados	48,62	0,00	48,62
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**93.360,33**	**0,00**	**93.360,33**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	**4.554.132,29**	**0,00**	**4.554.132,29**
Total da Despesa com Pessoal	**9.967.226,33**	**0,00**	**9.967.226,33**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111010300000000000	TESOURARIA GERAL / PONTO 02	1.292,25	0,00	1.292,25
11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	408.281,82	0,00	408.281,82
11111190201000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. F.P.M.	1.815,47	0,00	1.815,47
11111190201000400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. I.T.R.	0,55	0,00	0,55
11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	23.485,04	0,00	23.485,04
11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	92.879,10	0,00	92.879,10
11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	79.993,14	0,00	79.993,14
11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	68.547,83	0,00	68.547,83
11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	47.598,78	0,00	47.598,78
11111190202000900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PRO-INFANCIA	1.692,68	0,00	1.692,68
11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	14.680,49	0,00	14.680,49
11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	5.969,83	0,00	5.969,83
11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	2.885,46	0,00	2.885,46
11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.632,97	0,00	14.632,97
11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	128,87	0,00	128,87
11111190202001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	326,50	0,00	326,50
11111190203001000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.678,21	0,00	1.678,21
11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	9.078,93	0,00	9.078,93
11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	74.138,78	0,00	74.138,78
11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	184,83	0,00	184,83
11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	516.384,56	0,00	516.384,56
11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.818,95	0,00	1.818,95
11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	19.149,70	0,00	19.149,70
11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	8.018,44	0,00	8.018,44
11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	9.518,53	0,00	9.518,53
11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	164.322,23	0,00	164.322,23
11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	11.124,09	0,00	11.124,09
11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	5.345,95	0,00	5.345,95
11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,24	0,00	165,24

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	1.744,25	0,00	1.744,25
11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	4.472,26	0,00	4.472,26
11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	417.538,29	0,00	417.538,29
11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	147.242,38	0,00	147.242,38
11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	12.205,11	0,00	12.205,11
11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	205,11	0,00	205,11
11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	245,52	0,00	245,52
11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.185,25	0,00	29.185,25
11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	8.275,14	0,00	8.275,14
11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	48.441,85	0,00	48.441,85
11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	857,99	0,00	857,99
11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	316,07	0,00	316,07
11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	4.685,48	0,00	4.685,48
11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	417,85	0,00	417,85
11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	186.584,76	0,00	186.584,76
11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.697,59	0,00	11.697,59
11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.082,86	0,00	4.082,86
11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	678,23	0,00	678,23
11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	88.318,41	0,00	88.318,41
11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	4.832,12	0,00	4.832,12
11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	15.124,86	0,00	15.124,86
11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	22.733,10	0,00	22.733,10
11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	93.223,20	0,00	93.223,20
11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	12.570,36	0,00	12.570,36
11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	4.632,52	0,00	4.632,52
11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	56.482,85	0,00	56.482,85
11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	61.962,70	0,00	61.962,70
TOTAL		**2.823.895,33**	**0,00**	**2.823.895,33**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**2.823.895,33**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21881010200010000000	INSS - Folha	0,01	0,00	0,01
21881010200020000000	INSS - Autonomos	258,98	0,00	258,98
21881010200030000000	INSS - Serviço Terceiros	859,20	0,00	859,20
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.117,48	0,00	7.117,48
21881019900030000000	OUTROS CONSIGNATARIOS - Plano Telefone	248,64	0,00	248,64
22721030100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	12.169.902,67	0,00	12.169.902,67
22721030500000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-1.096.339,24	0,00	-1.096.339,24
22721040100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	43.148.580,32	0,00	43.148.580,32
22721040200000000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-7.119.743,71	0,00	-7.119.743,71
22721040300000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-5.713.374,58	0,00	-5.713.374,58
22721040400000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-3.887.087,95	0,00	-3.887.087,95
22721059800000000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-18.965.300,28	0,00	-18.965.300,28
63110000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.788,22	0,00	2.788,22
TOTAL		**18.547.909,76**	**0,00**	**18.547.909,76**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 109
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 20
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	178.300,68	0,00	178.300,68
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	74.292,44	0,00	74.292,44
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	44.575,31	0,00	44.575,31
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	24.134,80	0,00	24.134,80
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	10.056,19	0,00	10.056,19
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.033,70	0,00	6.033,70
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	16.559,11	0,00	16.559,11
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	6.899,91	0,00	6.899,91
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.140,05	0,00	4.140,05
11130341020100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PRÓPRIO	10,76	0,00	10,76
11130341020200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4,48	0,00	4,48
11130341020300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2,69	0,00	2,69
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	178.363,67	0,00	178.363,67
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	74.318,40	0,00	74.318,40
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	44.590,93	0,00	44.590,93
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	261,35	0,00	261,35
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	108,93	0,00	108,93
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	65,36	0,00	65,36
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	25.503,27	0,00	25.503,27
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.626,62	0,00	10.626,62
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.375,94	0,00	6.375,94
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	8.186,15	0,00	8.186,15
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.411,17	0,00	3.411,17
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.046,66	0,00	2.046,66
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	42.029,50	0,00	42.029,50
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	17.512,30	0,00	17.512,30
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	10.507,38	0,00	10.507,38
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	186.564,40	0,00	186.564,40
11180231020000	ISS - Principal - MDE	77.736,01	0,00	77.736,01
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	46.641,60	0,00	46.641,60
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.982,13	0,00	1.982,13
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	826,37	0,00	826,37
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	495,68	0,00	495,68
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.300,71	0,00	4.300,71
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.792,09	0,00	1.792,09

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 111
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 22
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.075,23	0,00	1.075,23
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.513,67	0,00	2.513,67
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.047,55	0,00	1.047,55
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	628,53	0,00	628,53
11220111010000	Taxa de Limpeza Pública	19.944,28	0,00	19.944,28
11220111030000	Tx de Emissão de Certidões	4.490,20	0,00	4.490,20
11220112010000	Multa/Juro Taxa de Limpeza Pública	36,83	0,00	36,83
11220112030000	Multa/Juro Tx de Emissão de Certidões	40,83	0,00	40,83
11220113010000	Dívida Ativa Taxa de Limpeza Pública	3.150,44	0,00	3.150,44
11220113030000	Dívida Ativa Tx de Emissão de Certidões	190,27	0,00	190,27
11220114030000	Multa/Juro - D.A. Tx de Emissão de Certidões	59,84	0,00	59,84
11220211000000	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	69,06	0,00	69,06
11280191010000	Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	4.653,00	0,00	4.653,00
11280191020000	Tx de Licença para Execução de Obras	2.974,47	0,00	2.974,47
11280191030000	Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280191050000	Taxa de vistoria	27.795,50	0,00	27.795,50
11280191060000	Taxa de Expediente	18.463,63	0,00	18.463,63
11280191070000	Alvara Sanitario	1.137,10	0,00	1.137,10
11280191080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	6.532,10	0,00	6.532,10
11280192010000	Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	0,50	0,00	0,50
11280192020000	Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	16,67	0,00	16,67
11280192050000	Multas e Juros - Taxa de vistoria	61,42	0,00	61,42
11280192060000	Multas e Juros - Taxa de Expediente	41,06	0,00	41,06
11280192070000	Multas e Juros - Alvara Sanitario	13,28	0,00	13,28
11280192080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	3,32	0,00	3,32
11280193010000	Divida Ativa - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	171,46	0,00	171,46
11280193020000	Divida Ativa - Tx de Licença para Execução de Obras	1.019,24	0,00	1.019,24
11280193030000	Divida Ativa - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280193050000	Divida Ativa - Taxa de vistoria	1.537,94	0,00	1.537,94
11280193060000	Divida Ativa - Taxa de Expediente	2.669,87	0,00	2.669,87
11280193070000	Divida Ativa - Alvara Sanitario	497,95	0,00	497,95
11280194010000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	58,65	0,00	58,65
11280194020000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	264,99	0,00	264,99
11280194030000	D.A. Multas e Juros - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	6,47	0,00	6,47
11280194050000	D.A. Multas e Juros - Taxa de vistoria	308,66	0,00	308,66
11280194060000	D.A. Multas e Juros - Taxa de Expediente	1.347,67	0,00	1.347,67
11280194070000	D.A. Multas e Juros - Alvara Sanitario	23,90	0,00	23,90
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	794.211,23	0,00	794.211,23
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	19.662,78	0,00	19.662,78

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
12400011000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	74.402,31	0,00	74.402,31
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.822.279,49	0,00	4.822.279,49
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.856,91	0,00	401.856,91
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.205.569,89	0,00	1.205.569,89
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.607.426,26	0,00	1.607.426,26
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	212.816,11	0,00	212.816,11
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	88.673,38	0,00	88.673,38
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	53.204,03	0,00	53.204,03
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	204.953,55	0,00	204.953,55
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	85.397,31	0,00	85.397,31
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.238,39	0,00	51.238,39
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	11.182,56	0,00	11.182,56
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	931,79	0,00	931,79
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.795,68	0,00	2.795,68
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.727,37	0,00	3.727,37
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.367.820,47	0,00	3.367.820,47
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	305.709,00	0,00	305.709,00
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	842.026,53	0,00	842.026,53
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.097.953,80	0,00	1.097.953,80
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.811,48	0,00	392.811,48
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.765,53	0,00	32.765,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.203,02	0,00	98.203,02
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.906,68	0,00	130.906,68
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	50.433,64	0,00	50.433,64
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	4.202,79	0,00	4.202,79
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	12.608,41	0,00	12.608,41
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	16.811,24	0,00	16.811,24
17280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	9.339,14	0,00	9.339,14
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.300,78	0,00	-85.300,78
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.542,07	0,00	-35.542,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.325,20	0,00	-21.325,20
917280111010000	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	-31,14	0,00	-31,14
TOTAL		**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.349.613,26	0,00	1.349.613,26	1,0824	1.460.821,39
Fevereiro	1.417.144,06	0,00	1.417.144,06	1,0816	1.532.783,02
Março	1.264.634,84	0,00	1.264.634,84	1,0683	1.351.009,40
Abril	1.504.332,59	0,00	1.504.332,59	1,0570	1.590.079,55
Maio	1.397.666,00	0,00	1.397.666,00	1,0476	1.464.194,90
Junho	1.228.071,26	0,00	1.228.071,26	1,0434	1.281.369,55
Julho	1.533.104,52	0,00	1.533.104,52	1,0368	1.589.522,77
Agosto	1.336.317,65	0,00	1.336.317,65	1,0368	1.385.494,14
Setembro	1.233.549,06	0,00	1.233.549,06	1,0368	1.278.943,67
Outubro	1.220.779,86	0,00	1.220.779,86	1,0317	1.259.478,58
Novembro	1.297.933,35	0,00	1.297.933,35	1,0260	1.331.679,62
Dezembro	2.288.727,25	0,00	2.288.727,25	1,0174	2.328.551,10
TOTAL	**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**		**17.853.927,68**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	0,00
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**13.118.355,13**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.352.177,50**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	0,00
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**982,01**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Página 114
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 25
Peça 2859441
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	0,00
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-1.718.307,81**
TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**12.753.206,83**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 20 de Julho de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A28.1AD3.512A.0745.CAC9.

Processo 02100-0200/20-7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2020

PM DE SERTÃO SANTANA

1º Semestre

32002013441824014

20.0.0.5

20/07/2020

11:45:43

Pág.: 1/2

Página da peça 1

Peça 2859442

DOCUMENTO PÚBLICO

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA

CNPJ: 94068236000103

ORGÃO Nº: 81600

Cód. Barras do RVE Vinculado: 32001013441824014

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	21.466.948,31
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - AJUSTADA EC 86/2015	21.466.948,31

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**9.967.226,33**	**46,43%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F4.950D.E5C2.091B.A170.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2020

PM DE SERTÃO SANTANA

1º Semestre

SERTÃO SANTANA, 20 de Julho de 2020 .

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Responsável pela Administração Financeira

_____

VINICIUS FRAZZON BOER

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 23/07/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 27/07/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F4.950D.E5C2.091B.A170.

Página 119
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/07/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 120
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	853.098,04
Contribuições	405.000,00	557.128,93
Receita Patrimonial	758.541,16	1.385.516,79
Receita de Serviços	141.690,00	84.319,47
Transferências Correntes	24.800.584,44	12.944.062,66
Outras Receitas Correntes	115.920,00	18.628,41
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**15.842.754,30**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	762.020,71
Outras Receitas Correntes	268.000,00	815.646,82
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.577.667,53**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.065,96
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**1.065,96**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-1.892.520,26**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**15.528.967,53**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.050.262,35
Créditos Especiais	283.240,00
Créditos Extraordinários	100.000,00
Redução de Dotações	802.103,28
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.038.028,92**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	13.674.023,19
Liquidado	11.515.747,04
Pago	10.591.720,02

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 121
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.158.276,15**
SALDO A PAGAR	**924.027,02**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	225.582,15
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	802.103,28
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	802.103,28
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	28.147.663,03D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.981.636,73D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	934.904,52C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	7.031.394,24D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	958.852,58D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.098.713,55D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.353.552,45D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	112.133,18D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	733.426,71C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.319.149,64C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	9.797,48C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.191.427,81C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	13.796.559,29C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	11.778,60C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	72.252.052,11D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 122
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	72.252.052,11C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	9.897.616,46D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	57.374.087,90D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.859.444,37D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	75.411,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	9.897.616,46C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	57.374.087,90C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.859.444,37C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	75.411,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	463,50D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.832.711,69D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	417.722,28D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.250.897,47D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	2.168,97D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	24.088.812,94D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**24.090.981,91D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**27.341.879,38D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 123
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	30.411.478,74	28.139.553,84
Demais Contas	334.408.108,39	336.680.033,29
Totais	364.819.587,13	364.819.587,13

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	130.047

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	106.752,90	0,00	106.752,90
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	44.480,60	0,00	44.480,60
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	26.688,31	0,00	26.688,31
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	18.984,41	0,00	18.984,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.910,20	0,00	7.910,20
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.746,13	0,00	4.746,13
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.591,40	0,00	2.591,40
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.079,88	0,00	1.079,88
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	647,90	0,00	647,90
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	180.489,17	0,00	180.489,17
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	75.203,97	0,00	75.203,97
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	45.122,37	0,00	45.122,37
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	97,46	0,00	97,46
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	40,64	0,00	40,64
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	24,39	0,00	24,39
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	18.893,90	0,00	18.893,90
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	7.872,69	0,00	7.872,69
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	4.723,64	0,00	4.723,64
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	10.321,42	0,00	10.321,42
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.300,82	0,00	4.300,82
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.580,45	0,00	2.580,45
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	27.451,62	0,00	27.451,62
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	11.438,17	0,00	11.438,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	6.862,90	0,00	6.862,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	100.969,97	0,00	100.969,97
11180231020000	ISS - Principal - MDE	42.071,42	0,00	42.071,42
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	25.242,85	0,00	25.242,85
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	928,17	0,00	928,17
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	386,94	0,00	386,94
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	232,15	0,00	232,15
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.980,75	0,00	3.980,75
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.658,71	0,00	1.658,71
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	995,17	0,00	995,17

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 125
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.318,43	0,00	1.318,43
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	549,41	0,00	549,41
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	329,57	0,00	329,57
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.698.736,80	0,00	2.698.736,80
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	224.894,93	0,00	224.894,93
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	674.684,21	0,00	674.684,21
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	899.578,74	0,00	899.578,74
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.653,45	0,00	1.653,45
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	137,86	0,00	137,86
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	413,38	0,00	413,38
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	551,08	0,00	551,08
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.665.596,59	0,00	1.665.596,59
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	146.650,87	0,00	146.650,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	417.682,68	0,00	417.682,68
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	554.620,94	0,00	554.620,94
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	307.022,91	0,00	307.022,91
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.585,31	0,00	25.585,31
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	76.755,83	0,00	76.755,83
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	102.341,55	0,00	102.341,55
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	21.316,53	0,00	21.316,53
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.776,36	0,00	1.776,36
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.329,14	0,00	5.329,14
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.105,51	0,00	7.105,51
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-84.781,71	0,00	-84.781,71
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.325,82	0,00	-35.325,82
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.195,44	0,00	-21.195,44
SUBTOTAL		**8.824.280,08**	**0,00**	**8.824.280,08**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.206.070,02**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	196.993,45	0,00	196.993,45
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	485.340,21	0,00	485.340,21
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.325,82	0,00	-35.325,82
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.564.197,82	0,00	1.564.197,82
TOTAL II		**2.211.205,66**	**0,00**	**2.211.205,66**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	906.849,83	0,00	906.849,83
31	Ensino Fundamental	1.794.798,82	0,00	1.794.798,82
31	Educação Infantil	396.591,84	0,00	396.591,84

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**3.098.240,49**	**0,00**	**3.098.240,49**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		748.381,95	0,00	748.381,95
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.089,83	0,00	1.089,83
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**26,62**		**2.348.768,71**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.698.736,80	0,00	2.698.736,80
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	224.894,93	0,00	224.894,93
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	674.684,21	0,00	674.684,21
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	899.578,74	0,00	899.578,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.653,45	0,00	1.653,45
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	137,86	0,00	137,86
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	413,38	0,00	413,38
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	551,08	0,00	551,08
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.665.596,59	0,00	1.665.596,59
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	146.650,87	0,00	146.650,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	417.682,68	0,00	417.682,68
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	554.620,94	0,00	554.620,94
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	307.022,91	0,00	307.022,91
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.585,31	0,00	25.585,31
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	76.755,83	0,00	76.755,83
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	102.341,55	0,00	102.341,55
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	21.316,53	0,00	21.316,53
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.776,36	0,00	1.776,36
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.329,14	0,00	5.329,14
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.105,51	0,00	7.105,51
SUBTOTAL		**7.832.434,67**	**0,00**	**7.832.434,67**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.566.486,93**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.564.197,82	0,00	1.564.197,82
TOTAL II		**1.564.197,82**	**0,00**	**1.564.197,82**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.794.798,82	0,00	1.794.798,82
31	Educação Infantil	396.591,84	0,00	396.591,84
SUBTOTAL I		**2.191.390,66**	**0,00**	**2.191.390,66**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		748.381,95	0,00	748.381,95
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		644,77	0,00	644,77
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**18,42**		**1.442.363,94**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	644,77	0,00	644,77
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	2.312.240,25	0,00	2.312.240,25
Total		**2.312.885,02**	**0,00**	**2.312.885,02**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**1.387.731,01**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.516.784,93	0,00	1.516.784,93
31	Educação Infantil	339.502,72	0,00	339.502,72
TOTAL		**1.856.287,65**	**0,00**	**1.856.287,65**
% de Aplicação				**80,26**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	106.752,90	0,00	106.752,90
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	44.480,60	0,00	44.480,60
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	26.688,31	0,00	26.688,31
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	18.984,41	0,00	18.984,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.910,20	0,00	7.910,20
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.746,13	0,00	4.746,13
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.591,40	0,00	2.591,40
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.079,88	0,00	1.079,88
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	647,90	0,00	647,90
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	180.489,17	0,00	180.489,17
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	75.203,97	0,00	75.203,97
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	45.122,37	0,00	45.122,37
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	97,46	0,00	97,46
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	40,64	0,00	40,64
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	24,39	0,00	24,39
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	18.893,90	0,00	18.893,90
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	7.872,69	0,00	7.872,69
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	4.723,64	0,00	4.723,64
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	10.321,42	0,00	10.321,42
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.300,82	0,00	4.300,82
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.580,45	0,00	2.580,45
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	27.451,62	0,00	27.451,62
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	11.438,17	0,00	11.438,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	6.862,90	0,00	6.862,90
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	100.969,97	0,00	100.969,97
11180231020000	ISS - Principal - MDE	42.071,42	0,00	42.071,42
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	25.242,85	0,00	25.242,85
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	928,17	0,00	928,17
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	386,94	0,00	386,94
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	232,15	0,00	232,15
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.980,75	0,00	3.980,75
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.658,71	0,00	1.658,71
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	995,17	0,00	995,17
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.318,43	0,00	1.318,43
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	549,41	0,00	549,41
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	329,57	0,00	329,57
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.698.736,80	0,00	2.698.736,80

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 129
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	224.894,93	0,00	224.894,93
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	674.684,21	0,00	674.684,21
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	899.578,74	0,00	899.578,74
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.653,45	0,00	1.653,45
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	137,86	0,00	137,86
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	413,38	0,00	413,38
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	551,08	0,00	551,08
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.665.596,59	0,00	1.665.596,59
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	146.650,87	0,00	146.650,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	417.682,68	0,00	417.682,68
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	554.620,94	0,00	554.620,94
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	307.022,91	0,00	307.022,91
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.585,31	0,00	25.585,31
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	76.755,83	0,00	76.755,83
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	102.341,55	0,00	102.341,55
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	21.316,53	0,00	21.316,53
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.776,36	0,00	1.776,36
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.329,14	0,00	5.329,14
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.105,51	0,00	7.105,51
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-84.781,71	0,00	-84.781,71
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.325,82	0,00	-35.325,82
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.195,44	0,00	-21.195,44
SUBTOTAL I		**8.824.280,08**	**0,00**	**8.824.280,08**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.323.642,01**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	118.195,83	0,00	118.195,83
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.226.642,17	0,00	1.226.642,17
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.195,44	0,00	-21.195,44
TOTAL II		**1.323.642,56**	**0,00**	**1.323.642,56**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.659.969,97	0,00	1.659.969,97
SUBTOTAL I		**1.659.969,97**	**0,00**	**1.659.969,97**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.564,31	0,00	1.564,31
SUBTOTAL III	**1.564,31**	**0,00**	**1.564,31**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**18,79**	**1.658.405,66**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 22,314%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 41,448%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 35,094%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 193 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 244 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 247 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 283 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 28.228,21
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.357,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 314 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 560,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 370 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.278,00
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 390 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 193 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 244 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 247 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 131
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 283 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 28.228,21

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.357,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 314 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 560,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 370 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.278,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	2.724.399,17
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**15.842.754,30**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	225.490,03
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.577.667,53**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 132
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	83,95
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**1.065,96**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-174.212,45
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-1.892.520,26**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**15.528.967,53**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 133
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 15
Peça 2943757
DOCUMENTO PÚBLICO

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 26 de Agosto de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/08/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E89.EAD8.28C5.9B33.0F66.

Página 135
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/08/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 136
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	963.022,54
Contribuições	405.000,00	636.202,66
Receita Patrimonial	758.541,16	1.757.799,95
Receita de Serviços	141.690,00	101.310,04
Transferências Correntes	24.800.584,44	14.666.605,05
Outras Receitas Correntes	115.920,00	20.899,69
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**18.145.839,93**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	871.168,14
Outras Receitas Correntes	268.000,00	932.475,25
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.803.643,39**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.129,19
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**1.129,19**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-2.086.922,35**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**17.863.690,16**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.213.519,35
Créditos Especiais	283.240,00
Créditos Extraordinários	130.000,00
Redução de Dotações	965.360,28
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.068.028,92**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	15.978.717,16
Liquidado	13.157.140,26
Pago	12.257.644,45

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 137
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.821.576,90**
SALDO A PAGAR	**899.495,81**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	255.582,15
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	965.360,28
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	965.360,28
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	28.719.385,89D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.982.585,06D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	910.817,25C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	8.036.170,01D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.082.199,08D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.586.136,95D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.647.183,21D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	130.466,23D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	854.936,94C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.507.370,80C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	12.085,80C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.562.033,94C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	15.637.124,51C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	12.855,48C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	74.586.746,08D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 138
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	74.586.746,08C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	9.982.366,46D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	61.935.587,07D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.866.014,96D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	79.911,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	9.982.366,46C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	61.935.587,07C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.866.014,96C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	79.911,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	366,87D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	2.858.752,16D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	417.859,01D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.276.978,04D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	24.639.835,53D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**24.641.809,87D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**27.918.787,91D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 139
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	35.088.405,74	32.239.572,31
Demais Contas	368.962.571,66	371.811.405,09
Totais	404.050.977,40	404.050.977,40

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	147.506

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	122.681,43	0,00	122.681,43
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	51.117,51	0,00	51.117,51
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	30.670,45	0,00	30.670,45
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	18.984,41	0,00	18.984,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.910,20	0,00	7.910,20
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.746,13	0,00	4.746,13
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.702,27	0,00	2.702,27
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.126,09	0,00	1.126,09
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	675,62	0,00	675,62
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185.499,15	0,00	185.499,15
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.291,48	0,00	77.291,48
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.374,86	0,00	46.374,86
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	149,70	0,00	149,70
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	62,42	0,00	62,42
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	37,45	0,00	37,45
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	20.086,31	0,00	20.086,31
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	8.369,53	0,00	8.369,53
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.021,75	0,00	5.021,75
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	11.089,15	0,00	11.089,15
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.620,71	0,00	4.620,71
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.772,39	0,00	2.772,39
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	34.625,22	0,00	34.625,22
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	14.427,17	0,00	14.427,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	8.656,30	0,00	8.656,30
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	121.691,49	0,00	121.691,49
11180231020000	ISS - Principal - MDE	50.705,49	0,00	50.705,49
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	30.423,24	0,00	30.423,24
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.007,72	0,00	1.007,72
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	420,17	0,00	420,17
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	252,02	0,00	252,02
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.092,81	0,00	4.092,81
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.705,41	0,00	1.705,41
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.023,18	0,00	1.023,18

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 141
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.452,94	0,00	1.452,94
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	605,44	0,00	605,44
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	363,20	0,00	363,20
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.023.482,83	0,00	3.023.482,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	251.957,13	0,00	251.957,13
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	755.870,73	0,00	755.870,73
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.007.827,40	0,00	1.007.827,40
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.863,99	0,00	1.863,99
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	155,41	0,00	155,41
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	466,02	0,00	466,02
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	621,25	0,00	621,25
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.920.901,56	0,00	1.920.901,56
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	169.978,10	0,00	169.978,10
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	481.508,92	0,00	481.508,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	637.670,77	0,00	637.670,77
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	309.456,05	0,00	309.456,05
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.788,08	0,00	25.788,08
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	77.364,13	0,00	77.364,13
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.152,61	0,00	103.152,61
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	24.668,81	0,00	24.668,81
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.055,72	0,00	2.055,72
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.167,21	0,00	6.167,21
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.222,94	0,00	8.222,94
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL		**9.885.392,06**	**0,00**	**9.885.392,06**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.471.348,02**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	218.361,62	0,00	218.361,62
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	536.229,32	0,00	536.229,32
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.602,07	0,00	-35.602,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.757.494,97	0,00	1.757.494,97
TOTAL II		**2.476.483,84**	**0,00**	**2.476.483,84**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.007.925,30	0,00	1.007.925,30
31	Ensino Fundamental	2.061.210,83	0,00	2.061.210,83
31	Educação Infantil	454.761,52	0,00	454.761,52

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 142
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**3.523.897,65**	**0,00**	**3.523.897,65**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		912.524,45	0,00	912.524,45
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.190,94	0,00	1.190,94
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**26,40**		**2.610.182,26**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.023.482,83	0,00	3.023.482,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	251.957,13	0,00	251.957,13
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	755.870,73	0,00	755.870,73
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.007.827,40	0,00	1.007.827,40
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.863,99	0,00	1.863,99
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	155,41	0,00	155,41
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	466,02	0,00	466,02
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	621,25	0,00	621,25
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.920.901,56	0,00	1.920.901,56
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	169.978,10	0,00	169.978,10
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	481.508,92	0,00	481.508,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	637.670,77	0,00	637.670,77
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	309.456,05	0,00	309.456,05
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.788,08	0,00	25.788,08
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	77.364,13	0,00	77.364,13
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.152,61	0,00	103.152,61
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	24.668,81	0,00	24.668,81
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.055,72	0,00	2.055,72
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.167,21	0,00	6.167,21
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.222,94	0,00	8.222,94
SUBTOTAL		**8.809.179,66**	**0,00**	**8.809.179,66**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.761.835,93**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 143
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.757.494,97	0,00	1.757.494,97
TOTAL II		**1.757.494,97**	**0,00**	**1.757.494,97**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.061.210,83	0,00	2.061.210,83
31	Educação Infantil	454.761,52	0,00	454.761,52
SUBTOTAL I		**2.515.972,35**	**0,00**	**2.515.972,35**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		912.524,45	0,00	912.524,45
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		692,11	0,00	692,11
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**18,19**		**1.602.755,79**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	692,11	0,00	692,11
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	2.669.679,90	0,00	2.669.679,90
Total		**2.670.372,01**	**0,00**	**2.670.372,01**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**1.602.223,21**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.737.822,67	0,00	1.737.822,67
31	Educação Infantil	387.722,45	0,00	387.722,45
TOTAL		**2.125.545,12**	**0,00**	**2.125.545,12**
% de Aplicação				**79,60**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	122.681,43	0,00	122.681,43
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	51.117,51	0,00	51.117,51
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	30.670,45	0,00	30.670,45
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	18.984,41	0,00	18.984,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.910,20	0,00	7.910,20
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.746,13	0,00	4.746,13
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.702,27	0,00	2.702,27
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.126,09	0,00	1.126,09
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	675,62	0,00	675,62
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185.499,15	0,00	185.499,15
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.291,48	0,00	77.291,48
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.374,86	0,00	46.374,86
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	149,70	0,00	149,70
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	62,42	0,00	62,42
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	37,45	0,00	37,45
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	20.086,31	0,00	20.086,31
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	8.369,53	0,00	8.369,53
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.021,75	0,00	5.021,75
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	11.089,15	0,00	11.089,15
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.620,71	0,00	4.620,71
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.772,39	0,00	2.772,39
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	34.625,22	0,00	34.625,22
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	14.427,17	0,00	14.427,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	8.656,30	0,00	8.656,30
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	121.691,49	0,00	121.691,49
11180231020000	ISS - Principal - MDE	50.705,49	0,00	50.705,49
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	30.423,24	0,00	30.423,24
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.007,72	0,00	1.007,72
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	420,17	0,00	420,17
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	252,02	0,00	252,02
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.092,81	0,00	4.092,81
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.705,41	0,00	1.705,41
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.023,18	0,00	1.023,18
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.452,94	0,00	1.452,94
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	605,44	0,00	605,44
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	363,20	0,00	363,20
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.023.482,83	0,00	3.023.482,83

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 145
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	251.957,13	0,00	251.957,13
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	755.870,73	0,00	755.870,73
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.007.827,40	0,00	1.007.827,40
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	1.863,99	0,00	1.863,99
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	155,41	0,00	155,41
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	466,02	0,00	466,02
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	621,25	0,00	621,25
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.920.901,56	0,00	1.920.901,56
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	169.978,10	0,00	169.978,10
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	481.508,92	0,00	481.508,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	637.670,77	0,00	637.670,77
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	309.456,05	0,00	309.456,05
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.788,08	0,00	25.788,08
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	77.364,13	0,00	77.364,13
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.152,61	0,00	103.152,61
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	24.668,81	0,00	24.668,81
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.055,72	0,00	2.055,72
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.167,21	0,00	6.167,21
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.222,94	0,00	8.222,94
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL I		**9.885.392,06**	**0,00**	**9.885.392,06**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.482.808,81**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	131.016,59	0,00	131.016,59
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.373.153,94	0,00	1.373.153,94
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL II		**1.482.809,35**	**0,00**	**1.482.809,35**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.906.685,03	0,00	1.906.685,03
SUBTOTAL I		**1.906.685,03**	**0,00**	**1.906.685,03**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.647,09	0,00	1.647,09
SUBTOTAL III	**1.647,09**	**0,00**	**1.647,09**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**19,27**	**1.905.037,94**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 22,267%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 41,914%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 34,88%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 193 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 244 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 247 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 280 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 28.228,21
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 288 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.594,41
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 295 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.357,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 316 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 560,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 372 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 13.650,00
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 392 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 193 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 244 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 247 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 147
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 280 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 28.228,21

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 288 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.594,41

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 295 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.357,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 316 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 560,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 372 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 13.650,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comercio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/
2º Bimestre	Mural	27/05/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/05/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/05/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-2o-bimestre-2020/
3º Bimestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	30/09/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	30/09/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 148
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

Periodo	Data	Local
1º Quadrimestre/2020	26/05/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2020	29/09/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	5.027.484,80
5º Bimestre	4.652.202,54	0,00
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**18.145.839,93**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	451.465,89
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.803.643,39**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	147,18
5º Bimestre	628.883,24	0,00
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**1.129,19**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-368.614,54
5º Bimestre	-554.920,05	0,00
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-2.086.922,35**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**17.863.690,16**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 150
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 16
Peça 3034212
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 30 de Setembro de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/09/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 30/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCD3.26DD.F646.7262.DC44.

Página 151
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 30/09/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 152
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.018.791,22
Contribuições	405.000,00	715.093,80
Receita Patrimonial	758.541,16	1.776.474,81
Receita de Serviços	141.690,00	102.006,10
Transferências Correntes	24.800.584,44	16.637.754,09
Outras Receitas Correntes	115.920,00	24.320,64
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**20.274.440,66**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	980.076,09
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.048.777,30
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**2.028.853,39**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.192,50
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**1.192,50**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-2.381.521,29**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**19.922.965,26**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.434.607,35
Créditos Especiais	283.240,00
Créditos Extraordinários	130.000,00
Redução de Dotações	1.169.420,28
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.085.056,92**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	17.318.893,06
Liquidado	14.756.403,55
Pago	13.848.282,41

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 153
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.562.489,51**
SALDO A PAGAR	**908.121,14**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	272.610,15
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.169.420,28
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.169.420,28
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	29.094.687,02D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	22.987.585,06D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	919.210,96C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	9.048.343,62D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.202.015,73D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.029.093,16D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.934.590,90D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	144.783,05D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	908.655,40C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.695.169,89C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	12.085,80C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.478.222,75C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	17.726.923,78C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	13.928,25C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	75.943.949,98D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 154
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	75.943.949,98C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	10.147.553,72D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	66.305.049,08D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.866.815,85D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	68.911,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	10.147.553,72C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	66.305.049,08C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.866.815,85C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	68.911,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	59,07D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	3.139.887,94D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	417.915,99D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.557.863,00D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	24.735.968,36D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**24.737.942,70D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**28.295.805,70D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 155
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	39.285.624,54	36.059.773,32
Demais Contas	397.583.035,15	400.808.886,37
Totais	436.868.659,69	436.868.659,69

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 156
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	163.003

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	139.044,31	0,00	139.044,31
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	57.935,40	0,00	57.935,40
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	34.761,17	0,00	34.761,17
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	18.984,41	0,00	18.984,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.910,20	0,00	7.910,20
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.746,13	0,00	4.746,13
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.505,75	0,00	5.505,75
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.294,23	0,00	2.294,23
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.376,49	0,00	1.376,49
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185.529,86	0,00	185.529,86
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.304,28	0,00	77.304,28
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.382,54	0,00	46.382,54
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	151,54	0,00	151,54
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	63,19	0,00	63,19
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	37,91	0,00	37,91
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	20.321,42	0,00	20.321,42
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	8.467,51	0,00	8.467,51
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.080,54	0,00	5.080,54
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	11.280,95	0,00	11.280,95
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.700,63	0,00	4.700,63
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.820,34	0,00	2.820,34
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	34.625,22	0,00	34.625,22
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	14.427,17	0,00	14.427,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	8.656,30	0,00	8.656,30
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	133.732,56	0,00	133.732,56
11180231020000	ISS - Principal - MDE	55.722,69	0,00	55.722,69
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	33.433,56	0,00	33.433,56
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.190,99	0,00	2.190,99
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	913,25	0,00	913,25
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	547,86	0,00	547,86
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.092,81	0,00	4.092,81
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.705,41	0,00	1.705,41
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.023,18	0,00	1.023,18

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 157
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.456,01	0,00	1.456,01
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	606,71	0,00	606,71
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	363,97	0,00	363,97
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.285.068,62	0,00	3.285.068,62
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	273.755,97	0,00	273.755,97
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	821.267,18	0,00	821.267,18
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.095.022,64	0,00	1.095.022,64
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.107,54	0,00	5.107,54
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	425,71	0,00	425,71
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.276,91	0,00	1.276,91
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.702,43	0,00	1.702,43
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.223.501,28	0,00	2.223.501,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	197.355,37	0,00	197.355,37
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	557.158,85	0,00	557.158,85
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	736.376,71	0,00	736.376,71
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	314.049,85	0,00	314.049,85
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.170,90	0,00	26.170,90
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	78.512,59	0,00	78.512,59
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	104.683,90	0,00	104.683,90
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	29.187,75	0,00	29.187,75
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.432,30	0,00	2.432,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.296,93	0,00	7.296,93
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.729,25	0,00	9.729,25
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL		**10.901.050,76**	**0,00**	**10.901.050,76**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.725.262,69**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	232.050,67	0,00	232.050,67
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	586.435,13	0,00	586.435,13
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.602,07	0,00	-35.602,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.947.514,93	0,00	1.947.514,93
TOTAL II		**2.730.398,66**	**0,00**	**2.730.398,66**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.090.967,35	0,00	1.090.967,35
31	Ensino Fundamental	2.324.681,06	0,00	2.324.681,06
31	Educação Infantil	514.635,71	0,00	514.635,71

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 158
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**3.930.284,12**	**0,00**	**3.930.284,12**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.064.763,16	0,00	1.064.763,16
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.243,90	0,00	1.243,90
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**26,28**		**2.864.277,06**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.285.068,62	0,00	3.285.068,62
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	273.755,97	0,00	273.755,97
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	821.267,18	0,00	821.267,18
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.095.022,64	0,00	1.095.022,64
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.107,54	0,00	5.107,54
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	425,71	0,00	425,71
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.276,91	0,00	1.276,91
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.702,43	0,00	1.702,43
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.223.501,28	0,00	2.223.501,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	197.355,37	0,00	197.355,37
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	557.158,85	0,00	557.158,85
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	736.376,71	0,00	736.376,71
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	314.049,85	0,00	314.049,85
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.170,90	0,00	26.170,90
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	78.512,59	0,00	78.512,59
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	104.683,90	0,00	104.683,90
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	29.187,75	0,00	29.187,75
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.432,30	0,00	2.432,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.296,93	0,00	7.296,93
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.729,25	0,00	9.729,25
SUBTOTAL		**9.770.082,68**	**0,00**	**9.770.082,68**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.954.016,54**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.947.514,93	0,00	1.947.514,93
TOTAL II		**1.947.514,93**	**0,00**	**1.947.514,93**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.324.681,06	0,00	2.324.681,06
31	Educação Infantil	514.635,71	0,00	514.635,71
SUBTOTAL I		**2.839.316,77**	**0,00**	**2.839.316,77**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.064.763,16	0,00	1.064.763,16
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		724,32	0,00	724,32
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**18,16**		**1.773.829,29**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	724,32	0,00	724,32
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	3.011.938,57	0,00	3.011.938,57
Total		**3.012.662,89**	**0,00**	**3.012.662,89**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**1.807.597,73**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.956.041,20	0,00	1.956.041,20
31	Educação Infantil	437.646,69	0,00	437.646,69
TOTAL		**2.393.687,89**	**0,00**	**2.393.687,89**
% de Aplicação				**79,45**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	139.044,31	0,00	139.044,31
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	57.935,40	0,00	57.935,40
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	34.761,17	0,00	34.761,17
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	18.984,41	0,00	18.984,41
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.910,20	0,00	7.910,20
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.746,13	0,00	4.746,13
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.505,75	0,00	5.505,75
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.294,23	0,00	2.294,23
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.376,49	0,00	1.376,49
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	185.529,86	0,00	185.529,86
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.304,28	0,00	77.304,28
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.382,54	0,00	46.382,54
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	151,54	0,00	151,54
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	63,19	0,00	63,19
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	37,91	0,00	37,91
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	20.321,42	0,00	20.321,42
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	8.467,51	0,00	8.467,51
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.080,54	0,00	5.080,54
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	11.280,95	0,00	11.280,95
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.700,63	0,00	4.700,63
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.820,34	0,00	2.820,34
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	34.625,22	0,00	34.625,22
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	14.427,17	0,00	14.427,17
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	8.656,30	0,00	8.656,30
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	133.732,56	0,00	133.732,56
11180231020000	ISS - Principal - MDE	55.722,69	0,00	55.722,69
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	33.433,56	0,00	33.433,56
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.190,99	0,00	2.190,99
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	913,25	0,00	913,25
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	547,86	0,00	547,86
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.092,81	0,00	4.092,81
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.705,41	0,00	1.705,41
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.023,18	0,00	1.023,18
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.456,01	0,00	1.456,01
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	606,71	0,00	606,71
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	363,97	0,00	363,97
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.285.068,62	0,00	3.285.068,62

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 161
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	273.755,97	0,00	273.755,97
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	821.267,18	0,00	821.267,18
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.095.022,64	0,00	1.095.022,64
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.107,54	0,00	5.107,54
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	425,71	0,00	425,71
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.276,91	0,00	1.276,91
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.702,43	0,00	1.702,43
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.223.501,28	0,00	2.223.501,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	197.355,37	0,00	197.355,37
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	557.158,85	0,00	557.158,85
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	736.376,71	0,00	736.376,71
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	314.049,85	0,00	314.049,85
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.170,90	0,00	26.170,90
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	78.512,59	0,00	78.512,59
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	104.683,90	0,00	104.683,90
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	29.187,75	0,00	29.187,75
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.432,30	0,00	2.432,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.296,93	0,00	7.296,93
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	9.729,25	0,00	9.729,25
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL I		**10.901.050,76**	**0,00**	**10.901.050,76**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.635.157,61**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	139.229,99	0,00	139.229,99
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.517.289,39	0,00	1.517.289,39
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL II		**1.635.158,20**	**0,00**	**1.635.158,20**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.064.891,46	0,00	2.064.891,46
SUBTOTAL I		**2.064.891,46**	**0,00**	**2.064.891,46**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.677,04	0,00	1.677,04
SUBTOTAL III	**1.677,04**	**0,00**	**1.677,04**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**18,93**	**2.063.214,42**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 16,996%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 32,822%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,751%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 233 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 246 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 249 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 272 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 286 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 52.144,42
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 3.188,82
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 297 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.357,00
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 394 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 233 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 163
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 246 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 249 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 272 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 286 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 52.144,42

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 3.188,82

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 297 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.357,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	5.027.484,80
5º Bimestre	4.652.202,54	2.128.600,73
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**20.274.440,66**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 164
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 3096843
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	451.465,89
5º Bimestre	197.166,66	225.210,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**2.028.853,39**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	147,18
5º Bimestre	628.883,24	63,31
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**1.192,50**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-368.614,54
5º Bimestre	-554.920,05	-294.598,94
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-2.381.521,29**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**19.922.965,26**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: Prefeito Municipal
Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

Início: 16/09/2020 Término: 04/10/2020

Início: 20/10/2020 Término: 18/11/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 27 de Outubro de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 27/10/20 e MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 27/10/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2E0.B4D8.7CBF.29A2.F462.

Página 167
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/10/2020
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTD
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 168
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.102.155,16
Contribuições	405.000,00	793.982,78
Receita Patrimonial	758.541,16	1.777.779,97
Receita de Serviços	141.690,00	115.714,84
Transferências Correntes	24.800.584,44	18.757.344,82
Outras Receitas Correntes	115.920,00	37.957,93
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**22.584.935,50**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.089.084,26
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.165.456,63
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**2.254.540,89**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	0,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.248,89
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**1.248,89**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-2.814.807,90**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**22.025.917,38**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	2.078.426,68
Créditos Especiais	283.240,00
Créditos Extraordinários	130.000,00
Redução de Dotações	1.518.040,28
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.380.256,25**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	18.994.446,39
Liquidado	16.407.714,29
Pago	15.486.191,76

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 169
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.586.732,10**
SALDO A PAGAR	**921.522,53**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	567.809,48
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.518.040,28
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.518.040,28
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	29.465.086,55D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	23.036.685,20D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	933.870,89C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	10.071.552,37D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.321.136,60D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.461.445,96D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	114,10D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	3.253.704,58D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	162.861,23D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	997.157,44C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.883.067,04C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	13.229,96C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.267.486,07C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	19.975.553,66C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	15.205,72C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	77.914.702,64D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 170
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	77.914.702,64C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	10.177.918,80D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	71.072.265,50D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.874.707,69D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	74.411,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	10.177.918,80C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	71.072.265,50C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.874.707,69C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	74.411,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	68,90D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	3.591.639,85D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	369.441,50D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.961.150,25D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	24.706.463,72D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**24.708.438,06D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**28.669.588,31D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 171
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	44.012.025,05	40.412.391,22
Demais Contas	430.165.799,74	433.765.433,57
Totais	474.177.824,79	474.177.824,79

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 172
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	180.786

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	155.281,11	0,00	155.281,11
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	64.700,74	0,00	64.700,74
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	38.820,37	0,00	38.820,37
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	21.621,78	0,00	21.621,78
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.009,11	0,00	9.009,11
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.405,48	0,00	5.405,48
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.671,85	0,00	5.671,85
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.363,46	0,00	2.363,46
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.418,02	0,00	1.418,02
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	186.958,59	0,00	186.958,59
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.899,59	0,00	77.899,59
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.739,73	0,00	46.739,73
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	993,24	0,00	993,24
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	413,90	0,00	413,90
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	248,34	0,00	248,34
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	22.248,34	0,00	22.248,34
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	9.270,45	0,00	9.270,45
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.562,30	0,00	5.562,30
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	13.176,46	0,00	13.176,46
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.490,46	0,00	5.490,46
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.294,22	0,00	3.294,22
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	41.028,07	0,00	41.028,07
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	17.095,03	0,00	17.095,03
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	10.257,01	0,00	10.257,01
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	147.123,71	0,00	147.123,71
11180231020000	ISS - Principal - MDE	61.302,37	0,00	61.302,37
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	36.781,34	0,00	36.781,34
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.307,52	0,00	2.307,52
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	961,85	0,00	961,85
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	577,01	0,00	577,01
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.217,10	0,00	4.217,10
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.757,22	0,00	1.757,22
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.054,26	0,00	1.054,26

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.609,05	0,00	1.609,05
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	670,47	0,00	670,47
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	402,23	0,00	402,23
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.637.057,51	0,00	3.637.057,51
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	303.088,40	0,00	303.088,40
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	909.264,41	0,00	909.264,41
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.212.352,25	0,00	1.212.352,25
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	11.799,25	0,00	11.799,25
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	983,35	0,00	983,35
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.949,84	0,00	2.949,84
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.932,99	0,00	3.932,99
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.519.630,18	0,00	2.519.630,18
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	224.277,16	0,00	224.277,16
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	631.191,08	0,00	631.191,08
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	832.841,98	0,00	832.841,98
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	322.783,60	0,00	322.783,60
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.898,73	0,00	26.898,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	80.696,03	0,00	80.696,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	107.595,16	0,00	107.595,16
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	34.162,59	0,00	34.162,59
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.846,87	0,00	2.846,87
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.540,65	0,00	8.540,65
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.387,53	0,00	11.387,53
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL		**12.090.782,93**	**0,00**	**12.090.782,93**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.022.695,73**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	250.934,65	0,00	250.934,65
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	644.389,39	0,00	644.389,39
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.602,07	0,00	-35.602,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.168.109,91	0,00	2.168.109,91
TOTAL II		**3.027.831,88**	**0,00**	**3.027.831,88**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.175.702,06	0,00	1.175.702,06
31	Ensino Fundamental	2.588.125,84	0,00	2.588.125,84
31	Educação Infantil	572.805,39	0,00	572.805,39

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 174
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**4.336.633,29**	**0,00**	**4.336.633,29**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.213.869,56	0,00	1.213.869,56
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.267,37	0,00	1.267,37
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**25,82**		**3.121.496,36**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.637.057,51	0,00	3.637.057,51
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	303.088,40	0,00	303.088,40
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	909.264,41	0,00	909.264,41
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.212.352,25	0,00	1.212.352,25
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	11.799,25	0,00	11.799,25
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	983,35	0,00	983,35
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.949,84	0,00	2.949,84
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.932,99	0,00	3.932,99
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.519.630,18	0,00	2.519.630,18
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	224.277,16	0,00	224.277,16
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	631.191,08	0,00	631.191,08
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	832.841,98	0,00	832.841,98
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	322.783,60	0,00	322.783,60
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.898,73	0,00	26.898,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	80.696,03	0,00	80.696,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	107.595,16	0,00	107.595,16
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	34.162,59	0,00	34.162,59
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.846,87	0,00	2.846,87
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.540,65	0,00	8.540,65
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.387,53	0,00	11.387,53
SUBTOTAL		**10.884.279,56**	**0,00**	**10.884.279,56**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**2.176.855,91**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.168.109,91	0,00	2.168.109,91
TOTAL II		**2.168.109,91**	**0,00**	**2.168.109,91**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.588.125,84	0,00	2.588.125,84
31	Educação Infantil	572.805,39	0,00	572.805,39
SUBTOTAL I		**3.160.931,23**	**0,00**	**3.160.931,23**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.213.869,56	0,00	1.213.869,56
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		739,39	0,00	739,39
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**17,88**		**1.946.322,28**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	739,39	0,00	739,39
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	3.381.639,95	0,00	3.381.639,95
Total		**3.382.379,34**	**0,00**	**3.382.379,34**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**2.029.427,60**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.174.259,73	0,00	2.174.259,73
31	Educação Infantil	485.866,42	0,00	485.866,42
TOTAL		**2.660.126,15**	**0,00**	**2.660.126,15**
% de Aplicação				**78,65**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	155.281,11	0,00	155.281,11
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	64.700,74	0,00	64.700,74
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	38.820,37	0,00	38.820,37
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	21.621,78	0,00	21.621,78
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.009,11	0,00	9.009,11
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.405,48	0,00	5.405,48
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.671,85	0,00	5.671,85
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.363,46	0,00	2.363,46
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.418,02	0,00	1.418,02
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	186.958,59	0,00	186.958,59
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.899,59	0,00	77.899,59
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.739,73	0,00	46.739,73
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	993,24	0,00	993,24
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	413,90	0,00	413,90
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	248,34	0,00	248,34
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	22.248,34	0,00	22.248,34
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	9.270,45	0,00	9.270,45
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.562,30	0,00	5.562,30
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	13.176,46	0,00	13.176,46
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.490,46	0,00	5.490,46
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.294,22	0,00	3.294,22
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	41.028,07	0,00	41.028,07
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	17.095,03	0,00	17.095,03
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	10.257,01	0,00	10.257,01
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	147.123,71	0,00	147.123,71
11180231020000	ISS - Principal - MDE	61.302,37	0,00	61.302,37
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	36.781,34	0,00	36.781,34
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.307,52	0,00	2.307,52
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	961,85	0,00	961,85
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	577,01	0,00	577,01
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.217,10	0,00	4.217,10
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.757,22	0,00	1.757,22
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.054,26	0,00	1.054,26
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.609,05	0,00	1.609,05
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	670,47	0,00	670,47
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	402,23	0,00	402,23
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.637.057,51	0,00	3.637.057,51

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 177
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	303.088,40	0,00	303.088,40
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	909.264,41	0,00	909.264,41
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.212.352,25	0,00	1.212.352,25
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	11.799,25	0,00	11.799,25
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	983,35	0,00	983,35
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.949,84	0,00	2.949,84
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.932,99	0,00	3.932,99
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.519.630,18	0,00	2.519.630,18
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	224.277,16	0,00	224.277,16
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	631.191,08	0,00	631.191,08
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	832.841,98	0,00	832.841,98
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	322.783,60	0,00	322.783,60
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.898,73	0,00	26.898,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	80.696,03	0,00	80.696,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	107.595,16	0,00	107.595,16
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	34.162,59	0,00	34.162,59
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.846,87	0,00	2.846,87
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.540,65	0,00	8.540,65
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.387,53	0,00	11.387,53
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL I		**12.090.782,93**	**0,00**	**12.090.782,93**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.813.617,44**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	150.560,31	0,00	150.560,31
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.684.418,94	0,00	1.684.418,94
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL II		**1.813.618,07**	**0,00**	**1.813.618,07**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.227.527,52	0,00	2.227.527,52
SUBTOTAL I		**2.227.527,52**	**0,00**	**2.227.527,52**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.475,84	0,00	1.475,84
SUBTOTAL III	**1.475,84**	**0,00**	**1.475,84**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**18,41**	**2.226.051,68**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 17,49%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 33,536%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,484%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 286 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 52.144,42
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 294 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.783,23
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 301 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.357,00
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 398 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.294,35

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 286 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 52.144,42

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 294 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.783,23

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 301 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.357,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comercio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/
2º Bimestre	Mural	27/05/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/05/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/05/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-2o-bimestre-2020/
3º Bimestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	30/09/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	30/09/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/
5º Bimestre	Mural	24/11/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	25/11/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	24/11/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 180
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 3156661
DOCUMENTO PÚBLICO

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2020	26/05/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2020	29/09/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	5.027.484,80
5º Bimestre	4.652.202,54	4.439.095,57
6º Bimestre	4.652.207,90	0,00
TOTAL	**27.913.220,60**	**22.584.935,50**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	451.465,89
5º Bimestre	197.166,66	450.897,50
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**2.254.540,89**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	147,18
5º Bimestre	628.883,24	119,70
6º Bimestre	628.883,80	0,00
TOTAL	**3.773.300,00**	**1.248,89**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-368.614,54
5º Bimestre	-554.920,05	-727.885,55
6º Bimestre	-554.920,35	0,00
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-2.814.807,90**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**22.025.917,38**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

Início: 16/09/2020 Término: 04/10/2020

Início: 20/10/2020 Término: 18/11/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 24 de Novembro de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/11/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/11/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C795.F5B7.CB84.0A01.B1EB.

Página 183
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 30/11/2020 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.175.175,44
Contribuições	405.000,00	872.980,75
Receita Patrimonial	758.541,16	1.807.774,11
Receita de Serviços	141.690,00	127.721,37
Transferências Correntes	24.800.584,44	20.492.090,19
Outras Receitas Correntes	115.920,00	40.157,97
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**24.515.899,83**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.141.925,23
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.338.331,93
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**2.480.257,16**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	119.085,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.305,34
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**120.390,34**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-3.104.668,12**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**24.011.879,21**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	2.559.378,93
Créditos Especiais	283.240,00
Créditos Extraordinários	130.000,00
Redução de Dotações	1.706.992,53
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.672.256,25**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	19.763.417,09
Liquidado	18.021.286,19
Pago	17.075.756,67

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 185
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**1.742.130,90**
SALDO A PAGAR	**945.529,52**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	859.809,48
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.706.992,53
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.706.992,53
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	29.797.257,41D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	23.038.312,40D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	989.804,59C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	18.561.962,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	11.080.690,96D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.442.698,43D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.913.341,76D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	371,21D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	3.611.835,03D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.872,52D
TRIBUTÁRIAS	0,00	185.752,60D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.830,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.077.725,89C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.014.905,98C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	14.562,75C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.266.579,69C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	22.003.368,70C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	16.296,39C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	78.975.673,34D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 186
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	78.975.673,34C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	10.448.240,32D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	76.978.762,41D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.879.948,24D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	70.611,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	10.448.240,32C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	76.978.762,41C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.879.948,24C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	70.611,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	949,51D
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	3.737.082,31D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	369.481,33D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**4.107.513,15D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	9.243,11D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	24.888.778,50D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**24.898.021,61D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**29.005.534,76D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	2.796.438,88	0,00	2.796.438,88
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	55.843,89	0,00	55.843,89
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	557.371,20	0,00	557.371,20
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.409.653,97**	**0,00**	**3.409.653,97**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	49.736.244,25	45.800.663,97
Demais Contas	464.915.014,58	468.850.594,86
Totais	514.651.258,83	514.651.258,83

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	196.811

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	172.502,56	0,00	172.502,56
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	71.876,39	0,00	71.876,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	43.125,75	0,00	43.125,75
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	24.259,15	0,00	24.259,15
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	10.108,02	0,00	10.108,02
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.064,83	0,00	6.064,83
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.844,95	0,00	5.844,95
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.435,61	0,00	2.435,61
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.461,30	0,00	1.461,30
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	187.121,28	0,00	187.121,28
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.967,38	0,00	77.967,38
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.780,40	0,00	46.780,40
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.002,99	0,00	1.002,99
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	417,97	0,00	417,97
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	250,78	0,00	250,78
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	23.522,37	0,00	23.522,37
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	9.801,30	0,00	9.801,30
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.880,81	0,00	5.880,81
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	13.851,44	0,00	13.851,44
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.771,74	0,00	5.771,74
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.462,97	0,00	3.462,97
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	44.478,07	0,00	44.478,07
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	18.532,53	0,00	18.532,53
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	11.119,51	0,00	11.119,51
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	159.725,66	0,00	159.725,66
11180231020000	ISS - Principal - MDE	66.553,23	0,00	66.553,23
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	39.931,82	0,00	39.931,82
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.523,75	0,00	2.523,75
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.051,98	0,00	1.051,98

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 189
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	631,10	0,00	631,10
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.495,20	0,00	4.495,20
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.873,10	0,00	1.873,10
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.123,79	0,00	1.123,79
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.767,25	0,00	1.767,25
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	736,38	0,00	736,38
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	441,80	0,00	441,80
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.103.592,14	0,00	4.103.592,14
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	341.966,31	0,00	341.966,31
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.025.898,06	0,00	1.025.898,06
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.367.863,76	0,00	1.367.863,76
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.078,11	0,00	12.078,11
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.006,61	0,00	1.006,61
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.019,56	0,00	3.019,56
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.025,93	0,00	4.025,93
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.830.191,89	0,00	2.830.191,89
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	251.865,86	0,00	251.865,86
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	708.831,50	0,00	708.831,50
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	934.653,99	0,00	934.653,99
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	324.977,25	0,00	324.977,25
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.081,55	0,00	27.081,55
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.244,47	0,00	81.244,47
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	108.326,40	0,00	108.326,40
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	38.979,30	0,00	38.979,30
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.248,26	0,00	3.248,26
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	9.744,82	0,00	9.744,82
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	12.993,10	0,00	12.993,10
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL		**13.462.855,62**	**0,00**	**13.462.855,62**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.365.713,91**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	267.125,63	0,00	267.125,63
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	711.463,47	0,00	711.463,47
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.602,07	0,00	-35.602,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.427.863,18	0,00	2.427.863,18
TOTAL II		**3.370.850,21**	**0,00**	**3.370.850,21**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.260.155,71	0,00	1.260.155,71
31	Ensino Fundamental	2.851.210,29	0,00	2.851.210,29
31	Educação Infantil	629.481,71	0,00	629.481,71
SUBTOTAL I		**4.740.847,71**	**0,00**	**4.740.847,71**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.326.174,83	0,00	1.326.174,83
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.292,01	0,00	1.292,01
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**25,35**		**3.413.380,87**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.103.592,14	0,00	4.103.592,14
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	341.966,31	0,00	341.966,31
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.025.898,06	0,00	1.025.898,06
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.367.863,76	0,00	1.367.863,76
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.078,11	0,00	12.078,11
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.006,61	0,00	1.006,61
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.019,56	0,00	3.019,56
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.025,93	0,00	4.025,93
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.830.191,89	0,00	2.830.191,89
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	251.865,86	0,00	251.865,86
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	708.831,50	0,00	708.831,50
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	934.653,99	0,00	934.653,99
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	324.977,25	0,00	324.977,25
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.081,55	0,00	27.081,55
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.244,47	0,00	81.244,47
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	108.326,40	0,00	108.326,40
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	38.979,30	0,00	38.979,30
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.248,26	0,00	3.248,26
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	9.744,82	0,00	9.744,82
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	12.993,10	0,00	12.993,10
SUBTOTAL		**12.191.588,87**	**0,00**	**12.191.588,87**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 191
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.438.317,77**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.427.863,18	0,00	2.427.863,18
TOTAL II		**2.427.863,18**	**0,00**	**2.427.863,18**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.851.210,29	0,00	2.851.210,29
31	Educação Infantil	629.481,71	0,00	629.481,71
SUBTOTAL I		**3.480.692,00**	**0,00**	**3.480.692,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.326.174,83	0,00	1.326.174,83
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		756,04	0,00	756,04
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**17,67**		**2.153.761,13**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	756,04	0,00	756,04
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	3.753.698,49	0,00	3.753.698,49
Total		**3.754.454,53**	**0,00**	**3.754.454,53**

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **2.252.672,72**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.399.545,93	0,00	2.399.545,93
31	Educação Infantil	534.418,74	0,00	534.418,74
TOTAL		**2.933.964,67**	**0,00**	**2.933.964,67**

% de Aplicação **78,15**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **57.473,82**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	172.502,56	0,00	172.502,56
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	71.876,39	0,00	71.876,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	43.125,75	0,00	43.125,75
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	24.259,15	0,00	24.259,15
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	10.108,02	0,00	10.108,02
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.064,83	0,00	6.064,83
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.844,95	0,00	5.844,95
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.435,61	0,00	2.435,61
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.461,30	0,00	1.461,30
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	187.121,28	0,00	187.121,28
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	77.967,38	0,00	77.967,38
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	46.780,40	0,00	46.780,40
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.002,99	0,00	1.002,99
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	417,97	0,00	417,97
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	250,78	0,00	250,78
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	23.522,37	0,00	23.522,37
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	9.801,30	0,00	9.801,30
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.880,81	0,00	5.880,81
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	13.851,44	0,00	13.851,44
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.771,74	0,00	5.771,74
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.462,97	0,00	3.462,97
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	44.478,07	0,00	44.478,07
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	18.532,53	0,00	18.532,53
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	11.119,51	0,00	11.119,51
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	159.725,66	0,00	159.725,66
11180231020000	ISS - Principal - MDE	66.553,23	0,00	66.553,23
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	39.931,82	0,00	39.931,82
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.523,75	0,00	2.523,75
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.051,98	0,00	1.051,98
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	631,10	0,00	631,10
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.495,20	0,00	4.495,20
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.873,10	0,00	1.873,10
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.123,79	0,00	1.123,79

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.767,25	0,00	1.767,25
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	736,38	0,00	736,38
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	441,80	0,00	441,80
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.103.592,14	0,00	4.103.592,14
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	341.966,31	0,00	341.966,31
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.025.898,06	0,00	1.025.898,06
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.367.863,76	0,00	1.367.863,76
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.078,11	0,00	12.078,11
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.006,61	0,00	1.006,61
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.019,56	0,00	3.019,56
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.025,93	0,00	4.025,93
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.830.191,89	0,00	2.830.191,89
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	251.865,86	0,00	251.865,86
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	708.831,50	0,00	708.831,50
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	934.653,99	0,00	934.653,99
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	324.977,25	0,00	324.977,25
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.081,55	0,00	27.081,55
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.244,47	0,00	81.244,47
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	108.326,40	0,00	108.326,40
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	38.979,30	0,00	38.979,30
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.248,26	0,00	3.248,26
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	9.744,82	0,00	9.744,82
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	12.993,10	0,00	12.993,10
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL I		**13.462.855,62**	**0,00**	**13.462.855,62**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.019.428,34**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	160.274,86	0,00	160.274,86
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.880.515,34	0,00	1.880.515,34
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL II		**2.019.429,02**	**0,00**	**2.019.429,02**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.403.283,48	0,00	2.403.283,48
SUBTOTAL I		**2.403.283,48**	**0,00**	**2.403.283,48**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.155,91	0,00	1.155,91
SUBTOTAL III		**1.155,91**	**0,00**	**1.155,91**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**17,84**	**2.402.127,57**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 17,642%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 34,009%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,96%
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 258 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 289 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 52.144,42
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 297 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.377,64
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 402 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

sintética.

Justificativa: Em verificação com a empresa prestadora de serviços de informática Delta.

Descrição: BDP_32 - Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 258 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 289 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.038,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 52.144,42

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 297 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 6.377,64

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Semestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 196
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

1º Quadrimestre	Mural	Não Publicado
	Jornal	Não Publicado
	Internet	Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural	Não Publicado
	Jornal	Não Publicado
	Internet	Não Publicado

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 199
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 17
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	5.027.484,80
5º Bimestre	4.652.202,54	4.339.095,57
6º Bimestre	4.652.207,90	2.030.964,33
TOTAL	**27.913.220,60**	**24.515.899,83**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	451.465,89
5º Bimestre	197.166,66	450.897,50

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 200
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 18
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
6º Bimestre	197.166,70	225.716,27
TOTAL	**1.183.000,00**	**2.480.257,16**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	147,18
5º Bimestre	628.883,24	100.119,70
6º Bimestre	628.883,80	19.141,45
TOTAL	**3.773.300,00**	**120.390,34**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-368.614,54
5º Bimestre	-554.920,05	-727.885,55
6º Bimestre	-554.920,35	-289.860,22
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-3.104.668,12**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**24.011.879,21**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

Página 201
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 19
Peça 3228001
DOCUMENTO PÚBLICO

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

Início: 16/09/2020 Término: 04/10/2020

Início: 20/10/2020 Término: 18/11/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 23 de Dezembro de 2020

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 23/12/20 e IRIO MIGUEL STEIN em 23/12/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8AF1.DC8F.804C.8544.46D5.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2020
Periodo: 2º Semestre
PM DE SERTÃO SANTANA

52004112715893375

Para uso do Tribunal de Contas
Fl. | Rubrica

29/01/2021 08:33:25
3.0.1.4 Pág.: 1/7

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA
CNPJ: 94068236000103
ORGÃO Nº: 81600
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 62002113392332658 (Modelo 9)
É Encerramento de Mandato? Sim
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Fundo
Responsável pelo Fundo: Diego Chamorro dos Santos
Telefone: (51)34921066
e-mail: rpps@sertaosantana-rs.com.br
Lei de Instituição do Controle Interno: 605
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 25/09/2002
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 1.333
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 02/07/2014
Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: Decreto 1818/2014
Decreto que regulamentou a Lei de Instituição do Controle Interno: 1817/2014
Forma de Estruturação do Controle Interno:
O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo
O município realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
367759080	Vinicius Frazzon Boer	concurso publico	controle.interno@sertaosantana-rs.com.br	(51) 3495-1066

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
55689213004	João Alberto Meyer

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Observações: Não faz mais parte do controle interno

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Veredores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 30/10/2019, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.968C.7076.7D2C.8A6C.39F0.

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2020, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2020 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 2º Semestre de 2020 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, entretanto, não possibilita a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2020 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.968C.7076.7D2C.8A6C.39F0.

Observações: Há a lei 1500/2020, que concede desconto no IPTU. O entendimento da contadoria é que este desconto se trata de renúncia de receita.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2020, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2020.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2020.

Não houve a realização de ato que resultou aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final de mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.968C.7076.7D2C.8A6C.39F0.

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

21 - Restos a Pagar - Últimos 8 meses de mandato

O Poder Executivo, no que concerne a Restos a Pagar por recursos vinculados, não apresentou insuficiência financeira decorrente de empenhos emitidos no período de 01/05 a 31/12/2020 (últimos 2 quadrimestres do mandato).

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2020.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 31/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

27 - Controle Interno

Os servidores lotados na Unidade Central de Controle Interno exercem suas atividades exclusivamente para o Controle Interno.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.968C.7076.7D2C.8A6C.39F0.

Não foram inseridas observações para este item.

A Lei Orçamentária Anual não estabeleceu a previsão de recursos específicos para as atividades pertinentes ao Sistema de Controle Interno.

Não foram inseridas observações para este item.

A Administração Municipal adotou parcialmente providências tendentes à correção das inconformidades apontadas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela Unidade Central de Controle Interno.

Observações: As recomendações passadas durante o ano de 2020 foram parcialmente atendidadas. Ao final do ano, foram reforaçadas.

A Administração Municipal adotou providências para regularização das irregularidades e responsabilização dos agentes que agiram em infringência às legislações válidas para a Administração Pública do município.

Observações: Advertências foram encaminhadas a servidor.

Há previsão em lei municipal que os órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, além do Poder Legislativo, submetem-se à fiscalização da UCCI - inciso I do art. 3º da Resolução TCE/RS nº936/2012.

Lei Municipal nº: 1316/14 **artigo:** 1º, parágrafo único

Não há previsão em lei municipal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado - alínea 'h' do inciso II do art. 4º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas - alínea 'c' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Há indicação em lei municipal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao Tribunal de Contas das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal e alínea 'd' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 1316/14 **artigo:** 17, xxiii

Não foram inseridas observações para este item.

Há previsão em lei municipal e/ou em normativas próprias, de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário - inciso II do parágrafo único do art. 6º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 1316/14 **artigo:** 17, xxiv

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.968C.7076.7D2C.8A6C.39F0.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2020

Periodo: 2º Semestre

PM DE SERTÃO SANTANA

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar

Página 208
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3293980
DOCUMENTO PÚBLICO

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.968C.7076.7D2C.8A6C.39F0.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2020

Periodo: 2º Semestre

PM DE SERTÃO SANTANA

PM DE SERTÃO SANTANA, 29/01/2021

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

Vinicius Frazzon Boer

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.968C.7076.7D2C.8A6C.39F0.

Página 210
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 211
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.444.020,78
Contribuições	405.000,00	1.121.567,51
Receita Patrimonial	758.541,16	2.901.437,87
Receita de Serviços	141.690,00	151.408,61
Transferências Correntes	24.800.584,44	23.192.985,60
Outras Receitas Correntes	115.920,00	42.973,06
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**28.854.393,43**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.488.545,62
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.709.344,87
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**3.197.890,49**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	369.083,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.469,96
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**370.552,96**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-3.412.136,79**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.269.030,14
Créditos Especiais	383.340,00
Créditos Extraordinários	133.000,00
Redução de Dotações	2.357.643,74
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.834.356,25**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	21.263.736,60
Liquidado	21.249.737,74
Pago	21.005.212,15

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 212
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**13.998,86**
SALDO A PAGAR	**244.525,59**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	1.021.909,48
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.357.643,74
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.357.643,74
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	30.859.428,03D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	23.629.133,50D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	296.759,30C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	13.136.060,18D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.625.239,41D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.694.676,34D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	371,21D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	4.017.310,57D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.909,50D
TRIBUTÁRIAS	0,00	348.826,02D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	8.109.407,77D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.602.133,57C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.610.113,13C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	21.342,45C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.635.642,35C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	25.435.355,59C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	22.720,04C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	80.638.092,85D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 213
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	80.638.092,85C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	10.534.343,34D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	90.844.793,16D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.890.249,81D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	66.811,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	10.534.343,34C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	90.844.793,16C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.890.249,81C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	66.811,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	3.047.856,55D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	358.574,16D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.406.430,71D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	9.243,11D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	26.634.971,89D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**26.644.215,00D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**30.050.645,71D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 214
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	65.701.570,97	60.720.879,74
Demais Contas	1.375.835.161,95	1.380.815.853,18
Totais	1.441.536.732,92	1.441.536.732,92

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	237.740

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000	RECEITAS CORRENTES	28.854.393,43	0,00	28.854.393,43
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	370.552,96	0,00	370.552,96
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.412.136,79	0,00	-3.412.136,79
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
13210011010301	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção Básica	1.929,04	0,00	1.929,04
13210011010302	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	22,99	0,00	22,99
13210011010303	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	323,71	0,00	323,71
13210011010304	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	64,27	0,00	64,27
13210011010306	Rec Rend Aplic Financ. - Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	214,74	0,00	214,74
13210011010307	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	402,89	0,00	402,89
13210011010308	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	0,84	0,00	0,84
13210011010313	Rec Rend Aplic Financ. - Dispensação de Fraldas	40,47	0,00	40,47
13210011010314	Rec Rend Aplic Financ. - Qualif Atenção Basica/PIES	1.279,26	0,00	1.279,26
13210011010315	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Assist.Farmac.Básica Est/diabeticos	134,77	0,00	134,77
13210011010316	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Oficina Terapeutica	287,26	0,00	287,26
13210011010317	Rec Rend Aplic Financ- FMS Progr. Vig Promoção Saude	323,73	0,00	323,73
13210011010318	Rec Rend Aplic Financ-Cons Pop 15/16 Saude	84,01	0,00	84,01
13210011010319	Rec. De Rem Dep Banc NFG SAÚDE	48,32	0,00	48,32
13210011010320	Rec. De Rem Dep Banc- ESF ESTADUAL	645,98	0,00	645,98
13210011010333	Rec. Rem. de Depósito Banc.- Emenda Parl. p/ Custeio COVID 19	408,48	0,00	408,48
13210011010334	Rec. Rem. Dep. FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	0,53	0,00	0,53
13210011010701	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FEAS	94,39	0,00	94,39
13210011010702	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GBF FNAS	51,30	0,00	51,30
13210011010703	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSB FNAS	854,74	0,00	854,74
13210011010704	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSEMC FNAS	9,60	0,00	9,60
13210011010705	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GSUAS FNAS	29,74	0,00	29,74
13210011010706	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL BPC Escola	0,82	0,00	0,82
13210011010707	Rem. Dep. Banc. de Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS para EPI Portaria 369/2020	2,89	0,00	2,89
13210011010708	Rem. Dep. Banc. de Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS para ALIMENTOS Portaria 369/2020	47,40	0,00	47,40
13210011010802	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FNDE/PNATE	167,27	0,00	167,27
13210011010803	Rem Dep Banc de Rec Vinc - Sal Educ Fed	541,22	0,00	541,22
13210011010804	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PNAE	51,27	0,00	51,27
13210011010805	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PRE	16,34	0,00	16,34
13210011010807	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/CRECHE	7,78	0,00	7,78
13210011010808	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FNDE/BRASIL CARINHOSO	0,63	0,00	0,63

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010809	Rec Rend Aplic Financ-PRO-INFANCIA	8,32	0,00	8,32
13210011010810	Rec de Remun Dep Banc - PAC 2 FNDE PAR Aquis.Veic.e Mobiliario	71,93	0,00	71,93
13210011010812	Remu. de Dep. Banc.de Rec. Vinc. - FNDE - Auxílio Financeiro Resolução 11/2018	1,75	0,00	1,75
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	2.856.883,94	0,00	2.856.883,94
17180311000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde ? SUS ? Repasses Fundo a Fundo - Principal	803.530,08	0,00	803.530,08
17180321000000	Transf.de Rec.do SUS Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	8.353,80	0,00	8.353,80
17180331000000	Transf.de Rec.do SUS Vigilância em Saúde - Principal	33.951,47	0,00	33.951,47
17180341000000	Transf.de Rec.do SUS Assistência Farmacêutica - Principal	38.591,64	0,00	38.591,64
17180391010000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 480/2020 - COVID19	14.782,15	0,00	14.782,15
17180391020000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.666/20 - COVID 19	155.582,00	0,00	155.582,00
17180391030000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.857/20 - COVID19	17.028,00	0,00	17.028,00
17180391040000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 430/2020 - COVID19	75.000,00	0,00	75.000,00
17180391050000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.358/2020 - COVID19	18.000,00	0,00	18.000,00
17180391060000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.222/2020 - COVID19	9.685,00	0,00	9.685,00
17180391070000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.405/2020 - COVID19	11.620,00	0,00	11.620,00
17180391080000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.516/2020 - COVID19	20.199,33	0,00	20.199,33
17180391090000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.797/2020 - COVID19	180.000,00	0,00	180.000,00
17180391100000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.994/2020 - COVID19	8.312,50	0,00	8.312,50
17180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	294.916,98	0,00	294.916,98
17180531010000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Ensino Fundamental	48.074,40	0,00	48.074,40
17180531020000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Pré-Escola	15.158,00	0,00	15.158,00
17180531040000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - CRECHE	6.826,60	0,00	6.826,60
17180541010000	Transferencias Diretas do FNDE Referentes ao PNATE	129.502,32	0,00	129.502,32
17181031010000	Cota-Parte FMAS BL PSB FNAS	93.856,62	0,00	93.856,62
17181031020000	Cota-Parte FMAS BL PSEMC FNAS	1.629,06	0,00	1.629,06
17181031040000	Cota-Parte FMAS BL GBF FNAS	17.160,00	0,00	17.160,00
17181211010000	Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Acões de Combate ao COVID-19	1.560,79	0,00	1.560,79
17181211020000	Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Acões de Combate ao COVID-19	120.000,00	0,00	120.000,00
17181211030000	Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para EPI Portaria 369/2020	3.150,00	0,00	3.150,00
17181211040000	Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS Portaria 369/2020	51.750,00	0,00	51.750,00
17280311010000	Assistencia Programa Farmácia Básica/diabeticos	27.541,20	0,00	27.541,20
17280311030000	ATENÇÃO BÁSICA OFICINAS TERAPÊUTICAS	66.000,00	0,00	66.000,00
17280311040000	Atenção BÁSICA PIES	205.757,79	0,00	205.757,79
17280311050000	Programa Dispensação de Fraldas	4.831,50	0,00	4.831,50
17280311060000	Programa NFG Saude	4.615,57	0,00	4.615,57
17280311070000	Incentivo a Equipe de Saúde da Família (ESF)	103.000,00	0,00	103.000,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280311080000	Transf. de Emendas Parlamentares Estaduais p/ Enfrentamento do Coronavírus	100.000,00	0,00	100.000,00
17280311090000	Transf. de Recursos do FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	7.000,00	0,00	7.000,00
17281021010000	Transferências de Convênios para o Transporte Escolar - Principal	169.216,28	0,00	169.216,28
17281091060000	Programa ASEMA - Apoio Sócio-educativo em Meio Aberto - Principal	9.269,55	0,00	9.269,55
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	13.216,92	0,00	13.216,92
24180411010000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS destinados à Atenção Básica - Principal - Emenda Lasier Martins	249.998,00	0,00	249.998,00
24181211000000	Transf. do FNAS Emenda Autor Pedro Westphalen - SIGTV Estruturação	100.000,00	0,00	100.000,00
24281091010000	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv	19.085,00	0,00	19.085,00
913210011010313	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Dispensação de Fraldas	-10,07	0,00	-10,07
913210011010314	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Qualif Atenção Basica/PIES	-363,76	0,00	-363,76
913210011010315	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Assist.Farmac.Básica Est/Diabeticos	-29,14	0,00	-29,14
913210011010316	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Oficina Terapeutica	-73,30	0,00	-73,30
913210011010317	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Vig. Promoção Saude	-26,05	0,00	-26,05
913210011010319	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. NFG SAÚDE	-12,57	0,00	-12,57
913210011010320	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. ESF ESTADUAL	-200,22	0,00	-200,22
913210011010333	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Emenda Parl.p/Custeio COVID 19	-17,70	0,00	-17,70
913210011010701	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FEAS	-78,13	0,00	-78,13
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-533.099,89	0,00	-533.099,89
TOTAL		**19.129.314,42**	**0,00**	**19.129.314,42**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.448,93	0,00	12.448,93
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL		**15.660.771,99**	**0,00**	**15.660.771,99**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.915.193,00**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	330.878,93	0,00	330.878,93
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	890.062,29	0,00	890.062,29
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.602,07	0,00	-35.602,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.734.963,18	0,00	2.734.963,18
TOTAL II		**3.920.302,33**	**0,00**	**3.920.302,33**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.347.376,13	0,00	1.347.376,13
31	Ensino Fundamental	3.439.411,11	0,00	3.439.411,11
31	Educação Infantil	747.134,49	0,00	747.134,49
SUBTOTAL I		**5.533.921,73**	**0,00**	**5.533.921,73**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.378,12	0,00	1.378,12
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**26,06**		**4.081.548,87**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
SUBTOTAL		**13.789.938,73**	**0,00**	**13.789.938,73**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.757.987,75**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.734.963,18	0,00	2.734.963,18
TOTAL II		**2.734.963,18**	**0,00**	**2.734.963,18**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.439.411,11	0,00	3.439.411,11
31	Educação Infantil	747.134,49	0,00	747.134,49
SUBTOTAL I		**4.186.545,60**	**0,00**	**4.186.545,60**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		820,66	0,00	820,66
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**19,83**		**2.734.730,20**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	820,66	0,00	820,66
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	4.185.618,40	0,00	4.185.618,40
Total		**4.186.439,06**	**0,00**	**4.186.439,06**

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **2.511.863,44**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.829.978,28	0,00	2.829.978,28
31	Educação Infantil	619.755,97	0,00	619.755,97
TOTAL		**3.449.734,25**	**0,00**	**3.449.734,25**

% de Aplicação **82,40**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.448,93	0,00	12.448,93
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 223
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL I		**15.660.771,99**	**0,00**	**15.660.771,99**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.349.115,80**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	198.636,05	0,00	198.636,05
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.171.934,59	0,00	2.171.934,59
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL II		**2.349.209,46**	**0,00**	**2.349.209,46**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.706.944,83	0,00	2.706.944,83
SUBTOTAL I		**2.706.944,83**	**0,00**	**2.706.944,83**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.365,29	0,00	1.365,29
SUBTOTAL III		**1.365,29**	**0,00**	**1.365,29**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**17,28**	**2.705.579,54**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 17,996%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 19 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 33,752%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,716%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 65 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.048,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.402,37
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 480,47
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 405 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BDP_32 - Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.048,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.402,37

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 480,47

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comercio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/
2º Bimestre	Mural	27/05/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/05/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/05/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-2o-bimestre-2020/
3º Bimestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	30/09/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	30/09/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/
5º Bimestre	Mural	24/11/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	25/11/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	24/11/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/
6º Bimestre	Mural	27/01/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/01/2021	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/01/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/
2º Semestre	Mural	27/01/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/01/2021	Regional de Notícias
	Internet	27/01/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 226
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 17
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

2º Quadrimestre	Mural	Não Publicado
	Jornal	Não Publicado
	Internet	Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2020	26/05/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2020	29/09/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	28.854.393,43	0,00	28.854.393,43
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.412.136,79	0,00	-3.412.136,79
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	2.856.883,94	0,00	2.856.883,94
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	13.216,92	0,00	13.216,92
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-533.099,89	0,00	-533.099,89
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**21.630.494,37**	**0,00**	**21.630.494,37**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**21.630.494,37**	**0,00**	**21.630.494,37**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 227
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 18
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.844.921,71	0,00	14.844.921,71
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	1.265.345,44	0,00	1.265.345,44
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	106.190,60	0,00	106.190,60
319003010000000	Civis	129.596,83	0,00	129.596,83
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	11.238,93	0,00	11.238,93
319005000101000	Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	44.733,34	0,00	44.733,34
319005000103000	Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	29.702,28	0,00	29.702,28
319005000105000	Salário-Familia De Segurados	1.993,42	0,00	1.993,42
319008560100000	Salário Família de Segurados Ativos	3.695,12	0,00	3.695,12
319008990400000	Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	347.232,20	0,00	347.232,20
319011070000000	Abono de Permanencia	3.239,68	0,00	3.239,68
319113990100000	Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	1.491.577,44	0,00	1.491.577,44
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**11.410.376,43**	**0,00**	**11.410.376,43**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**380.160,46**	**0,00**	**380.160,46**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**11.030.215,97**	**0,00**	**11.030.215,97**

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	96.213,32	0,00	96.213,32
1	11111190201000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. ICMS-IPI Lei 87/96	54.708,44	0,00	54.708,44
1	11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID ALIMENTOS	51.797,40	0,00	51.797,40
1	11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	83.157,80	0,00	83.157,80
1	11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	37,85	0,00	37,85
1	11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	6.471,96	0,00	6.471,96
20	11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	154.231,38	0,00	154.231,38
31	11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	12.019,58	0,00	12.019,58
40	11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	47.303,78	0,00	47.303,78
1016	11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	15.058,76	0,00	15.058,76
1017	11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	10.926,53	0,00	10.926,53
1027	11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	200.604,97	0,00	200.604,97
1028	11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	126.738,03	0,00	126.738,03
1037	11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	17,04	0,00	17,04
1038	11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.868,08	0,00	7.868,08
1044	11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	248,03	0,00	248,03
1045	11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	207,21	0,00	207,21
1067	11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.648,45	0,00	11.648,45
1069	11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.931,09	0,00	4.931,09
1086	11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	318,71	0,00	318,71
1090	11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	5.825,83	0,00	5.825,83
1095	11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.475,79	0,00	4.475,79

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1122	11111190202000900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PRO-INFANCIA	1.694,89	0,00	1.694,89
1127	11111190203001000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.680,40	0,00	1.680,40
1128	11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.483,83	0,00	29.483,83
1130	11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	148.259,96	0,00	148.259,96
1138	11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.652,08	0,00	14.652,08
1143	11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	10.731,32	0,00	10.731,32
1148	11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	230.965,69	0,00	230.965,69
1149	11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	3.155,89	0,00	3.155,89
1150	11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.624,35	0,00	4.624,35
1151	11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.605,21	0,00	18.605,21
1152	11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,46	0,00	165,46
1154	11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	1.215,48	0,00	1.215,48
1156	11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	4.536,33	48.750,00	53.286,33
1162	11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	129,04	0,00	129,04
1165	11111190202001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	326,93	0,00	326,93
1180	11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	6.627,73	0,00	6.627,73
1181	11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	323.808,89	0,00	323.808,89
1183	11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID EPI	3.152,89	0,00	3.152,89
1186	11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	19.085,00	0,00	19.085,00
4001	11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	93.946,91	0,00	93.946,91
4011	11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	37.319,46	0,00	37.319,46
4011	11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	207.061,74	0,00	207.061,74
4011	11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 SAUDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	6.963,55	0,00	6.963,55
4050	11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	3.797,38	0,00	3.797,38
4050	11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	20.363,33	0,00	20.363,33
4090	11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	104.856,56	0,00	104.856,56
4190	11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.193,34	0,00	9.193,34

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4297	11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	4.993,65	0,00	4.993,65
4300	11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	4.656,42	0,00	4.656,42
4500	11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	406.495,24	0,00	406.495,24
4501	11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.486,14	0,00	3.486,14
4502	11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	42.578,42	0,00	42.578,42
4503	11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	16.430,49	0,00	16.430,49
4505	11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	324.241,58	0,00	324.241,58
4506	11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	185,06	0,00	185,06
4511	11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	367.384,77	0,00	367.384,77
8001	11111191207000100000	BANRISUL S/A - CTA LIVRE EXTRA 8001	34.765,27	0,00	34.765,27
TOTAL			**3.406.430,71**	**48.750,00**	**3.455.180,71**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
50	11111060100000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. RPPS	12.371.389,68	0,00	12.371.389,68
50	11111060100000200000	C.E.FEDERAL - CTA. RPPS	13.045.214,56	0,00	13.045.214,56
50	11111060100000400000	BANRISUL S/A - CTA RPPS	1.218.367,65	0,00	1.218.367,65
8050	11111060100000500000	CTA RECURSO EXTRA ORCAMENTARIO - 8050	9.243,11	0,00	9.243,11
TOTAL			**26.644.215,00**	**0,00**	**26.644.215,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	96.213,32	0,00	96.213,32

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 231
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 22
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190201000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. ICMS-IPI Lei 87/96	54.708,44	0,00	54.708,44
11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	93.946,91	0,00	93.946,91
11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	154.231,38	0,00	154.231,38
11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	200.604,97	0,00	200.604,97
11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	12.019,58	0,00	12.019,58
11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	126.738,03	0,00	126.738,03
11111190202000900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PRO-INFANCIA	1.694,89	0,00	1.694,89
11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	15.058,76	0,00	15.058,76
11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.931,09	0,00	4.931,09
11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	1.215,48	0,00	1.215,48
11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.652,08	0,00	14.652,08
11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	129,04	0,00	129,04
11111190202001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	326,93	0,00	326,93
11111190203001000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.680,40	0,00	1.680,40
11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	10.731,32	0,00	10.731,32
11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	324.241,58	0,00	324.241,58
11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	185,06	0,00	185,06
11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	406.495,24	0,00	406.495,24
11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.486,14	0,00	3.486,14
11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	42.578,42	0,00	42.578,42
11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	16.430,49	0,00	16.430,49
11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	367.384,77	0,00	367.384,77
11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	230.965,69	0,00	230.965,69
11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.605,21	0,00	18.605,21
11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.624,35	0,00	4.624,35
11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,46	0,00	165,46
11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	3.155,89	0,00	3.155,89
11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID ALIMENTOS	51.797,40	0,00	51.797,40
11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID EPI	3.152,89	0,00	3.152,89
11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.868,08	0,00	7.868,08
11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	323.808,89	0,00	323.808,89
11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	83.157,80	0,00	83.157,80
11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	10.926,53	0,00	10.926,53
11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	207,21	0,00	207,21
11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	248,03	0,00	248,03
11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.483,83	0,00	29.483,83

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	5.825,83	0,00	5.825,83
11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	4.536,33	0,00	4.536,33
11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	47.303,78	0,00	47.303,78
11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	318,71	0,00	318,71
11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	6.627,73	0,00	6.627,73
11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	37,85	0,00	37,85
11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	6.471,96	0,00	6.471,96
11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.648,45	0,00	11.648,45
11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.475,79	0,00	4.475,79
11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	17,04	0,00	17,04
11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	148.259,96	0,00	148.259,96
11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	19.085,00	0,00	19.085,00
11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	3.797,38	0,00	3.797,38
11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.193,34	0,00	9.193,34
11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	37.319,46	0,00	37.319,46
11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	207.061,74	0,00	207.061,74
11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	20.363,33	0,00	20.363,33
11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	4.656,42	0,00	4.656,42
11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	104.856,56	0,00	104.856,56
11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	4.993,65	0,00	4.993,65
11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 SAUDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	6.963,55	0,00	6.963,55
11111191207000100000	BANRISUL S/A - CTA LIVRE EXTRA 8001	34.765,27	0,00	34.765,27
63270000000000000000	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-244.525,59	0,00	-244.525,59
TOTAL		**3.161.905,12**	**0,00**	**3.161.905,12**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**3.161.905,12**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 233
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 24
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21881010200010000000	INSS - Folha	0,01	0,00	0,01
21881010200030000000	INSS - Serviço Terceiros	859,20	0,00	859,20
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.117,48	0,00	7.117,48
21881011103000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - EXECUTIVO	29.574,98	0,00	29.574,98
21881011104000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - LEGISLATIVO	5.190,29	0,00	5.190,29
21881019900030000000	OUTROS CONSIGNATARIOS - Plano Telefone	248,64	0,00	248,64
22721030100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	18.783.191,46	0,00	18.783.191,46
22721030500000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-1.632.322,76	0,00	-1.632.322,76
22721040100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	60.112.690,20	0,00	60.112.690,20
22721040200000000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-11.916.652,44	0,00	-11.916.652,44
22721040300000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-9.473.772,52	0,00	-9.473.772,52
22721040400000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-4.937.951,40	0,00	-4.937.951,40
22721059800000000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-24.290.967,54	0,00	-24.290.967,54
63110000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.788,22	0,00	2.788,22
63171000000000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDARINSCRICAO NO EXERCICIO	13.998,86	0,00	13.998,86
TOTAL		**26.703.992,68**	**0,00**	**26.703.992,68**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 234
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 25
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 235
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 26
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	193.566,55	0,00	193.566,55	193.566,55
20	0,00	2.183,26	0,00	2.183,26	2.183,26
31	0,00	10.905,59	0,00	10.905,59	10.905,59
40	0,00	6.509,39	0,00	6.509,39	6.509,39
1027	0,00	537,86	0,00	537,86	537,86
1151	0,00	97,24	0,00	97,24	97,24
1181	0,00	7.380,00	0,00	7.380,00	7.380,00
4011	0,00	879,75	0,00	879,75	879,75
4500	0,00	20.905,95	0,00	20.905,95	20.905,95
4511	0,00	1.560,00	0,00	1.560,00	1.560,00
TOTAL	**0,00**	**244.525,59**	**0,00**	**244.525,59**	**244.525,59**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	2.680,99	190,27	0,00	190,27	2.871,26
20	107,23	0,00	0,00	0,00	107,23
1156	0,00	12.768,59	0,00	12.768,59	12.768,59
4511	0,00	1.040,00	0,00	1.040,00	1.040,00
TOTAL	**2.788,22**	**13.998,86**	**0,00**	**13.998,86**	**16.787,08**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		292.386,77	0,00	292.386,77	
20		154.231,38	0,00	154.231,38	

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 236
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 27
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
31		12.019,58	0,00	12.019,58	
40		47.303,78	0,00	47.303,78	
50		26.634.971,89	0,00	26.634.971,89	
1016		15.058,76	0,00	15.058,76	
1017		10.926,53	0,00	10.926,53	
1027		200.604,97	0,00	200.604,97	
1028		126.738,03	0,00	126.738,03	
1037		17,04	0,00	17,04	
1038		7.868,08	0,00	7.868,08	
1044		248,03	0,00	248,03	
1045		207,21	0,00	207,21	
1067		11.648,45	0,00	11.648,45	
1069		4.931,09	0,00	4.931,09	
1086		318,71	0,00	318,71	
1090		5.825,83	0,00	5.825,83	
1095		4.475,79	0,00	4.475,79	
1122		1.694,89	0,00	1.694,89	
1127		1.680,40	0,00	1.680,40	
1128		29.483,83	0,00	29.483,83	
1130		148.259,96	0,00	148.259,96	
1138		14.652,08	0,00	14.652,08	
1143		10.731,32	0,00	10.731,32	
1148		230.965,69	0,00	230.965,69	
1149		3.155,89	0,00	3.155,89	
1150		4.624,35	0,00	4.624,35	
1151		18.605,21	0,00	18.605,21	
1152		165,46	0,00	165,46	
1154		1.215,48	0,00	1.215,48	
1156		4.536,33	48.750,00	53.286,33	
1162		129,04	0,00	129,04	
1165		326,93	0,00	326,93	
1180		6.627,73	0,00	6.627,73	
1181		323.808,89	0,00	323.808,89	
1183		3.152,89	0,00	3.152,89	
1186		19.085,00	0,00	19.085,00	
4001		93.946,91	0,00	93.946,91	
4011		251.344,75	0,00	251.344,75	
4050		24.160,71	0,00	24.160,71	
4090		104.856,56	0,00	104.856,56	
4190		9.193,34	0,00	9.193,34	
4297		4.993,65	0,00	4.993,65	
4300		4.656,42	0,00	4.656,42	
4500		406.495,24	0,00	406.495,24	
4501		3.486,14	0,00	3.486,14	
4502		42.578,42	0,00	42.578,42	

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 237
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 28
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4503		16.430,49	0,00	16.430,49	
4505		324.241,58	0,00	324.241,58	
4506		185,06	0,00	185,06	
4511		367.384,77	0,00	367.384,77	
8001		34.765,27	0,00	34.765,27	
8050		9.243,11	0,00	9.243,11	
TOTAL		30.050.645,71	48.750,00	30.099.395,71	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recursos Livre
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%
40	A S P S
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE
1017	FUNDERMA
1027	Transf.Salário Educação - Federal
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE
1044	Leilões
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação
1067	PM S Santana Conv FEAS
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda
1086	Leilões Rec.Vinculado - Saude
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente
1095	Cota Parte Multa de Transito
1122	Implantação de Esc de Educação Infantil Mobiliario
1127	Promoção de Eventos do Municipio
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE
1155	Pavimentação Rua Area Urbana Sertao Santana
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja
1162	BRASIL CARINHOSO
1165	AUXÍLIO FINANCEIRO FNDE RESOLUÇÃO 11/2018
1180	Contribuições ao FUMDICA
1181	Cessão Onerosa

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1183	Ações do COVID no SUAS para EPI
1185	Emenda Autor Pedro Westphalen - SIGTV Estruturação
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL
4090	Programa Saúde da Família
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL
4293	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAT PERMANENTE
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19
4300	Nota Fiscal Gaúcha
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo
4929	Academias da Saude - Construção e Custeio
4931	Aquisição de Equip e Mat Permanente
4940	Estruturação dos Centros de Economia e Tecnologia no SUS
8001	Recurso Extra Orçamentario
8050	Recurso Extra orçamentario RPPS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	178.300,68	0,00	178.300,68
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	74.292,44	0,00	74.292,44
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	44.575,31	0,00	44.575,31
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	24.134,80	0,00	24.134,80
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	10.056,19	0,00	10.056,19
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.033,70	0,00	6.033,70
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	16.559,11	0,00	16.559,11
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	6.899,91	0,00	6.899,91
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.140,05	0,00	4.140,05
11130341020100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo -	10,76	0,00	10,76

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 239
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 30
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	PRÓPRIO			
11130341020200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4,48	0,00	4,48
11130341020300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2,69	0,00	2,69
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	178.363,67	0,00	178.363,67
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	74.318,40	0,00	74.318,40
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	44.590,93	0,00	44.590,93
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	261,35	0,00	261,35
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	108,93	0,00	108,93
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	65,36	0,00	65,36
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	25.503,27	0,00	25.503,27
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.626,62	0,00	10.626,62
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.375,94	0,00	6.375,94
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	8.186,15	0,00	8.186,15
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.411,17	0,00	3.411,17
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.046,66	0,00	2.046,66
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	42.029,50	0,00	42.029,50
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	17.512,30	0,00	17.512,30
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	10.507,38	0,00	10.507,38
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	186.564,40	0,00	186.564,40
11180231020000	ISS - Principal - MDE	77.736,01	0,00	77.736,01
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	46.641,60	0,00	46.641,60
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.982,13	0,00	1.982,13
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	826,37	0,00	826,37
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	495,68	0,00	495,68
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.300,71	0,00	4.300,71
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.792,09	0,00	1.792,09
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.075,23	0,00	1.075,23
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.513,67	0,00	2.513,67
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.047,55	0,00	1.047,55
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	628,53	0,00	628,53
11220111010000	Taxa de Limpeza Pública	19.944,28	0,00	19.944,28
11220111030000	Tx de Emissão de Certidões	4.490,20	0,00	4.490,20
11220112010000	Multa/Juro Taxa de Limpeza Pública	36,83	0,00	36,83
11220112030000	Multa/Juro Tx de Emissão de Certidões	40,83	0,00	40,83
11220113010000	Dívida Ativa Taxa de Limpeza Pública	3.150,44	0,00	3.150,44
11220113030000	Dívida Ativa Tx de Emissão de Certidões	190,27	0,00	190,27
11220114030000	Multa/Juro - D.A. Tx de Emissão de Certidões	59,84	0,00	59,84
11220211000000	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	69,06	0,00	69,06
11280191010000	Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	4.653,00	0,00	4.653,00
11280191020000	Tx de Licença para Execução de Obras	2.974,47	0,00	2.974,47

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280191030000	Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280191050000	Taxa de vistoria	27.795,50	0,00	27.795,50
11280191060000	Taxa de Expediente	18.463,63	0,00	18.463,63
11280191070000	Alvara Sanitario	1.137,10	0,00	1.137,10
11280191080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	6.532,10	0,00	6.532,10
11280192010000	Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	0,50	0,00	0,50
11280192020000	Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	16,67	0,00	16,67
11280192050000	Multas e Juros - Taxa de vistoria	61,42	0,00	61,42
11280192060000	Multas e Juros - Taxa de Expediente	41,06	0,00	41,06
11280192070000	Multas e Juros - Alvara Sanitario	13,28	0,00	13,28
11280192080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	3,32	0,00	3,32
11280193010000	Divida Ativa - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	171,46	0,00	171,46
11280193020000	Divida Ativa - Tx de Licença para Execução de Obras	1.019,24	0,00	1.019,24
11280193030000	Divida Ativa - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280193050000	Divida Ativa - Taxa de vistoria	1.537,94	0,00	1.537,94
11280193060000	Divida Ativa - Taxa de Expediente	2.669,87	0,00	2.669,87
11280193070000	Divida Ativa - Alvara Sanitario	497,95	0,00	497,95
11280194010000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	58,65	0,00	58,65
11280194020000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	264,99	0,00	264,99
11280194030000	D.A. Multas e Juros - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	6,47	0,00	6,47
11280194050000	D.A. Multas e Juros - Taxa de vistoria	308,66	0,00	308,66
11280194060000	D.A. Multas e Juros - Taxa de Expediente	1.347,67	0,00	1.347,67
11280194070000	D.A. Multas e Juros - Alvara Sanitario	23,90	0,00	23,90
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	794.211,23	0,00	794.211,23
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	19.662,78	0,00	19.662,78
12400011000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	74.402,31	0,00	74.402,31
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.822.279,49	0,00	4.822.279,49
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.856,91	0,00	401.856,91
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.205.569,89	0,00	1.205.569,89
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.607.426,26	0,00	1.607.426,26
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	212.816,11	0,00	212.816,11
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	88.673,38	0,00	88.673,38
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	53.204,03	0,00	53.204,03
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	204.953,55	0,00	204.953,55
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	85.397,31	0,00	85.397,31
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	51.238,39	0,00	51.238,39

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página 241
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 32
Peça 3287511
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	- ASPS			
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	11.182,56	0,00	11.182,56
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	931,79	0,00	931,79
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.795,68	0,00	2.795,68
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.727,37	0,00	3.727,37
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.367.820,47	0,00	3.367.820,47
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	305.709,00	0,00	305.709,00
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	842.026,53	0,00	842.026,53
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.097.953,80	0,00	1.097.953,80
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.811,48	0,00	392.811,48
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.765,53	0,00	32.765,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.203,02	0,00	98.203,02
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.906,68	0,00	130.906,68
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	50.433,64	0,00	50.433,64
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	4.202,79	0,00	4.202,79
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	12.608,41	0,00	12.608,41
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	16.811,24	0,00	16.811,24
17280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	9.339,14	0,00	9.339,14
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.300,78	0,00	-85.300,78
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.542,07	0,00	-35.542,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.325,20	0,00	-21.325,20
917280111010000	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	-31,14	0,00	-31,14
TOTAL		**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.349.613,26	0,00	1.349.613,26	1,0824	1.460.821,39
Fevereiro	1.417.144,06	0,00	1.417.144,06	1,0816	1.532.783,02
Março	1.264.634,84	0,00	1.264.634,84	1,0683	1.351.009,40
Abril	1.504.332,59	0,00	1.504.332,59	1,0570	1.590.079,55
Maio	1.397.666,00	0,00	1.397.666,00	1,0476	1.464.194,90
Junho	1.228.071,26	0,00	1.228.071,26	1,0434	1.281.369,55
Julho	1.533.104,52	0,00	1.533.104,52	1,0368	1.589.522,77
Agosto	1.336.317,65	0,00	1.336.317,65	1,0368	1.385.494,14
Setembro	1.233.549,06	0,00	1.233.549,06	1,0368	1.278.943,67
Outubro	1.220.779,86	0,00	1.220.779,86	1,0317	1.259.478,58
Novembro	1.297.933,35	0,00	1.297.933,35	1,0260	1.331.679,62
Dezembro	2.288.727,25	0,00	2.288.727,25	1,0174	2.328.551,10
TOTAL	**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**		**17.853.927,68**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Adição/Exclusão
Justificativa: VALOR A RECEBER DA UNIÃO REFERENTE A 20% DO CONTRATO DE REPASSE Nº838406/2016 RUA WALTER KESS.
Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão
Justificativa: VALOR A RECEBER DA UNIÃO REFERENTE A 20% DO CONTRATO DE REPASSE Nº838406/2016 RUA WALTER KESS.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	5.027.484,80
5º Bimestre	4.652.202,54	4.339.095,57
6º Bimestre	4.652.207,90	6.369.457,93
TOTAL	**27.913.220,60**	**28.854.393,43**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	451.465,89
5º Bimestre	197.166,66	450.897,50
6º Bimestre	197.166,70	943.349,60
TOTAL	**1.183.000,00**	**3.197.890,49**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	147,18
5º Bimestre	628.883,24	100.119,70
6º Bimestre	628.883,80	269.304,07
TOTAL	**3.773.300,00**	**370.552,96**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-368.614,54
5º Bimestre	-554.920,05	-727.885,55
6º Bimestre	-554.920,35	-597.328,89
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-3.412.136,79**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	478.834,95	0,00	478.834,95
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**478.834,95**	**0,00**	**478.834,95**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: Prefeito Municipal
Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Início: 19/06/2020	Término: 28/06/2020
Início: 16/09/2020	Término: 04/10/2020
Início: 20/10/2020	Término: 18/11/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 27 de Janeiro de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E6B2.7CCD.4F8A.21BA.1EEC.

Página
246

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
1

Peça
3287515

DOCUMENTO PÚBLICO

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**32.327.307,13**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.602.133,57**
IMPOSTOS	1.217.554,04
TAXAS	384.579,53
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUIÇÕES	**2.610.113,13**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.583.146,46
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	26.966,67
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**21.342,45**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	21.342,45
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**2.635.642,35**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	289.182,19
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.346.460,16
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**25.435.355,59**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.825.025,24
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	23.608.694,76
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.635,59
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**22.720,04**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.720,04
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**34.044.801,00**
PESSOAL E ENCARGOS	**13.136.060,18**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	9.654.353,61
ENCARGOS PATRONAIS	3.473.306,57
BENEFÍCIOS A PESSOAL	8.400,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**1.625.239,41**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.266.503,74

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9568.F057.BF4C.2966.176D.

Página
247

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
2

Peça
3287515

DOCUMENTO PÚBLICO

Conta	Valor
PENSÕES	141.828,51
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	216.907,16
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**5.694.676,34**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.266.995,99
SERVIÇOS	3.427.680,35
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**371,21**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	371,21
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**4.017.310,57**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.111.051,18
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.804.214,33
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	72.000,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	30.045,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**1.112.909,50**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	1.112.872,52
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTÁRIAS	**348.826,02**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	104.587,12
CONTRIBUIÇÕES	244.238,90
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**8.109.407,77**
PREMIAÇÕES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.830,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	8.107.577,77
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-1.717.493,87**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9568.F057.BF4C.2966.176D.

Página 248

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 3

Peça 3287515

DOCUMENTO PÚBLICO

a.1 Variações Patrimoniais - Prefeitura

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**25.697.814,83**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.602.133,57**
IMPOSTOS	1.217.554,04
TAXAS	384.579,53
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUIÇÕES	**26.966,67**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	26.966,67
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**21.342,45**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	21.342,45
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**311.858,30**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	289.182,19
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.676,11
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**23.726.010,72**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	115.680,37
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	23.608.694,76
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.635,59
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**9.503,12**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.503,12
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**24.305.421,15**
PESSOAL E ENCARGOS	**13.113.460,18**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	9.631.753,61
ENCARGOS PATRONAIS	3.473.306,57
BENEFÍCIOS A PESSOAL	8.400,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**36.438,57**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9568.F057.BF4C.2966.176D.

Página 249

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 4

Peça 3287515

DOCUMENTO PÚBLICO

Conta	Valor
PENSÕES	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	36.438,57
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**5.674.275,10**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.266.995,99
SERVIÇOS	3.407.279,11
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**371,21**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	371,21
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**4.017.310,57**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.111.051,18
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.804.214,33
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	72.000,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	30.045,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**1.112.909,50**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	36,98
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	1.112.872,52
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTÁRIAS	**348.826,02**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	104.587,12
CONTRIBUIÇÕES	244.238,90
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**1.830,00**
PREMIAÇÕES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.830,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**1.392.393,68**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9568.F057.BF4C.2966.176D.

Página 250

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 5

Peça 3287515

DOCUMENTO PÚBLICO

a.2 Variações Patrimoniais - RPPS

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**6.629.492,30**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**0,00**
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUIÇÕES	**2.583.146,46**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.583.146,46
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**0,00**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**2.323.784,05**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.323.784,05
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**1.709.344,87**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.709.344,87
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**13.216,92**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.216,92
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**9.739.379,85**
PESSOAL E ENCARGOS	**22.600,00**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	22.600,00
ENCARGOS PATRONAIS	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**1.588.800,84**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.266.503,74

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9568.F057.BF4C.2966.176D.

Página
251

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
6

Peça
3287515

DOCUMENTO PÚBLICO

Conta	Valor
PENSÕES	141.828,51
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	180.468,59
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**20.401,24**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00
SERVIÇOS	20.401,24
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTÁRIAS	**0,00**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**8.107.577,77**
PREMIAÇÕES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	8.107.577,77
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-3.109.887,55**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9568.F057.BF4C.2966.176D.

Página 252

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 7

Peça 3287515

DOCUMENTO PÚBLICO

b. Notas Explicativas

Nota 1 - Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi negativo de R$ -1.717.493,87 , sendo o resultado da Prefeitura de R$ 1.392.393,68 e do RPPS R$ -3.109.887,55 .

SERTÃO SANTANA , 27 de Janeiro de 2021

Gestor responsável pelo período de 01/01/2020 a 31/12/2020 - Írio Miguel Stein - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9568.F057.BF4C.2966.176D.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	25.766.700,00	25.766.700,00	28.640.147,13	2.873.447,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.336.535,00	1.336.535,00	1.301.612,87	-34.922,13
Receita de Contribuições	1.320.000,00	1.320.000,00	2.610.113,13	1.290.113,13
Receita Patrimonial	753.541,16	753.541,16	2.366.332,65	1.612.791,49
Receita de Serviços	141.540,00	141.540,00	151.408,61	9.868,61
Transferências Correntes	21.831.163,84	21.831.163,84	20.458.361,94	-1.372.801,90
Outras Receitas Correntes	383.920,00	383.920,00	1.752.317,93	1.368.397,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.773.300,00	3.773.300,00	370.552,96	-3.402.747,04
Operações de Crédito	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
Alienação de Bens	48.000,00	48.000,00	0,00	-48.000,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	2.721.345,00	369.083,00	-2.352.262,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	3.955,00	1.469,96	-2.485,04
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	29.540.000,00	29.540.000,00	29.010.700,09	-529.299,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	29.540.000,00	29.540.000,00	29.010.700,09	-529.299,91
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	29.540.000,00	29.540.000,00	29.010.700,09	-529.299,91
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	375.816,92	-
Superavit Financeiro	-	-	375.816,92	-

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 1DE8.8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	22.596.424,07	24.163.085,29	20.772.133,06	20.770.902,79	20.533.757,20	3.390.952,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.062.551,40	15.614.733,15	14.844.921,71	14.844.921,71	14.802.382,25	769.811,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.502.872,67	8.548.352,14	5.927.211,35	5.925.981,08	5.731.374,95	2.621.140,79
DESPESAS DE CAPITAL (X)	5.133.955,78	5.103.819,96	491.603,54	478.834,95	471.454,95	4.612.216,42
INVESTIMENTOS	5.033.955,78	5.103.819,96	491.603,54	478.834,95	471.454,95	4.612.216,42
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	575.000,00	466.201,00	0,00	0,00	0,00	466.201,00
RESERVA DO RPPS (XII)	101.250,00	101.250,00	0,00	0,00	0,00	101.250,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	28.406.629,85	29.834.356,25	21.263.736,60	21.249.737,74	21.005.212,15	8.570.619,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	28.406.629,85	29.834.356,25	21.263.736,60	21.249.737,74	21.005.212,15	8.570.619,65
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	7.746.963,49	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	28.406.629,85	29.834.356,25	29.010.700,09	21.249.737,74	21.005.212,15	8.570.619,65

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 4DE8.8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

a.1 Quadro Principal - Receitas e Despesas - Prefeitura

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	23.640.450,00	23.640.450,00	22.010.654,83	-1.629.795,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.336.535,00	1.336.535,00	1.301.612,87	-34.922,13
Receita de Contribuições	85.000,00	85.000,00	26.966,67	-58.033,33
Receita Patrimonial	162.791,16	162.791,16	42.548,60	-120.242,56
Receita de Serviços	141.540,00	141.540,00	151.408,61	9.868,61
Transferências Correntes	21.831.163,84	21.831.163,84	20.458.361,94	-1.372.801,90
Outras Receitas Correntes	83.420,00	83.420,00	29.756,14	-53.663,86
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.773.300,00	3.773.300,00	370.552,96	-3.402.747,04
Operações de Crédito	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
Alienação de Bens	48.000,00	48.000,00	0,00	-48.000,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	2.721.345,00	369.083,00	-2.352.262,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	3.955,00	1.469,96	-2.485,04
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	27.413.750,00	27.413.750,00	22.381.207,79	-5.032.542,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	27.413.750,00	27.413.750,00	22.381.207,79	-5.032.542,21
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	27.413.750,00	27.413.750,00	22.381.207,79	-5.032.542,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	375.816,92	-
Superavit Financeiro	-	-	375.816,92	-

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 4DE8.8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	20.571.424,07	22.088.085,29	19.140.330,98	19.139.100,71	18.901.955,12	2.947.754,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.157.551,40	13.658.833,15	13.233.520,87	13.233.520,87	13.190.981,41	425.312,28
Juros e Encargos da Divida	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.382.872,67	8.429.252,14	5.906.810,11	5.905.579,84	5.710.973,71	2.522.442,03
DESPESAS DE CAPITAL (X)	5.133.955,78	5.103.819,96	491.603,54	478.834,95	471.454,95	4.612.216,42
INVESTIMENTOS	5.033.955,78	5.103.819,96	491.603,54	478.834,95	471.454,95	4.612.216,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	575.000,00	466.201,00	0,00	0,00	0,00	466.201,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	26.280.379,85	27.658.106,25	19.631.934,52	19.617.935,66	19.373.410,07	8.026.171,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	26.280.379,85	27.658.106,25	19.631.934,52	19.617.935,66	19.373.410,07	8.026.171,73
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	2.749.273,27	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	26.280.379,85	27.658.106,25	22.381.207,79	19.617.935,66	19.373.410,07	8.026.171,73

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 4DE8.8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

a.2 Quadro Principal - Receitas e Despesas - RPPS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.126.250,00	2.126.250,00	6.629.492,30	4.503.242,30
Receita de Contribuições	1.235.000,00	1.235.000,00	2.583.146,46	1.348.146,46
Receita Patrimonial	590.750,00	590.750,00	2.323.784,05	1.733.034,05
Outras Receitas Correntes	300.500,00	300.500,00	1.722.561,79	1.422.061,79
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	2.126.250,00	2.126.250,00	6.629.492,30	4.503.242,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	2.126.250,00	2.126.250,00	6.629.492,30	4.503.242,30
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	2.126.250,00	2.126.250,00	6.629.492,30	4.503.242,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	0,00	-

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 4DE8.8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	2.025.000,00	2.075.000,00	1.631.802,08	1.631.802,08	1.631.802,08	443.197,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.905.000,00	1.955.900,00	1.611.400,84	1.611.400,84	1.611.400,84	344.499,16
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00	119.100,00	20.401,24	20.401,24	20.401,24	98.698,76
DESPESAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	101.250,00	101.250,00	0,00	0,00	0,00	101.250,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.126.250,00	2.176.250,00	1.631.802,08	1.631.802,08	1.631.802,08	544.447,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	2.126.250,00	2.176.250,00	1.631.802,08	1.631.802,08	1.631.802,08	544.447,92
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	4.997.690,22	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	2.126.250,00	2.176.250,00	6.629.492,30	1.631.802,08	1.631.802,08	544.447,92

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 4DE8.8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	107,23	80.387,42	0,00	703.513,56	60.461,22	763.974,78	17.245,21	2.788,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107,23	0,00	0,00	551.961,71	0,00	551.961,71	0,00	107,23
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	80.387,42	0,00	151.551,85	60.461,22	212.013,07	17.245,21	2.680,99
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	11.537,00	0,00	0,00	11.537,00	11.537,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	11.537,00	0,00	0,00	11.537,00	11.537,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	107,23	91.924,42	0,00	703.513,56	71.998,22	775.511,78	17.245,21	2.788,22

c. Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação :considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias.

Nota 4 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2020, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

SERTÃO SANTANA , 27 de Janeiro de 2021

Gestor responsável pelo período de 01/01/2020 a 31/12/2020 - Írio Miguel Stein - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT

ÍRIO MIGUEL STEIN

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 7DE8.8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

Contabilista

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 8EB5.8155.8232.E2A9.4181.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

a. Quadro Principal

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.050.645,71
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	176.942,03
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	106.797,98
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	525.042,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.363.033,23
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	4.363.033,23
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	660.829,85
IMOBILIZADO	18.598.270,42
INTANGÍVEL	7.000,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**54.488.561,53**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	29.259,46
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	215.266,13
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	52.233,71
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	25.325,72
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	26.644.215,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**26.966.300,02**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	13.414.712,44
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	14.107.549,07
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**27.522.261,51**
TOTAL	**54.488.561,53**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: DE11.32B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**30.123.913,42**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	30.123.913,42
ATIVO PERMANENTE	**24.364.648,11**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	24.364.648,11
TOTAL	**54.488.561,53**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**313.546,38**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	296.759,30
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	2.788,22
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	13.998,86
PASSIVO PERMANENTE	**26.669.540,72**
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	26.669.540,72
TOTAL	**26.983.087,10**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**27.505.474,43**

c. Quandro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recursos Livre	168.922,76
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	151.940,89
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	1.407,90
40	A S P S	40.794,39
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	26.634.971,89
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	15.058,76
1017	FUNDERMA	10.926,53
1027	Transf.Salário Educação - Federal	200.067,11

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

Código do Recurso	Descrição	Valor
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE	126.738,03
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE	17,04
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE	7.868,08
1044	Leilões	248,03
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação	207,21
1067	PM S Santana Conv FEAS	11.648,45
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda	4.931,09
1086	Leilões Rec.Vinculado - Saude	318,71
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente	5.825,83
1095	Cota Parte Multa de Transito	4.475,79
1122	Implantação de Esc de Educação Infantil Mobiliario	1.694,89
1127	Promoção de Eventos do Municipio	1.680,40
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura	29.483,83
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE	148.259,96
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR	14.652,08
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria	10.731,32
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB	230.965,69
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC	3.155,89
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS	4.624,35
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF	18.507,97
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola	165,46
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE	1.215,48
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja	-8.232,26
1162	BRASIL CARINHOSO	129,04
1165	AUXÍLIO FINANCEIRO FNDE RESOLUÇÃO 11/2018	326,93
1180	Contribuições ao FUMDICA	6.627,73
1181	Cessão Onerosa	316.428,89
1183	Ações do COVID no SUAS para EPI	3.152,89
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv	19.085,00
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	93.946,91
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)	250.465,00
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL	24.160,71
4090	Programa Saúde da Família	104.856,56
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL	9.193,34
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19	4.993,65
4300	Nota Fiscal Gaúcha	4.656,42

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 2E1132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

Código do Recurso	Descrição	Valor
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica	385.589,29
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	3.486,14
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	42.578,42
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	16.430,49
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	324.241,58
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	185,06
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	364.784,77
8001	Recurso Extra Orçamentario	-8.225,33
Total		29.810.367,04

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

a.1 Quadro Principal - Prefeitura

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	4.215.213,03
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.406.430,71
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	176.942,03
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	106.797,98
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	525.042,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.363.033,23
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	4.363.033,23
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	660.829,85
IMOBILIZADO	18.598.270,42
INTANGÍVEL	7.000,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**27.844.346,53**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	287.516,19
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	29.259,46
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	215.266,13
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	42.990,60
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	25.325,72
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	25.325,72
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**312.841,91**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	12.075.858,79
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	15.455.645,83
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**27.531.504,62**
TOTAL	**27.844.346,53**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

b.1 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Prefeitura

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**3.479.698,42**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	3.479.698,42
ATIVO PERMANENTE	**24.364.648,11**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	24.364.648,11
TOTAL	**27.844.346,53**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**304.303,27**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	287.516,19
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	2.788,22
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	13.998,86
PASSIVO PERMANENTE	**25.325,72**
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	25.325,72
TOTAL	**329.628,99**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**27.514.717,54**

c.1 Quandro das Contas de Compensações - Prefeitura

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d.1 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - Prefeitura

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recursos Livre	168.922,76
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	151.940,89
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	1.407,90
40	A S P S	40.794,39
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	15.058,76
1017	FUNDERMA	10.926,53
1027	Transf.Salário Educação - Federal	200.067,11
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE	126.738,03

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

Código do Recurso	Descrição	Valor
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE	17,04
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE	7.868,08
1044	Leilões	248,03
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação	207,21
1067	PM S Santana Conv FEAS	11.648,45
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda	4.931,09
1086	Leilões Rec.Vinculado - Saude	318,71
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente	5.825,83
1095	Cota Parte Multa de Transito	4.475,79
1122	Implantação de Esc de Educação Infantil Mobiliario	1.694,89
1127	Promoção de Eventos do Municipio	1.680,40
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura	29.483,83
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE	148.259,96
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR	14.652,08
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria	10.731,32
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB	230.965,69
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC	3.155,89
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS	4.624,35
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF	18.507,97
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola	165,46
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE	1.215,48
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja	-8.232,26
1162	BRASIL CARINHOSO	129,04
1165	AUXÍLIO FINANCEIRO FNDE RESOLUÇÃO 11/2018	326,93
1180	Contribuições ao FUMDICA	6.627,73
1181	Cessão Onerosa	316.428,89
1183	Ações do COVID no SUAS para EPI	3.152,89
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv	19.085,00
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	93.946,91
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)	250.465,00
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL	24.160,71
4090	Programa Saúde da Família	104.856,56
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL	9.193,34
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19	4.993,65
4300	Nota Fiscal Gaúcha	4.656,42
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica	385.589,29

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

Código do Recurso	Descrição	Valor
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	3.486,14
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	42.578,42
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	16.430,49
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	324.241,58
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	185,06
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	364.784,77
8001	Recurso Extra Orçamentario	-8.225,33
Total		3.175.395,15

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

a.2 Quadro Principal - RPPS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	26.644.215,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.644.215,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	0,00
INTANGÍVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**26.644.215,00**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	9.243,11
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.243,11
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.644.215,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	26.644.215,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**26.653.458,11**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	1.338.853,65
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	-1.348.096,76
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**-9.243,11**
TOTAL	**26.644.215,00**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: DE132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

b.2 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - RPPS

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**26.644.215,00**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	26.644.215,00
ATIVO PERMANENTE	**0,00**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	0,00
TOTAL	**26.644.215,00**
SALDO PATRIMONIAL (II - I)	**9.243,11**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**9.243,11**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	9.243,11
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
PASSIVO PERMANENTE	**26.644.215,00**
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	26.644.215,00
TOTAL	**26.653.458,11**

c.2 Quandro das Contas de Compensações - RPPS

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d.2 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - RPPS

Código do Recurso	Descrição	Valor
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	26.634.971,89
Total		26.634.971,89

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 132B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2020 a 31/12/2020

e. Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto Operacional: o Município de Sertão Santana pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 8 Secretarias Municipais, 4 Fundos Especiais, RPPS e o Poder Legislativo.
Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.
Nota 3 - Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2020, o Caixa e Equivalentes de Caixa da Prefeitura R$ 3.406.430,71 + RPPS R$ 26.644.215,00 totalizaram R$30.050.645,71. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R$ 4.980.691,23
Nota 4 ? Créditos a Receber a C. Prazo e a L. Prazos: os valores mais significativos apresentados nestas rubricas compreendem os saldos fornecidos pelo Setor Tributário do Município. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam o valor total de R$ 136.314,42. O restante, correspondente ao valor de R$ 4.363.033,23, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram lançados o estoque da dívida não recebidos relativo a 2020 e o longo prazo abriga o restante de estoque de crédito inscritos em dívida ativa. Não foram fornecidos pelo Setor Tributário Municipal os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa em 2020, o saldo remanescente é oriundo de exercícios anteriores. Por fim, os valores foram atualizados por índices indicados no Código Tributário Municipal.
Nota 5 - Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Em 2020, o Estoque do Almoxarifado apresentou um saldo final de R$369.046,15, sofrendo um decréscimo de R$ 35.702,58 em relação ao ano de 2019.
O Estoque da Farmácia Básica de Saúde apresentou um saldo final de R$155.996,16, sofrendo um decréscimo de R$ 3.158,34 em relação ao ano de 2019.
Nota 6 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a C. Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito,aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
Nota 7 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta.
Nota 8 - Provisões a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. A variação é resultante, principalmente, das atualizações das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada base de dados 30/11/2020 representa 100% do total das Provisões a Longo Prazo realizada pela Atuária Michele de Mattos Dall Agnol registro MIBA Nº 2991 relativo ao ano 2020 cálculo atuarial o qual possuímos até a data de encerramento deste exercício.

SERTÃO SANTANA , 27 de Janeiro de 2021

Gestor responsável pelo período de 01/01/2020 a 31/12/2020 - Írio Miguel Stein - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 1D6E.32B5.EE78.7985.49BC.FFBE.

Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3287514
DOCUMENTO PÚBLICO

Processo 02100-0200/20-7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2020
PM DE SERTÃO SANTANA
2º Semestre

62002113392332658

20.0.0.8
27/01/2021
11:58:14

Página da peça 1

Peça 3287512

DOCUMENTO PÚBLICO

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA
CNPJ: 94068236000103
ORGÃO Nº: 81600
Cód. Barras do RVE Vinculado: 62001113392332658

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	21.630.494,37
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - AJUSTADA EC 86/2015	21.630.494,37

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**11.030.215,97**	**50,99%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 55 — Valores expressos em reais

CNPJ: 94068236000103

Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.18CA.F97A.ED1B.5D83.1FE9.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2020

PM DE SERTÃO SANTANA

2º Semestre

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	**NÃO PROCESSADOS**
		Ajustado	**Ajustado**
1	Recursos Livre	193.566,55	2.871,26
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	2.183,26	107,23
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	10.905,59	0,00
40	A S P S	6.509,39	0,00
1027	Transf.Salário Educação - Federal	537,86	0,00
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF	97,24	0,00
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja	0,00	12.768,59
1181	Cessão Onerosa	7.380,00	0,00
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)	879,75	0,00
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica	20.905,95	0,00
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	1.560,00	1.040,00
SUBTOTAL		244.525,59	16.787,08
TOTAL			261.312,67

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**DO EXERCÍCIO ATUAL**	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	**Ajustado**	**Ajustado**	**Ajustado**
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores	
Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00
Exercício Atual	
Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00
Total Ex Anterior + Ex Atual	0,00

DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPON-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.18CA.F97A.ED1B.5D83.1FE9.

SABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

DESPESA COM PESSOAL

O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 50,99 % está situado ***no intervalo de 48,61% a 51,30%***, sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%, (percentual este equivalente a 90,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no Inciso II do § 1º do Art. 59 c/c alínea ´´b´´ do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF).

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

DA CIÊNCIA

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.18CA.F97A.ED1B.5D83.1FE9.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2020

PM DE SERTÃO SANTANA

2º Semestre

SERTÃO SANTANA, 27 de Janeiro de 2021 .

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Responsável pela Administração Financeira

_____

VINICIUS FRAZZON BOER

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.18CA.F97A.ED1B.5D83.1FE9.

Página 276
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA, EXERCÍCIO 2020.

O Sr. Prefeito Municipal, conforme Resolução n° 1.099/2018, art. 2º, inciso III, alínea a, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE-RS, apresenta o relatório circunstanciado sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

Apresenta-se a seguir o desempenho dos indicadores e a execução orçamentária dos Programas Estratégicos do Município de Sertão Santana constantes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, contemplando a totalidade das ações planejadas pelos órgãos da administração. Destaca-se que foram mantidos os investimentos nas áreas básicas como saúde e educação, superando os percentuais constitucionais, de 15% e 25% respectivamente.

O relatório é uma prova do esforço da Administração Municipal, representada por seu gestor, que deve, acima de tudo, planejar e construir uma cidade com mais qualidade de vida e igualdade de oportunidades para todos.

Neste segue em anexo planilha com os seguintes dados, que seguem em anexo:

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 277
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

1. **Resultados das Metas Físicas do Plano Plurianual**

2. **Das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias – LDO**

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício, incluindo análise dos fatores determinantes, ou não, para o alcance dos valores estabelecidos como metas.

3. **Do Desempenho das Receitas e Despesas conforme Lei Orçamentária Anual**

   3.1 Receita Orçamentária

   3.2 Despesa

4. **Demonstrativo das Vinculações Constitucionais de Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS**

   4.1 Demonstrativo da Receita

5. **Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE**

   5.1 Demonstrativo de apuração da Base de Cálculo Constitucional da Receita de Educação (MDE + FUNDEB)

   5.2. Demonstrativo da Despesa MDE

   5.3 Demonstrativo para a apuração da Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB

   5.4 Demonstrativo da Despesa FUNDEB

6. **Outros documentos e relatórios**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Todos os relatórios seguem anexos a este relatório, bem como os índices com todos os dados acima indicados.

Irio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 278
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Página 279
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

A Lei de Meios, para o exercício de 2020 de nº 149919 de 15 de Dezembro de 2019, estimou a receita em 29.540.000,00 e fixou a despesa em 29.540.000,00.
Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		29.540.000,00
+ Créditos Suplementares:	3.290.030,14	
+ Créditos Especiais:	516.340,00	3.806.370,14
- Reduções:		2.468.843,17
DESPESA AUTORIZADA:		30.877.526,97

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 382 crédito(s) suplementares que somaram R$ 3.290.030,14, e 15 crédito(s) especiais no valor de R$ 516.340,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	2.468.843,17
Despesa a Maior	1.337.526,97
TOTAL:	3.806.370,14

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R$ 29.010.700,09, verificando-se uma arrecadação a menor de R$ 529.299,91, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	29.540.000,00
Arrecadacao a Menor	-529.299,91
Receita Arrecadada	29.010.700,09

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	32.869.520,60	32.422.836,88	-446.683,72
Receitas Correntes	27.913.220,60	28.854.393,43	941.172,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.444.020,78	-247.464,22
Impostos	1.539.250,00	1.323.616,53	-215.633,47
Taxas	152.235,00	120.404,25	-31.830,75
Contribuições	405.000,00	1.121.567,51	716.567,51
Contribuições Sociais	320.000,00	1.094.600,84	774.600,84
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaç	85.000,00	26.966,67	-58.033,33
Receita Patrimonial	758.541,16	2.901.437,87	2.142.896,71
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	24.400,00	21.342,45	-3.057,55
Valores Mobiliários	734.041,16	2.880.095,42	2.146.054,26
Cessão de Direitos	100,00	0,00	-100,00
Receita de Serviços	141.690,00	151.408,61	9.718,61
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	140.690,00	151.408,61	10.718,61
Serviços e Atividades Financeiras	1.000,00	0,00	-1.000,00
Transferências Correntes	24.800.584,44	23.192.985,60	-1.607.598,84
Transferências da União e de suas Entidades	12.753.036,88	12.184.737,04	-568.299,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	7.174.547,56	6.820.994,57	-353.552,99
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.873.000,00	4.185.618,40	-687.381,60
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	1.635,59	1.635,59
Outras Receitas Correntes	115.920,00	42.973,06	-72.946,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.465,00	3.000,00	-465,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.520,00	872,82	-2.647,18
Demais Receitas Correntes	108.935,00	39.100,24	-69.834,76
Receitas de Capital	3.773.300,00	370.552,96	-3.402.747,04
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00	-48.000,00
Alienação de Bens Móveis	48.000,00	0,00	-48.000,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
Transferências de Capital	2.721.345,00	369.083,00	-2.352.262,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.721.345,00	349.998,00	-2.371.347,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	0,00	19.085,00	19.085,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.469,96	-2.485,04
Demais Receitas de Capital	3.955,00	1.469,96	-2.485,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.183.000,00	3.197.890,49	2.014.890,49
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.488.545,62	573.545,62
Contribuições Sociais Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.488.545,62	573.545,62
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.709.344,87	1.441.344,87
Demais Receitas Correntes	268.000,00	1.709.344,87	1.441.344,87
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADAD(	-3.329.520,60	-3.412.136,79	-82.616,19
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.329.520,60	-3.412.136,79	-82.616,19
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MEL	-354.950,00	-142.407,91	212.542,09
(R)DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	-354.950,00	-142.407,91	212.542,09
(R)Receita Patrimonial	-5.000,00	-535.105,22	-530.105,22
(R)Valores Mobiliários	-5.000,00	-535.105,22	-530.105,22
(R)Receita de Serviços	-150,00	0,00	150,00
(R)Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-150,00	0,00	150,00
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE	-2.969.420,60	-2.734.623,66	234.796,94
(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.681.221,60	-1.534.916,46	146.305,14
(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federa	-1.288.199,00	-1.199.707,20	88.491,80
Totais:	29.540.000,00	29.010.700,09	-529.299,91

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R$ 20.458.361,94 correspondem a 70,5201% do total arrecadado.
O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2017	5.147.792,04	18.432.765,03	0,00	23.580.557,07
2018	6.293.250,05	20.266.042,92	1.565.711,00	28.125.003,97
2019	7.480.013,91	21.677.467,89	872.231,82	30.029.713,62
2020	8.181.785,19	20.458.361,94	370.552,96	29.010.700,09

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 149919 foi de R$ 29.540.000,00.
A Despesa realizada alcançou R$ 22.300.471,63, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R$	Realizada R$	Diferenças R$
DESPESAS CORRENTES	25.063.100,31	21.670.179,28	-3.392.921,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.403.743,15	15.633.747,61	-769.995,54
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.659.357,16	6.036.431,67	-2.622.925,49
DESPESAS DE CAPITAL	5.246.975,66	630.292,35	-4.616.683,31
INVESTIMENTOS	5.246.975,66	630.292,35	-4.616.683,31
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	567.451,00	0,00	-567.451,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	567.451,00	0,00	-567.451,00
Total	30.877.526,97	22.300.471,63	-8.577.055,34

Página 280
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R$ 15.633.747,61 , que representa 70,1050 % do total.
O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS

	Correntes	Capital	Total
2017	18.185.605,03	466.763,09	18.652.368,12
2018	19.187.127,38	2.152.099,11	21.339.226,49
2019	21.719.864,72	1.564.866,57	23.284.731,29
2020	21.670.179,28	630.292,35	22.300.471,63

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA	
Créditos Orçamentários	29.540.000,00
Créditos Suplementares:	3.290.030,14
Créditos Especiais:	516.340,00
- Reduções:	2.468.843,17
Total	30.877.526,97
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	22.300.471,63
Despesa a Menor	-8.577.055,34
RECEITA ARRECADADA	29.010.700,09
(-) Receita Prevista	29.540.000,00
RECEITA A MENOR	-529.299,91

Página 281
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.
As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	25.069.954,48
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	29.010.700,09
Transferências Financeiras Recebidas	1.126.934,46
Interferências Financeiras	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.999.734,80
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	69.608,40
Inscrição de Restos a Pagar Processados	244.525,59
TOTAL	75.521.457,82
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	22.300.471,63
Transferências Financeiras Concedidas	1.111.051,18
Interferências Financeiras	1.112.909,50
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	20.105.258,48
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	71.998,22
RP PROCESSADOS PAGOS	703.513,56
Saldo em 31/12/2020	30.116.255,25
TOTAL	75.521.457,82

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2020.

Página 282
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 283

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 8

Peça 3272639

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P008BC53

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.116.255,25
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	176.942,03
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	106.797,98
ESTOQUES	525.042,31
Total do Ativo Circulante	30.925.037,57
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.363.033,23
INVESTIMENTOS	660.829,85
IMOBILIZADO	18.928.333,97
INTANGÍVEL	7.000,00
Total do Ativo Não-Circulante	23.959.197,05
TOTAL DO ATIVO	54.884.234,62
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZ(	84.292,86
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	215.266,13
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	62.233,71
Total do Passivo Circulante	361.792,70
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	25.325,72
PROVISÕES A LONGO PRAZO	26.644.215,00
Total do Passivo Não-Circulante	26.669.540,72
TOTAL DO PASSIVO	27.031.333,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.852.901,20
TOTAL	54.884.234,62
ATIVO FINANCEIRO	30.189.522,96
ATIVO PERMANENTE	24.694.711,66
PASSIVO FINANCEIRO	379.155,92
PASSIVO PERMANENTE	26.724.574,12
SALDO PATRIMONIAL	27.780.504,58

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.
Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	25.325,72
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	25.325,72

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R$ 379.155,92 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	316.922,21
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	62.233,71
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
TOTAL	379.155,92

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2020

Saldo do exercício anterior	963.302,60 D
Nova formação da dívida	20.313.868,79 D
(-) Amortização do exercício	20.898.015,47 D
Saldo do exercício de 2020	379.155,92 D

Página 284
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 285

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 10

Peça 3272639

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P008BC53

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.602.133,57
IMPOSTOS	1.217.554,04
TAXAS	384.579,53
CONTRIBUIÇÕES	2.610.113,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.583.146,46
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	26.966,67
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	21.342,45
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	21.342,45
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.635.642,35
JUROS E ENCARGOS DE MORA	289.182,19
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.346.460,16
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	26.472.090,62
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.861.760,27
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	23.608.694,76
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.635,59
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.720,04
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.720,04
TOTAL	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	13.950.270,50
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	10.268.445,28
ENCARGOS PATRONAIS	3.665.943,03
BENEFÍCIOS A PESSOAL	15.882,19
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	1.625.239,41
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.266.503,74
PENSÕES	141.828,51
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	216.907,16
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.795.128,01
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.267.230,99
SERVIÇOS	3.527.897,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.657,67
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.657,67
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.017.310,57
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.111.051,18
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.804.214,33
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	72.000,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	30.045,06
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.112.909,50
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	1.112.872,52
TRIBUTÁRIAS	348.826,02
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	104.587,12
CONTRIBUIÇÕES	244.238,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.109.407,77
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.830,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	8.107.577,77
TOTAL	0,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RESULTADO PATRIMONIAL	-1.596.707,29

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2020, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

SERTÃO SANTANA, 28/01/2021

Irio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Página 286
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 20.0.0.8

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE

62001113392332658

27/01/2021 - 11:58:14

PM DE SERTÃO SANTANA ORGÃO Nº: 81600 CNPJ: 94068236000103 01/01/2020 a 31/12/2020

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA

Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070

HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br

Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN

Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA

CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220

Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 288
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.444.020,78
Contribuições	405.000,00	1.121.567,51
Receita Patrimonial	758.541,16	2.901.437,87
Receita de Serviços	141.690,00	151.408,61
Transferências Correntes	24.800.584,44	23.192.985,60
Outras Receitas Correntes	115.920,00	42.973,06
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**28.854.393,43**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.488.545,62
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.709.344,87
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**3.197.890,49**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	369.083,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.469,96
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**370.552,96**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-3.412.136,79**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.269.030,14
Créditos Especiais	383.340,00
Créditos Extraordinários	133.000,00
Redução de Dotações	2.357.643,74
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.834.356,25**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	21.263.736,60
Liquidado	21.249.737,74
Pago	21.005.212,15

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

SALDO A LIQUIDAR	**13.998,86**
SALDO A PAGAR	**244.525,59**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	1.021.909,48
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.357.643,74
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.357.643,74
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	30.859.428,03D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	23.629.133,50D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	296.759,30C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	13.136.060,18D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.625.239,41D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.694.676,34D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	371,21D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	4.017.310,57D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.909,50D
TRIBUTÁRIAS	0,00	348.826,02D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	8.109.407,77D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.602.133,57C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.610.113,13C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	21.342,45C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.635.642,35C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	25.435.355,59C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	22.720,04C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	80.638.092,85D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 289
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	80.638.092,85C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	10.534.343,34D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	90.844.793,16D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.890.249,81D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	66.811,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	10.534.343,34C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	90.844.793,16C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.890.249,81C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	66.811,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	3.047.856,55D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	358.574,16D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.406.430,71D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	9.243,11D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	26.634.971,89D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**26.644.215,00D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**30.050.645,71D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 290
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 15
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

Especificações	SOMA TOTAL DOS VALORES	
	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	65.701.570,97	60.720.879,74
Demais Contas	1.375.835.161,95	1.380.815.853,18
Totais	1.441.536.732,92	1.441.536.732,92

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 291
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 16
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	237.740

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000	RECEITAS CORRENTES	28.854.393,43	0,00	28.854.393,43
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	370.552,96	0,00	370.552,96
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.412.136,79	0,00	-3.412.136,79
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
13210011010301	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção Básica	1.929,04	0,00	1.929,04
13210011010302	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	22,99	0,00	22,99
13210011010303	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	323,71	0,00	323,71
13210011010304	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	64,27	0,00	64,27
13210011010306	Rec Rend Aplic Financ. - Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	214,74	0,00	214,74
13210011010307	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	402,89	0,00	402,89
13210011010308	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	0,84	0,00	0,84
13210011010313	Rec Rend Aplic Financ. - Dispensação de Fraldas	40,47	0,00	40,47
13210011010314	Rec Rend Aplic Financ. - Qualif Atenção Basica/PIES	1.279,26	0,00	1.279,26
13210011010315	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Assist.Farmac.Básica Est/diabeticos	134,77	0,00	134,77
13210011010316	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Oficina Terapeutica	287,26	0,00	287,26
13210011010317	Rec Rend Aplic Financ- FMS Progr. Vig Promoção Saude	323,73	0,00	323,73
13210011010318	Rec Rend Aplic Financ-Cons Pop 15/16 Saude	84,01	0,00	84,01
13210011010319	Rec. De Rem Dep Banc NFG SAÚDE	48,32	0,00	48,32
13210011010320	Rec. De Rem Dep Banc- ESF ESTADUAL	645,98	0,00	645,98
13210011010333	Rec. Rem. de Depósito Banc.- Emenda Parl. p/ Custeio COVID 19	408,48	0,00	408,48
13210011010334	Rec. Rem. Dep. FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	0,53	0,00	0,53
13210011010701	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FEAS	94,39	0,00	94,39
13210011010702	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GBF FNAS	51,30	0,00	51,30
13210011010703	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSB FNAS	854,74	0,00	854,74
13210011010704	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSEMC FNAS	9,60	0,00	9,60
13210011010705	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GSUAS FNAS	29,74	0,00	29,74
13210011010706	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL BPC Escola	0,82	0,00	0,82
13210011010707	Rem. Dep. Banc. de Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS para EPI Portaria 369/2020	2,89	0,00	2,89
13210011010708	Rem. Dep. Banc. de Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS para ALIMENTOS Portaria 369/2020	47,40	0,00	47,40
13210011010802	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FNDE/PNATE	167,27	0,00	167,27
13210011010803	Rem Dep Banc de Rec Vinc - Sal Educ Fed	541,22	0,00	541,22
13210011010804	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PNAE	51,27	0,00	51,27
13210011010805	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PRE	16,34	0,00	16,34
13210011010807	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/CRECHE	7,78	0,00	7,78
13210011010808	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FNDE/BRASIL CARINHOSO	0,63	0,00	0,63

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 292
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 17
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010809	Rec Rend Aplic Financ-PRO-INFANCIA	8,32	0,00	8,32
13210011010810	Rec de Remun Dep Banc - PAC 2 FNDE PAR Aquis.Veic.e Mobiliario	71,93	0,00	71,93
13210011010812	Remu. de Dep. Banc.de Rec. Vinc. - FNDE - Auxílio Financeiro Resolução 11/2018	1,75	0,00	1,75
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	2.856.883,94	0,00	2.856.883,94
17180311000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde ? SUS ? Repasses Fundo a Fundo - Principal	803.530,08	0,00	803.530,08
17180321000000	Transf.de Rec.do SUS Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	8.353,80	0,00	8.353,80
17180331000000	Transf.de Rec.do SUS Vigilância em Saúde - Principal	33.951,47	0,00	33.951,47
17180341000000	Transf.de Rec.do SUS Assistência Farmacêutica - Principal	38.591,64	0,00	38.591,64
17180391010000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 480/2020 - COVID19	14.782,15	0,00	14.782,15
17180391020000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.666/20 - COVID 19	155.582,00	0,00	155.582,00
17180391030000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.857/20 - COVID19	17.028,00	0,00	17.028,00
17180391040000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 430/2020 - COVID19	75.000,00	0,00	75.000,00
17180391050000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.358/2020 - COVID19	18.000,00	0,00	18.000,00
17180391060000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.222/2020 - COVID19	9.685,00	0,00	9.685,00
17180391070000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.405/2020 - COVID19	11.620,00	0,00	11.620,00
17180391080000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.516/2020 - COVID19	20.199,33	0,00	20.199,33
17180391090000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.797/2020 - COVID19	180.000,00	0,00	180.000,00
17180391100000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.994/2020 - COVID19	8.312,50	0,00	8.312,50
17180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	294.916,98	0,00	294.916,98
17180531010000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Ensino Fundamental	48.074,40	0,00	48.074,40
17180531020000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Pré-Escola	15.158,00	0,00	15.158,00
17180531040000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - CRECHE	6.826,60	0,00	6.826,60
17180541010000	Transferencias Diretas do FNDE Referentes ao PNATE	129.502,32	0,00	129.502,32
17181031010000	Cota-Parte FMAS BL PSB FNAS	93.856,62	0,00	93.856,62
17181031020000	Cota-Parte FMAS BL PSEMC FNAS	1.629,06	0,00	1.629,06
17181031040000	Cota-Parte FMAS BL GBF FNAS	17.160,00	0,00	17.160,00
17181211010000	Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Ações de Combate ao COVID-19	1.560,79	0,00	1.560,79
17181211020000	Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19	120.000,00	0,00	120.000,00
17181211030000	Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para EPI Portaria 369/2020	3.150,00	0,00	3.150,00
17181211040000	Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS Portaria 369/2020	51.750,00	0,00	51.750,00
17280311010000	Assistencia Programa Farmácia Básica/diabeticos	27.541,20	0,00	27.541,20
17280311030000	ATENÇÃO BÁSICA OFICINAS TERAPÊUTICAS	66.000,00	0,00	66.000,00
17280311040000	Atenção BÁSICA PIES	205.757,79	0,00	205.757,79
17280311050000	Programa Dispensação de Fraldas	4.831,50	0,00	4.831,50
17280311060000	Programa NFG Saude	4.615,57	0,00	4.615,57
17280311070000	Incentivo a Equipe de Saúde da Família (ESF)	103.000,00	0,00	103.000,00

Página 293
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 18
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280311080000	Transf. de Emendas Parlamentares Estaduais p/ Enfrentamento do Coronavírus	100.000,00	0,00	100.000,00
17280311090000	Transf. de Recursos do FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	7.000,00	0,00	7.000,00
17281021010000	Transferências de Convênios para o Transporte Escolar - Principal	169.216,28	0,00	169.216,28
17281091060000	Programa ASEMA - Apoio Sócio-educativo em Meio Aberto - Principal	9.269,55	0,00	9.269,55
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	13.216,92	0,00	13.216,92
24180411010000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS destinados à Atenção Básica - Principal - Emenda Lasier Martins	249.998,00	0,00	249.998,00
24181211000000	Transf. do FNAS Emenda Autor Pedro Westphalen - SIGTV Estruturação	100.000,00	0,00	100.000,00
24281091010000	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv	19.085,00	0,00	19.085,00
913210011010313	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Dispensação de Fraldas	-10,07	0,00	-10,07
913210011010314	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Qualif Atenção Basica/PIES	-363,76	0,00	-363,76
913210011010315	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Assist.Farmac.Básica Est/Diabeticos	-29,14	0,00	-29,14
913210011010316	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Oficina Terapeutica	-73,30	0,00	-73,30
913210011010317	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Vig. Promoção Saude	-26,05	0,00	-26,05
913210011010319	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. NFG SAÚDE	-12,57	0,00	-12,57
913210011010320	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. ESF ESTADUAL	-200,22	0,00	-200,22
913210011010333	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Emenda Parl.p/Custeio COVID 19	-17,70	0,00	-17,70
913210011010701	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FEAS	-78,13	0,00	-78,13
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-533.099,89	0,00	-533.099,89
TOTAL		**19.129.314,42**	**0,00**	**19.129.314,42**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.448,93	0,00	12.448,93
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 294
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 19
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 295
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 20
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL		**15.660.771,99**	**0,00**	**15.660.771,99**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.915.193,00**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	330.878,93	0,00	330.878,93
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	890.062,29	0,00	890.062,29
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.602,07	0,00	-35.602,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.734.963,18	0,00	2.734.963,18
TOTAL II		**3.920.302,33**	**0,00**	**3.920.302,33**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.347.376,13	0,00	1.347.376,13
31	Ensino Fundamental	3.439.411,11	0,00	3.439.411,11
31	Educação Infantil	747.134,49	0,00	747.134,49
SUBTOTAL I		**5.533.921,73**	**0,00**	**5.533.921,73**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.378,12	0,00	1.378,12
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**26,06**		**4.081.548,87**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 296
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 21
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Página 297
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 22
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
SUBTOTAL		**13.789.938,73**	**0,00**	**13.789.938,73**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.757.987,75**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.734.963,18	0,00	2.734.963,18
TOTAL II		**2.734.963,18**	**0,00**	**2.734.963,18**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.439.411,11	0,00	3.439.411,11
31	Educação Infantil	747.134,49	0,00	747.134,49
SUBTOTAL I		**4.186.545,60**	**0,00**	**4.186.545,60**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		820,66	0,00	820,66
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**19,83**		**2.734.730,20**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	820,66	0,00	820,66
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	4.185.618,40	0,00	4.185.618,40
Total		**4.186.439,06**	**0,00**	**4.186.439,06**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**2.511.863,44**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.829.978,28	0,00	2.829.978,28
31	Educação Infantil	619.755,97	0,00	619.755,97
TOTAL		**3.449.734,25**	**0,00**	**3.449.734,25**
% de Aplicação				**82,40**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.448,93	0,00	12.448,93
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 298
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 23
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 299
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 24
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL I		**15.660.771,99**	**0,00**	**15.660.771,99**
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				**2.349.115,80**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	198.636,05	0,00	198.636,05
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.171.934,59	0,00	2.171.934,59
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL II		**2.349.209,46**	**0,00**	**2.349.209,46**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.706.944,83	0,00	2.706.944,83
SUBTOTAL I		**2.706.944,83**	**0,00**	**2.706.944,83**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.365,29	0,00	1.365,29
SUBTOTAL III		**1.365,29**	**0,00**	**1.365,29**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**17,28**		**2.705.579,54**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

Página 300
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 25
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 301
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 26
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 17,996%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 19 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 33,752%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,716%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 65 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.048,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.402,37
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 480,47
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 405 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BDP_32 - Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.048,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.402,37

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 480,47

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comercio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/
2º Bimestre	Mural	27/05/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/05/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/05/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-2o-bimestre-2020/
3º Bimestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	30/09/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	30/09/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/
5º Bimestre	Mural	24/11/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	25/11/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	24/11/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/
6º Bimestre	Mural	27/01/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/01/2021	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/01/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/
2º Semestre	Mural	27/01/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/01/2021	Regional de Notícias
	Internet	27/01/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 302
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 27
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

2º Quadrimestre	Mural	Não Publicado
	Jornal	Não Publicado
	Internet	Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2020	26/05/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2020	29/09/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	28.854.393,43	0,00	28.854.393,43
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.412.136,79	0,00	-3.412.136,79
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	2.856.883,94	0,00	2.856.883,94
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	13.216,92	0,00	13.216,92
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-533.099,89	0,00	-533.099,89
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**21.630.494,37**	**0,00**	**21.630.494,37**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**21.630.494,37**	**0,00**	**21.630.494,37**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 303
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 28
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.844.921,71	0,00	14.844.921,71
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	1.265.345,44	0,00	1.265.345,44
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	106.190,60	0,00	106.190,60
319003010000000	Civis	129.596,83	0,00	129.596,83
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	11.238,93	0,00	11.238,93
319005000101000	Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	44.733,34	0,00	44.733,34
319005000103000	Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	29.702,28	0,00	29.702,28
319005000105000	Salário-Familia De Segurados	1.993,42	0,00	1.993,42
319008560100000	Salário Família de Segurados Ativos	3.695,12	0,00	3.695,12
319008990400000	Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	347.232,20	0,00	347.232,20
319011070000000	Abono de Permanencia	3.239,68	0,00	3.239,68
319113990100000	Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	1.491.577,44	0,00	1.491.577,44
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**11.410.376,43**	**0,00**	**11.410.376,43**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**380.160,46**	**0,00**	**380.160,46**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Página 304
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 29
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**11.030.215,97**	**0,00**	**11.030.215,97**

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	96.213,32	0,00	96.213,32
1	11111190201000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. ICMS-IPI Lei 87/96	54.708,44	0,00	54.708,44
1	11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID ALIMENTOS	51.797,40	0,00	51.797,40
1	11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	83.157,80	0,00	83.157,80
1	11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	37,85	0,00	37,85
1	11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	6.471,96	0,00	6.471,96
20	11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	154.231,38	0,00	154.231,38
31	11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	12.019,58	0,00	12.019,58
40	11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	47.303,78	0,00	47.303,78
1016	11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	15.058,76	0,00	15.058,76
1017	11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	10.926,53	0,00	10.926,53
1027	11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	200.604,97	0,00	200.604,97
1028	11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	126.738,03	0,00	126.738,03
1037	11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	17,04	0,00	17,04
1038	11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.868,08	0,00	7.868,08
1044	11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	248,03	0,00	248,03
1045	11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	207,21	0,00	207,21
1067	11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.648,45	0,00	11.648,45
1069	11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.931,09	0,00	4.931,09
1086	11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	318,71	0,00	318,71
1090	11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	5.825,83	0,00	5.825,83
1095	11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.475,79	0,00	4.475,79

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1122	11111190202000900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PRO-INFANCIA	1.694,89	0,00	1.694,89
1127	11111190203001000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.680,40	0,00	1.680,40
1128	11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.483,83	0,00	29.483,83
1130	11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	148.259,96	0,00	148.259,96
1138	11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.652,08	0,00	14.652,08
1143	11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	10.731,32	0,00	10.731,32
1148	11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	230.965,69	0,00	230.965,69
1149	11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	3.155,89	0,00	3.155,89
1150	11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.624,35	0,00	4.624,35
1151	11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.605,21	0,00	18.605,21
1152	11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,46	0,00	165,46
1154	11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	1.215,48	0,00	1.215,48
1156	11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	4.536,33	48.750,00	53.286,33
1162	11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	129,04	0,00	129,04
1165	11111190202001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	326,93	0,00	326,93
1180	11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	6.627,73	0,00	6.627,73
1181	11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	323.808,89	0,00	323.808,89
1183	11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID EPI	3.152,89	0,00	3.152,89
1186	11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	19.085,00	0,00	19.085,00
4001	11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	93.946,91	0,00	93.946,91
4011	11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	37.319,46	0,00	37.319,46
4011	11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	207.061,74	0,00	207.061,74
4011	11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 SAUDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	6.963,55	0,00	6.963,55
4050	11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	3.797,38	0,00	3.797,38
4050	11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	20.363,33	0,00	20.363,33
4090	11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	104.856,56	0,00	104.856,56
4190	11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.193,34	0,00	9.193,34

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 306
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 31
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4297	11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	4.993,65	0,00	4.993,65
4300	11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	4.656,42	0,00	4.656,42
4500	11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	406.495,24	0,00	406.495,24
4501	11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.486,14	0,00	3.486,14
4502	11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	42.578,42	0,00	42.578,42
4503	11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	16.430,49	0,00	16.430,49
4505	11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	324.241,58	0,00	324.241,58
4506	11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	185,06	0,00	185,06
4511	11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	367.384,77	0,00	367.384,77
8001	11111191207000100000	BANRISUL S/A - CTA LIVRE EXTRA 8001	34.765,27	0,00	34.765,27
TOTAL			**3.406.430,71**	**48.750,00**	**3.455.180,71**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
50	11111060100000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. RPPS	12.371.389,68	0,00	12.371.389,68
50	11111060100000200000	C.E.FEDERAL - CTA. RPPS	13.045.214,56	0,00	13.045.214,56
50	11111060100000400000	BANRISUL S/A - CTA RPPS	1.218.367,65	0,00	1.218.367,65
8050	11111060100000500000	CTA RECURSO EXTRA ORCAMENTARIO - 8050	9.243,11	0,00	9.243,11
TOTAL			**26.644.215,00**	**0,00**	**26.644.215,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	96.213,32	0,00	96.213,32

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 307
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 32
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1111119020100050000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. ICMS-IPI Lei 87/96	54.708,44	0,00	54.708,44
1111119020100120000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	93.946,91	0,00	93.946,91
1111119020200010000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	154.231,38	0,00	154.231,38
1111119020200020000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	200.604,97	0,00	200.604,97
1111119020200030000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	12.019,58	0,00	12.019,58
1111119020200070000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	126.738,03	0,00	126.738,03
1111119020200090000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PRO-INFANCIA	1.694,89	0,00	1.694,89
1111119020200100001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	15.058,76	0,00	15.058,76
1111119020200100003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.931,09	0,00	4.931,09
1111119020200100004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	1.215,48	0,00	1.215,48
1111119020200110000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.652,08	0,00	14.652,08
1111119020200120000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	129,04	0,00	129,04
1111119020200140000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	326,93	0,00	326,93
1111119020300100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.680,40	0,00	1.680,40
1111119020300120000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	10.731,32	0,00	10.731,32
1111119020303000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	324.241,58	0,00	324.241,58
1111119020304000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	185,06	0,00	185,06
1111119020305010000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	406.495,24	0,00	406.495,24
1111119020305020000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.486,14	0,00	3.486,14
1111119020305030000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	42.578,42	0,00	42.578,42
1111119020305040000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	16.430,49	0,00	16.430,49
1111119020305050000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	367.384,77	0,00	367.384,77
1111119020400130000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	230.965,69	0,00	230.965,69
1111119020400140000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.605,21	0,00	18.605,21
1111119020400150000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.624,35	0,00	4.624,35
1111119020400160000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,46	0,00	165,46
1111119020400170000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	3.155,89	0,00	3.155,89
1111119020400180000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID ALIMENTOS	51.797,40	0,00	51.797,40
1111119020400190000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID EPI	3.152,89	0,00	3.152,89
1111119020500010000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.868,08	0,00	7.868,08
1111119020500050000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	323.808,89	0,00	323.808,89
1111119030100010000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	83.157,80	0,00	83.157,80
1111119030500010000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	10.926,53	0,00	10.926,53
1111119030500020001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	207,21	0,00	207,21
1111119030500020003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	248,03	0,00	248,03
1111119030500020004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.483,83	0,00	29.483,83

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 308
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 33
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	5.825,83	0,00	5.825,83
11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	4.536,33	0,00	4.536,33
11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	47.303,78	0,00	47.303,78
11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	318,71	0,00	318,71
11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	6.627,73	0,00	6.627,73
11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	37,85	0,00	37,85
11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	6.471,96	0,00	6.471,96
11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.648,45	0,00	11.648,45
11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.475,79	0,00	4.475,79
11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	17,04	0,00	17,04
11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	148.259,96	0,00	148.259,96
11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	19.085,00	0,00	19.085,00
11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	3.797,38	0,00	3.797,38
11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.193,34	0,00	9.193,34
11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	37.319,46	0,00	37.319,46
11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	207.061,74	0,00	207.061,74
11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	20.363,33	0,00	20.363,33
11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	4.656,42	0,00	4.656,42
11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	104.856,56	0,00	104.856,56
11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	4.993,65	0,00	4.993,65
11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 SAUDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	6.963,55	0,00	6.963,55
11111191207000100000	BANRISUL S/A - CTA LIVRE EXTRA 8001	34.765,27	0,00	34.765,27
63270000000000000000	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-244.525,59	0,00	-244.525,59
TOTAL		**3.161.905,12**	**0,00**	**3.161.905,12**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**3.161.905,12**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 309
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 34
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21881010200010000000	INSS - Folha	0,01	0,00	0,01
21881010200030000000	INSS - Serviço Terceiros	859,20	0,00	859,20
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.117,48	0,00	7.117,48
21881011103000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - EXECUTIVO	29.574,98	0,00	29.574,98
21881011104000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - LEGISLATIVO	5.190,29	0,00	5.190,29
21881019900030000000	OUTROS CONSIGNATARIOS - Plano Telefone	248,64	0,00	248,64
22721030100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	18.783.191,46	0,00	18.783.191,46
22721030500000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-1.632.322,76	0,00	-1.632.322,76
22721040100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	60.112.690,20	0,00	60.112.690,20
22721040200000000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-11.916.652,44	0,00	-11.916.652,44
22721040300000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-9.473.772,52	0,00	-9.473.772,52
22721040400000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-4.937.951,40	0,00	-4.937.951,40
22721059800000000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-24.290.967,54	0,00	-24.290.967,54
63110000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.788,22	0,00	2.788,22
63171000000000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDARINSCRICAO NO EXERCICIO	13.998,86	0,00	13.998,86
TOTAL		**26.703.992,68**	**0,00**	**26.703.992,68**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 310
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 35
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
		0,00	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00
		0,00	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
TOTAL		0,00	0,00	0,00
		0,00	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00
		0,00	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
		0,00	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 311
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 36
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	193.566,55	0,00	193.566,55	193.566,55
20	0,00	2.183,26	0,00	2.183,26	2.183,26
31	0,00	10.905,59	0,00	10.905,59	10.905,59
40	0,00	6.509,39	0,00	6.509,39	6.509,39
1027	0,00	537,86	0,00	537,86	537,86
1151	0,00	97,24	0,00	97,24	97,24
1181	0,00	7.380,00	0,00	7.380,00	7.380,00
4011	0,00	879,75	0,00	879,75	879,75
4500	0,00	20.905,95	0,00	20.905,95	20.905,95
4511	0,00	1.560,00	0,00	1.560,00	1.560,00
TOTAL	**0,00**	**244.525,59**	**0,00**	**244.525,59**	**244.525,59**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	2.680,99	190,27	0,00	190,27	2.871,26
20	107,23	0,00	0,00	0,00	107,23
1156	0,00	12.768,59	0,00	12.768,59	12.768,59
4511	0,00	1.040,00	0,00	1.040,00	1.040,00
TOTAL	**2.788,22**	**13.998,86**	**0,00**	**13.998,86**	**16.787,08**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		292.386,77	0,00	292.386,77	
20		154.231,38	0,00	154.231,38	

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 312
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 37
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
31		12.019,58	0,00	12.019,58	
40		47.303,78	0,00	47.303,78	
50		26.634.971,89	0,00	26.634.971,89	
1016		15.058,76	0,00	15.058,76	
1017		10.926,53	0,00	10.926,53	
1027		200.604,97	0,00	200.604,97	
1028		126.738,03	0,00	126.738,03	
1037		17,04	0,00	17,04	
1038		7.868,08	0,00	7.868,08	
1044		248,03	0,00	248,03	
1045		207,21	0,00	207,21	
1067		11.648,45	0,00	11.648,45	
1069		4.931,09	0,00	4.931,09	
1086		318,71	0,00	318,71	
1090		5.825,83	0,00	5.825,83	
1095		4.475,79	0,00	4.475,79	
1122		1.694,89	0,00	1.694,89	
1127		1.680,40	0,00	1.680,40	
1128		29.483,83	0,00	29.483,83	
1130		148.259,96	0,00	148.259,96	
1138		14.652,08	0,00	14.652,08	
1143		10.731,32	0,00	10.731,32	
1148		230.965,69	0,00	230.965,69	
1149		3.155,89	0,00	3.155,89	
1150		4.624,35	0,00	4.624,35	
1151		18.605,21	0,00	18.605,21	
1152		165,46	0,00	165,46	
1154		1.215,48	0,00	1.215,48	
1156		4.536,33	48.750,00	53.286,33	
1162		129,04	0,00	129,04	
1165		326,93	0,00	326,93	
1180		6.627,73	0,00	6.627,73	
1181		323.808,89	0,00	323.808,89	
1183		3.152,89	0,00	3.152,89	
1186		19.085,00	0,00	19.085,00	
4001		93.946,91	0,00	93.946,91	
4011		251.344,75	0,00	251.344,75	
4050		24.160,71	0,00	24.160,71	
4090		104.856,56	0,00	104.856,56	
4190		9.193,34	0,00	9.193,34	
4297		4.993,65	0,00	4.993,65	
4300		4.656,42	0,00	4.656,42	
4500		406.495,24	0,00	406.495,24	
4501		3.486,14	0,00	3.486,14	
4502		42.578,42	0,00	42.578,42	

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 313
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 38
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4503		16.430,49	0,00	16.430,49	
4505		324.241,58	0,00	324.241,58	
4506		185,06	0,00	185,06	
4511		367.384,77	0,00	367.384,77	
8001		34.765,27	0,00	34.765,27	
8050		9.243,11	0,00	9.243,11	
TOTAL		30.050.645,71	48.750,00	30.099.395,71	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recursos Livre
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%
40	A S P S
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE
1017	FUNDERMA
1027	Transf.Salário Educação - Federal
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE
1044	Leilões
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação
1067	PM S Santana Conv FEAS
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda
1086	Leilões Rec.Vinculado - Saude
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente
1095	Cota Parte Multa de Transito
1122	Implantação de Esc de Educação Infantil Mobiliario
1127	Promoção de Eventos do Municipio
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE
1155	Pavimentação Rua Area Urbana Sertao Santana
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja
1162	BRASIL CARINHOSO
1165	AUXÍLIO FINANCEIRO FNDE RESOLUÇÃO 11/2018
1180	Contribuições ao FUMDICA
1181	Cessão Onerosa

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 314
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 39
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Página 315
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 40
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1183	Ações do COVID no SUAS para EPI
1185	Emenda Autor Pedro Westphalen - SIGTV Estruturação
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL
4090	Programa Saúde da Família
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL
4293	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAT PERMANENTE
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19
4300	Nota Fiscal Gaúcha
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo
4929	Academias da Saude - Construção e Custeio
4931	Aquisição de Equip e Mat Permanente
4940	Estruturação dos Centros de Economia e Tecnologia no SUS
8001	Recurso Extra Orçamentario
8050	Recurso Extra orçamentario RPPS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	178.300,68	0,00	178.300,68
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	74.292,44	0,00	74.292,44
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	44.575,31	0,00	44.575,31
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	24.134,80	0,00	24.134,80
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	10.056,19	0,00	10.056,19
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.033,70	0,00	6.033,70
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	16.559,11	0,00	16.559,11
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	6.899,91	0,00	6.899,91
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.140,05	0,00	4.140,05
11130341020100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo -	10,76	0,00	10,76

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	PRÓPRIO			
11130341020200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4,48	0,00	4,48
11130341020300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2,69	0,00	2,69
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	178.363,67	0,00	178.363,67
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	74.318,40	0,00	74.318,40
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	44.590,93	0,00	44.590,93
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	261,35	0,00	261,35
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	108,93	0,00	108,93
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	65,36	0,00	65,36
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	25.503,27	0,00	25.503,27
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.626,62	0,00	10.626,62
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.375,94	0,00	6.375,94
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	8.186,15	0,00	8.186,15
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.411,17	0,00	3.411,17
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.046,66	0,00	2.046,66
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	42.029,50	0,00	42.029,50
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	17.512,30	0,00	17.512,30
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	10.507,38	0,00	10.507,38
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	186.564,40	0,00	186.564,40
11180231020000	ISS - Principal - MDE	77.736,01	0,00	77.736,01
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	46.641,60	0,00	46.641,60
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.982,13	0,00	1.982,13
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	826,37	0,00	826,37
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	495,68	0,00	495,68
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.300,71	0,00	4.300,71
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.792,09	0,00	1.792,09
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.075,23	0,00	1.075,23
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.513,67	0,00	2.513,67
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.047,55	0,00	1.047,55
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	628,53	0,00	628,53
11220111010000	Taxa de Limpeza Pública	19.944,28	0,00	19.944,28
11220111030000	Tx de Emissão de Certidões	4.490,20	0,00	4.490,20
11220112010000	Multa/Juro Taxa de Limpeza Pública	36,83	0,00	36,83
11220112030000	Multa/Juro Tx de Emissão de Certidões	40,83	0,00	40,83
11220113010000	Dívida Ativa Taxa de Limpeza Pública	3.150,44	0,00	3.150,44
11220113030000	Dívida Ativa Tx de Emissão de Certidões	190,27	0,00	190,27
11220114030000	Multa/Juro - D.A. Tx de Emissão de Certidões	59,84	0,00	59,84
11220211000000	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	69,06	0,00	69,06
11280191010000	Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	4.653,00	0,00	4.653,00
11280191020000	Tx de Licença para Execução de Obras	2.974,47	0,00	2.974,47

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 316
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 41
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280191030000	Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280191050000	Taxa de vistoria	27.795,50	0,00	27.795,50
11280191060000	Taxa de Expediente	18.463,63	0,00	18.463,63
11280191070000	Alvara Sanitario	1.137,10	0,00	1.137,10
11280191080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	6.532,10	0,00	6.532,10
11280192010000	Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	0,50	0,00	0,50
11280192020000	Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	16,67	0,00	16,67
11280192050000	Multas e Juros - Taxa de vistoria	61,42	0,00	61,42
11280192060000	Multas e Juros - Taxa de Expediente	41,06	0,00	41,06
11280192070000	Multas e Juros - Alvara Sanitario	13,28	0,00	13,28
11280192080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	3,32	0,00	3,32
11280193010000	Divida Ativa - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	171,46	0,00	171,46
11280193020000	Divida Ativa - Tx de Licença para Execução de Obras	1.019,24	0,00	1.019,24
11280193030000	Divida Ativa - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280193050000	Divida Ativa - Taxa de vistoria	1.537,94	0,00	1.537,94
11280193060000	Divida Ativa - Taxa de Expediente	2.669,87	0,00	2.669,87
11280193070000	Divida Ativa - Alvara Sanitario	497,95	0,00	497,95
11280194010000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	58,65	0,00	58,65
11280194020000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	264,99	0,00	264,99
11280194030000	D.A. Multas e Juros - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	6,47	0,00	6,47
11280194050000	D.A. Multas e Juros - Taxa de vistoria	308,66	0,00	308,66
11280194060000	D.A. Multas e Juros - Taxa de Expediente	1.347,67	0,00	1.347,67
11280194070000	D.A. Multas e Juros - Alvara Sanitario	23,90	0,00	23,90
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	794.211,23	0,00	794.211,23
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	19.662,78	0,00	19.662,78
12400011000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	74.402,31	0,00	74.402,31
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.822.279,49	0,00	4.822.279,49
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.856,91	0,00	401.856,91
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.205.569,89	0,00	1.205.569,89
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.607.426,26	0,00	1.607.426,26
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	212.816,11	0,00	212.816,11
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	88.673,38	0,00	88.673,38
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	53.204,03	0,00	53.204,03
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	204.953,55	0,00	204.953,55
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	85.397,31	0,00	85.397,31
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	51.238,39	0,00	51.238,39

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 317
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 42
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	- ASPS			
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	11.182,56	0,00	11.182,56
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	931,79	0,00	931,79
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.795,68	0,00	2.795,68
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.727,37	0,00	3.727,37
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.367.820,47	0,00	3.367.820,47
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	305.709,00	0,00	305.709,00
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	842.026,53	0,00	842.026,53
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.097.953,80	0,00	1.097.953,80
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.811,48	0,00	392.811,48
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.765,53	0,00	32.765,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.203,02	0,00	98.203,02
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.906,68	0,00	130.906,68
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	50.433,64	0,00	50.433,64
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	4.202,79	0,00	4.202,79
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	12.608,41	0,00	12.608,41
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	16.811,24	0,00	16.811,24
17280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	9.339,14	0,00	9.339,14
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.300,78	0,00	-85.300,78
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.542,07	0,00	-35.542,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.325,20	0,00	-21.325,20
917280111010000	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	-31,14	0,00	-31,14
TOTAL		**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.349.613,26	0,00	1.349.613,26	1,0824	1.460.821,39
Fevereiro	1.417.144,06	0,00	1.417.144,06	1,0816	1.532.783,02
Março	1.264.634,84	0,00	1.264.634,84	1,0683	1.351.009,40
Abril	1.504.332,59	0,00	1.504.332,59	1,0570	1.590.079,55
Maio	1.397.666,00	0,00	1.397.666,00	1,0476	1.464.194,90
Junho	1.228.071,26	0,00	1.228.071,26	1,0434	1.281.369,55
Julho	1.533.104,52	0,00	1.533.104,52	1,0368	1.589.522,77
Agosto	1.336.317,65	0,00	1.336.317,65	1,0368	1.385.494,14
Setembro	1.233.549,06	0,00	1.233.549,06	1,0368	1.278.943,67
Outubro	1.220.779,86	0,00	1.220.779,86	1,0317	1.259.478,58
Novembro	1.297.933,35	0,00	1.297.933,35	1,0260	1.331.679,62
Dezembro	2.288.727,25	0,00	2.288.727,25	1,0174	2.328.551,10
TOTAL	**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**		**17.853.927,68**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 318
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 43
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Página 319
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 44
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Adição/Exclusão
Justificativa: VALOR A RECEBER DA UNIÃO REFERENTE A 20% DO CONTRATO DE REPASSE Nº838406/2016 RUA WALTER KESS.
Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão
Justificativa: VALOR A RECEBER DA UNIÃO REFERENTE A 20% DO CONTRATO DE REPASSE Nº838406/2016 RUA WALTER KESS.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	5.027.484,80
5º Bimestre	4.652.202,54	4.339.095,57
6º Bimestre	4.652.207,90	6.369.457,93
TOTAL	**27.913.220,60**	**28.854.393,43**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	451.465,89
5º Bimestre	197.166,66	450.897,50
6º Bimestre	197.166,70	943.349,60
TOTAL	**1.183.000,00**	**3.197.890,49**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	147,18
5º Bimestre	628.883,24	100.119,70
6º Bimestre	628.883,80	269.304,07
TOTAL	**3.773.300,00**	**370.552,96**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-368.614,54
5º Bimestre	-554.920,05	-727.885,55
6º Bimestre	-554.920,35	-597.328,89
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-3.412.136,79**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 320
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 45
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	478.834,95	0,00	478.834,95
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**478.834,95**	**0,00**	**478.834,95**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: Prefeito Municipal
Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

Início: 16/09/2020 Término: 04/10/2020

Início: 20/10/2020 Término: 18/11/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 321
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 46
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas 27/01/2021 - 11:58:14
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 20.0.0.8
Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE

62001113392332658

PM DE SERTÃO SANTANA ÓRGÃO Nº: 81600 CNPJ: 94068236000103 01/01/2020 a 31/12/2020

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 27 de Janeiro de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.769F.FDB2.1D46.3F44.5060.

Página 322
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 47
Peça 3272639
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC53

Página 323
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

RELATÓRIO E PARECER

DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Sertão Santana vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as contas de governo do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2020, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição da República, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto no art. 2º, inciso III, letra *"b"* da Resolução nº 1.052, de 09 de dezembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado.

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 605/2002, regulamentada pelo Decreto nº 1007/2005 de 25 de setembro de 2014, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 3.580, de 06 de Julho de 2020.

2. A Comissão desenvolveu suas atividades através de reuniões e análise documental. Foram realizadas doze (12) reuniões, emitidos nove (9) relatórios e enviadas ao Poder Executivo na forma de Recomendações, visando a sanar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas. Entre as recomendações feitas, salientam-se as seguintes: serviço médico constando como terceirização e não incluído em despesa com pessoal; formas de contratação; procedimentos licitatórios. À vista de tais recomendações, o Chefe do poder Executivo adotou as seguintes providências para correção de atos e procedimentos: no que tange à rubrica adequada para alocar o serviço médico, ainda esta sob estudo; as formas de contratação estão se adequando, assim como os procedimentos licitatórios. No entanto, há disposição da Administração para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em busca de atuação balizada sempre pelos princípios que regem a Administração Pública (CR, art. 37).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 324
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

3. Quanto ao resultado da análise dos itens que, nos termos da Resolução nº 936/2012, do Tribunal de Contas do Estado, são de verificação compulsória entendemos dignos de registro os seguintes fatos/ocorrências:

3.1 Receitas de Transferências intergovernamentais:

Foi realizado exame das receitas oriundas de Transferências Intergovernamentais da União e do Estado, a fim de diagnosticar o nível de gerenciamento desses recursos, avaliar a correção e a confiabilidade dos lançamentos contábeis e dos procedimentos administrativos realizados pelos setores envolvidos no controle da arrecadação bem como verificar o atendimento das disposições constitucionais e legais pertinentes à correta aplicação daqueles que são vinculados a determinadas finalidades. Desse exame é possível afirmar que:

a) Os valores recebidos a título de transferências constitucionais do Estado (ICMS, IPI/Exportação, CIDE) e da União (FPM, LC 87/96, FUNDEB e Salário Educação), estão de acordo com os índices de participação nesses recursos estabelecidos pela legislação;

b) Os recursos da CIDE, do FUNBEB e do Salário Educação, bem como os oriundos de transferências legais, tais como PAB, Merenda Escolar, Transporte Escolar, Assistência Social e de transferências voluntárias da União e do Estado, vinculados a finalidades específicas, foram depositados e movimentados em contas bancárias específicas, atendendo ao disposto no art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

c) Na execução dos recursos recebidos a título de transferências voluntárias, verificamos que, quando efetivamente devidas, foram efetuadas as prestações de contas, parciais ou totais, e o seu respectivo encaminhamento aos órgãos concessores. Também foi verificado que o Poder Executivo observou a determinação posta no art. 2º, da Lei Federal nº 9.452/97, quanto à notificação compulsória desses recebimentos aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos.

d) Ainda, quanto a esses últimos, verificou-se que, conforme o art. 116, §§ 4º e 5º da Lei Federal nº 8.666/93, os mesmos foram aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, nas hipóteses em que a previsão de uso foi igual ou superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização deu-se em prazos menores que 30 dias e que os rendimentos dessas foram aplicados na sua vinculação original.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 325
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

e) Quanto às transferências voluntárias realizadas pela União, por meio de convênio e/ou contrato de repasse, as mesmas estão regularmente sendo registradas no Portal dos Convênios (SICONV), permitindo aos órgãos repassadores do Governo Federal o controle em tempo real da execução das atividades contempladas no plano de trabalho. Além disso, os processos físicos são mantidos junto à Secretaria Municipal de Agricultura com a documentação comprobatória dos atos realizados pelo Município. Não há registro de pendências no SICONV.

3.2 Lançamento e Cobrança de Todos dos Tributos de Competência Municipal:

Visando verificar a competência do Município quanto à efetiva instituição e cobrança dos tributos de competência municipal, o Controle Interno auditou os procedimentos relativos à constituição, cobrança e controle dos créditos tributários e não tributários do Município donde se extrai que:

a) Existe efetiva responsabilidade na gestão fiscal nos estágios de instituição, previsão, arrecadação e efetivo recolhimento dos tributos de competência constitucional do Município, nos termos do artigo 30, inciso III, e artigos 145 e 156 da Constituição da República e art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000;

b) As leis municipais nº 1.500/2019 que concede desconto no pagamento do IPTU no ano de 2020, com expectativa de renúncia de receita de R$ 353.800,00 (Trezentos e cinquenta e três mil e oitocentos reais), tiveram seu impacto orçamentário e financeiro devidamente dimensionado em anexos próprios da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, nos termos dos arts. 4, § 2º, V, art. 5º, II e art. 14, todos da Lei Complementar nº 101/2000;

c) A Administração Municipal, através do setor de fiscalização desempenhou ações fiscais no sentido de combate à sonegação, no âmbito da fiscalização das receitas, bem como demonstrou empenho com o objetivo de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, como medidas efetivas para o incremento das receitas tributárias e de contribuições, visando dar cumprimento aos arts. 13 e 58 da Lei Complementar nº 101/2000;

d) Quadrimestralmente, a Secretaria de Fazenda elabora relatórios gerenciais sobre o comportamento da arrecadação tributária, contendo, inclusive, comentários e dados para tomada de decisão superior, os quais são encaminhados diretamente à Audiência Pública e posteriormente arquivados nesta secretaria;

e) A análise amostral de alguns documentos de arrecadação comprovou que a atualização monetária, as multas e os juros de mora aplicáveis aos tributos e demais receitas próprias pagas

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 326
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

com atraso são calculados e cobrados de acordo com as disposições do Código Tributário Municipal, inclusive pela rede bancária. Dessa análise amostral também verificou-se que, as guias de arrecadação identificam o nome do pagador, o valor arrecadado, a origem e classificação da receita, e contemplam a data e a assinatura/rubrica do agente responsável pelo recebimento, conforme o disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 4.320/64;

f) Quanto ao IPTU, verificamos que o cadastro imobiliário encontra-se atualizado, e divide a área do Município em zonas fiscais para fins de avaliação do valor venal dos imóveis, conferindo-lhes pesos diferenciados segundo o maior/menor grau de serviços e infraestrutura urbana disponível, entre outros aspectos inerentes ao imóvel. O mesmo cadastro é utilizado também, como referência, para o ITBI;

g) Em relação ao ISSQN, verificamos que o cadastro dos prestadores de serviço do Município encontra-se atualizado e apresenta os elementos necessários para a perfeita identificação do contribuinte, informando o ramo de atividade, localização, dados pessoais/estabelecimento, alíquota aplicável, dentre outros. Também, por amostragem, foram verificadas 12 (doze) guias de arrecadação, as quais comprovam que os valores cobrados de ISSQN encontram-se de acordo com a legislação municipal, atentando, também, para o atendimento do art. 88 do ADCT, acrescentado pela EC nº 37/02, que introduziu a alíquota mínima de 2% para esse tributo;

h) Em relação as taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou colocados à disposição dos contribuintes, foi constado que foram criadas em lei específica, observada a anterioridade, e que seus valores estão em conformidade com o custo da respectiva atividade administrativa desenvolvida, guardando, assim, a proporcionalidade propugnada pela legislação.

i) Não houve cobrança de Contribuição de Melhorias;

j) A instituição da contribuição para o custeio da iluminação pública, cujo total arrecadado foi de 26.966,67 (Vinte e seis mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) se deu através de lei, com obediência aos princípios da anterioridade tributária e da anualidade, nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal; A partir do ano-calendário 2016 a CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica passou a efetuar a compensação entre os valores arrecadados e as despesas com iluminação pública do município, porém a CERTEJA, também distribuidora atuante no município, continua repassando os valores normalmente, o que resultou na arrecadação supracitada;

k) Ainda, a auditoria realizada sobre a arrecadação própria revelou que a Administração Municipal vem efetuando corretamente a retenção do IRRF, incidente sobre valores pagos pelo Muni-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 327
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

cípio, a qualquer título, inclusive pelas autarquias e fundações municipais (art. 158, inciso I, da CR), aplicando, conforme o caso, as alíquotas previstas no Decreto Federal nº 3.000/99.

3.3 Cobrança da Dívida Ativa e dos Títulos Executivos Emitidos pelo TCE/RS:

Em relação a esse item de verificação compulsória ponderamos que foram avaliadas as providências tomadas pela administração para receber as receitas não recolhidas, no prazo de vencimento. Também foi analisada a adequação dos registros contábeis atinentes à dívida ativa, principalmente quanto ao destaque dos créditos realizáveis a longo e curto prazo e a provisão para perdas na dívida ativa.

Restou evidenciado o que segue:

a) A análise amostral realizada em doze (12) processos revelou que os termos de inscrição em dívida ativa possuem os requisitos constantes no art. 2º, §5º, da Lei Federal nº 6.830/80 e art. 202 do Código Tributário Nacional;

b) Estão inscritos em dívida ativa todos os créditos tributários e não tributários lançados e não arrecadados pelo Município, em cumprimento ao disposto no art. 39, § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo que a Administração Municipal, através do setor de tributos efetivamente, efetua a cobrança da dívida ativa, nas esferas administrativa e judicial, como forma de incrementar a arrecadação e evitar a prescrição dos créditos, conforme se verifica do mapa comparativo abaixo:

EVOLUÇÃO DA DIVIDA ATIVA

Estoque total de Dívida Ativa	2018	2019	2020
Dívida Ativa Tributária	R$ 872.558,78	R$ 771.309,35	R$ 809.805,21
Dívida Ativa Não Tributária	R$3.190.550,16	R$3.409.653,97	R$3.689.542,44

c) Atentos ao princípio da moralidade administrativa e ao da legalidade, verificamos que não há, entre os contribuintes inadimplentes do Município, fornecedores/credores regulares da administração, bem como agentes políticos e tampouco foram identificadas ocorrências de baixas de valores inscritos em dívida ativa sem o devido amparo legal, sendo que os casos de remissão de crédito tributários foram autorizados com fulcro no art. 172 do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/66) e de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 006/2017 – Código Tributário Municipal;

d) Os saldos existentes no cadastro da dívida ativa dos contribuintes (setor tributário) correspondem aos valores apresentados pelo Setor de Tributos e pela Contabilidade, em 31 de dezem-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 328
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

bro de 2020, a qual evidencia, em contas específicas, a dívida ativa de Curto Prazo e de Longo Prazo, bem como o Ajuste Para Perdas da Dívida Ativa, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;

e) Quanto aos títulos executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado, verificou-se o atendimento das disposições contidas na Resolução nº 1039/2015, daquela Corte de Contas, especialmente quanto: ao registro contábil, em contas próprias, dos créditos e dos valores arrecadados; à adoção de medidas administrativas ou judiciais para a cobrança dos créditos expressos nas Certidões de Decisão – Títulos Executivos; à prestação de informações tempestivas à Direção-Geral do Tribunal de Contas acerca das medidas de cobrança adotadas, inclusive com a remessa de documentação comprobatória;

3.4 Exame das operações de crédito contratadas, dos avais e garantias concedidas, bem como dos direitos e haveres do Município;

Em relação a esse item, verificamos que o Município não realizou operação de crédito no exercício de 2020;

Já quanto à concessão de avais e garantias, de que trata o art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000, verificamos que o Município não realizou em 2020 operações dessa natureza.

No que tange aos demais direitos e haveres do Município ponderamos que:

a) As receitas de aluguéis, arrendamentos e concessões de uso estão de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos contratos;

b) A Administração Municipal, tendo por base a Lei nº 1.355/2015 efetivamente cobra pela prestações de serviços de máquinas/equipamentos a terceiros, de acordo com os preços fixados;

c) No caso dos haveres decorrentes de danos causados ao Erário por servidor público, como os decorrentes de acidente de trânsito com veículo do Município, multas de trânsito, desvio de verbas e de bens públicos, perda de equipamentos, extravio de materiais, e outros, verificamos que, após a apuração dos fatos e responsabilização, houve o ressarcimento aos cofres municipais, por parte dos respectivos devedores, bem como a observância das disposições legais municipais pertinentes, especialmente quanto ao prazo, valores das parcelas, e regularidade dos recolhimentos. Tais valores foram registrados pela contabilidade na natureza de receita 4.1.9.9.0.99.2.1.03.00.00 (Outras Receitas) e totalizaram R$ 104,12 no exercício analisado. Porém, há mais receitas nesta rubrica.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 329
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

3.5 Exame da execução da folha de pagamento:

Visando verificar a execução da folha de pagamento, a Unidade Central de Controle Interno auditou os procedimentos respectivos, por amostragem, de onde se extrai que:

a) A folha de pagamento é organizada e executada por centros de custo;

b) Os servidores alocados em cada centro de custo estão devidamente lotados nas respectivas unidades administrativas, inclusive os vinculados à Educação e Saúde;

c) Não há vantagens, cujo direito foi implementado por servidores, pendentes de concessão, como por exemplo adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade etc.

d) As vantagens funcionais concedidas aos servidores, como por exemplo adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade, gozo de férias e de licença prêmio etc., ocorreram regularmente, até a publicação da lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e contaram com a emissão e publicação do ato respectivo, bem como com a devida anotação nos registros funcionais;

e) Os documentos essenciais para comprovar o direito às vantagens concedidas aos servidores estão devidamente arquivados;

f) Foram devidamente formalizados atos de aplicação de penalidades (decorrentes de procedimento administrativo regular), como advertências, suspensões e determinações de ressarcimento ao erário, sendo que tais circunstâncias foram devidamente anotadas nos registros funcionais;

g) Não foram devidamente instruídos todos os processos de prestação de contas relativos às diárias concedidas, tanto para servidores como para agentes políticos;

h) Foram emitidas e estão arquivadas nas pastas funcionais, devidamente assinadas pelos responsáveis, as efetividades dos servidores, fundamentando inclusive as horas extras pagas ou registradas em banco de horas;

i) Foram assinados pelos servidores e estão devidamente arquivados nas pastas funcionais, os termos de acordo, nos casos em que houve a compensação de horas extras trabalhadas (inclusive nos casos de sujeição dos servidores a regimes de plantão);

j) Houve a entrega anual, e o respectivo arquivamento nas pastas funcionais, da Declaração de Bens e Rendas por alguns servidores, bem como por alguns exercentes de mandato eletivo;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 330
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

l) Está em dia e de acordo a legislação local a avaliação do estágio probatório dos servidores, bem como foram emitidas as portarias de declaração de estabilidade, quando for o caso (art. 41 da CR);

m) Não* há servidores percebendo remuneração superior ao subsídio do Prefeito (art. 37, XI, da CR);

n) Está sendo publicada, anualmente, a relação dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos (art. 39, § 6° da CR);

o) Foram corretamente aplicadas as leis de reajuste e de revisão geral dos servidores;

p) Foi elaborada e está sendo cumprida escala de gozo de férias dos servidores;

q) As cedências de servidores contam com autorização legal e com convênio firmado entre cedente e cessionário, estando a contribuição previdenciária sendo mantida para o regime da origem (art. 1°-A da Lei 9.717/1998);

r) Os descontos em folha de pagamento contam com autorização legislativa, autorização do servidor e obedecem ao limite fixado na norma local;

s) Estão regulares as contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS;

t) Estão regulares os desconto do imposto de renda na fonte (Decreto Federal nº 3.000/1999).

3.6 Exame da manutenção da frota de veículos e equipamentos:

A gestão da frota municipal é centralizada, junto a Garagem Municipal, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras e Viação, que mantém o cadastro das viaturas, em fichas individuais, na qual constam os dados de caracterização do bem, o valor de avaliação patrimonial, os dados da apólice de seguro e o resumo das informações de consumo de combustível, quilometragem, troca de peças e pneus e serviços de manutenção realizados.

Todos os veículos da frota municipal estão devidamente registrados em nome do Município e com os seus licenciamentos em dia. Existe Livro de Bordo, que não é devidamente preenchido pelos motoristas, mas quando preenchido, consta o nome do motorista, data, quilometragem e destino do

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 331
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

veículo. Todos os veículos possuem os equipamentos obrigatórios, inclusive os utilizados para o transporte de escolares.

Quanto aos aspectos gerais da frota municipal, verificou-se a existência de sistema de manutenção preventiva dos veículos, por meio do qual os mesmos são semestralmente (ônibus escolares) encaminhados para revisão e avaliação pelos serviços de mecânica do Município;

Durante o exercício, foi adquirido 1 (um) veículo para o atendimento da necessidade da Secretaria de Saúde;

Quanto ao seguro patrimonial da frota, há contrato mantido com a seguradora Gente, com vigência até a data de 14/07/2020, renovado até julho 2021, abrangendo, como principais coberturas, roubo, furto, incêndio, danos materiais, corporais, morte acidental, danos corporais e invalidez por acidente.

Todavia, foram detectadas falhas na gestão da frota, consubstanciadas nos seguintes itens:

a) Os boletins diários dos veículos que são utilizados por mais de um motorista contém ausência de registro de viagem, com dados do motorista responsável, quilometragem realizada na viagem, local de partida e de destino, combustível consumido e solicitação de qual autoridade/servidor, nas seguintes datas/períodos.

b) Quanto às multas de trânsito, em regra não foi encontrado a identificação do condutor, apenas é feito o pagamento por parte do infrator. A Administração Pública Municipal não efetuou a nomeação do condutor, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções n.º 149/2009 e 151/2003, ambas do CONTRAN. O fato foi será novamente informado ao Prefeito na forma de recomendação do controle interno.

3.7 Exame do controle e acompanhamento dos bens patrimoniais:

Com o objetivo de conhecer, analisar e avaliar os níveis de segurança e de confiabilidade dos controles exercidos pela administração sobre os bens patrimoniais foram auditados os sistemas de almoxarifado e de controle patrimonial, com destaque para as seguintes situações:

a) Através do Decreto nº 2.183 de 02 de julho de 2019 e suas alterações no Decreto nº 2.383, de 23 de dezembro de 2020 foram estabelecidas normas e instruções orientando quanto à corre-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 332
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

ta administração, controle e movimentação de todos os bens patrimoniais do Município, inclusive os materiais depositados em almoxarifado;

b) Quanto ao almoxarifado, verificamos que: os estoques de materiais de consumo são proporcionais às necessidades contínuas dos setores que os utilizam, denotando a observância ao princípio constitucional da economicidade; as instalações são apropriadas e seguras para a guarda e depósito dos materiais; à exceção daqueles adquiridos através do regime de adiantamento, bem como os para consumo imediato, todos os demais materiais adquiridos transitam pelo almoxarifado; os materiais estocados são distribuídos aos diversos setores da administração, mediante requisição devidamente assinada, por servidor autorizado a requisitá-los;

c) A avaliação dos bens de almoxarifado pelo se deu pelo preço médio ponderado das compras, como dispõe o artigo 106, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo que, através de testes de amostragem realizados em 10 itens, os saldos registrados no controle de estoque (fichas, relatórios, etc.) correspondem à real existência do material;

d) Relativamente aos bens permanentes, verificou-se que as incorporações, transferências e baixas são registradas no sistema analítico informatizado de controle patrimonial e que existe comunicação tempestiva da movimentação patrimonial à Contadoria;

e) Quando os bens são tombados, também está sendo emitido Termo de Responsabilidade, dando-se carga ao servidor que o utilizará ou será responsável pela sua guarda, sendo que, por ocasião da transferência de bens entre unidades administrativas existe a emissão de Termo de Transferência;

f) Foi realizado o inventário geral e analítico de bens móveis e imóveis, cuja ata, datada de 29 de dezembro de 2020 foi encaminha ao esse Controle Interno para análise.

3.8 Exame dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos em vigor:

As contratações públicas do Município são realizadas pelo Setor de Licitações, que mantém arquivo cronológico dos processos de licitação e de contratação direta, todos devidamente autuados, protocolados e com as páginas numeradas e rubricadas, iniciados pelo documento que solicita a contratação, devidamente autorizado pelo ordenador de despesa, seguindo-se com a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Os processos contém regularmente a documentação de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, inclusive as atas das sessões públicas e reuniões realizadas pela comissão de licitações, prego-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 333
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

eiro e equipe de apoio e responsáveis pelas dispensas e inexigibilidades de licitação, conforme o caso da modalidade eleita. Todas as minutas de editais e contratos foram verificadas pela assessoria jurídica do Município, processando-se os atos de acordo com as suas orientações.

Quanto às licitações públicas, verifica-se a opção pelas modalidades com valores mais amplos, como concorrência pública e pregão, inclusive na sistemática de Registro de Preços, o que beneficia o Município com a ampliação da publicidade do edital, permitindo a participação de um número maior de interessados no certame, ao passo que evita situações de fracionamento de despesa, por deficiência no planejamento das contratações públicas.

No que tange à publicidade obrigatória determinada pela Lei nº 8.666/1993, são cumpridas as determinações dos artigos 21, quanto ao edital do certame, e 61, parágrafo único, quanto ao contrato.

Afora essas questões, foram verificadas pontualmente as seguintes irregularidades:

a) Contratação de pessoa física para serviços contínuos, através de recibo de pagamento autônomo. Este tema foi tratado na recomendação nº 004/2020;

b) Durante o exercício financeiro, estavam em vigor 2 (dois) contratos administrativos para a execução de obras públicas;

3.9 Acompanhamento dos limites dos gastos com pessoal:

Para fins de acompanhamento dos gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, a UCCI pautou-se nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000, bem como nas orientações traçadas pelo Tribunal de Contas do Estado, através da Instrução Normativa nº 12/2017.

O conceito de despesa com pessoal não depende da natureza do vínculo empregatício e tampouco da avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação. Assim, as despesas com servidores, independentemente do regime de trabalho a que estejam submetidos, as contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (CR, art. 37, IX e Lei 8.745/93), bem como outras que poderão vir a serem contestadas à luz do instituto constitucional do concurso público, devem integrar a despesa total com pessoal e compõem o cálculo do limite de gasto com pessoal para os fins da LRF.

Nesse aspecto temos a referir que:

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 334
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 12
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

a) Nos termos da Lei nº 015/1993 que dispor sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, bem como a Lei nº 943/2006 que estabelece o Plano de Carreira, existe a previsão legal de indenização por férias não gozadas para servidores em exercício. Tal espécie remuneratória deve integrar a despesa com pessoal e ser registrada na 3.1.9.0.11.42.00.00.00 - Férias Indenizadas. No exercício de 2020 verificamos que a Administração Municipal despendeu a esse título a importância de R$ 26.232,15;

b) Quantos aos empenhos da folha de pagamentos, considerando o art. 63 da Lei nº 4.320/64, verificamos que a liquidação dos empenhos relativos à Despesa com Pessoal não ocorreu no mesmo mês em que foi efetivada prestação do serviço pelos empregados ou servidores públicos;

c) Considerando a participação do Município no Consórcio Intermunicipal Centro-Sul, verificamos que, conforme o respectivo contrato de rateio, os recursos transferidos ao consórcio público, destinados à cobertura de despesas com pessoal ou seus respectivos encargos, para fins de atender a Lei Federal n° 11.107/2005, a Portaria STN nº 72/2012, bem como a Decisão proferida pelo Tribunal Pleno do TCE/RS, no Processo nº 2597-02.00/06-0, foram registradas nas naturezas de despesa 3.3.7.1.70.00.00.00, e foram computadas nos gastos do Poder Executivo;

d) Verificamos que a Administração Municipal mantém convênio com a entidade APAE (caráter assistencial) e CONSEPRO (outras instituições privadas), transferindo-lhe recursos que, efetivamente, são destinados à manutenção dos serviços prestados, posto à disposição do Município.

f) Ainda, de acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Pessoal, verificamos que no exercício de 2020 foram exonerados/demitidos 8 (oito) servidores, tendo lhes sido pagos, por ocasião do desligamento, R$ 26.232,15 a título de férias indenizadas a título de 13º salário proporcional. Tais estipêndios, que foram apropriados nos códigos de despesa 3.1.9.0.11.42.00.00.00 e na rubrica 3.1.9.0.11.43.00.00.00 – 13º Salário é apropriado todos os valores (normais e indenizadas), não devem integrar as despesas com pessoal, conforme decisão do Tribunal Pleno do TCE, no Processo nº 3282- 02.00/02-4; Foi percebido a irregularidade e será recomendado para sana-la.

g) Verificamos também, que foram empenhados na rubrica 3.1.90.11.07.00.00.00 R$ 3.239,68 a título de Abono de Permanência de que trata o § 19 do art. 40, da Constituição Federal, porém, segundo o setor de pessoal, o total pago em de abono permanência foi de R$ 20.086,80. Tais gastos, ao teor da Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS, também não devem computar os Gastos com Pessoal; Evidenciando uma irregularidade que será tema de recomendação por este controle interno;

e) As despesas da "cota patronal" suportada pelo Município para manutenção de plano de assistência a saúde dos servidores, através de convênio/contrato com o IPE/RS são de natureza assis-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

tencial, e foram registradas no código 3.1.90.08.99.04.00.00. O total liquidado durante o exercício financeiro de 2020 importou em R$ 347.232,20, os quais também não serão considerados como gastos com pessoal, conforme decisão do Tribunal Pleno do TCE/R, no Processo nº 445-02.00/02-0;

f) Também verificamos que as despesas com a Amortização do Passivo Atuarial, com o RPPS, foram corretamente empenhadas na natureza de despesa 3.1.91.13.99.01.00.00 e, por não pertencerem ao período de apuração correspondente face ao estabelecido no § 2º do art. 18 da LRF e na Informação da Consultoria Técnica do TCE/RS nº 33/2004, não foram consideradas nos gastos com pessoal.

Assim, ao teor das considerações supra, e considerando que a Receita Corrente Líquida arrecadada no ano de 2020 foi de R$ 21.630.494,37, os gastos com pessoal de ambos os poderes podem ser visualizados no seguinte quadro / resumo:

PODER	Despesas Liquidadas	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	R$ 11.030.215,97	50,99%	**51,30%**	**54%**
Despesas com pessoal do Legislativo	R$ 701.243,01	3,24%	**5,70%**	**6%**
Total das despesas com pessoal	**R$ 11.731.458,98**	**54,23%**	**57%**	**60%**

3.10 Exame da gestão dos regimes próprios de previdência;

No tocante a gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS ratifica-se a documentação elaborada pelo Conselho Municipal de Previdência, destacando-se o que segue:

a) O Regime está amparado em cálculo atuarial inicial;

b) O cálculo atuarial é refeito a cada exercício;

c) As alíquotas indicadas pelo cálculo são as que constam na lei municipal;

d) A cobrança das alíquotas majoradas obedece ao prazo mínimo de 90 dias;

e) Os percentuais de contribuição do Município e dos segurados – ativos e inativos – obedecem aos limites mínimos e máximos;

f) As alíquotas de contribuição previdenciária, cota do servidor, incidem sobre a base de cálculo estabelecida em lei;

g) Os recursos do RPPS são aplicados nos limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional;

h) Os recursos previdenciários não são utilizados para custeio de plano de saúde;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

i) Os recursos previdenciários não são utilizados para empréstimo aos servidores ou ao Município;

j) Os benefícios garantidos pelo RPPS, salvo os que decorrem da Constituição da República, não são distintos dos garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

l) Regime paga somente os benefícios previdenciários e as despesas administrativas;

m) O pagamento das despesas administrativas contam com autorização e obedecem ao limite legal;

n) É garantido aos servidores ativos e inativos, amplo acesso às informações do RPPS;

o) O regime cobre somente servidores ocupantes de cargo efetivo;

p) A conta do regime é distinta da conta do Município;

q) Os servidores (ativos e inativos) estão representados nas instâncias ou colegiados do regime;

r) É disponibilizado aos segurados registro individualizado das suas contribuições;

s) O Município está recolhendo e repassando os valores ao RPPS, conforme as alíquotas previstas na Lei Municipal;

t) Nos casos de atraso estão sendo pagos os acréscimos legais;

u) Está sendo corretamente operacionalizada a compensação previdenciária;

v) O RPPS está atendendo todas as exigências do Ministério da Previdência Social – MPS para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que está vigente até 01/06/2021.

3.11 Exame da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado:

O repasse de recursos públicos para entidades privadas, na forma de auxílios e subvenções, é regulamentado pela Lei Municipal n.º 1.315/2014, que exige, quando da solicitação do benefício, que a entidade interessada apresente documentos de regularidade jurídica e fiscal e um plano de trabalho e aplicação dos recursos, com a demonstração do interesse público da medida.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

No exercício de 2020, foi beneficiada duas (2) entidade com recursos públicos, sendo, APAE e CONSEPRO, entidade privada sem fins lucrativos que recebeu subvenção social.

Quanto às entidades privadas sem fins lucrativos, verificou-se, de modo geral, que os repasses de recursos públicos são realizados à vista de termo formal de convênio. Entretanto, estes nem sempre são acompanhados do competente plano de trabalho e aplicação dos recursos de que trata o § 1º do art. 116 da Lei n.º 8.666/1993. Neste ponto, é importante frisar que o plano de trabalho e aplicação dos recursos deve ser elaborado de forma pormenorizada pela entidade requerente, para permitir à Administração Pública avaliar, de maneira efetiva, a conveniência do investimento público, bem como fiscalizar todas as etapas do objeto, conferindo a prestação de contas em cotejo com os objetivos previstos quando da celebração do respectivo ajuste. Ademais, é o plano que expressamente prevê e autoriza as despesas da entidade, vinculando, assim, a aplicação do recurso repassado e permitindo aos responsáveis pela análise das prestações de contas terem certeza acerca da admissibilidade de determinados gastos.

3.12 Manifestação sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado:

A UCCI analisou e se manifestou favoravelmente às admissões de pessoal por concurso público, processo seletivo púbico e por tempo determinado efetivadas no ano de 2020, cabendo registrar ainda que:

a) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, para efeito de registro, da ocorrência dos seguintes atos de admissão originários (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- decorrentes de concurso público (art. 37, III, da CR);

- decorrentes de processo seletivo público (art. 198, § 4º, da CR);

- decorrentes de contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CR);

- decorrentes de decisão judicial;

- efetivados sem fundamentação legal.

b) Estão devidamente catalogados, arquivados e à disposição do TCE/RS, os seguintes documentos, relativos a concursos e processos seletivos realizados (Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

- editais de abertura;

- editais de homologações de inscrições;

- editais de homologação de resultado final;

- comprovação de publicação dos editais;

- listas de presença;

- provas aplicadas com critérios de correção;

- grades resposta e gabarito;

- provas práticas reduzidas a termo;

- títulos apresentados;

- decisões de recursos administrativos;

- diplomas legais que regulamentaram o concurso;

- todos os demais documentos relativos aos procedimentos.

c) Estão devidamente catalogados e arquivados os seguintes documentos relativos às admissões, aos desligamentos e à organização do quadro de pessoal (Resolução TCE/RS nº 1.051/2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- atos de admissão (com prova da publicidade e entrada em exercício);

- documentos dos admitidos;

- leis e justificativas das contratações por tempo determinado de excepcional interesse público;

- atos de desligamento (por irregularidade da admissão, exoneração, demissão, etc.);

- dados completos relativos ao quadro de pessoal permanente e em extinção (fundamentação legal, especificação dos cargos empregos e funções, nomenclatura e quantitativo de cargos providos).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 339
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 17
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

3.13 Manifestação sobre a legalidade dos atos administrativos derivados de pessoal:

A UCCI analisou e se manifestou favoravelmente aos atos de admissão derivados de pessoal efetivados no ano de 2020, cabendo registrar ainda que:

a) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, para efeito de registro, da ocorrência dos seguintes atos de admissão derivados (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- decorrentes de reenquadramentos;
- decorrentes de transposições de regime jurídico;
- decorrentes de transferência do Município-mãe;
- decorrentes de outras transferências;
- decorrentes de reintegrações;
- decorrentes de readaptações;
- decorrentes de readmissões;
- decorrentes de reconduções;
- decorrentes de reversões;
- decorrentes de reaproveitamentos.

b) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, nos casos em que as admissões (originárias e derivadas) foram informadas, da ocorrência dos seguintes atos de desligamento (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 1.051/2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- decorrentes de ilegalidade da admissão;
- decorrentes de exoneração;
- decorrentes de demissão;
- decorrentes de rescisão de contrato;
- decorrentes de óbito;
- decorrentes de aposentadoria;
- decorrentes de desconstituição do ato de transposição;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 340
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 18
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

- decorrentes de outras situações que caracterizem extinção de vínculo.

c) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SAPIEM nos casos em que é exigida essa forma, para efeito de registro, da ocorrência dos seguintes atos (art. 71, III, da CR, e Resoluções do TCE nºs 688/2004 e 988/2013):

- decorrentes de aposentadoria concedida pelo Município;

- decorrentes de complementação de aposentadoria concedida pelo Município;

- decorrentes de pensão sujeita à compensação financeira;

- decorrentes de complementação de pensão sujeita à compensação financeira;

d) Houve a apresentação à auditoria ordinária do TCE/RS, para efeito de registro, dos documentos relativos à ocorrência dos seguintes atos (art. 71, III, da CR, e Resoluções do TCE nºs 688/2004 e 988/2013):

- decorrentes de pensão não sujeita à compensação financeira;

- decorrentes de complementação de pensão não sujeita à compensação financeira.

e) Foram devidamente inventariados os processos de aposentadoria e pensão, cujos atos respectivos ainda não contam com registro e que estão em andamento no TCE/RS, com anotação da fase em que se encontram, estando sendo devidamente atendidas, no prazo, as diligências solicitadas;

f) Nos casos de admissões, aposentadorias e pensões já registradas pelo TCE/RS, os atos respectivos estão sendo anotados na ficha funcional;

g) Nos casos de admissão, aposentadoria e pensão cujo registro foi negado pelo TCE/RS, foram emitidos os atos de desconstituição respectivos, bem se foram comunicados ao TCE/RS, com a prova do desligamento do servidor ou, conforme o caso, do seu retorno à atividade (art. 71, III e X da CR, e art. 98 da Resolução do TCE/RS nº 1.028/2015).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Página 341
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 19
Peça 3272743
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BCBB

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, foram adequadamente cumpridos.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a duas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados em sua totalidade, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

É o relatório e parecer.

Sertão Santana, 29 de janeiro de 2021

Vinicius Frazzon Böer
Agente Controle Interno
RG 7081461531
Vinicius Frazzon Böer

Solange Raab

em férias
Maristani de Fátima R. Meyer

Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas!
Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 29/01/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5554.E034.41F3.ACC7.B820.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO

DE ENCAMINHAMENTO DA LEGISLAÇÃO

À BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - BLM

Nos termo do art. 2º, inciso III, letra "d", da Resolução nº 1.099/2018, do Tribunal de Contas do Estado, DECLARO que as leis que compõe o processo orçamentário do Município (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito autorizadas para o exercício financeiro de 2020, foram devidamente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado, através da Base de Legislação Municipal (BLM), instituído pela Resolução nº 843/2009 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 12/2009, ambas do Tribunal de Contas do Estado.

Sertão Santana, 26 de janeiro de 2021.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FEB1.BB45.381F.548A.BA02.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO
DE REGULARIDADE DAS
DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Nos termos do art. 2º, inciso III, letra "e", da Resolução nº 1.099/2018 e do art. 15 da Resolução nº 963/2012, ambas do Tribunal de Contas do Estado, combinadas com o art. 13 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, DECLARO que todos os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão sendo notificados para entregarem as declarações de bens e rendas de que tratam as legislação, sendo que as mesmas estão adequadamente arquivadas e a disposição dos interessados no setor de pessoal.

Segue anexo o requerimento que foi enviado aos servidores.

Sertão Santana, 28 de janeiro de 2021.

Irio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9ED4.61F7.8854.05AE.72DB.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO

Nos termo do art. 2º, inciso III, letra "g", da Resolução nº 1.052/2015, do Tribunal de Contas do Estado, **DECLARO** que todas as contas bancárias do Poder Executivo, em uso e com movimentação, foram devidamente conciliadas durante o exercício financeiro de 2020, em periodicidade anual, e que as inconsistências verificadas, decorrentes de erros e omissões foram devida e tempestivamente ajustadas.

Sertão Santana, 29 de Janeiro de 2021.

Luis Carlos Schwalm Eckert - Contador

CRC/RS nº 61.581

Ratifico as informações constantes nesta declaração.

Írio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EDA8.D737.B596.39F7.F6DC.

Página 345
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3272641
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC55

RELATÓRIO E PARECER

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CMP

Considerando o disposto no art. 2º, inciso III, letra "g", da Resolução nº 1099/2018, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o art.1º da Lei Municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Efetivos do Município de Sertão Santana – RPPS de que trata o art. 40 da Constituição República, apresentamos o relatório e parecer deste Conselho sobre a gestão operacional, econômica e financeira do RPPS, relativamente ao exercício financeiro de 2020 nos seguintes termos:

1. Quanto ao pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, nos termos do art. 1º, VI da Lei nº 9.717/98, informamos que tal prerrogativa foi assegurada através do atendimento a todos os requerimentos protocolados pelos segurados bem como pela disponibilização, inclusive por meio eletrônico, dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários e dos demais dados pertinentes.

2. As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS foram aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro em conformidade com regras estabelecidas pela Resolução nº Resolução CMN nº 3.922/10 e suas alterações pela Resolução CMN nº 4.392/2014, nº 4.604/2017 e nº 4695/ 2018 do Conselho Monetário Nacional, e seguiram a política anual de investimentos aprovada, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência e as disposições da Portaria MPS nº 519/2011.

3. O caráter contributivo e solidário do RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição da República foi assegurado, pois:

3.1 A lei municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020 que reestrutura o RPPS contempla, nos artigos 12, 13 e 14 a previsão expressa das alíquotas de contribuição do Município e dos segurados;

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.460F.18DE.56EE.87DA.EEE9.

Página 346
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3272641
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC55

3.2 Está ocorrendo o repasse mensal e integral dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS;

3.3 A unidade géstora do RPPS, efetivamente retém, quando devidos, os valores das contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações, cujo pagamento está sob sua responsabilidade;

3.4 Os débitos de contribuições atrasadas foram devidamente atualizados e parcelados nos termos da legislação vigente, e as respectivas parcelas estão sendo pagas tempestivamente.

4. O RPPS cobre, exclusivamente, os servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus respectivos dependentes, nos termos do art. 1º, V, da Lei Federal nº 9.717/98, sendo que os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, de cargos eletivos, bem como os contratados temporariamente e empregos públicos, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

5. Está sendo atendida a determinação posta no art. 5º da Lei Federal nº 9.717/98, quanto à proibição de conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Referidos benefícios, nos termos da Lei Municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020, são os seguintes:

I – quanto ao servidor ativo:

a) Aposentadoria por invalidez;

b) Aposentadoria compulsória;

c) Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;

d) Aposentadoria por idade.

II – quanto ao dependente:

a) Pensão por morte.

6. As disponibilidades financeiras do RPPS estão sendo depositadas e mantidas em contas bancárias separadas das demais disponibilidades do Município, e são aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro em conformidade com regras estabelecidas

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.460F.18DE.56EE.87DA.EEE9.

Página 347
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3272641
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC55

pelo Conselho Monetário Nacional, conforme expressa previsão do art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 19 da Portaria MPS nº 402/2008.

7. O pagamento dos benefícios previdenciários, previstos na Lei Municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020, se dá diretamente aos segurados, mediante folha de pagamentos, sem a existência de qualquer convênio, consórcio ou associação que viabilize tais pagamentos, demonstrando-se assim, o atendimento do art. 1º, V da Lei nº 9.717/98 e do art. 5º, VII da Portaria MPS nº 204/2008.

8. O equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS foi mantido através da adoção das alíquotas e aportes indicados na avaliação atuarial, realizada em 15 de maio de 2020, pela empresa Gestor Um, com a observância dos parâmetros estabelecidos nas Normas Gerais de Atuária aplicáveis aos RPPS definidas pela Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018.

9. Os registros contábeis das operações do RPPS, foram realizados de acordo com as normas da Lei Federal nº 4.320/64 e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, de forma distinta da contabilidade do Município, e abrangeram todas as operações que, direta ou indiretamente, tiveram influência sobre o seu patrimônio.

10. Quanto ao cumprimento de obrigações acessórias, necessárias à obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, observou-se a remessa tempestiva dos seguintes documentos à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, do Ministério da Previdência Social:

10.1 Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN;

10.2 Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;

10.3 Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA;

10.4 Demonstrativo Previdenciário;

10.5 Demonstrativos Contábeis;

10.6 Encaminhamento da legislação completa do RPPS.

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.460F.18DE.56EE.87DA.EEE9.

Página 348
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3272641
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P008BC55

PARECER FINAL

À vista do relatório, o Conselho Municipal de Previdência de Sertão Santana, é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Sertão Santana foram atendidas.

É o parecer.

Sertão Santana, 27 de janeiro de 2021.

Diego Chamorro dos Santos
Presidente do RPPS

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 29/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.460F.18DE.56EE.87DA.EEE9.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 2991395

DOCUMENTO PÚBLICO

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 1/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2144	O			02/07	3.135,00	0,00	3.135,00	3.135,00	0,00	44231	14.243.020(	0001	2.110	11	3.1.90.11.73.01.00.00	1768 - CONSELHO TUTELAR - CEF
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2145	O			02/07	2.090,00	0,00	2.090,00	2.090,00	0,00	44179	14.243.020(	0001	2.110	11	3.1.90.11.73.01.00.00	1768 - CONSELHO TUTELAR
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2197	O			07/07	17.087,32	0,00	17.087,32	17.087,32	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.002	2	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2002 - Gabinete do Prefeito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2198	O			07/07	159,44	0,00	159,44	159,44	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.002	2	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2002 - Gabinete do Prefeito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2199	O			07/07	1.879,06	0,00	1.879,06	1.879,06	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.002	2	3.1.90.11.33.00.00.00	1768 - 2002 - Gabinete do Prefeito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2200	O			07/07	4.212,90	0,00	4.212,90	4.212,90	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.002	2	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2002 - Gabinete do Prefeito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2201	O			07/07	635,46	0,00	635,46	635,46	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.002	2	3.1.90.11.45.00.00.00	1768 - 2002 - Gabinete do Prefeito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 2

Peça 2991395

DOCUMENTO PÚBLICO

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 2/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2202	O			07/07	10.403,56	0,00	10.403,56	10.403,56	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.002	2	3.1.90.11.74.00.00.00	1768 - 2002 - Gabinete do Prefeito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2203	O			07/07	8.670,34	0,00	8.670,34	8.670,34	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.002	2	3.1.90.11.74.00.00.00	1768 - 2002 - Gabinete do Vice-Prefeito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2204	O			07/07	3.223,50	0,00	3.223,50	3.223,50	0,00	44179	02.091.020(	0001	2.130	16	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2205	O			07/07	32,24	0,00	32,24	32,24	0,00	44179	02.091.020(	0001	2.130	16	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2207	O			07/07	20.971,91	0,00	20.971,91	20.971,91	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.003	25	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2003 - Administracao e Recursos Humanos
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2208	O			07/07	717,49	0,00	717,49	717,49	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.003	25	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2003 - Administracao e Recursos Humanos
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2209	O			07/07	606,05	0,00	606,05	606,05	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.003	25	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2003 - Administracao e Recursos Humanos
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercicio de 2020
Página: 3/12
Periodo de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2210	O			07/07	5.879,68	0,00	5.879,68	5.879,68	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.003	25	3.1.90.11.33.00.00.00	1768 - 2003 - Administracao e Recursos Humanos
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2211	O			07/07	10.532,41	0,00	10.532,41	10.532,41	0,00	44179	04.122.020(	0001	2.003	25	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2003 - Administracao e Recursos Humanos
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2212	O			07/07	23.160,68	0,00	23.160,68	23.160,68	0,00	44179	04.123.020(	0001	2.006	46	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2006 - Fazenda e Planejamento
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2213	O			07/07	1.040,24	0,00	1.040,24	1.040,24	0,00	44179	04.123.020(	0001	2.006	46	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2006 - Fazenda e Planejamento
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2214	O			07/07	4.061,21	0,00	4.061,21	4.061,21	0,00	44179	04.123.020(	0001	2.006	46	3.1.90.11.33.00.00.00	1768 - 2006 - Fazenda e Planejamento
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2215	O			07/07	6.713,35	0,00	6.713,35	6.713,35	0,00	44179	04.123.020(	0001	2.006	46	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2006 - Fazenda e Planejamento
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2216	O			07/07	6.065,70	0,00	6.065,70	6.065,70	0,00	44179	04.122.021!	0001	2.016	173	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2016 - Educacao - Secretaria (SME)
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 4/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2217	O			07/07	4.852,57	0,00	4.852,57	4.852,57	0,00	44179	10.301.021(	0001	2.027	270	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2027 - Saude - Recursos Proprios
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2218	O			07/07	3.797,75	0,00	3.797,75	3.797,75	0,00	44179	10.301.021(	0001	2.027	270	3.1.90.11.74.00.00.00	1768 - 2027 - Saude - Recursos Proprios
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2219	O			07/07	5.205,42	0,00	5.205,42	5.205,42	0,00	49457	08.244.022(	1148	2.117	330	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2089 - Assistência Social - PSB
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2220	O			07/07	318,88	0,00	318,88	318,88	0,00	49457	08.244.022(	1148	2.117	330	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2089 - Assistência Social - PSB
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2221	O			07/07	476,51	0,00	476,51	476,51	0,00	49457	08.244.022(	1148	2.117	330	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2089 - Assistência Social - PSB
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2222	O			07/07	4.264,62	0,00	4.264,62	4.264,62	0,00	55111	10.301.021(	4500	2.134	246	3.1.90.04.99.01.00.00	1768 - ACS - agentes
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2223	O			07/07	1.602,75	0,00	1.602,75	1.602,75	0,00	55111	10.301.021(	4500	2.134	248	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - ACS - agentes
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 5/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2224	O			07/07	159,44	0,00	159,44	159,44	0,00	55111	10.301.021(	4500	2.134	248	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - ACS - agentes
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2225	O			07/07	16,03	0,00	16,03	16,03	0,00	55111	10.301.021(	4500	2.134	248	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - ACS - agentes
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2226	O			07/07	34.530,74	0,00	34.530,74	34.530,74	0,00	44179	04.122.021(	0001	2.009	102	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2227	O			07/07	2.232,16	0,00	2.232,16	2.232,16	0,00	44179	04.122.021(	0001	2.009	102	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2228	O			07/07	2.532,80	0,00	2.532,80	2.532,80	0,00	44179	04.122.021(	0001	2.009	102	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2229	O			07/07	10.105,30	0,00	10.105,30	10.105,30	0,00	44179	04.122.021(	0001	2.009	102	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2230	O			07/07	3.797,75	0,00	3.797,75	3.797,75	0,00	44179	04.122.021(	0001	2.009	102	3.1.90.11.74.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 2991395

DOCUMENTO PÚBLICO

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 6/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2231	O			07/07	8.137,63	0,00	8.137,63	8.137,63	0,00	44179	04.122.021:	0001	2.009	104	3.1.90.16.44.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2232	O			07/07	34.530,74	34.530,74	0,00	0,00	0,00		04.122.021:	0001	2.009	102	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2233	O			07/07	2.232,16	2.232,16	0,00	0,00	0,00		04.122.021:	0001	2.009	102	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2234	O			07/07	2.532,80	2.532,80	0,00	0,00	0,00		04.122.021:	0001	2.009	102	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2235	O			07/07	10.105,30	10.105,30	0,00	0,00	0,00		04.122.021:	0001	2.009	102	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2236	O			07/07	3.797,75	3.797,75	0,00	0,00	0,00		04.122.021:	0001	2.009	102	3.1.90.11.74.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2237	O			07/07	8.137,63	8.137,63	0,00	0,00	0,00		04.122.021:	0001	2.009	104	3.1.90.16.44.00.00.00	1768 - 2009 - Obras, Viacao, Trans. e Transito
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 7/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2238	O			07/07	8.621,69	0,00	8.621,69	8.621,69	0,00	44191	12.361.021<	0031	2.014	146	3.1.90.04.01.02.00.00	1768 - 2014 - Educacao - FUNDEB 60% - Contrato
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2239	O			07/07	39.566,98	0,00	39.566,98	39.566,98	0,00	44191	12.365.021<	0031	2.095	161	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2095 - Educacao - FUNDEF 60% Educação
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2240	O			07/07	1.790,43	0,00	1.790,43	1.790,43	0,00	44191	12.365.021<	0031	2.095	161	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2095 - Educacao - FUNDEF 60% Educação
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2241	O			07/07	8.632,17	0,00	8.632,17	8.632,17	0,00	44191	12.365.021<	0031	2.095	161	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2095 - Educacao - FUNDEF 60% Educação
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2248	O			08/07	48,62	0,00	48,62	48,62	0,00	44179	04.122.020:	0001	2.007	65	3.1.90.08.56.01.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2249	O			08/07	20.660,37	0,00	20.660,37	20.660,37	0,00	44179	04.122.020:	0001	2.007	66	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2250	O			08/07	1.275,52	0,00	1.275,52	1.275,52	0,00	44179	04.122.020:	0001	2.007	66	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 8/12

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2251	O			08/07	1.607,65	0,00	1.607,65	1.607,65	0,00	44179	04.122.020	0001	2.007	66	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2252	O			08/07	2.909,53	0,00	2.909,53	2.909,53	0,00	44179	04.122.020	0001	2.007	66	3.1.90.11.33.00.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2253	O			08/07	7.637,30	0,00	7.637,30	7.637,30	0,00	44179	04.122.020	0001	2.007	66	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2254	O			08/07	1.212,10	0,00	1.212,10	1.212,10	0,00	44179	04.122.020	0001	2.007	66	3.1.90.11.52.00.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2255	O			08/07	4.554,75	0,00	4.554,75	4.554,75	0,00	44179	04.122.020	0001	2.007	66	3.1.90.16.44.00.00.00	1768 - 2007 - Agricultura, M.Amb., Ind. e Comer
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2256	O			08/07	291,72	0,00	291,72	291,72	0,00	44189	12.361.021	0020	2.013	136	3.1.90.08.56.01.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2257	O			08/07	193.446,84	0,00	193.446,84	193.446,84	0,00	44189	12.361.021	0020	2.013	137	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercicio de 2020
Página: 9/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2258	O			08/07	4.304,88	0,00	4.304,88	4.304,88	0,00	44189	12.361.021<	0020	2.013	137	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2259	O			08/07	14.382,31	0,00	14.382,31	14.382,31	0,00	44189	12.361.021<	0020	2.013	137	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2260	O			08/07	3.333,85	0,00	3.333,85	3.333,85	0,00	44189	12.361.021<	0020	2.013	137	3.1.90.11.33.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2261	O			08/07	59.147,91	0,00	59.147,91	59.147,91	0,00	44189	12.361.021<	0020	2.013	137	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2262	O			08/07	6.341,87	0,00	6.341,87	6.341,87	0,00	44189	12.361.021<	0020	2.013	137	3.1.90.11.45.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2263	O			08/07	9.158,13	0,00	9.158,13	9.158,13	0,00	44189	12.361.021<	0020	2.013	137	3.1.90.11.50.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2264	O			08/07	2.176,46	0,00	2.176,46	2.176,46	0,00	44189	12.361.021<	0020	2.013	138	3.1.90.16.44.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 10

Peça 2991395

DOCUMENTO PÚBLICO

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2265	O			08/07	70.248,76	0,00	70.248,76	70.248,76	0,00	55096	10.301.021I	0040	2.026	231	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2266	O			08/07	1.100,16	0,00	1.100,16	1.100,16	0,00	55096	10.301.021I	0040	2.026	231	3.1.90.11.04.00.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2267	O			08/07	5.362,50	0,00	5.362,50	5.362,50	0,00	55096	10.301.021I	0040	2.026	231	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2268	O			08/07	5.856,98	0,00	5.856,98	5.856,98	0,00	55096	10.301.021I	0040	2.026	231	3.1.90.11.31.00.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2269	O			08/07	3.333,85	0,00	3.333,85	3.333,85	0,00	55096	10.301.021I	0040	2.026	231	3.1.90.11.33.00.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2270	O			08/07	17.169,11	0,00	17.169,11	17.169,11	0,00	55096	10.301.021I	0040	2.026	231	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																
2271	O			08/07	15.546,97	0,00	15.546,97	15.546,97	0,00	55096	10.301.021I	0040	2.026	233	3.1.90.16.44.00.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20																

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 11/12
Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2272	O			08/07	48,62	0,00	48,62	48,62	0,00	55096	10.301.0211	0040	2.026	231	3.1.90.11.99.00.00.00	1768 - 2026 - Saude - ASPS
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2273	O			08/07	97,24	0,00	97,24	97,24	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	311	3.1.90.08.56.01.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2274	O			08/07	10.214,65	0,00	10.214,65	10.214,65	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	312	3.1.90.11.01.01.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2275	O			08/07	478,32	0,00	478,32	478,32	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	312	3.1.90.11.10.00.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2276	O			08/07	848,61	0,00	848,61	848,61	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	312	3.1.90.11.33.00.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2277	O			08/07	3.075,17	0,00	3.075,17	3.075,17	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	312	3.1.90.11.37.00.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2278	O			08/07	1.053,83	0,00	1.053,83	1.053,83	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	312	3.1.90.11.50.00.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 12/12

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA
Relação de Empenhos Emitidos

Período de 01/07/2020 até 15/07/2020

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA																
2279	O			08/07	787,86	0,00	787,86	787,86	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	312	3.1.90.11.52.00.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2280	O			08/07	258,45	0,00	258,45	258,45	0,00	44179	08.244.022(	0001	2.028	314	3.1.90.16.44.00.00.00	1768 - 2028 - Assistencia Social
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 06/20														
2375	O			15/07	683,44	0,00	683,44	0,00	683,44		12.361.021(	0020	2.013	137	3.1.90.11.45.00.00.00	1768 - 2013 - Educacao - MDE
		PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA COMPLEMENTAR 06/20														
		Total da Entidade:			**801.909,87**	**61.336,38**	**740.573,49**	**739.890,05**	**683,44**							
		Total do Período:			**801.909,87**	**61.336,38**	**740.573,49**	**739.890,05**	**683,44**							

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCEC.6596.7274.257E.964E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 1° Semestre

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida, apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 32002013441824014), foi ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

DOCUMENTO PÚBLICO

TÍTULO DA CONTA (2019)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 94068236000103		
Receita Corrente Líquida		
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	91000000000000	-1.699.471,54
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	11130311010100	116.794,78
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200	48.664,85
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300	29.198,83
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	12180111010000	451.826,09
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	12180111020000	12.773,99
CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Executivo	12180311010000	680.225,70
CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Legislativo	12180311020000	19.173,22
Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	13210041000000	1.288.687,94
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	19900311010000	6.059,80
(R) Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	913210041000000	-173.732,16
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	15.640.141,86
		0,00
Despesas com Pessoal		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	7.413.394,67
Proventos - Pessoal Civil	319001010000000	589.900,89
13 Salário - Pessoal Civil	319001060000000	47.720,83
Civis	319003010000000	36.630,12
13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	319003030000000	3.333,99
Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	319005000101000	57.834,41
Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	319005000103000	26.776,83
Salário-Familia De Segurados	319005000105000	1.591,24
Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	319008990400000	185.472,48
Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	319113990100000	856.381,38
		5.607.752,50
Deduções		
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	11130311010100	116.794,78
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200	48.664,85
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300	29.198,83
		-194.658,46
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		**5.413.094,04**

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D6A0.0393.68B7.0541.74C7.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 2991396

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 1° Semestre

TÍTULO DA CONTA (2020)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 94068236000103		
Receita Corrente Líquida		
(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	913210041000000	-187.358,99
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	91000000000000	-1.718.307,81
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	13.118.355,13
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	11130311010100	90.423,15
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200	37.676,49
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300	22.605,87
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	12180111010000	450.198,52
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	12180111020000	8.137,04
Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	13210041000000	966.179,48
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	19900311010000	6.234,73
		0,00
Despesas com Pessoal		
Proventos - Pessoal Civil	319001010000000	518.033,11
13 Salário - Pessoal Civil	319001060000000	53.203,54
Civis	319003010000000	50.255,82
13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	319003030000000	5.706,55
Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	319005000101000	43.189,70
Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	319005000103000	29.702,28
Salário-Familia De Segurados	319005000105000	1.993,42
Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	319008990400000	142.236,92
Abono de Permanencia	319011070000000	3.239,68
Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	319113990100000	558.583,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	6.758.195,85 *
		5.352.050,96
Deduções		
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	11130311010100	90.423,15
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200	37.676,49
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300	22.605,87
		-150.705,51
Restos a Pagar Não Processados		
Salário-Familia De Segurados	319005000105000	48,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	93.408,95
		93.360,33
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		**5.294.705,78**

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D6A0.0393.68B7.0541.74C7.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 1° Semestre

TOTAL ACUMULADO DA DESPESA COM PESSOAL	10.707.799,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (p/TCE)	21.466.948,31
% DESPESA COM PESSOAL / RCL	49,88

*** Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.**

Observações finais:

'Após a análise pela Equipe Técnica deste Tribunal, e de acordo com as informações e documentação complementar enviadas pelo Município, procedeu-se o ajustamento da Despesa com Pessoal, no valor de R$ 740.573,49. (Peça 2991395 do Processo n° 2100-0200/20-7).

SICM/SAG, em 15/09/2020

Dario Menezes da Silva

Auditor Público Externo.

DOCUMENTO PÚBLICO

Assinado digitalmente por: Dario Menezes da Silva em 15/09/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D6A0.0393.68B7.0541.74C7.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3623.2B25.BC9F.DB0A.2600.

Ano Remessa	Cod Rubrica	Rubrica	Empenho	Liquidação	Pagamento
			179.277,52	**179.277,52**	**179.277,52**
2020	339039500000000	Serv. Médico-Hospitalar, Odontológicos	120.490,93	120.490,93	120.490,93
2020	339039000000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	58.786,59	58.786,59	58.786,59

Status da Seleção:

Credor: SERSA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA **10,82% x 179.277,52 =** **R$19.397,83**

Ano Remessa: 2020

Mes Remessa: 12

Jurisdicionado: PM DE SERTÃO SANTANA

Município: SERTÃO SANTANA

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Fl.
Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS

O índice de aplicação em Ações e Serviços Públicos e Saúde (ASPS), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 62001113392332658), foi ajustado d

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Atenção Básica	40	2.706.944,83
Rendimentos de Aplicações Financeiras		
(–) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	2	1.365,29
Contas da Receitas		
(R)IPTU – Principal – ASPS	911180111030000	–21.361,18
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas – PRÓPRIO	11130311010100	228.095,93
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas – MDE	11130311010200	95.040,39
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas– ASPS	11130311010300	57.024,14
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Inativos pagos pelo RPPS – PRÓPRIO	11130311030100	29.877,34
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Inativos pagos pelo RPPS – MDE	11130311030200	12.448,93
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Inativos pagos pelo RPPS – ASPS	11130311030300	7.469,39
IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo – PRÓPRIO	11130341010100	6.813,59
IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo – Principal – MDE	11130341010200	2.839,25
IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo – Principal – ASPS	11130341010300	1.703,46
IPTU – Principal – PRÓPRIO	11180111010000	188.629,18
IPTU – Principal – MDE	11180111020000	78.595,68
IPTU – Principal – ASPS	11180111030000	47.157,39
IPTU – Multas e Juros – PRÓPRIO	11180112010000	1.148,21
IPTU – Multas e Juros – MDE	11180112020000	478,49
IPTU – Multas e Juros – ASPS	11180112030000	287,09
IPTU – Dívida Ativa – PRÓPRIO	11180113010000	26.022,10
IPTU – Dívida Ativa – MDE	11180113020000	10.842,86
IPTU – Dívida Ativa – ASPS	11180113030000	6.615,07
IPTU – Dívida Ativa – Multas e Juros – PRÓPRIO	11180114010000	15.639,79
IPTU – Dívida Ativa – Multas e Juros – MDE	11180114020000	6.516,94
IPTU – Dívida Ativa – Multas e Juros – ASPS	11180114030000	3.910,05
ITBI – Principal – PRÓPRIO	11180141010000	65.638,79

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.635F.2E4A.EDE8.5CD0.E57D.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

DOCUMENTO PÚBLICO

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
ITBI – Principal – MDE	11180141020000	27.349,52
ITBI – Principal – ASPS	11180141030000	16.409,69
ISS – Principal – PRÓPRIO	11180231010000	221.394,57
ISS – Principal – MDE	11180231020000	92.248,68
ISS – Principal – ASPS	11180231030000	55.349,10
ISS – Multas e Juros – PRÓPRIO	11180232010000	3.673,85
ISS – Multas e Juros – MDE	11180232020000	1.531,27
ISS – Multas e Juros – ASPS	11180232030000	918,66
ISS – Dívida Ativa – PRÓPRIO	11180233010000	4.928,61
ISS – Dívida Ativa – MDE	11180233020000	2.053,73
ISS – Dívida Ativa – ASPS	11180233030000	1.232,16
ISS – Dívida Ativa –Multas e Juros – PRÓPRIO	11180234010000	2.239,59
ISS – Dívida Ativa –Multas e Juros – MDE	11180234020000	933,19
ISS – Dívida Ativa –Multas e Juros – ASPS	11180234030000	559,85
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – PRÓPRIO	17180121010000	4.592.564,19
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – MDE	17180121020000	382.714,02
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – ASPS	17180121030000	1.148.141,08
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – FUNDEB	17180121040000	1.530.854,42
Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro – Principal – PRÓPRIO	17180131010000	206.667,08
Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro – Principal – MDE	17180131020000	86.111,29
Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro – Principal – ASPS	17180131030000	51.666,77
Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho – Principal – PRÓPRIO	17180141010000	207.107,69
Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho – Principal – MDE	17180141020000	86.294,88
Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho – Principal – ASPS	17180141030000	51.776,93
Cota-Parte do ITR – Principal – PRÓPRIO	17180151010000	12.186,47
Cota-Parte do ITR – Principal – MDE	17180151020000	1.015,65
Cota-Parte do ITR – Principal – ASPS	17180151030000	3.046,64
Cota-Parte do ITR – Principal – FUNDEB	17180151040000	4.062,04
Cota-Parte do ICMS – Principal – PRÓPRIO	17280111010000	3.226.273,60
Cota-Parte do ICMS – Principal – MDE	17280111020000	297.442,65
Cota-Parte do ICMS – Principal- ASPS	17280111030000	807.851,92
Cota-Parte do ICMS – Principal – FUNDEB	17280111040000	1.054.111,24
Cota-Parte do IPVA – Principal – PRÓPRIO	17280121010000	392.755,38
Cota-Parte do IPVA – Principal – MDE	17280121020000	32.729,73

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.635F.2E4A.EDE8.5CD0.E57D.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 3

Peça 3321450

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Fl.
Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
Cota-Parte do IPVA – Principal – ASPS	17280121030000	98.189,03
Cota-Parte do IPVA – Principal – FUNDEB	17280121040000	130.919,17
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – PRÓPRIO	17280131010000	45.048,90
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – MDE	17280131020000	3.754,07
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – ASPS	17280131030000	11.262,22
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – FUNDEB	17280131040000	15.016,31
(R) IPTU – Principal – PRÓPRIO	911180111010000	-85.444,66
(R) IPTU – Principal – MDE	911180111020000	-35.602,07
TOTAL DA APLICAÇÃO EM ASPS		**2.705.579,54**
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		**15.660.771,99**
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM ASPS		**17,28**

*** Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.**

SICM/SAG, em 10/02/2021

IVAN DE OLIVEIRA LUCAS

Auditor Público Externo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.635F.2E4A.EDE8.5CD0.E57D.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 1

Peça 3321452

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Fl.
Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

O índice de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 62001113392332658), fo

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Ensino Fundamental	20	1.347.376,13
Educação Infantil	31	747.134,49
Ensino Fundamental	31	3.439.411,11
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	2	1.378,12
Contas da Receitas		
(R)IPTU – Principal – ASPS	911180111030000	-21.361,18
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas – PRÓPRIO	11130311010100	228.095,93
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas – MDE	11130311010200	95.040,39
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas– ASPS	11130311010300	57.024,14
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Inativos pagos pelo RPPS – PRÓPRIO	11130311030100	29.877,34
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Inativos pagos pelo RPPS – MDE	11130311030200	12.448,93
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho – Principal – Inativos pagos pelo RPPS – ASPS	11130311030300	7.469,39
IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo – PRÓPRIO	11130341010100	6.813,59
IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo – Principal – MDE	11130341010200	2.839,25
IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo – Principal – ASPS	11130341010300	1.703,46
IPTU – Principal – PRÓPRIO	11180111010000	188.629,18
IPTU – Principal – MDE	11180111020000	78.595,68
IPTU – Principal – ASPS	11180111030000	47.157,39
IPTU – Multas e Juros – PRÓPRIO	11180112010000	1.148,21
IPTU – Multas e Juros – MDE	11180112020000	478,49
IPTU – Multas e Juros – ASPS	11180112030000	287,09
IPTU – Dívida Ativa – PRÓPRIO	11180113010000	26.022,10
IPTU – Dívida Ativa – MDE	11180113020000	10.842,86
IPTU – Dívida Ativa – ASPS	11180113030000	6.615,07
IPTU – Dívida Ativa – Multas e Juros – PRÓPRIO	11180114010000	15.639,79

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5DDC.0B2E.482A.2E49.B09D.

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Fl.
Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2° Semestre/3° Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
IPTU – Dívida Ativa – Multas e Juros – MDE	11180114020000	6.516,94
IPTU – Dívida Ativa – Multas e Juros – ASPS	11180114030000	3.910,05
ITBI – Principal – PRÓPRIO	11180141010000	65.638,79
ITBI – Principal – MDE	11180141020000	27.349,52
ITBI – Principal – ASPS	11180141030000	16.409,69
ISS – Principal – PRÓPRIO	11180231010000	221.394,57
ISS – Principal – MDE	11180231020000	92.248,68
ISS – Principal – ASPS	11180231030000	55.349,10
ISS – Multas e Juros – PRÓPRIO	11180232010000	3.673,85
ISS – Multas e Juros – MDE	11180232020000	1.531,27
ISS – Multas e Juros – ASPS	11180232030000	918,66
ISS – Dívida Ativa – PRÓPRIO	11180233010000	4.928,61
ISS – Dívida Ativa – MDE	11180233020000	2.053,73
ISS – Dívida Ativa – ASPS	11180233030000	1.232,16
ISS – Dívida Ativa –Multas e Juros – PRÓPRIO	11180234010000	2.239,59
ISS – Dívida Ativa –Multas e Juros – MDE	11180234020000	933,19
ISS – Dívida Ativa –Multas e Juros – ASPS	11180234030000	559,85
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – PRÓPRIO	17180121010000	4.592.564,19
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – MDE	17180121020000	382.714,02
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – ASPS	17180121030000	1.148.141,08
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – FUNDEB	17180121040000	1.530.854,42
Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro – Principal – PRÓPRIO	17180131010000	206.667,08
Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro – Principal – MDE	17180131020000	86.111,29
Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro – Principal – ASPS	17180131030000	51.666,77
Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho – Principal – PRÓPRIO	17180141010000	207.107,69
Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho – Principal – MDE	17180141020000	86.294,88
Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de julho – Principal – ASPS	17180141030000	51.776,93
Cota-Parte do ITR – Principal – PRÓPRIO	17180151010000	12.186,47
Cota-Parte do ITR – Principal – MDE	17180151020000	1.015,65
Cota-Parte do ITR – Principal – ASPS	17180151030000	3.046,64
Cota-Parte do ITR – Principal – FUNDEB	17180151040000	4.062,04
Cota-Parte do ICMS – Principal – PRÓPRIO	17280111010000	3.226.273,60
Cota-Parte do ICMS – Principal – MDE	17280111020000	297.442,65
Cota-Parte do ICMS – Principal– ASPS	17280111030000	807.851,92

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5DDC.0B2E.482A.2E49.B09D.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Fl.
Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
Cota-Parte do ICMS – Principal – FUNDEB	17280111040000	1.054.111,24
Cota-Parte do IPVA – Principal – PRÓPRIO	17280121010000	392.755,38
Cota-Parte do IPVA – Principal – MDE	17280121020000	32.729,73
Cota-Parte do IPVA – Principal – ASPS	17280121030000	98.189,03
Cota-Parte do IPVA – Principal – FUNDEB	17280121040000	130.919,17
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – PRÓPRIO	17280131010000	45.048,90
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – MDE	17280131020000	3.754,07
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – ASPS	17280131030000	11.262,22
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – FUNDEB	17280131040000	15.016,31
(R) IPTU – Principal – PRÓPRIO	911180111010000	-85.444,66
(R) IPTU – Principal – MDE	911180111020000	-35.602,07
TOTAL DA APLICAÇÃO EM MDE		**4.081.548,87**
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		**15.660.771,99**
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM MDE		**26,06**

*** Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.**

SICM/SAG, em 10/02/2021

IVAN DE OLIVEIRA LUCAS

Auditor Público Externo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5DDC.0B2E.482A.2E49.B09D.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO NO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Fl.
Rubr.

SIA1420

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB

Os índices de aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 62001113392332658), foram:

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas das Receitas		
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – FUNDEB	17280131040000	15.016,31
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – MDE	17280131020000	3.754,07
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – PRÓPRIO	17180121010000	4.592.564,19
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – MDE	17180121020000	382.714,02
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – ASPS	17180121030000	1.148.141,08
Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal – FUNDEB	17180121040000	1.530.854,42
Cota-Parte do ITR – Principal – PRÓPRIO	17180151010000	12.186,47
Cota-Parte do ITR – Principal – MDE	17180151020000	1.015,65
Cota-Parte do ITR – Principal – ASPS	17180151030000	3.046,64
Cota-Parte do ITR – Principal – FUNDEB	17180151040000	4.062,04
Cota-Parte do ICMS – Principal – PRÓPRIO	17280111010000	3.226.273,60
Cota-Parte do ICMS – Principal – MDE	17280111020000	297.442,65
Cota-Parte do ICMS – Principal– ASPS	17280111030000	807.851,92
Cota-Parte do ICMS – Principal – FUNDEB	17280111040000	1.054.111,24
Cota-Parte do IPVA – Principal – PRÓPRIO	17280121010000	392.755,38
Cota-Parte do IPVA – Principal – MDE	17280121020000	32.729,73
Cota-Parte do IPVA – Principal – ASPS	17280121030000	98.189,03
Cota-Parte do IPVA – Principal – FUNDEB	17280121040000	130.919,17
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – PRÓPRIO	17280131010000	45.048,90
Cota-Parte do IPI – Municípios – Principal – ASPS	17280131030000	11.262,22
TOTAL DA RECEITA		13.789.938,73
Despesas por Recursos Vinculados		
Educação Infantil	31	747.134,49
Ensino Fundamental	31	3.439.411,11
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	2	820,66
(% Aplicação = 19,83) **TOTAL DA DESPESA**		2.734.730,20
Base de Cálculo para Aplicação dos 60%		
Rem Dep Banc de Rec Vinc – FUNDEB	13210011010201	820,66
Transferências de Recursos do Fundo de	17580111000000	4.185.618,40

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F7EB.4E36.D70A.DC67.5E4C.

Processo 02100-0200/20-7

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO NO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Fl.
Rubr.

SIA1420

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Página da peça 2

Peça 3321453

DOCUMENTO PÚBLICO

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Base de Cálculo para Aplicação dos 60%		
Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB – Principal		
(Aplicação 60% = 2.511.863,44) TOTAL DA RECEITA		4.186.439,06
Aplicação Recursos FUNDEB – Remuneração Magistério Efetivo Exercício		
Educação Infantil	31	619.755,97
Ensino Fundamental	31	2.829.978,28
(% Aplicação = 82,4) TOTAL DA RECEITA		3.449.734,25
Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB – Exercício Anterior		
Rendimentos do FUNDEB – Exercício de 2019	1	5.613,37
Plus do FUNDEB – Exercício de 2019	2	1.143.863,11
(Limite Aplicação 5% = 57.473,82) TOTAL DA RECEITA		1.149.476,48
TOTAL DA APLICAÇÃO FUNDEB		**2.734.730,20**
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (base de cálculo)		**13.789.938,73**
ÍNDICE DE APLICAÇÃO FUNDEB		**19,83**
TOTAL DA APLICAÇÃO FUNDEB destinada ao pagamento dos profissionais do magistério		**3.449.734,25**
RECEITA DE TRANSFERÊNCIA (base de cálculo)		**4.186.439,06**
ÍNDICE DE APLICAÇÃO		**82,40**

*** Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.**

SICM/SAG, em 10/02/2021

IVAN DE OLIVEIRA LUCAS
Auditor Público Externo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F7EB.4E36.D70A.DC67.5E4C.

Página 373
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748826
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010006E

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Licitações

Órgão
PM DE SERTÃO SANTANA

Data/Hora da consulta
11/06/2021 06:49:36

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2020	31/12/2020	1,15	2, dias

Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Pregão Presencial 4/2020	Edital e anexos	27/01/2020	06/02/2020	7	5	2

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7549.DADC.9965.B72E.53B8.

Página 374
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748827
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010006F

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Contratos

Órgão
PM DE SERTÃO SANTANA

Data/Hora da consulta
11/06/2021 06:49:38

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2020	31/12/2020	2,11	29, dias

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 620/2020	Contrato	21/01/2020	30/01/2020	6	5	1
Contrato 5020/2020	Termo aditivo	24/07/2020	31/03/2021	62	5	57

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7DC5.5934.41DB.E330.B7F7.

Processo 02100-0200/20-7

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida, apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 62002113392332658), foi ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

Página da peça 1

Peça 3748797

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100051

TÍTULO DA CONTA (2020)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 94068236000103		
Receita Corrente Líquida		
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	91000000000000	-3.412.136,79
(R) Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	913210041000000	-533.099,89
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	11130311010100	228.095,93
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200	95.040,39
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300	57.024,14
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	12180111010000	1.072.409,96
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	12180111020000	22.190,88
Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	13210041000000	2.856.883,94
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	19900311010000	13.216,92
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	28.854.393,43
		0,00
Despesas com Pessoal		
Proventos - Pessoal Civil	319001010000000	1.265.345,44
13 Salário - Pessoal Civil	319001060000000	106.190,60
Civis	319003010000000	129.596,83
13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	319003030000000	11.238,93
Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	319005000101000	44.733,34
Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	319005000103000	29.702,28
Salário-Familia De Segurados	319005000105000	1.993,42
Salário Família de Segurados Ativos	319008560100000	3.695,12
Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	319008990400000	347.232,20
Abono de Permanencia	319011070000000	3.239,68
Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	319113990100000	1.491.577,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	14.864.319,54 *
		11.429.774,26
Deduções		
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	11130311010100	228.095,93
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200	95.040,39
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300	57.024,14
		-380.160,46
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		**11.049.613,80**
TOTAL ACUMULADO DA DESPESA COM PESSOAL		11.049.613,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (p/TCE)		21.630.494,37
% DESPESA COM PESSOAL / RCL		51,08

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31B3.209C.F5A8.7CAE.ED48.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

*** Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.**

Observações finais:

- Foi ajustada a Despesa de Pessoal no valor de R$ 19.397,83, referente a Terceirização Irregular conforme Relatório de Auditoria (Proc. 5210-0200/17-9, peça 932419, página 24) e pesquisa Qlickview (3321096).

SICM/SAG, em 10/02/2021

Ivan de Oliveira Lucas

Auditor Público Externo.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100051

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31B3.209C.F5A8.7CAE.ED48.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748828

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100070

Status da Seleção:
Cod Conta Verificação: 2188*
Origem_Verificacao: BVERENC
Ano Remessa: 2020
Mes Remessa: 12
Jurisdicionado: PM DE SERTÃO SANTANA

Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Atual Credito	Saldo Atual Debito	Tipo Nível Conta Verificação	Número Nível Conta Verificação	Cod Sistema Contábil	Conta Escriturável
21880000000000000000	VALORES RESTITUÍVEIS	52.233,71	0,00	S	04		N
21881000000000000000	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	52.233,71	0,00	S	05		N
21881010000000000000	CONSIGNACOES	52.233,71	0,00	S	06		N
21881010200000000000	INSS	859,21	0,00	S	07		N
21881010200010000000	INSS - Folha	0,01	0,00	A	09		S
21881010200030000000	INSS - Serviço Terceiros	859,20	0,00	A	09		S
21881011100000000000	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	51.125,86	0,00	S	07		N
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.117,48	0,00	A	08		S
21881011103000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - EXECUTIVO	29.574,98	0,00	A	08		S
21881011104000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - LEGISLATIVO	5.190,29	0,00	A	08		S
21881011105000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - RPPS	7.268,77	0,00	A	08		S
21881011106000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER - RPPS - Servidores	1.974,34	0,00	A	08		S
21881019900000000000	OUTROS CONSIGNATARIOS	248,64	0,00	S	07		N
21881019900030000000	OUTROS CONSIGNATARIOS - Plano Telefone	248,64	0,00	A	09		S

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0F1.A722.2044.7D3B.15E9.

Página
378
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748798
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100052

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TESOURONACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

(Publicada no DOU de 29/09/2015)

2015

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1722.B238.1352.7EE1.2F18.

Página 379
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3748798
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100052

Sumário

APRESENTAÇÃO 5
1. INTRODUÇÃO 6
2. RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS 10
3. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS E RESPECTIVOS PRAZOS 11
3.1 Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Créditos a Receber 11
3.1.1 Referências Normativas (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 11
3.1.2 Resumo das ações necessárias para a implantação 12
3.1.3 Estratégia de Implantação e Prazos 13
3.2 Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes 15
3.2.1 Referências Normativas (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 15
2.2.2 Resumo das ações necessárias para a implantação 15
3.2.3 Prazos 16
3.3 Bens Móveis e Imóveis e Respectiva Depreciação, Amortização ou Exaustão 17
3.3.1 Referência Normativa (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 17
3.3.2 Resumo das ações necessárias para a implantação 17
3.3.3 Prazos 18
3.4 Obrigações por Competência 19
3.4.1 Referências Normativas (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 19
3.4.2 Resumo das ações necessárias para a implantação 20
3.4.3 Prazos 20
3.5 Ativo Intangível e sua Respectiva Amortização 22
3.5.1 Referência Normativa (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 22
3.5.2 Resumo das ações necessárias para a implantação 22
3.5.3 Prazos 23
3.6 Investimentos Permanentes 24
3.6.1 Referência Normativa (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 24
3.6.2 Resumo das ações necessárias para a implantação 24
3.6.3 Prazos 25
3.7 Estoques 26
3.7.1 Referência Normativa (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 26

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1722.B238.1352.7EE1.2F18.

Página
380
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
3
Peça
3748798
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100052

3.7.2 Resumo das ações necessárias para a implantação 26
3.7.3 Prazos 26
3.8 Demais Aspectos Referentes aos Procedimentos Patrimoniais Estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP 28
3.8.1 Referência Normativa (NBC TSP, IPSAS e MCASP) 28
3.8.2 Prazos 28
3.9 Resumo dos Prazos Definidos Neste Tópico 29
4. Plano de Ação Normativa e Operacional da STN 35
5. Conclusões e Recomendações 39

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1722.B238.1352.7EE1.2F18.

Página
381
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
4
Peça
3748798
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100052

APRESENTAÇÃO

O presente documento, aprovado por Portaria do Secretário do Tesouro Nacional, regulamenta o art. 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013 e estabelece os prazos-limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008. O documento lista os procedimentos patrimoniais a serem necessariamente observados para a consolidação das contas públicas nacionais sob a mesma base conceitual, onde são apresentadas considerações acerca da descrição do procedimento, as fontes normativas e os passos necessários para a respectiva implantação de maneira simplificada.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1722.B238.1352.7EE1.2F18.

Página 382
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3748798
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100052

A seguir, apresenta-se um Quadro Resumo com todos os prazos apresentados neste tópico do presente Documento ordenados segundo a **ordem cronológica para os Municípios com até 50 mil habitantes**.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	**Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)**	**Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)**	**Verificação pelo Siconfi (a partir de)**
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2023	01/01/2024	2025 (Dados de 2024)
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2023	01/01/2024	2025 (Dados de 2024)
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.		

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1722.B238.1352.7EE1.2F18.

Página 383
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748829
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100071

Recibo de Envio de Informações Nº 27/2020

Resultado da Transparência nos Portais de Internet 2020 - COVID 19

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 22/06/2020 a 18/09/2020. Período para apresentação dos recursos: 21/09/2020 a 09/10/2020 conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 22/2020, de 08/09/2020, nº 23/2020, de 14/09/2020 e nº 26/2020, de 21/09/2020.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020)			
- Local específico para consulta às despesas despendidas no combate ao Coronavírus	S	-	S
- Nome do contratado	S	-	S
- Número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil	S	-	S
- Prazo contratual	S	-	S
- Valor	S	-	S
- Processo de contratação ou aquisição	S	-	S
- Verificar publicação do Decreto de Calamidade	N	S	S

Código de autenticação

UQHU3-DNAT4-JPSW4

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03B8.4DD0.9BA7.BC78.C036.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE EXTERNO
SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

Recibo de Envio de Informações Nº 24/2020

LEI DA TRANSPARÊNCIA
(Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterações)

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 22/06/2020 a 18/09/2020. Período para apresentação dos recursos: 21/09/2020 a 09/10/2020 conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 22/2020, de 08/09/2020, nº 23/2020, de 14/09/2020 e nº 26/2020, de 21/09/2020.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
5) Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)			
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S		S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S		S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S		S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S		S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S		S
6) Registro de receitas (Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009, e artigo 7º, inciso II, do Decreto nº 7.185/2010)			
- Natureza da receita	S		S
- Previsão dos valores da receita	S		S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S		S
7) Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)			
- A prestação de contas (Relatório Circunstanciado) do ano anterior	S		S
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S		S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S		S
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Existência do PPA	S		S
- PPA - Lei Nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017)	1414/2017		1414/2017
- PPA - Existência do anexo PPA	S		S
- Existência da LDO	S		S
- LDO - Lei nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017)	1498/2019		1498/2019
- LDO - Existência do anexo LDO	S		S
- Existência da LOA	S		S
- LOA - Lei nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017)	1499/2019		1499/2019
- LOA - Existência do anexo LOA	S		S
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Balanço Orçamentário	S		S
- Balanço Financeiro	S		S
- Balanço Patrimonial	S		S

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7E25.5B10.DB73.EA64.BFD0.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
- Demonstração das Variações Patrimoniais	S		S
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	S		S

Código de autenticação

HAEU4-HIOH7-VKAE3

Observação(ões): (1) Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/estudos/avaliacao_portais_rs..

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7E25.5B10.DB73.EA64.BFD0.

Recibo de Envio de Informações Nº 26/2020

Resultado da Transparência nos Portais de Internet 2020 - Ouvidoria

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 22/06/2020 a 18/09/2020. Período para apresentação dos recursos: 21/09/2020 a 09/10/2020 conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 22/2020, de 08/09/2020, nº 23/2020, de 14/09/2020 e nº 26/2020, de 21/09/2020.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)			
- Canal para acesso à Ouvidoria	N	-	N
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)	N	-	N
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)	N	-	N

Código de autenticação

XVAO6-FNQE8-NXFO3

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A965.73B9.80C2.0732.58D2.

Anexo de Justificativas

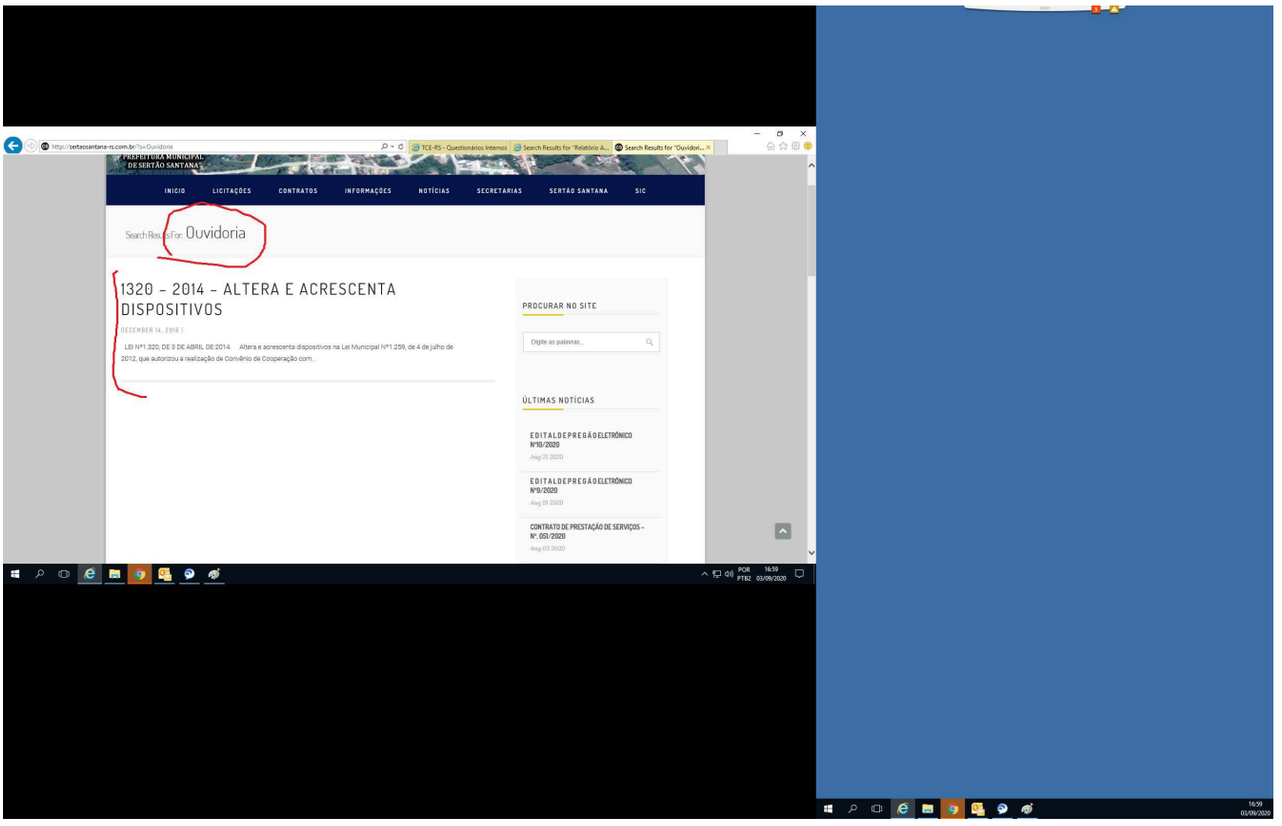
Resultado da Transparência nos Portais de Internet 2020 - Ouvidoria

PM DE SERTÃO SANTANA

Item 25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)

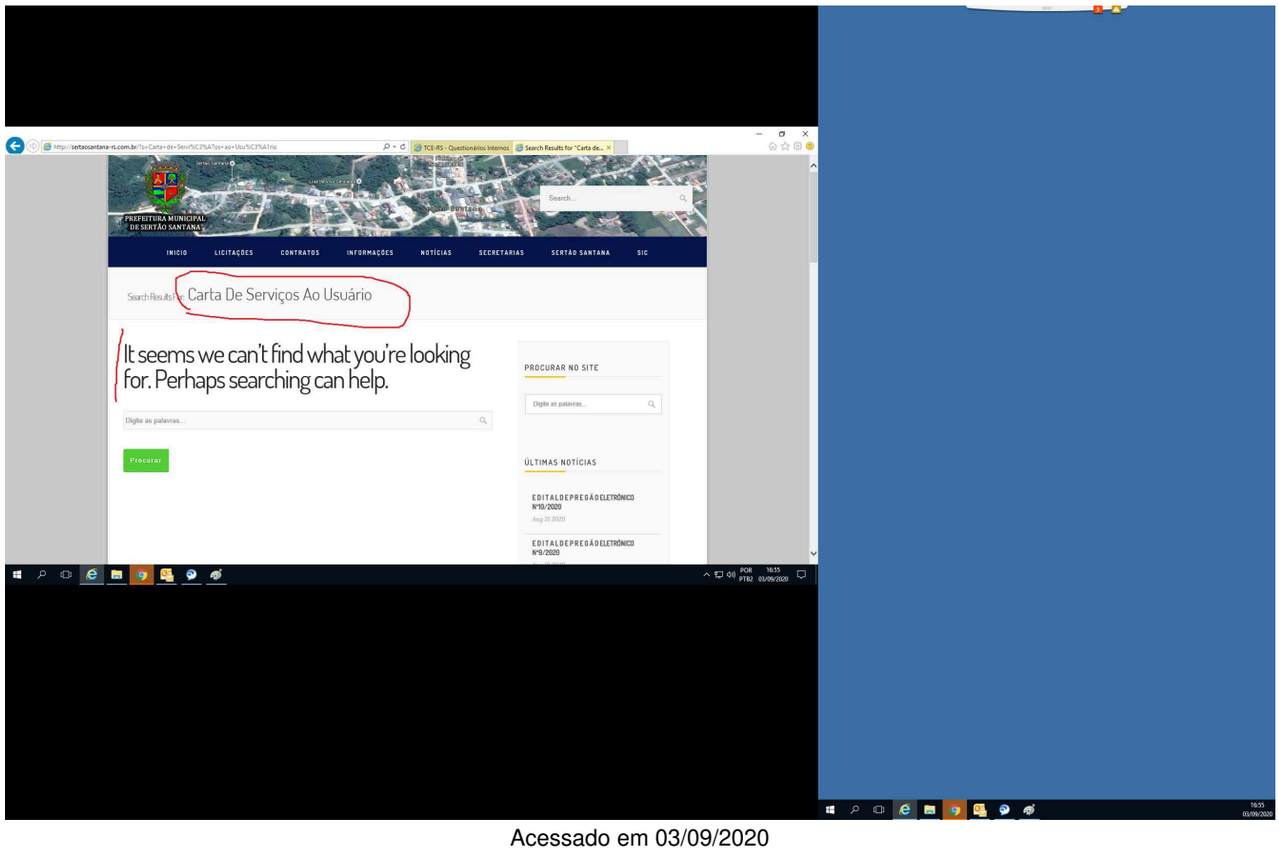
Pergunta: - Canal para acesso à Ouvidoria;
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017);
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017);

Justificativa: *Em pesquisa no site do Município, não foi possível verificara Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)*

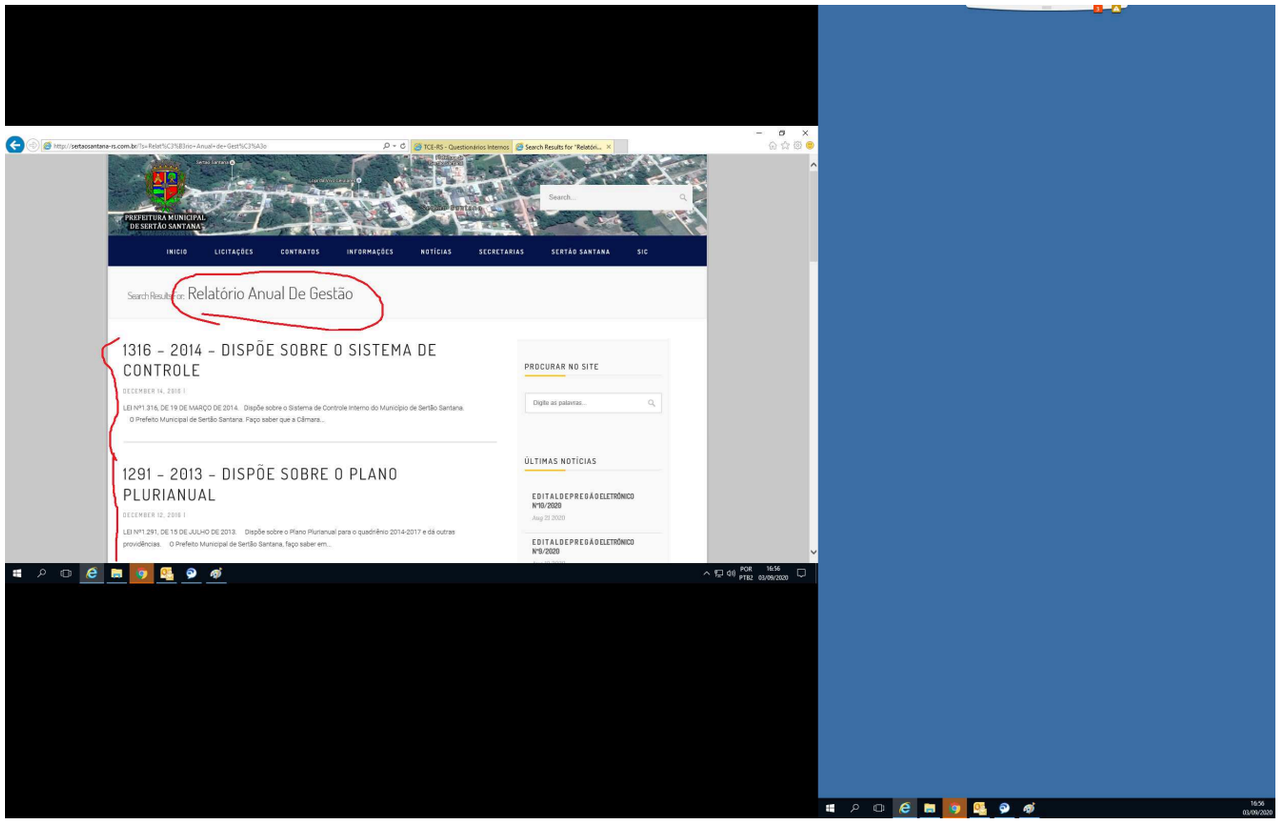


Acessado em 03/09/2020

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A965.73B9.80C2.0732.58D2.



Acessado em 03/09/2020



Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A965.73B9.80C2.0732.58D2.

Página 389
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3748799
DOCUMENTO PÚBLICO

Acessado em 03/09/2020

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A965.73B9.80C2.0732.58D2.

Recibo de Envio de Informações Nº 1/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 29/04/2021, às 11h e 00min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Art. 26-A - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	
1.1) Previsão normativa	
1.1.1) O Executivo Municipal ou o Conselho Municipal de Educação criaram alguma normativa, vigente, relativa à implementação do ensino da história e cultura, afro-brasileira e indígena (Artigo 26-A da LDB)?	Sim, ambos
1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.1.2) O Plano Municipal de Educação inclui o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN dentre as metas a serem atingidas, promovendo o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.895/2015?	Sim
1.2) Equipe responsável	
1.2.1) A Secretaria Municipal de Educação possui setor ou equipe técnica permanente com a atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais?	Sim - possui setor
Nome do setor	Pedagógico
1.2.1.1) Informar a composição da Equipe técnica lotada no Setor indicado:	Registros informados: 0
1.2.1.2) Anexar documento que comprova que a coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é atribuição do Setor informado.	-
1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições	Registros informados: 0
1.2.1.4) Anexar documento que comprova que a designação de equipe responsável pela coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	-
1.3) Documentação pedagógica	
1.3.1) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura africana	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.1.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.2) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura afro-brasileira	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.2.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.3) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura indígena?	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.3.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	Resolução Relações étnico-raciais nº07.pdf (0,48MB)
1.3.4) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura africana?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.37FF.410C.44CF.EFD4.2FB8.

Página 391
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3748832
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100074

Pergunta	Resposta
1.3.4.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.5) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura afro-brasileira?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.5.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.6) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura indígena?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.6.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Resolução Relações étnico-raciais nº07.pdf (0,48MB)
1.4) Previsão orçamentária	
1.4.1) Nas peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA) existe recurso orçamentário específico e exclusivo para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena?	Não
1.4.1.1) Informe a classificação orçamentária do(s) recurso(s) destinado(s) ao ensino das relações étnico-raciais, bem como o respectivo valor.	Registros informados: 0
1.4.2) Dos recursos orçados para a Função Educação, algum montante foi destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020 (valor liquidado)?	Sim
Quanto?	1.000,00
1.4.3) De que forma foi empregado o valor destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	Formação continuada dos professores específica relativa ao tema
1.5) Formação dos professores	
1.5.1) No último concurso público para o magistério municipal, o ensino da histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas foi exigido dentre os conteúdos a serem estudados pelos candidatos?	Não
1.5.1.1) Anexar cópia do edital.	-
1.5.2) O Município promoveu a capacitação de professores para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	Sim
1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2020	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.5.2.2) Informe a Área de conhecimento dos professores capacitados para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020:	História Artes Educação Física Língua Portuguesa Matemática Geografia
1.5.3) O Município organizou e realizou evento(s) de formação (mesmo que virtual) sobre o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN em 2020?	Sim
1.5.3.1) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de:	Instituições privadas ou comunitárias de ensino superior
1.6) Abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	
1.6.1) A Secretaria Municipal de Educação implantou e está em plena execução o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, conforme previsto no Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) e de acordo com as diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?	Sim
1.6.2) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, e os Pareceres do Conselho Nacional de Educação nºs CNE/CP 003/2004 e CNE/CEB 002/2007, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	São ministrados na Educação Infantil em todas as escolas municipais São ministrados em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental A rede municipal não possui Ensino Médio

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.37FF.410C.44CF.EFD4.2FB8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
1.6.3) Considerando as escolas da rede pública municipal, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	Em todos os anos do Ensino Fundamental A rede municipal não possui Ensino Médio
1.6.4) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, os conteúdos de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas são ministrados nas disciplinas de:	História Artes Educação Física Língua Portuguesa Matemática Geografia
1.6.5) A Secretaria Municipal de Educação realiza consultas nas escolas do Município, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, conforme prevê o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017?	Não
1.6.5.1) Anexar cópia dos relatórios anuais referentes a 2019 e/ou 2020.	-
2) Plano Municipal de Educação	
2.1) O município possui plano municipal de educação?	Sim
2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3) Meta 18 PNE	
3.1) O município possui plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública?	Sim
3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.2) O município observa o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme disposto no § 4º, art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008	Sim
3.3) O município utiliza o piso salarial nacional profissional do magistério público da educação básica como valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais?	Sim

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:50.

Código de autenticação

TSVW3-KAMV6-WOPA3

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.37FF.410C.44CF.EFD4.2FB8.

Dados Tabulares

1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:

Tipo	Lei
Tipo "Outro", Informe:	
Número	1.391
Ano	2016
Proposta por	Executivo Municipal
Anexar arquivo	Lei Criação do CME.doc (39,5 KB)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.37FF.410C.44CF.EFD4.2FB8.

Dados Tabulares

1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2020

Nome do evento	História e Cultura Afro
Tipo de evento	Curso
Outro:	
Carga horário (em horas)	6,00
Quantidade de professores capacitados	60
Anexe documento comprobatório	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (151,11 KB)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.37FF.410C.44CF.EFD4.2FB8.

Dados Tabulares

2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1.359
Ano	2015
Anexar arquivo	PLANO DE EDUCAÇÃO.pdf (718,22 KB)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.37FF.410C.44CF.EFD4.2FB8.

Dados Tabulares

3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1.013
Ano	2007
Anexar arquivo	PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO.pdf (317,7 KB)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.37FF.410C.44CF.EFD4.2FB8.

Página
397
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748835
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100077

LEI Nº 1.013, 5 DE DEZEMBRO DE 2007.

Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Sertão Santana, institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMENARES

Art. 1º Esta lei estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município, cria o respectivo quadro de cargos, dispõe sobre o regime de trabalho e plano de pagamento dos profissionais da Educação em consonância com os princípios básicos da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Resolução 03/97 do Conselho Federal de Educação.

Art. 2º O Regime Jurídico dos profissionais da Educação é o mesmo dos demais servidores do município, observadas as disposições específicas desta lei.

Art. 3° Para efeitos dessa lei, entende-se por:

I – Rede Municipal de Ensino: o conjunto de Instituições Escolares e de órgãos que realizem atividades educacionais sob a ação normativa do Município e a coordenação da Secretaria Municipal de Educação;

II – Membros do Magistério Público Municipal: os profissionais da educação que exercem funções de docência, assessoria pedagógica sendo professor de Educação Infantil, Ensino Fundamental e pedagogo, ocupando cargos e ou funções nas unidades Escolares e nos demais órgãos integrantes da Rede Municipal de Ensino.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Página
398
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
2
Peça
3748835
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100077

TÍTULO II
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I – habilitação profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da comprovação de titulação especifica;

II – Valorização profissional: condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão e com o aperfeiçoamento profissional continuado;

III – Piso salarial profissional definido por lei específica;

IV - Progressão funcional na carreira através da mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas.

V – Eficiência: Habilidade técnica e relações humanas que evidenciam a tendência pedagógica, a adequação metodológica e capacidade de empatia para o exercícios das atribuições do cargo.

VI - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho.

CAPÍTULO II
DO ENSINO

Art. 5º O município incumbir-se-á de oferecer a educação básica nos níveis da educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis do ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DA CARREIRA
Seção I – Disposições Gerais

Art. 6º A carreira do magistério público municipal é constituída pelo conjunto de cargos de professor, estruturada em seis (06) classes, dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de classe a classe, cada uma compreendendo quatro níveis de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

habilitação, estabelecidos de acordo com a titulação pessoal do profissional da educação.

Parágrafo Único**.** Para fins desta Lei, considera-se:

I – Magistério Público Municipal: O conjunto de professores que ocupando cargo ou funções gratificadas nas unidades escolares e nos demais órgãos que compõe a estrutura da Secretaria Municipal de Educação desempenham atividades docentes e de apoio pedagógico com vistas a alcançar os objetivos da Educação.

II - Cargo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições com remuneração específica pelo poder público, denominação própria, número certo, nos termos da lei.

III - Professor: o profissional da educação com habilitação específica para o exercício das funções de docência nas classes de educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos.

Art. 7º A Carreira do Magistério Público Municipal abrange o ensino fundamental e a educação infantil.

Seção II – Das Classes

Art. 8º As Classes constituem a linha de promoção dos profissionais da Educação.

§ 1º. As classes são designadas pelas letras A, B, C, D, E e F , sendo essa ultima e final da carreira.

§ 2 º. Todo cargo se situa inicialmente, na classe A e a ela retorna quando vago.

Seção III – Dos Níveis

Art. 9° Os níveis correspondem às titulações e habilitações dos profissionais da educação independente do nível de atuação.

Art. 10 Os níveis serão designados em relação aos profissionais da educação pelos algarismos 1, 2 e 3 serão conferidos de acordo com os critérios determinados por esta Lei, levando em consideração a titulação ou formação comprovada pelo servidor.

I – Para professores

Nível 1 – Habilitação especifica em curso nível médio, na modalidade Normal;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Nível 2 – Habilitação especifica em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena, normal superior, curso de pedagogia, educação infantil, pedagogia series iniciais ou formação obtida através de complementação pedagógica nos termos do art. 63 da LDB e demais legislação vigente.

Nível 3 – Habilitação específica em curso de pós-graduação de Especialização ou Aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 horas e desde que haja relação com a educação em Curso superior de Licenciatura ou de Pedagogia.

§ 1º. A mudança de nível será automática e vigorara a contar do mês seguinte em que o profissional da educação requerer e apresentar o diploma da nova titulação;

§ 2º. O nível é pessoal, de acordo com a habilitação especifica do profissional da educação, que o conservará na promoção à classe superior.

Seção IV – Da promoção

Art. 11 Promoção é a passagem do titular de cargo de professor de uma classe para outra imediatamente superior.

§ 1º. A mudança da classe importara numa retribuição pecuniária de 5% incidente sobre o vencimento básico de cada nível;

§ 2º. A promoção decorrerá de avaliação que considerará o merecimento e tempo de serviço;

§ 3º. A promoção dos integrantes da classe que tenham cumprido o interstício de efetivo exercício.

Art. 12 A promoção, obedecerá aos seguintes critérios de tempo e merecimento:

I – para a classe A – ingresso automático;

II – para a classe B:

a) três (03) anos de interstício na classe A;

b) cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionado com a Educação, que somados perfaçam, no mínimo, cem (100) horas;

c) avaliação periódica de desempenho.

III – para a classe C:

a) quatro (04) anos de interstício na classe B;

b) cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que perfaçam, no mínimo, cento e vinte (120) horas;

c) avaliação periódica de desempenho .

IV – para a classe D:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

a) cinco (05) anos de interstício na classe C

b) cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que perfaçam, no mínimo, cento e quarenta (140) horas;

c) avaliação periódica de desempenho .

V – para a classe E:

a) seis (06) anos de interstício na classe D;

b) cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que perfaçam, no mínimo, cento e sessenta (160) horas;

c) avaliação periódica de desempenho.

VI – para a classe F:

a) sete (07) anos de interstício na classe E;

b) cursos de atualização e aperfeiçoamento, relacionados com a Educação, que perfaçam, no mínimo, cento e oitenta (180) horas;

c) avaliação periódica de desempenho.

§ 1º. Serão considerados como cursos de atualização e aperfeiçoamento na área da Educação todos os cursos, encontros, congressos, seminários e similares, cujos certificados apresentem conteúdo programático, carga horária e identificação do órgão expedidor;

§ 2º A avaliação periódica por merecimento se dará nos termos de lei específica, envolvendo conhecimento, experiência e iniciativa.

Art. 13 Fica prejudicada a avaliação por merecimento, acarretando a suspensão da contagem de tempo de exercício para fins de promoção, durante o interstício, sempre que o profissional da Educação:

I – somar duas penalidades de advertência;

II – sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que convertida em multa;

III – completar três faltas injustificadas ao serviço;

IV – somar dez (10) atrasos de comparecimento ao serviço e/ou saídas antes do horário marcado para o término da jornada.

Parágrafo Único. Sempre que ocorrer quaisquer das hipóteses de interrupção previstas neste artigo, iniciar-se-á nova contagem para fins de tempo exigido para promoção.

Art. 14 Acarreta a interrupção da contagem de tempo para fins de promoção:

I – as licenças e afastamentos sem direito a remuneração;

II – as licenças para tratamento de saúde no que excederem a sessenta (60) dias no período do interstício, de laudo médico e atestado mesmo que em prorrogação, exceto as decorrentes de acidentes em serviço;

III – os afastamentos para exercício de atividades não relacionadas com o magistério.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

IV – A licença para tratamento de saude para pessoa da familia no que excederem a 30 (trinta) dia.s

Art. 15 As promoções terão vigência a partir do início do mês de outubro de cada ano ao que o profissional da Educação completar o tempo exigido, apresentar a documentação que comprove a realização dos cursos necessários para alcançar a concessão de vantagens obtiver a avaliação de desempenho satisfatório nos termos da lei específica.

Seção V – Da Comissão de Avaliação

Art. 16 Constituirá a comissão de avaliação:

a) O secretário Municipal de Educação;
b) Um representante do núcleo pedagógico da SMEC;
c) Um representante dos professores da Educação Infantil e um do Ensino Fundamental de cada setabelecimento de ensino;
d) O diretor do estabelecimento de Ensino;

§ 1°. Escolhido os representantes, a comissão será designada por ato do Executivo Municipal para um periodo de 02 (dois) anos prorrogável, a seu criterio, por igual prazo.

§ 2º. O representante dos professores atuará na avaliação dos colegas atuantes na respectiva escola e do nível da Educação Básica.

§ 3º. O diretor de cada estabelecimento atuará na avaliação dos seus respectivos professores da unidade de ensino.

Art. 17- Compete à Comissão de Avaliação :

I – Informar aos profissionais de educação sobre o processo de promoções em todos os seus aspectos;

II - Receber e avaliar a documentação de cada professor;

III – Fazer registro sistemático e objetivo da atuação do profissional da educação avaliado, dando-lhe conhecimento do resultado até 05 (cinco) dias após a data do término da avaliação correspondente, para seu pronunciamento;

IV – Considerar o período anual de outubro a setembro, para fins de registro da avaliação do profissional avaliado na Secretaria de Educação.

Art. 18 O membro do Magistério público municipal terá cinco (05) dias úteis a partir da data do conhecimento da avaliação para recorrer, se assim o desejar.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

CAPÍTULO IV
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art 19 Qualificação profissinal é o conjunto de procedimentos que visam proporcionar a atualização, capacitação e valorização dos profissionais da educação para a melhoria do ensino.

§ 1º**.** O aperfeiçoamento de que trata este artigo, será desenvolvido e oportunizado ao profissional da educação atraves de cursos, seminários, encontros, simpósios, palestras, semanas de estudos, conforme programas estabelecidos pela Administração Municipal.

§ 2º. O afastamento do Profissional de Educação para o aperfeiçoamento , durante a carga horaria de trabalho, dependera de autorização do Secretario Municipal de Educação.

§ 3º**.** O Profissional da Educação deverá repor os dias utilizados para o aperfeiçoamento.

CAPITULO V
DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇÃO

Art 20 O recrutamento para os cargos de professor será realizado para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e far-se-á para a classe inicial, mediante concurso público de provas e titulos, de acordo com as respectivas habilitações e observadas as normas gerais constantes do regime juridico dos servidores municipais.

Art. 21 Os concursos públicos para o provimento do cargo de professor serão realizados segundo as áreas e os níveis de ensino da educação básica e habilitações seguintes:

a) Area 01

EDUCAÇÃO INFANTIL: exigência minima de formação em curso de nivel médio, na modalidade normal e/ou curso normal superior, de licenciatura plena ou de pedagogia, com habilitação para educação infantil;

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS: exigencia minima de formação em curso de nivel médio, na modalidade normal e/ou curso normal superior de licenciatura plena ou de pedagogia, com habilitação para as anos iniciais do ensino

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

fundamental;

b) Area 02

ENSINO FUNDAMENTAL DE ANOS FINAIS: habilitação especifica de curso superior em licenciatura plena para as disciplinas respectivas ou formação superior em area correspondente e complementação pedagógica, nos termos do artigo 63 da LDB e demais legislação vigente.

Art. 22 É facultado à administração, diante da real necessidade do ensino fundamental, proceder a mudança de nível de atuação do professor.

§ 1º. A mudança de nível de atuação se dará de forma eventual e precaria até quando houver candidato aprovado em concurso público para o respectivo nível de ensino.

§ 2º. Havendo mais de um candidato habilitado para a mesma vaga, terá preferencia na mudança de nivel de atuação o professor que tiver, sucessivamente:

I – maior tempo de exercicio no magistério publico do munícipio;

II – maior tempo de exercicio no magistério público geral.

Art. 23 O titular do cargo de professor poderá exercer, de forma alternada ou concomitante com a docência, outras funções de magistério, atendidas os seguintes requisitos:

I – formação em Licenciatura Plena e ou outra licenciatura com Pós-Graduação específica para o exercício de função de apoio pedagógico;

II - formação, em Licenciatura Plena, para o exercício da função de Direção e vice-direção de escola de ensino fundamental completo.

Parágrafo único. A atual direção do estabelecimento que não contempla a formação exigida, deverá estar cursando e concluir a licenciatura plena, com prazo de dois anos a partir da data de publicação da Lei .

III- experiência de no mínimo, 3 (três) anos de docência;

IV - professor pertencente ao quadro de carreira do Magistério.

TÍTULO III
DA JORNADA DE TRABALHO
Seção VI – Do Regime de Trabalho

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Art. 24 O Regime de Trabalho estabelecidos para os profissionais de educação será de 20 horas semanais.

Parágrafo Único. Aos professores que atuam no ensino fundamental – anos iniciais e finais – a jornada de 20 horas semanais estabelece 16 (dezesseis) horas aula computados em tantos periodos definidos pela Secretaria e 04 (quatro) horas de atividade de Planejamento.

Art. 25 A Secretaria Municipal de Educação, mediante planejamento prévio convocará os professores de educação infantil e ensino fundamental para desenvolver atividade de planejamento pedagógico, estudos, avaliação do trabalho didático, bem como o atendimento de reuniões pedagógicas e administrativas da escola.

§ 1º. As horas atividades correspondem ao tempo reservado para estudos, planejamento e avaliação de trabalho didático, cumprido na escola, bem como para atender a reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

§ 2º. Para os efeitos deste artigo, a duração da hora-trabalho correspondera a 60 (sessenta) minutos.

§ 3º. O regime de trabalho deverá ser cumprido e completado onde for necessário, inclusive em mais de um estabelecimento de ensino, conforme a necessidade da Rede Municipal de Ensino.

Seção VII – Da Convocação em Regime Suplementar:

Art. 26 A convocação em regime suplementar será remunerada proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho do titular de cargo de professor.

§ 1º. A convocação de que trata o artigo anterior será de no máximo até 20 horas semanais.

§ 2º. A remuneração da convocação para trabalho em regime suplementar, integrará, proporcionalmente, o cálculo para efeitos de concessão de férias e décimo terceiro, observando o tempo de serviço no período aquisitivo.

§ 3º. Pelo trabalho em regime suplementar o professor perceberá remuneração na mesma base do vencimento estipulado à classe e ao nível a que pertencer, obedecendo à proporcionalidade das horas convocadas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

TÍTULO IV
DAS FÉRIAS

Art. 27 O período de férias anuais do titular de cargo de professor será de 30 (trinta) dias na forma ao que prevê o Inciso XII do Artigo 7º da Constituição Federal.

ParágrafoÚnico. As férias do titular de cargo de professor em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, de acordo com calendários anuais, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

TITULO V
DO PLANO DE PAGAMENTO
Seção VIII – Da Remuneração

Art. 28 A remuneração dos profissionais de educação corresponde ao vencimento relativo à classe e ao nível de habilitação em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias de Acordo a Art. 11 §1º da presente Lei.

§ 1º. Considera-se vencimento básico da Carreira o fixado para a classe inicial, no nível mínimo de habilitação.

§ 2º. O piso básico de salário dos membros do Magisterio será sobre o basico inicial do respectivo nivel do profissional da Educação.

§ 3º. O Piso Básico da Carreira dos Profissionais da Educação será de R$ 394,33 (Trezentos e noventa e quatro reais e trinta e três centavos). Sobre o padrão referencial de salário dos servidores municipais que é de R$ 16,00.

Seção IX – Das Vantagens

Art. 29 Além do vencimento, o profissional da educação fará jus às seguintes Vantagens:

a) pelo exercício em escola na função de Direção e de Vice- direções de unidades escolares;

b) Pelo exercicio da função de Classes Multisseriadas;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

c) Pelo exercicio de funçao em escola de difícil acesso;
d) pelo exercício em classe especial
e) pelo exercício de assessoramento pedagógico nas escolas, e Secretaria Municipal de Educação

Art. 30 As funções gratificadas pelo exercício de funções dos profissionais da Educação será de acordo ao que determina o artigo 34 da presente lei.

Seção X – Cedência ou Cessão

Art. 31 Cedência ou cessão é o ato através do qual o titular de cargo de professor estável é posto a disposição de entidade ou órgão não integrante da rede municipal de ensino.

§ 1º. A cedência ou cessão será sem ônus para o ensino municipal e será concedida pelo prazo máximo de um ano, renovável anualmente segundo a necessidade e possibilidade das partes.

§ 2º. Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal:
I - quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial ;
II – quando a entidade ou órgão solicitante compensar a rede municipal de ensino com um serviço de valor equivalente ao custo anual do cedido.

§ 3º. A cedência ou cessão para o exercício de atividades estranhas ao magistério interrompe o interstício para a promoção.

TÍTULO VI
DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Art. 32 Fica criado o quadro do magistério público municipal que é constituído de cargos de professor Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e finais.

Art. 33 Serão criados:
Quarenta e cinco (45) Cargos de professor de Educação Infantil e do Ensino Fundamental em anos iniciais;
Vinte e cinco (25) Cargos de professor de Ensino Fundamental de anos

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

finais.

Art. 34 São criadas as seguintes gratificações específicas do magistério:

Função ou Denominação	Descrição	Percentual de Incidência
Direção de Unidades escolares	- Direção de Escola de Ed. Infantil e Ensino Fund. com até 30 alunos -Direção de Escola de Ed. Infantil e Ensino Fund. de 31 a 100 alunos -Direção de Escola de Ed. Infantil e Ensino Fund. Acima de 100 alunos	25.% sobre o Vencimento Básico do membro da Carreira do Magistério. 35% sobre o Vencimento Básico do membro da Carreira do Magistério. 50.% sobre o Vencimento Básico do membro da Carreira do Magistério.
Vice-Direção	- Vice-Direção de Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental.	25.% sobre o Vencimento Básico do membro da Carreira do Magistério.
Difícil Acesso	Desclocamento de 03 a 05 km da Instituição de Ensino. Deslocamento de 05 a 10 km da Instituição de Ensino. Deslocamento acima de 10 km da Instituição de Ensino.	15% do vencimento básico da Carreira do magistério 20% do vencimento básico da Carreira do magistério 25% do vencimento básico da Carreira do magistério
Classe Multisseriada	Atuado em 02 séries Atuado em 03 séries Atuado em 04 séries	10% Básico da Carreira 15% Básico da Carreira 20% Básico da Carreira
Classe especial	- Desempenho da função de regencia de classse com alunos com necessidades educacionais especiais	50% sobre o Vencimento Básico do membro da Carreira do Magistério.
Apoio pedagógico	Professores no exercício de apoio pedagógico nas escolas, e Secretaria Municipal de Educação	50% o sobre o vencimento básico do membro da Carreira do magistério

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

§ 1º. o exercício das funções gratificadas é privativo do profissional de educação do município ou posto à disposição, com a devida habilitação.

§ 2º. As funções gratificadas e auxílios financeiros não serão incorporaveis e acumuláveis na remuneração do profissional da educação.

§ 3º. O profissional da Educação terá direito da gratificação somente no periodo de desempenho da função de legada.

TÍTULO VII
DO PLANO DE PAGAMENTO

Art. 35 Os vencimentos dos cargos efetivos do magistério e o valor das funções gratificadas serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectivos pelo valor atribuído ao Unidade basica de referencia salarial R$ 16,00.previsto no art 27 no §3º desta lei. conforme segue:

NÍVEL	CLASSES – 05%					
	A	B	C	D	E	F
1	24,660	25,893	27,126	28,359	29,592	30,825
2	33,820	35,512	37,204	38,895	40,568	42,277
3	43,600	45,780	47,958	50,137	52,318	54,448

TITULO VIII
DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 36 A lei disporá sobre a contratação por tempo determinado para atender substituição temporária do titular de cargo de professor na função docente e suporte pedagógico.

Art. 37 Consideram-se como contratação temporária àquela para:

I – Substituir professor legal ou temporariamente afastado;

II – Suprir a falta de professores aprovados em concurso público.

Art. 38 A contratação a que se refere o inciso I do artigo anterior somente poderá ocorrer quando não for possível a convocação de outro professor para trabalhar

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

em regime suplementar, devendo recair sempre que possível, em professor aprovado em concurso público que se encontre na espera de vaga.

Parágrafo Único. o professor concursado que aceitar contrato nos termos deste artigo, não perderá o direito a futuro aproveitamento em vaga do plano de carreira e nem sofrerá qualquer prejuízo na ordem de classificação.

Art. 39 A contratação de que trata o artigo 37 observará as seguintes normas:

I – Será sempre em caráter suplementar e a título precário, mediante verificação prévia da falta de professores aprovados em concurso público com habilitação específica para atender as necessidades do ensino;

II – A contratação nos termos do inciso anterior obriga o município a providenciar na abertura de concurso público no prazo de 180 dias;

III – A contratação será precedida de seleção pública e será por prazo determinado de seis meses, permitida a prorrogação por igual período se verificada a persistência da insuficiência de professores com habilitação de magistério;

IV – Somente poderão ser contratados professores a título precário, conforme previsto na legislação federal que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 40 As contratações serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

I – Jornada de trabalho de acordo à referida função.

II – Vencimento mensal igual ao valor do padrão básico do profissional da educação;

III – Gratificação natalina e férias proporcionais ao término do contrato;

IV –Auxilio financeiro de difícil acesso e/ou classe especial, quando for o caso, nos termos desta lei;

V – Inscrição no Regime Geral de Previdência Social.

TÍTULO IX
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41 Ficam extintos todos os cargos e funções gratificadas.

§ 1º. Os atuais integrantes dos cargos extintos por este artigo, devidamente habilitados, serão aproveitados e enquadrados em cargos equivalentes, criados por esta lei, observados , o nível, classe e ano de ingresso na carreira assim distribuidos:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

I - Professores com até 05 (cinco) de Carreira do Magistério serão enquadrados na classe A:

II - Professores de 05 (cinco) a 12 (doze) de Carreira do Magistério serão enquadrados na classe B:

III - Professores com mais de 12 (doze) anos de ingresso na Carreira do Magistério serão enquadrados na classe C:

§ 2º. A partir do enquadramento iniciar-se-a a contagem de tempo para a primeira promoção da carreira do magistério.

Art. 42 O atual profissional da educação concursado e habilitado em curso superior de licenciatura de curta duração terá assegurado um nível especial e em extinção com remuneração básica correspondente a média entre o Nível 01 e 02 da Carreira do Magistério.

§ 1º. Os professores com formação em curso superior de curta duração permanecerão em exercício buscando a formação legal, nos termos da Lei Diretrízes e Base da Educação Nacional – LDB

§ 2º. Ficam ressalvadas, para os professores de curso superior de licenciatura curta á remuneração e vantagens adquiridas até a vigência desta lei.

§ 3º. O atual profissional da educação concursado e habilitado em curso superior de licenciatura de curta duração ingressará no quadro de carreira do magistério, num nível correspondente a sua habilitação, no momento em que apresentar e comprovar esta Habilitação.

Art. 43 O professor designado para a função de direção e vice-direção de escola é indicado pelo executivo e fica automaticamente convocado para trabalhar em regime suplementar de acordo com a necessidade de cada instituição escolar.

§ 1º - O professor designado na função de diretor de escola, com mais de (100) cem alunos, fica dispensado de lecionar.

Art. 44 A gratificação de difícil acesso serão regulamentadas por decreto, baixado pelo Prefeito Municipal, mediante enquadramento em um dos graus de dificuldade especificados abaixo.

Parágrafo Único. Serão requisitos mínimos para gratificação de difícil acesso:

I – deslocamento de mais de três quilômetros de sua residência até a sede da Instituição Educacional, ou ainda, de sua residência até o local de existência de linha de transporte escolar para a sede da mesma, usando recursos próprios.

II – inexistência de linha regular de transporte para professores oferecido pelo Município.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748835

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100077

Art. 45 O professor designado para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais deverá ter habilitação especifica (Curso Superior ou Estudos Adicionais que perfaçam 300 horas).

Art. 46 O Poder Executivo, a contar da publicação desta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará ao Legislativo Projeto de Lei regulamentando a promoção dos professores do Quadro de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 47 Fazem parte desta lei os anexos I, II e III.

Art. 48 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Nº 215, de 17 de dezembro de 1996.

Art. 49 As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento para o ensino municipal.

Art. 50 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 5 de dezembro de 2007.

LINDOBERTO PONTES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Solange Raab
Assessora de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748835

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100077

ANEXO 1

CARGO: PROFESSOR EM ATIVIDADE DE DOCENCIA

ATRIBUIÇÕES:

a) Síntese de Deveres: Participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

b) Síntese de Atribuições: Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extra-classe; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

Condições de Trabalho:

a) Carga horária semanal de 20 horas.

b) Concurso público de provas e títulos a ser efetuado por área de especialização

Requisitos para preenchimento do cargo:

b) Habilitação:

b.1) *Para educação infantil e 0s anos iniciais do ensino fundamental* : formação em curso superior de graduação plena com habilitação específica para o nível; ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal.

b.2) *Para as séries finais do ensino fundamental* **:** Formação em curso superior de graduação plena correspondente à área de conhecimento específico ou disciplina respectiva ou complementação pedagógica, nos termos da legislação vigente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

ANEXO II

CARGO: PEDAGÓGICO OU ADMINISTRATIVO

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética: executar atividades especificas de administração escolar, supervisão escolar e orientação educacional no âmbito da rede de Ensino.

b) Descrição Analítica:

1. "ATIVIDADE DE COMUNS DO APOIO PEDAGÓGICO": assessorar no planejamento do plano pedagógico da educação municipal; propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino; participar de projetos de pesquisa de interesse do ensino; participar na elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando à atualização do Magistério; integrar o colegiado escolar, atuar na escola detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação de causas e na busca de alternativas e soluções; participar da elaboração do Plano Global da Escola, do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; participar das atividades de caracterização da clientela escolar; participar da preparação, execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo, manter-se atualizado sobre a legislação do ensino, prolatar pareceres; participar de reuniões técnico-administrativo-pedagógicas na escola e demais órgãos da secretaria Municipal de Educação; integrar grupos de trabalho e comissões; coordenar reuniões especificas; planejar, junto a direção e professores, a recuperação paralela de alunos; participar no processo de integração família-escola-comunidade; participar da avaliação global da escola; exercer função de diretor ou vice-diretor, quando nela investido.

2. "ATIVIDADES ESPECIFICAS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL": elaborar o Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional, de acordo com o Projeto Pedagógico e Plano Global; assistir as turmas realizando entrevistas e aconselhamentos, encaminhando, quando necessário, a outros profissionais; orientar o professor na identificação de comportamento divergentes dos alunos, levantando e selecionando em conjunto, alternativas de solução a serem dotadas; promover sondagem de aptidões e oportunizar informação profissional; participar da composição, caracterização e acompanhamento das turmas e grupos de alunos; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

indiretamente às escolas; sistematizar as informações coletadas necessárias ao conhecimento global do educando; executar tarefas afins.

3. "ATIVIDADES ESPECIFICAS NA ÁREA DE SUPERVISÃO ESCOLAR": coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico e Plano Global de Rede Escolar; coordenar a elaboração do Plano Curricular; elaborar o Plano de Ação do Serviço de Supervisão Escolar, a partir do Plano Global, orientar e supervisionar atividades e diagnósticos, controle e verificação do rendimento escolar; assessorar o trabalho docente quanto à métodos e técnicas de ensino na avaliação dos alunos; assessorar a direção na tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do Plano Curricular; acompanhar o desenvolvimento do trabalho escolar; elaborar e acompanhar o cronograma das atividades docentes; dinamizar o currículo da escola, colaborando com a direção no processo de ajustamento do trabalho escolar às exigências do meio; coordenar conselhos de classe; analizar o histórico escolar dos alunos com vistas e adaptações, transferências, reingressos e recuperações; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente as escolas, estimular e assessorar a efetivação de mudanças no ensino; executar tarefas afins.

FORMA DE PROVIMENTO:

Ingresso por concurso público de provas e títulos, realizado para a educação infantil e \ ou séries iniciais de ensino fundamental e para as séries finais do Ensino Fundamental.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

Instrução: formação em curso superior de Pedagogia ou Pós- Graduação em Pedagogia com habilitação especifica em Supervisão Escolar ou Orientação Educacional e experiência mínima comprovada de três anos de docência.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Processo
02100-0200/20-7

Anexo III

Peça
3748835

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100077

DIRETOR DE ESCOLA - FUNÇÃO GRATIFICADA

ATRIBUIÇÕES:

Representar a escola na comunidade; responsabilizar-se pelo funcionamento da escola a partir das diretrizes estabelecidas no Plano de Metas da Administração Pública Municipal; coordenar, em consonância com a Secretaria de Educação, a elaboração, a execução e a avaliação da proposta político-pedagógica da Escola; coordenar a implantação da proposta político-pedagógica da escola, assegurando o cumprimento do currículo e do calendário escolar; organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas atribuições de acordo com os cargos providos; administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da escola; velar pelo cumprimento do trabalho de cada docente; divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola; apresentar, anualmente, à Secretaria de Educação e comunidade escolar, a avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino, bem como aceitar sugestões de melhoria; manter o tombamento dos bens públicos da escola atualizado, zelando pela sua conservação; assessorar e acompanhar as atividades dos Conselhos Municipais da área da educação; oportunizar discussões e estudos de temas que envolvam o cumprimento das normas educacionais; articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; avaliar o desempenho dos professores sob sua direção.

Requisitos para Provimento da Função:

a) Ser professor ou pedagogo, ocupante de cargo de provimento efetivo;

b) Experiência docente mínima de dois anos.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748835

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100077

CARGO: VICE-DIRETOR DE ESCOLA – FUNÇÃO GRATIFICADA

Atribuições:

- Executar atividades em consonância com o trabalho proposto pela direção da escola e proposta pedagógica;
- Responsabilizar-se pelas questões administrativas no turno em que desempenhar suas funções;
- Substituir a direção da escola nos seus impedimentos legais;
- Representar o diretor na sua ausência;
- Executar atribuições que lhe forem delegadas pela direção;
- Participar das reuniões administrativas e pedagógicas da escola e outras tarefas afins.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Ser professor ou pedagogo, ocupante de cargo de provimento efetivo, contando com, pelo menos três anos de exercício na docência.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9014.C0D2.9CD5.729F.9F88.

Página
418
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100054

Município de Sertão Santana

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Plano Municipal de Educação

2015 - 2025

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página
419
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
2
Peça
3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100054

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4
INTRODUÇÃO 6
1 CARACTERISTICAS GERAIS 8
1.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO 8
1.1.1 Origem e Fundação 9
1.1.2 O Plebiscito 9
2 SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO 10
2.1 Brasão/Bandeira: 10
2.2 hino do Município de Sertão Santana 12
3 A EDUCAÇÃO 13
4 INSTITUIÇÕES ESCOLARES: 14
5.1 EDUCAÇÃO INFANTIL 16
5.1.1 Diagnóstico: 16
5.1.2 Diretrizes: 19
5.1.3 Metas e Estratégias: 20
5.2 ENSINO FUNDAMENTAL: 23
5.2.1 Diagnóstico: 23
5.2.2 Diretrizes: 25
5.2.3 Metas e estratégias: 27
5.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: 32
5.3.1 Diagnóstico: 32
5.3.2 Diretrizes: 33
5.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL: 37
5.4.1 Diagnóstico: 37
5.4.2 Diretrizes: 38
5.5 ENSINO MÉDIO: 42
5.5.1 Diagnóstico: 42
5.5.2 Diretrizes: 42
5.5.3 Estratégicas e Metas: 43
5.6 ENSINO SUPERIOR: 44
5.6.1 Diagnóstico da Educação Superior: 44
5.6.2 Diretrizes 44

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

6 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO47
6.1 – Diagnóstico: 47
6.2 Diretrizes: 48
6.3 Estratégias: 49
7 FINANCIAMENTO E GESTÃO.....52
7.1 Diagnóstico: 52
7.2 Diretrizes: 53
8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....58
Conclusão.....59

Página 420
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 4

Peça 3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100054

APRESENTAÇÃO

A Educação como direito de todos é uma das condições necessárias para a integração das pessoas à sociedade como cidadãos, cabendo assim a União, Estados e Municípios dividirem entre si a responsabilidade pela oferta nas áreas educacionais.

A relação entre educação, escola e sociedade é alvo de uma transformação contínua que influencia os modelos vigentes de educação, tendo como principais agentes nesse processo o educador e o educando.

Por isso, precisamos estabelecer objetivos e metas, realizando-os de forma participativa e promovendo uma educação democrática e igual para todos.

O Plano Municipal de Educação – Gestão 2015 a 2025 pretende viabilizar ações, buscando apoio e comprometimento, envolvendo a todos no processo e desenvolvimento educacional de toda a Comunidade Sertanense.

Apresenta ainda um diagnóstico da realidade do Município da rede pública Municipal e Estadual em todos os níveis e modalidades e, a partir desse o estabelecimento de diretrizes e metas para os próximos dez anos.

Baseado no Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação deverá contemplar as seguintes diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos profissionais da educação;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

"... ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender".

Paulo Freire

Página 422
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
6

Peça
3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100054

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, pela primeira vez na história, inicia a explicitação dos fundamentos do Estado brasileiro elencando os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos.

Os fundamentos do Estado Democrático de Direito são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político (art. 1º da Constituição Federal).

São objetivos fundamentais da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º Constituição Federal). Na área de educação, estamos, enquanto cidadãos e profissionais comprometidos com o bem estar da comunidade na qual vivemos permanentemente enfrentando situações desafiadoras.

Segundo a Constituição Federal do Brasil, o direito a educação é de todos e inclui não só o direito ao acesso, mas também, o direito a permanência, ao sucesso e a participação na gestão democrática do ensino público.

Vivemos em uma época de transição na educação brasileira, novas políticas educacionais, modificações no currículo escolar, aprendizagem mediada por novas tecnologias, teorias que estão inovando o cotidiano das salas de aula, práticas que enfatizam a construção da autonomia, competências e cidadania. Portanto, a cidadania deve ser compreendida como produto de histórias vividas pelos grupos sociais, sendo, nesse processo, constituída por diferentes tipos de direitos e instituições. No entanto, discutir a cidadania hoje significa apontar a necessidade de transformação das relações sociais nas dimensões econômicas, política e cultural, para garantir a efetivação do direito de ser cidadão.

Eleger a cidadania como eixo vertebrado da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso refere-se a valores, há conhecimentos que permitem desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Numa sociedade democrática ao contrário do que ocorre nos regimes autoritários, o processo educacional não pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo de um projeto de sociedade e de nação. Tal projeto deve resultar do próprio processo democrático, nas suas dimensões sociais amplas, envolvendo a composição de diferentes interesses e a negociação política necessária para encontrar soluções para os conflitos sociais.

A tarefa de transformar nosso complexo sistema educacional exige múltiplas ações, as mais importantes são as capazes de provocar impacto significativo na qualidade.

O presente Plano destina-se a explicitar as diretrizes da Educação do Município de Sertão Santana, a partir de uma proposta filosófico-pedagógica elaborada pela Comunidade Escolar e organizada pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto para o período de dez anos.

Considerando neste período, as alterações e os fatores intervenientes decorrentes de toda uma estrutura econômica-política-social, este planejamento deverá ser contextualizado, flexível e democrático. Para uma operacionalização mais eficiente e acreditando na importância de uma continuidade no trabalho proposto, será desmembrado em Planos Plurianuais com duração de dois anos, sendo que ao final de cada ano letivo, os objetivos serão reavaliados com vistas a alterações necessárias para o crescimento da Comunidade Escolar e principalmente para a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem e da Educação em geral.

Desta maneira, pretendemos que este Plano, realizado da forma o mais participativo possível, seja o desencadeador de um processo de construção e transformação da realidade, na busca de uma educação democrática e igual para todos.

"***O homem ao longo de sua existência vai construindo todo um enredo que se perpetuará para as gerações futuras como fruto de suas experiências e conquistas, fazendo assim a história da humanidade".***

DALVA MARIA PERONI DELAI

Página 424
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100054

1 CARACTERISTICAS GERAIS

1.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Sertão Santana remonta suas origens ao ano de 1784, quando o Vice-Rei Dom Luiz Vasconcelos e Souza, por concessão, doou terras a Domingos Ribeiro da Cunha. Esta fazenda, conhecida pelo nome de “Potreiro Grande” era uma extensa faixa de terras que media légua e meia de comprimento por igual medida de largura.

Em 1892, através do Comendador Eduardo Secco, foi dado início a colonização da área, com a demarcação de terras e a fixação de imigrantes alemães.

Com a emancipação de Guaíba em 1926, em 1ª de novembro, terras e população de Sertão Santana foram agregadas ao novo município, criando-se o 4º distrito, através do Decreto Municipal nº. 02. A sede do distrito foi elevada a vila através do Decreto Estadual nº. 7.199 de 31 de março de 1938.

A criação do Município deu-se através da Lei nº. 9.595, de 24 de março de 1992, após intenso movimento emancipacionista, iniciado em agosto de 1989. Como parte do processo de emancipação, no dia 10 de novembro de 1991 foi realizado o plebiscito que decidiu e emancipação de Sertão Santana, com resultado significativo de 87% dos eleitores favoráveis ao pleito.

Tendo esta comunidade se formado a partir da metade do século passado, principalmente por imigrantes europeus, vindos da Itália, Polônia, Alemanha, ainda hoje são visíveis e significativos seus usos, costumes, valores e tradições que influenciam nas relações humanas dos diferentes grupos sociais (família, escola, igreja). O casario lembra muito as tradições dos colonizadores, principalmente os alemães, com a presença de prédios em estilo bávaro, salientando a beleza e a cultura da localidade.

Constituída por uma população que traz na sua cultura o trabalho, como instrumento de mudança das estruturas sociais, sendo que a maior parte da mesma atua em serviços diversos representando 41,4 % da população de acordo com o último censo 2010 e em segundo lugar a agropecuária que contempla 32% da

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

população e 26,6% atuam na indústria local, onde apresenta um quadro sócio-econômico privilegiado se comparado ao restante do país.

1.1.1 Origem e Fundação

Um novo município está florescendo na Serra dos Tapes: Sertão Santana. Este faz parte do grupo de novos municípios criados no território Rio-grandense no dia 20 de março de 1992.

O movimento emancipacionista de Sertão Santana teve início em agosto de 1989. Segundo a Comissão Emancipacionista presidida na época pelo Senhor Breno Feiden, (falecido em 24 de março de 1998) tendo como primeiro secretário da Comissão Emancipacionista o Senhor Carlos Roberto Barth, (falecido em 28 de maio de 2001) a emancipação se deve principalmente para evitar o êxodo rural e enaltecer os valores humanos de quem habita em Sertão Santana (Distrito de Guaíba).

1.1.2 O Plebiscito

No dia 10 de novembro de 1991 aconteceu o plebiscito que decidiu a emancipação de Sertão Santana. Aproximadamente 5000 habitantes da área emancipada, 87% dos eleitores optaram pelo sim, garantindo assim a vitória emancipadora. As apurações dos votos desenvolveram-se num clima de festa para os sertanenses que tinham a emancipação como um fato concretizado e irreversível.



Página 426
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 427
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Breno Feiden (Presidente da Comissão Emancipacionista de Sertão Santana,)
1º Prefeito de Sertão Santana

O Município de Sertão Santana foi criado através da Lei nº 9.595/92 de 20 de março de 1992, tendo sido publicada no Diário Oficial Nº 57, no dia 24 de março de 1992 e assinada pelo Governador Alceu Collares.

2 SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO

2.1 BRASÃO/BANDEIRA:

O Brasão do Município obedece a seguinte forma e descrição:

Escudo Alemão, esquartelado por uma cruz em jalde (ouro), tendo ao centro a figura de um livro aberto, na cor prata, evocando respectivamente a religiosidade, a cultura e a ênfase à educação, aspectos importantes da vida dos habitantes do Município.

No cantão destro do chefe, sobre fundos goles (vermelho) aparecem três mãos entrelaçadas, em jalde (ouro) indicando a origem do município de Sertão Santana, formada por partes dos Municípios de Tapes, São Jerônimo e Guaíba, bem como a origem dos imigrantes responsáveis pela colonização do Município.

No cantão sinistro do chefe, em campo azul, aparece um umbu, árvore de grande porte existente na praça principal da cidade e que a caracteriza, sendo o tronco na cor prata e a copa sínople (verde), simbolizando a reserva florestal nativa.

No cantão destro do contra chefe, de cima para baixo, aparece uma faixa em blau (azul), uma faixa em sínople (verde) simbolizando o relevo da região do Município, o qual situa-se na Serra dos Tapes, destacando-se os Cerros: Emboaba, Cutia e Maravalha.

A seguir, em faixas onduladas de blau (azul) e prata, simbolizando os recursos hídricos de que dispõe o Município; por último, uma faixa em goles (verde) fazendo referência à pecuária, desenvolvida na região do Município.

No cantão sinistro do contra chefe, sobre fundo goles (vermelho) aparece um arado em prata e jalde (ouro) destacando a agricultura, desenvolvida principalmente em minifúndios, constituindo-se um dos pilares da economia do Município.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

A destra e a sinistra do Escudo aparecem ramos de arroz em jalde (ouro) e sinople (verde), ficando o escudo apoiado sobre o conjunto formado por duas enxadas cruzadas, em jalde (ouro) e prata tendo ao centro uma manilha de fumo, em sínople (verde), representando a riqueza agrícola que brota das terras da região, fruto do denodo e da operosidade dos seus agricultores.

Encimando o Escudo, uma coroa mural de cinco torres em jalde (ouro) e prata e na parte inferior um listel em três segmentos, em prata carregado em letras góticas, “Sertão Santana” e “1992”, respectivamente, dia e mês, nome do município e ano de sua emancipação política.

O listel tem a sua borda na forma de dentes de engrenagem, referindo-se a atividade industrial desenvolvida no Município.

O Brasão instituído por esta Lei será utilizado em papéis, cartazes, placas e faixas oficiais, não sendo permitido seu uso por particular ou entidade, a não ser para promoções e campanhas de caráter beneficiente ou cultural, mesmo assim com autorização do Executivo Municipal.

Página 428
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

2.2 HINO DO MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA

Decreto nº 575/02, institui concurso para a criação da Letra do Hino do Município.

Estribilho

Sertão Santana meu solo encantado,
Tuas paisagens me fazem cantar,
Teus lindos campos e tuas colinas,
Tem a magia que me faz sonhar.
Teu povo forte carrega no peito
Muita coragem, esperança e fé,
Trabalha firme com muita nobreza,
Para o progresso, a justiça e o amor.

Estribilho

Vinte e quatro de março é o teu dia,
A liberdade teu povo conquistou,
Brilha para sempre formosa estrela,
Para o futuro com muita união.

Estribilho

Da terra fértil brotou a riqueza,
Teus imigrantes colheram com suor.
A tua história escrita para sempre,
Será lembrada pelo meu coração.

Letra: Carlos Alberto Boelter
Música: Carlos Alberto Boelter
Arranjos: Carlos Alberto Boelter
Direção: Carlos Alberto Boelter e Edenilson Klaus
Produção: Pro – Motion Eventos

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100054

3 A EDUCAÇÃO

Foi em nosso Município que se instalou a primeira escola pública da região, em 16 de setembro de 1895. Esta escola para elementos do sexo masculino foi transferida da serra do Erval para o município de Dores de Camaquã.

Hoje, Sertão Santana possui 06 Escolas Municipais, sendo que duas são de Ensino Fundamental Completo, duas escolas de 1º a 5ºano: uma Escola de Educação Infantil e uma Escola Estadual de Ensino Médio.

A Escola Estadual localiza-se na zona urbana do município, assim como a Escola de Educação Infantil que atende alunos de várias localidades que são transportados para o centro e as demais Escolas Municipais são todas localizadas na zona rural onde também é oferecido transporte aos alunos.

Podemos afirmar, que a grande maioria da população escolar, no que se refere ao ensino de 1º a 5º ano, encontra-se nas escolas da rede municipal. O transporte escolar tem sido uma forma de minimizar o problema da frequência e permanência na escola.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

4 INSTITUIÇÕES ESCOLARES:

No setor educacional, o município apresenta 06 escolas distribuídas em seu território, sendo uma Escola Estadual que atende Ensino Fundamental e Ensino Médio, duas Escolas Municipais que possui Turmas de Educação Infantil, e turmas de 1º ano a 9º ano, turmas de 1º ano a 9º ano e Turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), e duas Escolas Municipais que possui turmas de 1º a 5º ano e uma Escola de Educação Infantil Professora Maria Juraci Fialho Drechsler.

Abaixo segue todas as escolas do município:

Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco



Localidade: Sede do Município
Decreto de Criação: nº 32 05/03/1940
Turmas de 1º à 9º ano
Ensino Médio – 1ª ano a 3ª ano.
Total de Alunos: 460

Escola Municipal de Ensino Fundamental Breno Feiden



Decreto de Criação nº 187 – Data 27/09/1977
Port. De Autorização e Func. nº 18777 – Data 11/10/1978
Localidade: Linha Boa Esperança s/nº - Dobrada
Possui turmas de 1º ano a 5º ano.
Total de Alunos: 71

Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Papke Sobrinho



Decreto de Criação: nº 118 – Data 14/07/1976
Port. de Autorização e Func. nº 32439 – Data 17/08/1983
Localidade: Linha Derrosse s/nº - Interior
Possui turmas de 1º ano ao 5º ano.
Total de Alunos: 65

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 432
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 15
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Escola Municipal de Ensino Fundamental Capitão Garcia



Decreto de Criação nº 69/77 – Data 29/07/1977
Port. de Autorização e Func. nº 1907 – Data 16/02/1982
Localidade: Linha Capitão Garcia s/nº - Interior
A escola possui turmas de Educação Infantil a 9º ano.
Total de Alunos: 251

Escola Municipal de Ensino Fundamental Ruy Ramos



Decreto de Criação nº 1259 – Data 14/08/1989
Port. de Autorização e Func. nº 302 – Data 09/02/1990
Localidade: Estrada Emboaba s/nº - Interior
Possui turmas de Educação Infantil a 9º ano.
Possui turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos)
Total de Alunos: 277

APAE – Associação de Amigos e Pais de Excepcionais



Localidade: Rua Ricardo Lawrenz nº 235 - Centro – Sertão
Total de Alunos: 17

Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Juraci Fialho Drechsler



Localidade: Rua Júlio Albino Oppelt 50, Centro - Sertão Santana.
Decreto de Criação: Lei nº 1309 de 05/01/2014
Total de alunos: 110

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS E NÚMERO DE ESCOLAS POR REDE DE ENSINO

REDE	PÚBLICA ESTADUAL	PÚBLICA MUNICIPAL	PRIVADA
ESCOLAS	01	05	_
Nº DE ALUNOS	460	778	_
Nº DE PROF.	26	75	_
TOTAL: Alunos: 1.238 Professores: 101			

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 433
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 16
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

5 - NÍVEIS DE ENSINO:

5.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1.1 Diagnóstico:

A educação das crianças de zero a cinco anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, principalmente quando os pais trabalham fora, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança. Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há janelas de oportunidade na infância, quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-lo com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa insistir no desenvolvimento humano de forma inusitada.

Hoje, sabe-se que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como matemática, a linguagem e a música. Não são apenas argumentos econômicos que tem levado governos, sociedade e família a investirem na atenção às crianças pequenas. A educação é elemento construtivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal.

Além do direito da criança, a Constituição Federal estabelece o direito dos trabalhadores, pais e responsáveis, à educação de seus filhos e dependentes de zero a seis anos. Mas o argumento social é o que mais tem pesado na expressão da demanda e no seu atendimento por parte do Poder Público. Ele deriva das condições limitantes das famílias trabalhadoras, mono parentais, nucleares, desde

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

renda familiar insuficiente para prover os meios adequados para o cuidado e educação de seus filhos pequenos e da impossibilidade de a maioria dos pais adquirirem os conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento da criança que a pedagogia oferece. A educação infantil continuará conquistando espaço no cenário educacional brasileiro como uma necessidade social. Isso determina a prioridade que as crianças das famílias de baixa renda terão na política de expansão da educação infantil.

Um diagnóstico das necessidades da educação infantil precisa assimilar as condições de vida e desenvolvimento das crianças brasileiras.

A pobreza, que afeta a maioria delas, que retiram de suas famílias as possibilidades mais primárias de alimentá-las e assistí-las, tem que ser a educação, a moradia, o trabalho e o emprego, a renda e os elementos constitutivos da vida e do desenvolvimento da criança.

Dado o exposto, a Educação Infantil, no Estado do Rio Grande do Sul, precisa assinalar condições de vida e desenvolvimento intelectual das crianças. As contingências que a sociedade impõe como a pobreza, a desnutrição, a falta de moradia e de saúde, precisam ser enfrentadas com atitudes abrangentes que envolvam a solução desses problemas sociais.

A Educação Infantil está definida nos níveis de ensino com crianças de zero a cinco anos e estabelece objetivos específicos ao desenvolvimento da criança. Nesta faixa etária, sabe-se o quanto é importante o estímulo e a influência que o meio exerce sobre o indivíduo para seu aprendizado e seu bem estar.

Por determinação da LDB, Lei de Diretrizes e Bases, as creches atenderão crianças de zero a três anos e deverão adotar objetivos educacionais, transformando-se em instituições de educação segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação.

Para a faixa de quatro a cinco anos, dispomos de dados mais consistentes, coletados pelo sistema nacional de estatísticas educacionais. O atendimento se dá nas idades mais próximas da escolarização obrigatória.

Observando a distribuição das matrículas entre as esferas públicas e a iniciativa privada, constata-se uma redução acentuada no atendimento por parte dos Estados, uma pequena redução na área particular e um grande aumento na esfera Municipal. Esse fenômeno decorre da expressão e pressão da demanda sobre a

Página 434
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 17
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

esfera do governo (municipal) que está mais próximo às famílias e corresponde à prioridade constitucional de atuação dos municípios nesse nível, simultaneamente ao ensino fundamental.

O Município de Sertão Santana oferece a Educação Infantil na faixa de quatro a cinco anos a todas as crianças do Município e aos dois e três anos de forma fragmentada, porém com metas a estender a Educação Infantil em sua totalidade. É oferecida em três escolas da rede municipal. O transporte para a educação infantil é gratuito e atinge 100% dos estudantes.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL/2015

Sertão Santana – RS

Escola Municipal de Ensino Fundamental Ruy Ramos	4 e 5 anos
Escola Municipal de Ensino Fundamental Capitão Garcia	4 e 5 anos
Escola Municipal Infantil Maria Juraci Filho Drechesler.	0 a 5 anos

EDUCAÇÃO INFANTIL – POPULAÇÃO ATENDIDA/2015

NÚMERO DE ALUNOS

REDE MUNICIPAL	
CRECHE (2 E 3 ANOS)	PRÉ ESC.
36	118
TOTAL: 154 ALUNOS	

NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS –

DE ACORDO COM CADASTRO MUNICIPAL/JANEIRO 2015

FAIXA ETÁRIA	TOTAL
1 ano	100
2 anos	71
3 anos	74
4 anos	65
5 anos	106
TOTAL: 416	

Página 435
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 18
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 436
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 19
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

5.1.2 Diretrizes:

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, de inteligência, vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. A educação infantil inaugura a educação da pessoa. Essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições de Educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família, o que já foi afirmado pelo mais importante documento internacional de educação deste século, a Declaração de Educação para Todos. (Jomtien, Tailândia 1990).

Na distribuição de competências referentes à educação infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB, Lei De Diretrizes e Bases, são explicitas na co-responsabilidade de três esferas do Governo-União-Estado-Município e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos da educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas.

A formação dos profissionais da educação infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de zero a seis anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta torne fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele e renovando-o constantemente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 437
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 20
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

5.1.3 Metas e Estratégias:

META 1- Universalizar o atendimento escolar de 4 e 5 anos até 2016 e ampliar a oferta de Educação Infantil na faixa etária de 0 a 3 anos até o final deste plano, conforme condições de Pessoal, financeira e de estrutura física.

- Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

- Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda da creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

- Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

- Implantar, até o segundo ano de vigência deste plano, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

- Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior; estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e as teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

- Garantir o acesso à creche e pré-escola e a oferta de atendimento complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na Educação Infantil;

- Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

- Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

- Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

Página 438
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 21
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

- Promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psíquico, moral e social, incentivando a criatividade, a autonomia, as relações de respeito e de solidariedade a partir dos valores humanos, completando assim, a ação da família;

- Contribuir para o desenvolvimento das relações interpessoais de ser e de estar com os outros em uma atividade básica de aceitação, de respeito e de confiança, no exercício da cidadania;

- Manter os alunos da educação infantil no programa de transporte escolar, respeitando critérios estabelecidos na legislação vigente;

- Dispor equipe pedagógica e técnicos de apoio (psicopedagoga, psicóloga, fonoaudióloga) para assessoramento, suporte e orientações nas escolas.

Página 439
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 22
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100054

5.2 ENSINO FUNDAMENTAL:

5.2.1 Diagnóstico:

De acordo com a Constituição Brasileira, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito. O art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, constituem meios para o desenvolvimento, da escrita e do cálculo, constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

A existência de crianças fora da escola e as taxas de analfabetismo estão estreitamente associadas, assim como a evasão escolar também é fator de exclusão social.

Na maioria das situações, o fato de ainda haver crianças fora da escola não tem como causa determinante o déficit de vagas, está relacionado à precariedade do ensino e às condições de exclusão e marginalidade social em que vivem segmentos da população brasileira. Não basta abrir vagas, será necessário programas paralelos de assistência a famílias as quais serão fundamentais para o acesso à escola e a permanência nela.

Diante do contexto que se apresenta, é importante que se promovam ações para uma perspectiva humanizadora e cidadã, que a escola busque além de erradicar completamente o analfabetismo, a possibilidade de que todos os alunos, crianças, jovens ou adultos, possam gozar de seus direitos ao participarem ativamente da sociedade em que estão inseridos.

O Município de Sertão Santana possui 4 (quatro) escolas de ensino fundamental, 2(duas) de 1º ao 9º ano, sendo que uma delas oferece a modalidade EJA(Educação de Jovens e Adultos) e 2 (duas) de 1º ao 5º ano. Todas as escolas da Rede Municipal de Ensino localizam-se na Zona Rural e possuem transporte escolar gratuito atingindo 100% dos alunos. Na Rede Estadual a escola localiza-se na Zona Urbana com transporte gratuito aos alunos que necessitam do mesmo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

É oferecido também, boa estrutura na maioria das escolas como, salas de aula, biblioteca, quadras de esportes, cozinha, sala de TV e refeitório com previsão de ampliação para as que ainda não possuem. Todas as escolas possuem recursos áudios-visuais, material pedagógico e móveis adequados as necessidades dos alunos. A alimentação escolar é diversificada e orientada por uma nutricionista, os alunos recebem apoio pedagógico, psicológico e fonoaudiológico, sempre que houver vagas e os mesmos necessitarem.

Nos próximos anos além do que é oferecido, o município pretende montar laboratório de informática para atender 100% dos alunos do Ensino Fundamental, incluindo-os na era da informática.

Com isso, pretendemos a formação de um Homem que pense, analise, reflita, critique, haja. Uma escola que se caracterize de forma democrática, aberta e participativa proporcionando uma educação comunitária, onde pais, alunos, professores e comunidade em geral se integrem junto à escola, numa proposta pedagógica voltada as necessidades daquela clientela e realidade.

Neste contexto, cabe a Secretaria Municipal de Educação, além de garantir a existência de uma linha filosófico-pedagógica, oferecer transporte escolar, alimentação escolar, professores qualificados e formação continuada para os mesmos e remunerados adequadamente, escolas em boas condições, material didático e pedagógico, proporcionando um ensino de qualidade.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL/2015

SERTÃO SANTANA-RS

MUNICIPAL	**Escola Municipal de Ensino Fundamental Ruy Ramos**
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Papke Sobrinho
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Breno Feiden
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Capitão Garcia
ESTADUAL	**Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco**

Página 441
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 24
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

5.2.2 Diretrizes:

As diretrizes norteadoras do ensino fundamental estão inseridas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

Nos cinco primeiros anos de vigência deste plano, o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade até a conclusão.

Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo com procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar.

Reforçando-se o projeto político pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar, surgem os Conselhos Escolares, que deverão orientar-se por princípio democrático da participação. A gestão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos neste plano, deverá envolver comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação.

A atualidade do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar esse novo mundo que se desenha.

As novas concepções pedagógicas, embasadas na ciência da educação sinalizaram a reforma curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que surgiram como importante proposta e eficiente orientação para os professores. Os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população. Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, ECA, Estatuto do Idoso, Educação Fiscal, Educação Sexual, Etnias, Educação para o Trânsito, Ensino da história e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Página 442
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 25
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Deve-se assegurar a melhoria da infraestrutura física das escolas, generalizando as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos.

É preciso avançar mais nos programas de formação e qualificação de professores. A oferta de cursos para a habilitação de todos os profissionais do magistério deverá ser um compromisso das instituições de educação superior e sistemas de ensino.

Página 443
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 26
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 444
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 27
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

5.2.3 Metas e estratégias:

Meta 2- Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14(quatorze) anos garantindo que a grande maioria desta clientela de alunos concluam essa etapa na idade recomendada até ao final deste plano.

- Criar mecanismos para o acompanhamento individual do desempenho escolar de cada estudante dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em sua respectiva escola e/ou em instituição que desenvolva suas aprendizagens e habilidades;

- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

- Adequar os Regimentos Escolares, os Projetos Político Pedagógicos e os Planos de Estudos para o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos, com início aos seis anos, segundo legislação vigente;

- Operacionalizar um currículo que contemple a transdisciplinaridade, trabalhando as diferenças étnico-culturais, os temas transversais emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, bem como as características locais específicas;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Assegurar a autonomia progressiva das escolas, tanto no que diz respeito ao projeto político pedagógico, como em termos de recursos financeiros públicos suficientes para a manutenção do cotidiano escolar;

- Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção a infância, adolescência e juventude;

- Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

- Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, através de reuniões, palestras, projetos escolares e outras atividades do meio educacional;

- Oportunizar ao corpo docente encontros periódicos na escola para reuniões e formações, visando articular as ações e atividades peculiares da mesma;

- Valorizar a participação da comunidade na gestão, manutenção física e melhoria do funcionamento das escolas, incentivando o trabalho voluntário, sem eximir o Poder Público das suas obrigações constitucionais;

- Construir e manter junto às escolas municipais quadras esportivas e promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

Página 445
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 28
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Manter transporte escolar para os alunos, através da colaboração financeira entre a União, Estado e Município, de forma a garantir a escolarização dos alunos;

- Dotar as escolas, gradualmente, de profissionais que oferecem suporte pedagógico às atividades dos docentes, cumprindo funções de direção, orientação, coordenação e planejamento da ação educativa, realização de visitas e efetivo exercício diário nas escolas para orientar o trabalho do professor e acompanhar o rendimento do aluno;

- Manter e ampliar, em regime de colaboração e, respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando a expansão e a melhoria na rede de ensino;

- Apoio a Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco, através de convênios;

- Prestar assistência pedagógica com profissionais habilitados às crianças e adolescentes com necessidades especiais e baixo rendimento escolar.

Meta 3 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental, respeitando seu desenvolvimento cognitivo e habilidades para este propósito.

- Aprimorar novas estruturas de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

Página 446
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 29
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Incentivar a utilização de avaliação formativa e processual como estratégia de acompanhamento do desempenho do aluno e aprimoramento do trabalho pedagógico, buscando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

- Oportunizar aos docentes e profissionais da educação acesso a cursos e formação continuada, visando aprofundamento de estudos e o atendimento das demandas decorrentes do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula;

- Dar condições de alfabetização às pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades com suporte pedagógico necessário.

Página 447
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 30
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 448
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 31
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Meta 4 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, se houver durante este período condições de pessoal, verbas públicas e estrutura física.

- Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

- Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com estrutura e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral;

- Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, respeitando as normas de acessibilidade, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

- Proporcionar a integração da escola com diferentes espaços educativos, culturais e esportivos;

- Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17(dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

- Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

- Buscar parcerias junto a instituições (universidades, cursos de formação e outros), qualificação de profissionais que atuarão nos espaços educativos do turno integral.

5.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

5.3.1 Diagnóstico:

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo. Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. O déficit do atendimento no ensino fundamental resultou, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o país: atinge 14,9 Milhões de brasileiros maiores de 15 anos. O analfabetismo está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola.

Para enfrentar a realidade consubstanciada nos dados a na avaliação das instituições envolvidas, será necessário expandir quantitativa e qualitativamente a oferta de alfabetização e de continuidade de estudos pós-alfabetização em cada região do Estado, garantindo-se adequada a formação continuada aos profissionais que atuam no setor, desde os assessores das Coordenadorias Regionais de

Página 449
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 32
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Educação e Secretarias Municipais de Educação, bem como os gestores e docentes.

A Educação de Jovens e Adultos foi instituída na Rede Municipal de Ensino no turno da noite em uma escola do Município, com o propósito de oportunizar a formação do alunado no ensino fundamental. Também é oferecido transporte gratuito a todos os alunos que quiserem concluir o Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Além dos munícipes que estudam são oferecidas vagas a alunos dos municípios vizinhos que queiram concluir o Ensino Fundamental.

Na Educação de Jovens e Adultos cada série é concluída em um semestre, assim, se o aluno atinge as metas de avaliação estará com o Ensino Fundamental concluído em dois anos.

5.3.2 Diretrizes:

As profundas transformações que vem ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização, tem implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidade e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre, e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma transformação equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental.

De acordo com a Carta Magna (art. 208, I), a modalidade de ensino "educação de jovens e adultos", no nível fundamental deve ser oferecida

Página 450
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 33
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

gratuitamente pelo Estado a todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria. Trata-se de um direito público subjetivo (CF, art. 208, § 1º). Por isso, compete aos poderes públicos disponibilizar os recursos para atender a essa educação.

Embora o financiamento das ações pelos poderes públicos seja decisivo na formulação e condução de estratégias necessárias para enfrentar o problema do déficit educacional, é importante ressaltar que, sem uma efetiva contribuição da sociedade civil, dificilmente o analfabetismo será erradicado e, muito menos, lograr-se-á universalizar uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental. As Universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil em geral devem ser agentes dessa ampla mobilização. Dada a importância de criar oportunidades de convivência com um ambiente cultural enriquecedor, há que se buscarem parcerias com os departamentos culturais públicos, tais como museus, bibliotecas, cinemas e teatros. Assim, as metas que se seguem, imprescindíveis à construção da cidadania no País, requerem um esforço nacional, com responsabilidade partilhada entre a União, os Estados e o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade organizada.

Página 451
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 34
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Meta 5: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano, oferecendo para a população do Município escolaridade de acordo com suas peculiaridades étnicas e sociais.

- Incentivar e apoiar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem de idade-série;

- Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado, reforço turno inverso e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

- Incentivar e apoiar o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência e buscando contribuir para a solução dos mesmos na rede pública regular de ensino;

- Promover a busca ativa de jovens e adultos fora da escola (palestras, visitas, oficinas), em parceria com as áreas de assistência social e saúde (maior presença em visitas domiciliares).

Meta 6: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais dentro das possibilidades e condições de aprendizagem dos alunos, reduzindo o analfabetismo absoluto e funcional até o final da vigência deste plano.

Página 452
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 35
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

- Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental incompleto, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

- Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem;

- Promover chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade;

- Assegurar, a oferta de cursos equivalentes aos quatro anos finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais.

Meta 7: Proporcionar acesso as matrículas de Educação de jovens e adultos na forma integrada à Educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

- Instituir, em regime de colaboração, programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

- Incentivar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

Página 453
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 36
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações (oficinas) entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania, de forma há organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

- Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos;

- Institucionalizar, em regime de colaboração, programa de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados a expansão e melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos;

- Implementar, em regime de colaboração, programa de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos.

5.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL:

5.4.1 Diagnóstico:

A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões – o direito à educação, comum a todas as pessoas e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas “regulares”.

A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população tem necessidades especiais. Estas podem ser de diversas ordens: visuais, auditivas,

Página 454
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 37
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 455
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 38
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades.

A Constituição Federal estabelece direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino.

A Educação Especial é oferecida de forma fragmentada até o momento, nas escolas do município onde os alunos estão inclusos na sala de aula regular, porém faltam alguns requisitos para se realizar na sua integralidade, pois faltam recursos didáticos especializados, professores habilitados e especialistas para acompanhamento dos alunos. Também é oferecida a Educação Especial na APAE a qual atende alunos com necessidades especiais e possui professores com curso de extensão na área, psicopedagoga clínica, psicóloga, fonoaudióloga e professor para as atividades físicas, a qual conta com apoio da Prefeitura Municipal e Comunidade em geral.

Na educação Especial o Município buscará nos próximos anos ampliar e especializar profissionais adaptando recursos pedagógicos e instalações prediais se necessário.

A Educação Especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que a escola esteja preparada para atuar na educação especial. O atendimento deve começar precocemente, como forma preventiva, detectando-se as deficiências, já na educação infantil, para evitar possíveis comprometimentos para a atividade.

5.4.2 Diretrizes:

A Educação Especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originados quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional, fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas apesar desse longo período tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, de modo que todas as crianças com necessidades

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

especiais sejam atendidas em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais.

A educação especial, como modalidade de educação escolar terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino.

A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante.

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças.

Requer-se um esforço determinado das autoridades educacionais para valorizar a permanência dos alunos nas classes regulares, eliminando a nociva prática de encaminhamento para classes especiais daqueles que apresentam dificuldades comuns de aprendizagem, problemas de dispersão, de atenção ou disciplina. A esses deve ser dado maior apoio pedagógico nas suas próprias classes, e não separá-los como se precisassem de atendimento especial.

A legislação, no entanto, é sábia em determinar preferência para essa modalidade de atendimento educacional, ressalvando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento. As políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial. Todas as possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade.

Meta 8- Oportunizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso á educação básica, preferencialmente na rede regular, observando sempre oferecer recursos para seu desenvolvimento integral, utilizando estruturas físicas, tecnologias e serviços especializados públicos ou conveniados.

- Informar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação

Página 456
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 39
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar;

- Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- Implantar, ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas e construção de uma escola centralizada;

- Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

- Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagógica e psicológica, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

- Participar de programas e projetos que visem acessibilidade nas escolas públicas mediante adequação arquitetônica, oferta de transporte,

Página 457
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 40
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

disponibilização de material didático, recursos de tecnologia assistida, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos- cegos;

- Garantir a oferta inclusiva e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola, de maneira a garantir a ampliação e a qualidade do atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais na rede pública regular de ensino;

- Promover a articulação Inter setorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados á continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior á faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

- Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias- intérpretes para surdos- cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

- Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.

Página 458
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 41
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 459
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 42
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

5.5 ENSINO MÉDIO:

5.5.1 Diagnóstico:

Existe apenas 01 escola de nível médio no Município, sendo ela Estadual, atende os alunos do município e de cidades vizinhas. Do ano de 1992 até o ano de 2015, houve um crescente número de matrículas devido ao transporte tornar-se gratuito a toda rede de ensino Médio Estadual, que é mantido pela Prefeitura Municipal conveniada com o Governo Estadual.

Assim, houve inviabilidade de comportar todas as turmas no turno da noite, horário que é oferecido o Ensino Médio, sendo criadas turmas no turno da tarde.

Desta forma a Prefeitura Municipal de Sertão Santana, através da Secretaria Municipal de Educação, trabalha em parceria com a Escola Estadual, não só oferecendo transporte, mas nos eventos realizados, como: cursos de formação de professores e demais atividades realizadas pela secretaria.

5.5.2 Diretrizes:

A Constituição Federal (Art 208) tem como dever do Estado a garantia da Progressiva Universalização do Ensino Médio gratuito. Este dever do Estado vem trazer oportunidade a muitos jovens a realizarem seus estudos bem como os desafios da modernidade. O ensino deverá proporcionar as aquisições de competências relacionadas ao exercício da cidadania.

O Ensino Médio deverá ser entendido como uma proposta de Educação que propicie aprendizagem de competências de caráter geral, que forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, que sejam mais autônomas em suas escolhas e que respeitem as diferenças.

Rede Estadual de Ensino Médio/Janeiro 2015

Turno	Número de alunos	Total de alunos
Tarde	149	149
Noite	124	124

Fonte: E.E.E.M.COMENDADOR EDUARDO SECCO

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 460
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 43
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

5.5.3 Estratégicas e Metas:

Meta 9 – Oportunizar condições para a universalização do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos visando o aumento da taxa líquida de matrículas no ensino médio nesta faixa etária.

- Incentivar a criação de propostas na expansão das escolas e/ou cursos de nível médio, que atendam às necessidades da comunidade;

- Auxiliar na criação de mecanismos para incentivar a participação da comunidade, manutenção e funcionamento da escola de nível médio;

- Estabelecer parceria oferecendo encontros entre escolas Municipais e Escola Estadual para o crescimento educacional no Município;

- Favorecer acesso ao Ensino Médio oferecendo transporte gratuito;

- Oferecer espaço público direcionado à pesquisa virtual restrita a fins educativos.

Meta 10: Colaborar para que as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio tenham gradual crescimento com qualidade de oferta e expansão no segmento público.

- Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

- Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 461
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 44
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

- Estimular o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional, de acordo com as necessidades e interesses dos povos indígenas;

- Incentivar o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.

5.6 ENSINO SUPERIOR:

5.6.1 Diagnóstico da Educação Superior:

No município de Sertão Santana disponibiliza transporte e passagens para os estudantes terem oportunidade de acesso e cursar a educação superior em instituições como FUNDASUL e UNIASSELVI, em Camaquã e Porto Alegre, ULBRA Guaíba, ULBRA Canoas, UNISINOS São Leopoldo, LA SALLE em Canoas e UNIFIN e PUC em Porto Alegre.

Desta forma procura-se dar não somente oportunidade de acesso as Universidades e Faculdades, mas valorizar que alunos concluam os cursos superiores escolhidos para que de alguma forma sejam conhecedores de conhecimento e que futuramente, venham contribuir para o desenvolvimento municipal e regional.

5.6.2 Diretrizes

A Educação Superior nos dias de hoje tem caráter relevante para a produção de conhecimentos nas diversas áreas do saber e de formação profissional, cabendo ao poder público contribuir dentro das suas atribuições legais para esta formação.

Cabe ao Governo Estadual e Federal estabelecerem políticas de articulação entre as Universidades buscando beneficiar a população por meio das ações e de apoio e de parcerias com as instituições.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 462
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 45
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Meta 11: Proporcionar estratégias que elevam a taxa bruta de matrícula na educação superior na faixa etária da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, otimizando junto aos orgãos competentes, qualidade, oferta e expansão de vagas.

- Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

- Favorecer acesso ao Ensino Superior oferecendo transporte gratuito e subsidio em passagens (50%);

Meta 12: Articular junto a órgãos competentes elevar a qualidade da Educação Superior.

- Participar em Congressos de Educação Superior expondo opiniões para que se eleve a qualidade do ensino, através de formação adequada dos docentes;

- Fomentar a formação de consórcios entre as universidades públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 13: Buscar junto às instituições que oferecem matrículas de pós-graduação, parceria para formação e qualificação de profissionais da Educação.

- Articular parcerias com instituições, com intuito de mobilizar formações Regional e Municipal;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Oferecer deslocamento até as instituições de ensino que ofereçam esta etapa de formação;

- Firmar convênios com Universidades, para fortalecer oferecimento de curso de formação continuada em ensino superior, visando qualificar o quadro profissional.

Página
463
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
46
Peça
3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100054

6 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

6.1 – DIAGNÓSTICO:

A qualificação de pessoal docente é um dos maiores desafios colocados ao Poder Público. O investimento na qualificação e na valorização do magistério é uma forma de assegurar acesso à oportunidade de exercício da cidadania bem como à melhoria da qualidade do ensino. É importante e necessário caracterizar o papel dos profissionais do magistério na comunidade escolar, propiciar condições adequadas de trabalho e fortalecer o comprometimento dos professores com sua função social.

Implica, simultaneamente, a formação profissional inicial, as condições de trabalho, salário, carreira e a formação continuada.

Como estratégia para que essa valorização ocorra, é importante promover a adequação do Plano de Carreira do Magistério à legislação vigente de forma a garantir sua valorização e atender as demandas das políticas públicas de educação. Isso é possível através de garantia de continuidade e aperfeiçoamento das políticas de valorização do magistério, da formação continuada dos professores e servidor em serviço e da habilitação em licenciatura plena de profissionais do magistério.

A valorização também requer o atendimento das necessidades do sistema educacional, otimizando o gerenciamento de pessoal e a discussão de modo a viabilizar o financiamento da educação. A articulação entre os sistemas de ensino e as instituições de ensino superior é fundamental para atualizar, modernizar e melhorar os cursos de formação para o magistério, especialmente as licenciaturas.

A melhoria da qualidade do ensino, um dos objetivos centrais do Plano Municipal de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida ao mesmo tempo à valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas.

Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política do magistério que implica;

- A formação profissional inicial.
- As condições de trabalho, salário e carreira.
- A formação continuada.
- O plano de Carreira Municipal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Demonstrativo de Titulação dos Professores da Rede Municipal de Ensino.

TITULAÇÃO	TOTAL
Ensino Médio Curso Normal	02
Ensino Superior (em curso)	-
Ensino Superior completo	01
Pós - graduação lato sensu (em curso)	03
Pós-graduação completa	66
Mestrado (em curso)	02

Fonte – SME

6.2 DIRETRIZES:

A qualificação do pessoal docente apresenta-se como o maior dos desafios para Municípios, Estados e País. Existe a necessidade de o Poder Público dedicar-se com afinco a esse problema. A formação inicial continuada é condição e meio para o avanço científico e tecnológico na sociedade, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

Na medida em que, o Poder Público garanta condições adequadas de formação continuada, os profissionais do magistério deverão ter amplo compromisso com a aprendizagem dos alunos, respeito aos educandos e a seus direitos como cidadão em formação.

Nessa configuração, deve-se prever, sistemas de ingresso, promoção, possibilidades de afastamentos para formação continuada e avaliação do desenvolvimento dos professores.

Por outro lado é necessário que o professor domine as tecnologias de comunicação e de informação, a fim de integrá-las à prática do magistério. O acompanhamento das mudanças que passa a sociedade deve fazer parte da rotina de um profissional da educação voltado para o desenvolvimento de suas práticas, de seu ambiente e de seu município.

Na medida em que Município e professor se comprometam com a melhoria da qualidade do ensino, estabelecerão, com a sociedade, a harmonia necessária para

Página 465
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 48
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

assegurar o exercício pleno da cidadania e inserção nas atividades produtivas que permitam a elevação constante do nível de vida.

Meta 14 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n°9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

6.3 ESTRATÉGIAS:

- Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos a participação em cursos e programas de formação na área de atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem a titulação especificada no caput da presente meta;

- Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

- Desenvolver ações estratégicas no âmbito da política de formação de professores(s), a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da diversidade na construção histórica cultural do Município;

Meta 15: Formar, em nível de pós – graduação, 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Página 466
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 49
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 467
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 50
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

- Consolidar sistema nacional de formação de professores, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação dos cursos;

- Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar;

- Prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação do Município, licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação stricto sensu.

Meta 16: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME, de acordo com PNE.

- Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial profissional e/os profissionais do magistério.

Meta 17: Elaborar plano de carreira para os profissionais de Educação Básica tornando como referência o Piso Salarial Nacional, definido em Lei Federal, nos termos do Inciso VII do art. 206 da Constituição Federal e definições amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

- Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

- Construir para o profissional de educação da rede pública o plano de carreira que contempla o Piso salarial Nacional, e às demais vantagens asseguradas em Lei LDB;

- Garantir, durante a vigência deste Plano, a revisão periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, contemplando níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

- Realizar concurso público de provas e títulos para suprir a falta de professores, equipe técnico-pedagógica e funcionários administrativos.

Página 468
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 51
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100054

7 FINANCIAMENTO E GESTÃO

7.1 DIAGNÓSTICO:

A fixação de um plano de metas exige uma definição de custos assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficiente, ou por meio de criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. É preciso desfazer alguns enganos. Há uma imagem equivocada de que esta fonte representa valor elevado.

A vinculação é realizada em relação às receitas resultantes de impostos, e não à totalidade dos recursos orçamentários. Os recursos de impostos não constituem sequer a totalidade dos recursos tributários. O imposto é espécie do gênero tributo.

Foi criado em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que passava ser conhecido como FUNDEF que permaneceu em vigor até 2006.

Em 19/12/2006, foi aprovado a Emenda Constitucional nº 53 que dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB e regulamentada pela medida provisória 339 de 28/12/2006, e passou a vigorar a partir de 01/01/2007.

Além de promover a equidade, o FUNDEB é instrumento de uma política que induz várias outras transformações: os recursos serão repassados automaticamente aos Municípios, em contas especificas; sua aplicação será estendida aos alunos do ensino infantil, pré-escolar, ensino fundamental, educação especial, ensino médio e educação de jovens e adultos, a aplicação do mesmo é destinada a manutenção e desenvolvimento da educação básica, conforme artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo 60% dedicado à remuneração condigna dos trabalhadores da Educação Básica em efetivo exercício da rede pública.

Os núcleos da proposta do FUNDEB são: o estabelecimento de um valor mínimo por aluno a ser despendido anualmente a redistribuição dos recursos do fundo, segundo o número de matrículas e a subvinculação de 60% de seu valor para

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

o pagamento de profissionais da educação em efetivo exercício. Se o fundo, no âmbito de determinado Estado não atingir o valor mínimo, a União efetua a complementação.

As contas do FUNDEB deverão ter parecer do Conselho Municipal do FUNDEB até 30 dias antes do prazo de entrega das mesmas ao tribunal de Contas Jurisdicionado; as transferências de recursos para os municípios serão feitas considerando o valor per capita e levarão em conta diferenças entre etapas, modalidades, tipos de estabelecimento de educação básica, tais como: creche, pré-escola, séries iniciais e finais do ensino fundamental urbano e rural, ensino fundamental em tempo integral, educação especial, educação indígena e quilombola, educação de jovens e adultos com avaliação no processo.

Com a apresentação de novos planos de carreira com exigências de habilitação, deflagra-se um processo de profissionalização da carreira;

A fixação de um critério objetivo do número de matrículas e a natureza contábil do fundo permitirá colocar os recursos onde estão os alunos e eliminar práticas clientelísticas;

O financiamento da Educação é um requisito para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A primeira diretriz básica para o financiamento da educação emerge da vinculação constitucional de recursos à manutenção do desenvolvimento do ensino.

7.2 DIRETRIZES:

Ao tratar do financiamento da Educação, é preciso reconhecê-la como um valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania, desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida da população. A Constituição de 1988, sintonizada com os valores Jurídicos que emanam dos documentos que incorporam as conquistas de nossa época – tais como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, determinou que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser assegurada com absoluta prioridade à criança e ao

Página 470
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 53
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

adolescente, pela família, pelo Estado e pela sociedade. Embora a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a econômica, o fundamento da obrigação do Poder Público de financiá-la é o fato de construir um direito.

Com o período de execução FUNDEF e agora o FUNDEB, inaugurou-se importante diretriz de financiamento: a alocação de recursos segundo as necessidades e compromissos de cada sistema, expressas pelo número de matrículas. Desta forma, houve o estímulo para a universalização do ensino. O dinheiro foi aplicado na atividade-fim: recebe mais quem tem rede, quem tem alunos. Dá-se um enfoque positivo ao financiamento da Educação.

Para que seja possível o planejamento educacional, é importante implantar sistemas de informação, com o aprimoramento da base de dados educacionais do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticos sobre a educação nacional. Desta maneira, poder-se-á consolidar um sistema de avaliação – indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas em matéria de educação. A adoção de ambos os sistemas requer a formação de recursos humanos qualificados e a informatização dos serviços, inicialmente nas secretarias, mas com o objetivo de conectá-las em rede com suas escolas e com o MEC.

Deve-se promover a efetiva desburocratização e descentralização da gestão nas dimensões pedagógica, administrativa e de gestão financeira, devendo as unidades escolares contar com repasse direto de recursos para desenvolver o essencial de sua proposta pedagógica e para despesas de seu cotidiano.

Finalmente, no exercício de sua autonomia, cada sistema de ensino há de implantar gestão democrática. Em nível de gestão de sistema na forma de Conselhos de Educação que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; em nível das unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares de que participe a comunidade educacional e formas de escolha da direção escolar que associem a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares e a representatividade e liderança dos gestores escolares.

Página 471
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 54
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Meta 18 - Promover a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, criando mecanismos que busquem atingir as metas previstas para o IDEB no prazo deste plano.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

- Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

- Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

- Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios, de acordo com PNE;

- Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Página 472
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 55
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Meta 19 – Estabelecer condições, nos prazos vigentes para que a gestão democrática se constitua de fato, com critérios técnicos de mérito e desempenho, com a participação da comunidade escolar, esperando recursos e apoio da União.

- Implementar mecanismos de fiscalização e controle dos recursos que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do Ensino;

- Promover a autonomia financeira das escolas mediante repasses de recursos, diretamente aos estabelecimentos, conforme legislação vigente;

- Promover a formação e a participação da comunidade na gestão das escolas, incentivando, e apoiando técnica e financeiramente os conselhos escolares e órgãos equivalentes;

- Apoiar e acompanhar técnica, pedagógica e financeiramente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica;

- Realizar a formação continuada em serviço do pessoal técnico e das equipes diretivas das escolas para suprir as necessidades de capacitação dos setores de atuação;

- Desenvolver, em parceria com o Conselho Municipal de Educação e instituições de educação superior, programas e ações de capacitação dos membros dos Conselhos Escolares;

- Manter transparência e publicação em relação à destinação dos recursos, garantindo um dos pressupostos da gestão democrática.

Página 473
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 56
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Meta 20: Ampliar e investir em Educação pública de forma a atingir os percentuais exigidos, conforme as leis vigentes para que se cumpra este plano.

- Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentável para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do **art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias** e do **§ 1 ° do art. 75 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

- Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário- educação;

- Desenvolver, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.

Página 474
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 57
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 58

Peça 3748800

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100054

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Um plano tem que prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe deem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e diversas circunstâncias em que se desenvolverá.

Considera-se muito importante a participação de entidades da comunidade educacional, dos trabalhadores da educação, dos estudantes e dos pais reunidos em suas entidades representativas.

É necessário que algumas entidades da sociedade civil diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da Avaliação do Plano Municipal de Educação. O art. 227 § 7º da Constituição Federal determina que no atendimento dos direitos da criança e do adolescente seja levado em conta o disposto no art. 204, que estabelece a diretriz de participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Além da ação direta dessas organizações há que se contar com a atuação dos Conselhos Governamentais com representação da sociedade civil como o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização do magistério (FUNDEB) deverá ter igualmente, co-responsabilidade na boa condução deste plano.

Os objetivos e as metas deste plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido como Plano de Município, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. O acompanhamento e avaliação das instituições governamentais e cobrança das metas propostas, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança, no panorama do desenvolvimento, da inclusão social, da produção científica e tecnológica. Sua efetivação depende do esforço integrado e compartilhado entre todas as esferas e agentes do processo educativo, incluindo escolas, dirigentes escolares, professores, alunos, famílias e a sociedade como um todo. Se cada uma dessas instâncias e segmentos fizer a sua parte, com certeza, poderemos atingir as diretrizes e metas propostas no Plano Municipal de Educação, tornando-o uma realidade.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

CONCLUSÃO

A elaboração do Plano Municipal de Educação constituiu importante etapa de uma proposta que visará datar a Rede de Ensino de um conjunto de Diretrizes e Metas de forma de orientar e balizar a Política Educacional do Município nos próximos dez anos.

O plano definiu as prioridades municipais para a educação, fez diagnóstico dos níveis e modalidades de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação, assim como fez um breve relato das características gerais da comunidade sertanense.

A efetivação do Plano Municipal de Educação depende do esforço integrado e compartilhado entre todos os agentes do processo educativo, incluindo as escolas, os dirigentes escolares, os professores, os alunos, as famílias e a sociedade como um todo. Se cada um desses segmentos fizer sua parte, com certeza poderemos atingir as diretrizes e metas propostas.

Ninguém é capaz de avaliar algo precioso se não conhecer o seu valor e não souber aproveitá-lo para si e para os outros.

São Vicente Palloti

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Prefeito: Sergio Teifke

Vice-prefeito: Ivano Olavo Naiber

Comissão organizadora do PME do Município de Sertão Santana/RS

Representantes da Equipe da SMEC:

- Dulce Maria Woiczkowski;
- Anelise Kologeski.

Representantes do CME:

- Fernanda Ruszkowski;
- Lélia Elivone Papke de Oliveira Sander.

Representantes da Rede de Ensino da Educação Infantil:

- Jane Maria Klohs;
- Rejane Matzenbacher.

Representantes de Ensino Fundamental:

- Lisiane Marcia Michaelsen;
- Carla Rosani Bombardelli da Silva.

Representantes da Educação de Jovens e Adultos:

- Rosiani Schranck;
- Jackson Andrade de Matos.

Representantes do Ensino Médio:

- Luziane Corvello Schwalbe;
- Catiane Chiristmann Schmidt.

Representantes da Educação Especial:

- Aline Bischoff Laux;
- Cátia Regina Viegel Pinzon.

Página 477
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 60
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Representantes do Ensino Superior:

- Camila Vencato de Souza Semensatto;
- Sonia Regina Matzembacker.

Representantes do Sindicato Público Municipal de Sertão Santana:

- Catiele Malessa;
- Roseli de Deus Vasques.

Representantes da Câmara Municipal:

- Alexandro Kologeski;
- Andressa Birke.

Página 478
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 61
Peça 3748800
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100054

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1D0.14DA.C808.775D.D5AA.

Página 479
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748838
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010007A

LEI Nº1.391, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E., e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Observada a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei 9.394, de 1996 e demais normativas pertinentes a educação escolar, fica criado o **Conselho Municipal de Educação de Sertão Santana**, como órgão colegiado, integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo, com funções consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa, normativa e fiscalizadora em relação a assuntos referentes ao Sistema Municipal de Ensino.

Parágrafo único - O CME fica vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º As atividades do Conselho serão regulamentadas pelo Regimento Interno.

Parágrafo único. O regimento interno será elaborado ou revisado pelo Conselho, devendo ser aprovado através de parecer por dois terços dos conselheiros titulares.

Art. 3° O Conselho Municipal de Educação é constituído por 11 membros titulares, representantes da sociedade civil e do Poder Público, indicados pelos seus respectivos segmentos e, posteriormente, nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo único: Os membros do Conselho ficam distribuídos da seguinte forma:

I - 1 representante da Secretaria Municipal de Educação;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BE61.B434.E3E5.82DD.6050.

II - 1 representante de outra Secretaria Municipal, proveniente, preferencialmente, das Secretarias de Administração, Planejamento ou Finanças;

III - 2 representantes dos professores ou profissionais de apoio pedagógicos da rede pública municipal, assim entendidos aqueles definidos pelos arts. 62 e 64 da Lei 9.394/96;

IV - 2 representantes dos Diretores e/ou Vice-diretores de Escola da rede municipal;

V - 1 representante da Escola Estadual;

VI - 1 representante dos Conselhos Escolares Municipais;

VII - 2 representantes dos de pais de alunos, escolhidos pelas associações de pais e mestres, se existirem;

VIII - 1 representante das associações de moradores;

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Educação serão escolhidos preferencialmente entre pessoas de reconhecida formação pedagógica ou cultural, sendo que cada entidade, indicará um titular e seu respectivo suplente, que serão nomeados por decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. No momento da escolha dos Conselheiros, deve também ser indicado um suplente para cada titular.

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação terá a duração de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução por igual período, nos termos e proporção definidos no *caput* do art. 6º

§1º O conselheiro poderá ser substituído por decisão da maioria do segmento que representa em assembleia ou reunião, pelo órgão ou entidade representada, sempre de forma justificada, ou, ainda, em decorrência das disposições do Regimento Interno do Conselho.

§2º Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, será nomeado o suplente, que completará o mandato do anterior.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BE61.B434.E3E5.82DD.6050.

§3º Não havendo suplente disponível, o respectivo segmento escolherá e indicará novo representante, o qual também completará o mandato do antecessor.

Art. 6º Ao final do mandato, 5 (cinco) dos conselheiros poderão ser reconduzidos ao Conselho.

§1º A recondução se dará através de escolha realizada pelo próprio Conselho e ratificada pelo segmento, órgão ou entidade representada, em conformidade com o Regimento Interno do CME.

§2º Caso o segmento não ratifique a recondução proposta pelo Conselho, deverá indicar novo representante.

Art. 7º O CME terá uma Diretoria composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, escolhida dentre os membros que o compõem.

Art. 8º A função de Conselheiro do CME será exercida gratuitamente, constituindo prestação de serviços relevantes ao Município.

Parágrafo único. Os membros do CME que, expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal, se ausentarem do Município para comparecer a encontros relacionados com matéria da especialidade do Conselho, ou para tratar de assunto específico deste, farão jus a diárias e transporte ou ajuda de custo, na forma da Lei que assim estabelecer.

Art. 9º O CME será dividido em tantas comissões quantas forem necessárias ao estudo e à deliberação sobre assuntos pertinentes ao ensino.

Parágrafo único. O CME realizará reuniões conforme estabelecido no Regimento Interno.

Art. 10. Ao CME compete:

I - participar do processo de definição de políticas e diretrizes municipais de educação, promovendo a colaboração entre o Sistema Municipal de Ensino- SME e os demais Sistemas que possuam instituições de ensino no município;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BE61.B434.E3E5.82DD.6050.

II -- participar na discussão do plano de educação para o âmbito do município;

III - acompanhamento, controle e avaliação de planos, programas e projetos em nível municipal;

IV - promover a participação da sociedade civil no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;

V - zelar pela qualidade pedagógica e social da educação no SME;

VI - zelar pelo cumprimento da legislação vigente, no SME;

VII - elaboração de normas complementares para o sistema municipal de ensino;

VIII - emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre assuntos do Sistema Municipal de Educação, em especial, sobre autorização de funcionamento de cursos, credenciamento e supervisão de estabelecimentos de ensino públicos e privados de seu sistema;

IX - manter intercâmbio com os demais Sistemas de Educação dos municípios e do Estado;

X - participação na elaboração do orçamento municipal relativo à educação;

XI - acompanhamento e controle da aplicação dos recursos públicos destinados à educação;

XII - deliberação sobre a criação, autorização e credenciamento de novas escolas, séries e cursos a serem mantidos pelo município;

XIII - autorização, credenciamento e inspeção de instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, bem como os respectivos cursos, séries a serem desenvolvidos;

XIV - manifestação prévia sobre acordos, convênios e similares a serem celebrados pelo Poder Público Municipal com as demais instâncias governamentais ou do setor privado;

XV - avaliação da realidade educacional do município e proposição de medidas aos Poderes Públicos para a melhoria do fluxo e do rendimento escolar;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BE61.B434.E3E5.82DD.6050.

XVI - proposição de medidas e programas para titular, capacitar, atualizar e aperfeiçoar professores;

XVII - fiscalização do Sistema Municipal de Ensino - SME e do conjunto de escolas que integram o SME;

XVIII - aprovação de relatório anual da Secretaria Municipal de Educação, que incluirá os dados sobre a execução financeira;

XIX - emissão de pareceres sobre assuntos educacionais e questões de natureza pedagógica que lhe forem submetidas pelo Executivo ou Legislativo Municipal e por entidades de âmbito municipal;

XX - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação, representando junto às autoridades competentes, quando for o caso;

XXI - elaborar o seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;

XXII - acompanhar o recenseamento e a matrícula da população em idade escolar para a educação infantil e ensino fundamental, em todas as suas modalidades;

XXIII - mobilizar a sociedade civil e o Estado para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, no sistema regular de ensino;

XXIV - dar publicidade quanto aos atos do Conselho Municipal de Educação;

XXV - mobilizar a sociedade civil e o Estado para a garantia da gestão democrática nos órgãos e instituições públicas do SME;

XXVI - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito do município, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB.

XXVII - outras que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 11. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria da Educação garantirá infraestrutura e condições logísticas adequadas à execução plena das

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BE61.B434.E3E5.82DD.6050.

competências do Conselho e oferecerá ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo Conselho.

Art. 12. Fica revogada a Lei n° 249/97, de 26 de novembro de 1997.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 1º de novembro de 2016.

IVANO OLAVO NAIBERT
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Nelson Ricardo Storck
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BE61.B434.E3E5.82DD.6050.

Página
485
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748840
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P010007C

Resolução CMESS nº 07, de 20 de agosto de 2018.

Define Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino da História e Cultura africana, Afro-brasileira e Indígena , nas instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sertão Santana.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERTÃO SANTANA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n°. 1391/2016, que reestruturou o Conselho Municipal de Educação e lei nº 1383/2016 que criou o Sistema Municipal de Ensino , a Constituição Federal, nas Leis Federais n° 9.394/96, n° 10.639/03, n° 11.645/08, , na Resolução CNE/CEB n° 01/04 e Resolução nº 297 do CEED/RS.

RESOLVE:

Art. 1°- Orientar a regulamentação da Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2°- A Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena terá como objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes interagir e de assegurar objetivos comuns que garantam a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidades, na busca da consolidação da democracia brasileira, corrigindo posturas e atitudes que impliquem desrespeito e discriminação.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DC62.095C.0256.38C8.E449.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748840

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010007C

Art. 3°- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena serão ministrados no âmbito de **todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (Lei nº 11.645, de 2008.)

Art. 4º - O ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena deve integrar todos os níveis e modalidades de ensino.

Art. 5°- No ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, a Educação das Relações Étnico-Raciais deverá ser desenvolvida no cotidiano das Unidades Escolares, a fim de:

I-agir, assumindo responsabilidades por Relações Étnico- Raciais que valorizem e respeitem as diferenças;

II – divulgar a importância dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da Nação brasileira;

III – promover a participação de diferentes grupos étnico-raciais na elaboração e vivência de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade étnico-racial, sob a coordenação dos professores, na Unidade Escolar em que se inserem.

Art. 6°- As Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino deverão contemplar, em seu Projeto Político-Pedagógico:

I – conteúdos, conceitos, atitudes e valores a serem desenvolvidos na Educação das Relações Étnico-Raciais e no estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;

II – estudos, mapeamento e análise de indicadores, bem como atividades que possibilitem o reconhecimento da importância da diversidade, para a construção de relações étnico-raciais democráticas;

III – estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos professores e estudantes, valorizando aprendizagens significativas vinculadas às relações étnico-raciais;

IV – práticas pedagógicas de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação de africanos e indígenas e seus descendentes na história mundial, do Brasil e regional;

V- A temática deverá ser abordada durante todo o ano letivo e os registros das ações deverão ficar **arquivados anualmente nas escolas.**

Art. 7° -Para assegurar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, o Sistema Municipal de Ensino, através das entidades mantenedoras, deverá garantir às unidades escolares:

I – condições materiais e financeiras, assim como de acervo documental referente à legislação educacional específica, material bibliográfico e didático necessários;

II – formação continuada para profissionais de educação, com vistas à efetivação das práticas pedagógicas referidas nesta Resolução.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DC62.095C.0256.38C8.E449.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748840

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010007C

III-aquisição gradativa de livros sobre a matéria em questão a fim de dotar os estabelecimentos de ensino de um acervo que possibilite a consulta, a pesquisa, a leitura e o estudo por parte dos alunos, professores, demais servidores e comunidade.

Art. 8º- Qualificar os educadores na temática afro-brasileira e africana, promovendo cursos, seminários, oficinas, intercâmbios e outras modalidades de estudo e aperfeiçoamento, estimulando e garantindo a sua participação.

Art. 9°- O Sistema Municipal de Ensino deverá estabelecer canais de comunicação e interação com as entidades dos Movimentos e grupos culturais negros e indígenas, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas e Instituições formadoras de professores, com a finalidade de buscar subsídios e socializar experiências para o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico, Planos de Estudo e Projetos de Aprendizagem.

Art.10- Caberá às mantenedoras, orientar, apoiar e supervisionar, sistematicamente, as atividades desenvolvidas pelas instituições e escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino relativo ao cumprimento do disposto nesta resolução.

Art.11- Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sertão Santana, 20 de agosto de 2018.

Conselheiras Municipais

Aprovado por unanimidade, na sessão de 20 de agosto de 2018.

Maristani de Fátima Rangel Meyer

Presidente CMESS

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DC62.095C.0256.38C8.E449.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748841

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010007D

Camaquã/RS, 25 de Novembro de 2020.

Empresa: Prefeitura Municipal de Sertão Santana	De: SENAC Camaquã
Setor: Secretaria de Educação	Nome: Denise Sefrin
A/C Cintia	Tel.: 36710363
Tel.:	Fax: 36710363
Fax:	Cel.: 986084816
E-mail:	E-mail: dhsefrin@senacrs.com.br

PROPOSTA COMERCIAL Nº. 25/2020

O SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, por meio do SENAC Camaquã, apresenta a seguir, proposta para o desenvolvimento de programa de capacitação, com a qualidade já atestada pelas maiores empresas do estado. Com a presente proposta, esperamos atender sua necessidade, colocando-nos à disposição para os ajustes que porventura possam ser necessários.

História e Cultura Afro Brasileira

JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A missão institucional do Senac-RS consiste em desenvolver pessoas e organizações, assumindo como compromisso a qualidade da educação, orientando-se pelos princípios e valores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Projeto Político Pedagógico da instituição. Considerando que o mercado de trabalho se revela extremamente exigente quanto ao aperfeiçoamento dos profissionais da área da Educação é vital atualizar e especializar profissionais do ensino para a incorporação das temáticas relacionadas à cultura africana e afro-brasileira para o desenvolvimento do ensino escolar considerando o contexto atual de estimulo à inclusão e respeito à diversidade existente em sala de aula. Logo, possibilitar aos profissionais das mais variadas áreas sociais o conhecimento aprofundado das matrizes africanas e da cultura afro brasileira torna-se fundamental para o bom desenvolvimento das dinâmicas e didáticas de sala de aula, bem como contribui para o cumprimento dos requisitos propostos na legislação em vigor.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- A História da Cultura Afro-brasileira: origens, raças;
- A Cultura Africana e suas formas de expressão: musicalidade, religiosidade, gastronomia;
- As consequências da escravidão no Brasil: movimentos políticos, identidade negra;
- A Lei 10.639/03 e o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana

DEMAIS INFORMAÇÕES

METODOLOGIA: metodologia SENAC.

REQUISITOS DE ACESSO: indicação do contratante

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C63A.47F0.2ABA.B042.44EC.

CARGA HORÁRIA: 6 horas

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: encontro das 9h às 12h e outro das 13h30min às 16h30min

CRONOGRAMA: 16/12

PARTICIPANTES: até 80 pessoas

LOCALIZAÇÃO: de forma virtual, via Zoom, fornecido pelo contratante

RESPONSÁVEL TÉCNICO: docente Senac.

DIFERENCIAIS PARA QUEM ADQUIRE PRODUTOS COM A MARCA SENAC

- **Dispensa de Licitação:** os serviços do SENAC não necessitam de procedimentos licitatórios para sua contratação por órgãos públicos. A licitação é dispensável na "contratação de instituição nacional, sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional" (Conforme o inciso XIII, do art. 24 da Lei nº. 8.666, de 21/6/1993)
- Tecnologia própria de ensino com a garantia da marca SENAC;
- Docentes devidamente preparados, com plena atuação e atualização sobre as principais tendências do mercado de trabalho;
- Criteriosa metodologia e dinâmica de ensino, adequadas às características do curso;
- Avaliações durante o treinamento, visando medir o grau de aprendizagem e de satisfação dos alunos;
- Certificação nacionalmente reconhecida;
- Certificação ISO 9001 – 2008.

INVESTIMENTO

R$ 989,00 (novecentos e oitenta e nove reais)

Forma de Pagamento : 1 parcela

Prazo de Pagamento: mensalmente, no dia 10 de cada mês, a contar Dezembro / 2020

Validade da Proposta: 5 dias a contar da emissão desta.

Qualificação Profissional
Um investimento com retorno garantido para sua empresa!

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C63A.47F0.2ABA.B042.44EC.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748842

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010007E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 14/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 27/04/2021, às 10h e 41min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Política Municipal de Meio Ambiente	
1.1) Com relação à Política Municipal de Meio Ambiente, assinale os itens em que a questão ambiental é considerada no planejamento do município. Para cada item, indique documentos que comprovem a ação através de link ou anexando o documento, informando, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	
1.1.1) Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Assinale "Sim" caso positivo, informando o número da lei no campo equivalente.	Sim
Informe o número da lei:	1.100
1.1.1.1) No tocante à Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	lei 1100.2009 - MEIO AMBIENTE.doc (0,09MB)
Link:	
Observações:	
1.1.2) Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.2.1) No tocante ao Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Anexe documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe pelo menos um artigo ou item do documento associado que se reporte à ação no campo Observações.	-
Link:	
Observações:	
1.1.3) Definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.3.1) No tocante à definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.4) Aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município.	Não
1.1.4.1) No tocante à aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.5) Monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Assinale "Sim" caso positivo.	Não

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Pergunta	Resposta
1.1.5.1) No tocante ao monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.5.2) Indique quais indicadores ambientais são monitorados.	
1.1.6) Sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.6.1) No tocante à sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através do link que é disponibilizado à população.	-
Link:	
Observações:	
1.1.7) Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído.	Sim
1.1.7.1) Informe o número da lei que institui o FMMA.	1.100
1.1.7.2) No tocante ao Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	lei 1100.2009 - MEIO AMBIENTE.doc (0,09MB)
Link:	
Observações:	
1.1.8) Previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Indique a lei (ou outro documento) que comprove a previsão orçamentária para as atividades previstas na PMMA.	Rubricas Contábeis
1.1.8.1) No tocante à previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	Rúbricas.pdf (0,58MB)
Link:	
Observações:	
1.1.9) Ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.9.1) No tocante às ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link onde são reportadas as ações. Informando, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.10) Apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.10.1) No tocante ao apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Anexe evidência que demonstre a sua execução, e/ou indique a página da internet onde se encontram tais evidências. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.11) Articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Assinale "Sim" caso positivo.	Não

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Página 492
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3748842
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010007E

Pergunta	Resposta
1.1.11.1) No tocante à articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
2) Estrutura Municipal de Controle e Fiscalização Ambiental	
2.1) Existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de controle e fiscalização ambiental?	Não
2.1.1) Anexe Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta expedido pelo MPRS, e/ou outros documentos que se associem às pendências referidas.	-
2.1.2) Relacione as pendências registradas no(s) documento(s) anexado(s).	
2.1.3) Informe a data limite definida para a regularização das pendências	
2.1.4) Havendo desconformidade no prazo de regularização das pendências registradas, justifique.	
2.2) O Município possui unidade administrativa dedicada exclusivamente ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local?	Não
2.2.1) Indique o nome da unidade responsável pelo meio ambiente:	
2.2.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	
2.2.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	
2.2.4) Há funcionários terceirizados dedicados às atividades relativas às questões ambientais?	
2.2.4.1) Quantos contratados são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	
2.2.4.2) Registre o nome, a formação e o cargo/função dos contratados dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 0
2.2.5) Indique o número de notificações realizadas no ano de referência.	
2.2.6) Informe as principais causas de notificações no município no ano de referência.	
2.2.7) Há responsáveis técnicos formalmente habilitados e designados para as questões ambientais no Município?	Sim
2.2.8) Informe a unidade/órgão onde é(são) lotado(s) o(s) técnico(s) responsável(is) pelas questões ambientais no município	Sec Agricultura
2.2.9) Há pelo menos um fiscal concursado designado por portaria e dedicado à área ambiental?	Não
2.2.9.1) Registre o nome, a formação, o vínculo e o cargo/função do(s) responsável(is) pelas atividades de controle e fiscalização.	Registros informados: 0
2.2.9.2) Anexe o ato de nomeação	-
2.2.9.3) Caso não exista pelo menos um fiscal concursado designado e dedicado à área ambiental, apresente manifestação/justificativa.	Não Há
3) Estrutura Municipal de Licenciamento Ambiental	
3.1) O Município realiza procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local?	Sim
3.1.1) Indique a unidade responsável pelo licenciamento ambiental	Sec Agricultura
3.1.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	Não há
3.1.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de licenciamento ambiental no município?	1

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Pergunta	Resposta
Informe o número de servidores	1
3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.1.5) São contratados profissionais para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Não
3.1.5.1) Informar o número de profissionais contratados.	
3.1.5.2) Registre abaixo o nome, formação e CPF do(s) profissional(is) contratado(s).	Registros informados: 0
3.1.6) São contratadas empresas ou existe convênio com outra instituição para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Não
3.1.6.1) Registre abaixo o nome e CNPJ da(s) empresa(s) contratada(s).	Registros informados: 0
3.1.7) Informe o número de processos de licenciamento analisados no ano de referência.	34
3.1.8) Informe o número de licenças ambientais emitidas no ano de referência	20
3.2) No caso de o município não realizar atividades de Licenciamento Ambiental, qual órgão (estadual ou municipal) é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local no município?	
3.2.1) Anexe o instrumento de cooperação institucional firmado com o órgão responsável pelo licenciamento ambiental do município.	-
3.3) Na unidade administrativa responsável pelo licenciamento ambiental há histórico de avaliação de atividades sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)?	Não
3.3.1) Informe o número de licenciamentos com EIA analisados no ano de referência:	
3.3.2) Informe a(s) atividade(s) a que se referem os EIA analisados no ano de referência.	
3.4) Estando localizado na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006, o município possui convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/FEPAM para o licenciamento de manejo/corte de vegetação nativa de Mata Atlântica?	Não possui convênio
3.4.1) Neste caso, anexe o convênio/termo de cooperação firmado com SEMA/FEPAM.	-
4) Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)	
4.1) Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos moldes do art. 19 da Lei nº 12.305/2010, informe a situação em que o mesmo se encontra:	Está em fase de elaboração
4.1.1) Indique o número da lei	
4.1.2) Indique o endereço eletrônico onde o documento é disponibilizado.	
4.1.3) Indique a data do encaminhamento à Câmara de Vereadores	
4.1.4) Anexe cópia do documento submetido à Câmara de Vereadores	-
4.1.5) Indique a fase em que se encontra o processo de elaboração do PMGIRS.	Plano concluído por empresa contratada, porém, ainda não enviado à Câmara de Vereadores
4.1.6) Justifique a não realização do PMGIRS	
4.2) No caso de haver ações implementadas pelo município na instrumentalização do plano municipal de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos, responda:	
4.2.1) Qual(is) a(s) origem(ns) dos recursos utilizados no processo de elaboração do Plano Municipal (ou Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação? Por favor, escolha as opções que se aplicam:	Recurso Municipal
4.2.2) A elaboração do Plano Municipal (Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, consolidado ou em consolidação, foi realizada com a atuação/ participação de: Por favor, escolha as opções que se aplicam.	Equipe técnica contratada (prestador de serviços)
4.2.3) Dos elementos abaixo descritos, quais constam incluídos no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação?	Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Pergunta	Resposta
	respectivo território (origem, volume e massa), caracterização dos resíduos e formas de destinação e disposição final Identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de Rejeitos Identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos Regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos Definição das responsabilidades quanto à implementação e operacionalização pelo Poder Público Definição de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos Definição de programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis Metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos Descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos Identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras
5) Destinação final ambientalmente adequada	
5.1) Indique a situação de destinação final de resíduos urbanos no município	Aterro sanitário
5.1.1) No caso de a destinação final se dar em lixão a céu aberto ou em aterro controlado, há ações de regularização em andamento?	
5.1.1.1) Informe a ação em andamento.	
5.1.1.2) Anexe documentação comprobatória.	-
5.2) Sobre a propriedade da área onde se situa o sistema de disposição final de RSU, indique	Empresa privada (indique o nome da empresa e a localização (município) da área de disposição final)
Complemente com o solicitado	CRVR

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Página 495
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3748842
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010007E

Pergunta	Resposta
5.3) Indique a alternativa que representa a regularidade da área de disposição final, do ponto de vista ambiental:	Área licenciada em situação regular
Número da licença ambiental da área de disposição final de resíduos	0
5.3.1) No caso de situação irregular, justifique e indique as ações corretivas encaminhadas	
5.4) Há estação de transbordo?	Não
5.4.1) A licença de operação da área de transbordo está em situação regular?	
5.4.2) Indique o número da licença de operação	
5.4.3) Anexe o documento.	-
6) Sustentabilidade Econômica	
6.1) Há cobrança por serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana no município?	Sim
6.2) Quanto à arrecadação, informe:	A arrecadação não alcança a sustentabilidade dos serviços de manejo de RSU e dos serviços de limpeza urbana.
6.3) No caso de haver cobrança pelos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana, informe o número e o ano da Lei ou instrumento normativo que autoriza a cobrança da taxa de limpeza urbana ou tributo equivalente:	LC 006/2017
6.4) Anexe o documento referido na questão anterior.	CÓDIGO TRIBUTÁRIO.doc (1,50MB)
6.5) No caso de haver cobrança dos serviços de manejo de RSU e limpeza urbana, informe como é feita a cobrança.	IPTU
7) Abrangência da Prestação	
7.1) Informar o percentual da população URBANA atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos:	100
7.1.1) Justifique se julgar necessário.	100
7.2) Informar o percentual da população RURAL atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos	100
7.2.1) Justifique se julgar necessário	
8) Coleta Seletiva e Participação Comunitária	
8.1) A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	Não
8.2) A coleta seletiva no município é realizada por:	
9) Participação em Consórcio Público	
9.1) O município participa de Consórcio Público intermunicipal que realiza a gestão e o manejo de resíduos sólidos, constituídos nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005?	Não há iniciativas relativas ao consorciamento municipal para o gerenciamento de RSU
9.1.1) Havendo iniciativas para a gestão consorciada de RSU, indique que etapas do gerenciamento de RSU são/serão contempladas pelo consórcio.	
9.1.2) Anexe a norma municipal que autoriza o consórcio.	-
9.1.3) Anexe o contrato orienta sobre as responsabilidades e ações pertinentes aos participantes do consórcio.	-
10) Gestão de Resíduos da Construção Civil	
10.1) No planejamento municipal, há diretrizes que orientam sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de Resíduos da Construção Civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)?	Não
10.1.1) Informar em que instrumento municipal são constituídas as diretrizes relativas a Resíduos de Construção e Demolição.	

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748842

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010007E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
10.1.2) Indique quais são as deficiências municipais associadas ao gerenciamento de Resíduos de Construção e Demolição.	Iniciativa
11) Esgotamento Sanitário	
11.1) O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	Sim
11.1.1) Qual a data da aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)?	08/12/2011
11.1.2) Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico	Decreto(s)
11.1.2.1) Anexe o documento.	Decreto Saneamento27042021.pdf (0,55MB)
11.2) Quem opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município? Favor escolher apenas uma das opções a seguir.	CORSAN
11.2.1) Qual a data do contrato com a empresa ou entidade que opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município?	Há contrato firmado
Informar data:	25/07/2012
11.3) No que diz respeito à rede pública de esgotamento sanitário, o Município: (favor escolher apenas uma das opções a seguir)	Adota apenas soluções individuais (por exemplo, filtro, fossa séptica e sumidouro) em todo o Município
11.3.1) Informar o tipo de sistema de coleta da rede pública de esgotamento sanitário:	
11.3.2) Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	Não possui registro
11.4) Qual o número total de economias no Município no último dia do ano de referência?	1.050
11.5) Qual o número de economias no Município para as quais a ligação de esgoto cloacal está disponível?	0
11.6) Qual o volume de água para consumo humano disponibilizado pelo sistema de abastecimento de água municipal? (m³/ano)	0
11.7) Qual o volume de água faturado? (m³/ano)	0
11.8) Qual o volume de água consumido*? (em m³/ano)	0
11.9) Qual o volume estimado de esgoto gerado no ano de referência (em m³/ano)?	0
11.10) Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	Não possui registro
11.11) Qual o volume de esgoto tratado no ano de referência? (em m³/ano)	0
11.12) O Município possui lei própria para disciplinar a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto, com previsão de aplicação de sanções em caso de descumprimento?	Não há lei própria sobre o tema.
11.12.1) Qual o número da lei que disciplina a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto? Informar o número e o ano da lei.	
11.13) Qual o número de economias no Município que estão conectadas a rede de esgotamento sanitário?	0

Justificativas e Observações
Dados de consumo de água devem ser fornecidos pela corsan

Recibo emitido em 11/06/2021 06:50.

Código de autenticação

MVZJ5-IQLC5-JLEQ5

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Dados Tabulares

3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.

Nome completo	João Alberto Meyer
Formação	Técnico Agrícola
Cargo/função	Diretor de Meio Ambiente

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F4F.0ED6.9AB0.774D.944E.

Página 498
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748802
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100056

LEI Nº 1.100, DE 1º DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre a Política do Meio Ambiente do Município de Sertão Santana e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Título I
DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a política do Meio Ambiente do Município de Sertão Santana, sua elaboração, implementação e acompanhamento, instituindo princípios, fixando objetivos e normas básicas para a proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 2º Para elaboração, implementação e acompanhamento crítico da política do Meio Ambiente do Município, serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I – Multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;

II – Participação comunitária;

III – Compatibilização com as políticas do Meio Ambiente federal e estadual;

IV – Unidade de política e na sua gestão, sem prejuízo da descentralização de ações;

V – Compatibilização entre as políticas setoriais e as demais ações de governo;

VI – Continuidade, no tempo e no espaço das ações básicas de gestão ambiental;

VII – A obrigatoriedade da reparação do dano ambiental, independente de outras sanções civis e penais.

Capítulo II
Do Interesse Local

Art. 3º Para o cumprimento no disposto no Art. 30, da Constituição Federal, no que concerne ao Meio Ambiente, considera-se como de interesse local:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

I - O estímulo cultural à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao Meio Ambiente;

II – A adequação das atividades do Poder Público e sócio-econômicas, rurais e urbanas, às imposições do equilíbrio ambiental e dos ecossistemas naturais onde se inserem;

III – Dotar obrigatoriamente a Lei de Diretrizes Urbanas da cidade de normas relativas ao desenvolvimento urbano que levem em conta a proteção ambiental;

IV – A utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos e minerais, destinados para fins urbanos e rurais, mediante uma criteriosa definição do uso e ocupação, normas de projetos, implantação, construção e técnicas ecológicas de manejo, conservação e preservação bem como de tratamento e disposição final de resíduos e efluentes de qualquer natureza;

V – Diminuir os níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora, estética e do solo;

VI – Estabelecer normas de segurança no tocante ao armazenamento, transporte e manipulação de produtos, materiais e resíduos tóxicos ou perigosos;

VII – A criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico e turístico, entre outros;

VIII – Exercer o poder de política em defesa da flora e da fauna e estabelecer política de arborização para o Município, com a utilização de métodos e normas de poda que evitem a mutilação das árvores, no espaço visual e estético;

IX – A recuperação dos arroios e matas ciliares;

X – A garantia de crescentes níveis de saúde ambiental da coletividade humana e dos indivíduos, inclusive através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

XI – Proteger o patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeológico e paisagístico do Município;

XII – Exigir o Licenciamento Ambiental para a instalação ou ampliação de atividades, que de qualquer modo possam influenciar o meio ambiente, mediante a apresentação de análise de risco e estudo de impacto ambiental, quando necessário e a critério da autoridade ambiental municipal;

XIII – Incentivar estudos objetivando a solução de problemas ambientais, bem como a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, modelos e sistemas de significativo interesse ecológico.

Capítulo III
Da Ação do Município Sertão Santana

Art. 4º Ao Município de Sertão Santana, no exercício de sua competência constitucional e legal, relacionada com o Meio Ambiente, incumbe mobilizar e coordenar suas ações e recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos, bem como a participação da população, na consecução dos objetivos e interesses estabelecidos nesta lei, devendo:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748802

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100056

I – Planejar e desenvolver ações de autorizações, promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, reparação, vigilância e melhoria de qualidade ambiental;

II – Emitir o respectivo licenciamento Ambiental para atividades de impacto local, como preconiza a legislação vigente;

III – Definir e controlar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ecológicas e ambientais;

IV – Elaborar e implementar o plano municipal de proteção ao meio ambiente;

V – Exercer o controle da poluição ambiental;

VI – Definir áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio ambiente, visando à preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VII – Identificar, criar e administrar unidades de conservação e de outras áreas protegidas para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos estabelecendo normas de sua competência a serem observadas nestas áreas;

VIII – Estabelecer diretrizes especificadas para a proteção de mananciais hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

IX – estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental para aferição e monitoramento de níveis de poluição do solo, poluição atmosférica, hídrica e sonora, dentre outros;

X – Estabelecer normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

XI – Fixar normas de auto-monitoramento, padrões de emissão e condições de lançamento para resíduos e efluentes de qualquer natureza;

XII – Conceder licenças, autorizações e fixar limitações administrativas relativas ao Meio Ambiente;

XIII – Implantar sistema de cadastro e informações sobre o Meio Ambiente;

XIV – Promover a conscientização pública para a proteção do Meio Ambiente e a Educação Ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis de ensino, formal e informal;

XV – Incentivar o desenvolvimento, a produção e instalação de equipamentos e a criação, absorção e difusão de tecnologia compatível com a melhoria da qualidade ambiental;

XVI – Implantar e operar o sistema de monitoramento ambiental municipal;

XVII – Garantir a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental;

XVIII – Regulamentar e controlar a utilização de produtos químicos em atividades agrossilvapastoris, industriais e de prestação de serviços;

XIX – Incentivar, colaborar e participar de planos de ação de interesse ambiental em nível federal, estadual e regional, através de ações comuns, acordos, consórcios e convênios;

XX – Executar outras medidas consideradas essenciais à conquista e a manutenção de melhores níveis de qualidade ambiental;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

XXI – Garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e dados sobre questões ambientais do município.

Art. 5º Não será permitida a instalação de usinas nucleares e o armazenamento de seus resíduos no Município de Sertão Santana.

Parágrafo único. O transporte de resíduos nucleares, através do Município de Sertão Santana, deverá obedecer às normas estabelecidas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Título II
DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I
Da Proteção do Meio Ambiente

Art. 6º O Meio Ambiente é patrimônio comum da coletividade, bem de uso comum do povo e sua proteção é dever do Município, de todas as pessoas e entidades que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo Poder Público, com vistas a assegurar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações.

Art. 7º Compete à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, além das atividades que lhe são atribuídas, outras onde Lei Municipal implementará os objetivos e instrumentos da política do Meio Ambiente do Município.

§ 1º. Com a finalidade de proteger o Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio:

I – Proporá e executará, direta e indiretamente, a política ambiental do Município;

II – Coordenará ações e executará planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental;

III – Estabelecerá as diretrizes de proteção ambiental para as atividades de proteção ambiental;

IV – Identificará, implantará e administrará unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos, estabelecendo normas a serem observadas nestas áreas;

V – Estabelecerá diretrizes específicas para a produção dos mananciais e participará da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias ou sub-bacias hidrográficas;

VI – Assessorará as administrações na elaboração e revisão no planejamento local, quanto aos aspectos ambientais, controle de poluição, expansão urbana e propostas para a criação de novas unidades de conservação e de outras áreas protegidas;

VII – Participará do zoneamento e de outras atividades de uso e de ocupação do solo;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

VIII – Aprovará e fiscalizará a implantação de regiões, setores e instalações para fins industriais, parcelamento de qualquer natureza, bem como quaisquer atividades que utilizem recursos ambientais renováveis;

IX – Autorizará, de acordo com a legislação vigente, o corte e a exploração racional ou quaisquer outras alterações da cobertura vegetal nativa, primitiva ou regenerada;

X – Exercerá a vigilância municipal ambiental e o poder da polícia;

XI – Promoverá a vigilância em conjunto com os demais órgãos competentes, o controle da utilização, armazenamento e transporte de produtos perigosos e tóxicos;

XII – Participará da promoção de medidas adequadas à preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico, histórico, cultural, arqueológico e espaleológico;

XIII – Autorizará, sem prejuízo de outras licenças cabíveis, o cadastramento e a exploração de recursos minerais;

XV – Acompanhará e fornecerá instruções para análise dos estudos de impactos ambientais e análises de risco, realizados pela autoridade competente cujas atividades venham a se instalar no município;

XVI – Concederá a licença ambiental para a implantação das atividades sócio-econômicas utilizadoras de recursos ambientais;

XVII – Exigirá a análise de risco ou de estudo de impacto ambiental para o desenvolvimento de atividades sócio econômicas, pesquisas, difusão e implantação de tecnologias que de qualquer modo possam degradar o Meio Ambiente.

XVIII – Coordenará o processo de licenciamento ambiental para ações de impacto local desde a entrada do mesmo no protocolo da Prefeitura Municipal até a emissão da respectiva licença.

§ 2º. As atribuições previstas neste artigo não excluem outras necessárias à proteção ambiental e serão exercidas sem prejuízo de outros órgãos ou entidades competentes tanto a nível Municipal, quanto Estadual e Federal.

Capítulo II
Do Uso do Solo

Art. 8º Os planos, públicos ou privados, de uso de recursos naturais do Município, bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo, devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

Parágrafo único. No caso de utilização de recursos naturais como cascalheiras, pedreiras, saibreiras, calcário, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, exigirá um depósito prévio de caução, com o objetivo de garantir a recuperação das áreas exploradas, conforme regulamentação a ser expandida.

Art. 9º Na análise de processos administrativos com algum impacto ambiental e em especial quanto projetos de uso, ocupação e parcelamento do solo, a Secretaria Municipal de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

I – Uso proposto, densidade de ocupação, desempenho de assentamento e acessibilidade;

II – Reserva de áreas verdes e proteção de interesse arquitetônico, urbanístico, paisagístico, espeleológico histórico, cultural e ecológico;

III – Utilização de áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), bem como de terrenos alagadiços ou sujeito a inundações;

IV – Saneamento de áreas aterradas com material nocivo à saúde;

V – Proteção do solo onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;

VI – Proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas;

VII – Sistema de abastecimento de água;

VIII – Coleta, tratamento e disposição final de esgoto e resíduos sólidos;

IX – Viabilidade geotécnica.

Art. 10. Os projetos de parcelamento do solo deverão estar aprovados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, para efeitos de instalação e ligação de serviços de utilidade pública, bem como para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º. O registro em Cartório de Registro de Imóveis só poderá ser realizado após o julgamento pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, dos recursos interpostos contra as decisões da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, nos quais deverão ser definitivamente julgados no prazo de até 90 (noventa dias), a partir da data de sua interposição.

§ 2º. As atribuições previstas neste artigo não excluem outras, necessárias à aprovação dos projetos de parcelamento do solo e serão exercidas sem prejuízo das atribuições de outros órgãos ou entidades competentes.

Capítulo III
Do Controle da Poluição

Art. 11. É vedado o lançamento no Meio Ambiente de qualquer forma de matéria, energia, substância ou mistura de substância, em qualquer estado físico, prejudiciais ao ar atmosférico, às águas, à fauna e a flora, ou que possam torná-lo:

I – Impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;

II – Inconveniente, inoportuno ou incômodo ao bem-estar público;

III – Danoso aos materiais, prejudicial ao uso, gozo e segurança da propriedade, bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Parágrafo único. O ponto de lançamento em cursos hídricos, de qualquer efluente originário de atividade utilizadora de recursos ambientais, será obrigatoriamente situado a montante de captação de água, do mesmo corpo d'água utilizado pelo agente de lançamento.

Art. 12. Ficam sob o controle da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, as atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza que produzam ou possam produzir alterações adversas às características do Meio Ambiente.

Art. 13. Caberá à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, determinar a realização do estudo prévio de análise de risco ou de impacto ambiental para a instalação e operação de atividade que, de qualquer modo possa degradar e causar impacto ao meio ambiente.

Art. 14. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetivos ou potencialmente poluidores, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 15. Os estabelecimentos e todos os responsáveis pelas atividades previstas no artigo anterior são obrigados a implantar sistemas de tratamento de efluentes e promover todas as demais medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

Parágrafo único. Todos os resultados das atividades de automonitoramento deverão ser comunicados à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, conforme cronograma estabelecido.

Art. 16. No exercício do controle a que se referem os artigos 12 e 14, desta Lei, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízos de outras medidas, expedirá as seguintes licenças ambientais:

I – Licença Prévia (LP), na fase preliminar de planejamento do empreendimento, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas etapas de localização, instalação e operação;

II – Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto aprovado.

III – Licença de Operação (LO) autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto na licença prévia e de instalação.

§ 1º. A Licença Prévia será concedida quando a atividade for desconforme com os planos federais e municipais de uso e ocupação do solo, ou quando em virtude de suas

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

repercussões ambientais, seja incompatível com os usos e características ambientais do local proposto ou suas adjacências.

§ 2º. A Licença de Instalação deverá ser requerida no prazo de até 01 (um) ano a contar da data da expedição da Licença Prévia, sob pena de caducidade desta.

§ 3º. A Licença de Operação deverá ser renovada anualmente, observada a legislação vigente à época da renovação.

§ 4º. No interesse da Política do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, durante a vigência das licenças de que trata este artigo, poderá determinar a realização de auditoria técnica no empreendimento.

Art. 17. As atividades referidas nos artigos 12 e 14 desta Lei, existentes à data da publicação, e ainda não licenciadas, deverão ser registradas na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, para fins de obtenção da Licença de Operação .

Capítulo IV
Do Saneamento Básico e Domiciliar

Art. 18. A promoção de medidas de saneamento básico e domiciliar residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do Meio Ambiente, constitui obrigação do Poder Público, da coletividade e do indivíduo que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, ficam adstritos a cumprir determinações legais e regulamentares e as recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais, sanitárias e outras competentes.

Art. 19. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, drenagem pluvial, coleta, tratamento e disposição final de esgoto e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, devendo observar o disposto nesta Lei, seu regulamento e normas técnicas.

Parágrafo único. A construção, reforma, ampliação e operação de sistema de saneamento básico, dependem de prévia aprovação dos respectivos projetos, pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Art. 20. É obrigação do proprietário do imóvel a execução de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo ao usuário do imóvel a necessária conservação.

Art. 21. Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar contaminação de qualquer natureza.

Art. 22. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações, dotadas de fossa séptica ou de sumidouro e caixa de gordura.

Parágrafo único. Quando não existir rede coletora de esgotos, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízo da de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos *in natura*, a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

Art. 23. A coleta, tratamento, e disposição final do lixo, processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar publico ou ao Meio Ambiente.

§ 1º. Fica expressamente proibido:

I – O depósito indiscriminado de lixo em locais inapropriados, em áreas urbanas ou rurais;

II – A incineração e a disposição final de lixo a céu aberto;

III – A utilização de lixo *in natura* para alimentação de animais e adubação orgânica;

IV – O lançamento de lixo em águas de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

§ 2º. Os resíduos sólidos, portadores de agentes patogênicos, inclusive os de serviços de saúde (hospitalares, laboratoriais, farmacológicos e os resultantes de postos de saúde), assim como alimentos ou produtos contaminados, deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos por transporte especial, nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, podendo ser incinerados no local da deposição final, desde que atendidas as especificações determinadas pela legislação vigente.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio estabelecerá as zonas onde a seleção do lixo deverá ser necessariamente efetuada a nível domiciliar.

Capítulo v
Dos Resíduos Tóxicos ou Perigosos

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Art. 24. Aquele que utiliza substâncias, produtos, objetos ou resíduos, considerados tóxicos ou perigosos, deve tomar precauções para que não apresentem perigo e não afetem o Meio Ambiente e a saúde da coletividade.

§ 1º. Os resíduos tóxicos ou perigosos devem ser reciclados, neutralizados ou eliminados nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio.

§ 2º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente estabelecerá normas técnicas de armazenamento, de transporte e manipulação, organizará as listas de substâncias, produtos, objetos, resíduos tóxicos, perigosos ou proibidos de uso no Município e baixará instruções para a reciclagem, neutralização, eliminação e coleta dos mesmos.

Capítulo VI
Das Condições Ambientais Das Edificações

Art. 25. As edificações deverão obedecer aos requisitos sanitários de higiene e segurança, indispensáveis à proteção da saúde e ao bem-estar das pessoas em geral, a serem estabelecidos no regulamento desta Lei, e, se necessário, conforme normas técnicas exaradas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio fixará normas para a aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando a economia de energia elétrica para climatização, iluminação e aquecimento de água.

Art. 27. Sem prejuízo de outras licenças exigidas na legislação em vigor, estão sujeitos à aprovação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, os projetos de construção, reforma e ampliação de edificações destinadas à:

I – Manipulação, industrialização, armazenamento e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II – Atividades que produzam resíduos de qualquer natureza, que possam contaminar pessoas e poluir o Meio Ambiente;

III – Indústrias de qualquer natureza;

IV – Espetáculo ou diversões públicas, quando produzam resíduos.

Art. 28. Os proprietários e possuidores de edificações ficam obrigados a executar as obras determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias, visando ao cumprimento das normas vigentes.

Art. 29. Os necrotérios, locais de velório e cemitérios obedecerão as normas ambientais e sanitárias, aprovadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Turismo, Indústria e Comércio, no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

Título III
DOS INSTRUMENTOS

Art. 30. São instrumentos da política do Meio Ambiente do Município:

I – O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental;

II – O zoneamento ambiental;

III – O licenciamento, interdição e suspensão de atividades;

IV – As penalidades disciplinares e compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;

V – O estabelecimento de incentivos fiscais com vista à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria de qualidade ambiental;

VI – O cadastro técnico de atividades e o sistema de informações;

VII – A cobrança de contribuição de melhoria ambiental;

VIII – A cobrança de taxa de conservação de áreas de relevante interesse ambiental;

IX – A avaliação de estudos de impacto ambiental e análise de risco;

X – A criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, dentre outras unidades de conservação;

XI – A contribuição sobre a utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

XII – A contribuição das taxas ambientais.

Título IV
DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Capítulo I
Das Infrações e Penalidades

Art. 31. Considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos desta Lei, seu Regulamento, Decretos Municipais, Normas Técnicas e Resoluções do Conselho Municipal do Meio Ambiente e outras que se destinem à promoção, recuperação e proteção da qualidade e saúde ambiental.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Art. 32. A autoridade ambiental municipal que tiver ciência ou notícia de ocorrência de infração ambiental é obrigada promover a apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de tornar-se co-responsável.

Parágrafo único. Qualquer cidadão que tiver conhecimento da ocorrência de infração ambiental, deverá noticiar às autoridades ambientais competentes.

Art. 33. O infrator, pessoa física ou jurídica de Direito Público ou Privado, é responsável independentemente de culpa, pelo dano que causar ao Meio Ambiente e à coletividade, em razão de suas atividades poluentes.

§ 1º. Considera-se causa a ação ou omissão do agente, sem a qual a infração não teria ocorrido.

§ 2º. O resultado da infração é imputável a quem lhe deu causa e a quem para ele concorreu ou dele se beneficiou, sejam eles:

a) Diretos;

b) Gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários, arrendatários, parceiros, desde que praticados por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou dos superiores hierárquicos;

c) Autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento ilegal, na prática do ato.

Art. 34. Os infratores dos dispositivos da Presente Lei e seus Regulamentos, e demais Normas pertinentes à matéria, tendo em vista o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação ambiental, ficam sujeitos às seguintes penalidades, independente da obrigação de reparar o dano e de outras sanções da União ou do Estado, civis ou penais:

I – Advertência por escrito;
II – Multa simples ou diária;
III – Apreensão do produto;
IV – Utilização do produto;
V – Suspensão da venda do produto;
VI – Suspensão da fabricação do produto;
VII – Embargo de obra;
VIII – Interdição, parcial ou total, de licenciamento de estabelecimento;
IX - Cassação de alvará de licenciamento do estabelecimento;
X - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município.

Art. 35. As infrações classificam-se em:

I – Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II – Graves, aquela em que for verificada uma circunstancia agravante;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

III – Muito graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes;

IV – Gravíssimas, aquelas em sejam verificadas a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 36. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente aos valores constantes na legislação federal vigente.

§ 1º. Para ser atendido o disposto neste artigo, na fixação da multa a autoridade levará em conta a capacidade econômica do infrator.

§ 2º. A multa poderá ser reduzida em até 90% (noventa por cento) do seu valor, se o infrator se comprometer, mediante acordo escrito, a tomar as medidas necessárias a evitar a continuidade dos fatos que lhe deram origem, cassando-se a redução com o conseqüente pagamento integral da mesma, se essas medidas ou seu cronograma não forem cumpridos.

§ 3º. A multa será aplicada independentemente das outras penalidades previstas no artigo 39 desta Lei.

Art. 37. Para a imposição da pena e da graduação da pena de multa, a autoridade ambiental observará:

I – As circunstâncias atenuantes e agravantes;

II – A gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde ambiental e o meio ambiente;

III – Os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais.

Art. 38. São circunstâncias atenuantes:

I – O menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - O arrependimento eficaz do infrator;

III – A comunicação prévia, pelo infrator, do perigo iminente de degradação ambiental, às autoridades competentes;

IV – A colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

V – Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 39. São circunstâncias agravantes:

I – Ser o infrator reincidente ou cometer a infração por forma continua;

II – Ter o agente cometido à infração para obter vantagem pecuniária;

III – O infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV – Ter a infração conseqüências danosas à saúde pública e ao meio ambiente;

V – Se, tendo conhecimento do ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI – Ter o infrator agido com dolo direito ou eventual;

VII – A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

VIII – A infração atingir áreas de proteção legal ;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

IX – O emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais.

§ 1º. A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo, ou quando der causa a danos graves à saúde humana ou à degradação ambiental significativa.

§ 2º. No caso de infração continuada, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 40. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a pena será aplicada em consideração à circunstância preponderante, entendendo-se como tal aquela que caracterize o conteúdo da vontade do autor ou as conseqüência da conduta assumida.

Art. 41. São infrações ambientais:

I – Construir, instalar, ou fazer funcionar em qualquer parte do território do Município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença do órgão ambiental competente, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III do art. 34 desta Lei.

II – Praticar atos de comércio e indústria ou assemelhados, compreendendo substância ambiental pertinente, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes, ou contrariando o disposto nesta Lei e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes.

Pena: I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX, X do artigo 34 desta Lei.

III – Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto neste Diploma Legal, no seu regulamento e demais normas técnicas .

Pena: I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

V – Opor-se à exigência de exames, técnicos, laboratoriais ou a sua execução pelas autoridades competentes.

Pena: I, e II do art. 34, desta Lei.

VI – Utilizar, aplicar, comercializar, manipular ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, agroquímicos e outros congêneres, pondo em risco à saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude do uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas, aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX, e X do art. 34 desta Lei.

VII – Emitir substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora, desde que constatadas pela autoridade ambiental.

Pena: Incisos I, II, VIII, IX, e X do art. 34 desta Lei.

VIII – Inobservar, o proprietário ou quem detenha a posse, as exigências ambientais relativas a imóveis.

Pena: I, II, VII, VIII, e X do art. 34 desta Lei.

IX – Entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei.

Pena: Incisos I, II,III, IV, V,VI, VIII, e X do art. 34, desta Lei.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

X – Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo, sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas e diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, e X do art. 34, desta Lei.

XI – Contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidades inferiores ao fixado em normas oficiais.

Pena: Incisos I ,II, VII, VIII, IX, e X do art. 34, desta Lei.

XII – Emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na Legislação e em normas complementares.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XIII – Exercer atividades potencialmente degradadoras ao meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com o mesmo.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX, e X do art. 34 desta Lei.

XIV – Causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento de água da comunidade.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XV – Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes de zonas urbanas ou localidade equivalente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XVI – Desrespeitar interdições de uso, de passagens e outros estabelecidos administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XVII – Causar poluição do solo que torne uma área urbana ou rural imprópria para ocupação.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XVIII – Causar poluição de qualquer natureza, que possa trazer danos a saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XIX – Desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XX – Desrespeitar as proibições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas Protegidas por Lei.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei

XXI – Obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: Incisos I, II, VII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XXII – Descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XXIII – Transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares, destinados à proteção da saúde ambiental ou do Meio Ambiente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, IX e X do art. 34 desta Lei.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Capítulo II
Do Processo

Art. 42. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciando com a lavratura ao auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta Lei.

Art. 43. O auto de infração será lavrado pela autoridade ambiental que a houver constatado, devendo conter:

I – Nome do infrator e sua qualificação nos termos da Lei;

II – Local, data e hora da infração;

III – Descrição da infração e menção ao dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV – Penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V - Ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI – Assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante;

VII – Prazo para o recolhimento da multa, quando aplicada, caso o infrator abdique do direito de defesa;

VIII – Prazo para interposição de recursos de 30 (trinta) dias;

IX – No caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de infração deve constar ainda, a natureza, qualidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

Art. 44. As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão nulidade do mesmo quando do processo constarem os elementos necessários à determinação da infração e do infrator.

Art. 45. O infrator será notificado para ciência da infração:

I – Pessoalmente;

II – Pelo correio, via AR-MP;

III – Por edital, se estiver em lugar incerto e não sabido.

§ 1º. Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

§ 2º. O edital previsto no Inciso III, deste artigo, será publicado uma única vez, em jornal de circulação local, considerando-se efetivada a notificação 05 (cinco) dias após a publicação.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Art. 46. Apresentada ou não a defesa ou impugnação, ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recursos, a autoridade ambiental proferirá a decisão final, dando o processo por concluso, notificado o infrator.

Art. 47. Mantida a decisão condenatória, total ou parcial, no prazo de 10 (dez) dias de sua ciência ou publicação, caberá recurso final para o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 48. Os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeitos suspensivos relativos ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 49. Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo der 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 1º. O valor estipulado da pena de multa, cominado no auto da infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes por ocasião da notificação para seu pagamento.

§ 2º. A notificação para o pagamento da multa será feita mediante registro postal ou por meio de edital publicado em jornal de circulação local, se não localizado o infrator.

§ 3º. O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente.

Art. 50. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem ambiental prescrevem em 5 (cinco) anos.

§ 1º. A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua conseqüente imposição de pena.

§ 2º. Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Capítulo III
Dos Agentes Públicos

Art. 51. Os agentes públicos, a serviço da vigilância ambiental, são competentes para:

I – Colher amostras necessárias para análises técnicas e de controle;

II – Proceder às inspeções e visitas de rotina, bem como para a apuração de irregularidades e infrações;

III – Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

IV – Lavrar autos de infração e aplicar as penalidades cabíveis;

V - Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da vigilância ambiental no Município de Sertão Santana.

§ 1º. No exercício da ação fiscalizadora, os agentes terão livre acesso, em qualquer dia e hora, mediante as formalidades legais, a todas as edificações, ou locais sujeitos ao regime desta Lei, não se lhes podendo negar informações, vistas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§ 2º. Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os agentes solicitarão a intervenção policial para a execução da medida ordenada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 52. Os agentes públicos, a serviço da Secretaria Municipal Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio deverão ter qualificação específica, exigindo-se para a sua admissão concurso público de provas e títulos.

Título V
DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 1º. Constituirão o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, recursos provenientes :

I – De dotações orçamentárias;

II – Da arrecadação de multas previstas em Lei;

III – Das contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

IV – Os resultados de convênios, contratos e acordos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V – Os resultados de doações, como sendo importâncias, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais, estrangeiros e internacionais;

VI – De rendimentos de qualquer natureza que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;

VII - Outros recursos que por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 2º. O Fundo será administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, e, os recursos que o compõe, serão aplicados em projetos de interesse ambiental.

Art. 54. Os atos previstos nesta Lei, praticados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, no exercício de poder de polícia,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

bem como a licença e autorizações expedidas, implicarão pagamento de taxa, que reverterão ao Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente o percentual de 30% (trinta por cento) deste valor.

Art. 55. A utilização efetiva dos serviços públicos solicitados à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio será remunerada através de preços públicos a serem fixados através de Decreto do Executivo Municipal, mediante proposta do seu titular, conforme fixado na Legislação que implanta as taxas ambientais municipais.

Parágrafo único. Os valores correspondentes às taxas de que trata este artigo serão recolhidos à conta do Fundo de Defesa do Meio Ambiente, num percentual de 30 % (trinta por cento) do montante de cada taxa recolhida.

Título VI
DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Art. 56. O Município poderá conceder ou repassar auxilio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Art. 57. Serão instituídos pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, o prêmio pesquisa para gratificar inventores e introdutores de inovações tecnológicas, que visem proteger o Meio Ambiente, e o "Diploma de Protetor da Natureza", àqueles que se destacarem, de qualquer forma, em Defesa do Meio Ambiente e da Ecologia.

Art. 58. Sem prejuízo do que dispõe a Lei Municipal, a Educação Ambiental será promovida junto à comunidade, diretamente ou pelos meios de comunicação, através de atividades proposta pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 59. Fica instituída a "Semana do Meio Ambiente", que será comemorada obrigatoriamente nas escolas, creches e demais estabelecimentos públicos, através de programações educativas e campanhas junto à comunidade, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

Art. 60. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio a expedir as normas técnicas, padrões e critérios aprovados pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, destinados a complementar esta Lei e seu Regulamento.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748802

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100056

Art. 61. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de cooperação técnica e científica, com instituições públicas ou privadas a fim de dar cumprimento ao que dispõe este Diploma Legal.

Art. 62. As despesas necessárias ao cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário.

SERTÃO SANTANA, em 1º de julho de 2009.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Solange Raab
Assessora de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F6C4.59AB.0D83.7D55.C484.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA

Relação da Despesa Orçada

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Valor Orçado
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA				
Órgão:	05	Sec. Mun. Agric., M. Amb., Tur., Ind. e Comércio.			
Unidade:	01	Agricultura			
Proj./Ativ.	2.007	Manutenção das Atividades da Secretaria			
64	3.1.90.04.00.00.00.00 0001	Contratação Por Tempo Determinado	Não	Sim	1.200,00
65	3.1.90.08.00.00.00.00 0001	Outros Beneficios Assist do Servidor ou do Milit	Não	Não	22.000,00
66	3.1.90.11.00.00.00.00 0001	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Não	Sim	400.000,00
67	3.1.90.13.00.00.00.00 0001	Obrigações Patronais	Não	Sim	7.000,00
68	3.1.90.16.00.00.00.00 0001	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	Não	Sim	48.000,00
69	3.1.91.13.00.00.00.00 0001	Obrigações Patronais	Não	Sim	130.000,00
70	3.3.90.14.00.00.00.00 0001	Diárias - Pessoal Civil	Não	Não	1.000,00
71	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	Material de Consumo	Não	Não	200.000,00
72	3.3.90.33.00.00.00.00 0001	Passagens e Despesas com Locomoção	Não	Não	100,00
73	3.3.90.35.00.00.00.00 0001	Serviços de Consultoria	Não	Não	3.000,00
77	3.3.90.36.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESS	Não	Não	18.000,00
74	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Não	Não	350.000,00
75	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	Obras e Instalações	Não	Não	1.000,00
76	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	Equipamentos e Material Permanete	Não	Não	8.000,00
				Total do Projeto/Atividade:	1.189.300,00
				Total da Unidade:	1.189.300,00
				Total do Órgão:	1.189.300,00
				Total da Entidade:	1.189.300,00
				Total Geral:	1.189.300,00

Página 518
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748843
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010007F

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.97C2.CD47.3DFA.6330.5358.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA

Relação da Despesa Orçada

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Valor Orçado
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA				
Órgão:	05	Sec. Mun. Agric., M. Amb., Tur., Ind. e Comércio.			
Unidade:	03	Convênios			
Proj./Ativ.	2.075	Fundo de Defesa do Meio Ambiente			
85	3.3.90.30.00.00.00.00 1090	Material de Consumo	Não	Não	500,00
86	3.3.90.35.00.00.00.00 1090	Serviços de Consultoria	Não	Não	1.000,00
87	3.3.90.39.00.00.00.00 1090	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Não	Não	18.500,00
		Total do Projeto/Atividade:			20.000,00
		Total da Unidade:			20.000,00
		Total do Órgão:			20.000,00
		Total da Entidade:			20.000,00
		Total Geral:			20.000,00

Página 519
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3748843
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010007F

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.97C2.CD47.3DFA.6330.5358.

Página
520
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100080

LEI COMPLEMENTAR Nº006, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Atualiza e Consolida a Legislação Tributária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Do Elenco Tributário Municipal

Art. 1º É atualizado por esta Lei o Código Tributário Municipal, Lei Municipal Nº118/94, consolidando a Legislação Tributária do Município, observados os princípios e normas gerais estabelecidos na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), passando a viger com a seguinte redação.

Art. 2º Integram o Sistema Tributário do Município:

I - Os Impostos:

a) sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;

b) sobre serviços de qualquer natureza - ISS;

c) de transmissão "inter-vivos" de bens imóveis - ITBI.

II - As Taxas:

a) de licença;

b) de fiscalização;

c) de serviços;

d) outras, instituídas em leis específicas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página 521
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100080

III - A Contribuição de Melhoria - CM.

IV - A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP.

Do Fato Gerador

Art. 3º É o fato gerador:

I - Do Imposto sobre:

a) Propriedade predial e territorial urbana: A propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por cessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana, de expansão urbana ou a esta equiparada, situada neste Município;

b) Serviços de qualquer natureza: A prestação de serviços por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo;

c) Transmissão "inter-vivos", a qualquer titulo, por ato oneroso, de bens imóveis ou acessão física, de direitos reais sobre imóveis, exceto de os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

II - Da Taxa:

a) A utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

b) O exercício do poder de polícia.

III - Da Contribuição de Melhoria:

a) A melhoria decorrente de execução de obras públicas, das quais resultem valorização do imóvel.

TÍTULO II

DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I

Do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana

Seção I

Do Fato Gerador e Incidência

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 4º O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incide sobre a propriedade, a titularidade, o domínio útil ou a posse a qualquer título do imóvel edificado ou não, situado na Zona Urbana, de expansão urbana ou a esta equiparada do Município.

§ 1º. Para os efeitos deste Imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei Municipal, observando o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes:

I - meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

IV- escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado;

V - sistema de esgotos sanitários.

§ 2º. A Lei poderá considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, respeitado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana abrange, ainda, o imóvel que, embora localizado na zona rural, face sua utilização ou área menor que o mínimo possível para registro como rural, seja considerado urbano para efeitos tributários, ou seja utilizado, comprovadamente, como sítio de recreio.

§ 4º. Para efeito deste imposto, considera-se:

I - prédio: o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para o exercício de qualquer atividade seja qual for a sua denominação, forma ou destino;

II - terreno: o bem imóvel:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

a) sem edificação;

b) em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 5º**.** É considerado integrante do prédio o terreno de propriedade do mesmo contribuinte e/ou o localizado junto:

I - a estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço desde que necessário e utilizado de modo permanente na finalidade do mesmo;

II – a prédio residencial, desde que convenientemente utilizado ou efetivamente ajardinado.

Art. 5º A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel, sem prejuízo das penalidades.

§ 1º. O fato gerador do imposto repete-se anualmente, considerando-se ocorrido no dia 1º de janeiro de cada ano civil.

§ 2º. Os lançamentos de que tratam estes artigos não criam direito ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título e não exclui a Administração Municipal o direito de exigir a adaptação da edificação às normas e prescrições legais ou a sua demolição, independentemente das sanções cabíveis.

Seção II

Da Base de Cálculo e Alíquota

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

Art. 6º O imposto de que trata este Capítulo é calculado sobre o valor venal do imóvel.

§ 1º. Considera-se valor venal total do imóvel a soma da multiplicação da área do terreno, ou fração ideal deste, pelo valor atribuído para o metro quadrado da divisão fiscal e da face de quadra de sua localização, mais a área construída multiplicada pelo valor atribuído ao tipo de construção para aquela área de sua localização em conformidade com as tabelas e mapa de faces do anexo II desta Lei.

§ 2º. As Alíquotas aplicadas sobre o Valor venal dos imóveis são:

I - Quando se tratar de terreno com construção (predial) a alíquota para o cálculo do imposto será de 0,15% (quinze centésimos por cento);

II - Quando se tratar de terreno baldio (territorial), a alíquota para o cálculo do imposto será de 0,25 % (vinte e cinco centésimos por cento).

§ 3º**.** A alíquota de que trata inciso II do parágrafo anterior, será acrescida de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, até o limite máximo de 5% (cinco por cento), quando constatado, que o imóvel não é edificado, subutilizado ou não utilizado e a Municipalidade considerar a necessidade de loteamento e/ou comercialização do mesmo, sem que o proprietário o faça, nem edifique sobre o imóvel, bem como não proceda a construção da calçada no passeio público de sua responsabilidade em conformidade com a lei e nos casos que os terrenos não estiverem devidamente limpos, que venham a propiciar a proliferação de animais e insetos.

§ 4º. A progressividade da alíquota, prevista no § 3º, será computada a contar da data em que a Municipalidade notificar o proprietário do imóvel da necessidade de loteamento ou do devido aproveitamento do mesmo.

§ 5º. A Municipalidade regulamentará por Decreto os critérios que considerarão o imóvel como de uso indevido, necessitando loteamento, ou aproveitamento adequado, para os fins da progressividade da alíquota.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 6º**.** Os terrenos baldios, em loteamentos regularizados e disponíveis para a venda, não sofrerão a alíquota progressiva prevista no § 4º, exceto nos casos de má conservação.

§ 7º**.** Para os efeitos do disposto no parágrafo 1º deste artigo, considera-se:

I - 1ª Divisão Fiscal, a área compreendida no perímetro urbano deste Município, com frente para avenida, rua ou travessa;

II - 2ª Divisão Fiscal, a área formada pelos imóveis não compreendidos na 1ª divisão fiscal.

§ 8º. Para o cálculo do disposto no *caput* deste artigo, o valor venal dos imóveis será calculado pelas respectivas FACES DE QUADRA, os quais serão fixados por Decreto do Executivo:

I – o Executivo nomeará comissão especial para fixação das faces de quadra, a qual deverá apresentar por mapa ou memorial descritivo e as delimitações destas;

II – O Executivo Municipal poderá fixar anualmente regulamento constando as FACES DE QUADRA, elaborado pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

Art. 7º A base de cálculo do valor venal de terreno será calculada de acordo com as fórmulas de cálculo constantes no Anexo I desta Lei, qual seja, pelo produto da área real do terreno, pelo preço unitário padrão do m² por face de quadra, segundo o estabelecido na Planta de Valores Genéricos de Terrenos, constante do Anexo II desta Lei e pelos respectivos fatores de homogeneização constantes no Anexo I desta Lei.

§ 1º. O preço unitário padrão por m² de terreno será determinado, em função dos seguintes elementos:

I - declaração do contribuinte, quando compatível;

II - preços correspondentes no mercado imobiliário local;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

III - localização e características do terreno;

IV - índices econômicos representativos de desvalorização da moeda;

V - existência ou não de equipamentos urbanos;

VI – relação entre características físicas da face de quadra e o preço de mercado imobiliário;

VII - outros elementos representativos, que possam ser tecnicamente admitidos.

§ 2º. Para efeitos de cálculo do valor venal de terreno pelo preço do m² por Face de quadra, será considerado o valor:

I – da Face de quadra da situação do imóvel;

II – de esquina serão tributados pela Face de quadra de maior valor, mesmo que o acesso principal ao imóvel seja realizado pela Face de quadra de menor valor; e, quando os valores forem iguais, pela que contenha o acesso principal do imóvel;

III – da Face de quadra correspondente à servidão de passagem, no caso de terreno encravado e, na ausência desta, o do logradouro mais próximo, ou do logradouro ao qual tenha sido atribuído maior valor, em havendo mais de um logradouro de acesso.

§ 3º. Para efeitos de colocação nas faces de quadra deverão ser considerados no mínimo os seguintes critérios:

I - Serão consideradas nas faces de 1 a 5 os imóveis com frente para a ruas com pavimentação asfáltica, iluminação pública, meio fio, esgotamento sanitário e exploração comercial e ou industrial;

II - Serão consideradas nas faces de 2 a 10 os imóveis com frente para a ruas com pavimentação de paralelepípedos, iluminação pública, meio fio, esgotamento sanitário e exploração comercial e ou industrial, que não se enquadrarem no inciso I;

III - Serão consideradas nas faces de 5 a 15 os imóveis com frente para a ruas sem pavimentação, que obedecerem os demais critérios necessários para atribuição de IPTU, que não se enquadrarem no inciso I e II.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 8º No cálculo do valor venal do terreno serão aplicados os seguintes fatores de homogeneização, conforme couber:

I - Fator de Profundidade;

II - Fator de Situação;

III - Fator de Topografia;

IV - Fator de Pedologia;

V – Fator Gleba.

Art. 9º Para efeitos de aplicação do fator de profundidade de terreno é obtido profundidade média, mediante a divisão da área total pela testada principal ou, no caso de duas ou mais frentes, pela soma das testadas, à exceção de terrenos de esquina e da profundidade média divide-se pela testada e obtém-se o fator de profundidade.

Art. 10**.** Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se:

I – terreno de esquina, ou mais que uma testada, aquele em que os prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, tendo como testadas duas vias públicas com nomenclaturas distintas;

II – terreno encravado, aquele que não se comunica com a via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel.

Art. 11**.** Para fins de avaliação venal do terreno, considerado o disposto neste Código, será estabelecida a Planta de Valores Genéricos de Terrenos, contendo fórmulas e critérios de avaliação, de acordo com as normas e métodos ora fixados, de conformidade com a Norma Brasileira NBR -14.653, ou outra que vier a substitui-la.

§ 1º. Os preços unitários de cada face de quadra de que trata este artigo deverão ser atualizados por Decreto do Executivo, anualmente em consonância com a atualização da VRM, a qual será reajustada pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro índice oficial que vier a substitui-lo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 2º. Os preços unitários poderão ser ajustados periodicamente, com base nas variações do mercado, por Decreto do Executivo, com base em laudo de uma comissão especial de avaliação, designada especificamente para esta finalidade.

Art. 12**.** Terrenos originados de novos parcelamentos, cujas ruas não estejam contidas na Planta de Valores Genéricos de Terrenos, serão tributados com base no valor do m² a face de quadra, da rua com característica semelhante mais próxima, até que nova Planta Genérica de Valores de Terrenos seja instituída.

Subseção I

Da Base de Cálculo e Alíquotas das Edificações

Art. 13**.** O valor venal da edificação, para fins de cálculo do IPTU, será obtido através da multiplicação da área construída pelo preço unitário do respectivo padrão tipológico construtivo, devidamente depreciado de acordo com o estado de conservação da mesma, sendo:

I – as áreas edificadas consideradas na projeção horizontal, com exceção das antenas, onde será considerada a metragem linear de projeção vertical;

II – o preço unitário padrão por m² da área construída, segundo o estado de conservação e padrão construtivo de acordo com os preços unitários dos diferentes padrões construtivos, constante do Anexo II desta Lei.

Art. 14**.** Na fixação do preço unitário padrão por m² da área construída para os diferentes padrões construtivos das edificações serão considerados:

I - valores médios de prédios, segundo transações do mercado imobiliário local;

II - valores estabelecidos em contratos de construção no Município;

III - custos unitários básicos da construção civil, informados por órgãos competentes do setor.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 15**.** Na determinação da base do cálculo do valor venal não são considerados os valores de bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 16. No cálculo do valor venal do imóvel aplicam-se sobre o valor da edificação, os coeficientes de depreciação, determinado em função do estado de conservação da unidade predial considerada e seu padrão de construção.

Art. 17**.** O valor venal total do imóvel edificado é constituído pela soma do valor do terreno ou fração ideal deste, com o valor das unidades prediais, nele existentes, devidamente corrigidas pelo padrão de construção e estado de conservação.

Art. 18**.** Para fins de aplicação do valor venal da edificação a Planta de Valores Genéricos das Edificações com os preços unitários por m² de área construída para os diferentes padrões construtivos das edificações, constantes no Anexo II, desta Lei, e poderá ser regulamentado por decreto os índices genéricos e critérios para sua classificação e normas gerais de aplicação.

Parágrafo Único. Os preços unitários padrão de que trata este artigo, deverão ser corrigidos anualmente, por Decreto do Executivo Municipal, com base no acumulado do ano anterior do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou índice que vier a substituí-lo e revistos sempre que necessário, com base nos preços de mercado.

Subseção II

Disposições Gerais

Art. 19**.** No cálculo do valor venal de terrenos, nos quais tenham sido edificados prédios compostos de unidades autônomas, além dos fatores de correção aplicáveis de conformidade com as circunstâncias, utilizar-se-á como parâmetro para

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

cálculo a medida da fração ideal com que cada um dos condôminos participar na propriedade condominial.

Parágrafo Único**.** As edificações que foram construídas de maneira irregular poderão ter suas áreas determinadas a partir de recadastramento administrativo.

Art. 20**.** No cômputo da área construída em prédios cuja propriedade seja condominial, acrescentar-se-á à área privativa de cada condômino, aquela que lhe for imputável das áreas comuns em função da quota-parte a ele pertencente.

Art. 21**.** As disposições desta Lei Municipal são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizáveis, de expansão urbana, ou a estas equiparadas e as que venham a ser criadas.

Seção III

Do Contribuinte e Inscrição

Art. 22**.** Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 23**.** O prédio e o terreno estão sujeitos à inscrição no Cadastro Imobiliário, ainda que beneficiados por imunidade ou isenção.

Art. 24. As unidades em condomínio serão inscritas com base nas informações constantes nos Quadros I e II, da NBR 12721/2006 (antiga NB140/1965), ou a que vier a substitui-la.

Art. 25**.** A inscrição é promovida:

I - pelo proprietário;

II - pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;

III - pelo promitente comprador;

IV – pelo vendedor quando houver previsão expressa no contrato;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

V - de ofício, quando ocorrer omissão das pessoas relacionadas nos incisos anteriores e inobservância do procedimento estabelecido no artigo 26 desta Lei e nos seguintes casos:

a) Se tratar de ente Federal, Estadual ou Municipal;

b) Não for observar o contribuinte a previsão do art. 29 desta Lei;

c) A inscrição for promovida com informações incorretas, incompletas ou inexatas.

Parágrafo Único**.** No ato da inscrição é obrigatório à indicação do endereço do contribuinte, o qual será adotado como domicílio tributário para todos os efeitos legais, cabendo ao contribuinte mantê-lo atualizado, sendo considerada válida toda e qualquer comunicação encaminhada ao endereço informado pelo contribuinte e constante no cadastro.

Art. 26. A inscrição de que trata o artigo anterior é procedida mediante a comprovação, por documento hábil, da titularidade do imóvel ou da condição alegada, cujo documento depois de anotado e feitos os respectivos registros será devolvido ao contribuinte mediante prévia assinatura da ficha de inscrição.

§ 1º. Quando se tratar de área loteada, deverá a inscrição ser precedida do arquivamento, na Fazenda Municipal, da planta completa do loteamento aprovado, na forma da Lei.

§ 2º**.** Qualquer alteração praticada no imóvel ou no loteamento deverá ser imediatamente comunicada pelo contribuinte à Fazenda Municipal.

§ 3º**.** O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integram, observado o tipo de utilização.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 4º. Nos casos em que o proprietário do imóvel não possuir documentação comprobatória da posse, o fisco municipal através de seus agentes, fará o levantamento da área ocupada, para lançamento do tributo.

§ 5º. Considera-se documento hábil, para fins de inscrição no cadastro imobiliário, desde que apresentada à matrícula atualizada, da área que originou a transmissão:

I – a escritura lavrada registrada ou não;

II – o contrato de compra e venda registrado ou não;

III – o formal de partilha registrado ou não;

IV – as certidões relativas às decisões judiciais que impliquem transmissão de imóveis;

V – Nos casos de vendas sucessivas sem escrituração, o contribuinte deve apresentar os contratos retroativos, até a origem que partiu da área escriturada.

Art. 27**.** Estão sujeitas à nova inscrição, nos termos desta Lei, ou à averbação na ficha de cadastro:

I - a alteração resultante da construção, aumento, reforma, reconstrução ou demolição;

II - o desdobramento ou englobamento de áreas;

III - a transferência da propriedade ou do domínio;

IV - a mudança de endereço do contribuinte.

Parágrafo Único**.** Quando se tratar de alienação parcial, esta será precedida de nova inscrição para a parte alienada, alterando-se a primitiva.

Art. 28**.** Na inscrição do prédio, ou de terreno, serão observadas as seguintes normas:

I - quando se tratar de prédio:

a) com uma só entrada, pela face do quarteirão a ela correspondente;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

b) com mais de uma entrada, pela face do quarteirão que corresponder a entrada principal e, havendo mais de uma entrada principal, pela face do quarteirão por onde o imóvel apresentar maior testada e, sendo estas iguais, pela de maior valor.

II - quando se tratar de terreno:

a) com uma frente, pela face do quarteirão correspondente a sua testada;

b) com mais de uma frente, pelas faces dos quarteirões que corresponderem as suas testadas, tendo como profundidade média uma linha imaginária equidistante destas;

c) de esquina, pela face do quarteirão de maior valor ou, quando os valores forem iguais, pela maior testada;

d) encravado, pelo logradouro mais próximo ao seu perímetro.

Art. 29**.** O contribuinte ou seu representante legal, bem como os cartórios de Registro de imóveis, deverão comunicar, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações efetivas, de que trata o artigo 27, desta Lei, assim como, no caso de áreas loteadas, ou construídas, em curso de venda:

I - indicação dos lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes;

II - as rescisões de contratos ou qualquer outra alteração.

§ 1º**.** No caso de prédio ou edifício com mais de uma unidade autônoma, o proprietário ou o incorporador fica obrigado a apresentar perante o Cadastro Imobiliário, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do habite-se ou do registro da individualização no Cartório de Registro Imóveis, a respectiva planilha de áreas individualizadas.

§ 2º. O não cumprimento dos prazos previstos neste artigo ou informações incorretas, incompletas ou inexatas, que importem em redução da base do cálculo do imposto, determinará a inscrição de ofício, considerando-se infrator o contribuinte.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 3º**.** No caso de transferência da propriedade, a comunicação que trata o *caput* desde artigo deverá ser procedida no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do registro de título no Registro de Imóveis.

§ 4º Os Cartórios de Registro de Imóveis e os Tabeliães, ficam obrigados a informar mensalmente até o dia 15 de cada mês, todas as transações imobiliárias do mês anterior, efetuadas junto a estes, em forma de relação contendo os seguintes dados:

a) Nome do comprador e do vendedor, com identificação completa de ambos;

b) Área transacionada de terreno e de construção;

c) Valor da transação;

d) Número da matricula do imóvel.

Seção IV
Do Lançamento

Art. 30**.** O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, tendo por base a situação física do imóvel ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 31**.** Será instituído anualmente por Decreto do Executivo Municipal a data de lançamento e as datas de vencimento, com os devidos descontos.

Art. 32**.** A arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano processar-se-á da seguinte forma:

I - quando for pago de uma só vez, até a data do primeiro vencimento, poderá ter uma redução de até 30% (trinta por cento) do valor lançado, conforme Decreto do Executivo Municipal, sendo até 25 % pelo pagamento a vista e 5 % pelo programa bom pagador;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

II - quando for parcelado, o valor do lançamento será dividido em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, dentro do mesmo exercício financeiro;

III – O desconto e o número de parcelas citados nos incisos I e II, serão estabelecidos anualmente por decreto do executivo.

Do Programa Bom Pagador

Art. 33. Institui benefício fiscal ao contribuinte do IPTU, caracterizado como "Bom Pagador", relativamente aos imóveis para os quais não conste dívida de qualquer espécie ou natureza, mediante desconto de:

I – 5% sobre o valor do IPTU, a partir de 2019, desde que não existam tributos ou parcelas vencidas e não pagas nos exercícios anteriores ao do lançamento;

Parágrafo único. Para usufruir dos descontos previstos neste artigo o contribuinte deverá ter quitado todos os tributos, até o último dia útil do mês de novembro de cada exercício do lançamento.

Art. 34**.** O lançamento será feito em nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no Cadastro Imobiliário.

Parágrafo Único**.** Em se tratando de copropriedade, constará na ficha de cadastro os nomes de todos os coproprietários, sendo o conhecimento emitido em nome de um deles, com a designação de "outros" para os demais.

Art. 35**.** A repartição competente do Município poderá efetivar inscrição cadastral e o lançamento fiscal "ex-ofício" de imóveis, quando o contribuinte impedir ou restringir a atuação do agente fiscal ou cadastrador.

Seção V

Das Reduções

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 36**.** Terá redução de até 80% (oitenta por cento) do valor venal, os imóveis atingidos por Áreas de Proteção Ambiental – APAs, eletrodutos, gasodutos ou oleodutos.

Art. 37. A redução citada no artigo anterior poderá ser de até 80% (oitenta por cento) do valor venal da parte efetivamente atingida do imóvel.

§ 1º. Caberá ao proprietário do imóvel, comprovar os termos do artigo 36 desta Lei, através de documentação e levantamento topográfico, com ART e assinaturas do responsável técnico e do requerente, devidamente protocolado junto ao órgão competente desta Prefeitura, dando o percentual de aproveitamento da mesma, o qual será analisado e homologado.

§ 2º. A parte do imóvel que receber a redução referente ao artigo 37 não estará sujeita as demais isenções.

Seção VI
Das Isenções

Art. 38. Sem prejuízo das demais isenções estabelecidas pelo Código Tributário do Município, para fins de pagamento do IPTU, fica isento, a área do imóvel que for utilizada para exploração agropastoril e o contribuinte for inscrito como produtor rural no Município.

§ 1º. Para comprovar as condições mencionadas no *caput* deste artigo, o contribuinte deverá requerer anualmente a isenção para o exercício seguinte, de 01 de junho até 30 de setembro, por meio de processo administrativo de isenção de IPTU, contendo em sua abertura cópia da seguinte documentação, sob pena de indeferimento sem análise do mérito:

I – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR – INCRA);

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

II – 3 (três) notas do Talão de Notas Fiscais de Produtor, com natureza de operação-venda, em nome do requerente, durante o exercício em curso;

III – Declaração do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;

IV – Matrícula do Registro de Imóveis atualizada;

V – Outros documentos, a critério do fisco.

§ 2º. A isenção de que trata o *caput* deste artigo não será concedida se o imóvel, mesmo atendido os requisitos acima, estiver localizado em área em que o Plano Diretor, ou outra Lei com função desta, destine outro fim que não a produção rural.

Art. 39**.** É isenta da cobrança de IPTU:

§ 1º. Deficiente físico, aposentado ou pensionista e/ou portador de doença terminal, com renda familiar de até 2,00 (dois) salários mínimos nacional, com as seguintes condições:

I – Que o requerente possua apenas um imóvel neste Município;

II – Que lhe sirva de residência;

III – Que será considerado como renda familiar a soma dos proventos do requerente juntamente com a de seu cônjuge ou companheiro e todos os que residirem na casa;

IV – Que o terreno tenha área inferior a 360,00 m^2 (trezentos e sessenta metros quadrados) e a área da edificação seja inferior a 60 m² (sessenta metros quadrados);

V – Que o valor venal do imóvel seja inferior a R$100.000,00 (cem mil reais);

VI – que esteja o requerente cadastrado em programas sociais e seja atestado pelo departamento de assistência social, sua vulnerabilidade social.

§ 2º. Para comprovar as condições mencionadas no *caput* deste artigo, o contribuinte deverá requerer anualmente a isenção para o exercício seguinte, de 01 de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Junho até 30 de Setembro, por meio de processo administrativo de isenção de IPTU, contendo em sua abertura cópia da seguinte documentação, sob pena de indeferimento sem análise do mérito:

a) Carteira de Identidade e CPF;

b) Comprovante de Residência;

c) Número da Inscrição Cadastral do Imóvel ao qual pretende a isenção ou cópia da guia do IPTU;

d) Declaração de acordo com os incisos II e III do § 1° ou inciso V do § 2°, deste artigo, de acordo com o enquadramento;

e) Comprovante de rendimentos ou proventos referentes aos últimos três meses de seu benefício;

g) Documento que comprove a posse do imóvel;

h) Outros documentos, a critério do fisco.

§ 3º A isenção de que trata o *caput* deste artigo, será revogada e o contribuinte terá seu imposto lançado com correção monetária, juros e multa de 50% sobre o valor devido em caso de falsidade de informações, para obtenção da mesma.

CAPÍTULO II
Do Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza
Seção I
Do Fato Gerador, Incidência e Local da Prestação

Art. 40**.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, tem como fato gerador a prestação de serviços por pessoa natural, empresário ou pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.

§ 1º**.** Considera-se serviço o bem imaterial, de conteúdo econômico, composto e orquestrado por níveis adequados de **recursos**, **competências**, **engenho** e **experiência** para a realização de benefícios

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

específicos a terceiros tomadores, respeitadas as definições dadas pela Lei Complementar Federal nº 116/2003, e, em conformidade com a lista descrita nesse artigo.

§ 2º. A critério do fisco poderá ser adotado o Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), estabelecido pela Receita Federal do Brasil como codificação para as atividades empresariais no município, bem como adotar codificação específica em ordem sequencial crescente numérica para controle de atividades de profissionais autônomos, mantendo-se a sua relação com os itens dos serviços abaixo descritos.

§ 3º. Para efeitos deste artigo, são considerados serviços, nos termos da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e no Artigo 156, Inciso III, da Constituição Federal, os constantes da seguinte lista, ainda que os serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador:

1. Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO)

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO)

7.15 – (VETADO)

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação em caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

§ 4º. Ressalvadas as exceções expressas na lista constante no parágrafo 1º, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias.

§ 5º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 6º. O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 7º. A incidência do imposto não depende:

I – Da denominação dada, em contrato ou qualquer documento, ao serviço prestado;

II – Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas às atividades, sem prejuízo da penalidade aplicável;

III – Do resultado financeiro obtido.

Art. 41. O imposto não incide sobre:

I – As exportações de serviços para o exterior do País;

II – A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

III – O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único**.** Não se enquadram no disposto no Inciso I os serviços desenvolvidos no Município cujo resultado nele se verifique ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 42. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, no local do domicílio do prestador exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, deste artigo, quando o imposto será devido no local da prestação ou do tomador do serviço.

§ 1º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 2º. Em conformidade com o disposto no *caput*, o ISS será devido ao Município de Sertão Santana, sempre que seu território for o local da prestação do serviço nas seguintes hipóteses:

I – Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço, ou, na falta de estabelecimento, do seu domicílio, no caso de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – Da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso de serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – Da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.19 da lista anexa;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

IV - Da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – Das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – Da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso de serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - Da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – Da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – Do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – VETADO NA ORIGEM (Lei Complementar n° 116);

XI – VETADO NA ORIGEM (Lei Complementar n° 116);

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIII – Da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – Da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – Onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – Do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – Da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX – Do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – Da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – Do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 3º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Sertão Santana, relativamente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, existente em seu território.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 4º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Sertão Santana, relativamente à extensão da rodovia explorada, existente em seu território.

§ 5º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

§ 7º**.** Caracterizam-se como estabelecimentos autônomos:

I - Os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que com idêntico ramo de atividade ou exercício no local.

II - Os pertencentes a mesma pessoa física ou jurídica, ainda que funcionando em locais diversos.

§ 8º. Não se compreende como locais diversos 2 (dois) ou mais prédios contíguos e que se comuniquem, internamente, como os vários pavimentos de um mesmo prédio.

§ 9º**.** Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais para recolhimento de imposto relativo a atividade nele desenvolvida, respondendo a empresa pelos débitos acrescidos e, penalidades referentes a qualquer deles.

Seção II

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Do Contribuinte, Base de Cálculo e Alíquota

Art. 43**.** Contribuinte do ISS é o prestador do serviço.

§ 1º**.** Considera-se prestador de serviços o profissional autônomo, a empresa ou o prestador de serviços a qualquer título que exerça em caráter permanente ou eventual qualquer das atividades constantes da lista de serviços, descrita no §3º do artigo 40.

§ 2º. Para efeitos deste imposto considera-se:

a) PROFISSIONAL AUTÔNOMO – toda e qualquer pessoa que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência, exercer atividade econômica de prestação de serviços.

b) EMPRESA – toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive firma individual e sociedade civil, ou de fato que exerce atividade de prestação de serviços.

c) PRESTADOR DE SERVIÇOS A QUALQUER TÍTULO – todo o prestador dos serviços constantes no §3º do artigo 40 que não configurem uma das personalidades jurídicas descritas nos incisos anteriores.

§ 3º**.** Equipara-se à empresa para efeitos do pagamento do imposto, o profissional autônomo que abrange uma das seguintes hipóteses:

a) utilizar-se de empregado a qualquer título na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;

b) exercer atividade de caráter empresarial.

Art. 44. Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será recolhido, conforme tabela constante no Anexo III desta lei.

Parágrafo único**.** O imposto será lançado anualmente e as datas de vencimento fixadas por Decreto do Executivo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 45. Na condição de substituto tributário vinculado ao fato gerador da respectiva obrigação, sem excluir a responsabilidade supletiva do prestador do serviço, são responsáveis pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ao Município de **Sertão Santana** e pelo cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária municipal, as pessoas constantes dos incisos, ainda que isentas ou imunes:

I - os bancos de qualquer espécie – instituições financeiras, sobre os serviços tomados;

II - as distribuidoras de valores mobiliários, sobre os serviços tomados;

III – as corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sobre os serviços tomados;

IV - as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sobre os serviços tomados;

V – as sociedades de crédito imobiliário, sobre os serviços tomados;

VI – as administradoras de cartões de crédito, sobre os serviços tomados;

VII – as sociedades de arrendamento mercantil, sobre os serviços tomados;

VIII – as cooperativas de crédito, sobre os serviços tomados;

IX – as associações de poupança e empréstimo, sobre os serviços tomados;

X – as empresas e entidades que exploram bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres, sobre os serviços tomados, inclusive as comissões devidas aos seus agentes, revendedores, distribuidores ou concessionários;

XI – as agências de publicidade e propaganda, sobre os serviços tomados;

XII – as entidades de administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Município, sobre os serviços tomados;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

XIII – as entidades da administração pública direta, indireta, ou funcional, de qualquer dos poderes do Estado, sobre os serviços tomados;

XIV – as entidades da administração pública direta, indireta, ou funcional, de qualquer dos poderes da União, sobre os serviços tomados;

XV – as empresas autorizatárias, permissionárias, concessionárias e demais prestadoras dos serviços de energia elétrica, telefonia e distribuição de água, sobre os serviços tomados, inclusive os serviços descritos no subitem 3.04 (Locação, sublocação, arrendamento. Direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza) da lista de serviços do §3º do artigo 40;

XVI – o tomador ou intermediário de serviço de qualquer natureza proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

XVII – toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05 (Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário),7.02 (Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS), 7.04 (Demolição), 7.05 (Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS'), 7.09 (Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.), 7.10 (Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres), 7.12

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

(Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos), 7.16
(Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres), 7.17 (Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.), 7.19 (Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo), 11.02 (Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas), 17.05 (Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço) e 17.10 (Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres) da lista de serviços do §3º do artigo 40, pelo serviço tomado, quando o prestador do serviço não estiver estabelecido neste Município;

XVIII – as administradoras de imóveis, sobre os serviços tomados;

XIX – os hospitais, sobre os serviços tomados;

XX – as entidades educacionais privadas de ensino fundamental, ensino médio ou educação superior, definidas na Lei Federal n° 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre os serviços tomados;

XXI – os hotéis, pelos serviços tomados;

XXII - as empresas de informática, prestadoras dos serviços constantes dos subitens 1.01 (Análise e desenvolvimento de sistemas),1.02 (Programação),1.03 (Processamento de dados e congêneres), 1.04 (Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos), 1.05 (Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação), 1.06 (Assessoria e consultoria em informática), 1.07 (Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados) e 1.08 (Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas), da lista de serviços do §3º do artigo 40, pelos serviços tomados;

XXIII – as empresas de TV por assinatura, pelos serviços tomados;

XXIV – os planos de medicina de grupo ou individual e convênios para a prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário, pelos serviços tomados, inclusive as comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de **Sertão Santana**, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos, seguros ou convênios e os serviços de medicina, biomedicina, hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, pronto-socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de **Sertão Santana**;

XXV – os proprietários de empreendimentos de florestamento, reflorestamento e silvicultura, pelos serviços tomados;

XXVI – as editoras de jornais e revistas e as emissoras de rádio e televisão, pelos serviços tomados;

XXVII – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pelos serviços tomados, inclusive as comissões pagas às agências franqueadas estabelecidas no Município de **Sertão Santana**;

XXVIII – o proprietário de construção quando o autônomo, prestador do serviço não for inscrito no município, ou a pessoa jurídica não fornecer o documento fiscal;

XXIX - toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços, quando o prestador dos serviços não fornecer o documento fiscal exigido pela legislação municipal;

XXX - toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços, quando o prestador dos serviços, estabelecido no município, não estiver inscrito no cadastro do ISS;

XXXI - toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços, quando o prestador dos serviços emitir documento fiscal autorizado por outro município, se esse prestador não houver cumprido as exigências estabelecidas pelo artigo 55 desta lei, nem estiver enquadrado nas exclusões previstas no parágrafo 3° do mesmo artigo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

XXXII – toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, quando o prestador de serviços for autônomo não inscrito no cadastro fiscal do município.

§ 1º. Os substitutos tributários poderão estar enquadrados em mais de um inciso do "caput".

§ 2º. Na hipótese do § 1º a norma para a substituição tributária deverá observar a atividade preponderante do responsável.

§ 3º. Os prestadores de serviços deverão destacar no documento fiscal, o valor a ser retido e a alíquota aplicada.

§ 4º. Na hipótese do § 3° cabe ao tomador do serviço conferir os valores destacados, devolvendo o documento fiscal conflitante com a legislação.

§ 5º. Caso o valor não for retido ou for retido em valor menor do que o destacado, o prestador de serviços deverá anotar na 2ª via do documento fiscal os valores efetivamente retidos pelo tomador.

§ 6º. Na hipótese dos incisos XXVIII e XXXII, aplicar-se-ão a base de cálculo e a alíquota prevista na legislação municipal para a respectiva atividade.

§ 7º. Nos serviços tomados referidos nos incisos I a IX, ficam incluídas as comissões pagas pelos serviços de corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada previstos no subitem 10.01 (Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada) da lista de serviços do §3º do artigo 40, quando prestados no âmbito das dependências localizadas no território do município.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

SUBSEÇÃO II
DAS DEDUÇÕES PERMITIDAS

Art. 46**.** Para fins de retenção do imposto incidente sobre serviços que permitam deduções, o prestador de serviços deverá informar ao tomador, o tipo, o enquadramento na legislação municipal e o valor das deduções da base de cálculo do imposto, na conformidade da legislação municipal, para fins de apuração da receita tributável, consoante dispuser o regulamento.

§ 1º. Deverá constar no corpo do documento fiscal às informações referentes a qual espécie de dedução, a base legal, registrando o dispositivo que autoriza a redução do imposto e o valor da respectiva dedução.

§ 2º**.** Quando as informações a que se refere o § 1º forem prestadas em desacordo com a legislação municipal, não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços pelo pagamento do imposto apurado sobre o valor das deduções indevidas.

§ 3º**.** Caso as informações a que se refere o § 1º não sejam fornecidas pelo prestador de serviços, o imposto incidirá sobre o preço do serviço, sem nenhuma dedução.

§ 4º. Os valores relativos às deduções legais, admissíveis na apuração da base de cálculo do imposto, somente serão considerados quando constantes no respectivo documento fiscal, na forma do parágrafo 1º.

§ 5º. Nos casos de deduções em que o tomador e o prestador estabeleçam o material que será fornecido pelo prestador, o tomador será responsável pela verificação e conferência do valor que está sendo deduzido pelo prestador.

§ 6º**.** Na hipótese de que tratam os §§ 1º, 2° e 5°, a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores do prestador e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

do parágrafo 5°, no caso do tomador do serviço, juntamente as demais pessoas que para ela concorrem as penalidades previstas na legislação criminal tributária.

SUBSEÇÃO III
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS PARA OS SUBSTITUTOS

Art. 47. Todos os substitutos tributários alcançados pela retenção do imposto manterão controle das operações sujeitas a esse regime, para exame posterior da fiscalização tributária municipal, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º. Os substitutos tributários estão obrigados à inscrição no Cadastro Fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

§ 2º. Não estão obrigados à inscrição os substitutos tributários referidos nos incisos XVI, XVII, XIX, XXX, XXXI e XXXII, do artigo 45 desta Lei.

§ 3º**.** Os substitutos tributários estão obrigados a apresentar declaração fiscal na periodicidade, na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

Art. 48**.** Os prestadores de serviços alcançados pela retenção do imposto não estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, devendo manter controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame posterior da fiscalização municipal, na conformidade do regulamento.

SUBSEÇÃO IV
DA RETENÇÃO E DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 49. A responsabilidade de que trata o artigo 45 será satisfeita mediante a retenção e o recolhimento do crédito tributário devido, definido pela conjugação da alíquota e base de cálculo correspondente ao serviço prestado, acrescido, quando cabível, dos ônus legais, independentemente de ter sido efetuada a retenção do imposto.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. O responsável tributário definido no artigo 45 é o sujeito passivo para todos os efeitos legais.

§ 2º**.** É de responsabilidade do substituto tributário a correta aplicação da legislação tributária municipal para a apuração do valor do imposto devido pelo prestador.

§ 3º**.** Ainda que não haja a retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, os responsáveis serão obrigados ao seu recolhimento na forma disciplinada nesta Lei.

SUBSEÇÃO V
DA SOLIDARIEDADE

Art. 50. O prestador do serviço responde solidariamente com o substituto tributário pelo pagamento do imposto devido, sempre que não ocorrer a retenção ou esta for efetuada em valor inferior ao devido, ressalvados os casos previstos na legislação.

§ 1º. Na hipótese do caput caberá ao prestador dos serviços efetuar o recolhimento do valor não retido ou retido a menor, diretamente à fazenda municipal na forma e prazo estabelecidos na legislação, atendendo a exigência do parágrafo 4° do artigo 45.

§ 2°. Em quaisquer casos de não ocorrência de retenção, previstos no artigo 45, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido, diretamente à fazenda municipal, na forma e prazo estabelecidos na legislação vigente.

§ 3º. A Substituição Tributária não exclui a responsabilidade do prestador do serviço, como sujeito passivo da obrigação tributária.

Art. 51. É responsável solidário pelo pagamento do imposto:

I - o detentor da propriedade, domínio útil ou posse do bem imóvel onde se realizou a obra, em relação aos serviços constantes dos subitens 7.02 (Execução, por

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS), 7.04 (Demolição), 7.05 (Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres 'exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS') da lista de serviços do §3º do artigo 40, desta lei, quando os serviços forem prestados sem a documentação fiscal correspondente e sem a prova do pagamento do imposto pelo prestador;

II - a empresa administradora de sorteios na modalidade bingo, quando contratada para executar as atividades correspondentes aos sorteios e exploração da casa de bingo.

SUBSEÇÃO VI
DA DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE DO IMPOSTO

Art. 52**.** Não ocorrerá a responsabilidade por substituição tributária:

I – quando o prestador for profissional autônomo inscrito no cadastro fiscal do município;

II – quando o prestador for sociedade de profissionais enquadradas no parágrafo 3° do artigo 9º do Decreto-Lei n° 406/68 (sociedades uni-profissionais de: Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra sonografia, radiologia, tomografia e congêneres; Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos 'prótese dentária'; Médicos veterinários; Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres; Agentes da propriedade industrial; Advogados; Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos; Dentistas; Economistas, Psicólogos);

III – quando gozar de isenção ou imunidade, desde que devidamente comprovada a sua situação cadastral;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

IV – quando o serviço for prestado por banco ou instituição financeira, empresas concessionárias de energia elétrica, telefonia, água e esgotos e exploração de rodovias;

V – quando o serviço estiver enquadrado nos subitens 4.22 (Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres), 4.23 (Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apensas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário), 6.01 (Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres), 6.02 (Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres),21.01 (Serviços de registros públicos, cartorários e notariais) e 22.01 (Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais) do §3º do artigo 40, desta Lei;

VI – nas hipóteses de retenção previstas nos incisos do artigo 45 desta Lei, será regulamentado por decreto do Executivo que estabelecerá as hipóteses e limites de valor dos serviços em que não ocorrer retenção do imposto.

§ 1º. Para os fins do disposto neste artigo, o responsável tributário deverá exigir que o prestador de serviços, comprove seu enquadramento em uma das condições previstas nos incisos do caput deste artigo, na conformidade do regulamento.

§ 2º. A Certidão de Situação Cadastral fará a prova do autônomo, da sociedade de profissionais e da entidade imune ou isenta, para fins de não retenção do imposto por terceiros.

§ 3º. Nos casos de não ocorrência de retenção, previstos no inciso VI, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido, nos prazos constantes na legislação vigente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 4º. O Micro Empreendedor Individual - MEI, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, instituídos pela Lei Complementar Federal n° 123, de 14 de dezembro de 2006, farão a comprovação de sua situação cadastral conforme dispuser o regulamento.

§ 5º. O limite referido no inciso VI considera o valor individual de cada documento fiscal, dividido pela VRM vigente no mês da competência, sendo vedado ao contribuinte a emissão de mais de um documento fiscal para o mesmo cliente e pelo mesmo serviço prestado, com o propósito de evitar a substituição tributária.

§ 6º. No caso do parágrafo anterior, cabe ao substituto tributário realizar a retenção somando os valores dos diversos documentos fiscais emitidos com a finalidade de evitar a substituição tributária, sendo este o responsável pelo imposto devido, indiferentemente da sua retenção.

§7º. Não ocorrendo a responsabilidade por substituição tributária, pela dispensa prevista neste artigo, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido, na forma e prazo previstos no Regulamento, quando devido.

§ 8º. O limite referido no inciso VI não será observado:

I - para serviços prestados por contribuinte não estabelecido neste Município ou prestados sem a emissão do documento fiscal;

II - nas subempreitadas de construção civil.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 9º. Para o caso de serviços prestados pelo profissional autônomo, o tomador do serviço deverá solicitar a apresentação da inscrição municipal.

§ 10. Na hipótese da ausência de inscrição do autônomo no cadastro fiscal do município aplicar-se-á o disposto no § 6º do artigo 45, desta Lei.

§ 11. No interesse da eficiência administrativa da arrecadação e fiscalização tributária, o Poder Executivo poderá excluir da condição de substituído, de que tratam os incisos do caput do artigo 45 desta Lei, determinados grupos ou categorias de contribuintes, conforme dispuser no regulamento.

SUBSEÇÃO VII
DA OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO NA FONTE

Art. 53. A obrigatoriedade da substituição tributária, definida no artigo 45, desta Lei, aplica-se quando os substitutos tributários possuírem estabelecimento neste Município, sendo irrelevantes para este fim, as denominações de sede, matriz, filial, agência, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 54. As hipóteses de substituição tributária previstas nesta Lei aplicam-se quando os serviços forem tributados no Município de **Sertão Santana**.

Parágrafo único. Considera-se tributado neste Município as hipóteses de incidência previstas no artigo 40, desta Lei.

SUBSEÇÃO VIII
DO CADASTRO DE PRESTADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS

Art. 55. Toda pessoa jurídica que preste serviço no Município de **Sertão Santana** e emita documento fiscal autorizado por outro município deverá fornecer

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

informações à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme estabelecido em regulamento.

§ 1º. O prestador de serviço, obrigado a prestar informações, fará prova junto ao tomador do serviço, do atendimento da obrigação, na forma em que dispuser o regulamento.

§ 2º. É de responsabilidade do tomador do serviço solicitar a prova prevista no parágrafo 1° do "caput" deste artigo;

§ 3º. No interesse d*a* eficiência administrativa da arrecadação e fiscalização tributária, o Poder Executivo poderá excluir do procedimento de que trata o 'caput' deste artigo determinados grupos ou categorias de contribuintes, conforme sua localização ou atividade.

SUBSEÇÃO IX
DA APURAÇÃO DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE

Art. 56. O imposto retido na forma do art. 45, desta Lei será apurado mensalmente.

Art. 57. O imposto deverá ser recolhido até o dia 21 (vinte e um) do mês seguinte ao da competência, ficando sujeito, a partir dessa data, à incidência de juros e multa, na forma da legislação em vigor, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XII, XIII, XIV e XV do artigo 45 desta Lei, em que o imposto deverá ser recolhido até o dia 21 (vinte e um) do mês seguinte ao do efetivo pagamento, ficando sujeito a partir dessa data, à incidência de juros e multa na forma da legislação em vigor.

Art. 58. Todos os tomadores de serviços sediados no Município de **Sertão Santana**, independentemente de seu enquadramento, atividade, situação tributária de incidência, não incidência, isenção ou imunidade, são obrigados à declaração eletrônica de todos os serviços tomados, independentemente da incidência ou não do imposto sobre a operação.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. A declaração a que se refere o parágrafo anterior é constituída pela escrituração de todas as notas fiscais de prestação de serviço recebidas de terceiros e sujeitas ou não à substituição tributária na forma da Lei e se dará em meio eletrônico a ser regulamentado via decreto do poder executivo municipal.

§ 2º. A falta de apresentação pelo tomador de serviços da declaração eletrônica prevista no parágrafo 1º deste artigo ou a sua entrega fora do prazo estabelecido implicará no lançamento das penalidades pecuniárias previstas no Art. 213, desta Lei, a cada mês em que for constatada.

§ 3º. O movimento econômico de notas recebidas pelo tomador de serviços deverá ser escriturado em meio eletrônico, inclusive se optante pelo Simples Nacional, dentro do prazo de recolhimento da substituição tributária do imposto, ou seja, 21º o (vigésimo primeiro) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, ficando sujeito, a partir dessa data, à incidência de correção monetária, juros e multa, na forma da legislação em vigor em caso de atraso no recolhimento.

§ 4º. A alíquota incidente sobre a retenção na fonte será aquela constante na legislação vigente na época do fato gerador, e a fonte pagadora (contratante) dará ao prestador de serviço o comprovante de retenção/substituição emitido eletronicamente em sistema da Administração Municipal, que lhe servirá de comprovante do pagamento do imposto.

Art. 59**.** O preço do serviço, quando se tratar de regularização de obra concluída sem apresentação de nota fiscal, será arbitrado com base no custo da mão de obra, relativa à composição do custo por metro quadrado construído, estipulado na Pauta de Valores, a ser criada por Decreto do Executivo Municipal, regulamentada anualmente, devendo ser recolhido na data do pagamento da Taxa de Licença para Construção.

Art. 60. O proprietário do bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro são responsáveis solidários com o contribuinte pelo imposto devido quanto aos serviços que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 61**.** A base de cálculo do ISS é o preço do serviço.

§ 1º**.** Preço do serviço é a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços, fretes, despesa ou imposto, salva os casos especificadamente previstos.

§ 2º. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o ISS será calculado por meio de alíquota fixa, em função da natureza do serviço na forma do Anexo III desta Lei.

§ 3º**.** Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da Lista forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, ou número de postes localizados em cada Município.

§ 4º. Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5, 7.01, 10.03, 17.14, 17.16, 17.19, 17.20 da lista constante do §3º do artigo 40 desta Lei, forem prestados por sociedades, desde que não exerçam atividades diversas das previstas em seu objeto social e da habilitação dos sócios e observados, ainda, os requisitos previstos em regulamento, estas ficarão sujeitas ao recolhimento do imposto na forma mensal em conformidade com a tabela I do anexo III, desta lei , calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.

§ 5º. Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista constante do §3º do artigo 40, desta Lei, o imposto será devido no local onde se efetuar a obra e calculado sobre o preço cobrado, deduzidas as parcelas correspondentes:

I - Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço;

II - Ao valor das subempreitadas; desde que o tomador, tenha efetuado a retenção e o recolhimento do imposto devido ao Município;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

III - Quando a obra for efetuada pelo regime de empreitada global, o imposto será calculado deduzindo-se os materiais fornecidos pelo prestador de serviços, comprovados por documentação fiscal, ou atribuindo o percentual de 40% (quarenta por cento) a título de mão-de-obra e 60% (sessenta por cento) a título de materiais, para fins de tributação.

§ 6º. Os tabeliães, registradores e escrivães dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, responsáveis pela retenção do imposto sobre serviço, deverão discriminar, na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados emitida, o valor relativo ao imposto sobre serviço, calculado sobre o total dos emolumentos e acrescidos destes. O valor do imposto discriminado não integra o preço do serviço para fins de tributação.

§ 7º. O repasse dos valores retidos na forma do parágrafo anterior será feito mensalmente mediante apresentação do Relatório emitido pelo programa de Livro Caixa dos serviços de registros públicos, cartoriais e notariais, sem prejuízo de eventual fiscalização das notas fiscais eletrônicas, ou talonários de recibos das serventias responsáveis pela retenção do imposto sobre o serviço.

Art. 62. O valor anual fixo e as alíquotas do ISS, incidentes sobre o valor dos serviços, da lista de serviços constantes no parágrafo 3º, do artigo 40, são as constantes do Anexo III, desta Lei.

§ 1º. Quando a natureza do serviço prestado tiver enquadramento em mais de uma alíquota, o imposto será calculado pela de maior valor, salvo quando o contribuinte discriminar a sua receita, de forma a possibilitar o cálculo pelas alíquotas em que se enquadrar.

§ 2º. A atividade não prevista na tabela será tributada em conformidade com a atividade que apresentar com ela maior semelhança de características.

Art. 63. Os contribuintes com personalidade jurídica (empresas) ou equiparados são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em Lei, a solicitação de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF) para notas

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

fiscais convencionais, a emissão e a escrituração das Notas Fiscais convencionais e eletrônicas, a manter Livros Fiscais instituídos pelo Fisco Municipal, e a entrega da Declaração de Movimento Econômico Mensal.

§ 1º. A declaração de movimento econômico mensal a que se refere o caput do presente artigo é constituída pela escrituração de todas as notas fiscais de prestação de serviço emitidas pela empresa sujeitas ou não a incidência do imposto, bem como aquelas recebidas de terceiros e sujeitas ou não à substituição tributária na forma da Lei.

§ 2º**.** A declaração de movimento econômico mensal a que se refere o caput do presente artigo se dará em meio eletrônico a ser regulamentado via decreto do poder executivo municipal.

§ 3º. A falta de apresentação da declaração eletrônica mensal pelo prestador de serviços ou a sua entrega fora do prazo estabelecido implicará no lançamento das penalidades pecuniárias previstas no Art. 213, a cada mês em que for constatada.

§ 4º**.** O recolhimento da penalidade prevista no parágrafo anterior não inibe que, a critério do fisco municipal, seja realizado arbitramento e lançamento de ofício do valor do ISS.

§ 5º. O movimento econômico será escriturado em meio eletrônico, pelo contribuinte, inclusive se optante pelo Simples Nacional, dentro do prazo de vencimento do imposto, ou seja, até o 15° (decimo quinto) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

§ 6º**.** Quando da prestação do serviço, o contribuinte sujeito à alíquota variável, pessoa jurídica ou equiparado, escriturará em livro fiscal, eletrônico ou não, os serviços e outras informações que o fisco julgar pertinentes e que vierem a ser estabelecidas em decreto ou portaria do executivo municipal, para controle ou apuração do imposto.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 7º. Sujeitam-se também a todas as obrigações descritas no presente artigo e seus parágrafos os demais contribuintes, que possuam autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF) ou autorizados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

§ 8º. Ainda que o contribuinte não tenha realizado receitas, fica obrigado a apresentar sua declaração "sem movimento" eletronicamente a cada mês de competência.

§ 9º. Ficam dispensados das declarações de serviços prestados a empresas autorizadas a emissão da NFS-e.

§ 10. As empresas autorizadas a emissão da NFS-e devem apresentar declaração "Sem Movimento" quando não tiverem receita de prestação de serviço.

Art. 64. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a receita bruta poderá ser arbitrada pelo fisco municipal, levando em consideração os preços adotados em atividades semelhantes, nos casos em que:

I - O contribuinte não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais ou contábeis;

II - Houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais ou contábeis não reflitam a receita bruta realizada ou o preço real dos serviços;

III - O contribuinte não estiver inscrito no Cadastro do ISS;

IV - Na hipótese do contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários à fixação da estimativa, esta será arbitrada.

§ 1º. Nas hipóteses previstas neste artigo, a base de cálculo poderá ser arbitrada, em quantia não inferior à soma das seguintes parcelas, acrescidas de 50% (cinquenta por cento):

I – Valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

II – Folha mensal de salários pagos, adicionada de honorários ou pró-labore de diretores, e retirada, a qualquer título, de proprietários sócios ou gerentes;

III – Aluguel mensal do imóvel e das máquinas e equipamentos, quando próprios, 1% (um por cento) do valor dos mesmos;

IV – Despesas com fornecimento de água, luz, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do sujeito passivo;

V – Quaisquer outras despesas mensais despendidas para o exercício regular da respectiva atividade.

§ 2º. Quando os valores obtidos relativos às despesas, conforme parágrafo 1º, forem superiores aos declarados, em meio eletrônico ou não, poderão ser esses utilizados como base de cálculo acrescido do percentual acima fixado.

§ 3º**.** Quando for possível arbitrar receita com base em dados técnicos e ou apurados esta poderá ser a forma de arbitramento a utilizar.

Seção III
Da Inscrição

Art. 65**.** Estão sujeitas à inscrição obrigatória no Cadastro do ISS às pessoas físicas ou jurídicas enquadradas no § 3º do artigo 40, desta Lei, ainda que imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Parágrafo Único**.** A inscrição será precedida do pedido de licença para se estabelecer formulado pelo contribuinte ou seu representante legal antes do início da atividade.

Art. 66**.** A inscrição deverá ser promovida no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data do registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

Art. 67. A inscrição será nominal, devendo seu número ser impresso em todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte bem como constar de qualquer requerimento dirigido à Administração Municipal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 68**.** Far-se-á a inscrição de ofício quando não forem cumpridas as disposições contidas no artigo 66 desta Lei.

Art. 69**.** Para efeito de inscrição, constituem atividades distintas as que:

I - Exercidas no mesmo local, ainda que sujeitas à mesma alíquota, correspondam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - Embora exercidas pelo mesmo contribuinte, estejam localizadas em prédios distintos ou locais diversos;

III - Estiverem sujeitas a alíquotas diferentes.

Parágrafo Único**.** Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos, com comunicação interna, nem em vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 70**.** Sempre que se alterar o nome, firma, razão ou denominação social, localização ou, ainda, a natureza da atividade e quando esta acarretar enquadramento em alíquotas distintas deverá ser feita a devida comunicação pelo contribuinte à Fazenda Municipal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, através de requerimento.

Parágrafo Único**.** O não cumprimento do disposto neste artigo determinará a alteração de ofício e multa.

Art. 71. A transferência, venda do estabelecimento ou cessação da atividade no local será comunicada no prazo de 90 (noventa) dias, através de requerimento.

§ 1º**.** Dar-se-á baixa da inscrição depois de verificada a procedência da comunicação, a partir da data da cessação da atividade.

§ 2º. O não cumprimento da disposição deste artigo importará em baixa de ofício.

§ 3º**.** A baixa da inscrição não importará na dispensa do pagamento dos tributos devidos, inclusive, os que venham a ser apurados mediante revisão dos elementos fiscais e contábeis, pelo agente da Fazenda Municipal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 4º. Determinada a baixa da atividade, o lançamento abrangerá o mês em que ocorrer a cessação, para as atividades sujeitas à alíquota variável.

Seção IV

Do Lançamento e Arrecadação

Art. 72. O imposto é lançado mensalmente e sua arrecadação se processará, também mensalmente, até o 15° (decimo quinto) dia do mês subsequente ao do fato gerador com base nas declarações eletrônicas quando se tratar de ISS variável e, anualmente, quando se tratar de ISS fixo, em acordo com regulamento.

§ 1º. O recolhimento por parte dos tomadores de serviço que efetuarem substituição também se dará no mesmo prazo previsto no caput desse artigo, obedecidas as mesmas regras aqui definidas.

§ 2º. Todo o pagamento ou recolhimento do ISS ou de penalidade pecuniária dele decorrente far-se-á mediante a expedição obrigatória do competente documento de arrecadação em meio eletrônico, na forma estabelecida em decreto.

§ 3º. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão, civil, criminal e administrativamente os que os houverem emitido, subscrito ou fornecido.

§ 4º. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a Lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

a) A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 73**.** No caso de início de atividade sujeita à alíquota fixa, o lançamento corresponderá a tantos duodécimos do valor fixado na tabela I do anexo III, quantos forem os meses do exercício, a partir, inclusive, daquele em que teve início e, neste caso, o imposto deverá ser pago de uma só vez, no ato da inscrição.

§ 1º**.** Quando se tratar de profissionais autônomos Arquitetos ou Engenheiros, com inscrição em outro município, o pagamento do ISS fixo deverá ser realizado no ato de entrada do processo de aprovação do primeiro projeto do ano, junto ao protocolo.

§ 2º**.** Para os profissionais citados no parágrafo anterior, proceder-se-á, baixa de ofício ao final do exercício, independentemente de requerimento do interessado.

Art. 74. A cada inscrição corresponde uma guia de recolhimento.

I - No caso de estabelecimento de prestação de serviços, sediado neste Município, será excluída da guia a receita bruta realizada por filiais fora do Município, independente do faturamento.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

II – No caso de estabelecimento de prestação de serviços sediados fora do Município, a guia de recolhimento declarará a receita bruta realizada por filial ou sucursal, de serviços prestados no município de **Sertão Santana**.

Art. 75**.** No caso de atividade iniciada antes de ser promovida a inscrição, o lançamento retroagirá ao mês do início.

Art. 76**.** A receita bruta, declarada pelo contribuinte na guia de recolhimento mensal será posteriormente revista e complementada, promovendo-se o lançamento aditivo, quando for o caso.

§ 1º**.** As administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares deverão informar as operações e prestações realizadas no Município, cujos pagamentos sejam feitos por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares, à Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 2º**.** Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, hipótese em que as administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares prestarão as informações previstas no parágrafo 1º à Secretaria Estadual da Fazenda, na forma prevista em regulamento.

a) A forma de disponibilização das informações da Secretaria Estadual da Fazenda para a Secretaria Municipal da Fazenda será prevista no convênio.

§ 3º**.** Ficam também obrigadas as empresas tomadoras dos serviços de cartões de crédito e/ou débito, a informarem as alíquotas aplicadas para cada estabelecimento conveniado, sempre que solicitado pelo município e diretamente a este.

§ 4º. Considera-se serviço o valor cobrado mensalmente pelas operadoras, das indústrias, comércios ou prestadoras de serviço, pela utilização dos cartões de crédito e/ou débito.

a) Será considerado serviço, o valor referido no *caput* deste parágrafo, independente de ser fixo ou por alíquota, sobre o valor das vendas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 77**.** No caso de atividade tributável com base no preço do serviço, tendo-se em vista as suas peculiaridades, poderão ser adotadas pelo fisco outras formas de lançamento, inclusive com a antecipação do pagamento do imposto fixado por estimativa ou operação.

Parágrafo Único**.** As normas para fixação de antecipação do ISS, com base no preço dos serviços serão regulamentadas por Decreto do Executivo Municipal ou por Lei Complementar.

Art. 78**.** Qualquer diferença do imposto apurado em levantamento fiscal será recolhida ou contestada administrativamente, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

Art. 79. A guia de recolhimento, referida no artigo 74, incisos I e II, desta Lei, será preenchida pelo contribuinte, e obedecerá ao modelo aprovado pela Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. O recolhimento será escriturado, pelo contribuinte, no livro de registro especial do ISS, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 80**.** O Fisco Municipal poderá, a seu critério, estabelecer a base de cálculo do contribuinte através de estimativa ou arbitramento conforme o caso.

§ 1º**.** A autoridade administrativa poderá fixar o valor do imposto estimativo:

I - Quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II - Quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - Quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou **IV** - deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação vigente;

V - Quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócio ou de atividade aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

VI - Quando o contribuinte, reiteradamente, violar o disposto na legislação tributária, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

VII - Sempre que o fisco municipal assim julgar indispensável;

VIII - Quando a natureza da operação ou as condições em que se realizar tornar impraticável ou desnecessária a emissão de nota de serviço, a juízo da Fazenda Municipal e mediante requerimento.

§ 2º. O imposto estimado nos casos descritos no parágrafo anterior, será calculado na forma que for estabelecida em regulamento, observando as seguintes normas:

I – Com base em informações do sujeito passivo e em outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas às atividades, serão estimados os valores prováveis das operações tributáveis e do imposto total a recolher;

II – O montante do Imposto assim estimado terá as condições de seu recolhimento fixadas pela autoridade administrativa;

III – Findo o período para a qual se fez a estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado por qualquer motivo, serão apurados o preço real dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo, respondendo este pela diferença apurada ou tendo direito à restituição do excesso pago, conforme o caso;

IV – Independentemente de qualquer procedimento fiscal e sempre que for verificado que o preço total dos serviços excedeu a estimativa, fica o sujeito passivo obrigado a recolher, no prazo previsto o Imposto devido pela diferença.

a) Nas hipóteses previstas neste inciso, a base de cálculo será estimada e acrescidas em 50% (cinquenta por cento).

b) O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa poderá, a critério do fisco, ser feito individualmente, por categoria, por sujeito passivo e grupos ou setores de atividade.

c) A autoridade poderá, a qualquer tempo e a seu critério, suspender a aplicação do sistema previsto neste artigo, de modo geral ou individual, bem como, rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

d) A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de que para a respectiva atividade haja sido fixada a alíquota aplicada, bem como, no caso do sujeito passivo possuir escrita fiscal.

e) O lançamento por estimativa não desobriga o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.

§ 3º. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a receita bruta poderá ser arbitrada pelo fisco municipal, levando em consideração os preços adotados em atividades semelhantes, nos casos em que:

I - o contribuinte não exibir à Fiscalização os elementos necessários a comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais contábeis;

II - houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais ou contábeis não reflitam a receita bruta realizada ou o preço real dos serviços;

III - ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento, inclusive nas declarações de movimento econômico em meio eletrônico;

IV - sejam omissas ou não mereçam fé às declarações ou esclarecimentos prestados pelo contribuinte;

V - o preço seja notoriamente inferior ao praticado no mercado ou desconhecido pela autoridade administrativa;

VI - o contribuinte não estiver inscrito no cadastro do município;

VII – haja omissão na entrega da declaração de movimento econômico.

§ 4º**.** Para fins de apuração da receita bruta por arbitramento de que trata o parágrafo anterior, o fisco municipal poderá levar em consideração, além de outros elementos que julgar pertinentes:

I - os preços correspondentes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração.

II - os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade, em condições semelhantes.

III – a média das declarações de movimento econômico efetuadas por empresas com mesma atividade e porte semelhante.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

Seção V
Dos Livros e Documentos Fiscais

Art. 81**.** Ficam instituídos como documentos fiscais a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), a nota fiscal de prestação de serviços, a nota fiscal eletrônica, a nota fiscal eletrônica conjugada, a nota simplificada, ou ainda nota fiscal eletrônica de controle próprio, a Declaração de Movimento Econômico (DME), e a Guia de Recolhimento de Tributos (GRT), cabendo ao Poder Executivo estabelecer as normas relativas a:

I – Obrigatoriedade ou dispensa de emissão;

II – Conteúdo dos documentos e sua indicação;

III – Formas e utilização;

IV – Autenticação e Assinatura Digital;

V – Impressão e Acesso pela rede mundial de computadores;

VI – Qualquer outra condição que julgar necessário o fisco.

§ 1º**.** Os modelos, a impressão e a utilização dos documentos fiscais a que se refere o caput deste artigo serão definidos em Decreto Executivo, que, poderá prever hipótese de substituição dos documentos fiscais para atender a situações peculiares, desde que resguardados os interesses do Fisco.

§ 2º. A impressão de Notas Fiscais de Serviço, validade de utilização e quantidade, depende da prévia e expressa autorização do Fisco Municipal, através de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), que poderá, a critério do Fisco, ser emitida por meio eletrônico, através da rede mundial de computadores (internet), ou ainda através da nota fiscal conjugada utilizando-se a NFE do Estado do RS, cuja regulamentação se dará por Decreto do Executivo Municipal.

§ 3º**.** A critério da Administração Municipal, poderá ser implementada como documento fiscal a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a ser emitida por aplicativo a ser instituído e fornecido pelo Fisco Municipal, segundo critérios e regulamentação a serem definidos por Decreto do Executivo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

a) A critério da Administração Municipal, poderá ser implementada como documento fiscal a nota fiscal eletrônica de controle próprio, impressa com seuqencia numerica do proprio contribuinte sob supervisão e regulamentação por Decreto Municipal.

§ 4º**.** Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar, tornarem impraticável ou desnecessária a emissão de nota de serviço, a juízo da Fazenda Municipal, poderá ser dispensado o contribuinte das exigências deste artigo, calculando-se o imposto com base na receita estimada ou apurada na forma que for estabelecida via Decreto Municipal.

§ 5º. No caso de perda ou extravio de notas fiscais de serviço, o contribuinte recolherá o imposto - ISS, o qual será calculado através de arbitramento fiscal e o mesmo será penalizado com a respectiva multa, constante no artigo 219 desta Lei.

§ 6º. Quando o contribuinte tiver suas Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços, furtadas, roubadas, extraviadas ou destruídas em incêndio ou enchente, deverá proceder da seguinte forma:

a) em todos os casos, deverá efetuar a devida ocorrência policial e fazer publicar, em jornal de boa circulação no município, mencionando a quantidade e a numeração das Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços;

b) nos casos de destruição Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços em incêndios ou enchentes, deverá apresentar certidão do órgão competente ou seja, do Corpo de Bombeiros, que comprove a ocorrência do fato.

§ 7º**.** Nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do §6º, deverá ainda o contribuinte, até 21º (vigésimo primeiro) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, através de declaração eletrônica específica, comunicar o acontecido a fiscalização tributária do Município, juntando cópias dos documentos que comprovem o ocorrido.

§ 8º. Os livros, notas fiscais, mapas de escrituração e demais documentos fiscais a serem utilizados pelo prestador de serviços, para controle do Imposto Sobre Serviços, serão os instituídos em regulamento por Decreto**.**

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 82**.** Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá escrituração tributária própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal, inclusive no que se refere à declaração mensal de movimento econômico, sob pena de multa.

Art. 83**.** Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal, os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, os documentos fiscais, a guias de pagamento do imposto, a declaração mensal de movimento econômico e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 84. É obrigação de todo contribuinte exibir os livros fiscais e comerciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos por lei ou regulamento, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem os funcionários encarregados da fiscalização do imposto, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação.

Art. 85**.** Os livros e documentos deverão permanecer no estabelecimento daqueles que estejam obrigados a possuí-los, à disposição da fiscalização, e deles só poderão ser retirados para os escritórios de contabilidade registrados, ou para atender à requisição das autoridades competentes.

Art. 86**.** Não tem aplicação quaisquer dispositivos excludentes ou limitativos do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes, ou de quaisquer pessoas, ainda que isentas ou imunes do imposto, nem da obrigação de exibi-los.

Art. 87**.** Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. A fiscalização municipal exigirá dos contribuintes do ISS a apresentação dos livros Diários e Razões devidamente escriturados e autenticados, daqueles aos quais a legislação comercial incumbir a referida obrigação.

§ 2º. No caso de perda ou extravio de documentos fiscais, o contribuinte deverá proceder a ocorrência ou registro policial, bem como a publicação do fato ocorrido, em jornal de grande circulação.

§ 3º. No caso do parágrafo anterior, deverá constar a razão social da pessoa jurídica, o CNPJ e a numeração completa das Notas Fiscais extraviadas.

§ 4º**.** No caso de perda ou extravio de notas fiscais de serviço, o contribuinte recolherá o imposto - ISS, o qual será calculado através de arbitramento fiscal e o mesmo será penalizado com a respectiva multa, constante no artigo 219, da presente Lei.

Art. 88**.** Todas as pessoas jurídicas estabelecidas no município, Tomadoras de Serviços, conforme mencionadas no artigo 45, desta Lei, quando contratarem prestadores de serviços de outros municípios deverão apresentar a DISS - Declaração de ISS ou DEISS - Declaração Eletrônica Mensal do ISS dos serviços tomados, até o 15° (decimo quinto) dia de cada mês subsequente, sob pena de multa.

Parágrafo Único**.** Tendo em vista a natureza dos serviços prestados, o Poder Executivo poderá decretar, ou a Autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 89**.** Todas as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Fiscal do Município deverão apresentar mensalmente: a DISS – (Declaração de ISS), ou a DEISS – (Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), ou a DESIF (Declaração Eletrônica de Instituições Financeiras).

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. A forma e os dados que devem conter DISS - Declaração de ISS ou DEISS - Declaração Eletrônica Mensal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ou a DESIF - Declaração Eletrônica de Instituições Financeiras e os procedimentos a serem obedecidos serão os instituídos em Decreto do Executivo Municipal.

CAPÍTULO III
Do Imposto de Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis
Seção I
Do Fato Gerador e Incidência

Art. 90. O imposto sobre a transmissão "*inter-vivos",* por ato oneroso, de bens imóveis, ou acessão física e de direitos reais sobre os imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição, tem como fato gerador:

I - A transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na legislação civil;

II - A transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - A cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos itens anteriores.

Art. 91. Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - Na compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

II - Na dação em pagamento, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

III - Na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder à meação, na data em que transitar em julgado a sentença que homologar ou decidir a partilha;

IV – Na permuta, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

V - Na arrematação ou adjudicação em Leilão, hasta pública ou praça, quando da assinatura do respectivo auto;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

VI - Na adjudicação sujeita à licitação ou adjudicação compulsória, na data em que transitar em julgado a sentença adjudicatória;

VII – No mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

VIII – Na cessão de contrato de promessa de compra e venda, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

IX – Na cessão de promessa de cessão de contrato de compra e venda, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

X – Na transmissão de domínio útil, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XI – Na instituição de usufruto convencional, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XII – No usufruto de imóvel decorrente de ato de construção judicial, quando do trânsito em julgado da decisão que o constituir;

XIII – Na extinção de usufruto, quando verificado fato ou ato jurídico determinante da consolidação da propriedade na pessoa do nu-proprietário;

XIV – Na instituição de fideicomisso, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XV – Na enfiteuse ou subenfiteuse, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVI – Nas rendas expressamente constituídas sobre bens imóveis, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVII – Na concessão de direito real de uso, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVIII – Na cessão de direitos de usufruto, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XIX – Na cessão de direitos de usucapião, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XX – Na cessão de direitos de arrematante ou adjudicante, quando da assinatura do auto de arrematação ou adjudicação;

XXI – Na cessão de direitos hereditários, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

XXII – Na acessão física quando houver pagamento de indenização, na data da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXIII – Na transferência de patrimônio imóvel de pessoa jurídica e de direitos relativos a ele para o de qualquer um de seus sócios, acionistas, ou respectivos sucessores, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXIV – Nas fornas ou reposições que ocorram nas divisões para extinção de condomínio imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o da sua quota-parte ideal, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXV – Na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos IX e X do artigo 91 da presente Lei, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXVI – Na cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXVII – Na remissão de bens imóveis, quando do depósito pecuniário em juízo;

XXVIII – Em qualquer ato judicial ou extrajudicial "Inter vivos" não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão a título oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, quando da formalização do ato ou negócio jurídico, ou quando da formalização do ato judicial ou trânsito em julgado da decisão;

XXIX – Na cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXX - Na remissão, data do depósito em juízo;

XXXI - Nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais sobre os mesmos, não previstas nas alíneas anteriores, incluída a cessão de direitos à aquisição.

§ 1º. Será devido novo Imposto:

I - Quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - No pacto de melhor comprador;

III - Na retrocessão;

IV - Na retrovenda.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 2º. Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - A permuta de bens imóveis por bens e direitos de natureza diversa;

II - A permuta de bens imóveis por quaisquer outros bens situados fora do território do Município;

III - A transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

§ 3º. Consideram-se bens imóveis para os fins do Imposto:

I - O solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

II - Tudo quanto for incorporado permanentemente ao solo, como as edificações e demais benfeitorias e pertenças, e a semente lançada a terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

§ 4º. Na dissolução da sociedade conjugal, o excesso de meação, para fins do imposto, é o valor em bens imóveis, incluído no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do total partilhável.

Art. 92. O imposto é devido quando os bens transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

Seção II
Do Contribuinte

Art. 93. Contribuinte do imposto é:

I - Nas cessões de direito, o cedente;

II - Na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;

III - Nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Seção III
Do Responsável

Art. 94**.** São pessoalmente responsáveis pelo pagamento do imposto:

I - As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - O cessionário de direito, inclusive no tocante à cessão ou cessões anteriores.

Art. 95**.** Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I – Os pais, pelo imposto devido por seus filhos menores;

II – Os tutores e curadores, pelo imposto devido por seus tutelados e curatelados;

III – Os administradores de bens de terceiros, pelo imposto devido por estes;

IV – Os leiloeiros e avaliadores na avaliação e preço pago na arrematação e adjudicação do imóvel ;

V – Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelo imposto devido os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VI – Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo só se aplica em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Seção IV
Da Base de Cálculo, Contraditório e Alíquotas

Art. 96**.** A avaliação do imóvel para fins de tributação do imposto corresponde à estimativa fiscal do valor de mercado aplicado ao imóvel objeto da transmissão ou da

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

cessão de direitos reais a ele relativos, objeto da realização do fato gerador, cuja atividade de estimativa da base de cálculo compete privativamente ao Fiscal Tributário.

§ 1º. Na avaliação fiscal dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correspondentes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário, valores do cadastro imobiliário, declaração do contribuinte na guia de imposto, características do imóvel, como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação, custo unitário de construção, infraestrutura urbana, e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

§ 2º. O prazo para determinação da estimativa fiscal ITBI será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da entrega da guia de avaliação preenchida, desde que esta não apresente pendências de documentação ou informações necessárias.

§ 3º A avaliação prevalecerá pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que tiver sido realizada, findos os quais, sem o pagamento do imposto, deverá ser feita nova avaliação.

§ 4º. Serão reavaliados os imóveis ou os direitos a eles relativos, na extinção de usufruto, na substituição de fideicomisso, na dissolução da sociedade conjugal, se for o caso, sempre que o pagamento do imposto não tiver sido efetivado dentro do prazo de seis meses, contados da data da avaliação.

Art. 97. São, também, bases de cálculo do imposto:

I – O valor dos imóveis ou dos direitos a eles relativos, incluídos no processo de compra e venda;

II – O valor venal do imóvel aforado, na transmissão do domínio útil;

III – O valor venal do imóvel objeto de instituição ou de extinção do usufruto;

IV – A avaliação ou o preço pago, se este for maior, na arrematação e na adjudicação de imóvel.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Parágrafo Único**.** Não serão deduzidos da base de cálculo do imposto os valores de quaisquer dívidas, que onerem o bem ou o direito transmitido.

Art. 98**.** Não se inclui na avaliação fiscal dos imóveis não levados a registro no Cartório Imobiliário ou não averbado no Cadastro Municipal, o valor da construção nele executada pelo adquirente e comprovada mediante exibição dos seguintes documentos:

I - Projeto aprovado e licenciado para a construção;

II - Habite-se;

III - Notas fiscais do material adquirido para a construção, na qual deverá constar o local da obra, nome do proprietário, sendo que o valor total dos materiais utilizados deverá ser compatível com a construção;

IV – Notas fiscais de prestação de serviços referente à obra, na qual deverá constar o local da obra, nome do proprietário;

V - Por quaisquer outros meios idôneos de prova, a critério do Fisco.

Art. 99**.** O contribuinte que discordar da avaliação fiscal poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que dela tiver ciência, requerer avaliação contraditória por meio de processo administrativo de revisão de lançamento de ITBI, contento em sua abertura a seguinte documentação, sob pena de indeferimento sem análise do mérito:

I - Requerimento de avaliação contraditória para fins de ITBI com as assinaturas do adquirente e do transmitente, ou seus representantes legais, conforme os respectivos documentos de identificação anexados ao processo administrativo;

II - No mínimo 2 (dois) dos seguintes documentos que fundamentem o valor contraditório declarado:

a) Laudo técnico de avaliação elaborado, por profissional competente, no máximo 30 (trinta) dias antes do pedido de avaliação e lançamento do ITBI;

b) Anúncios atualizados em jornais ou revistas especializadas em transações de imóveis semelhantes;

c) Cópia de página de internet de empresas do ramo imobiliário que contenha oferta de imóveis assemelhados;

d) Fotos do imóvel que comprovem o estado da construção, seu padrão de acabamento e/ou estado de conservação;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

e) Pareceres de órgãos competentes sobre a localização do imóvel em área de preservação ambiental, área de interesse social ou de risco.

f) Contrato de compra e venda ou cessão de direitos através de instrumentos públicos ou particulares, inclusive suas promessas.

III - Outros documentos que forem solicitados pela Fiscalização Tributária.

Art. 100. O Fiscal Tributário emitirá parecer indicando os critérios adotados na avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do processo com o pedido.

Parágrafo único. O processo instruído com o parecer emitido pelo Fiscal Tributário e com o laudo técnico ou avaliações, se apresentado, será encaminhado ao coordenador da seção de fiscalização, que decidirá no prazo de 15 (quinze) dias sobre o valor da avaliação.

Art. 101**.** As alíquotas do imposto sobre o valor estabelecido no artigo 96 desta Lei serão:

I - de 1% (um por cento) da parcela financiada pelo sistema financeiro de habitação;

II - de 2% (dois por cento) para as demais operações.

Seção V
Da Imunidade e da Não Incidência

Art. 102**.** São imunes ao imposto:

I – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas;

II – O adquirente for templo de qualquer culto, partido político, inclusive suas fundações, entidade sindical de trabalhadores, instituições educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;

III - As instituições de educação ou de assistência social, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. O disposto nos Incisos I,II e III deste artigo não dispensa as entidades neles referidas da prática de atos assecuratórios do cumprimento por terceiros, das obrigações tributárias decorrentes desta Lei.

§ 2º. O disposto no item III condiciona-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) aplicarem integralmente no País os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros ou registros revestidos das formalidades previstas em regulamento e na legislação própria.

Art. 103. O imposto não incide:

I - Na transmissão do domínio direto ou da nua-propriedade;

II - Na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

III - Na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com condição resolutiva expressa, pelo não cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;

IV - Na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão da compra e venda com pacto de melhor comprador;

V - Na usucapião;

VI - Na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte ideal de cada condômino;

VII - Na transmissão de direitos possessórios;

VIII - Na promessa de compra e venda;

IX - Na transmissão de bens ou de direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

X - Na transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de capital de pessoa jurídica, inclusive no caso de cisão.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. O disposto no inciso II, deste artigo, somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

§ 2º. As disposições dos incisos IX e X deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante à compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição, decorrer de vendas, administração ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 4º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar as atividades referidas no parágrafo 2º após aquisição ou a menos 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando-se em conta os 3(três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 5º. Verificada a preponderância referida no parágrafo anterior, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito atualizado conforme valor de mercado.

§ 6º. O disposto nos incisos IX e X, deste artigo, não se aplicam à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 7º. Para comprovar a não incidência na extinção do usufruto, se tiver sido tributada a transmissão da nua-propriedade, admitir-se-á como prova de pagamento do imposto:

a) escritura pública em que conste ter sido pago o imposto de transmissão "inter vivos", ou;

b) certidão do órgão arrecadador de que o imposto foi pago.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

Art. 104**.** As exonerações tributárias por imunidades e não incidências ficam condicionadas ao seu reconhecimento pelo Fisco Municipal.

Art. 105**.** O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido tornando-se devido o imposto respectivo desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou prova falsa.

Seção VI
Das Obrigações de Terceiros

Art. 106**.** Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova de pagamento do imposto devido à municipalidade, ou do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção por parte desta.

§ 1º. Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão da licença quando for o caso.

§ 2º**.** Os Tabeliães ou os Escrivães farão constar, nos atos e termos que lavrarem a avaliação fiscal, o valor do imposto, a data de seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal da Fazenda ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção tributária.

§ 3º**.** Os Tabeliães ou os Escrivães, ficam obrigados a informar mensalmente até o dia 15 de cada mês, todas as transações imobiliárias do mês anterior, efetuadas junto a estes, em forma de relação contendo os seguintes dados:

a) Nome do comprador e do vendedor;

b) Área transacionada de terreno e de construção;

c) Valor da transação;

d) Numero da matricula do imóvel.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 107**.** Mediante solicitação escrita da Municipalidade, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, conforme disposições no Artigo 197 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional:

I – Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II – Os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III – As empresas de administração de bens;

IV – Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V – Os inventariantes;

VI – Os administradores judiciais e liquidatários;

VII – Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo Único**.** As solicitações para os fins dos itens I e VI deste artigo, serão encaminhadas por intermédio da autoridade judicial de subordinação direta do solicitado.

Seção VII
Do Pagamento

Art. 108. O imposto deverá ser pago no prazo, pela forma e no lugar estabelecidos, facultado o pagamento antecipado do imposto correspondente à extinção do usufruto, quando da alienação de imóvel com reserva daquele direito na pessoa do alienante, ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

Parágrafo Único**.** O pagamento antecipado, nos moldes deste artigo, elide a exigibilidade do tributo quando ocorrer o fato gerador da respectiva obrigação tributária.

Art. 109**.** O imposto deverá ser pago até a data do fato translativo, e antes da respectiva formalização do ato ou negócio jurídico.

Art. 110**.** A guia de recolhimento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente e seu pagamento poderá ser efetuado na rede bancária.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Seção VIII
Da Restituição do Imposto

Art. 111**.** Não se restituirá o Imposto pago:

I - quando houver subsequente cessão de promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercerem o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada escritura;

II - aquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto ou retrovenda.

Art. 112**.** O imposto que tenha sido pago, somente poderá ser restituído:

I – Quando não se formalizar o ato ou negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

II – Quando for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

III – Quando for considerado indevido por decisão administrativa final ou por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo Único**.** A restituição será feita a quem prove ter pago o valor respectivo, monetariamente atualizada.

TÍTULO III
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 113**.** As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao sujeito passivo ou posto à sua disposição.

Art. 114**.** Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesse ou liberdade, regula a prática de ato

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

ou abstenção de fato, em razão do interesse público, concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

Parágrafo Único**.** O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a qualquer ato a ser praticado ou exercido no território do Município, dependentes, nos termos deste Código, de prévio licenciamento da Prefeitura.

Art. 115**.** Os serviços públicos, a que se refere o artigo 113, desta Lei, consideram-se:

I - Utilizados pelo sujeito passivo:

a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição, mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - Específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III - Divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por cada um dos seus usuários.

CAPÍTULO II
Das Taxas de Licença

Art. 116**.** As Taxas de Licença são as elencadas no presente artigo e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia administrativa consoante o seu objeto:

I – Taxa de localização de estabelecimentos e funcionamento de atividades;

II – Taxa de licença para execução de obras;

III – Taxa de licença para publicação;

IV – Taxa de licença para propaganda oral;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

V – Taxa de localização e ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

VI – Taxa de vistorias especiais em circos, pavilhões e congêneres.

§ 1º. As taxas previstas nos incisos III e IV, somente serão cobradas quando se caracterizar eventualidade ou não caracterizar prestação de serviços a terceiros.

§ 2º. As taxas de licença elencadas neste artigo têm sua validade expressa no Anexo III da presente Lei.

Art. 117**.** As taxas mencionadas nos Incisos III a VI do artigo 116, serão regulamentadas por Decreto e os valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Seção I

Da Taxa de Localização de Estabelecimentos e Funcionamento de Atividades

Subseção I

Do Sujeito Passivo, Incidência e Licenciamento

Art. 118**.** A Taxa de Localização de Estabelecimentos e Funcionamento de Atividades é devida pela pessoa física ou jurídica que, no Município, se instale para exercer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço de caráter permanente, ambulante, eventual ou transitório ou prática de atos sujeito ao poder de polícia administrativa do Município.

Parágrafo Único**.** Para efeito deste artigo, considera-se:

a) Atividade ambulante aquela exercida sem localização fixa com ou sem utilização de veículo.

b) Atividade eventual aquela exercida em caráter transitório e em instalações precárias ou removíveis, como barracas, balcões, bancas, mesas, tabuleiros e semelhantes, ou em veículos;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 119**.** Nenhum estabelecimento poderá se localizar, nem será permitido exercício de qualquer atividade, inclusive ambulante ou eventual, sem a prévia licença do Município.

§ 1º**.** A inscrição no Cadastro Fiscal será feita pelo responsável ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente, um formulário próprio fornecido pela Prefeitura, que deverá conter, além das características essenciais de cada atividade, todos os dados e informações necessárias ao cálculo e lançamento de tributos municipal.

§ 2º**.** A inscrição deverá ser promovida no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data do registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

§ 3º**.** A licença é comprovada pela posse do respectivo Alvará de Licença e Localização.

Art. 120**.** O Alvará se constitui no documento de licenciamento expedido pela autoridade municipal e deverá ser conservado no estabelecimento em lugar visível e de fácil acesso ao público ou conduzido pelo contribuinte, no caso de atividade ambulante ou eventual, sob pena de multa.

§ 1º. O Alvará de Licença terá validade enquanto não se modificarem quaisquer dos elementos essenciais nele inscritos.

§ 2º**.** Alvará de Licença para atividade ambulante ou eventual é de caráter pessoal e intransferível.

§ 3º. A autoridade municipal poderá conceder Alvará de Licença provisório, a seu critério, para fins específicos de licenciamentos junto aos órgãos estaduais e federais, quando não for possível o Alvará de Licença definitivo, por período não superior a 180 (cento e oitenta) dias, devendo constar no respectivo alvará o prazo dessa concessão.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 4º**.** A requerimento da parte interessada, a autoridade municipal concederá, a seu critério, a renovação do Alvará de Licença provisório, mediante a devolução do documento vencido para a concessão de outro com nova validade.

Art. 121. A alteração de nome, firma, razão social, localização ou atividade deverá ser requerida no prazo de 90 (Noventa) dias a contar da data da alteração na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

Art. 122**.** A cessação da atividade será comunicada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de encerramento na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, para efeito de baixa de inscrição, sob pena de multa.

§ 1º. O requerimento de baixa de inscrição será protocolado juntamente com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Alvará de Licença e Localização ou Declaração de Extravio, quando for o caso;

b) Livros Especiais de ISS, quando prestadora de serviços;

c) Talonários de Notas Fiscais, ainda que não utilizadas pelo contribuinte, para inutilização pela Fiscalização Municipal, quando prestadora de serviços;

d) Distrato Social ou equiparado, na Junta Comercial;

e) Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

§ 2º**.** Dar-se-á a baixa depois de verificada a procedência da comunicação, e, na falta desta, a baixa será promovida de ofício uma vez constatado o encerramento da atividade.

§ 3º**.** Os livros e documentos apresentados por ocasião do requerimento de baixa de inscrição serão devolvidos ao contribuinte no prazo suficiente para que se processe a inspeção fiscal destes documentos.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 4º. A baixa de inscrição, em qualquer caso, não importa em quitação de tributos nem exime o contribuinte do pagamento de débitos posteriormente apurados, enquanto não expirado o prazo legal de prescrição ou decadência.

Subseção II
Da Base de Cálculo e Alíquota

Art. 123. As taxas de licença, diferenciada em função da natureza da atividade ou ato praticado, serão calculadas em conformidade com os valores fixados no Anexo III, desta Lei.

Parágrafo Único. No caso de alteração da licença, nos termos do artigo 121 desta Lei, apenas quanto ao nome e razão social, será cobrada somente a taxa correspondente à expedição de Alvará de Licença.

Subseção III
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 124. A Taxa de Localização/Renovação de Estabelecimentos e Funcionamento de Atividades poderá ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, conforme o caso, e seu pagamento deverá ser efetuado no ato da concessão/renovação do Alvará de Licença e Localização, conforme o Anexo III da presente Lei.

§ 1º. Estão sujeitas à inscrição obrigatória no Cadastro Municipal de Contribuintes a pessoa física ou jurídica que, no Município, se instale para exercer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço de caráter permanente ainda que imunes ou isentas do pagamento da taxa de licença.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 2º. O requerimento para a inscrição será feito pelo contribuinte ou seu representante legal, antes do início da atividade, obedecendo a modelo-padrão, preenchido sob sua inteira responsabilidade, acompanhado dos seguintes documentos:

I – Pessoa jurídica:

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

2 – CPF do(s) proprietário(s), diretor(es) e procurador(es) quando for o caso;

3 – Registro de Identidade do(s) proprietário(s), diretor(es) e procurador(es) quando for o caso;

4 – Comprovante de residência do(s) proprietário(s) e diretor(es);

5 – Contrato Social, Requerimento de Firma Individual ou Estatuto com a ata de posse dos representantes;

6 – Identificação do imóvel fornecida pelo Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura e, em caso de aluguel, apresentar contrato de locação, com firma reconhecida;

7 – Carta de Habite-se ou laudo de engenharia/arquitetura dando condições da construção de receber a empresa;

8 – Comprovante de inscrição na Fazenda Estadual (Inscrição Estadual), exceto para empresas com atividade única de prestação de serviços que dispensem a inscrição;

9 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros;

10 - Em caso de atividades especiais, registro junto ao órgão Federal, Estadual ou de classe;

11 – Alvará Sanitário, quando necessário;

12 – Certificado de conclusão do curso de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, quando a atividade exigir;

13 – Procuração autenticada, quando for o caso;

14 – Licença Ambiental, ou dispensa desta;

15 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

II – Pessoa Física:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Registro de Identidade;

2 – CPF;

3 – Comprovante de residência;

4 – Carteira de motorista compatível com a atividade, quando a atividade envolver atividade direção de veículos e afins;

5 – Documento do veiculo, quando a atividade for de transporte;

6 – Certificados de qualificação para o exercício da profissão a qual esta requerendo licença (na ausência destes, declaração do requerente de que é legalmente capaz para o exercício da atividade e que se responsabiliza civil e criminalmente pelos atos que praticar no exercício destas funções);

7 – Identificação do imóvel fornecida pelo Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura e, em caso de aluguel, apresentar contrato de locação, com firma reconhecida;

8 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros;

9 – Registro junto ao órgão Federal, Estadual ou de classe, quando a atividade assim determina, para atividades onde exista fluxo de pessoas;

10 – Alvará Sanitário, quando atividade exigir;

11 – Licença Ambiental, ou dispensa desta;

12 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

III – Ambulante:

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida, para licenciamentos anuais;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Registro de Identidade;

2 – CPF;

3 – Comprovante de residência, para licenciamentos anuais;

4 – Alvará Sanitário, quando atividade exigir;

5 – Certificado de conclusão do curso de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, quando a atividade exigir;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

6 – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em relação a equipamentos a serem utilizados quando necessário para a segurança do consumidor;

7 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros quando necessário para a segurança do consumidor;

8 – Licença Ambiental, ou dispensa desta, quando a atividade exigir;

9 – Regime especial junto a Sefaz/RS, para venda de produtos sujeitos ao ICMS, onde possa o valor das vendas ser atribuído ao Município onde a venda for efetivada.

10 - Registro junto ao IBAMA, quando a atividade exigir.

11 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

IV – Eventual ou transitório:

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida, para licenciamentos anuais;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Registro de Identidade;

2 – CPF;

3 – Comprovante de residência, para licenciamentos anuais;

4 – Alvará Sanitário, quando atividade exigir;

5 – Certificado de conclusão do curso de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, quando a atividade exigir;

6 – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em relação a equipamentos a serem utilizados quando necessário para a segurança do consumidor;

7 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros quando necessário para a segurança do consumidor;

8 – Licença Ambiental, ou dispensa desta, quando a atividade exigir;

9 – Regime especial junto a Sefaz/RS, para venda de produtos sujeitos ao ICMS, onde possa o valor das vendas ser atribuído ao Município onde a venda for efetivada.

10 - Registro junto ao IBAMA, quando a atividade exigir.

11 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

§ 3º. A alteração dos produtos a serem comercializados por ambulantes somente poderá ser realizada mediante autorização da Prefeitura.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

Seção II

Da Taxa de Licença para Execução de Obras

Subseção I

Da Incidência e Licenciamento

Art. 125**.** A Taxa de Licença para Execução de Obras é devida pela aprovação de projetos de licenciamento de construções de qualquer natureza e espécie, realizadas no Município, incidindo sobre os proprietários ou responsáveis pelos respectivos imóveis.

Art. 126**.** Destina-se a Taxa de Licença para Execução de Obras ao exame de documentos e enquadramento de obras na legislação própria do Município.

Parágrafo Único**.** A Taxa incide ainda, sobre:

I – Aprovação ou revalidação de projetos;

II – Fixação do alinhamento;

III – Vistoria e expedição de Habite-se;

IV – Aprovação de projetos e licenciamentos de desmembramentos e/ou fracionamentos;

V – Aprovação de projetos de loteamento ou arruamento;

VI – Licença para demolição de prédios;

VII – Aprovação de unificação de áreas;

Art. 127**.** Nenhuma obra de construção civil será iniciada sem projeto aprovado e prévia licença do Município, sob pena de multa.

§ 1º. O município poderá instituir além do alvará outra placa ou similar que deverá ser fixada no local da realização da obra, afim de identificar que a mesma está devidamente licenciada.

§ 2º**.** As normas de regulamentação do Parágrafo § 1º deste artigo, serão emitidas por Decreto do Executivo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

Art. 128**.** Os prazos e demais normas pertinentes ao licenciamento e as construções, são os estabelecidos em Decreto do Executivo Municipal.

Subseção II

Da Base de Cálculo e Alíquota

Art. 129**.** A Taxa, diferenciada em função da natureza do ato administrativo, é calculada por valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Subseção III

Do Lançamento e Arrecadação

Art. 130**.** A Taxa de Licença para Execução de Obras será lançada e arrecadada antecipadamente, no ato do protocolo do projeto para aprovação ou previamente à expedição e entrega do documento pertinente ao ato administrativo objeto do pedido do contribuinte.

CAPÍTULO III

Das Taxas de Fiscalização

Art. 131**.** As Taxas de Fiscalização são as elencadas no presente artigo e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia administrativa consoante o seu objeto:

I - Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimentos e Atividades;

II - Taxa de Fiscalização e Vistoria de Veículos de Transporte;

III - Taxa de Fiscalização de Elevadores;

IV - Taxa de Fiscalização de Fundações;

V - Taxa de Fiscalização de Fossas e Sumidouros;

VI - Taxa de Fiscalização de Taxímetros.

Art. 132**.** As taxas mencionadas nos Incisos II a VI do artigo 131, são as definidas em leis específicas e os valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

Seção Única

Da Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimentos e Atividades

Art. 133**.** A Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimentos e Atividades tem como fato gerador a fiscalização ou a vistoria anual do funcionamento regular de atividades e as diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando o exame das condições iniciais da concessão da licença, em face da legislação pertinente.

§ 1º**.** A fiscalização ou vistoria do funcionamento de estabelecimentos e atividades de que trata o *caput* deste artigo será efetuada anualmente de forma objetiva ou subjetiva.

§ 2º**.** A fiscalização de forma subjetiva ou a distância, condiciona-se a existência de estrutura no município, com competência para o exercício do poder de policia.

Art. 134**.** A taxa será recolhida anualmente, até o último dia útil do mês de julho e será lançada conforme valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Parágrafo Único. Salvo quando houver denúncia ou conhecimento pela autoridade ou agente municipal, de irregularidade em estabelecimento, a fiscalização mediante vistoria será realizada periodicamente segundo calendário a ser baixado em norma regulamentar.

Art. 135**.** O Contribuinte da taxa é a pessoa jurídica ou física que, no Município, exerça qualquer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviços em caráter permanente, eventual ou transitório, ainda que isento ou imune de impostos.

CAPÍTULO IV

Das Taxas de Serviços

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 136**.** As Taxas de Serviços têm como fato gerador à utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao sujeito passivo ou posto a sua disposição pelo Município, resultando na expedição de documento ou em prática de ato de sua competência.

Art. 137**.** As Taxas de Serviços são as seguintes:

I - Taxa de Serviços Diversos;

II - Taxa de Expediente;

III - Taxa de Coleta de Lixo;

IV - Taxa por Ações e Serviços de Saúde.

V - Taxa de Licenciamento Ambiental

Seção I

Das Taxas de Serviços Diversos

Art. 138. As Taxas de Serviços Diversos são as elencadas no presente artigo e incidem sobre o serviço público específico e divisível enunciado no seu objeto, a ser regulamentado por decreto do executivo municipal:

I - Taxa de demarcação de numeração predial;

II - Taxa de Cemitério;

a – Taxa de Licenças para construção de mausoléu ou carneira;

b – Taxa anual de ¨Direito de Uso e Manutenção¨ de terreno ou gaveta;

c - Taxa de sepultamento no Cemitério Público Municipal;

d - Taxa de remoção de restos mortais para realocação no Cemitério Público Municipal;

e – Taxa de remoção de restos mortais para transladação;

f – Taxa de aluguel da Capela.

III - Taxa de remoção de cadáveres de animais em via pública;

IV - Taxa de remoção de lixo não doméstico;

V– Taxa de abertura de valas para colocação de canos;

VI - Taxa de serviços de máquinas, implementos e transportes;

VII – Taxa Registro de Marca, para marcação de Animais.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§1º. Em relação ao Inciso II, As pessoas carentes, a juízo da autoridade municipal, ficam isentas do pagamento das taxas de aluguel de gaveta, inumação, exumação e aluguel da capela.

§2º. Em relação ao Inciso II, alínea C, o aluguel dos terrenos e gavetas não excederão ao prazo de 5 anos. Após este prazo, não havendo regularização, os restos mortais serão removidos para o ossuário municipal.

Art. 139**.** O contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica interessada na prestação dos serviços referidos no artigo 138 desta lei.

Art. 140**.** O pagamento da Taxa efetuar-se-á simultaneamente com o requerimento do serviço junto à local credenciado pelo município, cujo valor possui expressão equivalente em VRM – Valor de Referência Municipal, conforme o Anexo III da presente Lei.

Parágrafo Único**.** As normas para cobrança das taxas previstas no Art. 138, desta Lei, poderão ser regulamentadas por decreto do executivo.

Seção II

Da Taxa de Expediente

Art. 141**.** A Taxa de Expediente é devida por quem se utilizar de serviço do Município que resulte na expedição de documentos ou prática de ato de sua competência.

Art. 142**.** A expedição de documentos ou a prática de ato referidos no artigo anterior será sempre resultante de pedido escrito.

§ 1º**.** A taxa será devida:

I - Por requerimento, independentemente de expedição de documento ou prática de ato nele requerido;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

II - Tantas vezes quantas forem às providências que, idênticas ou semelhantes, sejam individualizadas;

III – Pela emissão de certidões, atestados e documentos similares;

IV – Pela emissão de segunda via de Alvará, habite-se e similares;

V – Outras situações não especificadas.

§ 2º**.** Não estão sujeitos ao pagamento da taxa:

I - requerimentos ou petições em defesa de direito pessoal ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

II - requerimento e fornecimento de certidão para defesa de direito e esclarecimento de situação de interesse pessoal;

III - Pela emissão de boletos para pagamentos de tributos ou contribuições;

IV - As certidões, guias, atestados, espelhos cadastrais, AIDOFs e demais documentos, caso esses sejam emitidos através de aplicativo disponibilizado pelo fisco municipal na rede mundial de computadores (internet).

Art. 143**.** A Taxa, diferenciada em função da natureza do documento ou ato administrativo que lhe der origem, é calculada conforme disposto no Anexo III desta Lei e atualizada anualmente por Decreto do Executivo.

Parágrafo Único**.** As normas para cobrança das taxas previstas no Art. 141, desta Lei, poderão ser regulamentadas por Decreto do Executivo.

Art. 144**.** A Taxa de Expediente será lançada e arrecadada simultaneamente com a entrada do requerimento ou previamente à expedição do documento ou prática do ato requerido.

Seção III
Da Taxa de Coleta de Lixo

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100080

Art. 145**.** A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a prestação, direta ou indireta pelo Município, do serviço público específico e divisível nela enunciado, efetivamente prestado ou posto à disposição do sujeito passivo.

Art. 146. O responsável pelo pagamento da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóvel situado em logradouro ou via em que haja a prestação do serviço enunciado no artigo anterior.

Parágrafo Único**.** Para os efeitos deste artigo considera-se como imóvel a unidade autônoma assim considerada pelo Município e inscrita no Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 147**.** A taxa, diferenciada em função do uso do imóvel, será calculada de acordo com o Anexo III desta Lei.

§ 1º**.** Os valores previstos no *caput* deste artigo serão fixados em VRM – Valor de Referência Municipal, e sua correção será pelo índice oficial adotado pelo Município.

Art. 148. A Taxa de Coleta de Lixo será lançada anualmente, em expressão monetária e de ofício, na mesma data para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e seu pagamento dar-se-á juntamente com este, em calendário a ser fixado por Decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único**.** Quando o contribuinte da Taxa for imune, estiver isento, ou por qualquer outra razão não for contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano, o lançamento será feito em conhecimento específico.

Art. 149**.** Aplica-se à taxa de coleta de lixo, no que couber, os princípios e normas concernentes ao lançamento, pagamento, onerações e penalidades previstas no Capítulo I da presente Lei referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano.

Seção IV

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

Da Taxa por Ações e Serviços de Saúde

Art. 150**.** É instituída a Taxa por Ações e Serviços de Saúde de competência da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 151**.** A Taxa por Ações e Serviços de Saúde tem como fato gerador as atividades administrativas de execução dos serviços de saúde e de controle de vigilância sanitária bem como vistoria anual das condições regulares, e pelas diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando exame das condições iniciais da licença de estabelecimentos especificados no Anexo III desta Lei.

Art. 152**.** É contribuinte da Taxa por Ações e Serviços de Saúde a pessoa física ou jurídica a quem o Município presta ou põe à disposição o serviço de saúde pública, que realize atividade sujeita ao controle e fiscalização sanitária, ou seja, proprietário ou possuidor de bem móvel ou imóvel ou de equipamentos e instalações sujeitos ao mesmo controle e fiscalização.

Art. 153. A taxa é variável em função do ato administrativo e da natureza do fato ou atividade sujeitos ao controle e fiscalização sanitária, e será calculada por valores fixados conforme o Anexo III desta Lei.

Art. 154**.** Os atos administrativos de controle e vigilância sanitária terão como objeto de verificação a observância das normas e exigências constantes de legislação federal, estadual e municipal, voltadas à proteção e preservação da saúde.

Art. 155. A receita proveniente da arrecadação dos valores relativos à Taxa por Ações e Serviços de Saúde será destinada ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 156**.** Os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, diretamente vinculados à saúde, assim como veículos de transporte de bens e produtos, comércio ambulante, comércio eventual e demais formas de atividades relacionadas com a saúde, somente poderão funcionar ou ser utilizados, se respeitadas as normas técnicas vigentes e após o fornecimento do Alvará Sanitário, pela autoridade sanitária municipal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Parágrafo Único**.** Os estabelecimentos industriais de medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes domissanitários e correlatos; os estabelecimentos comerciais de medicamentos e produtos veterinários e agropecuários; as creches; os bancos de leite humano e as prestadoras de serviços de saúde, somente poderão funcionar sob a responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitada.

Art. 157**.** A Taxa será lançada e cobrada no ato do requerimento para exame, vistoria, renovação de Alvará Sanitário ou, quando a atuação administrativa ocorrer de ofício, na forma que for estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único. O valor das Taxas por Ações e Serviços de Saúde deverá cobrir o custo administrativo do procedimento correspondente.

Art. 158**.** A inscrição deverá ser promovida no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data do registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

§ 1º**.** O Alvará Sanitário terá o prazo de validade de 1 (um) ano, a partir de sua concessão, ou renovação**.**

§ 2º**.** A renovação do Alvará Sanitário, deverá ser solicitado junto ao Setor de Protocolo Municipal até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento, informado no próprio documento, sob pena de multa.

Da Taxa de Serviços de Licenciamento Ambiental

Art. 159**.** A Taxa de serviços de licenciamento ambiental, regulamentada por lei própria, será cobrada em conformidade com a tabela do anexo III, desta Lei.

§ 1º. Consideram-se taxas ambientais as licenças PRÉVIAS, de INSTALAÇÃO e de OPERAÇÃO das atividades elencadas na legislação pertinente,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

conforme previsto nas Resoluções Nº237, de 19 de dezembro de 1997, do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, Nº05, de 5 de agosto de 1993 e Nº04, de 28 de abril de 2000 do CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente.

§ 2º As multas decorrentes de crimes ambientais terão seus valores adotadas em função de legislação federal que rege a matéria e o rito do ato administrativo será o contido na Lei Federal Nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

§ 3º Os recursos obtidos pela aplicação da presente Lei serão de depositados à conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

§ 4º A Secretaria Municipal de Agricultura será o órgão ambiental responsável pela aplicação desta Lei e por sua fiscalização, bem como pela política local de meio ambiente.

§ 5º. A taxa será devida tantas vezes quantas forem às licenças exigidas (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO).

§ 6º As taxas seguem a tabela do anexo III, cujos valores são expressos em URM – Unidade de Referência Municipal.

§ 7º - As normas pertinentes a aplicação desta lei poderão ser regulamentadas por decreto do executivo.

TÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO ÚNICO
Dos Elementos da Contribuição de Melhoria
Seção I
Do Fato Gerador e Incidência

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

Art. 160**.** A Contribuição de Melhoria, regulada pela presente Lei, tem como fato gerador a realização, pelo Município, de obra pública da qual resulte valorização dos imóveis por ela beneficiados.

Parágrafo Único**.** Considera-se ocorrido o fato gerador da Contribuição de Melhoria na data de conclusão da obra referida neste artigo.

Art. 161. A Contribuição de Melhoria será devida em virtude da realização de qualquer das seguintes obras públicas:

I - Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos em praças e vias públicas;

II - Construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - Construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - Serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e instalações de comodidade pública;

V - Proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e obras de saneamento e drenagem em geral, diques, canais, desobstrução de portos, barras e canais d'água, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - Construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - Construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

IX - Outras obras realizadas que valorizem os imóveis beneficiados.

Parágrafo Único**.** As obras elencadas no *caput* poderão ser executadas pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Poder Público Municipal ou empresas por ele contratadas.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 162**.** O sujeito passivo da obrigação tributária é o titular do imóvel, direta ou indiretamente, beneficiado pela execução da obra.

Art. 163. Para efeitos desta Lei, considera-se titular do imóvel o proprietário, o detentor do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se esta responsabilidade aos adquirentes e sucessores, a qualquer título.

§ 1º. No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta ou foreiro.

§ 2º**.** Os bens indivisos poderão ser lançados em nome de um só dos proprietários, tendo o mesmo o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 3º. Quando houver condomínio, quer de simples terreno quer com edificações, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 164**.** A Contribuição de Melhoria será cobrada dos titulares de imóveis de domínio privado, salvo as exceções previstas nesta Lei.

Seção III
Do Cálculo

Art. 165**.** A Contribuição de Melhoria tem como Limite Total a despesa realizada com a execução da obra e, como Limite Individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único**.** Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe em financiamentos ou

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

empréstimos, bem como demais investimentos a ela imprescindíveis, e terá a sua expressão monetária atualizada, na época do lançamento, mediante a aplicação de coeficientes de correção monetária.

Art. 166**.** Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, a Administração Municipal procederá da seguinte forma:

I - Definirá, com base nas leis que estabelecem o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, a obra a ser realizada e que, por sua natureza e alcance, comportar a cobrança do tributo, lançando em planta própria sua localização;

II - Elaborará o memorial descritivo de cada obra e o seu orçamento detalhado de custo;

III - Delimitará, na planta a que se refere o inciso I, a zona de influência da obra, para fins de relacionamento de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, sejam por ela beneficiados;

IV - Relacionará, em lista própria, todos os imóveis que se encontrarem dentro da área delimitada na forma do inciso anterior, atribuindo-lhes um número de ordem;

V - Fixará, por meio de avaliação, o valor de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, independentemente dos valores que constarem do cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de consulta a este quando estiver atualizado em face do valor de mercado;

VI – Estimará, por intermédio de novas avaliações, o valor que cada imóvel terá após a execução da obra, considerando a influência do melhoramento a realizar na formação do valor do imóvel;

VII - Lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em duas colunas separadas e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, os valores fixados na forma do inciso V e estimados na forma do inciso VI;

VIII - Lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em outra coluna na linha de identificação de cada imóvel, a valorização decorrente da execução da obra, assim entendida a diferença, para cada imóvel, entre o valor estimado na forma do inciso VI e o fixado na forma do inciso V;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

IX - Somará as quantias correspondentes a todas as valorizações, obtidas na forma do inciso anterior;

X - Definirá, nos termos desta Lei, em que proporção o custo da obra será recuperado através de cobrança da Contribuição de Melhoria;

XI - Calculará o valor da Contribuição de Melhoria devida pelos titulares de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, multiplicando o valor de cada valorização (inciso VIII) pelo índice ou coeficiente resultante da divisão da parcela do custo a ser recuperado (inciso X) pelo somatório das valorizações (inciso IX).

Parágrafo Único**.** A parcela do custo da obra a ser recuperada não será superior à soma das valorizações, obtida na forma do inciso IX deste artigo.

Art. 167**.** A percentagem do custo da obra a ser cobrada como Contribuição de Melhoria, a que se refere o inciso X do artigo anterior, observado o seu parágrafo único, não será inferior a 50% (cinquenta por cento), a exceção de Projeto de Lei especifico autorizado pelo Poder Legislativo.

§ 1º**.** Para a definição da percentagem do custo da obra a ser cobrado como Contribuição de Melhoria, entre o limite total e o percentual mínimo estabelecido no *caput* deste artigo, o Poder Público realizará audiência pública para a qual deverão ser convocados todos os titulares de imóveis situados na zona de influência, regendo-se a consulta nela realizada pelo disposto em regulamento.

§ 2º**.** Lei específica, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades predominantes e o nível de desenvolvimento da zona considerada poderá estabelecer percentagem de recuperação do custo da obra inferior ao previsto no *caput* deste artigo.

Art. 168**.** Para os efeitos do inciso III, do artigo 166, a zona de influência da obra será determinada em função do benefício direto e indireto que dela resultar para os titulares de imóveis nela situados.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. Serão incluídos na zona de influência, imóveis não diretamente beneficiados, sempre que a obra pública lhes melhore as condições de acesso ou lhes confira outro benefício.

§ 2º. Salvo prova em contrário, presumir-se-á índice de valorização decrescente constante para os imóveis situados na área adjacente à obra, a partir de seus extremos, considerando-se intervalos mínimos lineares a partir do imóvel mais próximo ao mais distante.

§ 3º. O valor da Contribuição de Melhoria pago pelos titulares de imóveis não diretamente beneficiados, situados na área de influência de que trata este artigo, será considerado quando da apuração do tributo em decorrência de obra igual que os beneficiar diretamente, mediante compensação na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º. Serão excluídos da zona de influência da obra os imóveis já beneficiados por obra da mesma natureza, cujos titulares tenham pago Contribuição de Melhoria dela decorrente.

Art. 169. Na apuração da valorização dos imóveis beneficiados, as avaliações a que se referem os incisos V e VI do artigo 166 serão procedidas levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

Parágrafo Único. A metodologia e critérios a que se refere este artigo serão explicitados em regulamento.

Seção IV
Da Cobrança e Lançamento

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

Art. 170**.** Para a cobrança da Contribuição de Melhoria a Administração Municipal publicará edital, contendo, entre outros julgados convenientes, os seguintes elementos:

I - Delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II - Memorial descritivo do projeto;

III – Orçamento total ou parcial do custo da obra;

IV – Determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 171. Os titulares de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras, relacionadas na lista própria a que se refere o inciso IV do artigo 166, têm o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data de publicação do edital referido no artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º**.** A impugnação deverá ser dirigida à autoridade fazendária, através de petição escrita, indicando os fundamentos ou razões que a embasam, e determinará a abertura do processo administrativo, o qual se regerá pelo disposto neste Código Tributário Municipal.

§ 2º**.** A impugnação não suspende o início ou prosseguimento da obra, nem obsta à Administração Municipal a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 3º**.** O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projeto ainda não concluído.

Art. 172**.** Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Público Municipal procederá os atos

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

administrativos necessários à realização do lançamento do tributo no que se refere a esses imóveis, em conformidade com o disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único**.** O lançamento será precedido da publicação de edital contendo o demonstrativo do custo efetivo, total ou parcial, da obra realizada.

Art. 173**.** O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o valor da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o sujeito passivo, pessoalmente, do lançamento do tributo, por intermédio de servidor público ou aviso postal.

§ 1º**.** Considera-se efetiva a notificação pessoal quando for entregue no endereço indicado pelo contribuinte, constante do cadastro imobiliário utilizado, pelo Município, para o lançamento do IPTU.

§ 2º**.** A notificação referida no *caput* deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

I - Referência à obra realizada e ao edital mencionado no artigo 170;

II - De forma resumida:

a) o custo total ou parcial da obra;

b) parcela do custo da obra a ser ressarcida;

III - O valor da Contribuição de Melhoria relativo ao imóvel do contribuinte;

IV - O prazo para o pagamento, número de prestações e seus vencimentos;

V - Local para o pagamento;

VI - Prazo para impugnação, que não será inferior a 30 (trinta) dias.

§ 3º**.** Na ausência de indicação de endereço, na forma do parágrafo 1º, e de não ser conhecido, pela Administração Municipal, o domicílio do contribuinte, verificada a impossibilidade de entrega da notificação pessoal, o contribuinte será notificado do lançamento por edital, nele constando os elementos previstos no parágrafo 2º.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 174**.** Os contribuintes, no prazo que lhes for concedido na notificação de lançamento, poderão apresentar impugnação contra:

I - Erro na localização ou em quaisquer outras características dos imóveis;

II - O cálculo do índice atribuído, na forma do inciso XI do artigo 166;

III - O valor da Contribuição de Melhoria;

IV - O número de prestações.

Parágrafo Único**.** A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo tributário de caráter contencioso.

Seção V
Do Pagamento

Art. 175**.** A Contribuição de Melhoria será paga em parcelas mensais, iguais e consecutivas, definidas em Decreto do Executivo Municipal, tal modo que o montante anual dos respectivos valores não ultrapasse a 10% (dez por cento) do valor atualizado do imóvel, incluída a valorização decorrente da obra, nos termos do previsto no inciso VI do artigo 166 desta Lei.

Parágrafo Único**.** O contribuinte poderá optar:

I - Pelo pagamento do valor total de uma só vez até a data de vencimento da primeira prestação, o Poder Executivo poderá conceder a título de incentivo, mediante Decreto, um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre a contribuição de melhoria devida, obedecida a Lei Federal n° 101/2000, de 05 de maio de 2000.

II – O contribuinte que optar pelo parcelamento poderá efetuar em até no máximo 48 (quarenta e oito) parcelas, cujo valor mínimo não será menor que 0,50 (cinquenta centésimos) da VRM– valor de Referência Municipal.

Seção VI
Da Não-Incidência

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página 630
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 111
Peça 3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100080

Art. 176**.** Não incide a Contribuição de Melhoria em relação aos imóveis cujos titulares sejam a União, o Estado ou outros Municípios, bem como as suas autarquias e fundações, exceto aqueles prometidos à venda e os submetidos a regime de enfiteuse ou aforamento.

Art. 177**.** O tributo, igualmente, não incide nos casos de:

I - Simples reparação e/ou recapeamento de pavimentação;

II - Alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;

III - Colocação de "meio-fio" e sarjetas.

IV - Obra realizada na zona rural, cujos imóveis beneficiados sejam dessa natureza, salvo quando disposto de outra forma em lei especial.

V - Obra realizada em loteamento popular de responsabilidade do Município.

Seção VII
Das Isenções

Art. 178**.** São isentas do pagamento da Contribuição de Melhoria as entidades assistenciais, educacionais, culturais e esportivas sem fins lucrativos, assim como as instituições religiosas.

Parágrafo Único**.** O benefício da isenção será concedido à vista de requerimento e comprovação dos requisitos previstos no artigo 14 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Seção VIII
Das Disposições Finais

Art. 179**.** Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página 631
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 112
Peça 3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100080

Art. 180**.** O Município cobrará a Contribuição de Melhoria das obras em andamento, conforme prescrito neste Capítulo.

TÍTULO V
DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 181**.** A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP tem como fato gerador o consumo de energia elétrica destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

§ 1º**.** A previsão de arrecadação anual da CIP deverá estar respaldada e manter coerência com as estimativas de despesas e planos de metas da Administração Municipal para com o Serviço de Iluminação Pública.

§ 2º. A empresa concessionária de distribuição de energia elétrica que abrange o território do Município deverá informar ao órgão responsável pela contribuição todos os elementos necessários à inscrição cadastral do sujeito passivo, bem como, da base de cálculo para determinação de valor da CIP, seja para os fins da homologação ou efetivação do lançamento em caso de inadimplência do sujeito passivo.

Art. 182**.** Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão que abranja o território do Município de **Sertão Santana**.

Art. 183**.** A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica de cada unidade consumidora, constante da fatura ou nota fiscal emitida pela empresa concessionária de energia elétrica, deduzidos os tributos.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

Art. 184. A alíquota será de 3% (três por cento) do valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa distribuidora, na forma do artigo 183.

§ 1º. Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial e com consumo de 50 KW/h da classe e rural com consumo de até 70 KW/h.

§ 2º- O morador da área rural, residencial, contribuirá com a alíquota de 1,5% (um por cento e meio) do valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura, emitida pela empresa distribuidora, na forma do artigo 183.

Art. 185**.** Os valores de contribuição poderão ser fixadas e ajustadas anualmente por Decreto do Executivo Municipal, embasado na variação da VRM, ou no reajuste do valor da energia elétrica.

Art. 186**.** O lançamento da CIP dá-se por homologação, devendo o sujeito passivo antecipar o pagamento nos termos e prazos que dispuser a fatura ou nota fiscal mensal de recolhimento do consumo de energia elétrica apresentada pela concessionária de energia elétrica.

§ 1º. O Município conveniará ou contratará com a concessionária de energia elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º**.** O convênio ou contrato a que se refere o § 1º deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato (máximo cinco dias úteis) do valor arrecadado pela concessionária ao Município.

§ 3º**.** O montante devido e não pago da CIP a que se refere o *caput* deste artigo será inscrito em dívida ativa, anualmente, no mês de janeiro de cada ano, ou em no máximo de 60 (sessenta) dias do recebimento das informações fornecidas pela concessionária de energia elétrica, sobre os débitos que não estiverem mais passíveis de cobrança pela mesma.

§ 4º. Servirá como título hábil para a inscrição:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

I – a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II – a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III – outro documento que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos I e II do Código Tributário Nacional.

§ 5º**.** Os valores da CIP, não pagos durante e sob a responsabilidade de cobrança da concessionária de energia, serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, desde o vencimento da obrigação, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 187**.** O pagamento antecipado pelo sujeito passivo, nos termos do artigo anterior, extingue o crédito sob condição resolutória da posterior homologação do lançamento.

Art. 188**.** Os recursos da CIP serão depositados em conta específica do Município de **Sertão Santana**, e serão utilizados única e exclusivamente para pagamento do consumo de energia elétrica em iluminação pública e manutenção das respectivas redes.

Art. 189**.** Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo único**.** Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Art. 190**.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com a CEEE e CERTAJA o convênio ou contrato a que se refere o artigo 186, § 1º da presente Lei.

Parágrafo Único**.** Fica validado o Convênio firmado antes da publicação desta Lei.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página
634
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
115
Peça
3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100080

TÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
Da Fiscalização

Art. 191**.** Compete à Fazenda Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias.

Art. 192. O Fiscal tributário é autoridade administrativa a quem compete, em nome da Secretária Municipal da Fazenda, entre outras atividades:

I – privativamente executar a fiscalização, por meio da ação fiscal direta ou indireta;

II – planejar, programar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao exercício da competência tributária municipal e orientar às pessoas naturais e jurídicas, contribuintes ou não, quanto à correta aplicação da legislação tributária;

III – privativamente, constituir o crédito tributário pelo lançamento;

IV - A Fiscalização Tributária será realizada diretamente, pelo Fiscal tributário, por meio dos elementos constantes do Cadastro Fiscal e/ou informações colhidas em fontes que não as do contribuinte através de sistema de gestão informatizado.

§ 1º**.** A competência estende-se a todo o território nacional, quando se tratar da verificação de atos ou fatos que possam resultar na constituição de crédito tributário para o Município de **Sertão Santana**.

§ 2º**.** A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas, naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigados ao cumprimento da legislação do imposto, inclusive as que gozarem de imunidade ou de isenção.

Art. 193. O Executivo regulamentará através de Decreto, o planejamento da Fiscalização Tributário do Município de **Sertão Santana**.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

Art. 194. O Fiscal tributário, devidamente credenciado ao exercício regular de suas atividades, terá acesso ao interior de estabelecimentos, depósitos, salas de espetáculos, bilheterias e quaisquer outras dependências onde se faça necessária a sua presença.

Art. 195**.** A Fiscalização possui ampla faculdade no exercício de suas atividades, podendo promover ao sujeito passivo, especialmente:

I - A exigência de exibição de livros e documentos de escrituração contábil legalmente exigido;

II - A exigência de exibição de elementos fiscais, livros, registros e talonários exigidos pelas Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal;

III - A exigência de exibição de títulos e outros documentos que comprovem a propriedade, a posse ou o domínio útil de imóvel;

IV - A solicitação de seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

V - A apreensão de livros e documentos fiscais, nas condições e formas regulamentares;

VI – A exigência da exibição dos comprovantes de direito de ingresso ou em participação em diversões públicas, antes, durante ou após a realização do evento.

a) A forma de apresentação dos comprovantes de ingressos e afins, será regulamentada por decreto do executivo.

Art. 196**.** Caracterizada a omissão de formalidades legais ou, ainda, a constatação da existência de vícios ou fraude na escrituração fiscal ou contábil, tendente a dificultar ou impossibilitar a apuração do tributo, é facultado à autoridade fazendária promover o processo de arbitramento dos respectivos valores por meio de informação analiticamente fundamentada e com base nos seguintes elementos:

I - Declaração fiscal mensal do próprio contribuinte;

II - Natureza da atividade;

III - Receita realizada por atividades semelhantes;

IV - Despesas do contribuinte;

V - Quaisquer outros elementos que permitam a aferição da base de cálculo do imposto.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 197**.** O exame de livros, arquivos, registros e talonários fiscais e outros documentos, assim como demais diligências da fiscalização, poderão ser repetidas em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art. 198**.** A Autoridade Fiscal do Município poderá requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

CAPÍTULO II
Da Notificação e Intimação
Seção I
Da Notificação de Lançamento do Tributo

Art. 199**.** Os contribuintes serão notificados do lançamento do tributo e intimados das infrações previstas em que tenham incorrido.

Art. 200**.** O contribuinte será notificado do lançamento do tributo por uma ou mais de uma das seguintes formas:

I - Pessoalmente, por servidor municipal;

II – Por remessa postal, com Aviso de Recebimento;

III - Por edital.

IV – de correio eletrônico (e-mail) devidamente autorizado e cadastrado junto à administração municipal, ou, por meio eletrônico conforme disposto no art. 282, § único, Incisos I, II, III, alíneas "a", "b" e "c", desta Lei, poderá ser regulamentado por decreto do executivo.

§ 1º. No caso previsto no inciso II deste artigo, será considerada efetiva a notificação quando entregue no endereço indicado pelo contribuinte junto ao cadastro competente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 2º. O edital referido no inciso III será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial local ou em jornal, ou, ainda, afixado em dependência franqueada ao público do órgão encarregado da intimação.

§ 3º. Na impossibilidade de localizar o contribuinte e havendo condições de constituir o crédito tributário, as notificações deverão ser efetuadas por edital.

§ 4º. Nas hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 3º, considera-se notificado o contribuinte 10 (dez) dias após a publicação ou afixação do edital.

§ 5º. Em situações motivadas por força maior, sujeitas a análise por parte do Fisco Municipal, que impeçam ao contribuinte o cumprimento das notificações, exceto na notificação de multa por descumprimento de obrigação acessória, poderá o mesmo solicitar, mediante início de processo administrativo no protocolo geral da Prefeitura, prorrogação do prazo de atendimento.

§ 6º. Considerando o disposto no parágrafo anterior, nos casos em que for indeferida a solicitação do contribuinte fica suspenso o prazo previsto na notificação durante o intervalo da data do protocolo do pedido até a data da ciência ao Contribuinte.

§ 7º. Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do contribuinte, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente.

§ 8º. Para o atendimento das notificações, fica o contribuinte sujeito ao estabelecido na Legislação Tributária Municipal.

Seção II

Da Intimação de Infração

Art. 201. A intimação de infração a dispositivo desta Lei será feita pelo Agente do Fisco, por meio de:

I - Intimação Preliminar, com prazo de 30 (trinta) dias;

II - Auto de Infração, com prazo de 10 (dez) dias.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. Feita à intimação preliminar, não providenciando o contribuinte à regularização da situação, no prazo estabelecido no inciso I deste artigo, serão tomadas as medidas cabíveis tendentes à lavratura do Auto de Infração.

§ 2º. Decorrido o prazo sem a regularização da situação ou diante de decisão administrativa irrecorrível, o débito consignado no Auto de Infração será corrigido monetariamente e inscrito em dívida ativa, na forma do artigo 265, § único, desta Lei.

§ 3º. Não caberá Intimação Preliminar nos casos de reincidência.

§ 4º. Considerar-se-á encerrado o processo fiscal quando o contribuinte pagar o tributo, não cabendo posterior impugnação ou recurso.

§5º. Tratando-se de Auto de Infração por omissão na entrega de declarações acessórias instituídas em meio eletrônico pelo Fisco Municipal, poderá o contribuinte ser notificado da lavratura por meio de correio eletrônico (e-mail) devidamente autorizado e cadastrado junto à administração municipal, ou, por outro meio eletrônico conforme disposto no art. 282, § único, Incisos I, II, III, alíneas "a", "b" e "c" desta Lei a ser regulamentado por decreto do executivo.

§ 6º. O prazo previsto no inciso I deste artigo poderá ser prorrogado por igual período uma única vez.

Art. 202. O Auto de Infração será lavrado pelo Agente do Fisco, quando o contribuinte incorrer nas infrações capituladas nos artigo 203 à 228, desta Lei.

CAPÍTULO III
Das Penalidades e Infrações
Seção I
Das Penalidades

Art. 203. Os infratores estão sujeitos às seguintes penalidades, separada ou cumulativamente:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

I – Multa;

II – Proibições aplicáveis às relações entre os sujeitos passivos em débito e a Fazenda Municipal;

III – Sujeição a regime especial de fiscalização;

IV – Suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidos às concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial do tributo.

Parágrafo Único**.** A aplicação de penalidade de qualquer natureza, em caso algum, dispensa o cumprimento de obrigações acessórias ou o pagamento do tributo e seus acréscimos cabíveis, e a reparação do dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável.

Seção II
Das Infrações com Multa

Art. 204**.** É considerado infrator, incorrendo na aplicação da penalidade de multa os capitulados nos artigos 205 à 228 desta Lei.

SUBSEÇÃO X
DAS MULTAS POR INFRAÇÃO

Art. 205**.** Aplicam-se aos substitutos tributários, no que couberem, as disposições desta Lei, especialmente, aquelas relativas às penalidades por infrações.

§ 2º**.** O não cumprimento da obrigação prevista no caput, bem como o cumprimento com incorreções ou omissões, nas condições e nos prazos regulamentares, sujeita o infrator, conforme o caso, as penalidades por infrações previstas nesta lei.

Art. 206**.** Os prestadores de serviço ficam obrigados a afixar em cada estabelecimento, cartaz em local de fácil visualização e leitura pelo público, com dimensões não inferiores a 25 cm (vinte e cinco centímetros) de altura e 40 cm

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

(quarenta centímetros) de comprimento, contendo a seguinte expressão: **"**Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviços ou Documento Fiscal, autorizado pelo Município, para cada operação ou prestação".

Parágrafo único**.** Os cartazes poderão ser confeccionados em qualquer material, com letras no tamanho mínimo de 3,0 cm de altura por 1,5 cm de largura, na cor preta em fundo branco.

Art. 207**.** As pessoas físicas e jurídicas, de direito privado e público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, as associações, sindicatos e cartórios notariais e de registro, que exerçam atividades econômicas, similares ou prestem serviço público, estabelecidos ou sediados no Município, ficam obrigados a declarar suas informações cadastrais e efetuar seu cadastramento ou recadastramento, na periodicidade, na forma e no prazo estabelecido em regulamento.

SEÇÃO VI
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 208**.** As infrações e penalidades relacionadas ao Imposto Sobre Serviços estão definidas na presente lei e serão interpretadas da maneira mais favorável ao contribuinte, levando-se em conta:

I - à capitulação legal do fato;

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

SEÇÃO VII

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Art. 209**.** As multas pelo descumprimento da obrigação principal serão aplicadas quando apurada a infração por meio de ação fiscal procedida pela Fiscalização Tributária do Município.

§ 1º Considera-se, para os efeitos desta lei:

I – reincidência: uma nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva administrativamente a penalidade relativa à infração anterior;

II – falsidade: o cometimento, em tese, de um dos crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei Federal nº 8.137 de 1990, suprimindo ou reduzindo o imposto e qualquer acessório mediante as seguintes condutas:

a) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

b) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela Lei fiscal;

c) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

d) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber, falso ou inexato;

e) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.

§ 2º**.** A infração das sanções de que trata esta Lei não elide a de outras previstas na legislação tributária e penal.

Art. 210**.** O infrator fica sujeito em cada caso, às penalidades abaixo graduadas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. Referente ao não recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

a) igual a 75% (setenta e cinco por cento) do tributo devido quando:

1 - instruir com incorreção, pedido de inscrição ou guia de recolhimento, determinando a redução ou supressão do imposto devido;

2 - não efetuar o recolhimento da importância devida cujo lançamento é efetuado por homologação;

3 - não promover inscrição municipal no Cadastro Mobiliário Fiscal;

4 - exercer atividades no âmbito do município sem autorização;

5 - iniciar obra de construção civil, sem prévia autorização do município.

b) igual a 150% (cento e cinqüenta por cento) do tributo devido quando deixar, na qualidade de responsável solidário, de recolher o valor do crédito tributário devido;

c) igual a 200 % (duzentos por cento) do tributo devido quando deixar, na qualidade de substituto tributário, de recolher o valor do crédito tributário devido.

§ 2º. As penalidades previstas no parágrafo 1° serão aplicadas em dobro quando o infrator praticar atos que evidenciem falsidade e manifesta intenção dolosa ou de má fé, ou quando reincidir em infração caracterizada naqueles dispositivos.

§ 3º. As penalidades previstas neste artigo não serão inferiores a:

I - 2 (duas) VRMs na hipótese de o infrator tratar-se de pessoa jurídica;

II – 1 (uma) VRM na hipótese de o infrator tratar-se de profissional autônomo de nível superior ou legalmente equiparado;

III – 50% (cinquenta por cento) da VRM na hipótese de o infrator tratar-se profissional autônomo de nível médio;

IV – 25% (vinte e cinco por cento) da VRM na hipótese de o infrator tratar-se profissional autônomo não elencado nos incisos II e III.

Seção VIII
DA INFRAÇÃO À OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 211. A obrigação acessória decorrente desta lei tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

fiscalização dos tributos e a sua inobservância impõe as penalidades estabelecidas na forma desta lei.

Parágrafo único**.** A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Subseção I
INFRAÇÕES RELATIVAS A INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Art. 212. Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas a informações cadastrais:

I– multa de 20% (vinte por cento) da VRM na hipótese de não comunicar, ou comunicar sem causa, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a alteração de seus dados cadastrais, conforme dispuser o regulamento;

II – multa de 30% (trinta por cento) da VRM na hipótese de solicitação de liberação de espetáculo de diversões públicas após a realização do evento;

III – multa de 01 (uma) VRM:

a) na hipótese de não promover, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a sua inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal;

b) na hipótese de não comunicar, ou comunicar sem causa, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do registro no órgão de registro o encerramento de suas atividades no município;

c) na hipótese da ausência, de solicitação de liberação de espetáculos de diversões públicas;

d) quando deixar de afixar o cartaz de obrigatoriedade de emissão de documento fiscal autorizado na forma do parágrafo único e caput do artigo 206.

IV – multa de 02 (duas) VRMs na hipótese de se verificar falsificação na liberação de espetáculo de diversões públicas, ou, no caso de fraude, dolo ou má fé na prestação ou promoção de eventos de diversões públicas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Subseção II

INFRAÇÕES RELATIVAS A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA MENSAL

Art. 213**.** Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas a declaração eletrônica mensal:

I – multa de 10% (dez por cento) da VRM:

a) para cada dado omisso, exigido em regulamento, na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados e tomados;

b) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados apresentada fora da periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento.

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM para cada dado incorreto, exigido em regulamento, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

III – multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM:

a) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados não apresentada em periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento;

b) para cada documento fiscal informado com dados divergentes do constante do documento fiscal, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados.

Subseção III

INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS DECLARAÇÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 214. Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas à apresentação das declarações de instituições financeiras e assemelhadas que devam conter os dados referentes aos serviços prestados, às informações relativas às contas contábeis e à natureza das operações realizadas e ao valor do imposto:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

I – multa de 10% (dez por cento) da VRM para cada dado omisso, exigido em regulamento, na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM:

a) para cada dado incorreto, exigido em regulamento, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

b) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados apresentada fora da periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento;

c) para cada dado omisso em relação às tarifas cobradas sobre os serviços regulados pelo Banco Central do Brasil.

III – multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM:

a) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados não apresentada em periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento;

b) para cada documento fiscal informado com dados divergentes do constante do documento fiscal, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

II – multa de 30% (trinta por cento) da VRM para cada dado incorreto em relação às tarifas cobradas sobre os serviços regulados pelo Banco Central do Brasil.

Subseção IV
INFRAÇÕES RELATIVAS À GUIA DE RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 215**.** Será aplicada a multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM para cada competência, quando deixar de utilizar a guia de recolhimento emitida pelo sistema da Declaração Eletrônica Mensal, para os sujeitos passivos obrigados a entrega da referida declaração.

Subseção V

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS LIVROS DESTINADOS À ESCRITURAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS OU TOMADOS E OUTROS OBRIGATÓRIOS PELA LEGISLAÇÃO

Art. 216. Será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) da VRM por infração relativa a livros destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros e a qualquer outro livro fiscal exigido pela legislação municipal:

a) por competência, referente aos serviços não escriturados na conformidade do regulamento;

b) por competência, aos que escriturarem, ainda que na conformidade do regulamento, livros não autenticados.

Subseção VI

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS LIVROS DESTINADOS AO REGISTRO DE RECEBIMENTOS DE IMPRESSOS FISCAIS, DE OCORRÊNCIAS E DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 217**.** Será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) da VRM por infração relativa a livros destinados a registro de recebimentos de impressos fiscais, de ocorrências e de impressão de documentos fiscais, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início:

a) aos que não possuírem os livros previstos neste inciso ou, ainda que os possuam, não estejam devidamente escriturados e autenticados, na conformidade do regulamento;

b) aos que escriturarem, ainda que na conformidade do regulamento, livros não autenticados;

c) aos que, possuindo os livros, devidamente autenticados, não efetuarem a escrituração na conformidade do regulamento.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Subseção VII

INFRAÇÕES RELATIVAS À FRAUDE, ADULTERAÇÃO, EXTRAVIO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVROS FISCAIS

Art. 218**.** Será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) da VRM por infração relativa à fraude, adulteração, extravio ou inutilização de livros fiscais:

a) por livro, aos que fraudarem, adulterarem, extraviarem ou inutilizarem livros destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros, e de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor do imposto ou dos serviços;

b) para cada livro ou documento, não previsto em outro dispositivo, quando o sujeito passivo não conservar os livros, documentos fiscais e meios de armazenamento de dados por período não inferior a 6 (seis) exercícios completos

Subseção VIII

INFRAÇÕES RELATIVAS A AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO, CONFECÇÃO, EMISSÃO, GUARDA OU CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 219**.** Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas a autorização de impressão, confecção emissão, guarda ou conservação de documentos fiscais:

I – multa de 10% (dez por cento) da VRM:

a) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo mandar confeccionar Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente em desacordo com modelo aprovado pela legislação municipal;

b) para cada documento fiscal, quando o estabelecimento gráfico confeccionar Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente, para si ou para terceiros, em desacordo com modelo aprovado pela legislação municipal, DEVENDO CONSTAR TODAS AS INDICAÇÕES determinadas em regulamento;

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

a) para cada documento fiscal, quando o contribuinte mandar imprimir Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente sem a prévia autorização do Fisco através da Autorização para Emissão de Documento Fiscal - AIDOF;

b) para cada documento fiscal, quando o estabelecimento gráfico confeccionar Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente, para si ou para terceiros, sem a prévia autorização do Fisco através da Autorização para Emissão de Documento Fiscal – AIDOF;

c) para cada documento fiscal, quando o contribuinte deixar de preencher, concomitante todas as vias da Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente;

III – multa de 30% (trinta por cento) da VRM:

a) para cada talão, quando o sujeito passivo extraviar ou inutilizar Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente ou Autorização para Emissão de Documento Fiscal - AIDOF, ainda que não utilizados ou preenchidos, enquanto não extinto o direito da fazenda cobrar o crédito tributário;

b) para cada AIDF, quando o sujeito passivo extraviar ou inutilizar Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente ou Autorização para Emissão de Documento Fiscal - AIDOF, ainda que não utilizados ou preenchidos, enquanto não extinto o direito da fazenda cobrar o crédito tributário;

c) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo emitir documento fiscal declarado extraviado ou inutilizado;

IV – multa de 40% (quarenta por cento) da VRM:

a) para cada documento fiscal, quando o contribuinte possuir Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente com numeração ou seriação paralela;

b) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo emitir documento fiscal informando deduções não permitidas na legislação municipal;

c) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo emitir documento fiscal de forma irregular para acobertar operações imunes, isentas ou ao abrigo da não incidência;

d) para cada documento fiscal, quando o contribuinte emitir Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente com importância diversa do valor dos serviços;

e) para cada documento fiscal, quando o contribuinte emitir Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente com importância diversa do valor dos serviços.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

f) para cada serviço, evento ou documento, quando deixar de emitir nota fiscal de serviço ou documento equivalente previamente autorizado.

V – multa de 50% (cinquenta por cento) da VRM para cada documento fiscal, quando o contribuinte deixar de preencher identicamente, todas as vias da Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente, diferenciando as informações constantes da via destinada ao tomador daquele constante da via destinada ao controle da Administração Tributária;

VI – multa de 01 (uma) VRM para cada talonário, quando o sujeito passivo manter documento fiscal fora do estabelecimento do contribuinte sem a devida autorização do fisco municipal.

Subseção IX
INFRAÇÕES RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL - MÁQUINA REGISTRADORA (ECF)

Art. 220**.** Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas à utilização de equipamento emissor de cupom fiscal - máquina registradora (ECF):

I - de 04 (quatro) VRMs:

a) por equipamento, aos que utilizarem ECF sem a correspondente autorização da Administração Tributária;

b) por equipamento, aos que mantiverem, no estabelecimento, ECF com lacre violado ou colocado de forma que não atenda às exigências da legislação.

II – multa de 01 (uma) VRM:

a) por equipamento, por mês ou fração de mês, aos que emitirem cupom fiscal sem as indicações estabelecidas na legislação;

b) por equipamento, por mês ou fração de mês, aos que utilizarem ECF em desacordo com as normas estabelecidas na legislação, para o qual não haja penalidade específica prevista na legislação do imposto;

c) por equipamento, aos que utilizarem ECF sem afixar, ou fazê-lo em local não visível ao público, o Certificado de Autorização de Equipamento Emissor de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Cupom Fiscal expedido pela Administração Tributária ou, ainda, se tal Certificado apresentar rasuras;

III – multa de 30% (trinta por cento) da VRM por bobina, aos que extraviarem, perderem ou inutilizarem bobina, imprimirem de forma ilegível, não conservarem nas condições que permitam manter a integridade dos dados impressos, arquivarem fora do estabelecimento ou em local não autorizado, ou não exibirem à fiscalização, quando exigido.

Subseção X

INFRAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO DE PRESTADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS – CPOM

Art. 221. Serão aplicadas as seguintes multas por infração relativas a inscrição, em cadastro simplificado, dos prestadores de serviços que emitem nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente, autorizado por outro Município ou pelo Distrito Federal para tomadores estabelecidos no Município de **Sertão Santana**:

I – multa de 01 (uma) VRM por prestador de serviços não inscrito;

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM por documento fiscal recebido de prestador de serviços não inscrito, aos tomadores que deixarem de efetuar a retenção na fonte dos prestadores de serviços que emitem nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente, autorizado por outro Município ou pelo Distrito Federal, na conformidade do que dispõe o regulamento.

Subseção XI

INFRAÇÕES RELATIVAS A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Art. 222**.** Será aplicada a multa de 40% (quarenta por cento) da VRM por documento fiscal, aos prestadores de serviços que, obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica, deixarem de solicitar a autorização para emiti-la, na conformidade do regulamento.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Parágrafo único**.** O uso de documento diverso do disposto no Parágrafo 3º, do artigo 81, desta lei, ou seja, o uso da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, enseja aplicação de multa no valor de 01 (uma) VRM por documento emitido.

Subseção XII

INFRAÇÕES RELATIVAS A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 223. Será aplicada a seguinte multa por infrações relativas à Fiscalização Tributária:

I – multa de 01 (uma) VRM:

a) para cada documento, informação ou declaração, falso ou inexato apresentado pelo sujeito passivo.

b) quando o sujeito passivo ou terceiros legalmente obrigados, não atender, no prazo estipulado, a Intimação lavrada pela autoridade competente para a apresentação de informações e documentos;

II – multa de 02 (duas) VRMs quando o sujeito passivo ou terceiros legalmente obrigados, atender parcialmente a Intimação lavrada pela autoridade competente para a apresentação de informações e documentos;

III - de 4 (quatro) VRM:

a) quando o sujeito passivo embaraçarem a ação fiscal, recusarem ou sonegarem a exibição de livros, documentos, impressos, papéis, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio, que se relacionem à apuração do imposto devido;

b) quando o sujeito passivo ou terceiros legalmente obrigados, não facilitar a ação fiscal e franquear à fiscalização tributária seus estabelecimentos, depósitos, dependências, móveis e utensílios, mercadorias, livros fiscais e contábeis, meios de armazenamento de dados, bem como todos os documentos ou papéis, inclusive borradores, cadernos ou apontamentos em uso ou já utilizados.

Subseção XIII

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

INFRAÇÕES RELATIVAS A EXIGÊNCIA DE TERCEIROS RELACIONADOS AO FATO GERADOR DO IMPOSTO

Art. 224**.** Será aplicada a multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM por infração relativa a exigência de terceiros relacionados ao fato gerador do imposto:

a) para cada mês de competência, quando o profissional responsável por escrita fiscal ou contábil, no exercício de suas atividades, praticar atos que visem diminuir o montante do imposto ou induzir o contribuinte à prática de infração;

b) para cada operação, quando o tomador do serviço aceitar documento diverso que não a Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente, previamente aprovado pelo fisco municipal.

b) para cada mês, quando o tomador do serviço contratar o serviço de profissional autônomo não inscrito no Cadastro Fiscal do município.

Subseção XIV

INFRAÇÕES RELATIVAS AO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES REFERENTES À UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO OU DÉBITO E CONGÊNERES

Art. 225**.** Será aplicada a seguinte multa por infrações relativas ao fornecimento de informações referentes à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de **Sertão Santana**:

I – multa de 02 (duas) VRMs por mês, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres que deixarem de apresentar, na conformidade do regulamento, as informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de **Sertão Santana**;

II - multa de 30% (trinta por cento) da VRM por mês, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres que apresentarem fora do prazo estabelecido em regulamento, ou o fizerem com dados inexatos ou

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

incompletos, as informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de **Sertão Santana**.

Subseção XV

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS SUBSTITUTOS TRIBUTÁRIOS

Art. 226 Nas infrações relativas aos substitutos tributários previstos na legislação municipal aplicar-se-ão as seguintes multas:

I – 10% (dez por cento) da VRM por documento fiscal, na hipótese de o substituto tributário não exigir do prestador do serviço o correto preenchimento da Nota Fiscal de Serviço ou de outro documento fiscal autorizado pela Fazenda Municipal, inclusive, com relação às expressões previstas na legislação tributária e que devem constar obrigatoriamente do documento emitido;

II – 25% (vinte e cinco por cento) da VRM:

a) por ocorrência, na hipótese de o substituto efetuar o recolhimento do valor retido, em desacordo com a forma estabelecida na legislação tributária municipal;

b) por documento fiscal, na hipótese de o substituto tributário não exigir do prestador do serviço Nota Fiscal de Serviço ou outro documento fiscal autorizado pela Fazenda Municipal;

III – 30% (trinta por cento) da VRM na hipótese de o substituto não apresentar declaração fiscal na periodicidade, na forma e no prazo estabelecido em regulamento;

IV – 50% (cinquenta por cento) da VRM por documento fiscal, na hipótese de o substituto tributário aceitar que o substituído emita mais de um documento fiscal pelo mesmo serviço prestado, com o propósito de evitar a substituição tributária;

V – 01 (uma) VRM, por competência, na hipótese de o substituto tributário não manter o controle das operações sujeitas a esse regime, para exame posterior da fiscalização tributária municipal, conforme dispuser o regulamento.

Subseção XVI

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS SUBSTITUÍDOS TRIBUTÁRIOS

Art. 227. Nas infrações relativas aos substituídos tributários previstos na legislação municipal aplicar-se-á a multa de 10% (dez por cento) da VRM por documento fiscal, na hipótese de o substituído não destacar na Nota Fiscal de Serviço ou outro documento fiscal autorizado pela Fazenda Municipal, o valor a ser retido e a alíquota aplicada.

Subseção XVII
INFRAÇÕES RELATIVAS A INFRIGÊNCIA AOS DEMAIS DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art.228. Será aplicada a multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM por infração relativa a infringência aos demais dispositivos da legislação tributária municipal, para as quais não haja penalidade específica prevista na Lei.

Subseção XVIII
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE INFRAÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 229**.** Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade e, a cada reincidência subseqüente, aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor até o limte máximo de 18 (dezoito) VRMs.

Parágrafo único. Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 5 (cinco)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

anos, contados da data em que se tornar definitiva, administrativamente, a penalidade relativa à infração anterior.

Art. 230**.** Quando apurada a ocorrência de infração a mais de 1 (um) dispositivo de obrigação acessória, ao sujeito passivo serão aplicadas tantas penalidades quantas forem as infrações cometidas.

Art. 231**.** Apurando-se, numa mesma ação fiscal, a prática de infração por mais de um sujeito passivo, caberá a aplicação de penalidades a todos os envolvidos.

Art. 232. Por ocasião do lançamento de penalidade expressa em VRM, será considerado o valor da VRM vigente à data da lavratura do Auto de Infração.

Art. 233. Procedimentos de inscrição, alteração de dados e baixa, quando realizados de ofício, não eximem o contribuinte do pagamento da multa decorrente da sua omissão.

Art. 234. A satisfação de multa por descumprimento de obrigação acessória não exime o sujeito passivo do cumprimento da obrigação acessória, do pagamento do imposto devido e dos acréscimos legais.

SUBSEÇÃO IXX
DA REDUÇÃO DO VALOR DAS MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Art. 235. Na hipótese de o autuado reconhecer a procedência do Auto de Infração, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor das multas será reduzido de 50% (cinqüenta por cento).

Art. 236. O autuado reconhecendo a procedência do Auto de Infração e Intimação, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, no curso da análise da

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

impugnação, ou no prazo para apresentação de recurso ordinário, o valor das multas será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 237. As reduções de que tratam os artigos 235 e 236 não se aplicam aos autos de infração lavrados com a exigência da multa prevista no artigo 229.

Art. 238. O sujeito passivo que reincidir em infração a este capítulo poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal de Finanças, a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Art. 239**.** O pagamento do imposto e o cumprimento da obrigação acessória é sempre devido, independentemente da pena que houver de ser aplicada.

Subseção XX

DA REDUÇÃO DO VALOR DAS MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 240. Na hipótese de o autuado reconhecer a procedência da infração cometida, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor das multas será reduzido de 20% (vinte por cento).

Art. 241**.** O autuado reconhecendo a procedência da infração cometida, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, no curso da análise da impugnação, ou no prazo para apresentação de recurso ordinário, o valor das multas será reduzido em 10% (dez por cento).

Art. 242. As reduções de que tratam os artigos 235 e 236 não se aplicam aos autos de infração lavrados com a exigência da multa prevista no artigo 229.

Art. 243. O sujeito passivo que reincidir em infração a este capítulo poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal de Finanças, a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 244. O pagamento do imposto e o cumprimento da obrigação acessória serão sempre devidos, independentemente da pena que houver de ser aplicada.

Subseção XXI

DOS LIMITES PARA APLICAÇÃO DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 245. Os valores das multas previstas nos artigos 211 a 244 serão apuradas conforme o número de eventos, observado o valor mínimo de 10% (dez por cento) da VRM e o máximo de 20 (vinte) VRMs.

Art. 246. Aplica-se aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, no âmbito deste Município, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 247. O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, no âmbito deste Município, que optar pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), previsto pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será regido pelas regras daquela Lei Complementar Federal, sujeitando-se, ainda:

I – às regulamentações editadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – CGSN;

II – subsidiariamente, às disposições contidas na legislação deste Município.

Art. 248**.** Aplica-se aos contribuintes optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, quando se tratar de contencioso

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

administrativo relativo ao lançamento ou à exclusão de ofício do Simples Nacional, os dispositivos legais atinentes ao processo administrativo fiscal previsto nesta Lei.

Seção III
Das Proibições

Art. 249. Os sujeitos passivos que se encontrarem em débito para com a Fazenda Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou a realização de obras e prestação de serviços dos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta.

Seção IV
Do Regime Especial de Fiscalização

Art. 250. O sujeito passivo que houver cometido infração para a qual tenha concorrido circunstância agravante ou que, reiteradamente viole a legislação tributária, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo Único. Mediante Decreto o Poder Executivo estabelecerá os critérios que serão adotados para o regime especial de fiscalização.

Seção V
Da Suspensão ou Cancelamento dos Benefícios

Art. 251. Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos sujeitos passivos que se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Parágrafo Único**.** A suspensão ou cancelamento será determinado pelo Fisco Municipal, considerando a gravidade e natureza da infração.

CAPÍTLO IV
DA COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS

Art. 252**.** A arrecadação dos tributos será procedida:

I – Para pagamento em local credenciado pelo Município;

II – Através de cobrança administrativa;

III – Mediante ação executiva;

IV – Mediante retenção na fonte;

V – Através de convênio para cobrança.

§ 1º. A cobrança far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos na legislação complementar.

§ 2º. Dar-se-á a retenção na fonte por ocasião do pagamento por serviços prestados às administrações direta e indireta do Município, sujeitos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e tributados sobre a receita bruta.

CAPÍTULO IV
Da Restituição

Art. 253**.** O contribuinte terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, observadas as condições ali fixadas.

Art. 254**.** A restituição total ou parcial de tributos abrangerá, também, na mesma proporção, os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes a infrações de caráter formal não prejudicada pela causa da restituição.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Parágrafo Único**.** As importâncias objeto da restituição serão corrigidas somente quando não corresponderem ao exercício fiscal vigente, pelo mesmo índice de variação utilizado para correção do valor da **VRM – Valor de Referência Municipal.**

Art. 255**.** Os pedidos de restituições dependerão de requerimento da parte interessada, dirigido ao titular da Fazenda e somente serão recebidos quando acompanhados dos documentos que comprovam os respectivos pagamentos.

§ 1º**.** Para os efeitos do disposto neste artigo, serão anexados ao requerimento os comprovantes originais do pagamento efetuado.

§ 2º**.** A restituição do imposto será indeferida se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita comercial ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência do pedido.

§ 3º. A legitimidade para requerer a devolução de valores, na hipótese de o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS ter sido retido na fonte pelo tomador e recolhido indevidamente aos cofres municipais, pertence ao contribuinte prestador de serviço.

Art. 256**.** Atendendo à natureza e ao montante do tributo a ser restituído, poderá o titular da Fazenda Municipal propor que a restituição do valor se processe mediante a compensação com crédito do Município, cabendo a opção ao contribuinte

Art. 257**.** Quando a dívida estiver sendo paga em prestações, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o contribuinte ao pagamento das parcelas vincendas, a partir da data da decisão definitiva na esfera administrativa, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO V
Da Prescrição

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 258**.** O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como a sua revisão e suplementação, extingue-se 5 (cinco) anos depois da expiração do ano financeiro em que se tornarem devidos.

Parágrafo único**.** O prazo estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer operação ou exigência administrativa necessária à revisão ou ao lançamento, desde que comunicada ao contribuinte, começando a correr novo prazo, findo o ano em que esse procedimento tiver lugar.

Art. 259**.** O direito de cobrar as dívidas provenientes de tributos, excluídos os que constituam ônus reais sobre bens imóveis, prescreve em 5 (cinco) anos a contar do término do exercício dentro do qual eles se tornarem devidos.

Art. 260**.** O Poder Executivo promoverá anualmente a revisão de todos os créditos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa, com vista às seguintes medidas:

I – expurgo dos alcançados pela prescrição da ação de cobrança, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), observado o disposto no § 3º do artigo 2º da Lei Federal nº. 6.830/80;

II – cancelamento dos valores lançados, quando comprovada a não incidência do respectivo fato gerador, especialmente, no caso do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e taxas pelo exercício do poder de policia;

III – cancelamento, quando, em relação a cada contribuinte, decorridos 4 anos, o valor dos créditos, somados e monetariamente corrigidos e aplicados a taxa de juros e multa, nos termos desta Lei, sejam inferiores a 0,25 (vinte e cinco por cento) da VRM –Valor de Referência Municipal.

IV – não ajuizamento de ação de cobrança, quando, em relação a cada contribuinte, individualmente, o valor dos créditos, monetariamente corrigidos e aplicados a taxa de juros e multa, nos termos desta Lei, sejam inferiores aos respectivos custos de cobrança, os quais, atualmente, correspondem a 4 (quatro) VRMs – Valor de Referência Municipal, computando-se custas judiciais e despesas administrativas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Parágrafo Único. A revisão de que trata este artigo será procedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e deverá ser documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos que forem estabelecidos.

Art. 261**.** Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I – por intimação ou notificação feita diretamente ao contribuinte por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II – pela solicitação do contribuinte na concessão de prazos especiais ou parcelamento para pagamento, mediante termo de confissão de divida;

III – pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento.

Art. 262**.** Cessa, igualmente, em 5 (cinco) anos, o poder de aplicar ou de cobrar multas por infrações a dispositivos desta Lei ou da legislação complementar.

CAPÍTULO VI
Das Imunidades, Isenções e Incentivos Fiscais

Art. 263**.** Além das imunidades previstas na Constituição Federal, na Estadual e na Lei Orgânica do Município de **Sertão Santana**, somente subsistirão as isenções e incentivos fiscais que venham a ser concedidas pela lei.

§ 1º**.** As imunidades serão reconhecidas e as isenções concedidas pela seção de fiscalização tributária, sempre a requerimento dos interessados, na forma estabelecida na legislação complementar.

§ 2º**.** As isenções concedidas, para o pagamento de impostos, não abrangerão, em caso algum, as taxas devidas a qualquer título e a Contribuição de Melhoria, salvo por determinação expressa na lei.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página 663
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 144
Peça 3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100080

§ 3º. As empresas beneficiadas por incentivos fiscais deverão comprovar o cumprimento do estabelecido nas respectivas leis, até o último dia útil de janeiro de cada ano, sob pena de multa.

§ 4º. As entidades de filantropia, abrangidas pelas imunidades previstas na Constituição Federal, na Estadual e na Lei Orgânica do Município de **Sertão Santana,** também estarão isentas das taxas municipais.

CAPÍTULO VII
Da Dívida Ativa

Art. 264. Constitui dívida ativa a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular e divide-se em:

§ 1º. Divida ativa tributária, constituída por créditos provenientes desta natureza, devidamente lançados e sem pagamento dentro dos prazos legais.

§ 2º. Divida ativa não tributária, constituída de créditos provenientes de lançamentos não tributários, devidamente lançados e sem pagamento dentro dos prazos legais.

§ 3º. Divida ativa de outras origens, constituída por créditos passiveis de execução direta por peculiaridades contratuais, ou por determinações judiciais.

§ 4º. A dívida ativa será apurada e inscrita na Fazenda Municipal.

Art. 265. A inscrição do crédito tributário em dívida ativa poderá ser realizada após o vencimento da obrigação e obrigatoriamente até 31 de março do ano subsequente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Parágrafo único. No caso de tributos lançados fora dos prazos normais, a inscrição do crédito tributário far-se-á a partir do vencimento e obrigatoriamente até 31 de março do ano subsequente.

Art. 266. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

I - O nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - O valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - A indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - A data e o número da inscrição no Registro de Dívida Ativa; e

VI - O número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo Único. A Certidão de Dívida Ativa conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha ou ficha de inscrição, poderá ser extraída através de processamento eletrônico e será autenticada pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII

Do Parcelamento, Protesto, Execução e Negativação

Art. 267**.** Os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa ou não, provenientes de lançamento de impostos vencidos, e penalidades de natureza tributária, vencidas, poderão ser parcelados e reparcelados, protestados, executados e o contribuinte ter seu nome negativado, observando-se as regras a seguir:

I – O parcelamento se dará em máximo de 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, limitado ao valor mínimo da parcela em 50% (cinquenta por cento) da VRM – Valor de Referência Municipal;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. Para obtenção do parcelamento o sujeito passivo deverá confessar o débito apurado, atualizado e consolidado com as onerações legais, e assumir formalmente o compromisso de pagamento parcelado, através do Termo de Compromisso de Dívida, em que se contenha o total da dívida, incluindo correção monetária, juros, multa, nos termos da Lei vigente, e sua discriminação, nos termos do presente artigo.

§ 2º**.** O pagamento em parcelas importará na aplicação dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração desde o seu vencimento inicial até o seu efetivo pagamento, correção monetária e aplicação de multa conforme determinado nesta Lei.

§ 3º. As parcelas mensais serão corrigidas no início de cada ano, relativo ao exercício anterior, por índice a ser definido por Decreto do Executivo Municipal.

§ 4º. Poderá ser concedido a critério da Administração Tributária o reparcelamento do saldo devedor de parcelamento, em no máximo de 30 (trinta) parcelas mensais, sucessivas, nos termos do presente artigo desde que:

a) por ocasião do reparcelamento o contribuinte recolha, no mínimo, 20 % (vinte por cento) do saldo devedor;

b) os recolhimentos do ISS, quando for o caso, estejam atualizados.

§ 5º**.** O não pagamento de duas parcelas, ou o atraso do pagamento pelo período de dois meses, tornará as demais parcelas automaticamente vencidas, tornando-se o débito exigível na sua integralidade, autorizando o Fisco a inscrever o débito em Dívida Ativa independente de qualquer notificação ao devedor, nos casos de tributos não inscritos e retomada das situações anteriores nos demais casos.

II – O Município poderá após notificação do devedor, encaminhar a Certidão de Divida Ativa, para protesto em cartório, ficando todas as despesas decorrentes desta ação a cargo do devedor.

III – O Município poderá também, após notificação do devedor, encaminhar a Certidão de Divida Ativa, para execução fiscal, ficando todas as despesas decorrentes desta ação a cargo do devedor.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

IV – O Município poderá também, após notificação do devedor, Negativar o contribuinte junto a empresas que prestam serviços de proteção de crédito, tais como SPC, Serasa, ou outras assemelhadas, independente de protesto ou execução fiscal, ficando todas as despesas decorrentes desta ação a cargo do devedor.

Art. 268**.** As guias de recolhimento, declarações e quaisquer outros documentos necessários ao cumprimento do disposto neste Capítulo, obedecerão aos modelos aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 269**.** O parcelamento somente poderá ser concedido à vista de Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em que se contenha o total da dívida, incluindo correção monetária, juros, multa e custas, nos termos da lei vigente.

§ 1º. Termo de Confissão de Dívida conterá cláusula de cancelamento do benefício, na hipótese de não pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas, com vencimento antecipado do saldo devido, servindo o instrumento de título executivo.

§ 2º. Os valores pagos serão imputados pela ordem estabelecida no artigo 163 do Código Tributário Nacional, Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 270. Os créditos tributários e não tributários ajuizados, protestados, ou de contribuintes negativados, poderão ser parcelados conforme o disposto nesta Lei.

§ 1º. O valor total do crédito ajuizado a ser parcelado será corrigido, pelo índice adotado para correção dos demais tributos municipais, até a data do pagamento da primeira parcela. Sobre o valor corrigido incidirá juros e multa a partir do vencimento do crédito até o pagamento da primeira parcela, nos termos da presente Lei.

§ 2º. As custas judiciais, de protestos ou negativação, já dispensadas pela Administração não farão parte do parcelamento e as custas pendentes deverão ser suportadas pelo contribuinte que comprovará no processo administrativo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 3º. Os processos judiciais, de protestos ou negativação, serão suspensos, temporariamente, até que ocorra a quitação do débito e em havendo descumprimento das normas de parcelamento, serão reativados.

CAPÍTULO IX
Das Certidões Negativas

Art. 271. As certidões negativas, caracterizadoras da prova de quitação de determinado tributo, serão expedidas, mediante requerimento do contribuinte, nos termos em que requeridas.

Parágrafo único. A certidão negativa de débitos terá validade de 30 dias.

Art. 272. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 273. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo único. O disposto deste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

Art. 274. A certidão negativa de débito será fornecida no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do requerimento.

Art. 275. A certidão negativa fornecida não exclui o direito de o Fisco Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. Quanto aos efeitos e demais disposições sobre as certidões negativas observarão o regramento contido na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 2º. A consulta para emissão da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, será realizada pelo CPF e/ou CNPJ do contribuinte, buscando sobre todos os imóveis e atividades do mesmo.

§ 3º. O contribuinte deverá quitar os débitos do imóvel a ser transferido.

Art. 276. Para fins de licenciamento de projetos, concessão para exploração de serviço público, apresentação de propostas em licitações ou liberação de créditos, será exigida do interessado certidão negativa de débito.

Art. 277. A falta de certidão fornecida pela repartição competente, de isenção ou de quitação de tributos ou de quaisquer outros ônus relativos ao imóvel até a data da operação, subsistirá em responsabilidade solidária do adquirente.

Art. 278. A falta de transcrição da negativa referida no artigo anterior, nas escrituras ou documentos de transferência, ensejará ao Município a cobrança judicial imediata do débito por ventura existente.

Art. 279. No caso de solicitação de certidão para contribuinte beneficiado com parcelamento deferido, desde que esteja em dia com o pagamento das parcelas, será emitida certidão positiva com efeito negativo, ressalvando a dívida objeto do acordo do parcelamento, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

Art. 280. A Fazenda Municipal poderá utilizar meio eletrônico para o fornecimento da certidão negativa de débitos.

Parágrafo único. O fornecimento da certidão negativa de débitos será disciplinado através de Decreto do Executivo Municipal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página
669
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
150
Peça
3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100080

TÍTULO VII
DO PROCESSO FISCAL
CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 281**.** Processo fiscal, para os efeitos deste Código, compreende o conjunto de atos e formalidades tendentes a formar decisão sobre:

I – Reclamação contra lançamento;

II – Auto de infração;

III – Pedido de restituição e/ou compensação;

IV – Apuração de tributos devidos.

Da Intimação por Meio Eletrônico

Art. 282**.** O uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos municipais, comunicação de atos, notificações e intimações de todas as espécies será admitido nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais.

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário, pelo padrão IPC-Brasil:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, a ser regulamentada por decreto.

b) mediante cadastro de usuário e senha na Administração Municipal, a ser regulamentado por decreto e conforme disciplinado pelos órgãos respectivos da administração municipal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

c) a senha de acesso a que se refere o inciso anterior é de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do usuário sua guarda e sigilo.

Art. 283. O acesso e a prática de todos os atos e procedimentos em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do Art. 282 desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio na Administração Municipal, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

§ 1º. O credenciamento na Administração Municipal será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º. Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 3º. Os órgãos da Administração Municipal poderão criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo, ou separadamente, conforme interesse da Administração.

§ 4º. Os servidores da Administração Municipal utilizarão assinatura digital em todos os documentos emitidos e publicados por meio eletrônico nos termos desta Lei.

Art. 284**.** Consideram-se realizados os atos e procedimentos por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema da Administração Municipal, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando os procedimentos forem enviados para atender prazo específico, serão considerados tempestivos os transmitidos até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

Art. 285. A Administração Municipal poderá criar Diário Eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º. O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente nos moldes do Art. 282, § único, Inciso III, desta Lei.

§ 2º. A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio de intimação, citação e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, podendo, porém, o ato ser praticado, a critério da Administração, pelas demais formas previstas no Art. 200, desta Lei.

§ 3º. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

§ 4º. Os prazos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 5º. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos poderão ser praticados segundo as regras previstas no Art. 200 desta Lei.

§ 6º. Os documentos produzidos eletronicamente e publicados em meio eletrônico, com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 286. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do Art. 282, § único, Inciso III, alínea "b" desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando ou seu representante legal efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se a sua realização.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 2º. Na hipótese do § 1° deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º. A consulta referida nos §§ 1° e 2° deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pela autoridade administrativa competente.

§ 6º. As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

§ 7º. Consideram-se representantes legais para os efeitos desta lei, aqueles cujas documentações sejam entregues em meio próprio junto à Administração Municipal ou aqueles que possuam atribuição para tanto por Procuração Eletrônica emitida em aplicativo da Administração Municipal, com assinatura digital no padrão IPC-Brasil, a ser instituído e regulamentado por decreto.

Art. 287. Observadas as formas e as cautelas do Art. 200 desta Lei, as citações, intimações e comunicações em geral, inclusive da Fazenda Pública, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra do seu conteúdo seja acessível ao citando.

Art. 288. As ações ou omissões contrárias à legislação tributária serão apuradas por autuação, com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e o respectivo valor, aplicando-se ao infrator a pena correspondente e procedendo-se quando for o caso, o ressarcimento do referido dano.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

CAPÍTULO II
Do Procedimento Contencioso
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 289**.** O processo fiscal, por meio de procedimento contencioso, terá início:

I – Com a lavratura do termo de início da fiscalização e/ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais, e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;

II - Com a lavratura do auto de infração ou notificação de lançamento;

III - Com a lavratura do termo de apreensão de livros e outros documentos fiscais;

IV – Com qualquer ato escrito do agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do contribuinte.

V – Com a impugnação pelo sujeito passivo, do lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Parágrafo único. Iniciada a fiscalização do contribuinte terão os fiscais tributários o prazo de 60 (sessenta) dias contínuos para concluí-la, podendo este prazo ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias contínuos pelo coordenador da seção de fiscalização, mediante justificativa, por escrito, do agente fiscal, salvo quando submetido a regime especial de fiscalização.

I - se o procedimento fiscal-administrativo iniciar com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita, o prazo contar-se-á a partir da entrega, pelo sujeito passivo, na Fazenda Municipal, dos livros exigidos em lei e/ou outros documentos solicitados.

II - o prazo concedido no termo de início de fiscalização ou intimação para apresentação de livros exigidos em lei e/ou outros documentos, somente poderá ser

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

prorrogado mediante justificativa por escrito do sujeito passivo, e dirigida ao coordenador da seção de fiscalização, que poderá conceder ou não essa prorrogação.

III - O prazo para concluir a fiscalização será suspenso sempre que o servidor responsável pela fiscalização entrar em gozo de férias, licença de saúde, transferência do setor, ou exoneração.

Art. 290. O início do procedimento tributário exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, e, independentemente de intimação, das demais pessoas envolvidas nas infrações verificadas.

Art. 291. O auto de infração, lavrado por servidor público competente, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter:

I - O local, a data e a hora da lavratura;

II - O nome, o estabelecimento e o domicílio do autuado e das testemunhas, se houver;

III - O número da inscrição do autuado no cadastro fiscal do Município ou, na ausência deste, no cadastro fiscal federal (CPF ou CNPJ, conforme o caso);

IV - A descrição do fato que constitui a infração e circunstâncias pertinentes;

V - A citação expressa do dispositivo legal infringido e do que fixe penalidade;

VI - O cálculo do valor dos tributos, das multas e demais encargos, e seu enquadramento legal;

VII - A referência aos documentos que serviram de base à lavratura do auto;

VIII - A intimação para a realização do pagamento dos tributos e respectivos acréscimos legais ou apresentação de impugnação dentro do prazo previsto no artigo 294 desta Lei;

IX - A assinatura do autuante e a indicação do seu cargo;

X - A assinatura do autuado, ou de seu representante legal ou, ainda, a menção da circunstância de que os mesmos não puderam ou se recusaram a assinar.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 1º. As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para a determinação da infração e da pessoa do infrator.

§ 2º. Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

§ 3º. A assinatura do autuado deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto, e em nenhuma hipótese implicará em confissão, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do auto de infração ou sua agravação.

Art. 292. Da lavratura do auto de infração será intimado:

I - Pessoalmente, mediante a entrega de cópia do auto de infração, o próprio autuado, seu representante legal ou mandatário, com assinatura de recebimento do original;

II - Por via postal, remetendo-se a cópia do auto de infração, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou pessoa do seu domicílio;

III - Por publicação, no órgão do Município, ou meio de divulgação local, na sua íntegra ou de forma resumida, quando resultarem inexitosos os meios referidos nos incisos anteriores.

Art. 293. A notificação de lançamento conterá:

I - A qualificação do sujeito passivo notificado;

II - A menção ao fato gerador da obrigação tributária, com o seu respectivo fundamento legal;

III - O valor do tributo e o prazo para recolhimento ou impugnação;

IV - A disposição legal infringida e a penalidade correspondente, se for o caso;

V - A assinatura do servidor público competente, com a indicação de seu cargo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 294. O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação de lançamento, da data da lavratura do auto de infração ou da data do termo de apreensão de livros ou documentos fiscais, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios de suas razões.

Parágrafo único. A impugnação, que terá efeito suspensivo, instaura a fase contraditória do procedimento.

Art. 295. A autoridade fazendária determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, quando entendê-las necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo único. Se da diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativamente ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de nova reclamação ou aditamento da primeira.

Seção II
Do Julgamento de Primeira Instância, dos Recursos e do Julgamento de Segunda Instância

Art. 296. Preparado o processo, o coordenador da seção de fiscalização proferirá despacho, por escrito, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em que resolverá todas as questões debatidas e pronunciará a procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação contra lançamento.

Parágrafo único. Do despacho será notificado o sujeito passivo ou autuado, observadas as regras contidas no artigo 200 desta Lei.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 297**.** A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício, mediante declaração no próprio despacho, quando este exonerar, total ou parcialmente, o sujeito passivo do pagamento de tributo ou de multa.

Parágrafo único. O recurso do ofício será dirigido à autoridade superior competente para seu exame, nos termos da Lei.

Art. 298. Do despacho que resultar em decisão desfavorável ao sujeito passivo caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, à Junta de Recursos Fiscais, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

Parágrafo único**.** A Junta de Recursos Fiscais será composta por 3 (três) integrantes do quadro permanente de funcionários municipais, com titulação superior, designados pelo Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 299. A decisão dos recursos será proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do processo pela Junta de Recursos Fiscais.

Parágrafo único. Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e multa a partir desta data, mas sim, apenas da data em que aquela for prolatada.

Art. 300. As decisões de qualquer instância tornam-se definitivas, uma vez esgotado o prazo legal sem interposição de recurso.

Art. 301. Na hipótese de a impugnação ser julgada definitivamente improcedente, os lançamentos dos tributos e penalidades não pagos, serão objeto dos acréscimos legais de multa, juros moratórios e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º. O sujeito passivo poderá evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos referidos no *caput*, desde que efetue o pagamento dos valores exigidos até a decisão da primeira instância.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

§ 2º. No caso de decisão final favorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo, serão restituídas a este, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da decisão final, e na proporção do que lhe for cabível, as importâncias referidas no parágrafo anterior, corrigidas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o pagamento.

CAPÍTULO III
Dos Procedimentos Especiais
Seção Única
Do Procedimento de Consulta

Art. 302. Ao sujeito passivo ou seu representante legal é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que formulada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art. 303**.** A consulta será dirigida à autoridade fazendária, com a apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com a juntada de documentos.

Parágrafo único**.** Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, nas seguintes hipóteses:

a) durante a tramitação da consulta;

b) posteriormente, quando proceda em estrita observância à solução fornecida à consulta e elementos informativos que a instruíram.

Art. 304**.** A autoridade fazendária dará solução à consulta, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua apresentação.

Art. 305**.** Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Art. 306**.** A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se fundada em elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 307. Fica criado o VRM (valor de referencia municipal), O valor da VRM fica fixado em R$160,00 (cento e sessenta reais) a partir de 01 de janeiro de 2018 e a correção monetária será efetivada sempre no início de cada exercício pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do ultimo ano civil, aplicando-se esta mesma correção para a VRM – Valor de Referência Municipal, para os assim elencados.

Parágrafo único**.** O valor da VRM será corrigido no início de cada exercício pelo índice de variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período ou outro índice que vier a substituí-lo, definido por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 308. O valor do tributo será o valor do lançamento, para pagamento de uma só vez, no mês de competência.

§ 1º. Mês de competência, para os efeitos deste artigo, é o mês estabelecido para pagamento do tributo pelo valor lançado em quota única.

§ 2º. Nos casos em que a lei autoriza pagamento parcelado do tributo, em especial o IPTU e a Taxa de Coleta de Lixo, as parcelas serão calculadas dividindo-se o valor lançado pelo número de parcelas, vencendo-se a primeira no mês subsequente conforme calendário fiscal.

Art. 309. Os valores dos tributos não recolhidos nos seus respectivos vencimentos serão corrigidos monetariamente e, sobre os valores corrigidos, incidirá

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

multa de 2% (dois por cento) no mês ou fração, acrescendo-se 1 % ao mês, até o limite de 10% (dez por cento) ao final do nono mês, e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único**.** Decorridos 60 (sessenta) dias do vencimento da obrigação tributária sem o seu pagamento, o respectivo valor acrescido das demais incidências poderá ser inscrito em dívida ativa.

Art. 310**.** Os prazos fixados neste Código serão contínuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam e vencem em dia útil e de expediente normal da repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, ressalvados os casos em que a obrigação deva ser cumprida até determinada data, quando, se esta recair em dia não útil, o contribuinte deverá satisfazer a obrigação até o dia útil imediatamente posterior.

Art. 311. Pela exigência a menor do imposto, taxas e multas, responde perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o funcionário responsável, quando ficar provado o descaso ou a negligência, na execução dos serviços. cabendo-lhe o direito regressivo contra o contribuinte.

Art. 312. Incorpora-se a legislação municipal as determinações relativas a lançamento, arrecadação e fiscalização e demais orientações relativas ao Imposto Sobre Serviços (ISS) contidas nas Leis Complementares Federal nº 123/2006, e posteriores alterações que instituíram o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), bem como as Resoluções aprovadas ou que venham a ser aprovadas pelo Comitê Gestor do Simples
Nacional.

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página
681
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
162
Peça
3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100080

Art. 313. O Poder Executivo regulamentará por decreto ou instrução normativa a presente Lei, cujo conteúdo guardará o restrito alcance.

Art. 314. Revogam-se todas as Leis Municipais anteriores que disponham sobre a matéria regulada nesta Lei.

Art. 315. Esta Lei entra em vigor no dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 19 de dezembro de 2017.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Diego Régis Rafaelli
Secretário de Administração

ANEXO I

TABELA DE FÓRMULAS DE CÁLCULO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

O Valor Venal do Imóvel será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

VVI = VVT + VVE

Onde:

VVI= Valor Venal do Imóvel

VVT= Valor Venal do Terreno

VVE= Valor Venal da Edificação

Os critérios adotados para cálculo dos terrenos, serão os descritos nas tabelas a seguir:

O Valor Venal do Terreno será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

VVT = FIT x Vm²t sobre este valor será aplicado as depreciações, sempre sobre o VVT.

x S

x P

x T

x G

x DP

Onde:

VVT = Valor Venal do Terreno

FIT = Fração Ideal do Terreno

Vm²t= É o Valor do m^2 de terreno (tabela IX do anexo I)

S= Situação do terreno dentro da quadra

P= Pedologia é a consistência do solo

T= Topografia é o relevo do solo

G= Gleba

DP= Depreciação Profundidade

FIT (Fração Ideal de Terreno)

É o quantitativo de terreno distribuído a cada unidade construída dentro do mesmo lote e será apurado através da seguinte fórmula:

FIT = At/ATE x AU

Onde:

AT = Área do Terreno

ATE = Área Total Edificada do Lote

AU = Área da Unidade

Depreciação Profundidade:

A profundidade média será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

Profundidade Média (PM) = Área Total do Terreno (AT) / Testada do Terreno (TT)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

A depreciação por profundidade média será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

Depreciação de Profundidade (DP) = Profundidade Média (PM) / Testada do Terreno (TT)

Do resultado do cálculo acima será aplicada a tabela abaixo para Depreciação do Terreno em relação a sua Profundidade:

TABELA DE DEP	DEPRECIAÇÃO	FATOR
ATÉ 3,00	0,00	1,00
3,01 A 3,50	10 %	0,90
3,51 A 4,00	20 %	0,80
4,01 A 4,50	30 %	0,70
4,51 A 5,00	40 %	0,60
5,01 A 6,00	50 %	0,50
5,51 A 7,50	60%	0,40
ACIMA DE 7,51	80%	0,20

Obs.: Quando o imóvel for considerado gleba ou de esquina, com duas ou mais frentes, sobre ele não incidirá a Depreciação de Profundidade.

DEPRECIAÇÃO PELA SITUAÇÃO DO TERRENO

O fator corretivo de Situação (S) é atribuído ao imóvel conforme sua localização dentro da quadra, em conformidade com a tabela e coeficientes abaixo:

SITUAÇÃO DO TERRENO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
Meio de quadra	1,00
Esquina / 2 ou mais frentes	1,10
Encravado	0,60
Condomínio Vertical (prédios três andares ou mais)	1,20

Obs: quando o terreno for considerado encravado, deve-se desconsiderar os outros fatores corretivos.

DEPRECIAÇÃO PELA PEDOLOGIA DO TERRENO

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

O coeficiente corretivo de Pedologia (P) é atribuído ao imóvel conforme as características do solo que o compõe e será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes a seguir:

PEDOLOGIA DO TERRENO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
Firme	1,00
Inundável	0,70
Alagado	0,60

DEPRECIAÇÃO PELA TOPOGRAFIA DO TERRENO

O fator corretivo de Topografia (T) é atribuído ao imóvel conforme características do relevo do solo e será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes a seguir:

TOPOGRAFIA DO TERRENO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
Plano	1,00
Aclive acentuado	0,90
Declive acentuado	0,80
Irregular	0,60

DEPRECIAÇÃO PELO FATOR GLEBA DO TERRENO

O fator corretivo de depreciação por GLEBA, atribuído ao imóvel, será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes a seguir:

Área de até 1.000,00 m² ..... = 1,00

Se a área do terreno for > 1.000,01 e < 2.000,00 m², então fg ..... = 0,90

Se a área do terreno for > 2.000,01 e < 3.000,00 m², então fg ..... = 0,80

Se a área do terreno for > 3.000.01 e < 4.000,00 m², então fg ..... = 0,70

Se a área do terreno for > 4.000,01 e < 5.000,00 m², então fg ..... = 0,60

Se a área do terreno for > 5.000,01 e < 6.000,00 m², então fg ..... = 0,50

Se a área do terreno for > 6.000,01 e < 7.500,00 m², então fg..... = 0,40

Se a área do terreno for > 7.500,01 e < 10.000,00 m², então fg..... = 0,35

Se a área do terreno for > 10.000,01 e < 20.000,00 m², então fg ..... = 0,30

Se a área do terreno for > 20.000,01 e < 50.000,00 m², então fg ..... = 0,25

Se a área do terreno for > 50.000,01 e < 100.000,00 m², então fg ..... = 0,20

Se a área do terreno for > 100.000,01 e < 200.000,00 m², então fg ..... = 0,15

Se a área do terreno for > 200.000,01 m², então fg ..... = 0,10

Obs.: Quando o imóvel for considerado gleba e suas depreciações somadas forem superiores a 90 %, serão desconsiderados os descontos que excederem aos 90 %.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

- Todas as depreciações serão aplicadas multiplicando-se o fator de depreciação sobre o valor venal inicial do terreno.
- Do valor venal inicial do terreno serão deduzidos os valores das depreciações e obtido o valor venal atualizado do terreno.
- O valor venal atualizado do terreno será dividido pela área real do terreno e multiplicado pela fração do imóvel, para obter-se o valor venal da fração ideal do mesmo.
- Os critérios adotados para cálculo das edificações serão os descritos nas tabelas a seguir:

1- O valor venal da edificação será obtido através de aplicação da seguinte fórmula:

VVE = AuE x Vm^2TCPadrão x Est. Conservação

Onde:

VVE= Valor Venal da Edificação

AuE = Área da unidade Edificada

Vm^2 TC = Valor do metro quadrado da Tipologia Construtiva (tabela IX do anexo I)

Est. Conservação = Coeficiente de depreciação em relação ao ano da construção e características do Imóvel.

AuE = Área da unidade Edificada

A área da unidade edificada é a área real da unidade mais a fração ideal de área correspondente de uso comum em caso de edificações com mais de uma unidade. Para obtenção da área de uso comum para cada unidade será aplicada a seguinte formula:

FIAC = AUC/ATE x AU

Onde:

FIAC= Fração Ideal da Área comum

AUC = Área de Uso Comum

ATE = Área Total Edificada

AU = Área da Unidade

O Estado de Conservação pelo ano de construção será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes abaixo:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
OTIMO	1,00
MUITO BOM	0,90
BOM	0,80
REGULAR	0,70

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

RUIM	0,50

Considera-se face de quadra os descritos no anexo II desta lei.

ANEXO II

PLANTA DE VALORES DOS TERRENOS E EDIFICAÇÕES

PLANTA DE VALORES DOS TERRENOS

FACE	VALOR
1	3,13
2	2,50
3	2,00
4	1,60
5	1,28
6	1,02
7	0,82
8	0,66
9	0,52
10	0,42
11	0,34
12	0,27
13	0,21
14	0,17
15	0,14

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

PLANTA DE VALORES DAS EDIFICAÇÕES

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO ALTO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	12,50	12,50	11,25	10,00	8,75	7,50
2	11,88	11,88	10,69	9,50	8,31	7,13
3	11,28	11,28	10,15	9,03	7,90	6,77
4	10,72	10,72	9,65	8,57	7,50	6,43
5	10,18	10,18	9,16	8,15	7,13	6,11
6	9,67	9,67	8,71	7,74	6,77	5,80
7	9,19	9,19	8,27	7,35	6,43	5,51
8	8,73	8,73	7,86	6,98	6,11	5,24
9	8,29	8,29	7,46	6,63	5,80	4,98
10	7,88	7,88	7,09	6,30	5,51	4,73
11	7,48	7,48	6,74	5,99	5,24	4,49
12	7,11	7,11	6,40	5,69	4,98	4,27
13	6,75	6,75	6,08	5,40	4,73	4,05
14	6,42	6,42	5,78	5,13	4,49	3,85
15	6,10	6,10	5,49	4,88	4,27	3,66

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO MUITO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	10,00	10,00	9,00	8,00	7,00	6,00
2	9,50	9,50	8,55	7,60	6,65	5,70
3	9,03	9,03	8,12	7,22	6,32	5,42

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

4	8,57	8,57	7,72	6,86	6,00	5,14
5	8,15	8,15	7,33	6,52	5,70	4,89
6	7,74	7,74	6,96	6,19	5,42	4,64
7	7,35	7,35	6,62	5,88	5,15	4,41
8	6,98	6,98	6,29	5,59	4,89	4,19
9	6,63	6,63	5,97	5,31	4,64	3,98
10	6,30	6,30	5,67	5,04	4,41	3,78
11	5,99	5,99	5,39	4,79	4,19	3,59
12	5,69	5,69	5,12	4,55	3,98	3,41
13	5,40	5,40	4,86	4,32	3,78	3,24
14	5,13	5,13	4,62	4,11	3,59	3,08
15	4,88	4,88	4,39	3,90	3,41	2,93

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	8,00	8,00	7,20	6,40	5,60	4,80
2	7,60	7,60	6,84	6,08	5,32	4,56
3	7,22	7,22	6,50	5,78	5,05	4,33
4	6,86	6,86	6,17	5,49	4,80	4,12
5	6,52	6,52	5,86	5,21	4,56	3,91
6	6,19	6,19	5,57	4,95	4,33	3,71
7	5,88	5,88	5,29	4,70	4,12	3,53
8	5,59	5,59	5,03	4,47	3,91	3,35
9	5,31	5,31	4,78	4,25	3,72	3,18
10						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	5,04	5,04	4,54	4,03	3,53	3,03
11	4,79	4,79	4,31	3,83	3,35	2,87
12	4,55	4,55	4,10	3,64	3,19	2,73
13	4,32	4,32	3,89	3,46	3,03	2,59
14	4,11	4,11	3,70	3,29	2,87	2,46
15	3,90	3,90	3,51	3,12	2,73	2,34

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO MÉDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,40	6,40	5,76	5,12	4,48	3,84
2	6,08	6,08	5,47	4,86	4,26	3,65
3	5,78	5,78	5,20	4,62	4,04	3,47
4	5,49	5,49	4,94	4,39	3,84	3,29
5	5,21	5,21	4,69	4,17	3,65	3,13
6	4,95	4,95	4,46	3,96	3,47	2,97
7	4,70	4,70	4,23	3,76	3,29	2,82
8	4,47	4,47	4,02	3,58	3,13	2,68
9	4,25	4,25	3,82	3,40	2,97	2,55
10	4,03	4,03	3,63	3,23	2,82	2,42
11	3,83	3,83	3,45	3,07	2,68	2,30
12	3,64	3,64	3,28	2,91	2,55	2,18
13	3,46	3,46	3,11	2,77	2,42	2,07
14	3,29	3,29	2,96	2,63	2,30	1,97
15	3,12	3,12	2,81	2,50	2,18	1,87

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO SIMPLES

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,12	5,12	4,61	4,10	3,58	3,07
2	4,86	4,86	4,38	3,89	3,40	2,92
3	4,62	4,62	4,16	3,70	3,23	2,77
4	4,39	4,39	3,95	3,51	3,07	2,63
5	4,17	4,17	3,75	3,34	2,92	2,50
6	3,96	3,96	3,57	3,17	2,77	2,38
7	3,76	3,76	3,39	3,01	2,63	2,26
8	3,58	3,58	3,22	2,86	2,50	2,15
9	3,40	3,40	3,06	2,72	2,38	2,04
10	3,23	3,23	2,90	2,58	2,26	1,94
11	3,07	3,07	2,76	2,45	2,15	1,84
12	2,91	2,91	2,62	2,33	2,04	1,75
13	2,77	2,77	2,49	2,21	1,94	1,66
14	2,63	2,63	2,37	2,10	1,84	1,58
15	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,10	4,10	3,69	3,28	2,87	2,46
2	3,89	3,89	3,50	3,11	2,72	2,33
3	3,70	3,70	3,33	2,96	2,59	2,22
4	3,51	3,51	3,16	2,81	2,46	2,11
5						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	3,34	3,34	3,00	2,67	2,34	2,00
6	3,17	3,17	2,85	2,54	2,22	1,90
7	3,01	3,01	2,71	2,41	2,11	1,81
8	2,86	2,86	2,57	2,29	2,00	1,72
9	2,72	2,72	2,45	2,17	1,90	1,63
10	2,58	2,58	2,32	2,07	1,81	1,55
11	2,45	2,45	2,21	1,96	1,72	1,47
12	2,33	2,33	2,10	1,86	1,63	1,40
13	2,21	2,21	1,99	1,77	1,55	1,33
14	2,10	2,10	1,89	1,68	1,47	1,26
15	2,00	2,00	1,80	1,60	1,40	1,20

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO ALTO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	10,00	10,00	9,00	8,00	7,00	6,00
2	9,50	9,50	8,55	7,60	6,65	5,70
3	9,03	9,03	8,12	7,22	6,32	5,42
4	8,57	8,57	7,72	6,86	6,00	5,14
5	8,15	8,15	7,33	6,52	5,70	4,89
6	7,74	7,74	6,96	6,19	5,42	4,64
7	7,35	7,35	6,62	5,88	5,15	4,41
8	6,98	6,98	6,29	5,59	4,89	4,19
9	6,63	6,63	5,97	5,31	4,64	3,98
10	6,30	6,30	5,67	5,04	4,41	3,78
11	5,99	5,99	5,39	4,79	4,19	3,59
12						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	5,69	5,69	5,12	4,55	3,98	3,41
13	5,40	5,40	4,86	4,32	3,78	3,24
14	5,13	5,13	4,62	4,11	3,59	3,08
15	4,88	4,88	4,39	3,90	3,41	2,93

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO MUITO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	8,00	8,00	7,20	6,40	5,60	4,80
2	7,60	7,60	6,84	6,08	5,32	4,56
3	7,22	7,22	6,50	5,78	5,05	4,33
4	6,86	6,86	6,17	5,49	4,80	4,12
5	6,52	6,52	5,86	5,21	4,56	3,91
6	6,19	6,19	5,57	4,95	4,33	3,71
7	5,88	5,88	5,29	4,70	4,12	3,53
8	5,59	5,59	5,03	4,47	3,91	3,35
9	5,31	5,31	4,78	4,25	3,72	3,18
10	5,04	5,04	4,54	4,03	3,53	3,03
11	4,79	4,79	4,31	3,83	3,35	2,87
12	4,55	4,55	4,10	3,64	3,19	2,73
13	4,32	4,32	3,89	3,46	3,03	2,59
14	4,11	4,11	3,70	3,29	2,87	2,46
15	3,90	3,90	3,51	3,12	2,73	2,34

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

1	6,40	6,40	5,76	5,12	4,48	3,84
2	6,08	6,08	5,47	4,86	4,26	3,65
3	5,78	5,78	5,20	4,62	4,04	3,47
4	5,49	5,49	4,94	4,39	3,84	3,29
5	5,21	5,21	4,69	4,17	3,65	3,13
6	4,95	4,95	4,46	3,96	3,47	2,97
7	4,70	4,70	4,23	3,76	3,29	2,82
8	4,47	4,47	4,02	3,58	3,13	2,68
9	4,25	4,25	3,82	3,40	2,97	2,55
10	4,03	4,03	3,63	3,23	2,82	2,42
11	3,83	3,83	3,45	3,07	2,68	2,30
12	3,64	3,64	3,28	2,91	2,55	2,18
13	3,46	3,46	3,11	2,77	2,42	2,07
14	3,29	3,29	2,96	2,63	2,30	1,97
15	3,12	3,12	2,81	2,50	2,18	1,87

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO MEDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,12	5,12	4,61	4,10	3,58	3,07
2	4,86	4,86	4,38	3,89	3,40	2,92
3	4,62	4,62	4,16	3,70	3,23	2,77
4	4,39	4,39	3,95	3,51	3,07	2,63
5	4,17	4,17	3,75	3,34	2,92	2,50
6	3,96	3,96	3,57	3,17	2,77	2,38

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

7	3,76	3,76	3,39	3,01	2,63	2,26
8	3,58	3,58	3,22	2,86	2,50	2,15
9	3,40	3,40	3,06	2,72	2,38	2,04
10	3,23	3,23	2,90	2,58	2,26	1,94
11	3,07	3,07	2,76	2,45	2,15	1,84
12	2,91	2,91	2,62	2,33	2,04	1,75
13	2,77	2,77	2,49	2,21	1,94	1,66
14	2,63	2,63	2,37	2,10	1,84	1,58
15	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO SIMPLES						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,10	4,10	3,69	3,28	2,87	2,46
2	3,89	3,89	3,50	3,11	2,72	2,33
3	3,70	3,70	3,33	2,96	2,59	2,22
4	3,51	3,51	3,16	2,81	2,46	2,11
5	3,34	3,34	3,00	2,67	2,34	2,00
6	3,17	3,17	2,85	2,54	2,22	1,90
7	3,01	3,01	2,71	2,41	2,11	1,81
8	2,86	2,86	2,57	2,29	2,00	1,72
9	2,72	2,72	2,45	2,17	1,90	1,63
10	2,58	2,58	2,32	2,07	1,81	1,55
11	2,45	2,45	2,21	1,96	1,72	1,47
12	2,33	2,33	2,10	1,86	1,63	1,40
13	2,21	2,21	1,99	1,77	1,55	1,33

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

14	2,10	2,10	1,89	1,68	1,47	1,26
15	2,00	2,00	1,80	1,60	1,40	1,20

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,28	3,28	2,95	2,62	2,29	1,97
2	3,11	3,11	2,80	2,49	2,18	1,87
3	2,96	2,96	2,66	2,37	2,07	1,77
4	2,81	2,81	2,53	2,25	1,97	1,69
5	2,67	2,67	2,40	2,14	1,87	1,60
6	2,54	2,54	2,28	2,03	1,77	1,52
7	2,41	2,41	2,17	1,93	1,69	1,45
8	2,29	2,29	2,06	1,83	1,60	1,37
9	2,17	2,17	1,96	1,74	1,52	1,30
10	2,07	2,07	1,86	1,65	1,45	1,24
11	1,96	1,96	1,77	1,57	1,37	1,18
12	1,86	1,86	1,68	1,49	1,30	1,12
13	1,77	1,77	1,59	1,42	1,24	1,06
14	1,68	1,68	1,51	1,35	1,18	1,01
15	1,60	1,60	1,44	1,28	1,12	0,96

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA ALTO PADRÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	9,38	9,38	8,44	7,50	6,56	5,63
2						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	8,91	8,91	8,02	7,13	6,23	5,34
3	8,46	8,46	7,61	6,77	5,92	5,08
4	8,04	8,04	7,23	6,43	5,63	4,82
5	7,64	7,64	6,87	6,11	5,35	4,58
6	7,25	7,25	6,53	5,80	5,08	4,35
7	6,89	6,89	6,20	5,51	4,82	4,13
8	6,55	6,55	5,89	5,24	4,58	3,93
9	6,22	6,22	5,60	4,98	4,35	3,73
10	5,91	5,91	5,32	4,73	4,14	3,55
11	5,61	5,61	5,05	4,49	3,93	3,37
12	5,33	5,33	4,80	4,27	3,73	3,20
13	5,07	5,07	4,56	4,05	3,55	3,04
14	4,81	4,81	4,33	3,85	3,37	2,89
15	4,57	4,57	4,11	3,66	3,20	2,74

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO MUITO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	7,50	7,50	6,75	6,00	5,25	4,50
2	7,13	7,13	6,41	5,70	4,99	4,28
3	6,77	6,77	6,09	5,42	4,74	4,06
4	6,43	6,43	5,79	5,14	4,50	3,86
5	6,11	6,11	5,50	4,89	4,28	3,67
6	5,80	5,80	5,22	4,64	4,06	3,48
7	5,51	5,51	4,96	4,41	3,86	3,31
8	5,24	5,24	4,71	4,19	3,67	3,14

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

9	4,98	4,98	4,48	3,98	3,48	2,99
10	4,73	4,73	4,25	3,78	3,31	2,84
11	4,49	4,49	4,04	3,59	3,14	2,69
12	4,27	4,27	3,84	3,41	2,99	2,56
13	4,05	4,05	3,65	3,24	2,84	2,43
14	3,85	3,85	3,47	3,08	2,70	2,31
15	3,66	3,66	3,29	2,93	2,56	2,19

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,00	6,00	5,40	4,80	4,20	3,60
2	5,70	5,70	5,13	4,56	3,99	3,42
3	5,42	5,42	4,87	4,33	3,79	3,25
4	5,14	5,14	4,63	4,12	3,60	3,09
5	4,89	4,89	4,40	3,91	3,42	2,93
6	4,64	4,64	4,18	3,71	3,25	2,79
7	4,41	4,41	3,97	3,53	3,09	2,65
8	4,19	4,19	3,77	3,35	2,93	2,51
9	3,98	3,98	3,58	3,18	2,79	2,39
10	3,78	3,78	3,40	3,03	2,65	2,27
11	3,59	3,59	3,23	2,87	2,51	2,16
12	3,41	3,41	3,07	2,73	2,39	2,05
13						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	3,24	3,24	2,92	2,59	2,27	1,95
14	3,08	3,08	2,77	2,46	2,16	1,85
15	2,93	2,93	2,63	2,34	2,05	1,76

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO MÉDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,80	4,80	4,32	3,84	3,36	2,88
2	4,56	4,56	4,10	3,65	3,19	2,74
3	4,33	4,33	3,90	3,47	3,03	2,60
4	4,12	4,12	3,70	3,29	2,88	2,47
5	3,91	3,91	3,52	3,13	2,74	2,35
6	3,71	3,71	3,34	2,97	2,60	2,23
7	3,53	3,53	3,18	2,82	2,47	2,12
8	3,35	3,35	3,02	2,68	2,35	2,01
9	3,18	3,18	2,87	2,55	2,23	1,91
10	3,03	3,03	2,72	2,42	2,12	1,82
11	2,87	2,87	2,59	2,30	2,01	1,72
12	2,73	2,73	2,46	2,18	1,91	1,64
13	2,59	2,59	2,33	2,07	1,82	1,56
14	2,46	2,46	2,22	1,97	1,72	1,48
15	2,34	2,34	2,11	1,87	1,64	1,40

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO SIMPLES						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,84	3,84	3,46	3,07	2,69	2,30

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

2	3,65	3,65	3,28	2,92	2,55	2,19
3	3,47	3,47	3,12	2,77	2,43	2,08
4	3,29	3,29	2,96	2,63	2,30	1,98
5	3,13	3,13	2,81	2,50	2,19	1,88
6	2,97	2,97	2,67	2,38	2,08	1,78
7	2,82	2,82	2,54	2,26	1,98	1,69
8	2,68	2,68	2,41	2,15	1,88	1,61
9	2,55	2,55	2,29	2,04	1,78	1,53
10	2,42	2,42	2,18	1,94	1,69	1,45
11	2,30	2,30	2,07	1,84	1,61	1,38
12	2,18	2,18	1,97	1,75	1,53	1,31
13	2,07	2,07	1,87	1,66	1,45	1,24
14	1,97	1,97	1,77	1,58	1,38	1,18
15	1,87	1,87	1,69	1,50	1,31	1,12

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,07	3,07	2,76	2,46	2,15	1,84
2	2,92	2,92	2,63	2,33	2,04	1,75
3	2,77	2,77	2,50	2,22	1,94	1,66
4	2,63	2,63	2,37	2,11	1,84	1,58
5	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50
6	2,38	2,38	2,14	1,90	1,66	1,43
7	2,26	2,26	2,03	1,81	1,58	1,35
8						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	2,15	2,15	1,93	1,72	1,50	1,29
9	2,04	2,04	1,83	1,63	1,43	1,22
10	1,94	1,94	1,74	1,55	1,36	1,16
11	1,84	1,84	1,66	1,47	1,29	1,10
12	1,75	1,75	1,57	1,40	1,22	1,05
13	1,66	1,66	1,49	1,33	1,16	1,00
14	1,58	1,58	1,42	1,26	1,10	0,95
15	1,50	1,50	1,35	1,20	1,05	0,90

CONSTRUÇÃO EM MADEIRA DUPLA						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

CONSTRUÇÃO EM MADEIRA SIMPLES						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,00	5,00	4,50	4,00	3,50	3,00
2	4,75	4,75	4,28	3,80	3,33	2,85
3	4,51	4,51	4,06	3,61	3,16	2,71
4	4,29	4,29	3,86	3,43	3,00	2,57
5	4,07	4,07	3,67	3,26	2,85	2,44
6	3,87	3,87	3,48	3,10	2,71	2,32
7	3,68	3,68	3,31	2,94	2,57	2,21
8	3,49	3,49	3,14	2,79	2,44	2,10
9	3,32	3,32	2,99	2,65	2,32	1,99
10	3,15	3,15	2,84	2,52	2,21	1,89
11	2,99	2,99	2,69	2,39	2,10	1,80
12	2,84	2,84	2,56	2,28	1,99	1,71
13	2,70	2,70	2,43	2,16	1,89	1,62
14	2,57	2,57	2,31	2,05	1,80	1,54
15	2,44	2,44	2,19	1,95	1,71	1,46

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA PAVILHÕES DE ALTO PADRÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	7,50	7,50	6,75	6,00	5,25	4,50
2	7,13	7,13	6,41	5,70	4,99	4,28
3	6,77	6,77	6,09	5,42	4,74	4,06

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

4	6,43	6,43	5,79	5,14	4,50	3,86
5	6,11	6,11	5,50	4,89	4,28	3,67
6	5,80	5,80	5,22	4,64	4,06	3,48
7	5,51	5,51	4,96	4,41	3,86	3,31
8	5,24	5,24	4,71	4,19	3,67	3,14
9	4,98	4,98	4,48	3,98	3,48	2,99
10	4,73	4,73	4,25	3,78	3,31	2,84
11	4,49	4,49	4,04	3,59	3,14	2,69
12	4,27	4,27	3,84	3,41	2,99	2,56
13	4,05	4,05	3,65	3,24	2,84	2,43
14	3,85	3,85	3,47	3,08	2,70	2,31
15	3,66	3,66	3,29	2,93	2,56	2,19

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA PAVILHÕES DE PADRÃO MÉDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,00	6,00	5,40	4,80	4,20	3,60
2	5,70	5,70	5,13	4,56	3,99	3,42
3	5,42	5,42	4,87	4,33	3,79	3,25
4	5,14	5,14	4,63	4,12	3,60	3,09
5	4,89	4,89	4,40	3,91	3,42	2,93
6	4,64	4,64	4,18	3,71	3,25	2,79
7	4,41	4,41	3,97	3,53	3,09	2,65
8	4,19	4,19	3,77	3,35	2,93	2,51
9	3,98	3,98	3,58	3,18	2,79	2,39
10						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	3,78	3,78	3,40	3,03	2,65	2,27
11	3,59	3,59	3,23	2,87	2,51	2,16
12	3,41	3,41	3,07	2,73	2,39	2,05
13	3,24	3,24	2,92	2,59	2,27	1,95
14	3,08	3,08	2,77	2,46	2,16	1,85
15	2,93	2,93	2,63	2,34	2,05	1,76

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA PAVILHÕES DE PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,80	4,80	4,32	3,84	3,36	2,88
2	4,56	4,56	4,10	3,65	3,19	2,74
3	4,33	4,33	3,90	3,47	3,03	2,60
4	4,12	4,12	3,70	3,29	2,88	2,47
5	3,91	3,91	3,52	3,13	2,74	2,35
6	3,71	3,71	3,34	2,97	2,60	2,23
7	3,53	3,53	3,18	2,82	2,47	2,12
8	3,35	3,35	3,02	2,68	2,35	2,01
9	3,18	3,18	2,87	2,55	2,23	1,91
10	3,03	3,03	2,72	2,42	2,12	1,82
11	2,87	2,87	2,59	2,30	2,01	1,72
12	2,73	2,73	2,46	2,18	1,91	1,64
13	2,59	2,59	2,33	2,07	1,82	1,56
14	2,46	2,46	2,22	1,97	1,72	1,48
15	2,34	2,34	2,11	1,87	1,64	1,40

CONSTRUÇÃO METALICA PAVILHÕES PARA DEPOSITO DE CEREAIS

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) EM ALVENARIA DE ALTO PADRÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) EM ALVENARIA PADRÃO MEDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,00	5,00	4,50	4,00	3,50	3,00
2	4,75	4,75	4,28	3,80	3,33	2,85
3	4,51	4,51	4,06	3,61	3,16	2,71
4	4,29	4,29	3,86	3,43	3,00	2,57
5	4,07	4,07	3,67	3,26	2,85	2,44
6	3,87	3,87	3,48	3,10	2,71	2,32
7	3,68	3,68	3,31	2,94	2,57	2,21
8	3,49	3,49	3,14	2,79	2,44	2,10
9	3,32	3,32	2,99	2,65	2,32	1,99
10	3,15	3,15	2,84	2,52	2,21	1,89
11	2,99	2,99	2,69	2,39	2,10	1,80

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

12	2,84	2,84	2,56	2,28	1,99	1,71
13	2,70	2,70	2,43	2,16	1,89	1,62
14	2,57	2,57	2,31	2,05	1,80	1,54
15	2,44	2,44	2,19	1,95	1,71	1,46

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) EM ALVENARIA PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,00	4,00	3,60	3,20	2,80	2,40
2	3,80	3,80	3,42	3,04	2,66	2,28
3	3,61	3,61	3,25	2,89	2,53	2,17
4	3,43	3,43	3,09	2,74	2,40	2,06
5	3,26	3,26	2,93	2,61	2,28	1,95
6	3,10	3,10	2,79	2,48	2,17	1,86
7	2,94	2,94	2,65	2,35	2,06	1,76
8	2,79	2,79	2,51	2,23	1,96	1,68
9	2,65	2,65	2,39	2,12	1,86	1,59
10	2,52	2,52	2,27	2,02	1,76	1,51
11	2,39	2,39	2,16	1,92	1,68	1,44
12	2,28	2,28	2,05	1,82	1,59	1,37
13	2,16	2,16	1,95	1,73	1,51	1,30
14	2,05	2,05	1,85	1,64	1,44	1,23
15	1,95	1,95	1,76	1,56	1,37	1,17

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) NÃO HABITAVEL EM MADEIRA						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO	MUITO BOM	BOM	REGULAR	RUIM

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

		0,00%	10,00%	20,00%	30,00%	40,00%
1	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50
2	2,38	2,38	2,14	1,90	1,66	1,43
3	2,26	2,26	2,03	1,81	1,58	1,35
4	2,14	2,14	1,93	1,71	1,50	1,29
5	2,04	2,04	1,83	1,63	1,43	1,22
6	1,93	1,93	1,74	1,55	1,35	1,16
7	1,84	1,84	1,65	1,47	1,29	1,10
8	1,75	1,75	1,57	1,40	1,22	1,05
9	1,66	1,66	1,49	1,33	1,16	1,00
10	1,58	1,58	1,42	1,26	1,10	0,95
11	1,50	1,50	1,35	1,20	1,05	0,90
12	1,42	1,42	1,28	1,14	1,00	0,85
13	1,35	1,35	1,22	1,08	0,95	0,81
14	1,28	1,28	1,16	1,03	0,90	0,77
15	1,22	1,22	1,10	0,98	0,85	0,73

TELHEIROS METALICOS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,75	3,75	3,38	3,00	2,63	2,25
2	3,56	3,56	3,21	2,85	2,49	2,14
3	3,38	3,38	3,05	2,71	2,37	2,03
4	3,22	3,22	2,89	2,57	2,25	1,93
5	3,05	3,05	2,75	2,44	2,14	1,83
6	2,90	2,90	2,61	2,32	2,03	1,74
7						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	2,76	2,76	2,48	2,21	1,93	1,65
8	2,62	2,62	2,36	2,10	1,83	1,57
9	2,49	2,49	2,24	1,99	1,74	1,49
10	2,36	2,36	2,13	1,89	1,65	1,42
11	2,25	2,25	2,02	1,80	1,57	1,35
12	2,13	2,13	1,92	1,71	1,49	1,28
13	2,03	2,03	1,82	1,62	1,42	1,22
14	1,93	1,93	1,73	1,54	1,35	1,16
15	1,83	1,83	1,65	1,46	1,28	1,10

TELHEIROS COMUNS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50
2	2,38	2,38	2,14	1,90	1,66	1,43
3	2,26	2,26	2,03	1,81	1,58	1,35
4	2,14	2,14	1,93	1,71	1,50	1,29
5	2,04	2,04	1,83	1,63	1,43	1,22
6	1,93	1,93	1,74	1,55	1,35	1,16
7	1,84	1,84	1,65	1,47	1,29	1,10
8	1,75	1,75	1,57	1,40	1,22	1,05
9	1,66	1,66	1,49	1,33	1,16	1,00
10	1,58	1,58	1,42	1,26	1,10	0,95
11	1,50	1,50	1,35	1,20	1,05	0,90
12	1,42	1,42	1,28	1,14	1,00	0,85
13	1,35	1,35	1,22	1,08	0,95	0,81

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

14	1,28	1,28	1,16	1,03	0,90	0,77
15	1,22	1,22	1,10	0,98	0,85	0,73

PISCINAS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	9,38	9,38	8,44	7,50	6,56	5,63
2	8,91	8,91	8,02	7,13	6,23	5,34
3	8,46	8,46	7,61	6,77	5,92	5,08
4	8,04	8,04	7,23	6,43	5,63	4,82
5	7,64	7,64	6,87	6,11	5,35	4,58
6	7,25	7,25	6,53	5,80	5,08	4,35
7	6,89	6,89	6,20	5,51	4,82	4,13
8	6,55	6,55	5,89	5,24	4,58	3,93
9	6,22	6,22	5,60	4,98	4,35	3,73
10	5,91	5,91	5,32	4,73	4,14	3,55
11	5,61	5,61	5,05	4,49	3,93	3,37
12	5,33	5,33	4,80	4,27	3,73	3,20
13	5,07	5,07	4,56	4,05	3,55	3,04
14	4,81	4,81	4,33	3,85	3,37	2,89
15	4,57	4,57	4,11	3,66	3,20	2,74

TORRES DE TRANSMISSÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	18,75	18,75	16,88	15,00	13,13	11,25
2						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	17,81	17,81	16,03	14,25	12,47	10,69
3	16,92	16,92	15,23	13,54	11,85	10,15
4	16,08	16,08	14,47	12,86	11,25	9,65
5	15,27	15,27	13,74	12,22	10,69	9,16
6	14,51	14,51	13,06	11,61	10,16	8,71
7	13,78	13,78	12,40	11,03	9,65	8,27
8	13,09	13,09	11,78	10,48	9,17	7,86
9	12,44	12,44	11,20	9,95	8,71	7,46
10	11,82	11,82	10,64	9,45	8,27	7,09
11	11,23	11,23	10,10	8,98	7,86	6,74
12	10,67	10,67	9,60	8,53	7,47	6,40
13	10,13	10,13	9,12	8,11	7,09	6,08
14	9,63	9,63	8,66	7,70	6,74	5,78
15	9,14	9,14	8,23	7,32	6,40	5,49

TANQUES METALICOS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	12,50	12,50	11,25	10,00	8,75	7,50
2	11,88	11,88	10,69	9,50	8,31	7,13
3	11,28	11,28	10,15	9,03	7,90	6,77
4	10,72	10,72	9,65	8,57	7,50	6,43
5	10,18	10,18	9,16	8,15	7,13	6,11
6	9,67	9,67	8,71	7,74	6,77	5,80
7	9,19	9,19	8,27	7,35	6,43	5,51
8	8,73	8,73	7,86	6,98	6,11	5,24

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

9	8,29	8,29	7,46	6,63	5,80	4,98
10	7,88	7,88	7,09	6,30	5,51	4,73
11	7,48	7,48	6,74	5,99	5,24	4,49
12	7,11	7,11	6,40	5,69	4,98	4,27
13	6,75	6,75	6,08	5,40	4,73	4,05
14	6,42	6,42	5,78	5,13	4,49	3,85
15	6,10	6,10	5,49	4,88	4,27	3,66

BOX DE ESTACIONAMENTO COBERTO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	12,50	12,50	11,25	10,00	8,75	7,50
2	11,88	11,88	10,69	9,50	8,31	7,13
3	11,28	11,28	10,15	9,03	7,90	6,77
4	10,72	10,72	9,65	8,57	7,50	6,43
5	10,18	10,18	9,16	8,15	7,13	6,11
6	9,67	9,67	8,71	7,74	6,77	5,80
7	9,19	9,19	8,27	7,35	6,43	5,51
8	8,73	8,73	7,86	6,98	6,11	5,24
9	8,29	8,29	7,46	6,63	5,80	4,98
10	7,88	7,88	7,09	6,30	5,51	4,73
11	7,48	7,48	6,74	5,99	5,24	4,49
12	7,11	7,11	6,40	5,69	4,98	4,27
13	6,75	6,75	6,08	5,40	4,73	4,05
14	6,42	6,42	5,78	5,13	4,49	3,85
15						

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	6,10	6,10	5,49	4,88	4,27	3,66

BOX DE ESTACIONAMENTO SEM COBERTURA						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

ANEXO III

TAXAS, ALÍQUOTAS E CONTRIBUIÇÕES

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

1 – Sociedades de Profissionais, pagara pelo valor atribuído na tabela abaixo, multiplicado pelo numero de profissionais da sociedade.

2 – Demais Profissionais autônomos, pagarão em conformidade com a coluna de pessoas físicas da tabela abaixo.

3 – Os demais profissionais sujeitos a ISS variável, pagarão pela receita bruta, aplicando-se as alíquotas da coluna três da tabela abaixo.

TABELA I

PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	FISICA	JURIDICA
DESCRICAO DOS SERVICOS	URM	ALIQ%
1 - Serviços de informática e congêneres. 1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.	0,50	3% 3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

1.02 - Programação. 1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. 1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação. 1.06 - Assessoria e consultoria em informática. 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados. 1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas. 1.09 - Disponibilização, sem sessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).		3% 3% 3%
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. 2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3.0	3%
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres. 3.01 – (VETADO) 3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda. 3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. 3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. 3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3.0	3%
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	3.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

4.01 - Medicina e biomedicina. 4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. 4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres. 4.04 - Instrumentação cirúrgica. 4.05 - Acupuntura. 4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares. 4.07 - Serviços farmacêuticos. 4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental. 4.10 - Nutrição. 4.11 - Obstetrícia. 4.12 - Odontologia. 4.13 - Ortóptica. 4.14 - Próteses sob encomenda. 4.15 - Psicanálise. 4.16 - Psicologia. 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. 4.18 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres. 4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. 4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. 4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. 4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. 4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.		

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres. 5.01 - Medicina veterinária e zootecnia. 5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária. 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária. 5.04 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres. 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres. 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres. 5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3.0	3%
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres. 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres. 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres. 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres. 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas. 6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres. 6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	1,5	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres. 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres. 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. 7.04 – Demolição. 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço. 7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres. 7.08 – Calafetação. 7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. 7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. 7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores. 7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos. 7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3.0	3 %

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

7.14 – (VETADO) 7.15 – (VETADO) 7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. 7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres. 7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres. 7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. 7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres. 7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais. 7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.		
8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza. 8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior. 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	10.0	2%
9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres. 9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service** , **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços). 9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

9.03 - Guias de turismo.		
10 - Serviços de intermediação e congêneres. 10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada. 10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. 10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária. 10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**). 10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios. 10.06 - Agenciamento marítimo. 10.07 - Agenciamento de notícias. 10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios. 10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. 10.10 - Distribuição de bens de terceiros.	2.0	5%
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres. 11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações. 11.02 **-** Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. 11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas. 11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	1,5	3%
12 – Diversões públicas. 12.01 - Espetáculos teatrais. 12.02 - Exibições cinematográficas. 12.03 - Espetáculos circenses. 12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

12.04 - Programas de auditório. 12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres. 12.06 - Boates, **taxi-dancing** e congêneres. 12.07 - **Shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. 12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres. 12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não. 12.10 - Corridas e competições de animais. 12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. 12.12 - Execução de música. 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. 12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo. 12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres. 12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres. 12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.		

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia. 13.01 – (VETADO) 13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres. 13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres. 13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização. 13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100080

14 - Serviços relativos a bens de terceiros. 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). 14.02 - Assistência técnica. 14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). 14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus. 14.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. 14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido. 14.07 - Colocação de molduras e congêneres. 14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres. 14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento. 14.10 - Tinturaria e lavanderia. 14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral. 14.12 - Funilaria e lanternagem. 14.13 - Carpintaria e serralheria. 14.14 -Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	1.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. 15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. 15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral. 15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres. 15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais. 15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. 15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas sem geral, por qualquer meio ou processo. 15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; missão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins. 15.09 - Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**). 15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. 15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles	5.0	5%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

relacionados. 15.12- Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito. 15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. 15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. 15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. 15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. 15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. 15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.		
16 – Serviços de transporte de natureza municipal. 16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.	2.0	3%
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres. 17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. 17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

infra-estrutura administrativa e congêneres. 17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa. 17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra. 17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço. 17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários. 17.07 – (VETADO) 17.08 – Franquia (franchising). 17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. 17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. 17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS). 17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. 17.13 – Leilão e congêneres. 17.14 – Advocacia. 17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. 17.16 – Auditoria. 17.17 – Análise de Organização e Métodos. 17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza. 17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. 17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira. 17.21 – Estatística. 17.22 – Cobrança em geral. 17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). 17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. 17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens		

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

de recepção livre e gratuita).		
18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. 18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	2.0	3%
19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. 19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	2.0	5%
20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários. 20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres. 20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres. 20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	2.0	3%
21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. 21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		3%
22 - Serviços de exploração de rodovia. 22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.		3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

23- Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. 23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2.0	3.%
24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres. 24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.	1.0	2%
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. 25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. 25.03 – Planos ou convênio funerários. 25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios. 25.05 Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3.0	3%
26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres. 26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.	2.0	3%
27 - Serviços de assistência social. 27.01 - Serviços de assistência social.	3.0	3%
28-Serviços de Avaliação de bens e serviços de qualquer natureza 28-01- Serviços de Avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3.0	3%
29 - Serviços de biblioteconomia. 29.01 - Serviços de biblioteconomia.	1.0	3%
30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química. 30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2.0	3%
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
32 - Serviços de desenhos técnicos. 32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	2.0	3%
33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. 33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	2.0	3%
34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. 34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	2.0	3%
35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo erelações públicas. 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2.0	3%
36 - Serviços de meteorologia. 36.01 - Serviços de meteorologia.	2.0	3%
37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. 37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2.0	3%
38 - Serviços de museologia. 38.01 - Serviços de museologia.	2.0	3%
39 - Serviços de ourivesaria e lapidação. 39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	2.0	3%
40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda. 40.01 - Obras de arte sob encomenda.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Página
729
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
210
Peça
3748844
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100080

TABELA II

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES

I - LICENÇA INICIAL PARA FUNCIONAMENTO COM LOCALIZAÇÃO FIXA VALORES EM VRM

COMÉRCIO	
Micro Empresa	3,00
Empresa de Pequeno Porte	5,00
Geral	15,00
INDÚSTRIA	
Micro Empresa	3,00
Empresa de Pequeno Porte	5,00
Geral	15,00
Estabelecimento Bancários	15,00
Prestador de Serviço (empresa)	2,00
Autônomo	1,00

II - DOS AMBULANTES EM CARÁTER EVENTUAL, QUANDO A EVENTUALIDADE FOR IGUAL OU INFERIOR A 07 (SETE) DIAS, POR DIA.

Sem veículo	0,30
Com veículo	0,75
Em tendas, estandes e similares	0,75
Feiras	3,00

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

III - DOS AMBULANTES EM CARÁTER EVENTUAL, QUANDO A EVENTUALIDADE FOR SUPERIOR A 07 (SETE) DIAS, POR MÊS OU FRAÇÃO

Sem veículo	0,20
Com veículo	0,40
Em tendas, estandes e similares	0,40
Carros de sorvete, picolés, churrasquinhos e afins. Contribuintes inscritos neste Município.	0,20

IV - DOS AMBULANTES EM CARÁTER PERMANENTE

Sem veículo ou com veículo de tração animal	2,00
Com veículo	5,00
Em tendas, estandes e similares	3,00
Carros de sorvete, picolés, churrasquinhos e afins. Contribuintes inscritos neste Município.	1,00
Produtores primários do Município, para comercialização de sua própria produção, comerciantes para instalação em feiras e eventos.	Isentos

V - DIVERSÕES PÚBLICAS

Bailes, festas e afins de interesse particular por evento, salões de até 300 m²	1,00

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Bailes, festas e afins de interesse particular por evento, salões com mais de 300 m²	2,00
Bailes, festas e afins de interesse social por evento	Isento
Circos, espetáculos e afins por dia	1,00
Torneios, competições e afins. Por evento de interesse particular.	1,00
Instalação de eventos em local publico. Por dia	1,00

TABELA VI

TABELA DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E/OU VISTORIA DE ESTABELECIMENTOS DE QUALQUER NATUREZA VALORES EM VRM

COMÉRCIO	
Micro Empresa	1,00
Empresa de Pequeno Porte	1,50
Geral	2,00
INDÚSTRIA	
Micro Empresa	1,00
Empresa de Pequeno Porte	2,00
Geral	3,00
Estabelecimento Bancários	10,00
Prestador de Serviço (empresa)	1,00
Autônomo	0,50

TABELA VII

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS VALORES EM VRM

Depósito de materiais ou entulhos por dia	0,05

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Circos, parques de diversão e congêneres por mês ou fração	1,00
Anúncios publicitários, sob a forma de tabelas, painéis ou similares por m²	0,05

TABELA VIII

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE PUBLICIDADE VALORES EM VRM

Faixas e anúncios em muros por unidade e por vez	0,10
Publicidade efetuada em alto-falantes, em veículo, por dia	0,10
Publicidade efetuada por alto-falante na parte externa dos estabelecimentos comerciais ou a esses equiparados, por dia	0,10
Publicidade sonora ou audiovisual (painéis) para fins comerciais por quaisquer processos, exceto as efetuadas em jornais, revistas, rádio ou televisão, por ano e por unidade.	0,50

TABELA IX

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA VALORES EM VRM

I - APROVAÇÃO DE PROJETOS E LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO

Arruamento e Loteamento (excluem-se as áreas destinadas a logradouros públicos e aquelas doadas para o Município sem ônus)	0,005 por m^2
Construção de prédio residencial em alvenaria	0,020 por m^2

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Construção de prédio residencial em madeira	0,010 por m^2
Construção de prédio residencial em madeira e alvenaria (mista)	0,015 por m^2
Construção de pavilhões	0,010 por m^2
Reforma de prédios	0,010 por m^2 de área reformada

II - OUTROS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Construção de muro	0,020 por m^2
Construção e instalação de piscina	0,020 por m^2
Construção de marquise, toldo ou cobertura análoga	0,050 por m^2
Desmembramento ou fracionamento de áreas	1,00 por desmembramento
Desmembramento ou fracionamento de áreas na zona rural	1,00 por desmembramento
Fixação de alinhamento em terreno	0,080 por metro de testada
Fixação de alinhamento em terreno de esquina	0,040 por terreno
Colocação ou substituição de bombas de combustível ou lubrificante, inclusive tanques ou reservatórios	2,00 por unidade

TABELA X

TABELA PARA LANÇAMENTO DE TAXA DE COLETA DE LIXO E ENTULHO VALORES EM VRM

Coleta de lixo e entulho por ano ⇒ por unidade cadastrada	0,40
Remoção especial de lixo, como entulho, detritos, animais mortos, e congêneres ⇒ por unidade ou m^3	0,50

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

TABELA XI

TABELA PARA LANÇAMENTO DE TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS E PREÇOS PÚBLICOS

I - TAXAS DE EXPEDIENTE **VALORES EM VRM**

Requerimentos	0,15 por assunto
Certidões, Atestados, Traslados, e similares	0,10 por unidade
Segunda via de documentos	0,10 por unidade
Autenticação de plantas e documentos por unidade	0,05 por unidade ou folha
Vistoria de prédios para expedição de carta de "Habite-se"	0,005 por m2
Busca de documentos em arquivo	0,04 por ano
Emissão de listagem	0,02 por folha

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Reprodução de documentos por cópia fotostática ou similar	0,003 por unidade
Reprodução de cópia heliográfica ou similar	0,12 por unidade
Inscrição para Concurso Público	
⇒ Cargo de Nível Superior	1,00
⇒ Cargo de Nível Médio	0,50
⇒ Cargo de Nível Primário ou sem especificação	0,20
Outros atos ou procedimentos	0,05 p/proced.

II - NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS **VALORES EM VRM**

Fornecimento de número indicativo	0,10

III - CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO **VALORES EM VRM**

Levantamento de pavimentação e/ou abertura de leito de via pública, destinado a interesse particular	
⇒ em ruas pavimentadas com pedra	0,20 por m²
⇒ em ruas pavimentadas com camada asfáltica	0,50 por m²
⇒ em ruas sem pavimentação	0,050 por m²

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 217

Peça 3748844

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100080

TABELA XII

TAXA DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Para licenciamento de funcionamento e exercício de atividades, licença para execução de obras particulares, sujeitas ao licenciamento pelo Órgão Municipal do Meio Ambiente, conforme classificação prevista em lei, são considerados os seguintes valores:

I – LICENÇA PRÉVIA (LP)	VALOR EM URMs
Porte mínimo:	
Grau de poluição baixo	1,00
	1,50
Grau de poluição médio	2,00
Grau de poluição alto	
Porte pequeno:	
Grau de poluição baixo	2,00
	2,50
Grau de poluição médio	3,00
Grau de poluição alto	
Porte médio:	
Grau de poluição baixo	3,00
Grau de poluição médio	4,00
	5,00
Grau de poluição alto	
Porte grande:	
Grau de poluição baixo	4,00
Grau de poluição médio	6,00
	8,00
Grau de poluição alto	
Porte excepcional:	
Grau de poluição baixo	6,00
Grau de poluição médio	8,00
	10,00
Grau de poluição alto	
PRONAF	1,00
II – LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)	
Porte mínimo:	
Grau de poluição baixo	2,00
	2,50
Grau de poluição médio	3,00
Grau de poluição alto	
Porte pequeno:	
Grau de poluição baixo	3,00
	4,00

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Grau de poluição médio	5,00
Grau de poluição alto	
Porte médio:	
Grau de poluição baixo	5,00
Grau de poluição médio	6,50
	8,00
Grau de poluição alto	
Porte grande:	
Grau de poluição baixo	10,00
Grau de poluição médio	15,00
	20,00
Grau de poluição alto	
Porte excepcional:	
Grau de poluição baixo	15,00
Grau de poluição médio	20,00
	25,00
Grau de poluição alto	
PRONAF	2,00
III – LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)	
Porte mínimo:	
Grau de poluição baixo	1,00
	1,50
Grau de poluição médio	2,00
Grau de poluição alto	
Porte pequeno:	
Grau de poluição baixo	2,00
	2,50
Grau de poluição médio	3,00
Grau de poluição alto	
Porte médio:	
Grau de poluição baixo	4,00
Grau de poluição médio	6,00
	8,00
Grau de poluição alto	
Porte grande:	
Grau de poluição baixo	6,00
Grau de poluição médio	8,00
	12,00
Grau de poluição alto	
Porte excepcional:	
Grau de poluição baixo	10,00
Grau de poluição médio	12,00
	18,00
Grau de poluição alto	
PRONAF	1,00
IV – LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO (LPI)	**(* para atividades agroindustriais de pequeno porte e baixo impacto ambiental, conforme Resolução do Conama nº**

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	385/2006).
Porte pequeno: Grau de poluição baixo	3,00
V – LICENÇA ÚNICA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO (LUIO)	**(*para atividades agroindustriais de pequeno porte e baixo impacto ambiental, conforme Resolução do Conama nº 385/2006).**
Porte pequeno: Grau de poluição baixo	4,00
VI – LICENÇA AMBIENTAL SIMPLICADA	**(*para as atividades definidas pela Resolução COMMAM nº 08 de 23 de abril de 2012).**
Regularização	4,00
Renovação	1,00
VII – 2ª via de licença ambiental	**0,25**
VIII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL:	
- Para os estabelecimentos, atividades ou profissões sujeitas à fiscalização dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente, por ano:	1,00
IX - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS AMBIENTAIS	0,20
X - ALTERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	
Potencial baixo	0,50
Potencial médio	0,75
Potencial alto	1,00
XII - DECLARAÇÃO GERAL	0,25
XIII - TERMO DE ENCERRAMENTO	0,50
XIV - AUTORIZAÇAO GERAL	
Potencial baixo	0,50
Potencial médio	0,75
Potencial alto	1,00

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

XV – MANEJO DE VEGETAÇÃO:	
Uso de recursos naturais	
Manejo de recursos naturais	0,20
Supressão de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração para atividades de uso alternativo do solo (descapoeiramento)	0,20
Supressão de vegetação nativa em estágio médio de regeneração – Interesse social	0,20
Exploração de espécies da flora nativa provenientes de formações naturais por meio do corte eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, para consumo nas propriedades rurais, posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais – Interesse social	0,20
Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais	
Exploração de florestas comprovadamente plantadas com espécies nativas fora da Área de Preservação Permanente	0,20
Aproveitamento de árvores tombadas em casos de calamidade pública comprovadamente causada por fenômenos naturais	0,20
Obras civis e demais empreendimentos	
Supressão de vegetação nativa para a implantação ou ampliação de loteamentos e edificações, obras ou atividades citadas na resolução CONSEMA 288/2014	0,20
Obras civis e demais empreendimentos	
Manejo da arborização urbana) arboretos e árvores isoladas	0,20
Podas de espécies imunes ao corte ou outras	0,20
Transplantes de espécies imunes ao corte, em obras de relevante utilidade pública ou interesse social, comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional, observados os itens elencados no art. 3 da Lei 12.651/2012	1,00
Restauração ou recuperação de áreas degradadas (análise do projeto)	

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

	0,20

TABELA XIII
TABELA PARA LANÇAMENTO DE TAXAS DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAUDE

TABELA INCIDÊNCIA REVALIDAÇÃO ALVARÁ SANITÁRIO

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

item	I - Fiscalização de estabelecimentos:	Valor Anual Em URMs
a	Consultórios médico, odontológico, veterinário, de psicologia e de nutrição;	**0,50**
b	clínicas: médica, odontológica, veterinária, de nutrição, de fisioterapia, de fisiatria, de terapia ocupacional e de radiologia;	**0,50**
c	ambulatórios: médico, de enfermagem, veterinário e outros correlatos;	**0,50**
d	serviços: de fonoaudiologia, de audiometria, de ecografia, de ecocardiografia, de diálise, de radioterapia, de quimioterapia, de medicina nuclear, de tomografia computadorizada e outros correlatos;	**0,50**
e	laboratórios: de análises clínicas, de análises químicas, de patologia, de prótese dentária e correlatos;	**0,50**
f	banco de sangue e outros serviços de sangue e hemoderivados;	**0,40**
g	sauna e outros correlatos;	**0,40**
h	estabelecimentos de cuidado a crianças, com exceção dos estabelecimentos assistenciais.	**0,40**
i	gabinete de massagem, de pedicuro e manicuro e outros correlatos	**0,40**
j	Instituto de beleza e barbearias	**0,40**
k	Drogarias e outros correlatos	**0,40**
item	**II - Fiscalização de Produtos**	**Valor Anual Em URMs**
a	Firma para limpeza e controle de Agua	**0,50**
b	desratizadora	**0,40**
c	desinsetizadora	**0,40**
d	comércio de prótese ortopédica	**0,50**
e	comércio de cosméticos	**0,40**
f	Saneantes	**0,40**
g	domissanitários e correlatos	**0,40**
h	Peixaria	**0,40**
i	Bar, lancherias restaurantes, alimentos p/pronta entrega e similares	**0,40**
j	Supermercados e similares	**0,60**
l	Hotel/Motel	**0,60**
m	comércio de produtos alimentícios em geral	**0,60**
n	depósitos de produtos alimentícios e bebidas	**0,60**
o	açougue	**0,60**
p	comércio de produtos alimentícios em "trailler" e outros serviços correlatos;	**0,40**
q	ambulantes em geral	**0,30**
r	veículos de transportes de alimentos	**0,30**

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59DE.80CB.B230.6386.73EF.

Prefeitura Municipal de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

DECRETO Nº1.575, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aprova o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB,** com ênfase nos Sistemas de Abastecimentos de Água de Esgotamento Sanitário.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Artigo 64-A, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB,** com ênfase nos Sistemas de Abastecimentos de Água e de Esgotamento Sanitário, aprovado por Audiência Pública na data de 14 de novembro de 2011 e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMAM, na data de 6 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 8 de dezembro de 2011.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Solange Raab
Assessora de Administração

Página 742
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748845
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100081

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8FDD.2830.A953.1891.9CB3.

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
1

Peça
3748804

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100058

Recibo de Envio de Informações Nº 12/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 09h e 01min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O Município recebeu algum recurso ou aderiu a algum programa para desenvolvimento de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar advindo do governo federal, no exercício de 2020?	Não
2) O Município possui convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para desenvolvimento de políticas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar?	Não
3) Na estrutura administrativa do Executivo Municipal existe Unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	Não
3.1) Esta Unidade foi criada por lei?	
3.2) Qual é a unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	
3.3) Informe o nome da Secretaria, Coordenadoria, Departamento ou Setor responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município	
3.4) A qual Secretaria a Unidade de Políticas para Mulheres está vinculada?	
3.5) Anexar cópia digitalizada da lei ou outra norma local que disciplina a existência e competências da unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município.	-
3.6) A Unidade responsável pelas políticas para mulheres no Município possui recurso orçamentário próprio?	
3.7) Informe o(s) valor(es) e a(s) respectiva(s) classificação(ões) orçamentária(s):	Registros informados: 0
3.8) Esta unidade possui quadro exclusivo de servidores/as?	
4) Existem no Município serviços especializados para atendimento às mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar?	Não
5) O Município possui programas e campanhas de enfrentamento à violência doméstica e familiar?	Sim
Quais?	Está sendo implantado um grupo de estudos
6) Informar se há ações de prevenção e atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar realizadas pelo Município nas seguintes áreas: (não preencha as áreas em que não há ação.)	
7) A Administração Municipal acompanha, com algum tipo de atendimento, as mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar?	Não
7.1) Quantas mulheres vítimas de violência foram assistidas em 2020?	
8) O município conta com serviço policial especializado, no próprio município ou em município próximo, como DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres?	Não
8.1) No caso do município contar com atendimento da DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, o atendimento ocorre durante 24 horas, todos os dias da semana?	
8.2) No caso do Município não possuir ou não estar ligado a DEAM, a Delegacia de Polícia mais próxima oferece atendimento adequado para os casos de violência doméstica ou familiar?	Não

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0DA.547D.1361.DD7F.DA47.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
9) O Município possui alguma política pública determinada por Lei municipal em um dos 04 (quatro) eixos estruturantes da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres? (Prevenção/Combate/Acolhimento-Assistência/Garantia de Direitos)?	Não
9.1) Para quais eixos?	
10) Qual a quantidade de leis municipais estabelecendo alguma política para cumprimento da Lei Maria da Penha há no Município?	Nenhuma
11) No seu Município a rede de proteção/assistência e combate à violência contra mulher conta com a participação do Poder Judiciário (vara especializada), Ministério Público, Defensoria Pública, DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e entidades da sociedade civil como ONGs?	
12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) O Município possui local e equipamentos próprios ou decorrentes de convênios (ex: sala, banheiro, carro, mesa, cadeiras, climatizador, etc.) necessários à estruturação de espaço para atendimento às mulheres vítimas de violência?	Não
13.1) Os equipamentos estão lotados no setor específico de combate à violência contra a mulher?	

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:51.

Código de autenticação

FAPA7-QPCP2-PTDS2

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0DA.547D.1361.DD7F.DA47.

Dados Tabulares

12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?

Nome da Secretaria	Não Há
Ações executadas pela Secretaria	Não Há

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0DA.547D.1361.DD7F.DA47.

Página
746
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748846
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100082

Conselho Municipal de Educação de Sertão Santana/RS
Rua 24 de março, 1890, centro de Sertão Santana/RS
Cep: 92850-000 fone/fax: (51) 34951075 Ramal 211
E-mail: cme@sertaosantana-rs.com.br

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA

CAPITULO I

DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação de Sertão Santana - C.M.E, órgão colegiado do Sistema Municipal de Ensino, nos termos do Art. 18, inciso III da Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de caráter permanente, criado e regulamentado pela Lei Municipal nº 1383 de 14 de junho de 2016 tem seu funcionamento normatizado pelo presente Regimento Interno, observadas as normas e disposições da legislação pertinente.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação de Sertão Santana - C. M. E tem como finalidade formular as diretrizes e prioridades da política de Educação do Sistema Municipal de Ensino, exercendo funções normativas, consultivas, deliberativas, fiscalizadoras, mobilizadoras e de acompanhamento e controle social.

Art. 3º - São competências e atribuições do Conselho Municipal de Educação:

I- interpretar a legislação federal, estadual e municipal do ensino no âmbito de sua competência e jurisdição;

II- elaborar e/ou reformular e aprovar seu Regimento Interno;

III - fiscalizar a aplicação de recursos para a educação nos termos estabelecidos pela Constituição, Lei Federal nº 9424/96, Lei Federal nº 9394/96 (L. D. B.), legislação pertinente e convênios para obtenção de programa e/ou suplementação e/ou auxílio financeiro;

IV- promover simpósios e fóruns sobre temas da educação brasileira e local;

V- dar parecer sobre matéria pedagógica, por solicitação de entidades interessadas;

VI- fixar normas para autorização e ou renovação de funcionamento e inspeção de estabelecimentos ou instituições do Sistema Municipal de Ensino;

VII- estabelecer normas para elaboração e ou atualização e aprovação dos Regimentos Escolares;

VIII- observar o cumprimento as Diretrizes Curriculares Nacionais pelas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748846

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100082

IX- estabelecer normas de organização e regulamentação das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino que se referem a:
a) matrícula, transferência e regularização da vida escolar de alunos das Unidades Escolares;
b) o ingresso no Ensino Fundamental;
c) parâmetro para número de alunos por professor;
d) oportunidades educacionais apropriadas para jovens e adultos;
e) condições adequadas para o Atendimento Educacional Especializado - AEE;
f) oferta do Ensino Fundamental em tempo integral;
g) orientação de funcionamento de creches e pré-escolas no âmbito do sistema;
h) procedimentos para a avaliação escolar do aluno;
X- manter intercâmbio com o Conselho Nacional e Estadual de Educação, com os demais Conselhos de Educação e instituições educacionais do país;
XI- observar o cumprimento de normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;
XII - dar parecer e aprovar relatório anual das Ações/Atividades da Secretaria Municipal da Educação, incluindo dados sobre a execução financeira;
XIII - emitir pareceres sobre assuntos educacionais e questões de natureza pedagógicas que lhe forem submetidas pelo Executivo ou Legislativas Municipais e por Entidades de âmbito municipal;
XIV - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação, representando junto às autoridades competentes, quando for o caso;
XV- Acompanhar bianualmente a avaliação do Plano Municipal de Educação e a execução das ações da Política da Educação no Município;
XVI- Aprovar o Regimento Interno e realizações de Fóruns Municipal de Educação;
XVII - participar da elaboração do orçamento municipal relativo à educação;
XVIII - compor órgãos colegiados de que deva participar por força de lei ou de convênios mediante deliberação da Plenária para escolha de seu representante;
XIX - estabelecer normas para o funcionamento dos Conselhos Escolares Municipais;
XX- deliberar sobre assuntos afins ou correlatos e quaisquer outros que lhes sejam submetidos pelo Secretário da Educação e pelas Escolas;
XXI- manifestar-se sobre criação, ampliação, desativação e localização de escolas municipais;
XXII- acompanhar o levantamento anual da população em idade escolar e propor alternativas para seu atendimento;
XXIII- acompanhar, anualmente, o processo de reordenamento de níveis de ensino e oferta de vagas da rede municipal de ensino para definição de áreas de jurisdição das escolas;
XXIV- estabelecer diretrizes para elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino.
XXV- definir as diretrizes curriculares para a educação infantil e ensino fundamental, de acordo com a legislação e as normas nacionais e estaduais pertinentes;
XXVI- incentivar a integração das redes de ensino municipal, estadual e particular, no âmbito deste Município;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

XXVII- estudar e sugerir medidas que visem à expansão qualitativa e quantitativa do ensino municipal;
XXVIII- acompanhar e sugerir emendas no orçamento municipal relativo à educação – Lei de Diretrizes Orçamentária - L. D. O;
XXIX - realizar estudos, consultas, pesquisas sobre a situação do ensino neste município;
XXX- promover sindicâncias e inquéritos por meio de comissões especiais em qualquer dos estabelecimentos e/ou órgãos do Sistema de Ensino, em caso de denúncias formalizadas;
XXXI- publicar anualmente relatório de suas atividades;
XXXII- exercer outras atribuições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, Lei Municipal nº 1383 de 14 de junho de 2016, Lei do Sistema Municipal de Educação e normas complementares ou outras decorrentes das funções deste Conselho.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação de Sertão Santana é constituído de diversos segmentos representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil legalmente constituída, assegurada à representação dos segmentos sociais, nos termos que disciplina a Lei.
Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação de Sertão Santana compõe-se de membros titulares e suplentes, indicados pelas suas respectivas entidades e órgãos e nomeados pelo Prefeito.
Parágrafo Único - Nas licenças e impedimentos dos Conselheiros titulares, assumirão os respectivos suplentes, convocados por ato do Presidente, para atender a necessidade de presença mínima estabelecida neste Regimento.
Art. 6º- Na composição do Conselho encontra-se assegurado as seguintes representações:
I - representantes da Secretaria Municipal da Educação;
II - representantes de docentes da Rede Pública Municipal e Estadual;
III - representantes dos diretores e vice-diretores das Escolas Públicas Municipais;
IV – representantes secretarias municipais;
V – representantes de Conselhos escolares das escolas Municipais;
VI- representantes de pais de alunos da Educação Básica da Rede Pública Municipal através de Circulo de Pais e Mestres;
VII- representantes de Associação de Moradores do Município.

Art. 7º - Os Conselheiros terão tempo de mandato de quatro anos podendo ser reconduzidos por mais uma vez observando a data a partir da portaria de posse.
Parágrafo Único – O Presidente do Conselho apresentará sugestões de critérios e indicações para a escolha dos mandatos, cabendo ao Plenário a decisão.
Art. 8º - É vedada a acumulação de representação por parte do Conselheiro que apenas representará uma entidade, órgão ou segmento com assento no Conselho.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

Art. 9º - A composição do Conselho Municipal de Educação só poderá ser alterada por decisão de maioria absoluta dos seus membros, nos termos disciplinados pela Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Educação.
Parágrafo Único – A alteração da composição de Conselheiros ocorrerá mediante requerimento da entidade interessada, apresentado ao Conselho, submetido à apreciação do Plenário para decisão final.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E DEVERES DO CONSELHEIRO

Art.10º- A função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público, gozando os Conselheiros das vantagens estabelecidas em atos e prerrogativas de lei.
Art.11º- Cabe aos membros do Conselho Municipal de Educação:
I- cumprir e fazer cumprir este Regimento;
II- participar das sessões do Conselho, justificando previamente suas faltas e impedimentos;
III- participar dos debates e votar nas matérias de caráter deliberativo;
IV- relatar, na forma e prazos fixados, os processos que lhes foram distribuídos;
V - discutir e votar a matéria constante da ordem do dia do Plenário e das Câmaras;
VI- submeter ao colegiado matérias para sua apreciação e decisão;
VII- pedir vista de processos antes de iniciada sua votação;
VIII- requerer, justificando antecipadamente, destaque ou preferência para discussão e votação de qualquer matéria incluída na ordem do dia;
IX- representar o Conselho sempre que designado pelo Presidente.
Art. 12º- Os Conselheiros ficam dispensados da freqüência em suas repartições e trabalho nos dias em que estejam participando das reuniões do Conselho, desde que, para isto exista coincidência de horários ou quando em viagens a serviço do Conselho.
Parágrafo Único- O Presidente do Conselho expedirá comunicação aos locais de trabalho dos Conselheiros para cumprimento do artigo anterior.
Art. 13º- Fica assegurado ao Conselheiro Presidente, servidor da Secretaria Municipal de Educação, a disponibilidade da sua carga horária integral para o exercício de suas funções no Conselho Municipal de Educação durante o seu mandato.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 14º - O Conselho Municipal de Educação tem a seguinte organização:
I- plenário
II- presidência
III-Câmara da Educação Básica.
IV- comissão permanentes de estudos e comissões especiais.
V- apoio técnico administrativo e pedagógico: assessoria e consultoria técnica.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748846
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100082

CAPÍTULO V
DO PLENÁRIO E SEU FUNCIONAMENTO

Art. 15º – O Plenário é constituído pela totalidade dos Conselheiros que compõem as Câmaras de Educação Básica – CEB e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério - FUNDEB.
Art. 16º - O Plenário é o órgão deliberativo do Conselho Municipal de Educação e reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, em sessões públicas, convocadas pelo Presidente, em data, horário e local previamente fixado, deliberando com maioria simples dos membros presentes.
§1º – As reuniões de que trata o caput, serão convocados pelo (a) Presidente, de ofício ou a requerimento de, no mínimo, 2/3 (dois) terços dos seus membros, ou pelo Secretário da Educação.
§2º**-** As reuniões ordinárias do Conselho Pleno serão realizadas conforme calendário aprovado em sessão do Conselho Pleno, em data previamente fixada.
Art. 17º- O Colegiado, por sua Plenária e Câmaras, manifestar-se-á sobre matéria de sua competência por meio de:
I- Parecer;
II- Resolução.
Art. 18º - As decisões do Plenário do Conselho Municipal de Educação terão forma de resoluções de caráter normativo ou de recomendação, e serão tomadas por maioria de seus membros, à exceção dos casos que a lei ou este Regimento Interno exijam quórum especial.
Art. 19º - As matérias a serem submetidas à apresentação e decisão do Conselho serão encaminhadas à Secretaria Municipal que as registrará, abrindo processo e procedendo a sua instrução, com vista à distribuição.

SEÇÃO I
DAS REUNIÕES E SESSÕES

Art.20º - As reuniões do Conselho serão sempre realizadas em sua sede ou, excepcionalmente, em outro local, por deliberação da maioria absoluta de seus membros.
Parágrafo Único - Será considerado renunciante o Conselheiro que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, devendo a presidência comunicar a instituição a qual o conselheiro representa para as providências cabíveis de substituição.
Art. 21º - As reuniões do Conselho Municipal de Educação serão:
I- Ordinárias:
a) de quatro em quatro anos, realizadas para eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho e posse dos novos Conselheiros;
b) anualmente, para eleger as Câmaras do Conselho, aprovação do Relatório Geral da Gestão do Conselho e aprovação do Relatório da Secretaria Municipal de Educação;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

c) mensalmente, previstas no calendário anuais aprovados pela plenária deste Colegiado.
II- Extraordinárias:
a) ocorrendo sempre que houver assunto de urgência e de excepcional interesse a ser tratado por convocação do Presidente do Conselho de ofício ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.
b) convocadas por requerimento protocolado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ou no curso da reunião ordinária, e nelas não se tratará de assuntos estranhos aos de sua convocação.
Art. 22º- O quórum exigido para instalação de reunião será de metade mais 01 (um) dos membros do Conselho, em primeira chamada, e com qualquer número, em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação.
Art. 23º- Qualquer pessoa poderá participar das reuniões do Conselho com direito apenas a voz.
Parágrafo Único- Em caso de participação com objetivo de formular denúncia ou pedido de esclarecimento, deverá ser feita a solicitação ao Conselho, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
Art. 24º – Dependerão da presença de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho e de maioria absoluta de votos as deliberações sobre as seguintes matérias:
I- eleição do Presidente e do Vice-Presidente;
II- revisão e Alteração do Regimento;
III- aprovação de Parecer.
Art. 25º - Na primeira reunião ordinária mensal do Conselho, será distribuído aos Conselheiros o calendário das reuniões de cada mês, devidamente aprovado pela Plenária do Colegiado.
Art. 26º – No Conselho serão realizadas reuniões solenes, a requerimento de qualquer Conselheiro e, ou entidade e órgão público com assento neste Colegiado, aprovado por maioria dos Conselheiros, para o fim de se prestar homenagens especiais ou comemorar datas cívicas ou de relevante significação para a Comunidade.
Art. 27º - O Presidente realizará sempre que houver necessidade, reunião com a Secretaria Municipal, Assessorias e Câmaras para providências e encaminhamentos.
Art. 28º - As Reuniões Plenárias do Conselho terão duração de até três horas, podendo ser prorrogadas por meia hora, caso a matéria já esteja em discussão.
Art. 29º- As Reuniões Plenárias do Conselho obedecerão à seguinte ordem:
I- expediente, com duração máxima de três horas, obedecendo a seguinte sequência:
a) abertura;
b) leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
c) leitura de correspondências;
d) comunicações, moções e indicações.
II- ordem do dia com:
a) discussão e votação da matéria em pauta.
III- o que ocorrer;
IV- encerramento.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

Parágrafo Único- Nenhuma matéria será objeto de discussão e votação pelo Plenário se não tiver incluída na Ordem do Dia.

Art. 30º- Qualquer Conselheiro poderá formular pedido de vista sobre matéria incluída na Ordem do Dia.

§ 1º- Formulado o pedido de vista, a matéria será automaticamente retirada da Ordem do Dia, ficando a sua discussão e votação transferidas para a próxima reunião ordinária do Conselho.

§2º- Considerar-se-á intempestivo o pedido de vista formulado depois de anunciada a votação.

§3º- Os assuntos incluídos na pauta da sessão que, por qualquer motivo, não forem discutidos e votados, deverão constar, obrigatoriamente, na pauta da sessão ordinária imediata.

Art. 31º - O Plenário somente discutirá e votará na Ordem do Dia, em regime de urgência, matérias que já tenham obtido pareceres das Câmaras.

Art. 32º - O Plenário decidirá sobre pedido de destaque ou preferência para discussão e votação de qualquer matéria incluída na Ordem do Dia.

DAS DECISÕES DO CONSELHO

Art. 33º - As matérias submetidas à apreciação do Conselho se revestirão em forma de Parecer, instrumento através do qual os Conselhos por sua plenária e Câmaras exteriorizam e corporificam as suas deliberações sobre assuntos, matérias e questões que lhe são submetidas.

§1º- Para cada matéria submetida à apreciação do Conselho, haverá um relator indicado pelo (a) presidente para sua relatoria.

§2º- O Conselheiro relator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do processo para apresentar seu parecer, salvo o período de diligência, podendo esse prazo ser dilatado por deliberação da Presidência.

§ 3º- O parecer de que trata o parágrafo anterior será apresentado a Secretaria Geral do Conselho Municipal de Educação, por escrito, 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião Plenária.

Art. 34º- O Parecer deverá compor-se dos seguintes requisitos:

I- relatório contendo:

a) histórico;

b) fundamentação;

c) conclusão e voto do (a) relator (a);

d) deliberação da plenária e ou Câmara.

Art. 35º - A apreciação da matéria constante da Ordem do Dia obedecerá à seguinte disposição:

I- Apresentação da matéria em pauta, ou do parecer em seu inteiro teor;

II- Discussão da matéria em pauta, durante os minutos estabelecidos neste Regimento, onde o (a) Presidente encerra a discussão submetendo à votação;

III- Votação pelos Conselheiros, podendo a proposta ser aprovada ou rejeitada pela maioria, conforme o disposto neste Regimento;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

IV- Deliberação submetida à homologação do Secretário Municipal da Educação nas matérias previstas expressamente neste Regimento.
§ 1º As matérias constantes de parecer deverão obedecer aos dispositivos disciplinados no artigo anterior.
§ 2º- Após as considerações do relator, o Presidente procederá à votação e proclamará o resultado, só admitindo o uso da palavra para o encaminhamento da votação ou invocação de questões de ordem.
§ 3º- Qualquer Conselheiro poderá falar sobre a matéria, objeto da discussão, durante 5 (cinco) minutos, prorrogáveis por igual tempo.
§ 4º- O Conselheiro somente poderá falar mais de uma vez sobre a matéria em discussão mediante solicitação de aparte para apresentar argumento novo à matéria, cabendo ao relator a decisão final suscitada no debate.

Art. 36º- As declarações de voto serão transcritas em ata, registrando-se o nome do seu autor.
Art. 37º - O Presidente do Conselho poderá apresentar e discutir qualquer matéria submetida à apreciação do Plenário, hipótese em que passará a presidência ao seu substituto legal, reassumindo-a logo após a sua fala.
Art. 38º - As decisões do Conselho são formalizadas e divulgadas por meio de Resoluções.
Art. 39º- As Resoluções de caráter normativo que impliquem em medidas administrativas deverão ser homologadas pelo Secretário Municipal da Educação, e encaminhadas para publicação no Diário Oficial do Município no prazo de quarenta e oito horas.
§ 1º- A homologação de que trata o artigo anterior, deverá ocorrer no prazo de cinco dias úteis após o recebimento pelo Titular da Secretaria Municipal da Educação, de Resolução do
Conselho, devidamente aprovada por sua Plenária.
§ 2º- Decorrido o prazo do parágrafo anterior, sem a manifestação do Secretário Municipal da Educação, considerar-se-á tacitamente homologada a deliberação da Plenária do Conselho expressa na Resolução.
§ 3º- Quando o Titular da Secretaria Municipal de Educação, manifestar-se contrário em parte ou no todo nas deliberações para sua homologação, comunicará ao Presidente do Conselho, dentro do prazo referido no § 1º, com justificativas do veto, podendo o Conselho rejeitá-lo, por maioria de seus membros, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da comunicação.
§ 4º- Esgotado o prazo, o silêncio do Conselho importará em acolhimento do veto.
§5º- As Resoluções de caráter de recomendação e as demais de caráter normativo independem da homologação.
§6º- As Resoluções do Conselho, bem como decisões e temas tratados em plenário do Conselho Pleno, deverão ser amplamente divulgadas;
Art. 40º - Para efeito do disposto no artigo anterior não serão computados os dias compreendidos nos períodos regimentais de recesso do Conselho.

CAPÍTULO VI

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

Página
754
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
9
Peça
3748846
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100082

DA ELEIÇÃO DOS PRESIDENTES DO CONSELHO PLENO E DAS CÂMARAS

Art. 41º- O Conselho Municipal de Educação será presidido por Conselheiro ativo representado por seus pares.
§ 1º **-** Aos Conselheiros titulares fica assegurado o direito a candidatura e ao voto a presidente e ou vice-presidente.
Art. 42º - O Conselho Pleno elegerá o Presidente e o Vice-Presidente, em escrutínio secreto ou aberto e por maioria de votos para mandato de 04(quatro) anos, permitida a reeleição.
§1º - A eleição realizar-se-á 15 (quinze) dias antes do término do mandato.
§ 2º - Em caso de chapa única/ consensual, é facultativo o voto por aclamação.
§3º- Não ocorrendo maioria absoluta no primeiro escrutínio, proceder-se-á ao segundo, concorrendo somente os 02 (dois) mais votados, considerando-se eleito o que obtiver maior número de votos e, em caso de empate, o mais antigo no exercício das funções de Conselheiro.
§4º- A posse do Presidente e do Vice-Presidente ocorrerá na primeira reunião do Conselho após o encerramento dos mandatos anteriores, em sessão presidida e assinada pelo prefeito municipal ou por seu representante legal.
.

CAPÍTULO VII
DA PRESIDÊNCIA

Art. 43º- A Presidência, órgão diretor do Conselho, é exercida pelo (a) Presidente (a) e, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente.
§ 1º - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho o cargo será exercido pelo Vice Presidente, que o sucederá, completando o mandato, ocorrendo vacância do cargo.
§2º - Na ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, o cargo será assumido pelo (a) presidente das Câmaras alternadamente com base no cronograma de reuniões ordinárias;
§3º - Na ausência ou impedimento dos Presidentes das Câmaras, será convocado o Presidente de Honra do Conselho, e ou o Conselheiro mais antigo no exercício da função;
Art. 44º– Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Educação:
I- representar o Conselho;
II- cumprir e fazer cumprir o Regimento;
III- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
IV- solicitar as providências e os recursos necessários ao bom funcionamento do Conselho;
V - distribuir os processos, indicando os Conselheiros que deverão analisá-los;
VI- conceder licença aos membros do Conselho, quando requisitada formalmente;
VII - comunicar à Secretaria Municipal da Educação o término do mandato dos membros do Conselho;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

VIII- convocar o Consultor Técnico, quando julgar necessário, atribuindo-lhes tarefas de assessoria;
IX- estabelecer a pauta de cada sessão plenária;
X- decidir sobre as questões de ordem, cabendo recurso ao Plenário;
XI- deliberar, em situações emergenciais com "ad referendum" do Plenário;
XII- proclamar os resultados das votações;
XIII- submeter ao Plenário, matérias para sua apreciação e decisão;
XIV- subscrever, expedir e fazer executar as resoluções do Conselho;
XV- distribuir entre os membros das Câmaras matérias submetidas à apreciação do Conselho;
XVI- encaminhar ao Secretário da Educação, matérias que dependem de sua homologação;
XVII- exercer internamente supervisão e controle de todos os setores que integram o Conselho;
XVIII- representar ou fazer representar o Conselho em atos e cerimônias públicas, bem como em órgãos e entidades que envolvam a sua participação, de acordo com a legislação específica;
XIX- autorizar despesas e pagamentos e aprovar a proposta orçamentária do Conselho;
XX- indicar ao Secretário da Educação, os nomes para preenchimento do quadro de funções gratificadas do Conselho, após aprovação pelo Plenário;
XXI- requisitar ao Poder Público Municipal a liberação de profissionais para atuarem nas funções técnicas e administrativas do Conselho;
XXII- assinar a correspondência do Conselho;
XXIII- constituir comissões especiais temporárias, integradas por conselheiros e especialistas, para realizar estudos de interesse do Conselho;
XXIV- expedir normas que regulamentarão os serviços da Secretaria Executiva bem como suas respectivas seções.
XXV- exercer outras atribuições inerentes ao cargo.
Art. 45º - É vedado ao Presidente atuar em quaisquer processos na função de relator;
Art. 46º - Podem ser constituídas, por iniciativa do Presidente do Conselho, por decisão da maioria do Plenário, comissões especiais temporárias ou grupos de trabalho, integrados por membros do Conselho, com finalidade, competência e duração definidas no ato de sua constituição.
Art. 47º- Ao Presidente só será permitido participar da votação em caso de:
I- empate, dando o voto de qualidade, na própria reunião;
II- quando a votação só atingir 2/3 dos membros votantes.
Art. 48º - Cabe ao Vice-Presidente:
I- substituir o Presidente, em seus impedimentos;
II- auxiliar o Presidente sempre que este o convocar;
III- cumprir outros encargos que lhe forem atribuídos.

CAPÍTULO VII
DAS CÂMARAS

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

Página 756
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3748846
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100082

Art. 49º - As Câmaras são órgãos deliberativos do Conselho que têm como atribuições, examinar e relatar as matérias submetidas à sua apreciação, através de parecer.

Parágrafo Único- As matérias de caráter deliberativo aprovados pelas Câmaras deverão ser submetidas ao Plenário para apreciação e decisão final.

Art. 50º - O Conselho Municipal de Educação de Sertão Santana compõe-se da Câmara da Educação Básica.

§1º- Os Conselheiros serão distribuídos em colegiados de cuja composição dar-se-á por ato da presidência, respeitando a conveniência do Colegiado.

CAPÍTULO VIII
DAS COMISSÕES

Art.51º - O Conselho Municipal de Educação terá comissões permanentes e Comissões especiais:

Art. 52º- São atribuições das Comissões Permanentes:

I. Realizar visitas periódicas para acompanhar as políticas públicas propostas e desenvolvidas no âmbito das unidades escolar e elaborar relatórios enviando recomendações em formas de devolutas às referidas unidades.

II. Acompanhar e avaliar os indicadores de qualidade no processo educativo, para conferir as Unidades Escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental o pleno andamento e rendimento escolar.

III. Pronunciar-se sobre matérias que digam respeito à infraestrutura das escolas, quando da sua ampliação, criação e desativação.

IV. Atender a solicitação de visitas às Unidades Escolares, quando requeridas oficialmente.

Art. 53º - Além da Comissão de que trata o artigo anterior, o Plenário do Conselho poderá estabelecer Comissões Especiais temporárias de Estudos e Pesquisas, objetivando o exame do assunto ligado às funções específicas do Conselho ou para assuntos excepcionais de relevante interesse do Conselho.

§1º- A Comissão Especial temporária, uma vez instalada elegerá o Coordenador de suas atividades.

§2º- A Comissão Especial temporária estará automaticamente dissolvida, uma vez concluída a tarefa de que foi incumbida com apresentação de Relatório, dentro do prazo que lhe foi conferido, quando a sua constituição.

Art. 54º - As Comissões do Conselho Municipal de Educação são órgãos a ele vinculados e têm como atribuições, examinar e relatar as matérias submetidas à sua apreciação.

Art. 55º - A Comissão Especial temporária terá seus membros escolhidos pelo Plenário, por indicação do (a) Presidente e aprovação por maioria de seus membros, dentre os Conselheiros de reconhecida capacidade e especialidade no trato dos assuntos ligados às respectivas áreas de atuação das Câmaras.

CAPÍTULO IX
DA ASSESSORIA TÉCNICA PEDAGÓGICA

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

Art. 56º- O Conselho Municipal de Educação, contará com trabalho de assessoramento técnico, como suporte ao seu desempenho.

Art. 57º- O Conselho disporá de uma Assessoria Técnica Pedagógica permanente, especialistas em educação, ao qual competirá:

I- realizar estudos e pesquisas necessárias ao embasamento pedagógico e legal dos pareceres dos membros do Conselho;

II- assessorar as Comissões do Conselho;

III- cumprir as tarefas que lhe forem atribuídas pelo Presidente, no âmbito de sua competência;

IV- participar e opinar nas sessões do Conselho , quando convocado, sem direito a voto;

V- atender às solicitações de informações dos Conselheiros, fornecendo pareceres escritos, sempre que solicitado, dentro dos prazos concedidos;

VI - receber processos do Setor de protocolo//Secretária do Conselho e classificá-los, em função do fim a que se destinam antes de encaminhá-los ao Presidente do Colegiado para distribuição;

VII- manter articulação com os órgãos técnico-educacionais da Secretária da Educação do Município de Sertão Santana;

VIII- exercer outras competências correlatas no âmbito de suas atribuições.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58º- O Conselho tomará as providências cabíveis para adequação de suas competências e prazos estabelecidos na Lei do Sistema Municipal de Educação com o presente Regimento.

Art. 59º- Os encargos financeiros do Conselho Municipal de Educação correrão à conta de
dotação própria da Secretaria Municipal de Educação de acordo, necessidades.

Art. 60º- O patrimônio do Conselho será constituído e administrado conforme o disposto
na sua Lei de criação e registrado no patrimônio municipal.

Art. 61º- O Presidente do Conselho terá autonomia para contratar serviços de consultoria e assessoramento quando for necessário para realização de trabalhos específicos e atividades desenvolvidas pelo Conselho.

Art. 62º- O Conselho Municipal de Educação contará com a assessoria de técnicos do Município nas áreas jurídicas, contábil, financeira e de imprensa.

***Parágrafo Único* -** O trabalho de assessoria previsto no caput deste artigo ocorrerá sempre que houver necessidade do Conselho, por requisição do seu Presidente ao Prefeito Municipal, cujo deferimento imediato está assegurado pela lei Municipal.

Art. 63º- O período de reuniões mensais do Conselho Municipal de Educação será de 10 meses, a partir do mês de março à dezembro.

§1º - O período de recesso do Conselho estará vinculado com o recesso escolar do município.

§2º - O período que compreende as férias de inverno será considerado recesso do Conselho em conformidade com o calendário escolar da Rede Municipal de Ensino de Sertão Santana.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

§3º Durante o período de recesso, a Plenária poderá ser convocada, extraordinariamente, pela Presidência do Conselho;
§4º- No período de recesso poderá se formar uma Comissão Especial para encaminhar ou solucionar matérias urgentes.
Art. 64º- As omissões e dúvidas de interpretação e execuções deste Regimento serão resolvidas pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação.
Art. 65º- Este Regimento poderá ser revisado tri anualmente para atender as exigências legais e demandas do Conselho.
Art. 93º- Este Regimento, após aprovação pela plenária deste Colegiado, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sertão Santana, 14 de junho de 2016, data de aprovação do presente Regimento Interno.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CBA.DF3D.C3B2.C991.53D7.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 4/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 29/04/2021, às 10h e 44min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Educação?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Educação	
2.1) Nome completo:	Maristani de Fátima Rangel Meyer
2.2) CPF:	56565771049
2.3) E-mail para contato:	marismeyer@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51996126100
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Educação.	
3.1) Informar o número da lei.	1.391
3.2) Informar o ano da lei.	2016
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Lei Criação do CME.doc (0,04MB)
4) O Conselho Municipal de Educação possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Conselho Municipal de Educação.docx (0,04MB)
5) O Conselho Municipal de Educação possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 8 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Portaria CME.pdf (5,66MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	48
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Educação?	Outro
Qual?	Auditório da Prefeitura
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Educação. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal de Educação possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Educação possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CBD2.E726.8913.1BE1.E755.

Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	assinado.pdf (2,00MB)

Justificativas e Observações
Nada a Declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:51.

Código de autenticação

OCTD2-PUJN5-WICS7

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CBD2.E726.8913.1BE1.E755.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Secretarias
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Prof. Municipais
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	4
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	4

Nome da Entidade	Diretoras e Vices
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	4
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	4

Nome da Entidade	Escola Estadual
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Conselhos Escolares
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	CPM
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	4
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	4

Nome da Entidade	Associações
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CBD2.E726.8913.1BE1.E755.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.426, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Suplente do Conselho Municipal de Educação, Sra. **VERIDIANA MALESSA,** representante do CPM – Circulo de Pais e Mestres, a partir de 10 de abril de 2018.

SERTÃO SANTANA, em 10 de abril de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naiber Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.394, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **DEISE LIDIANE STEIN XAVIER,** representantes do Conselho Escolar, a partir de 28 de março de 2018.

SERTÃO SANTANA, em 28 de março de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naiber Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.427, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Suplente do Conselho Municipal de Educação, Sra. **MARCILENE PROPP PACHECO,** representante do Conselho Escolar, a partir de 10 de abril de 2018.

SERTÃO SANTANA, em 10 de abril de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naiber Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº3.460, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **GECI PEREIRA DE ABREU GRASSOTTI** e como Suplente a Sra. **DEISE MARIA STORCK,** representantes da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, a partir de 4 de novembro de 2016.

SERTÃO SANTANA, em 4 de novembro de 2016.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Nelson Ricardo Storck
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº3.462, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **CATIANE GARCES GRABOSKI** e como Suplente a Sra. **ANDRISE BAIERFUSS FAZOLI,** representantes dos Professores, a partir de 4 de novembro de 2016.

SERTÃO SANTANA, em 4 de novembro de 2016.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Nelson Ricardo Storck
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº3.459, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **DEISI WODARSKI** e como Suplente a Sra. **PRICILA MAGALHÃES PINZON MIELCZARSKI,** representantes da Secretaria Municipal da Educação, Desporto e Cultura, a partir de 4 de novembro de 2016.

SERTÃO SANTANA, em 4 de novembro de 2016.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Nelson Ricardo Storck
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.395, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **ISABEL CRISTINA MACHADO SCHUERNE** e como Suplente a Sra. **ROSANGELA MARIA BISCHOFF,** representantes dos CPM – Circulo de Pais e Mestres, a partir de 28 de março de 2018.

SERTÃO SANTANA, em 28 de março de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naiber Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº625, DE 7 DE JULHO DE 2017.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **MARISTANI DE FÁTIMA RANGEL MEYER** e como Suplente a Sra. **IVANA CRISTINA WEBER SCHÄFFER,** representantes dos Professores Estaduais, a partir de 7 de julho de 2017.

SERTÃO SANTANA, em 7 de julho de 2017.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas Jose Naibert Gelinski
Assessor de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº2.436, DE 12 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **REJANE MATZENBACHER,** representantes dos Diretores e/ou Vice-Diretores das Escolas Municipais, a partir de 12 de abril de 2019.

SERTÃO SANTANA, em 12 de abril de 2019.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naiber Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Página 771
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 3748848
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100084

PORTARIA Nº1.391, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **CATIELE MALESSA,** representantes dos Diretores e/ou Vice-Diretores das Escolas Municipais, a partir de 26 de março de 2018.

SERTÃO SANTANA, em 26 de março de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naiber Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1177, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **NEUZA TEREZINHA BORGES** e como Suplente o Sr. **ENIO WALDEMAR MÜCKE,** representantes da Associação de Moradores Recanto da Amizade.

SERTÃO SANTANA, em 26 de janeiro de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Assessor de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº804, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **FERNANDA RUSZKOWSKI** e como Suplente a Sra. **LENI DA ROSA CAMILIA,** representantes dos Professores, a partir de 24 de outubro de 2017.

SERTÃO SANTANA, em 24 de outubro de 2017.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Diego Régis Rafaelli
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº534, DE 6 DE JUNHO DE 2017.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei Nº1.383, de 14 de junho de 2016, que cria o Sistema Municipal de Ensino no Município de Sertão Santana e da Lei Nº1.391, de 1º de novembro de 2016, que cria o Conselho Municipal de Educação – C.M.E, em seu artigo 3º, parágrafo único, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal de Educação, Sra. **ANDREIA TERESINHA SCHULTZ** e como Suplente a Sra. **PRISCILA ECKERT SPOTTI,** representantes dos Diretores das Escolas Municipais, a partir de 6 de junho de 2017.

SERTÃO SANTANA, em 6 de junho de 2017.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Chefe de Gabinete

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.368F.854F.B680.3264.6054.

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO – CMESS

SEGMENTO	TITULAR	SUPLENTE
Secretaria da Educação	Deise Wodarski	Priscila Magalhães Pinzon
Secretarias	Geci Pereira de Abreu Grassotti	Deise Maria Storck
Professores Municipais	Fernanda Ruszkoski Catiane Garces Graboski	Leni da Rosa Camilia Andrise Baierfuss Fazoli
Diretoras e ou Vice-diretoras	Catiele Malessa Rejane Matzenbacher	Priscila Eckert Spotti Andreia Teresinha Schultz
Escola Estadual	Maristani de Fátima Rangel Meyer	Ivana Cristina Weber Schaffer
Conselhos Escolares	Deise Lidiane Stein Xavier	Marcilene Propp Pacheco
CPM	Jose Kologeski de Lima Isabel Cristina M. Schuerne	Rosângela Maria Bischoff Veridiana Malessa
Associações	Neuza Teresinha Borges	Enio Waldemar Mücke

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
1

Peça
3748849

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100085

LEI Nº 1.084, DE 18 DE MARÇO DE 2009.

Cria a Conselho Municipal de Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1° Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente, composto por 6 (seis) membros, com a finalidade deliberativa e consultiva para o Meio Ambiente, no âmbito de sua competência, sobre as normas e padrões técnicos, compatíveis com o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida da coletividade.

§ 1º. São membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio;

II – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III – Um representante da Brigada Militar;

IV – Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertão Santana;

V – Um representante da ASCAR/EMATER;

VI – Um representante da Associação Recanto da Amizade.

§ 2º. A diretoria do Conselho Municipal do Meio Ambiente será composta por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em seu estatuto.

§ 3º. A escolha, por votação em Assembléia Geral dos Conselheiros, da diretoria do conselho deverá recair sobre pessoas capacitadas para o desempenho de suas atribuições, e serão nomeadas pelo Prefeito Municipal.

§ 4º. O Conselho Municipal poderá instituir, sempre que necessário, câmaras em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de relevante interesse ambiental.

§ 5º. Os membros do Conselho terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos por mais dois períodos.

Art. 2° Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente compete:

I – Propor diretrizes para a política municipal do meio ambiente;

II – Colaborar nos estudos e elaboração do planejamento urbano, planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, e em projetos de Lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ocupação de área urbana;

III – Estimular e acompanhar o inventário dos bens que constituirão o patrimônio ambiental (natural, étnico e cultural) do Município;

IV – Propor a localização e o mapeamento das áreas críticas onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.49E1.76A7.C927.F986.820B.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 2

Peça 3748849

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100085

V – Estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentais visando à proteção ambiental do Município;

VI – Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;

VII – Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;

VIII – Propor e acompanhar os programas de educação;

IX – Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;

X – Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisas e de atuação na proteção do meio ambiente;

XI – Identificar, prever e comunicar aos órgãos competentes, as agressões ambientais ocorridas no Município, sugerindo soluções;

XII – Convocar audiências públicas, nos termos da legislação;

XIII – Propor e acompanhar a recuperação dos arroios e matas ciliares;

XIV – Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeleológico e paisagístico do Município;

XV – Emitir pareceres técnicos, quando solicitado pelo Executivo Municipal;

XVI – Decidir, em instância de recurso, sobre multa e outras penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente;

XVII – Oferecer sugestões sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente do Município.

Art. 3° O Conselho Municipal do Meio Ambiente, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua comprovação e das providências necessárias.

Art. 4° As sessões do Conselho serão públicas e os atos do conselho deverão ser amplamente divulgados.

Art. 5° No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua instalação, o Conselho Municipal do Meio Ambiente elaborará seu estatuto, que devera ser homologado por Decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo único. A instalação do Conselho e a nomeação dos conselheiros ocorrerão no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste Diploma Legal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 18 de março de 2009.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.49E1.76A7.C927.F986.820B.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Solange Raab
Assessora de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.49E1.76A7.C927.F986.820B.

Página 779
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748805
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100059

Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, é um órgão deliberativo e consultivo de caráter permanente e fiscalizador, dos poderes municipais de Sertão Santana - RS, nos aspectos ecológicos, econômicos, sociais e ambientais.

Art. 2°. Este regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, cuja finalidade é assessorar e propor ao Prefeito Municipal, diretrizes políticas governamentais para o Meio Ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre as normas e padrões técnicos, compatíveis com o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida da coletividade.

Art. 3º. O COMMAM tem competência para:

I – Propor diretrizes para a política municipal do meio ambiente;

II – Colaborar nos estudos e elaboração do planejamento urbano, planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, e em projetos de Lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, lei de diretrizes urbanas e ocupação de área urbana;

III – Estimular e acompanhar o inventário dos bens que constituirão o patrimônio ambiental (natural, étnico e cultural) do Município;

IV – Propor a localização e o mapeamento das áreas críticas onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;

V – Estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentais visando à proteção ambiental do Município;

VI – Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;

VII – Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;

VIII – Propor e acompanhar os programas de educação;

IX – Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;

X – Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisas e de atuação na proteção do meio ambiente;

XI – Identificar, prever e comunicar aos órgãos competentes, as agressões ambientais ocorridas no Município, sugerindo soluções;

XII – Convocar audiências públicas, nos termos da legislação;

XIII – Propor e acompanhar a recuperação dos arroios e matas ciliares;

XIV – Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeleológico e paisagístico do Município;

XV – Emitir pareceres técnicos, quando solicitado pelo Executivo Municipal;

XVI – Decidir, em instancia de recurso, sobre multa e outras penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Industria e Comercio.

XVI – Oferecer sugestões sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente do Município.

Art. 4º. O COMMAM tem por finalidade:

I. Representar a Comunidade, atuar junto a entidades, órgãos públicos, agências e serviços federais, estaduais e municipais, Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais buscando assessoramento, recursos financeiros e cooperações diversas para o desenvolvimento de programas ambientais, ecológicos e saneamentos;

II. Articular com a comunidade o desenvolvimento econômico, social, cultural e educativo visando a preservação ambiental;

III. Motivar a realização de projetos alternativos com os moradores rurais e urbanos;

IV. Sugerir e\ou promover campanhas de conscientização para a preservação ecológica e ambiental;

V. Deliberar e emitir parecer sobre multas, penalidades, liberações, isenções, bonificações, emissões de alvarás, licenças, enquadramentos, edificações, loteamentos ou quaisquer obras que interfiram no meio ambiente, bem como outras ações para o pleno cumprimento da Lei;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.87C2.5B53.B4BC.08A3.1E34.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 2

Peça 3748805

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100059

VIII. Fiscalizar o Fundo Municipal do Meio Ambiente;

IX. Desenvolver atividades de forma coordenada e harmônica com entidades de interesses afins.

X. Formular e fazer cumprir as diretrizes da Política Ambiental do Município de Sertão Santana.

Art. 5º. São membros do COMMAM:

I. Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio.

II. Um representante da Secretaria Municipal da Saúde.

III. Um representante da Brigada Militar.

IV. Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertão Santana.

V. Um representante da ASCAR/EMATER-RS.

VI. Um representante da Associação Recanto da Amizade.

§ 1º. Cada membro do COMMAM terá um suplente, indicado pela entidade que representa, que o substituirá em caso de impedimento.

§ 2º. O mandato dos membros do COMMAM corresponderá ao período de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos por mais dois períodos.

§ 3º. A entidade, através de seu representante, que deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, ficará automaticamente desligada do COMMAM.

§ 4º. A Presidência informará às entidades ou órgãos, do risco da perda de mandato dos conselheiros do COMMAM, caso ocorram ausências de representante em duas reuniões consecutivas ou em reuniões alternativas no mesmo ano.

Art. 6º. São atribuições dos membros do COMMAM, sem exclusão de outras conferidas em leis e demais regulamentos federais ou estaduais:

I – Discutir e votar as matérias submetidas ao Conselho;

II – Apresentar proposições, propostas de resolução e moções;

III – Colaborar com a Diretoria do Conselho no cumprimento de suas atribuições;

IV – Pedir vistas de processos e todos os documentos que estejam sob análise do Conselho;

V – Propor à presidência a convocação de reunião extraordinária, devidamente justificada, para apreciação de assunto relevante;

VI – Propor a inclusão e/ou priorização de matérias na ordem do dia, devidamente justificada;

VII – Propor a criação e integrar Comissões especiais e comissões Técnicas;

VIII – Propor votação nominal;

IX – Solicitar o registro em ata de seu ponto de vista;

X – Propor convite a colaboradores para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do COMMAM.

Art. 7º. O COMMAM será constituído:

I. Pela Assembléia Geral, órgão deliberativo do Conselho;

II. Por uma Diretoria, órgão representativo e executor de todas as atividades;

DA ESTRUTURA

Art. 8º. A Assembléia Geral, órgão deliberativo do Conselho, a quem compete cumprir e fazer cumprir a Lei, terá reuniões ordinárias mensais, para as quais, as pautas de trabalho, serão previamente elaboradas pela Diretoria, e afixadas no mural da Prefeitura Municipal ou da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Industria e Comercio com antecedência de 05 (cinco) dias, para estudos e conhecimento dos seus membros.

§ 1º. As reuniões extraordinárias do COMMAM serão realizadas sempre que necessário, pela convocação do Presidente ou pela solicitação de 1/3 da diretoria e/ou pela manifestação de 1/3 das entidades representativas no Conselho, para assuntos específicos, convocadas com no mínimo 03 (três) dias de antecedência.

§ 2º. As reuniões ordinárias e extraordinárias somente serão realizadas com a presença da maioria simples dos membros do COMMAM.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.87C2.5B53.B4BC.08A3.1E34.

votação, sendo consideradas aprovadas as que obtiverem a maioria simples.

§ 5º. As proposições do COMMAM serão transmitidas às entidades competentes.

Art. 9º. O COMMAM terá diretoria escolhida pela Assembléia Geral, com a seguinte estrutura:

I - Presidente

II -Vice-Presidente

III – Primeiro Secretário

IV - Segundo Secretário

§1º. O Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário serão eleitos na primeira reunião ordinária do órgão, por maioria de votos de seus integrantes para o período de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido por mais dois períodos.

§ 2º. Os membros da diretoria não serão remunerados, sendo seus serviços considerados relevantes pela municipalidade.

§ 3º. É de competência da Diretoria o encaminhamento das deliberações tomadas pela Assembléia Geral;

§ 4º. Nos casos de vacância, compete à Assembléia Geral a escolha de um substituto ao cargo, o qual preencherá até o termino do mandato em curso.

DAS FUNÇÕES

Art. 10. Ao Presidente do COMMAM compete:

I – Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, presidi-las, dirigir as sessões ou suspendê-las, conceder, negar ou cassar a palavra de membro do conselho;

II - Dirigir a entidade e representá-la perante o Poder Público Municipal e a outros órgãos e entidades;

III - Propor planos de trabalho e delegar atribuições de sua competência;

IV - Designar, em ato próprio competente, a Unidade Técnica, a formulação de pareceres e encaminhamentos de projetos ao Conselho;

V – Dirimir dúvidas relativas à interpretação de normas deste Regimento;

VI – Encaminhar a votação de matéria submetida a decisão do Plenário;

VII – Participar das votações e aprovar resoluções;

VIII - Praticar todos os atos necessários para regular o funcionamento do COMMAM;

IX - Propor às entidades competentes os planos e programas, bem como despesas, dentro das finalidades a que se propõe o COMMAM.

X – Assinar as deliberações do Conselho e encaminhá-las ao Prefeito;

XI – Designar relatores para temas examinados pelo COMMAM, fixando prazo para a sua análise e elaboração de relatório;

XII - Praticar todos os atos necessários para regular o funcionamento do COMMAM;

XIII – Convidar pessoas ou entidade para participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto.

Parágrafo Único. O presidente do COMMAM poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que necessário para cumprir as finalidades da entidade, observadas as limitações legais.

Art. 11. Ao Vice-Presidente compete:

I - Substituir o Presidente em seus impedimentos e eventuais ausências;

II - Propor planos de trabalho;

III - Participar das votações;

IV - Assessorar a Presidência.

Art. 12. Ao Primeiro Secretário compete:

I – Redigir as atas das reuniões;

II – Redigir toda a correspondência, relatórios anuais, comunicados e outros atos pertinentes, mediante aprovação do Presidente;

III – Manter contato com entidades afins, nas esferas federal, estadual e municipal, para melhores informações referentes ao meio ambiente;

IV – Participar das votações;

Página 781
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3748805
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100059

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.87C2.5B53.B4BC.08A3.1E34.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748805

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100059

Art. 13. Ao Segundo Secretário compete:
I - Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos e eventuais ausências;
II - Participar das votações;
III - Assessorar o Primeiro Secretário.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Serão submetidas à aprovação do Prefeito Municipal, além dos atribuídos a sua competência, na legislação vigente, mais o seguinte:
I – Os planos e programas de trabalho;
II – Os orçamentos, custos e planos de aplicação financeira;
III – As aquisições de materiais permanentes e de consumo.

Art. 15. Cada associação, entidade ou órgão, constituídos do COMMAM, na forma do artigo 5º do presente regimento, deverá indicar um membro titular e um suplente, oficializando-se como integrantes do Conselho.

Art. 16. Todo e qualquer membro do COMMAM poderá afastar-se do Conselho, sem direitos e restituições financeiras e ou patrimoniais e a entidade a qual pertence indicará um novo membro para fazer parte do Conselho.

Art. 17. A Assembléia Geral do COMMAM será aberta à população e aos interessados.

Art. 18. O presente Regimento Interno poderá ser alterado, através de proposta expressa e escrita de qualquer um dos conselheiros do COMMAM e aprovada por dois terços dos membros com direito a voto.

Art. 19. Em caso de dissolução do COMMAM, o seu patrimônio reverterá ao Município de Sertão Santana - RS.

Art. 20. Os casos omissos do presente Regimento Interno serão decididos pela Assembléia Geral.

Art. 21. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, após sua aprovação pelo plenário do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Sertão Santana, 11 de agosto de 2009.

_____
João Alberto Meyer
Presidente do COMMAM

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.87C2.5B53.B4BC.08A3.1E34.

Página 783
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748850
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100086

Recibo de Envio de Informações Nº 6/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 27/04/2021, às 11h e 42min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente	
2.1) Nome completo:	CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHÄFFER
2.2) CPF:	66151627091
2.3) E-mail para contato:	cschaffer@emater.tche.br
2.4) Telefone celular para contato:	51999913754
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	
3.1) Informar o número da lei.	1.084
3.2) Informar o ano da lei.	2009
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Lei 1.084 - Conselho Meio Ambiente.doc (0,04MB)
4) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno COMMAM.doc (0,04MB)
5) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui caráter:	Deliberativo Consultivo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 6 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Portaria 1324 nomeação conselho.pdf (0,41MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	12
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	2
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sala disponibilizada pelo Executivo - de forma compartilhada - para diversos conselhos
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Não
12) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.44E5.980B.2DF6.F014.2934.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748850

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100086

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Assinado.pdf (2,07MB)

Justificativas e Observações
Nada a Declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:51.

Código de autenticação

EBSI9-NYVG7-IYEQ9

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.44E5.980B.2DF6.F014.2934.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec Agricultura e Meio Ambiente
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Sec Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Brigada Militar
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Sind. Trab. Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Ascar/Emater
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Assos. Recanto da Amizade
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.44E5.980B.2DF6.F014.2934.

Página
786

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
1

Peça
3748851

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100087

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.324, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal Nº1.088, de 28 de março de 2009, artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, resolve nomear os membro para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente: **Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio:** JOÃO ALBERTO MEYER – Conselheiro Titular, ALEXANDRO KOLOGESKI – Conselheiro Suplente; **Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertão Santana:** FLÁVIO AVELINO KOCH – Conselheiro Titular , GISELA RENATE ROSENAU – Conselheiro Suplente; **Representantes da Secretária Municipal de Saúde:** CÂNDIDO NORBERTO DA SILVA – Conselheiro Titular, ANDRÉ LUIZ ROCHA DE SOUZA – Conselheiro Suplente; **Representantes da EMATER/ASCAR:** CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHAFFER – Conselheiro Titular, CARLA VOGEL RODRIGUES – Conselheiro Suplente; **Representantes da Associação Recanto da Amizade:** ENIO WALDEMAR MÜCKE- Conselheiro Titular, SILVIO ONEIDE BORGES – Conselheiro Suplente; **Representantes da Brigada Militar:** Sd LUCAN SZINWELSKI – Conselheiro Titular, 1º Sagto EDENALDO DE OLIVEIRA SADOVSKI – Conselheiro Suplente, a partir de 27 de março de 2014.

SERTÃO SANTANA, em 27 de março de 214.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Nelson Ricardo Storck
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.16DB.2A16.4200.7F18.636D.

Página 787
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748806
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005A

Recibo de Envio de Informações Nº 8/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 08h e 43min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Saneamento Básico?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Saneamento Básico.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.349B.360A.6335.6458.B21B.

Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:51.

Código de autenticação

UJCH2-ODTQ6-NXWE9

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.349B.360A.6335.6458.B21B.

Página
789
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748852
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100088

LEI Nº 1.348, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e dispõe sobre o Conselho Tutelar.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A política municipal de proteção aos direitos da Criança e do Adolescente far-se-á segundo o disposto nesta Lei, observadas as seguintes linhas de ação:

I – políticas sociais básicas;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI – políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; e

VII – campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 2º O atendimento à Criança e ao Adolescente visa:

I – à proteção à vida e à saúde;

II – à liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais; e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

III – à criação e à educação no seio da família ou, excepcionalmente, em família substituta.

§ 1º. O direito à vida e à saúde é assegurado mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

§ 2º. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
II – opinião e expressão;
III – crença e culto religiosos;
IV – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
V – brincar, praticar esportes e divertir-se;
VI – participar da vida política, na forma da lei; e
VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 3º. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança ou do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

§ 4º. O direito à convivência familiar implica em ser a criança ou o adolescente criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre de pessoas de má-formação ou dependentes de bebidas alcoólicas ou entorpecentes.

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA

Art. 3º São órgãos e instrumentos da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:
I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA;
II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA;
III – Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE; e
IV – Conselho Tutelar.

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, criado pela Lei Municipal Nº514, de 17 de outubro de 2001, como órgão

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

deliberativo, controlador e de cooperação governamental, com a finalidade de auxiliar a Administração na orientação, deliberação e controle da matéria de sua competência, passa a ser regido pelas disposições desta Lei.

Parágrafo único. O COMDICA ficará diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal e funcionará em consonância com os Conselhos Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando-se com os demais órgãos municipais.

Art. 5º O Poder Público Municipal deverá garantir espaço físico adequado para o funcionamento do COMDICA, cuja localização será amplamente divulgada.

Parágrafo único. Será prevista dotação orçamentária específica para o custeio de despesas relativas às suas atividades.

Art. 6º O COMDICA é o órgão encarregado do estudo e da busca de soluções para os problemas relativos à criança e ao adolescente, especialmente no que se refere ao planejamento e à execução de programas de proteção e socioeducativos a eles destinados e em regime de:

I – orientação e apoio sociofamiliar;
II – apoio socioeducativo em meio aberto;
III – colocação familiar;
IV – abrigo;
V – liberdade assistida;
VI – semiliberdade; e
VII – internação.

Art. 7º As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas junto ao COMDICA.

Art. 8º O COMDICA deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem apresentados pelas organizações da sociedade civil para fins de registro, considerando a regulamentação constante na legislação federal pertinente.

§ 1º. Os documentos a serem exigidos visam, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao COMDICA, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º. O COMDICA providenciará a publicação, na imprensa oficial do Município, do registro das entidades que preencherem os requisitos exigidos.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Art. 9º O COMDICA negará registro à entidade que:

I – não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II – não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;

III – esteja irregularmente constituída;

IV – tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

V – não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado, expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis;

VI – que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo e na legislação federal que dispõe sobre políticas para crianças e adolescentes, o COMDICA poderá definir outras situações nas quais o registro das organizações da sociedade civil será negado, por meio de resolução.

Art. 10. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas no art. 9º desta Lei, a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido à entidade pelo COMDICA.

Art. 11. O COMDICA deverá comunicar, sempre que possível de imediato, à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar:

I – a relação de entidades não governamentais registradas junto ao COMDICA para fins de funcionamento;

II – a cassação de registro concedido à entidade;

III – o comprovado atendimento a criança ou adolescente por entidade sem o registro de que trata o art. 7º desta Lei.

Seção I
Da Competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 12. Compete ao COMDICA:

I – fixar critérios de utilização dos recursos depositados no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, mediante planos de aplicação que deverão ser condizentes com as metas e ações previstas nesta Lei;

II – na primeira sessão anual, escolher, dentre seus membros, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário;

III – formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;

IV – deliberar sobre a convivência e oportunidade de implementação dos programas e serviços destinados ao atendimento das crianças e adolescentes, bem como

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

V – propor modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – elaborar e aprovar seu Regimento Interno, por Resolução, no prazo de 60 dias após a edição desta Lei, a qual será encaminhada ao Prefeito Municipal para publicação na imprensa oficial do Município;

VII – propor ao Executivo e auxiliar na realização de conferências locais destinadas à criação de políticas públicas e à discussão de alternativas que se destinam a assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes;

VIII – opinar sobre a política de formação de pessoal com vista à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

IX – manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres, ou que tenham atuação na proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X – realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI – estabelecer critérios, bem como organizar juntamente com a Poder Executivo, a eleição dos Conselheiros Tutelares, conforme as disposições desta lei;

XII – exercer as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;

XIII – deliberar sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

XIV – divulgar, amplamente, à comunidade, por meio da imprensa oficial do Município:

a) o calendário de suas reuniões;

b) as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

c) os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais;

d) a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

e) o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência; e

f) a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.

Parágrafo único. O COMDICA executará o controle das atividades referidas nos incisos deste artigo, no âmbito municipal, em cooperação com os demais órgãos da Administração, quando for o caso, visando a integrá-las com as atividades assemelhadas dos municípios limítrofes da região.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748852

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100088

Seção II
Dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 13. O COMDICA compor-se-á de 5 (cinco) membros designados pelo Prefeito, sendo:

I – 5 (Cinco) representantes do Município, a saber:

a) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura;

c) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

d) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transportes e Trânsito;

e) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;

II – 5 (Cinco) membros, sem qualquer vinculação com o Poder Público Municipal, representantes das seguintes entidades:

a) 1 (Um) representante da Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco;

b) 1 (Um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

c) 1 (Um) representante da APAE;

d) 1 (Um) representante doa 3ª Idade associado em um dos Grupos instalados No Município;

e) 1(Um) representante do CPM da Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco.

Parágrafo único. Os membros do COMDICA serão indicados, por escrito, pelos seus respectivos órgãos ou entidades, de acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes, sendo um titular e o outro suplente, e suas nomeações serão efetuadas por ato próprio do Prefeito Municipal, para um período de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

Art. 14. Não poderão integrar o COMDICA:

I – membros dos Conselhos de políticas públicas;

II – representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III – ocupantes de cargo em comissão e/ou função de confiança do Poder Público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV – Conselheiros Tutelares; e

V – membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Art. 15. O desempenho da função de membro do COMDICA será gratuito e considerado de relevância para o Município.

Art. 16. O integrante do COMDICA terá seu mandato cassado quando:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

I – não comparecer por 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas no período de 1 (um) ano, sem apresentar justificativa; e/ou

II – incorrer em ato infracional incompatível com a função que desempenha, inclusive, com os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, e as normas que tratam da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 17. A cassação do mandato dos integrantes do COMDICA demandará a instauração de procedimento administrativo específico, a ser instaurado no âmbito do próprio Conselho, por despacho do Presidente, com a garantia do contraditório e ampla defesa.

§ 1º. Ao procedimento, no que couber, aplicar-se-ão as regras dos arts. 74 a 104.

§ 2º. A decisão deverá ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do respectivo Conselho.

§ 3º. Sendo cassado o mandato do conselheiro em exercício, o suplente passará à condição de titular.

Art. 18. Os membros do COMDICA reunir-se-ão, no mínimo, a cada mês, e, extraordinariamente, quando necessário, em sessões abertas ao público.

Art. 19. As reuniões e o funcionamento do COMDICA seguirão o disposto no seu Regimento Interno, que será elaborado de acordo com o previsto no art. 12, VI desta Lei.

Art. 20. O COMDICA manifestar-se-á por meio de Resoluções, Recomendações, Moções e outros atos deliberativos.

CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Art. 21. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA, criado pela Lei Municipal Nº514, de 17 de outubro de 2001, vinculado ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, destinado a suportar as despesas dos programas que visem à preservação e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, passa a ser regido pelas disposições desta Lei.

Seção I
Dos Recursos do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente

Art. 22. Constituem recursos do FUMDICA:

I – os aprovados em lei municipal, constantes dos orçamentos;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

II – os recebidos de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, em doação;

III – os auxílios e subvenções específicos concedidos por órgãos públicos;

IV – os provenientes de multas impostas judicialmente em ações que visem à proteção de interesses individuais, difusos ou coletivos, próprios da infância e da adolescência;

V – os provenientes de financiamentos obtidos em instituições públicas ou privadas;

VI – os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades e dos demais bens; e

VII – os recursos públicos que lhes forem repassados por outras esferas de governo.

Seção II
Da aplicação dos recursos do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente

Art. 23. Os recursos do FUMDICA, após aprovação, pelo COMDICA, do plano de aplicação encaminhado pelo Poder Executivo, destinar-se-ão ao financiamento das seguintes ações governamentais e não-governamentais:

I – desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por, no máximo, 3 (três) anos a contar do seu início, relacionados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II – acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente órfão ou abandonado;

III – programas e projetos de pesquisa e de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV – programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos órgãos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

V – desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI – ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 24. É vedada a utilização dos recursos do FUMDICA em despesas não identificadas diretamente com as suas finalidades, de acordo com os objetivos determinados na Lei da sua instituição, em especial nas seguintes situações:

I – aplicação dos valores sem a prévia deliberação do COMDICA;

II – manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, bem como quaisquer outras despesas relacionadas aos seus serviços;

III – manutenção e funcionamento do COMDICA;

IV – financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado e que disponham de fundo específico, nos termos da legislação pertinente; e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

V – investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política dos direitos da criança e do adolescente.

Seção III
Da Administração do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 25. O FUMDICA será gerido pelo Prefeito Municipal, observadas as diretrizes emanadas do COMDICA.

§ 1º. A Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento manterá os controles contábeis e financeiros das movimentações dos recursos do FUMDICA, obedecido ao disposto na legislação pertinente.

§ 2º. Os recursos do FUMDICA serão depositados em conta especial em estabelecimento oficial de crédito, na forma de regulamento.

§ 3º. Obedecida à programação financeira previamente aprovada, o excesso de caixa existente será aplicado no mercado de capitais, através de banco oficial.

Art. 26. Cabe ao Poder Executivo Municipal, após deliberação, aprovação, registro e inscrição dos programas relacionados à política da criança e do adolescente pelo COMDICA, formalizar os convênios para repasse de recursos do FUMDICA, bem como a sua operacionalização, fiscalização, controle e julgamento de prestações de contas.

Art. 27. O COMDICA manterá cadastro com o registro e a inscrição dos programas das entidades governamentais e das organizações da sociedade civil, com seus regimes de atendimento, que pleiteiem ou sejam beneficiários de recursos do FUMDICA.

§ 1º. É vedada a participação dos membros do COMDICA na comissão de avaliação e seleção dos programas apresentados pelas entidades governamentais e das organizações da sociedade civil de que sejam representantes e que possam vir a ser beneficiários dos recursos do FUMDICA.

§ 2º. O registro e a inscrição de novos programas de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, bem como o recadastramento daqueles já vinculados ao Município, deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos, podendo ser efetuada em menor tempo.

§ 3º. O registro e a inscrição, para fins de cadastramento e de recadastramento de que trata o § 2º deste artigo, ocorrerá por meio de convocação dos interessados,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

mediante publicação de edital de chamada pública na imprensa oficial do Município, na forma de regulamento aprovado por Resolução do COMDICA.

§ 4º. O COMDICA expedirá ato próprio indicando as entidades governamentais e das organizações da sociedade civil devidamente cadastradas e cujos programas tenham sido selecionados para serem contemplados com recursos do FUMDICA, o qual será encaminhado ao Poder Executivo Municipal para a publicação oficial.

§ 5º. Sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo, a relação de entidades governamentais e das organizações da sociedade civil cadastradas e cujos programas tenham sido selecionados será comunicada, pelo COMDICA, ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Conselho Tutelar e ao representante do Ministério Público, mediante ofício com aviso de recebimento.

§ 6º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos na legislação que trata dos direitos da criança e do adolescente e/ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo COMDICA.

Art. 28. Aplicam-se subsidiariamente a legislação que estabelece as normas gerais de licitação, bem como as normas municipais que dispõem sobre os convênios celebrados no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município, no que couberem, aos repasses de recursos do FUMDICA para entidades governamentais e não governamentais.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal designará servidor(es) para fiscalizar a execução dos convênios que envolvem o repasse de recursos do FUMDICA, os quais poderão ser acompanhados, na atividade de fiscalização, pelos membros do COMDICA.

§ 1º. Todos os atos de fiscalização deverão ser registrados em planilhas ou diários, os quais serão mantidos em arquivo pela Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.

§ 2º. Compete exclusivamente ao(s) servidor(es) designado(s) pela Administração como fiscal(is) a prerrogativa de orientar as entidades beneficiárias do FUMDICA acerca dos atos relacionados ao convênio.

§ 3º. Em qualquer hipótese, o gestor do FUMDICA poderá intervir junto ao(s) fiscal(is), de modo a garantir a boa e regular aplicação dos recursos transferidos às entidades convenentes.

§ 4º. Os membros do COMDICA, quando tiverem ciência de alguma irregularidade na execução de convênios que envolvam recursos do FUMDICA, seja pelo descumprimento de obrigações da entidade beneficiária ou por parte da própria

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748852
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100088

Administração Pública, deverão informar ao Prefeito, por escrito e mediante protocolo, os fatos e/ou atos do seu conhecimento, de forma detalhada.

§ 5º. É facultado ao COMDICA encaminhar cópia da comunicação de que trata o § 3º deste artigo ao(s) fiscal(is) do convênio e à Unidade Central de Controle Interno.

Art. 30. A entidade beneficiária dos recursos do FUMDICA estará obrigada a prestar contas do valor recebido, no prazo máximo e na forma estabelecidos em decreto regulamentar.

§ 1º. A prestação de contas deverá ser protocolada na Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, contendo os documentos previstos no termo de convênio assinado, bem como outros que vierem a ser objeto de regulamento próprio, e formará processo administrativo próprio.

§ 2º. O recebimento da prestação de contas não implica a sua aceitação como regular, o que dependerá de análise e decisão fundamentada.

§ 3º. Após o processamento da prestação de contas, que deverá assegurar o contraditório e a ampla defesa à entidade interessada, o processo será encaminhado ao COMDICA, para deliberação e parecer sobre o cumprimento dos objetivos propostos.

§ 4º. A manifestação do COMDICA é requisito para o regular julgamento da prestação de contas, embora não gere efeito vinculante em relação aos aspectos técnicos, que deverão ser analisados pela Administração Pública.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Art. 31. Fica instituído o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE, conjunto de regras, serviços e ações destinadas à execução de medidas socioeducativas, destinado a prestar assistência especializada às crianças e aos adolescentes autores de ato infracional.

Art. 32. Para o cumprimento dos objetivos do SIMASE, será elaborado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com os Planos Nacional e Estadual.

§ 1º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo deverá contemplar ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e o esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na legislação que trata dos direitos da criança e do adolescente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748852

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100088

§ 2º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo indicará o órgão administrativo que terá funções executiva e de gestão do SIMASE.

§ 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será submetido à deliberação do COMDICA.

Art. 33. Ao órgão executivo gestor do SIMASE compete:

I – formular, instituir, coordenar e manter o Sistema, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado;

II – criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

III – editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do Sistema;

IV – cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e

V – cofinanciar a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Art. 34. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, na forma da lei, a operacionalização do SIMASE.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO TUTELAR
Seção I
Da sua criação, natureza e atribuições

Art. 35. O Conselho Tutelar do Município, criado pela Lei Municipal Nº514, de 17 de outubro de 2001, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, passa a ser regido pelas disposições desta Lei.

Art. 36. O Conselho Tutelar do Município é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, integrante da administração pública local, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local.

Parágrafo único. Enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina aos Poderes Executivo e Legislativo municipais, ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público.

Art. 37. São atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender às crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas em Lei;

III – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar serviços públicos no âmbito do Município, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judicial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

a) encaminhamento de pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;

c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

e) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

f) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

g) abrigo em entidade;

h) colocação em família substituta.

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no inciso II do § 3º do artigo 220 da Constituição da República de 1988;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Parágrafo Único. O Conselho Tutelar elaborará seu Regimento Interno, a ser oficializado por ato do Poder Executivo.

Seção II
Da estrutura e funcionamento

Art. 38. As Secretarias e Departamentos do Município darão ao Conselho Tutelar o apoio técnico e administrativo necessário à realização de suas finalidades e atribuições, em consonância com os programas estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá colocar servidores à disposição do Conselho Tutelar, por solicitação deste, para exercer trabalhos auxiliares e de secretaria.

Art. 39. O Conselho Tutelar funcionará em prédio disponibilizado pelo Município, de segundas a sextas-feiras, no horário das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.

§ 1º. Além do horário de expediente, o Conselho Tutelar manterá plantão nos dias de semana, à noite, e nos sábados, domingos e feriados, durante as vinte e quatro horas do dia.

§ 2º. Para o funcionamento dos plantões será organizada uma escala de horários de atendimento, que deverá ser divulgada nos meios de comunicação de massa, com indicação da forma de localização e dos telefones dos membros do Conselho Tutelar designados para o plantão.

§ 3º. A escala também deverá ser entregue, com antecedência mínima de sete dias, à Delegacia de Polícia, ao Comando da Brigada Militar e ao Juiz Diretor do Foro local.

Seção III
Do processo de escolha e do mandato dos Conselheiros Tutelares

Art. 40. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá através de eleição pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município, presidida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público, na forma da lei.

§ 1º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 41. O mandato dos Conselheiros Tutelares é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 1º. A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do Conselheiro Tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

§ 2º. Nos casos em que o Conselheiro Tutelar tenha sido eleito como suplente e, no curso do mandato, assumido a condição de titular, em definitivo, também somente poderá ser reconduzido uma única vez, independentemente do período em que permaneceu no mandato.

Art. 42. São requisitos para candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar:
I – reconhecida idoneidade moral;
II – idade superior a 21 anos;
III – residir no Município; e
IV – ser eleitor.

§ 1º. Os requisitos referidos nos incisos I a IV deste artigo devem ser exigidos também para a posse e mantidos pelo período que durar o mandato, como condição para o exercício da função de Conselheiro Tutelar.

§ 2º. Para a posse será exigido também o comprovante da escolaridade mínima em nível de Ensino Médio.

Art. 43. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 1º. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

§ 2º. A inexistência do impedimento de que trata o caput deste artigo deverá ser verificada quando da posse do Conselheiro Tutelar e mantida durante o curso do mandato.

Art. 44. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção IV
Da posse, remuneração e direitos dos Conselheiros Tutelares

Art. 45. A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos ocorrerá, a cada quatro anos, em 10 de janeiro do ano subsequente ao da respectiva eleição.

§ 1º. A posse também pode ser dada, no curso do mandato, ao Conselheiro Tutelar eleito como suplente, quando assumir a posição de titular, em definitivo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

§ 2º. Nos casos de substituição temporária do titular pelo suplente não há a necessidade de posse.

Art. 46. Dentre os Conselheiros eleitos, um será escolhido pelos seus pares para presidir o Conselho Tutelar pelo período de 1 (um) ano, admitida a recondução.

Art. 47. Sendo eleito servidor público municipal, este gozará da licença para desempenho de Mandato de Conselheiro Tutelar, sem remuneração.

Art. 48. Em caso de afastamento para concorrer a mandato eletivo federal, estadual ou municipal, o Conselheiro Tutelar deverá retornar ao desempenho do mandato no dia imediatamente posterior ao da realização das eleições.

Art. 49. Os Conselheiros Tutelares receberão, a título de remuneração mensal, o valor de 1 (um) salário mínimo nacional.

Art. 50. Ficam assegurados ao Conselheiro Tutelar, ainda, os seguintes direitos:

I – gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de um terço sobre a remuneração mensal;

II – afastamento por ocasião da licença-maternidade, custeada pelo regime de previdência a que estiver vinculado;

III – licença-paternidade de 5 (cinco) dias;

IV – décima terceira gratificação a ser paga no mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. No último ano de mandato as férias serão indenizadas, salvo se o Conselheiro for reconduzido à função, hipótese em que o gozo dar-se-á no primeiro ano do mandato seguinte.

Art. 51. Os Conselheiros Tutelares terão direito a ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu Município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho, nos moldes da Lei Municipal nº. 08, de 19 de janeiro de 1993.

Art. 52. Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados nos seguintes casos:

I – nas férias do titular;

II – quando as licenças a que fizerem jus os titulares excederem a 15 dias;

III – no caso de afastamento preventivo, renúncia, cassação ou falecimento do titular.

§ 1º. Os suplentes serão chamados conforme a sua ordem de classificação no processo de escolha, do mais votado ao menos votado, recaindo cada necessidade de substituição sobre um deles, salvo quando se tratar de substituição em caráter definitivo,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

quando o suplente melhor classificado no processo de escolha terá sempre prioridade sobre os demais para assumir como membro titular.

§ 2º. Para substituições temporárias, uma vez chamados todos os suplentes, reinicia-se a ordem de classificação nas demais situações em que houver necessidade.

§ 3º. Reassumindo o titular, encerra-se a convocação do suplente, que perceberá a remuneração e a gratificação natalina proporcional ao período de exercício da função em substituição.

§ 4º. No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, seguindo o procedimento de escolha regular, conforme lei específica.

§ 5º. Os Conselheiros eleitos no processo de escolha suplementar exercerão as funções somente pelo período restante do mandato original.

Seção V
Do regime disciplinar dos Conselheiros Tutelares

Art. 53. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

I – manter conduta pública e particular ilibada;

II – zelar pelo prestígio da instituição a que serve;

III – indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV – obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V – comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI – desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII – declarar-se suspeitos;

VIII – declarar-se impedidos, nos termos do art. 43;

IX – adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

X – tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XI– residir no Município;

XII – prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XIII – identificar-se em suas manifestações funcionais; e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

XIV – atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 54. É vedado aos Conselheiros Tutelares:

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II – utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

III – ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

IV – opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

V – delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VI – valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VII – receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VIII – proceder de forma desidiosa;

IX – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

X – exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XI – deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei n° 8.069, de 1990; e

XII – descumprir os deveres funcionais mencionados no art. 53 desta Lei.

Subseção I
Das penalidades

Art. 55. São penalidades disciplinares aplicáveis ao Conselheiro Tutelar, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o direito de defesa:

I – advertência;

II – suspensão do exercício da função;

III – cassação do mandato.

Art. 56. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748852

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100088

Art. 57. Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.

Parágrafo único. No caso de infrações simultâneas, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na gradação da penalidade.

Art. 58. A pena de advertência ou suspensão do exercício da função será aplicada, por escrito, na inobservância de dever ou proibição previsto em lei, regulamento ou norma interna que não importe em cassação do mandato.

Art. 59. A pena de suspensão, que importa, além do afastamento, na perda da remuneração, não poderá ultrapassar sessenta dias.

Art. 60. A penalidade de cassação do mandato será aplicada ao Conselheiro Tutelar no caso de cometimento de falta grave.

Art. 61. Para os fins desta lei, considera-se falta grave as seguintes ocorrências, atribuídas ao Conselheiro Tutelar:

I – prática de crime;

II – abandono da função de Conselheiro Tutelar;

III– inassiduidade ou impontualidade habituais;

IV – prática de ato de improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa;

VI – ofensa física contra qualquer pessoa, cometida em no exercício da função, salvo em legítima defesa;

VII – revelação de segredo apropriado em razão da função;

VIII – corrupção;

IX – acumulação do exercício da função de conselheiro com cargos, empregos públicos ou privados e/ou funções; e

X – transgressão do artigo 53, incisos I e II e VI ao X.

§ 1º. Configura abandono da função a ausência intencional ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

§ 2º. A cassação do mandato por inassiduidade ou impontualidade somente será aplicada quando caracterizada a habitualidade, de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações do Conselheiro, após anteriores punições por advertência ou suspensão.

Art. 62. A aplicação de penalidade é de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Parágrafo único. O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a identificação da sindicância ou processo administrativo disciplinar que lhe serviu de base.

Art. 63. A ação disciplinar prescreverá em cinco anos a contar da data em que a autoridade processante tomar conhecimento do cometimento da falta.

§ 1º. A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

§ 2º. A instauração de sindicância punitiva ou de processo administrativo disciplinar interromperá a prescrição.

§ 3º. Na hipótese do § 2º deste artigo, o prazo prescricional recomeçará a correr no dia imediato ao da interrupção.

Subseção II
Da Corregedoria do Conselho Tutelar

Art. 64. É criada a Corregedoria do Conselho Tutelar, órgão de controle de seu funcionamento, que terá a seguinte composição:

I – 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de

II – 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal; e

III – 1 (um) representante do Conselho Tutelar.

§ 1º. A Corregedoria, em deliberação por maioria, escolherá, um de seus membros, para o exercício da função de Corregedor-Geral.

§ 2º. O exercício da função de membro da Corregedoria será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 65. Compete à Corregedoria:

I – fiscalizar o cumprimento de horário e o regime de trabalho dos Conselheiros Tutelares, a efetividade e a forma de plantão, de modo a compatibilizar o atendimento à necessidade da população 24 horas por dia; e

II – instaurar e conduzir procedimento administrativo disciplinar em razão da inobservância de deveres, violação de proibições e prática de falta grave cometida pelos um Conselheiro Tutelar no desempenho de suas funções;

Art. 66. Ao tomar ciência de irregularidade no desempenho das atividades e no funcionamento do Conselho Tutelar, o Corregedor-Geral é obrigado a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

§ 1º. Quando o fato denunciado, de modo evidente, não configurar infração disciplinar, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 2º. Na hipótese do relatório da sindicância ou do processo administrativo disciplinar concluir pela prática de crime, o Corregedor-Geral oficiará ao Ministério Público e remeterá cópia dos autos.

Art. 67. As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas em processo regular com direito a plena defesa, por meio de:

I – sindicância investigatória, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o Conselheiro faltoso;

II – sindicância disciplinar, quando a ação ou omissão torne o Conselheiro passível de aplicação das penas de advertência e suspensão;

III – processo administrativo disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o Conselheiro passível da aplicação da pena de cassação de mandato.

Subseção III
Do Afastamento Preventivo do Conselheiro Tutelar

Art. 68. O Corregedor-Geral poderá determinar o afastamento preventivo do Conselheiro Tutelar até sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta se, fundamentadamente, houver necessidade de seu afastamento para apuração de falta a ele imputada.

Art. 69. O Conselheiro Tutelar fará jus à remuneração integral durante o período de afastamento preventivo.

Subseção IV
Da Sindicância Investigatória

Art. 70. A sindicância investigatória será conduzida por um dos Corregedores ou, a critério do Corregedor-Geral, considerando o fato a ser apurado, por comissão de três Corregedores.

§ 1º. O sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do responsável, apresentando, no prazo máximo de trinta dias, relatório a respeito.

§ 2º. Preliminarmente, deverá ser ouvido o denunciante e o Conselheiro ou Conselheiros referidos, se houver.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

§ 3º. Reunidos os elementos apurados, o sindicante ou comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual a irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições legais.

§ 4º. O Corregedor-Geral, de posse do relatório, acompanhado dos elementos coletados na investigação, decidirá, no prazo de cinco dias úteis:

I – pela instauração de sindicância disciplinar;

II – pela instauração de processo administrativo disciplinar; ou

III – pelo arquivamento do procedimento.

§ 5º. Entendendo o Corregedor-Geral que os fatos não estão devidamente elucidados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a dez dias úteis.

§ 6º. De posse do novo relatório e elementos complementares, o Corregedor-Geral decidirá no prazo e nos termos do § 4º deste artigo.

Subseção V
Da Sindicância Disciplinar

Art. 71. A sindicância disciplinar será conduzida por comissão de três Corregedores, designados pelo Corregedor-Geral, que indicará, entre eles, o seu presidente.

§ 1º. A comissão efetuará as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, apresentando, no prazo de trinta dias, relatório a respeito, podendo o prazo ser prorrogado por mais trinta dias, por solicitação fundamentada da comissão sindicante.

§ 2º. Preliminarmente, deverá ser ouvido o Conselheiro Tutelar sindicado, passando-se, após, à instrução.

§ 3º. O Conselheiro Tutelar sindicado será intimado pessoalmente da instalação da sindicância e da audiência para seu interrogatório, com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas.

§ 4º. Na audiência, a comissão promoverá o interrogatório do sindicado, concedendo-lhe, em seguida, o prazo de dois dias para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de três.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

§ 5º. Havendo mais de um sindicado, o prazo será comum e de quatro dias, contados a partir do interrogatório do último deles.

§ 6º. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 7º. Concluída a instrução, o sindicado será intimado para apresentar defesa final no prazo de cinco dias.

§ 8º. Reunidos os elementos apurados, caberá à comissão elaborar relatório conclusivo, indicando:

I – a irregularidade ou transgressão, o seu enquadramento nas disposições legais e a penalidade a ser aplicada;

II – a abertura de processo administrativo disciplinar quando a falta apurada sujeitar o Conselheiro Tutelar à aplicação de penalidade de cassação do mandato; e

III – o arquivamento da sindicância.

Art. 72. O Corregedor-Geral, de posse do relatório, acompanhado dos elementos coletados na instrução, decidirá, no prazo de cinco dias:

I – pela aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;

II – pela instauração de processo administrativo disciplinar; ou

III – pelo arquivamento da sindicância.

§ 1º. Entendendo o Corregedor-Geral que os fatos não estão devidamente elucidados, devolverá o processo à comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a dez dias úteis.

§ 2º. De posse do novo relatório e elementos complementares, o Corregedor-Geral decidirá no prazo do *caput* deste artigo.

Art. 73. Aplicam-se, supletivamente, à sindicância disciplinar, as normas de processo administrativo disciplinar previstas nesta Lei.

Subseção VI
Do processo administrativo disciplinar

Art. 74. O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de três Corregedores, designada pelo Corregedor-Geral que indicará, dentre eles, o seu Presidente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748852

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100088

Art. 75. O processo administrativo observará o contraditório e assegurará a ampla defesa ao acusado, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 76. Quando o processo administrativo disciplinar resultar de prévia sindicância, o relatório desta e o julgamento da autoridade competente integrarão os autos, como peça informativa.

Art. 77. O prazo para a conclusão do processo não excederá sessenta dias, contados da data da reunião de instalação da comissão, admitida a prorrogação por mais trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem, mediante ato da autoridade que determinou a sua instauração.

Art. 78. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 79. Ao instalar os trabalhos da comissão, o Presidente determinará a autuação da portaria e demais peças existentes e a expedição do mandado de citação ao indiciado, designando dia, hora e local para o seu interrogatório.

Parágrafo único. A comissão terá como secretário Corregedor designado pelo presidente.

Art. 80. A citação do indiciado deverá ser feita pessoalmente e mediante contra-recibo, com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência em relação à audiência inicial e conterá dia, hora e local e qualificação do indiciado e a falta que lhe é imputada, com descrição dos fatos.

§ 1º. Caso o indiciado se recuse a receber a citação, deverá o fato ser certificado, com assinatura de, no mínimo, duas testemunhas.

§ 2º. Estando o indiciado ausente do Município, se conhecido seu endereço, será citado por via postal, com carta registrada, juntando–se ao processo o comprovante do registro e o aviso de recebimento.

§ 3º. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, divulgado como os demais atos oficiais do Município e publicado pelo menos uma vez em jornal de circulação, no mínimo, na região a que pertence o Município, com prazo de quinze dias.

Art. 81. Em caso de revelia, caracterizada pelo não comparecimento ao interrogatório após regular citação, o presidente da comissão processante designará, de ofício, um defensor para atuar na defesa do indiciado, podendo, para tanto, solicitar ao Prefeito Municipal a designação de um servidor público, dando-se preferência a servidor que seja formado em curso de ciências jurídicas, quando possível.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Art. 82. O indiciado poderá constituir advogado para fazer a sua defesa.

Art. 83. Na audiência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado, concedendo-lhe, em seguida, o prazo de três dias para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco.

§ 1º. Havendo mais de um indiciado, o prazo será comum e de seis dias, contados a partir do interrogatório do último deles.

§ 2º. O indiciado ou seu advogado terão vista do processo na repartição, podendo ser fornecida cópia de inteiro teor mediante requerimento e reposição do custo.

Art. 84. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 85. O indiciado tem o direito de, pessoalmente ou por intermédio de procurador, assistir aos atos probatórios que se realizarem perante a comissão.

§ 1º. De todos os atos probatórios deverão ser intimados, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, o indiciado e seu advogado.

§ 2º. A intimação relativa à audiência de inquirição deverá conter o rol de testemunhas.

Art. 86. O Presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, motivadamente.

Art. 87. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do intimado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

Art. 88. A comissão inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente:
I – primeiro aquelas referidas na denúncia ou arroladas de ofício; e
II – por último as do indiciado.

Parágrafo único. Nenhuma testemunha pode ouvir o depoimento da(s) outra(s).

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748852

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100088

Art. 89. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Art. 90. Antes de depor, a testemunha será qualificada, declarando o nome por inteiro, a profissão, a residência e o estado civil, bem como se tem relações de parentesco com o indiciado, ou interesse no objeto do processo.

§ 1º. É lícito ao indiciado contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição.

§ 2º. Se a testemunha negar os fatos que lhe são imputados o indiciado poderá provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até três, apresentadas no ato e inquiridas em separado.

§ 3º. Sendo provados ou confessados os fatos, a comissão dispensará a testemunha, ou lhe tomará o depoimento, independentemente de compromisso.

Art. 91. Ao início da inquirição, a testemunha prestará o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Parágrafo único. O Presidente da comissão advertirá à testemunha que incorre em sanção penal quem faz a afirmação falsa, cala ou oculta a verdade.

Art. 92. O Presidente da comissão inquirirá a testemunha sobre os fatos, concedendo em seguida a oportunidade para que o indiciado ou seu advogado, formule perguntas tendentes a esclarecer ou complementar o depoimento.

Parágrafo único. Mediante requerimento do indiciado ou de seu advogado as perguntas indeferidas serão transcritas no termo.

Art. 93. Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 94. Concluída a inquirição de testemunhas, poderá a comissão processante, se julgar útil ao esclarecimento dos fatos, reinterrogar o indiciado.

Art. 95. Ultimada a instrução do processo, o indiciado ou seu advogado será intimado, via mandado, por carta postal ou ciência nos autos, de que dispõe de prazo de vinte e quatro horas para requerer diligências, cuja necessidade ou conveniência se origine de circunstâncias ou de fatos apurados na instrução.

§ 1º. Não havendo requerimento do indiciado, ou concluídas as diligências, será concedido prazo de dez dias para apresentação de defesa escrita, assegurando–se vista

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

do processo na repartição e sendo fornecida cópia de inteiro teor, mediante requerimento e reposição do custo.

§ 2º. O prazo de defesa será comum e de quinze dias se forem dois ou mais os indiciados.

Art. 96. Após o decurso do prazo, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório, no qual constarão em relação a cada indiciado, separadamente, as irregularidades de que foi acusado, as provas que instruíram o processo e as razões de defesa, propondo, justificadamente, a absolvição ou punição do indiciado, e indicando a pena cabível e seu fundamento legal.

Art. 97. O processo será remetido ao Corregedor-Geral, dentro de dez dias contados do término do prazo para apresentação da defesa.

Parágrafo único. A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar esclarecimentos ou cumprir diligências julgadas necessárias.

Art. 98. Recebidos os autos, o Corregedor-Geral poderá, dentro de cinco dias:
I – pedir esclarecimentos ou determinar diligências que entender necessárias à comissão processante, estabelecendo prazo para cumprimento; ou
II – encaminhar os autos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberação acerca da pena a ser aplicada.

Art. 99. As irregularidades processuais que não constituam vícios substanciais insanáveis, suscetíveis de influírem na apuração da verdade ou na decisão do processo, não lhe determinarão a nulidade.

Subseção VII
Do Pedido de Reconsideração e do Recurso

Art. 100. Da decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que aplicar penalidade à Conselheiro Tutelar é garantido o direito de pedir reconsideração e recorrer, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Parágrafo único. As petições, salvo determinação expressa em regulamento, serão dirigidas à autoridade competente e terão decisão no prazo de trinta dias.

Art. 101. O pedido de reconsideração deverá conter novos argumentos ou provas suscetíveis de reformar da decisão.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração, admitido uma única vez, será submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberação em plenária.

Art. 102. Caberá recurso ao Prefeito Municipal, como última instância administrativa.

Art. 103. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da data da ciência do Conselheiro Tutelar da decisão, mediante notificação pessoal ou da publicação do despacho, o que ocorrer por último.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo e, se providos, seus efeitos retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 104. É assegurado o direito de vista do processo ao Conselheiro Tutelar ou ao seu representante legal.

TÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 105. O mandato dos Conselheiros Tutelares atualmente vigente fica prorrogado até o dia 9 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. A prorrogação a que se refere o *caput* não tem característica de novo mandato para fins de recondução do Conselheiro Tutelar.

Art. 106. As despesas com a execução dos programas de atendimento à Criança e do Adolescente terão a cobertura do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, na forma do artigo 21 desta Lei.

Art. 107. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº. 514 de 17 de outubro de 2001.

SERTÃO SANTANA, em 17 de março de 2015.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Nelson Ricardo Storck
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1281.CC4C.EBE7.DB99.F1AC.

Página 817
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748853
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100089

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SERTÃO SANTANA/RS

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 1° - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), criado Lei Municipal N° 1.348, de 17 de março de 2015, é órgão deliberativo e controlador da política de Administração na orientação, deliberação e controle de materiais de competência.

Parágrafo Único - O COMDICA ficará diretamente vinculado ao Prefeito Municipal e funcionará em consonância com os Conselhos Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando-se com seus congêneres municipais.

Art. 2° - O COMDICA é composto por 5 (cinco) membros designados pelo Prefeito, sendo:

I - 5 (cinco) representantes do Município, a saber:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transporte e Trânsito;

e) 1 (um) representante da Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento.

II - 5 (cinco) membros, sem qualquer vinculação com o Poder Público Municipal, representantes das seguintes entidades:

a) 1 (um) representante da Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco;

b) 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

c) 1 (um) representante da APAE;

d) 1 (um) representante da 3ª Idade associado em um dos Grupos instalados no Município;

e) 1 (um) representante do CPM da Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco.

Parágrafo Único. Os membros do COMDICA serão indicados, por escrito, pelos seus respectivos órgãos ou entidades, de acordo com a sua organização ou de seus

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD6A.485E.8824.EB55.0B8E.

Página 818
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3748853
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100089

fóruns próprios e independentes, sendo um titular e o outro suplente, e suas nomeações serão efetuadas por ato próprio do Prefeito Municipal, para um período de 2 (dois) anos admitida a recondução.

O Presidente do COMDICA será eleito e empossado, a cada 2 (dois) anos por seus membros.

Art. 3° - Não poderão integrar o COMDICA:
I - membros dos Conselhos de políticas públicas;
II - representantes de órgão de outras esferas governamentais;
III - ocupantes de cargo em comissão e/ou função de confiança do Poder Público, na qualidade de representante da organização da sociedade civil;
IV - Conselheiros Tutelares;
V - membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Art. 4° - O desempenho da função de membro do COMDICA será gratuito e considerado de relevância para o Município.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 5° - Compete ao COMDICA nos termos do art. 12° da Lei Municipal N° 1.348, de 17 de março de 2015:
I - fixar critério de utilização dos recursos depositados no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, mediante planos de aplicação que deverão ser condizentes com as metas e ações previstas nesta Lei;
II - na primeira sessão anual, escolher, dentre seus membros, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário;
III - formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;
IV - deliberar sobre a convivência e oportunidade de implementar programas e serviços destinados ao atendimento das crianças e adolescentes, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;
V - propor modificação nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, por Resolução, no prazo de 60 dias após a edição desta Lei, a qual será encaminhada ao Prefeito Municipal para publicação na imprensa oficial do Município;
VII - propor ao Executivo e auxiliar na realização de conferências locais destinadas à criação de políticas públicas e à discussão de alternativas que se destinam a assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes;
VIII - opinar sobre a política de formação de pessoal com vista à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD6A.485E.8824.EB55.0B8E.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 3

Peça 3748853

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0100089

IX - manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres, ou que tenham atuação na proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - estabelecer critérios, bem como organizar juntamente com o Poder Executivo, a eleição dos Conselheiros Tutelares, conforme as disposições desta lei;

XII - exercer as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;

XIII - deliberar sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

XIV - divulgar, amplamente, à comunidade, por meio da imprensa oficial do Município:

a) o calendário de suas reuniões;
b) as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;
c) os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente Nacional, estadual, distrital ou municipal;
d) a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;
e) o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência;
f) a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES E ATUAÇÃO DE SEUS MEMBROS

Art. 6° - São atribuições do Presidente do COMDICA:

a) dirigir a entidade e representá-la perante o Executivo Municipal, bem como,
b) manter os contatos que o COMDICA se entender necessário, junto aos órgãos do Poder Público Municipal, Estadual e Federal ou com entidades não governamentais;
c) cumprir e fazer as deliberações e resoluções do COMDICA;
d) marcar, presidir e coordenar as sessões ordinárias e extraordinárias do COMDICA;
e) convocar, sempre que necessário, os membros do COMDICA para execução dos atos necessários ao funcionamento e desempenho do Conselho;
f) solicitar ao Executivo Municipal as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do conselho;
g) apresentar, anualmente, relatório do Conselho para conhecimento e aprovação dos demais membros, bem como encaminhá-lo ao Executivo Municipal;
h) transmitir ao Prefeito Municipal as resoluções aprovadas pelo COMDICA;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD6A.485E.8824.EB55.0B8E.

i) delegar atribuições aos demais membros do COMDICA, sempre que se façam necessárias ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observadas as limitações legais;
j) representar judicial e extrajudicial o COMDICA.

Art. 7° - São atribuições do Vice-Presidente do COMDICA, a substituição do Presidente, na ausência ou impedimento deste, bem como auxiliá-lo nas tarefas da presidência.

Art. 8° - São atribuições do Secretário Executivo e, em seus impedimentos, de seu suplente:

a) manter os serviços administrativos e de arquivo da secretaria do COMDICA atualizados e em ordem;
b) redigir e arquivar, a correspondência recebida e expedida, as atas das sessões e respectivos relatórios do COMDICA;
c) organizar e manter atualizado o cadastro das entidades governamentais e não-governamentais referidas nos artigos 90 e 91 da Lei n° 8.069/90 e, proceder ao registro das respectivas inscrições e alterações;
d) receber informações de órgãos, entidades e demais segmentos afins ao trabalho desenvolvido pelo COMDICA e transmiti-las ao Presidente do Conselho.

Art. 9° - São atribuições de qualquer Conselheiro do COMDICA:

a) comparecer a reuniões ordinárias e extraordinárias;
b) votar e ser votado;
c) requerer a convocação de sessões extraordinárias para a discussão e deliberação de assuntos justificadamente urgentes ou prioritários;
d) exercer atribuição e atividade inerente a sua condição de Conselheiro;
e) propor alterações deste regimento;
f) propor e elaborar estudos, programas e planos de trabalhos por solicitação do COMDICA ou por iniciativa própria.

Art. 10° - Os cidadãos eleitos para o exercício de cargo eletivo estão impedidos de participar do COMDICA.

Art. 11° - Os membros do COMDICA serão eleitos e empossados para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a sua recondução

.

Parágrafo Único - O desempenho da função é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 12° - O integrante do COMDICA terá seu mandato cassado quando:

I - não comparecer por 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas no período de 1 (um) ano, sem apresentar justificativa;
II - incorrer em ato infracional incompatível com a função que desempenha, inclusive, com os princípios constitucionais que norteiam a Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD6A.485E.8824.EB55.0B8E.

Pública, e as normas que tratam da proteção dos direitos da criança e do Adolescente.

Art. 13° - O conselheiro que se candidatar a qualquer cargo eletivo, deverá licenciar-se, nos termos e prazos da legislação eleitoral.

Art. 14° - Fica assegurado a qualquer membro do COMDICA, licenciar-se, até o prazo máximo de 90 (noventa) dias, desde que o requeira justificadamente.

Art. 15 ° - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos artigos 12, 13, 14 o Conselheiro será substituído por seu suplente ou substituto legal.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 16° - O COMDICA terá por sede as dependências cedidas pela Administração Municipal.

Art. 17° - O COMDICA realizará mensalmente sessões ordinárias e as extraordinárias quando convocadas pelo Presidente.

Parágrafo Primeiro - As sessões ordinárias somente serão realizadas quando houver o comparecimento de no mínimo 4 (quatro) conselheiros.

Parágrafo Segundo - A convocação para as sessões extraordinárias serão realizadas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através de qualquer meio de comunicação.

Art. 18° - As deliberações do COMDICA deverão ser aprovadas pela maioria absoluta de seus membros e formalizadas em resoluções.

Art. 19° - Estando presentes à reunião o Conselheiro titular, e o respectivo suplente, na hora de deliberação somente um deles terá direito a voto, preferencialmente o titular.

Art. 20 ° - Além dos Conselheiros, seus suplentes e funcionários do COMDICA, somente serão admitidos a partir das sessões os artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069/90.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21° - Para fins de aprovação e modificação deste Regimento Interno é necessária à aprovação de dois terços dos membros do COMDICA.

Art. 22° - È facultada a requisição pelo COMDICA ao Prefeito Municipal, de servidores para auxiliar na execução dos serviços de secretaria do Conselho e ao apoio técnico a administrativo necessário à realização de suas finalidades e atribuições desde que haja disponibilidade de recursos humanos.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD6A.485E.8824.EB55.0B8E.

Art. 23° - O COMDICA poderá convidar representantes de entidades ou pessoas da sociedade civil para assessorá-lo na discussão dos assuntos que são pertinentes.

Art. 24° - Os casos omissos serão resolvidos pelo COMDICA.

Art. 25° - O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Sertão Santana, 02 de junho de 2015.

Naura Elenir Schranck
Presidente - COMDICA

Página 822
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3748853
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100089

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD6A.485E.8824.EB55.0B8E.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 10/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 27/04/2021, às 09h e 07min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
2.1) Nome completo:	CRISTINA PELLEGRINA BARBIERI
2.2) CPF:	94820910000
2.3) E-mail para contato:	cristinapbarbieri@hotmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51.996134189
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	
3.1) Informar o número da lei.	1.348
3.2) Informar o ano da lei.	2015
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LEI Nº1348-convertido.pdf (0,19MB)
4) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	REGIMENTO I.condica_0001.pdf (3,50MB)
5) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 10 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	8 - Edital 032019 homologação das Conselheiras eleitas.docx (0,03MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Sala disponibilizada pelo Executivo - de forma compartilhada - para diversos conselhos
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Não

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7C06.6319.2F90.E146.BC48.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748854

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010008A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Condica.pdf (2,17MB)

Justificativas e Observações
Nada a Declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:51.

Código de autenticação

HOBJ9-QMEU6-ARXX7

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7C06.6319.2F90.E146.BC48.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec. Assist Social
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sec Fazenda
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Obras
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	APAE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	3ª IDADE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sind Trab Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	EEE eDUARDO sECCO
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7C06.6319.2F90.E146.BC48.

Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	CPM EEE Eduardo Secco
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7C06.6319.2F90.E146.BC48.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	9
Unidade	6
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	221
Projeto/atividade	2141
Dotação autorizada (R$)	9.500,00
Valor empenhado (R$)	0,00
Valor liquidado (R$)	0,00

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7C06.6319.2F90.E146.BC48.

Página
828
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748807
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P010005B

COMDICA

EDITAL Nº 04/2019

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SERTÃO SANTANA** (COMDICA), no uso da atribuição que lhe é conferido pela Lei 1.348 de 17 de Março de 2015, torna público o presente EDITAL de homologação do resultado das Eleições para Conselheira Tutelar para membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar para o quadriênio de 10 de janeiro de 2020 a 10 de janeiro de 2024, conforme prevê o Edital COMDICA 01/2019 e Ata COMDICA Nº 14/2019.

TITULARES

1. AMANDA DESENS BUJES
2. MARIA JOSE DE C. PEREIRA
3. SANDRA MARIA MELATTI VASQUES
4. CELINA GIRU
5. LUANA BUJES DOMAGALSKI

SUPLENTES

1. TATIANE SOUZA DE ABREU
2. JOSI KOLOGESKI DE LIMA
3. SILVANA FERREIRA DOS SANTOS
4. JANAINA ROSENAU
5. CRISTIANE PEREIRA COSTA

Registre-se e Publique-se.

Sertão Santana 07de outubro de 2019.

CRISTINA PELLEGRINI BARBIERI
Presidente do COMDICA

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7942.8F77.11E2.AA7C.922B.

Processo
02100-0200/20-7

LEI Nº 989, DE 12 DE JUNHO DE 2007.

Peça
3748855

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010008B

Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município, cria o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal a ele vinculado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é a Política de Seguridade Social não contributiva que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Assistência Social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção de sua integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e/ou reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de beneficio mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovam não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, garantindo o repasse da esfera federal.

Art. 3º A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais a esfera federal e a coordenação dos respectivos programas as esferas estadual e municipal, bem como a entidades de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera do governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera do governo;

IV - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

CAPÍTULO II
Do Sistema Único de Assistência Social

Art. 4º O Sistema Único de Assistência Social é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo especifico da assistência social no campo da proteção social brasileira.

Parágrafo Único. O conjunto dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social prestados por órgãos públicos e por organizações de assistência social, sem fins lucrativos – Rede sócio-assistencial – e a instância deliberativa composta pelos diversos setores envolvidos na área, conforme a Lei nº 8.742/93.

CAPÍTULO III
Da Gestão

Art. 5º Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - coordenar, executar e articular as ações municipais no campo da Assistência Social, conforme o disposto nos artigos 22, 23, 24 e 25 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993,

II - propor ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, a política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, alem de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

III - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, respeitando as diretrizes estabelecidas pelo CMAS;

IV - encaminhar a apreciação do CMAS, bimestralmente, de forma sintética e anualmente de forma analítica, relatórios de atividades e de realização financeira de recursos;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

V - elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

VI - proceder à transferência dos recursos destinados a assistência social, na forma prevista em Lei;

VII - prestar assessoramento técnico as entidades e organizações de assistência social;

VIII - implantar e manter atualizado o Sistema Municipal de Informações;

IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas Políticas Socioeconômicas Setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento as necessidades básicas;

X - prestar apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMAS;

XI - expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

XII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

XIII - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidade e formulação de proposição para a área;

XIV - cumprir com as demais exigências contidas na NOB/ SUAS, de acordo com o nível de gestão.

CAPITULO IV
Do Conselho Municipal de Assistência Social
Seção I – Da criação e Natureza do Conselho

Art. 6º Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal, disposto na Lei Federal nº **8.742,** de 7 de dezembro de 1993.

Seção II – Das Competências

Art. 7º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

GERAIS:

a) Elaborar e publicar seu Regimento Interno;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

b) Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social na perspectiva do SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas Conferencias de Assistência Social;

c) Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social;

d) Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social e suas adequações;

e) Zelar pela efetivação do SUAS;

f) Regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no seu âmbito, considerando as normas gerais do CNAS, as diretrizes da Política Estadual de Assistência Social, as proposições da Conferencia Municipal de Assistência Social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços;

g) Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

h) Aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

i) Propor ao CNAS cancelamento de registro de entidades e organizações de assistência social que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no artigo 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

j) Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços de assistência social;

k) Aprovar o relatório Anual de Gestão;

l) Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de âmbito municipal.

ESPECÍFICAS:

m) Aprovar critérios e selecionar entidades prestadoras de serviços de assistência social no âmbito municipal para acesso a co-financiamento;

n) Apreciar e aprovar previamente os repasses referidos no item anterior, a partir da apresentação de planilha pelo Órgão Gestor;

o) Convocar ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferencia Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e do CMAS e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social;

p) Aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais;

q) Examinar denúncias relativas à área de Assistência Social e encaminhá-las ao Ministério Público, quando necessário;

r) Divulgar, no Diário Oficial do Estado ou do Município, todas as suas resoluções.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

Art. 8º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social no Município de Sertão Santana, dependem de previa inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção III – Da Composição e Funcionamento

Art. 9º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é paritário, composto por dez membros e respectivos suplentes, de acordo com os seguintes critérios:

I- 5 (cinco) representantes governamentais;

II- 5 (cinco) representantes da sociedade civil: escolhidos dentre representantes das organizações de usuários, das entidades e organizações prestadoras de serviços de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em fórum próprio, sob fiscalização do Ministério Público.

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º Somente será admitida à participação do CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º Os representantes das entidades serão eleitos em fórum próprio e os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito, sendo, posteriormente, todos nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 4º O exercício de função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 5º Será assegurado aos Conselheiros do CMAS, quando em representação do órgão colegiado, o direito a adiantamento de recursos pelo Município, para o custeio das despesas com transporte, alimentação e estadia, quando ocorrer.

§ 6º O mandato das entidades representativas no CMAS (Governamentais e não Governamentais) será de 2 anos, podendo ser reconduzido.

§ 7º As decisões do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções.

Art. 10 O Conselho Municipal de Assistência Social contará com a seguinte estrutura:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

- Plenário – as reuniões plenárias ordinárias acontecerão mensalmente e, extraordinárias, sempre que necessárias.
- Diretoria – será composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 2º Secretário, eleita dentre seus membros, bem como poderá prever no seu Regimento Interno, outras estruturas de funcionamento.

Art. 11 O Poder Executivo Municipal dará suporte técnico e administrativo ao CMAS.

CAPÍTULO V
Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 12 Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social, destinado a captação e aplicação de recursos a serem utilizados segundo a Lei Federal nº 8.742/93 e as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13 FMAS será vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e controle do CMAS.

Art. 14 Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social:
I - dotação consignada anualmente no Orçamento Municipal e as verbas adicionais que a Lei estabelece no decurso de cada exercício;
II - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de recursos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, governamentais ou não governamentais de qualquer natureza;
III - transferências de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social (FNAS e FEAS);
IV - produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor e da venda de materiais, publicações e eventos;
V - recursos advindos de auxílios, convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e Instituições Privadas e Públicas, nacionais e Internacionais, Federais, Estaduais e Municipais – para repasses a entidades executoras de programas de ações de Assistência Social;
VI - outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo Único. Os recursos do Fundo Municipal da Assistência Social serão depositados em conta especial em estabelecimento oficial de crédito.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748855

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010008B

Art. 15 Os recursos do FMAS serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos, atividades e serviços de assistência social desenvolvidos por órgãos governamentais ou não governamentais, quando em sintonia com a política e Plano Municipal de Assistência Social;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

IV - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no Inciso I do artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social.

Art. 16 O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de assistência social serão processadas mediante convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 17 As contas e os relatórios de gestos do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, bimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Transitórias

Art. 18 Caberá ao Executivo Municipal quando da implantação da Política de Assistência Social coordenar o processo de eleição do primeiro mandato dos representantes da sociedade civil e, posteriormente, a cargo de uma Comissão Eleitoral designada pelo próprio CMAS, para as próximas renovações.

Art. 19 O CMAS após a posse, elaborará e aprovará o Regimento Interno no prazo de 60 dias.

Art. 20 As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 21 Revogadas as Leis Nº49/93, de 31 de agosto de 1993 e Lei Nº219/96, de 3 de dezembro de 1996.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

Processo
02100-0200/20-7

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Peça
3748855

SERTÃO SANTANA, em 12 de junho de 2007.

LINDOBERTO PONTES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Solange Raab
Assessora de Administração

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010008B

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CAC.37A5.854B.F722.1FB0.

Página 837
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERTÃO SANTANA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art.1° - O Conselho Municipal de Assistência Social de Sertão Santana, doravante denominado de CMASSesa, instituído pela Lei Municipal n.° 989/07 e apoiado na Lei Orgânica de Assistência Social , n° 8.742/93, é um órgão normativo, deliberativo, controlador, fiscalizador e colegiado, de caráter permanente e de acordo com o sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social.

Art. 2° - O CMASSesa tem por finalidade estabelecer diretrizes e definir a política Municipal de Assistência Social nas áreas de prevenção, promoção, amparo, habilitação e reabilitação da criança, do adolescente, do adulto, do idoso, do portador de deficiência e do superdotado. (LOAS - art.2°)

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art.3° - O CMASSesa é composto por 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, paritariamente, entre governo e sociedade civil.

Parágrafo 1° - São representantes governamentais:

- 06 (seis) representantes indicados, sendo um de cada Secretaria Municipal, abaixo relacionada :
  - * Saúde
  - * Assistência Social
  - * Educação
  - * Agricultura, Meio Ambiente, Turismo Indústria e Comércio
  - * Fazenda
  - * Administração

Parágrafo 2° - São representantes da Sociedade Civil:

- 03 (três) representantes de entidades prestadoras de serviços na área de Assistência Social, com atuação municipal, junto aos segmentos:
  - crianças e adolescentes; APAE
  - famílias; ASCAR/EMATER
  - idosos; GRUPO
  - pessoas portadoras de deficiência; SINDICATO
- 01 (um) representante de entidades de organização e/ou representações de usuários com atuação municipal. (Associações, Sindicatos e Cooperativas de Trabalhadores)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Página 838
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

- 01 (um) representante dos usuários do Bolsa Família PBF
- 01 (um) representante das categorias de profissionais do setor. CRESS

Art.4º - São proibidas manifestações ou posições politico-partidárias ou religiosas no Conselho.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

Art.5º - Este Conselho poderá prever outras estruturas de funcionamento.

Art.6º - O CMASSesa terá órgãos permanentes e transitórios.

Parágrafo 1º - São órgãos permanentes:
- Assembléia Geral;
- Diretoria Executiva;
- Comissões de Trabalho. CRIAR

Parágrafo 2º - São órgãos transitórios:
- Fóruns;
- Conferências;
- Câmaras de Apoio.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.7º - A Assembléia Geral será constituída por todos os conselheiros, reunindo-se ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, em horário e local, previamente, fixados.

Parágrafo 1º - A convocação será feita pelo Presidente, ou ainda por 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros, em casos especiais.

Parágrafo 2º - A Assembléia será considerada, legalmente constituída, se contar com 2/3 (dois terços) em primeira chamada e em segunda chamada, 15 (quinze) minutos após, com maioria simples dos conselheiros.

Art.8º - As Assembléias Ordinárias constarão de duas partes: Expediente e Ordem do Dia.

Parágrafo 1º - O expediente abrangerá:
a) Leitura, discussão e votação da ata da assembléia anterior;
b) Avisos, comunicações, apresentação de correspondência e documentos de interesse da assembléia;
c) Outros assuntos de caráter geral, de interesse do Conselho.

Parágrafo 2º - A Ordem do Dia abrangerá a discussão e votação da matéria, conforme pauta de convocação.

Art.9º - As deliberações de qualquer natureza serão tomadas por maioria simples dos conselheiros.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Página 839
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

Art.10° - São atribuições da Assembléia Geral:

a) Propor chapas para composição da Diretoria Executiva.
b) Eleger a Diretoria Executiva.
c) Baixar normas de sua competência, necessárias para a regulamentação e implantação da Política Municipal de Assistência Social.
d) Convocar Fóruns e Conferências.
e) Sistematizar as prioridades levantadas nos Fóruns e Conferências.
f) Deliberar, normatizar e controlar as ações em todos os níveis.
g) Realizar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.
h) Acompanhar a execução orçamentária e a sistemática de aprovação, análise e auditoria da prestação de contas.
i) Apreciar projetos para fins de acordos, contratos, convênios referentes às ações de Assistência Social do Município, com emissão de parecer.
j) Estabelecer critérios ou meios de exercer a fiscalização dos programas, projetos e ações de Assistência Social no Município.
k) Autorizar a implantação de programas, projetos e/ou ações de caráter compensatório.
l) Estudar e aprovar pedidos de inscrição de ONGS que prestam atendimento de Assistência Social.
m) Suprir a vacância dos cargos da Diretoria, com os Conselheiros presentes em Plenária, mediante eleição.
n) Excluir membros e/ou instituições quando incorrerem em ações ou omissões reguladas pelo artigo 36. (das penalidades)

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.11° - A Diretoria Executiva será composta de 04 (quatro) membros: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Parágrafo Único - A Diretoria contará com uma infra-estrutura adequada (sede, material de expediente e linha telefônica) ao seu funcionamento e terá um funcionário administrativo, que será um servidor público municipal à sua disposição.

Art.12° - A composição da Diretoria deverá ser paritária.

Art.13° - São atribuições da Diretoria Executiva:

a) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral;
b) Solicitar o reexame, por parte da Assembléia Geral, de qualquer resolução normativa que apresentar inadequação técnica de qualquer natureza;
c) Articular, coordenar, acompanhar e fiscalizar os Fóruns Setorizados de Eleição dos Conselheiros, previstos no artigo 26 deste Regimento;

Art.14° - É atribuição do Presidente:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

a) Convocar e presidir as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, bem como as reuniões da Diretoria Executiva;
b) Coordenar a execução de todas as atividades deste Conselho;
c) Submeter os assuntos do Conselho à apreciação da Assembléia;
d) Resolver os assuntos emergenciais do Conselho, comunicando-os na primeira reunião subsequente ao período da resolução.
e) Representar o Conselho em juízo ou fora dele ou delegar representação.
f) Assinar todos os documentos emitidos pelo Conselho, juntamente com o Secretário ou com o Gestor da Política de Assistência Social, conforme a natureza do documento.
g) Solicitar as providências e os recursos necessários ao pleno funcionamento do Conselho.
h) Submeter a apreciação da plenária a planilha físico-financeira mensal dos recursos a pagar para posterior rubrica do Presidente.
i) Convocar as Câmaras de Apoio Técnico e/ou de Fiscalização, quantas vezes forem necessárias, para a efetiva suplementação do Conselho, ouvida a Assembléia.
j) Facultar aos Suplentes a participação nas Assembléias, se, conjuntamente, com seus titulares, sem direito a voto.
k) Acolher cidadãos, nas assembléias, independente de serem membros do Conselho permitindo-lhes, apenas, o direito de serem ouvidos.
l) Divulgar todas as ações do Conselho, com o apoio do Secretário.

Art.15º - São atribuições do Vice-Presidente:
Substituir o Presidente, eventualmente, em seu impedimento ou ausência, e auxiliar na administração deste Conselho.

Art.16º - Em caso de vacância definitiva do cargo de Presidente, o Vice assumirá a titularidade e convocará Assembléia para a eleição de seu Vice. No prazo de, no máximo de 30 (trinta) dias da sua posse, dar-se-á a eleição para esta vaga com a finalidade de cumprir a gestão em curso.

Art.17º - São atribuições do Primeiro Secretário:
a) Redigir a correspondência, documentos e relatórios do Conselho.
b) Supervisionar arquivos, pastas e fichários de toda a documentação.
c) Lavrar as atas de todas as reuniões da Diretoria Executiva e das Assembléias.
d) Manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos da Secretaria.
e) Auxiliar na administração do Conselho.
f) Exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pela Assembléia.
g) Assinar juntamente com o Presidente, todos os documentos do Conselho referentes a sua pasta.

Art.18º - São atribuições do Segundo Secretário:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Página 841
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

Substituir o Primeiro Secretário em seu impedimento ou vacância e assessorá-lo sempre que necessário.

DOS ÓRGÃOS TRANSITÓRIOS
DOS FÓRUNS

DAS CONFERÊNCIAS

Art.19° - São características das Conferências:

a) Poderão ser Municipais ou Regionais, compostas por todas as instituições e/ou Entidades Públicas e/ou Governamentais, Conselhos oficialmente constituídos, direta e/ou indiretamente envolvidos com Assistência Social e a população em geral.

ALTERAR → b) Serão convocadas ordinariamente, a cada 02 (quatro) anos, pelo Presidente e, extraordinariamente, sempre que necessário.

c) Terão a finalidade precípua de debater sobre a Política de Assistência Social vigente, avaliando-a e sugerindo-lhe alterações.

d) A temática segue orientação do Conselho Nacional de Assistência Social, ficando as especificidades a cargo deste Conselho.

Art.20° - São atribuições básicas das Conferências:

a) Avaliar a implementação da Política Municipal de Assistência de Social, propondo novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

b) Propor a articulação da Política Municipal com as demais Políticas do Estado e União, buscando o seu maior engajamento.

c) Eleger delegados para representar o Município na Conferência Estadual.

CAPÍTULO IV
DAS ELEIÇÕES E INDICAÇÕES

Art.21° - Para o desenvolvimento do processo eleitoral deste Conselho, será eleita uma Comissão Eleitoral, composta de no mínimo 03 (três) pessoas eleitas dentre e pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1° - A Comissão Eleitoral, deverá ser constituída por um Presidente e seu Vice e Secretário.

Parágrafo 2° - Esta Comissão Eleitoral obedecerá, rigorosamente, este Regimento e situações omissas deverão ser resolvidas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 3° - Estará subordinada à Diretoria Executiva para todas as ações que envolverem este período.

Art.22° - As eleições e indicações para Conselheiros acontecerão no último ano da gestão, observado o mês da última eleição.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Página 842
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

Art.23° - O processo eleitoral acontecerá em 02 (dois) momentos distintos; primeiro: da eleição dos Conselheiros da sociedade civil e da indicação dos representantes do poder público; e segundo: da eleição da Diretoria Executiva.

Art.24° - A duração do mandato dos Conselheiros e da diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, sendo possível reeleição, desde que seja garantida a permanência de, no mínimo, 1/3 dos atuais conselheiros.

Art.25° - A eleição poderá ser por voto aberto ou secreto, obedecendo maioria simples, desde que presente na Assembléia, não sendo permitido voto por procuração.

DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art.26° - A eleição dos representantes da sociedade civil, obedecerá a seguinte orientação:

a) Cada setor oficialmente cadastrado no CMASSesa e com assento previsto, será previamente articulado e convocado pela Comissão Eleitoral. Esta convocação constituirá os Fóruns Setorizados de Eleição.
b) Estes setores deverão apresentar, previamente, à Comissão Eleitoral os nomes para a indicação de seus representantes.
c) Estes Fóruns são instâncias de eleição que escolherão 6 (seis) titulares e seus respectivos suplentes para os segmentos, assim, constituídos:

- 03 (três) representantes entre os prestadores de serviços na área de assistência social, que atendam crianças e adolescentes, idosos, famílias e pessoas portadoras de deficiência.
- 01 (um) representante dos usuários do Bolsa Família
- 01 (um) representante dos trabalhadores do setor, indicados pelo Conselho da categoria, ou sejam, CRESS, CPERS ou CRP.
- 01 (um) representante de usuário, escolhido dentre os Sindicatos de Trabalhadores ou Cooperativas, Associações de Moradores, Clube de Mães, entre outros.

d) Cada setor convocado elegerá, dentre suas instituições afins e em seu fórum próprio o seu titular e suplente, podendo ser cada um de instituições diferentes, contemplando uma maior abrangência no Município.

Art.27° - É vedada a candidatura dos membros da Comissão Eleitoral, como também, a participação em qualquer tipo de campanha.

DA INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Art.28° - A indicação dos representantes governamentais ficará a cargo de cada órgão municipal ou Prefeito Municipal, através de documentos à Comissão Eleitoral.

Art. 29° - A Comissão Eleitoral, juntamente com o Presidente do Conselho e de posse dos resultados, encaminhará a nominata dos Conselheiros ao Executivo Municipal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Página 843
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

Art.30° - Caberá ao Prefeito Municipal homologar os novos integrantes do Conselho, através de portaria, e dar posse imediatamente.

DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.31° - A eleição da Diretoria Executiva dar-se-á na Assembléia subsequente ao mês da posse do Conselho.
Parágrafo Único - A Comissão Eleitoral convocará a Assembléia Geral para a eleição da Diretoria, por edital, expedido e protocolado aos Conselheiros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, comunicando dia, hora e local da primeira e segunda convocação, bem como a agenda dos trabalhos.

Art.32° - As eleições serão precedidas por chapas identificadas pelo número recebido ao serem inscritas na secretaria da Comissão Eleitoral, observada a ordem cronológica de entrada, até 07 (sete) dias antes da data marcada para a eleição.
Parágrafo 1° - Em caso de não haver chapa inscrita, a plenária poderá constituí-la.
Parágrafo 2° - A composição da chapas deverá contemplar o critério de paridade.
Parágrafo 3° - A eleição e posse da Diretoria far-se-á na mesma plenária da eleição.

CAPÍTULO V
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.33° - O Fundo Municipal de Assistência Social ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal, depositado em conta especial e sua destinação será conforme o artigo 16 da Lei Municipal n° 989/07, ou seja, em projetos ou atividades aprovados por este Conselho.

Art.34°- O Gestor deste Fundo será o Secretário Municipal da Assistência Social.

Art.35° - São funções do gestor:

a) Movimentar as contas especiais do Fundo Municipal.
b) Cumprir com as demais atribuições previstas na lei de criação do Fundo.

CAPÍTULO VI
DAS PENALIDADES

Art.36° - A perda do mandato ocorrerá:

a) Por renúncia voluntária do Conselheiro ou,
b) Pela destituição, por parte do Conselho, em caso de falta grave, obedecendo os seguintes critérios.
   - Falta a 03 (três) assembléias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa formal à Diretoria Executiva;
   - Desrespeitar este Regimento, ou ainda,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Página 844
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

- Descumprir as determinações da Assembléia.

Parágrafo Único - Caberá a Assembléia decidir, por maioria simples de seus membros, sobre a perda do mandato.

CAPÍTULO VII
DAS PROPOSIÇÕES

Art.37° - As proposições emandas deste Conselho consistirão em:

a) Resoluções;
b) Indicações;
c) Moções;
d) Requerimentos.

Parágrafo Único - As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos.

Art.38° - As resoluções destinam-se a regular matérias de caráter político ou administrativo, sobre as quais deva o Conselho pronunciar-se.

Parágrafo 1° - São requisitos do projeto de resolução:

a) Ementa;
b) Divisão em artigos numerados;
c) Assinatura do autor ou autores;
d) Justificativa.

Parágrafo 2° - As resoluções, após aprovadas e assinadas, serão publicadas no Mural da Prefeitura.

Art.39° - Indicação é a proposição em que são sugeridas medidas de interesse público ao órgão público competente para efetivá-las.

Art.40° - Moção é a propositura através da qual este Conselho aplaude, protesta ou repudia uma medida tomada por órgão público ou não.

Art.41° - Requerimento é a propositura de autoria de qualquer conselheiro dirigido à Presidência sobre matéria de sua competência legal ou regimental.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.42° - A "questão de ordem" é a dúvida levantada sobre a interpretação deste Regimento.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Página 845
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 3748808
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P010005C

Parágrafo 1º - Caberá à Presidência resolver, de pleno, as questões de ordem.

Parágrafo 2º - A Presidência interromperá o depoimento que, iniciado como questão de ordem, não se enquadrar como tal.

Parágrafo 3º - Da decisão ou omissão da Presidência em questão de ordem de qualquer conselheiro cabe recurso a plenária, a ser interposto no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, contados da data e ciência da decisão recorrida.

Art.43º - Este Regimento somente poderá ser alterado, reformado ou substituído, desde que aprovado pela assembléia, através de Resolução.

Parágrafo Único - O projeto de Resolução que visa alterar, reformar ou substituir este Regimento deverá ser proposto por, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) dos membros deste Conselho, aprovado em Assembléia Geral, especialmente, convocada para este fim.

Art.44º - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art.45º - Este Regimento revoga o anterior, entrando em vigor da data de sua aprovação, conforme ata nº 10/2009, através de Resolução nº 04 sendo publicado no Mural da Prefeitura.

Sertão Santana,04 de outubro de 2009

Iara T. Jardim de Oliveira
Pres.do Cons. Mun. de Assist. Social

Maria Laídes Nunes de Decavatá
Secretaria

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F89.279A.D035.EB1D.5812.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748864

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0100094

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Recibo de Envio de Informações Nº 3/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 28/04/2021, às 14h e 05min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social	
2.1) Nome completo:	Iara Terezinha Jardim de Oliveira
2.2) CPF:	23892528004
2.3) E-mail para contato:	iarajosocial@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51998413406
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social.	
3.1) Informar o número da lei.	989
3.2) Informar o ano da lei.	2007
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Conselho de Assistência Social.doc (0,05MB)
4) O Conselho Municipal de Assistência Social possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno Conselho.pdf (4,02MB)
5) O Conselho Municipal de Assistência Social possui caráter:	Deliberativo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 12 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Nomeação.pdf (5,41MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social?	Local aleatório - ocupado conforme a disponibilidade
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Assistência Social possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Assistência Social possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C04.8FA6.9B12.9803.D072.

Página 847
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3748864
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100094

Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário.pdf (2,09MB)

Justificativas e Observações
Questionário não assinado pela responsável. Mora em outro município.

Recibo emitido em 11/06/2021 06:51.

Código de autenticação

UTLJ6-KZSV7-JUMN8

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C04.8FA6.9B12.9803.D072.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec. Administração
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec. Assist. Social
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Agricultura
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Fazenda
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Representantes do Bolsa Família
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Profissionais da Área
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Representante Emater
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C04.8FA6.9B12.9803.D072.

Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sind. Trab. Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	APAE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	gRUPO DA mELHOR IDADE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C04.8FA6.9B12.9803.D072.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	9
Unidade	4
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	244 - Assistência Comunitária
Programa	220
Projeto/atividade	2,129
Dotação autorizada (R$)	354,00
Valor empenhado (R$)	100,00
Valor liquidado (R$)	0,00

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C04.8FA6.9B12.9803.D072.

Página 851
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3748868
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100098

PORTARIA Nº1.614, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **MARIA IAZEMBSKI** e como membro Suplente a Sra. **CELIA MALESSA,** representando o Grupo da Melhor Idade Sertanense.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Desenvolvimento Social

rede SUAS | Sistema de Cadastro | cad SUAS | Nova Pesquisa

Rede Socioassistencial | Órgãos Governamentais | Pessoa Física

Trocar Senha | Ajuda | Sair

Conselho

Identificação | Endereço | Recursos Humanos | Estrutura | Gerencial

* Nome: Responsável

Escolaridade:

Profissão:

* Cargo: Selecionar

Documento de Nomeação:

Pertence à equipe do BPC:

* Carga horária: Selecionar

* Vínculo institucional: Selecionar

* Representação: Selecionar

* Possui Mandato? Sim Não

* Início do Exercício da Função:

Fim do Exercício da Função:

Salvar Cancelar

Visualizar Histórico Exclusão

18 itens encontrados, mostrando todos os itens.

CPF	Nome	Cargo	Profissão	Responsável	Responsável Atual	Início do Exercício da Função	Fim do Exercício da Função	Excluir	Editar
831.906.270-53	GISELE CAMARGO RIBEIRO	SECRETÁRIO(A) EXECUTIVO	Outro profissional de nível superior	Não	Não	27/10/2020	26/06/2022		
021.429.600-81	Gabriela Graboski da Rocha	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Profissional de nível médio	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
001.332.930-84	Andresa Bertoldo Decavata	CONSELHEIRO(A) TITULAR	Sem formação profissional	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
661.516.270-91	Clair Junior de Oliveira Schaffer	VICE-PRESIDENTE	Outro profissional de nível superior	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
238.925.280-04	IARA TERESINHA JARDIM DE OLIVEIRA	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE	Assistente Social	Sim	Sim	26/06/2020	26/06/2022		
499.595.730-87	Angela Goreti Scotton	CONSELHEIRO(A) TITULAR	Sem formação profissional	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
521.033.230-68	Celina Clementina Kram	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Sem formação profissional	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
512.928.150-00	Jeane Maria Prass	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Outro profissional de nível superior	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
749.024.310-68	Celia Maria Malessa	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Sem formação profissional	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
356.063.470-91	Maria Terezinha Avila Collor	CONSELHEIRO(A) TITULAR	Sem formação profissional	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
512.677.990-72	Maria Iazembski	CONSELHEIRO(A) TITULAR	Sem formação profissional	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
556.892.130-04	JOÃO ALBERTO MEYER	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Outro profissional de nível superior	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
816.012.040-00	Cheila Silvana Oppelt	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Outro profissional de nível superior	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
713.250.770-20	GEISELA RENATE ROSENAU	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Sem formação profissional	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
000.940.280-28	DAIANE CURTINAZ SPOLAVORI	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	Assistente Social	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		
007.825.660-73	Aline Rodrigues Pedrozo Lietz	CONSELHEIRO(A) TITULAR	Pedagogo	Não	Não	26/06/2020	26/06/2022		

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Página 853
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3748868
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100098

PORTARIA Nº1.611, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **MARIA TERESINHA ÁVILA COLLOR** e como membro Suplente a Sra. **CELINA KRAMM,** representantes da APAE.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.610, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, o Sr. **FLAVIO AVELINO KOCH** e como membro Suplente a Sra. **GISELA RENATE ROSENAU,** representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertão Santana.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.607, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **ANGELA GORETI SCOTTON DIEGO CHAMORRO DOS SANTOS** e como membro Suplente o Sr. **DIEGO CHAMORRO DOS SANTOS,** representantes da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Página 856
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3748868
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100098

PORTARIA Nº1.604, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, o Sr. **JOÃO ALBERTO MEYER** e como membro Suplente o Sr. **JOSÉ ERNESTO PAPKE,** representantes da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.602, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, o Sr. **CANDIDO NORBERTO DA SILVA** e como membro Suplente a Sra. **SHEILA SILVANA OPPELT,** representantes da Secretaria da Saúde.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.605, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **ALINE RODRIGUES PEDROSO LIETZ** e como membro Suplente a Sra. **GABRIELA GRABOSKI DA ROCHA,** representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.606, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **ANDRESA BERTODO DECAVATÁ MATZEMBACKER** e como membro Suplente a Sra. **JEANE MARIA PRASS,** representantes da Secretaria da Administração e Recursos Humanos.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº1.609, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, o Sr. **CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHÄFFER** e como membro Suplente a Srta. **ARIELE SCOTTON,** representantes da ASCAR/EMATER-RS.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Página 861
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3748868
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100098

PORTARIA Nº1.608, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **MARIA ONDINA GARCIA DA SILVA** e como membro Suplente a Sra. **MARECI SOARES CARDOSO,** representantes dos usuários do Bolsa Família.

SERTÃO SANTANA, em 26 de junho de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº2.464, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Membro do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **CINTIA GIMENES NAVAS e** membro Suplente a Sra. **MARISTANI DE FÁTIMA RANGEL MEYER,** representantes da Secretaria da Educação, Desporto e Cultura.

SERTÃO SANTANA, em 23 de abril de 2019.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Página 863
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 3748868
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0100098

PORTARIA Nº1127, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Presidente, Vice-Presidente, 1ª Secretária e 2ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **IARA TERESINHA JARDIM DE OLIVEIRA,** como Vice-Presidente o Sr. **IGOR FERNANDO GELINSKI BORTOLOTTI,** como 1ª Secretária a Sra. **DAIANE CURTINAZ SPOLAVORI** e como 2ª Secretária a Sra. **GISELA RENATE ROSENAU.**

SERTÃO SANTANA, em 10 de janeiro de 2018.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Assessor de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Página
864
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
14
Peça
3748868
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0100098

PORTARIA Nº3.281, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 989, de 12 de junho de 2007, nomeia como membro Titular do Conselho Municipal da Assistência Social, a Sra. **DAIANE CURTINAZ SPOLAVORI** e como membro Suplente a Sra. **IARA TERESINHA JARDIM DE OLIVEIRA,** representantes do CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

SERTÃO SANTANA, em 20 de junho de 2016.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Diego Régis Rafaelli
Chefe de Gabinete

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº3.560, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga pelo período de dois anos, a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal em Exercício de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Municipal Nº989, de 12 de junho de 2007, em seu artigo 9º, § 6º, PRORROGA pelo período de dois anos, a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, a partir de 26 de junho de 2020.

SERTÃO SANTANA, em 25 de junho de 2020.

MARCOS AURÉLIO KOLOGESKI SOUZA
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se
Renato Adão Burchert
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5117.CEAA.8DC2.7C62.3919.

Processo
02100-0200/20-7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Página da peça
1

Peça
3748889

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01000AD

Recibo de Envio de Informações Nº 7/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 08h e 50min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	Não
2) Informar os dados da(o) Presidente do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4418.78DD.AF5F.2CCE.D0F6.

Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pela(o) Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:52.

Código de autenticação

FJHX6-NPLF4-IZUI3

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4418.78DD.AF5F.2CCE.D0F6.

Processo
02100-0200/20-7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Página da peça
1

Peça
3748870

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010009A

Recibo de Envio de Informações Nº 5/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 08h e 44min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Igualdade Racial?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Igualdade Racial.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Igualdade Racial?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.91C0.6B7B.C133.DB83.5315.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:52.

Código de autenticação

JEVO4-BYGM5-ZDNA5

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.91C0.6B7B.C133.DB83.5315.

Página
870
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748871
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P010009B

LEI Nº 1.348, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e dispõe sobre o Conselho Tutelar.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A política municipal de proteção aos direitos da Criança e do Adolescente far-se-á segundo o disposto nesta Lei, observadas as seguintes linhas de ação:

I – políticas sociais básicas;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI – políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; e

VII – campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 2º O atendimento à Criança e ao Adolescente visa:

I – à proteção à vida e à saúde;

II – à liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais; e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

III – à criação e à educação no seio da família ou, excepcionalmente, em família substituta.

§ 1º. O direito à vida e à saúde é assegurado mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

§ 2º. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
II – opinião e expressão;
III – crença e culto religiosos;
IV – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
V – brincar, praticar esportes e divertir-se;
VI – participar da vida política, na forma da lei; e
VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 3º. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança ou do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

§ 4º. O direito à convivência familiar implica em ser a criança ou o adolescente criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre de pessoas de má-formação ou dependentes de bebidas alcoólicas ou entorpecentes.

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA

Art. 3º São órgãos e instrumentos da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:
I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA;
II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA;
III – Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE; e
IV – Conselho Tutelar.

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, criado pela Lei Municipal Nº514, de 17 de outubro de 2001, como órgão

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

deliberativo, controlador e de cooperação governamental, com a finalidade de auxiliar a Administração na orientação, deliberação e controle da matéria de sua competência, passa a ser regido pelas disposições desta Lei.

Parágrafo único. O COMDICA ficará diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal e funcionará em consonância com os Conselhos Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando-se com os demais órgãos municipais.

Art. 5º O Poder Público Municipal deverá garantir espaço físico adequado para o funcionamento do COMDICA, cuja localização será amplamente divulgada.

Parágrafo único. Será prevista dotação orçamentária específica para o custeio de despesas relativas às suas atividades.

Art. 6º O COMDICA é o órgão encarregado do estudo e da busca de soluções para os problemas relativos à criança e ao adolescente, especialmente no que se refere ao planejamento e à execução de programas de proteção e socioeducativos a eles destinados e em regime de:

I – orientação e apoio sociofamiliar;
II – apoio socioeducativo em meio aberto;
III – colocação familiar;
IV – abrigo;
V – liberdade assistida;
VI – semiliberdade; e
VII – internação.

Art. 7º As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas junto ao COMDICA.

Art. 8º O COMDICA deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem apresentados pelas organizações da sociedade civil para fins de registro, considerando a regulamentação constante na legislação federal pertinente.

§ 1º. Os documentos a serem exigidos visam, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao COMDICA, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º. O COMDICA providenciará a publicação, na imprensa oficial do Município, do registro das entidades que preencherem os requisitos exigidos.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Art. 9º O COMDICA negará registro à entidade que:

I – não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II – não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;

III – esteja irregularmente constituída;

IV – tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

V – não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado, expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis;

VI – que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo e na legislação federal que dispõe sobre políticas para crianças e adolescentes, o COMDICA poderá definir outras situações nas quais o registro das organizações da sociedade civil será negado, por meio de resolução.

Art. 10. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas no art. 9º desta Lei, a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido à entidade pelo COMDICA.

Art. 11. O COMDICA deverá comunicar, sempre que possível de imediato, à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar:

I – a relação de entidades não governamentais registradas junto ao COMDICA para fins de funcionamento;

II – a cassação de registro concedido à entidade;

III – o comprovado atendimento a criança ou adolescente por entidade sem o registro de que trata o art. 7º desta Lei.

Seção I
Da Competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 12. Compete ao COMDICA:

I – fixar critérios de utilização dos recursos depositados no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, mediante planos de aplicação que deverão ser condizentes com as metas e ações previstas nesta Lei;

II – na primeira sessão anual, escolher, dentre seus membros, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário;

III – formular a política municipal de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;

IV – deliberar sobre a convivência e oportunidade de implementação dos programas e serviços destinados ao atendimento das crianças e adolescentes, bem como

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

V – propor modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – elaborar e aprovar seu Regimento Interno, por Resolução, no prazo de 60 dias após a edição desta Lei, a qual será encaminhada ao Prefeito Municipal para publicação na imprensa oficial do Município;

VII – propor ao Executivo e auxiliar na realização de conferências locais destinadas à criação de políticas públicas e à discussão de alternativas que se destinam a assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes;

VIII – opinar sobre a política de formação de pessoal com vista à qualificação do atendimento da criança e do adolescente;

IX – manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres, ou que tenham atuação na proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X – realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI – estabelecer critérios, bem como organizar juntamente com a Poder Executivo, a eleição dos Conselheiros Tutelares, conforme as disposições desta lei;

XII – exercer as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;

XIII – deliberar sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

XIV – divulgar, amplamente, à comunidade, por meio da imprensa oficial do Município:

a) o calendário de suas reuniões;

b) as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

c) os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais;

d) a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

e) o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência; e

f) a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.

Parágrafo único. O COMDICA executará o controle das atividades referidas nos incisos deste artigo, no âmbito municipal, em cooperação com os demais órgãos da Administração, quando for o caso, visando a integrá-las com as atividades assemelhadas dos municípios limítrofes da região.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748871

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P010009B

Seção II
Dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 13. O COMDICA compor-se-á de 5 (cinco) membros designados pelo Prefeito, sendo:

I – 5 (Cinco) representantes do Município, a saber:

a) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura;

c) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

d) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transportes e Trânsito;

e) 1 (Um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;

II – 5 (Cinco) membros, sem qualquer vinculação com o Poder Público Municipal, representantes das seguintes entidades:

a) 1 (Um) representante da Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco;

b) 1 (Um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

c) 1 (Um) representante da APAE;

d) 1 (Um) representante doa 3ª Idade associado em um dos Grupos instalados No Município;

e) 1(Um) representante do CPM da Escola Estadual de Ensino Médio Comendador Eduardo Secco.

Parágrafo único. Os membros do COMDICA serão indicados, por escrito, pelos seus respectivos órgãos ou entidades, de acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes, sendo um titular e o outro suplente, e suas nomeações serão efetuadas por ato próprio do Prefeito Municipal, para um período de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

Art. 14. Não poderão integrar o COMDICA:

I – membros dos Conselhos de políticas públicas;

II – representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III – ocupantes de cargo em comissão e/ou função de confiança do Poder Público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV – Conselheiros Tutelares; e

V – membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Art. 15. O desempenho da função de membro do COMDICA será gratuito e considerado de relevância para o Município.

Art. 16. O integrante do COMDICA terá seu mandato cassado quando:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

I – não comparecer por 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas no período de 1 (um) ano, sem apresentar justificativa; e/ou

II – incorrer em ato infracional incompatível com a função que desempenha, inclusive, com os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, e as normas que tratam da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 17. A cassação do mandato dos integrantes do COMDICA demandará a instauração de procedimento administrativo específico, a ser instaurado no âmbito do próprio Conselho, por despacho do Presidente, com a garantia do contraditório e ampla defesa.

§ 1º. Ao procedimento, no que couber, aplicar-se-ão as regras dos arts. 74 a 104.

§ 2º. A decisão deverá ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do respectivo Conselho.

§ 3º. Sendo cassado o mandato do conselheiro em exercício, o suplente passará à condição de titular.

Art. 18. Os membros do COMDICA reunir-se-ão, no mínimo, a cada mês, e, extraordinariamente, quando necessário, em sessões abertas ao público.

Art. 19. As reuniões e o funcionamento do COMDICA seguirão o disposto no seu Regimento Interno, que será elaborado de acordo com o previsto no art. 12, VI desta Lei.

Art. 20. O COMDICA manifestar-se-á por meio de Resoluções, Recomendações, Moções e outros atos deliberativos.

CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Art. 21. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICA, criado pela Lei Municipal Nº514, de 17 de outubro de 2001, vinculado ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, destinado a suportar as despesas dos programas que visem à preservação e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, passa a ser regido pelas disposições desta Lei.

Seção I
Dos Recursos do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente

Art. 22. Constituem recursos do FUMDICA:

I – os aprovados em lei municipal, constantes dos orçamentos;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

II – os recebidos de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, em doação;

III – os auxílios e subvenções específicos concedidos por órgãos públicos;

IV – os provenientes de multas impostas judicialmente em ações que visem à proteção de interesses individuais, difusos ou coletivos, próprios da infância e da adolescência;

V – os provenientes de financiamentos obtidos em instituições públicas ou privadas;

VI – os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades e dos demais bens; e

VII – os recursos públicos que lhes forem repassados por outras esferas de governo.

Seção II
Da aplicação dos recursos do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente

Art. 23. Os recursos do FUMDICA, após aprovação, pelo COMDICA, do plano de aplicação encaminhado pelo Poder Executivo, destinar-se-ão ao financiamento das seguintes ações governamentais e não-governamentais:

I – desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por, no máximo, 3 (três) anos a contar do seu início, relacionados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II – acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente órfão ou abandonado;

III – programas e projetos de pesquisa e de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV – programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos órgãos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

V – desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI – ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 24. É vedada a utilização dos recursos do FUMDICA em despesas não identificadas diretamente com as suas finalidades, de acordo com os objetivos determinados na Lei da sua instituição, em especial nas seguintes situações:

I – aplicação dos valores sem a prévia deliberação do COMDICA;

II – manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, bem como quaisquer outras despesas relacionadas aos seus serviços;

III – manutenção e funcionamento do COMDICA;

IV – financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado e que disponham de fundo específico, nos termos da legislação pertinente; e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

V – investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política dos direitos da criança e do adolescente.

Seção III
Da Administração do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 25. O FUMDICA será gerido pelo Prefeito Municipal, observadas as diretrizes emanadas do COMDICA.

§ 1º. A Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento manterá os controles contábeis e financeiros das movimentações dos recursos do FUMDICA, obedecido ao disposto na legislação pertinente.

§ 2º. Os recursos do FUMDICA serão depositados em conta especial em estabelecimento oficial de crédito, na forma de regulamento.

§ 3º. Obedecida à programação financeira previamente aprovada, o excesso de caixa existente será aplicado no mercado de capitais, através de banco oficial.

Art. 26. Cabe ao Poder Executivo Municipal, após deliberação, aprovação, registro e inscrição dos programas relacionados à política da criança e do adolescente pelo COMDICA, formalizar os convênios para repasse de recursos do FUMDICA, bem como a sua operacionalização, fiscalização, controle e julgamento de prestações de contas.

Art. 27. O COMDICA manterá cadastro com o registro e a inscrição dos programas das entidades governamentais e das organizações da sociedade civil, com seus regimes de atendimento, que pleiteiem ou sejam beneficiários de recursos do FUMDICA.

§ 1º. É vedada a participação dos membros do COMDICA na comissão de avaliação e seleção dos programas apresentados pelas entidades governamentais e das organizações da sociedade civil de que sejam representantes e que possam vir a ser beneficiários dos recursos do FUMDICA.

§ 2º. O registro e a inscrição de novos programas de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, bem como o recadastramento daqueles já vinculados ao Município, deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos, podendo ser efetuada em menor tempo.

§ 3º. O registro e a inscrição, para fins de cadastramento e de recadastramento de que trata o § 2º deste artigo, ocorrerá por meio de convocação dos interessados,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

mediante publicação de edital de chamada pública na imprensa oficial do Município, na forma de regulamento aprovado por Resolução do COMDICA.

§ 4º. O COMDICA expedirá ato próprio indicando as entidades governamentais e das organizações da sociedade civil devidamente cadastradas e cujos programas tenham sido selecionados para serem contemplados com recursos do FUMDICA, o qual será encaminhado ao Poder Executivo Municipal para a publicação oficial.

§ 5º. Sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo, a relação de entidades governamentais e das organizações da sociedade civil cadastradas e cujos programas tenham sido selecionados será comunicada, pelo COMDICA, ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Conselho Tutelar e ao representante do Ministério Público, mediante ofício com aviso de recebimento.

§ 6º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos na legislação que trata dos direitos da criança e do adolescente e/ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo COMDICA.

Art. 28. Aplicam-se subsidiariamente a legislação que estabelece as normas gerais de licitação, bem como as normas municipais que dispõem sobre os convênios celebrados no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município, no que couberem, aos repasses de recursos do FUMDICA para entidades governamentais e não governamentais.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal designará servidor(es) para fiscalizar a execução dos convênios que envolvem o repasse de recursos do FUMDICA, os quais poderão ser acompanhados, na atividade de fiscalização, pelos membros do COMDICA.

§ 1º. Todos os atos de fiscalização deverão ser registrados em planilhas ou diários, os quais serão mantidos em arquivo pela Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.

§ 2º. Compete exclusivamente ao(s) servidor(es) designado(s) pela Administração como fiscal(is) a prerrogativa de orientar as entidades beneficiárias do FUMDICA acerca dos atos relacionados ao convênio.

§ 3º. Em qualquer hipótese, o gestor do FUMDICA poderá intervir junto ao(s) fiscal(is), de modo a garantir a boa e regular aplicação dos recursos transferidos às entidades convenentes.

§ 4º. Os membros do COMDICA, quando tiverem ciência de alguma irregularidade na execução de convênios que envolvam recursos do FUMDICA, seja pelo descumprimento de obrigações da entidade beneficiária ou por parte da própria

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Administração Pública, deverão informar ao Prefeito, por escrito e mediante protocolo, os fatos e/ou atos do seu conhecimento, de forma detalhada.

§ 5º. É facultado ao COMDICA encaminhar cópia da comunicação de que trata o § 3º deste artigo ao(s) fiscal(is) do convênio e à Unidade Central de Controle Interno.

Art. 30. A entidade beneficiária dos recursos do FUMDICA estará obrigada a prestar contas do valor recebido, no prazo máximo e na forma estabelecidos em decreto regulamentar.

§ 1º. A prestação de contas deverá ser protocolada na Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, contendo os documentos previstos no termo de convênio assinado, bem como outros que vierem a ser objeto de regulamento próprio, e formará processo administrativo próprio.

§ 2º. O recebimento da prestação de contas não implica a sua aceitação como regular, o que dependerá de análise e decisão fundamentada.

§ 3º. Após o processamento da prestação de contas, que deverá assegurar o contraditório e a ampla defesa à entidade interessada, o processo será encaminhado ao COMDICA, para deliberação e parecer sobre o cumprimento dos objetivos propostos.

§ 4º. A manifestação do COMDICA é requisito para o regular julgamento da prestação de contas, embora não gere efeito vinculante em relação aos aspectos técnicos, que deverão ser analisados pela Administração Pública.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Art. 31. Fica instituído o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE, conjunto de regras, serviços e ações destinadas à execução de medidas socioeducativas, destinado a prestar assistência especializada às crianças e aos adolescentes autores de ato infracional.

Art. 32. Para o cumprimento dos objetivos do SIMASE, será elaborado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com os Planos Nacional e Estadual.

§ 1º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo deverá contemplar ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e o esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na legislação que trata dos direitos da criança e do adolescente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

§ 2º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo indicará o órgão administrativo que terá funções executiva e de gestão do SIMASE.

§ 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será submetido à deliberação do COMDICA.

Art. 33. Ao órgão executivo gestor do SIMASE compete:

I – formular, instituir, coordenar e manter o Sistema, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado;

II – criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

III – editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do Sistema;

IV – cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e

V – cofinanciar a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Art. 34. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, na forma da lei, a operacionalização do SIMASE.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO TUTELAR
Seção I
Da sua criação, natureza e atribuições

Art. 35. O Conselho Tutelar do Município, criado pela Lei Municipal Nº514, de 17 de outubro de 2001, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, passa a ser regido pelas disposições desta Lei.

Art. 36. O Conselho Tutelar do Município é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, integrante da administração pública local, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local.

Parágrafo único. Enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina aos Poderes Executivo e Legislativo municipais, ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público.

Art. 37. São atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender às crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas em Lei;

III – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar serviços públicos no âmbito do Município, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judicial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

a) encaminhamento de pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;

c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

e) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

f) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

g) abrigo em entidade;

h) colocação em família substituta.

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no inciso II do § 3º do artigo 220 da Constituição da República de 1988;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Parágrafo Único. O Conselho Tutelar elaborará seu Regimento Interno, a ser oficializado por ato do Poder Executivo.

Seção II
Da estrutura e funcionamento

Art. 38. As Secretarias e Departamentos do Município darão ao Conselho Tutelar o apoio técnico e administrativo necessário à realização de suas finalidades e atribuições, em consonância com os programas estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá colocar servidores à disposição do Conselho Tutelar, por solicitação deste, para exercer trabalhos auxiliares e de secretaria.

Art. 39. O Conselho Tutelar funcionará em prédio disponibilizado pelo Município, de segundas a sextas-feiras, no horário das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.

§ 1º. Além do horário de expediente, o Conselho Tutelar manterá plantão nos dias de semana, à noite, e nos sábados, domingos e feriados, durante as vinte e quatro horas do dia.

§ 2º. Para o funcionamento dos plantões será organizada uma escala de horários de atendimento, que deverá ser divulgada nos meios de comunicação de massa, com indicação da forma de localização e dos telefones dos membros do Conselho Tutelar designados para o plantão.

§ 3º. A escala também deverá ser entregue, com antecedência mínima de sete dias, à Delegacia de Polícia, ao Comando da Brigada Militar e ao Juiz Diretor do Foro local.

Seção III
Do processo de escolha e do mandato dos Conselheiros Tutelares

Art. 40. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá através de eleição pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município, presidida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público, na forma da lei.

§ 1º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 41. O mandato dos Conselheiros Tutelares é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 1º. A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do Conselheiro Tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

§ 2º. Nos casos em que o Conselheiro Tutelar tenha sido eleito como suplente e, no curso do mandato, assumido a condição de titular, em definitivo, também somente poderá ser reconduzido uma única vez, independentemente do período em que permaneceu no mandato.

Art. 42. São requisitos para candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar:
I – reconhecida idoneidade moral;
II – idade superior a 21 anos;
III – residir no Município; e
IV – ser eleitor.

§ 1º. Os requisitos referidos nos incisos I a IV deste artigo devem ser exigidos também para a posse e mantidos pelo período que durar o mandato, como condição para o exercício da função de Conselheiro Tutelar.

§ 2º. Para a posse será exigido também o comprovante da escolaridade mínima em nível de Ensino Médio.

Art. 43. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 1º. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

§ 2º. A inexistência do impedimento de que trata o caput deste artigo deverá ser verificada quando da posse do Conselheiro Tutelar e mantida durante o curso do mandato.

Art. 44. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção IV
Da posse, remuneração e direitos dos Conselheiros Tutelares

Art. 45. A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos ocorrerá, a cada quatro anos, em 10 de janeiro do ano subsequente ao da respectiva eleição.

§ 1º. A posse também pode ser dada, no curso do mandato, ao Conselheiro Tutelar eleito como suplente, quando assumir a posição de titular, em definitivo.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

§ 2º. Nos casos de substituição temporária do titular pelo suplente não há a necessidade de posse.

Art. 46. Dentre os Conselheiros eleitos, um será escolhido pelos seus pares para presidir o Conselho Tutelar pelo período de 1 (um) ano, admitida a recondução.

Art. 47. Sendo eleito servidor público municipal, este gozará da licença para desempenho de Mandato de Conselheiro Tutelar, sem remuneração.

Art. 48. Em caso de afastamento para concorrer a mandato eletivo federal, estadual ou municipal, o Conselheiro Tutelar deverá retornar ao desempenho do mandato no dia imediatamente posterior ao da realização das eleições.

Art. 49. Os Conselheiros Tutelares receberão, a título de remuneração mensal, o valor de 1 (um) salário mínimo nacional.

Art. 50. Ficam assegurados ao Conselheiro Tutelar, ainda, os seguintes direitos:
I – gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de um terço sobre a remuneração mensal;
II – afastamento por ocasião da licença-maternidade, custeada pelo regime de previdência a que estiver vinculado;
III – licença-paternidade de 5 (cinco) dias;
IV – décima terceira gratificação a ser paga no mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. No último ano de mandato as férias serão indenizadas, salvo se o Conselheiro for reconduzido à função, hipótese em que o gozo dar-se-á no primeiro ano do mandato seguinte.

Art. 51. Os Conselheiros Tutelares terão direito a ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu Município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho, nos moldes da Lei Municipal nº. 08, de 19 de janeiro de 1993.

Art. 52. Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados nos seguintes casos:
I – nas férias do titular;
II – quando as licenças a que fizerem jus os titulares excederem a 15 dias;
III – no caso de afastamento preventivo, renúncia, cassação ou falecimento do titular.

§ 1º. Os suplentes serão chamados conforme a sua ordem de classificação no processo de escolha, do mais votado ao menos votado, recaindo cada necessidade de substituição sobre um deles, salvo quando se tratar de substituição em caráter definitivo,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

quando o suplente melhor classificado no processo de escolha terá sempre prioridade sobre os demais para assumir como membro titular.

§ 2º. Para substituições temporárias, uma vez chamados todos os suplentes, reinicia-se a ordem de classificação nas demais situações em que houver necessidade.

§ 3º. Reassumindo o titular, encerra-se a convocação do suplente, que perceberá a remuneração e a gratificação natalina proporcional ao período de exercício da função em substituição.

§ 4º. No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, seguindo o procedimento de escolha regular, conforme lei específica.

§ 5º. Os Conselheiros eleitos no processo de escolha suplementar exercerão as funções somente pelo período restante do mandato original.

Seção V
Do regime disciplinar dos Conselheiros Tutelares

Art. 53. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

I – manter conduta pública e particular ilibada;

II – zelar pelo prestígio da instituição a que serve;

III – indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV – obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V – comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI – desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII – declarar-se suspeitos;

VIII – declarar-se impedidos, nos termos do art. 43;

IX – adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

X – tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XI– residir no Município;

XII – prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XIII – identificar-se em suas manifestações funcionais; e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

XIV – atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 54. É vedado aos Conselheiros Tutelares:

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II – utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

III – ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

IV – opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

V – delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VI – valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VII – receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VIII – proceder de forma desidiosa;

IX – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

X – exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XI – deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei n° 8.069, de 1990; e

XII – descumprir os deveres funcionais mencionados no art. 53 desta Lei.

Subseção I
Das penalidades

Art. 55. São penalidades disciplinares aplicáveis ao Conselheiro Tutelar, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o direito de defesa:

I – advertência;

II – suspensão do exercício da função;

III – cassação do mandato.

Art. 56. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748871

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010009B

Art. 57. Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.

Parágrafo único. No caso de infrações simultâneas, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na gradação da penalidade.

Art. 58. A pena de advertência ou suspensão do exercício da função será aplicada, por escrito, na inobservância de dever ou proibição previsto em lei, regulamento ou norma interna que não importe em cassação do mandato.

Art. 59. A pena de suspensão, que importa, além do afastamento, na perda da remuneração, não poderá ultrapassar sessenta dias.

Art. 60. A penalidade de cassação do mandato será aplicada ao Conselheiro Tutelar no caso de cometimento de falta grave.

Art. 61. Para os fins desta lei, considera-se falta grave as seguintes ocorrências, atribuídas ao Conselheiro Tutelar:

I – prática de crime;

II – abandono da função de Conselheiro Tutelar;

III– inassiduidade ou impontualidade habituais;

IV – prática de ato de improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa;

VI – ofensa física contra qualquer pessoa, cometida em no exercício da função, salvo em legítima defesa;

VII – revelação de segredo apropriado em razão da função;

VIII – corrupção;

IX – acumulação do exercício da função de conselheiro com cargos, empregos públicos ou privados e/ou funções; e

X – transgressão do artigo 53, incisos I e II e VI ao X.

§ 1º. Configura abandono da função a ausência intencional ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

§ 2º. A cassação do mandato por inassiduidade ou impontualidade somente será aplicada quando caracterizada a habitualidade, de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações do Conselheiro, após anteriores punições por advertência ou suspensão.

Art. 62. A aplicação de penalidade é de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Parágrafo único. O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a identificação da sindicância ou processo administrativo disciplinar que lhe serviu de base.

Art. 63. A ação disciplinar prescreverá em cinco anos a contar da data em que a autoridade processante tomar conhecimento do cometimento da falta.

§ 1º. A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

§ 2º. A instauração de sindicância punitiva ou de processo administrativo disciplinar interromperá a prescrição.

§ 3º. Na hipótese do § 2º deste artigo, o prazo prescricional recomeçará a correr no dia imediato ao da interrupção.

Subseção II
Da Corregedoria do Conselho Tutelar

Art. 64. É criada a Corregedoria do Conselho Tutelar, órgão de controle de seu funcionamento, que terá a seguinte composição:

I – 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de

II – 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal; e

III – 1 (um) representante do Conselho Tutelar.

§ 1º. A Corregedoria, em deliberação por maioria, escolherá, um de seus membros, para o exercício da função de Corregedor-Geral.

§ 2º. O exercício da função de membro da Corregedoria será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 65. Compete à Corregedoria:

I – fiscalizar o cumprimento de horário e o regime de trabalho dos Conselheiros Tutelares, a efetividade e a forma de plantão, de modo a compatibilizar o atendimento à necessidade da população 24 horas por dia; e

II – instaurar e conduzir procedimento administrativo disciplinar em razão da inobservância de deveres, violação de proibições e prática de falta grave cometida pelos um Conselheiro Tutelar no desempenho de suas funções;

Art. 66. Ao tomar ciência de irregularidade no desempenho das atividades e no funcionamento do Conselho Tutelar, o Corregedor-Geral é obrigado a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

§ 1º. Quando o fato denunciado, de modo evidente, não configurar infração disciplinar, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 2º. Na hipótese do relatório da sindicância ou do processo administrativo disciplinar concluir pela prática de crime, o Corregedor-Geral oficiará ao Ministério Público e remeterá cópia dos autos.

Art. 67. As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas em processo regular com direito a plena defesa, por meio de:

I – sindicância investigatória, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o Conselheiro faltoso;

II – sindicância disciplinar, quando a ação ou omissão torne o Conselheiro passível de aplicação das penas de advertência e suspensão;

III – processo administrativo disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o Conselheiro passível da aplicação da pena de cassação de mandato.

Subseção III
Do Afastamento Preventivo do Conselheiro Tutelar

Art. 68. O Corregedor-Geral poderá determinar o afastamento preventivo do Conselheiro Tutelar até sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta se, fundamentadamente, houver necessidade de seu afastamento para apuração de falta a ele imputada.

Art. 69. O Conselheiro Tutelar fará jus à remuneração integral durante o período de afastamento preventivo.

Subseção IV
Da Sindicância Investigatória

Art. 70. A sindicância investigatória será conduzida por um dos Corregedores ou, a critério do Corregedor-Geral, considerando o fato a ser apurado, por comissão de três Corregedores.

§ 1º. O sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do responsável, apresentando, no prazo máximo de trinta dias, relatório a respeito.

§ 2º. Preliminarmente, deverá ser ouvido o denunciante e o Conselheiro ou Conselheiros referidos, se houver.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

§ 3º. Reunidos os elementos apurados, o sindicante ou comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual a irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições legais.

§ 4º. O Corregedor-Geral, de posse do relatório, acompanhado dos elementos coletados na investigação, decidirá, no prazo de cinco dias úteis:

I – pela instauração de sindicância disciplinar;

II – pela instauração de processo administrativo disciplinar; ou

III – pelo arquivamento do procedimento.

§ 5º. Entendendo o Corregedor-Geral que os fatos não estão devidamente elucidados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a dez dias úteis.

§ 6º. De posse do novo relatório e elementos complementares, o Corregedor-Geral decidirá no prazo e nos termos do § 4º deste artigo.

Subseção V
Da Sindicância Disciplinar

Art. 71. A sindicância disciplinar será conduzida por comissão de três Corregedores, designados pelo Corregedor-Geral, que indicará, entre eles, o seu presidente.

§ 1º. A comissão efetuará as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, apresentando, no prazo de trinta dias, relatório a respeito, podendo o prazo ser prorrogado por mais trinta dias, por solicitação fundamentada da comissão sindicante.

§ 2º. Preliminarmente, deverá ser ouvido o Conselheiro Tutelar sindicado, passando-se, após, à instrução.

§ 3º. O Conselheiro Tutelar sindicado será intimado pessoalmente da instalação da sindicância e da audiência para seu interrogatório, com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas.

§ 4º. Na audiência, a comissão promoverá o interrogatório do sindicado, concedendo-lhe, em seguida, o prazo de dois dias para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de três.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

§ 5º. Havendo mais de um sindicado, o prazo será comum e de quatro dias, contados a partir do interrogatório do último deles.

§ 6º. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 7º. Concluída a instrução, o sindicado será intimado para apresentar defesa final no prazo de cinco dias.

§ 8º. Reunidos os elementos apurados, caberá à comissão elaborar relatório conclusivo, indicando:

I – a irregularidade ou transgressão, o seu enquadramento nas disposições legais e a penalidade a ser aplicada;

II – a abertura de processo administrativo disciplinar quando a falta apurada sujeitar o Conselheiro Tutelar à aplicação de penalidade de cassação do mandato; e

III – o arquivamento da sindicância.

Art. 72. O Corregedor-Geral, de posse do relatório, acompanhado dos elementos coletados na instrução, decidirá, no prazo de cinco dias:

I – pela aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;

II – pela instauração de processo administrativo disciplinar; ou

III – pelo arquivamento da sindicância.

§ 1º. Entendendo o Corregedor-Geral que os fatos não estão devidamente elucidados, devolverá o processo à comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a dez dias úteis.

§ 2º. De posse do novo relatório e elementos complementares, o Corregedor-Geral decidirá no prazo do *caput* deste artigo.

Art. 73. Aplicam-se, supletivamente, à sindicância disciplinar, as normas de processo administrativo disciplinar previstas nesta Lei.

Subseção VI
Do processo administrativo disciplinar

Art. 74. O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de três Corregedores, designada pelo Corregedor-Geral que indicará, dentre eles, o seu Presidente.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Art. 75. O processo administrativo observará o contraditório e assegurará a ampla defesa ao acusado, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 76. Quando o processo administrativo disciplinar resultar de prévia sindicância, o relatório desta e o julgamento da autoridade competente integrarão os autos, como peça informativa.

Art. 77. O prazo para a conclusão do processo não excederá sessenta dias, contados da data da reunião de instalação da comissão, admitida a prorrogação por mais trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem, mediante ato da autoridade que determinou a sua instauração.

Art. 78. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 79. Ao instalar os trabalhos da comissão, o Presidente determinará a autuação da portaria e demais peças existentes e a expedição do mandado de citação ao indiciado, designando dia, hora e local para o seu interrogatório.

Parágrafo único. A comissão terá como secretário Corregedor designado pelo presidente.

Art. 80. A citação do indiciado deverá ser feita pessoalmente e mediante contra-recibo, com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência em relação à audiência inicial e conterá dia, hora e local e qualificação do indiciado e a falta que lhe é imputada, com descrição dos fatos.

§ 1º. Caso o indiciado se recuse a receber a citação, deverá o fato ser certificado, com assinatura de, no mínimo, duas testemunhas.

§ 2º. Estando o indiciado ausente do Município, se conhecido seu endereço, será citado por via postal, com carta registrada, juntando–se ao processo o comprovante do registro e o aviso de recebimento.

§ 3º. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, divulgado como os demais atos oficiais do Município e publicado pelo menos uma vez em jornal de circulação, no mínimo, na região a que pertence o Município, com prazo de quinze dias.

Art. 81. Em caso de revelia, caracterizada pelo não comparecimento ao interrogatório após regular citação, o presidente da comissão processante designará, de ofício, um defensor para atuar na defesa do indiciado, podendo, para tanto, solicitar ao Prefeito Municipal a designação de um servidor público, dando-se preferência a servidor que seja formado em curso de ciências jurídicas, quando possível.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Art. 82. O indiciado poderá constituir advogado para fazer a sua defesa.

Art. 83. Na audiência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indiciado, concedendo-lhe, em seguida, o prazo de três dias para oferecer alegações escritas, requerer provas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco.

§ 1º. Havendo mais de um indiciado, o prazo será comum e de seis dias, contados a partir do interrogatório do último deles.

§ 2º. O indiciado ou seu advogado terão vista do processo na repartição, podendo ser fornecida cópia de inteiro teor mediante requerimento e reposição do custo.

Art. 84. A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 85. O indiciado tem o direito de, pessoalmente ou por intermédio de procurador, assistir aos atos probatórios que se realizarem perante a comissão.

§ 1º. De todos os atos probatórios deverão ser intimados, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, o indiciado e seu advogado.

§ 2º. A intimação relativa à audiência de inquirição deverá conter o rol de testemunhas.

Art. 86. O Presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, motivadamente.

Art. 87. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do intimado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

Art. 88. A comissão inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente:
I – primeiro aquelas referidas na denúncia ou arroladas de ofício; e
II – por último as do indiciado.

Parágrafo único. Nenhuma testemunha pode ouvir o depoimento da(s) outra(s).

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Art. 89. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Art. 90. Antes de depor, a testemunha será qualificada, declarando o nome por inteiro, a profissão, a residência e o estado civil, bem como se tem relações de parentesco com o indiciado, ou interesse no objeto do processo.

§ 1º. É lícito ao indiciado contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição.

§ 2º. Se a testemunha negar os fatos que lhe são imputados o indiciado poderá provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até três, apresentadas no ato e inquiridas em separado.

§ 3º. Sendo provados ou confessados os fatos, a comissão dispensará a testemunha, ou lhe tomará o depoimento, independentemente de compromisso.

Art. 91. Ao início da inquirição, a testemunha prestará o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Parágrafo único. O Presidente da comissão advertirá à testemunha que incorre em sanção penal quem faz a afirmação falsa, cala ou oculta a verdade.

Art. 92. O Presidente da comissão inquirirá a testemunha sobre os fatos, concedendo em seguida a oportunidade para que o indiciado ou seu advogado, formule perguntas tendentes a esclarecer ou complementar o depoimento.

Parágrafo único. Mediante requerimento do indiciado ou de seu advogado as perguntas indeferidas serão transcritas no termo.

Art. 93. Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 94. Concluída a inquirição de testemunhas, poderá a comissão processante, se julgar útil ao esclarecimento dos fatos, reinterrogar o indiciado.

Art. 95. Ultimada a instrução do processo, o indiciado ou seu advogado será intimado, via mandado, por carta postal ou ciência nos autos, de que dispõe de prazo de vinte e quatro horas para requerer diligências, cuja necessidade ou conveniência se origine de circunstâncias ou de fatos apurados na instrução.

§ 1º. Não havendo requerimento do indiciado, ou concluídas as diligências, será concedido prazo de dez dias para apresentação de defesa escrita, assegurando–se vista

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

do processo na repartição e sendo fornecida cópia de inteiro teor, mediante requerimento e reposição do custo.

§ 2º. O prazo de defesa será comum e de quinze dias se forem dois ou mais os indiciados.

Art. 96. Após o decurso do prazo, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório, no qual constarão em relação a cada indiciado, separadamente, as irregularidades de que foi acusado, as provas que instruíram o processo e as razões de defesa, propondo, justificadamente, a absolvição ou punição do indiciado, e indicando a pena cabível e seu fundamento legal.

Art. 97. O processo será remetido ao Corregedor-Geral, dentro de dez dias contados do término do prazo para apresentação da defesa.

Parágrafo único. A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar esclarecimentos ou cumprir diligências julgadas necessárias.

Art. 98. Recebidos os autos, o Corregedor-Geral poderá, dentro de cinco dias:
I – pedir esclarecimentos ou determinar diligências que entender necessárias à comissão processante, estabelecendo prazo para cumprimento; ou
II – encaminhar os autos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberação acerca da pena a ser aplicada.

Art. 99. As irregularidades processuais que não constituam vícios substanciais insanáveis, suscetíveis de influírem na apuração da verdade ou na decisão do processo, não lhe determinarão a nulidade.

Subseção VII
Do Pedido de Reconsideração e do Recurso

Art. 100. Da decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que aplicar penalidade à Conselheiro Tutelar é garantido o direito de pedir reconsideração e recorrer, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Parágrafo único. As petições, salvo determinação expressa em regulamento, serão dirigidas à autoridade competente e terão decisão no prazo de trinta dias.

Art. 101. O pedido de reconsideração deverá conter novos argumentos ou provas suscetíveis de reformar da decisão.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração, admitido uma única vez, será submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberação em plenária.

Art. 102. Caberá recurso ao Prefeito Municipal, como última instância administrativa.

Art. 103. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da data da ciência do Conselheiro Tutelar da decisão, mediante notificação pessoal ou da publicação do despacho, o que ocorrer por último.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo e, se providos, seus efeitos retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 104. É assegurado o direito de vista do processo ao Conselheiro Tutelar ou ao seu representante legal.

TÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 105. O mandato dos Conselheiros Tutelares atualmente vigente fica prorrogado até o dia 9 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. A prorrogação a que se refere o *caput* não tem característica de novo mandato para fins de recondução do Conselheiro Tutelar.

Art. 106. As despesas com a execução dos programas de atendimento à Criança e do Adolescente terão a cobertura do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, na forma do artigo 21 desta Lei.

Art. 107. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº. 514 de 17 de outubro de 2001.

SERTÃO SANTANA, em 17 de março de 2015.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Nelson Ricardo Storck
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.962E.5AE7.AF0C.5EC8.8329.

Página
898
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3748890
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01000AE

Regimento interno

Conselho Tutelar de Sertão Santana

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. O presente regimento interno disciplina o funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Sertão Santana , vinculado à Secretaria Municipal/Departamento (Gabinete do Prefeito), conforme prevê a lei Municipal n° 1.348, de 17 de Março de 2015 e pela lei Federal n°8069 de 13 de Junho de 1990.

Art. 2°. O Conselho Tutelar é composto por cinco (05) membros, eleitas pelos cidadãos locais para mandato de quatro (04) anos, nomeados pelo Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recondução livre.

Art. 3°. O Conselho Tutelar de Sertão Santana funcionará à:

Rua Rosa Feiden, n°55, Bairro Centro, Sertão Santana/RS,

CEP: 92850-000

Fone:997019173

e-mail: ctsertaosantana@hotmail.com

§ 1°. O atendimento ao público será de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h, na sede do conselho. Das 17h às 8h do dia seguinte sobreaviso com o telefone.

§ 2°. Aos sábados, domingos e feriados e período noturno permanecerá um sobreaviso domiciliar, mediante escala de serviços e as demais estarão em sobreaviso, caso ocorra emergências graves.

§3°. O atendimento a população em horário comercial, será efetuado por duas conselheiras na sede e uma de sobreaviso.

§4° .O conselheiro de plantão que por necessidade do serviço se afastar da sede do conselho, chamará o sobreaviso conforme escala.

Capítulo II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4°. O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei n° 8.069/90.

Art. 5°. São atribuições dos Conselheiros:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101. I a VII;

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4263.251C.A19E.B503.F85B.

I I - atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129 I a VII;

I I I - fiscalizar as Entidades de atendimento, conforme o art. 95;

I V - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar serviços públicos na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

V - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os Direitos da criança e do adolescente (Art. 223 a 258 - E.C.A.);

V I - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência (Art. 148);

V I I - providenciar a medida estabelecida p ela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

V I I I - expedir notificações;

IX - requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessárias;

X - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos nos arts. 220, & 3° art. inciso II da Constituição Federal;

XII- representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspenção do poder familiar.

Capítulo III

DA COMPETÊNCIA

Art 6°. A área de atendimento do Conselho será o município em sua totalidade, respeitando as regras de competência estabelecida pelo art. 138, do eca(lei Federal n°8.069/90), sendo a mesma determinada pelo art. 147 do mesmo diploma legal como sendo: que aplica ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do art. 147.

I - Do domicílio dos pais ou responsáveis;

I I - Do local onde se encontra a criança ou o adolescente, à falta de pais ou responsáveis.

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4263.251C.A19E.B503.F85B.

Processo 02100-0200/20-7

Página da peça 3

Peça 3748890

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01000AE

Capítulo IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art, 8°, São órgãos do Conselho Tutelar:

I - Plenário

I I - Presidência

I I I - Serviços Administrativos

Seção I

DO PLENÁRIO

Art, 9°, O Conselho se reunirá ordinariamente e extraordinariamente,

§ 1. As sessões ordinárias ocorrerão toda semana, das 13h às 17 horas, com maioria simples de presenças.

§ 2. As sessões objetivarão o estudo de casos planejamento e avaliação de ações, análise da prática, buscando o aperfeiçoamento do funcionamento do Conselho Tutelar e o referendo das medidas tomadas individualmente.

§ 3. Irão à deliberação os as assuntos de maior relevância, ou que exigirem estudo mais aprofundado.

§4. As sessões extraordinárias serão tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação de, no mínimo três de seus membros.

Art. 10. As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos conselheiros presentes à sessão, respeitadas disposições definidas em lei.

Art. 11. De cada sessão plenária do Conselho, será lavrada uma ata assinada pelos Conselheiros presentes registrando os assuntos tratados e as deliberações tomadas.

Art. 12. Poderão participar das reuniões, mediante convite, sem direito a voto, representantes e dirigentes de instituições, cujas atividades contribuam para a realização dos objetivos do Conselho.

Seção II

DA COORDENAÇÃO

Art. 13. O Conselho elegerá, entre os membros que o compõem, um coordenador, um vice e um secretario, através de voto secreto por maioria simples.

§ 1 . O mandato do coordenador terá duração de 01 (um) ano, permitida a recondução por mais um mandato.

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4263.251C.A19E.B503.F85B.

Processo 02100-0200/20-7

Peça 3748890

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01000AE

§ 2.: Na ausência ou impedimento do coordenador, a coordenadoria será exercida pela vice coordenador, conforme deliberação da plenária.

§ 3.Caso o coordenador perder seu mandato de Conselheiro ou pedir demissão do cargo da diretoria haverá imediatamente nova eleição.

Art. 14. São atribuições do coordenador:

I - presidir as reuniões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, com direito a voto;

I I - convocar sessões ordinárias e extraordinárias;

I I I - representar o Conselho Tutelar, ou delegar a sua representação;

I V - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - propor ao representante legal do órgão ao qual está vinculado, a designação de funcionários ao funcionamento do Conselho Tutelar;

V I - velar pela fiel aplicação e respeito no Estatuto da Criança e do Adolescente;

V I I - reuniões do C.M.D.C.A.

V I I I – Decidir com voto de qualidade os votos de empate nas votações

Seção III

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 15. A Secretaria compete:

I - orientar, coordenar e fiscalizar o serviço de recepção;

I I - secretariar as reuniões conjuntas;

I I I - manter sob sua guarda livros, fichas, documentos e papéis do Conselho Tutelar;

I V - prestar as informações que lhe forem requisitadas e expedir certidões;

V - agendar compromissos dos conselheiros.

§ 1.caso o secretario perder seu mandato de conselheiro ou pedir demissão do cargo o presidente nomeara imediatamente outro secretario

Capítulo V

DOS AUXILIARES

Art. 16. São auxiliares os funcionários designados, ou postos à disposição do Conselho Tutelar pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único. Os funcionários, enquanto designados, ou à disposição do Conselho Tutelar, ficam sujeitos à orientação, coordenação e fiscalização do Presidente do Conselho.

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4263.251C.A19E.B503.F85B.

Art. 17. Ao serviço de transporte compete:

I - conduzir os conselheiros aos locais de averiguação, às entidades de atendimento e à s instituições que integram o sistema municipal de proteção integral à criança e ao adolescente;

I I –o veículo poderá somente circular a sérvios inerentes ao Conselho Tutelar;

III- portar-se com dignidade e zelo profissional na condução do veículo e no trato das pessoas;

I V - preencher, sempre que houver deslocamento, o controle do uso de veículo;

V- conduzir crianças e adolescentes quando solicitado pelos conselheiros;

VI - manter sigilo.

Capítulo VI

DOS SUPLENTES

Art. 18. Fica opcional a participação dos suplentes à reuniões do Conselho Tutelar, sem direito a voto.

Parágrafo Único. Quando da vacância da vaga de um titular, assume o suplente, por ordem decrescente de votação.

Capítulo VII

DA PERDA DO MANDATO

art. 19. Perderá o mandato, o conselheiro que comprovadamente faltar com suas atribuições, em processo julgado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capítulo VIII

Da ocorrência

Art.20 A ocorrência será encaminhada ao Conselho Tutelar através de comunicação e terá registro em livro de denuncia onde será registrado pelo nome, numero da denuncia, caracterização de usuário, entrada no plantão centralizado e código de encaminhamento.

§ 1°. Caberá o conselheiro responsável pelo caso, quando achar necessário, a abertura da pasta onde conterá o histórico do caso e todas as medidas nele adotadas.

Art.21 Em razão de fato que impeça um conselheiro de assumir a ocorrência ou que o obrigue o seu afastamento, será realizada a distribuição do caso entre os demais conselheiros.

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4263.251C.A19E.B503.F85B.

§1° considera-se fatos que impõem a redistribuição para os efeitos deste artigo, os casos de:

I – impedimento quando o conselheiro for cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até segundo grau, de alguma das pessoas envolvidas;

I I- suspenção quando o conselheiro for de algum dos envolvidos:

a) Amigo intimo ou inimigo declarado;
b) Herdeiro, legatário, antigo empregado ou empregador;
c) Interessado em favor de um deles.

I I I- suspenção por motivo intimo declarado pelo próprio conselheiro;

IV- assunção do conselho tutelar, na hipótese do caso estar sob a responsabilidade do suplente;

V- Acumulo de caso sob a responsabilidade de um mesmo conselheiro;

V I- Cassação ou renuncia, nos termos da legislação em vigor.

§ 2° os casos assumidos por suplentes, quando no exercício do mandato, não retornarão a este na hipótese de nova convocação.

Capítulo IX

Dos direitos e Vantagens

DAS LICENÇAS E FÉRIAS

Art. 22. As licenças serão concedidas conforme o disposto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Sertão Santana.

Art.23. O conselheiro tem direito a afastar-se de suas atividades com remuneração nos seguintes casos conforme o art. 50 da lei 1348 de 2018.

I curso de especialização,

I I reunião ou missões especiais na área da criança e do adolescente.

I I I Licença para tratamento de saúde.

§2. Sem remuneração:

I - Interesses particulares.

I I – Auxilio doença 03 dias de atestado, sendo que no 4° dia entra no INSS.

Capitulo X

Das Disposições Finais

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4263.251C.A19E.B503.F85B.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748890

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01000AE

Art.24 Os casos omissos ou alheios a este regimento interno serão resolvidos em reunião com a maioria absoluta dos Conselheiros Tutelares.

Art. 25. O presente Regimento Interno poderá ser alterado a partir da proposição de qualquer membro do Conselho, desde que votada por maioria absoluta de votos.

Art. 26. Este Regimento Interno entrará em vigor após aprovação do Conselho Municipal dos Direitos.

Sertão Santana, 10 de Janeiro de 2020.

Amanda Desens Bujes

COORDENADORA

Sandra Maria Melatti Vasques

VICE COORDENADORA

Celina Girú

SECRETARIA

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4263.251C.A19E.B503.F85B.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3748872

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010009C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Recibo de Envio de Informações Nº 11/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 12h e 42min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Tutelar?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Tutelar	
2.1) Nome completo:	Amanda D. Bujes
2.2) CPF:	00507681070
2.3) E-mail para contato:	amandabujes@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51997501787
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Tutelar.	
3.1) Informar o número da lei.	1.348
3.2) Informar o ano da lei.	2015
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	1348-2015-Dispõe-sobre-a-Politica-Municipal.doc (0,12MB)
4) O Conselho Tutelar possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	regimento interno.pdf (1,84MB)
5) Informar o número total de conselheiros tutelares em atividade	5
5.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	CONSELHEIROS 2019_0001.pdf (0,52MB)
6) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	48
7) Foram realizadas eleições para a escolha dos atuais conselheiros tutelares?	Sim
7.1) Informar a data de realização da mesma.	06/10/2019
7.2) Anexar o edital de abertura do processo de escolha.	8 - Edital 032019 homologação das Conselheiras eleitas.docx (0,03MB)
7.3) Anexar o edital de homologação do resultado do pleito.	8 - Edital 032019 homologação das Conselheiras eleitas.docx (0,03MB)
7.4) Informar a forma pela qual os conselheiros foram alçados à função (aprovação em concurso público, designação para cargo em comissão, etc.).	
8) Indicar a alternativa que reflete a situação do espaço físico ocupado em 2020 pelo Conselho Tutelar.	Prédio disponibilizado pelo Executivo - de forma compartilhada com outros órgãos
9) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Tutelar. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
9.1) Quantos computadores com acesso à internet?	5
9.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
9.3) Quantas impressoras?	1
9.4) Quantos telefones?	2
10) O Conselho Tutelar possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, de forma permanente

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9171.C725.2151.44E3.D628.

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
2

Peça
3748872

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P010009C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
11) O Conselho Tutelar possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
12) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Tutelar, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Tutelar, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
14) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo(a) Presidente do Conselho, digitalizado.	respostas.pdf (1,32MB)

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 11/06/2021 06:52.

Código de autenticação

QERI8-HKXO7-WNYA7

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9171.C725.2151.44E3.D628.

Dados Tabulares

12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	2
Unidade	2
Função	14 - Direitos da Cidadania
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	200
Projeto/atividade	2110
Dotação autorizada (R$)	102.400,00
Valor empenhado (R$)	96.621,70
Valor liquidado (R$)	96.622,10

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9171.C725.2151.44E3.D628.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº3.094, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes para o mandato 2020-2024.

IRIO MIGUEL STEIN, Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais, como preconiza a Lei Federal 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em especial o Artigo 139 no seu Inciso II e Art. 45 da Lei Municipal Nº1.348, de 17 Março de 2015, nomeia as cidadãs abaixo relacionados como Conselheiras Tutelares para o mandato 2020-2024, observando-se a ordem decrescente de classificação, de acordo com o resultado obtido no Processo de Escolha realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 06 de outubro de 2019.

I – CONSELHEIROS TITULARES
1. AMANDA DESENS BUJES
2. MARIA JOSE DE C. PEREIRA
3. SANDRA MARIA MELATTI VASQUES
4. CELINA GIRU
5. LUANA BUJES DOMAGALSKI

II – CONSELHEIROS SUPLENTES
1. TATIANE SOUZA DE ABREU
2. JOSI KOLOGESKI DE LIMA
3. SILVANA FERREIRA DOS SANTOS
4. JANAINA ROSENAU
5. CRISTIANE PEREIRA COSTA

Os membros do Conselho acima nomeados observarão as competências que lhe são atribuídas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.069-1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Municipal nº 1.348 de 17 de Março de 2015.

SERTÃO SANTANA, em 09 de janeiro de 2020.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Lucas José Naibert Gelinski
Secretário de Administração

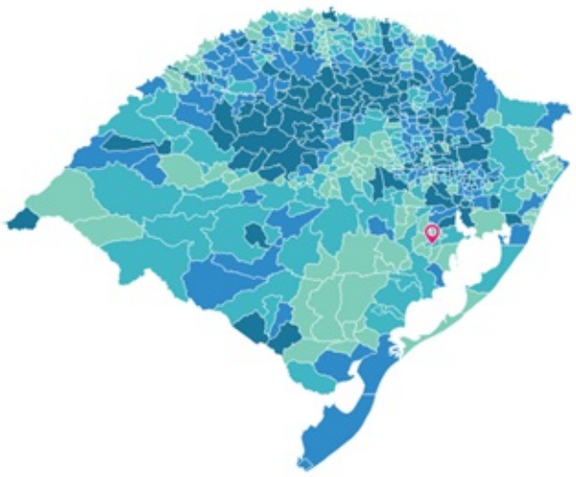
Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C00.8CF0.4C31.1497.FC54.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO DE AUDITORIA DA REGIÃO DE PORTO ALEGRE - I
Proc. Nº 002100-0200/20-7 - PM DE SERTÃO SANTANA

RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº:	**002100-0200/20-7**
FISCALIZADO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA**
CNPJ:	**94.068.236/0001-03**
EXERCÍCIO:	**2020**



Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 GESTORES RESPONSÁVEIS
3 PERFIL MUNICIPAL
3.1 Características do Município
3.1.1 População
3.1.2 Regionalização
3.1.3 Economia
3.2 Características da Administração Municipal
3.2.1 Estrutura Administrativa
4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES
4.1 Prestação de Contas
4.1.1 Declarações de Bens e Rendas
4.2 Entregas
4.2.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)
4.2.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)
4.2.3 Prestação de Contas Anual
4.2.4 Base de Legislação Municipal (BLM)
4.2.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)
5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
5.1 Aspectos Gerais
5.1.1 Legislação Aplicável
5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno
5.2.1 Legislação Municipal
5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional
5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno
5.3.2 Destinação de Recursos Financeiros para o funcionamento da Unidade Central De Controle Interno
5.4 Execução do Controle Interno
5.4.1 Atendimento das recomendaçoes da Unidade Central de Controle Interno
5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito
6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
6.1 Aspectos Gerais

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

6.1.1 Legislação Aplicável
6.2 Resultado Orçamentário
6.2.1 Resultado Orçamentário do Município
6.3 Receitas
6.3.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias
6.3.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes
6.3.3 Origem das Receitas Correntes
6.4 Despesas
6.4.1 Despesa por Função e Subfunção
6.4.2 Despesa por Programa
6.5 Créditos Orçamentários
6.5.1 Índice de Modificação Orçamentária
6.5.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais
6.5.3 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Superavit Financeiro
6.5.4 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Excesso de Arrecadação
6.5.5 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Anulação de Dotações Orçamentárias na Entidade
6.5.6 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Anulação de Dotações Orçamentárias entre Entidades
7 GESTÃO FISCAL
7.1 Aspectos Gerais
7.1.1 Legislação Aplicável
7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal
7.2.1 Índices de Gestão Fiscal
7.3 Receita Corrente Líquida
7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida
7.4 Despesa Bruta com Pessoal
7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal
7.5 Dívida Consolidada Líquida
7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida
7.6 Operações de Crédito
7.6.1 Percentual das operações de crédito
7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro
7.7.1 Valores Restituíveis
7.7.2 Equilíbrio Financeiro
7.7.3 Ajustes no Equilíbrio Financeiro
7.7.4 Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal
7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)
7.9 Audiências Públicas
7.9.1 Realização de Audiências Públicas
7.10 Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação
7.10.1 Ocorrência de Custeio por Ente Municipal
8 GESTÃO PATRIMONIAL
8.1 Aspectos Gerais
8.1.1 Conceitos
8.2 Balanço Patrimonial
8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial
8.2.2 Inconsistências no Balanço Patrimonial
8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais
8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais
9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
9.1 Pesquisas Aplicadas
9.1.1 Pesquisa da Lei de Enfrentamento ao COVID-19
9.1.2 Pesquisa da Transparência
9.1.3 Pesquisa do Acesso à Informação
9.1.4 Pesquisa da Lei das Ouvidorias
10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)
10.1 Aspectos Gerais
10.1.1 Legislação e Regime Municipal
10.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)
10.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária
10.3 Avaliação Atuarial
10.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial
10.4 Balanço Atuarial do Plano Previdenciário
10.4.1 Evolução do Ativo, Passivo e Resultado Atuarial
10.5 Reservas Matemáticas
10.5.1 Contabilização das Provisões Matemáticas
10.6 Investimentos
10.6.1 Enquadramento de Limites
11 LIMITES CONSTITUCIONAIS
11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE
11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB
11.2.2 Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

dos Profissionais do Magistério
11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB
11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde
11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS
11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro
11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro
12 EDUCAÇÃO
12.1 Introdução
12.1.1 Introdução
12.2 Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal
12.2.1 Meta 1A
12.2.2 Meta 1B
12.2.3 Meta 6A
12.2.4 Meta 6B
12.2.5 Meta 7
12.2.6 Meta 15A
12.2.7 Meta 15B
12.2.8 Meta 15C
12.2.9 Meta 16A
12.2.10 Meta 16B
12.2.11 Meta 18
12.3 Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Compartilhada
12.3.1 Meta 2A
12.3.2 Meta 4B
12.3.3 Meta 10
12.3.4 Meta 19
12.4 Plano Municipal de Educação
12.4.1 Existência de Plano Municipal da Educação
12.5 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena
12.5.1 Previsão Normativa
12.5.2 Equipe Responsável
12.5.3 Documentação Pedagógica
12.5.4 Previsão Orçamentária
12.5.5 Formação dos Professores
12.5.6 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena
13 SAÚDE
13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS
13.1.1 Ausência de Documentos e Informações
14 MEIO AMBIENTE

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.2 Estrutura de Controle e Fiscalização
14.1.3 Estrutura de licenciamento ambiental
14.2 Resíduos Sólidos
14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
14.2.2 Destinação Final Ambientalmente Adequada
14.2.3 Sustentabilidade Econômica da Prestação de Serviços
14.2.4 Abrangência da Prestação de Serviços no Território
14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária
14.2.6 Participação em Consórcio Público
14.2.7 Gestão de Resíduos na Construção Civil
14.3 Esgoto Sanitário
14.3.1 Plano Municipal de Saneamento
14.3.2 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto
14.3.3 Infraestrutura dos Serviços de Esgotamento Sanitário
14.3.4 Universalização da Coleta e do Tratamento do Esgotamento Sanitário
14.3.5 Sustentabilidade Econômica da Prestação dos Serviços
15 LEI MARIA DA PENHA
15.1 Políticas Municipais para Mulheres
15.1.1 Órgão Responsável pelas Políticas para Mulheres na Estrutura Administrativa Municipal
16 CONSELHOS MUNICIPAIS
16.1 Aspectos Gerais
16.1.1 Conceitos
16.2 Conselho Municipal da Educação
16.2.1 Instituição
16.2.2 Composição
16.2.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis
16.3 Conselho Municipal da Saúde
16.3.1 Instituição
16.4 Conselho Municipal do Meio Ambiente
16.4.1 Instituição
16.4.2 Composição
16.4.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis
16.5 Conselho Municipal de Saneamento Básico
16.5.1 Instituição
16.6 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
16.6.1 Instituição

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

16.6.2 Composição
16.6.3 Infraestrutura e recursos disponíveis
16.7 Conselho Municipal de Assistência Social
16.7.1 Instituição
16.7.2 Composição
16.7.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis
16.8 Conselho Municipal de Política para as Mulheres
16.8.1 Instituição
16.9 Conselho Municipal de Igualdade Racial
16.9.1 Instituição
16.10 Conselho Tutelar
16.10.1 Instituição
16.10.2 Composição
16.10.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis
17 QUADRO RESUMO
RESPONSABILIZAÇÃO

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Auditoria foi elaborado para subsidiar o exercício da competência deste Tribunal de Contas de emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, na forma dos artigos 31, 70, 71, I, e 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Estadual nº 11.424/2000; e Resolução TCE-RS nº 1.028/2015.

O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, oportuno assinalar, é uma peça de conteúdo técnico-jurídico e natureza opinativa cuja finalidade precípua é oferecer ao Poder Legislativo e à sociedade uma visão consistente sobre a macrogestão governamental e sobre o desempenho do governante naquele exercício financeiro.

Trata-se, por isso, de uma peça relevantíssima para a democracia, sendo o elemento técnico que instrui ou orienta, prevalentemente, o julgamento político-administrativo que o Poder Legislativo está incumbido de realizar sobre as contas globais prestadas pelo Chefe do Executivo, julgamento este do qual podem advir consequências como a inelegibilidade.

Com o escopo de fornecer substrato denso e suficiente para uma apreciação ampla e tecnicamente qualificada, o Relatório de Auditoria reúne um conjunto de análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos constitucionalmente vinculados à educação e à saúde, assim como outros elementos que podem ser considerados importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados obtidos com as ações governamentais.

Por fim, cabe ressalvar que as contas anuais são compostas de informações voltadas a propiciar a formação de uma opinião técnica sob a perspectiva da macrogestão da unidade jurisdicionada e, por terem esse objeto e essa proposta de abordagem, podem não versar, por conseguinte, sobre situações concretas e específicas caracterizadoras de irregularidades em atos de gestão ou danos ao erário, ocorrências estas que, em regra, são apuradas por este Tribunal, com espeque no art. 71, II, da Constituição Federal, por meio de outros tipos processuais previstos em seu Regimento Interno – tais como o processo de contas especiais e a tomada de contas especial.

Registra-se a existência do Processo de Representação nº 19682-0200/20-5, relativo à Tomada de Preços n. 6/2020 cujo objeto consistia na "*Prestação de Serviços de Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos (lixo)*". Esse processo foi extinto uma vez que, após a sua autuação, o gestor responsável procedeu à anulação do certame.

2 GESTORES RESPONSÁVEIS

No quadro a seguir constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo de Sertão Santana, ora analisadas.

Quadro 1 – Gestores responsáveis e substitutos

Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeito Municipal	Írio Miguel Stein	01-01-20 a 30-01-20, 07-02-20 a 18-06-20, 29-06-20 a 15-09-20, 05-10-20 a 19-10-20, 19-11-20 a 31-12-20
Vice-Prefeito Municipal	Marcos Aurelio Kologeski Souza	31-01-20 a 06-02-20, 19-06-20 a 28-06-20, 16-09-20 a 04-10-20, 20-10-20 a 18-11-20

Fonte: SISCAD.

3 PERFIL MUNICIPAL

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

3.1 Características do Município

3.1.1 População

O município de Sertão Santana tem 6.537 habitantes e está entre os municípios de 5 a 10 mil habitantes no Estado:

Quadro 2 – População Municipal

Faixa de População	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
0 a 5 mil hab	231	690.515	6%
5 a 10 mil hab	99	672.955	6%
10 a 20 mil hab	58	783.918	7%
20 a 50 mil hab	64	1.948.969	17%
50 a 100 mil hab	26	1.793.937	16%
Mais de 100 mil hab	19	5.486.945	48%

Fonte: Estimativa de População para 2020. IBGE, 2019.

É classificado como Rural Adjacente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quadro 3 – Tipologia Urbano-Rural

Tipologia Urbano-Rural	Quant.	(%)	População	(%)
Rural Adjacente	341	67%	1.782.154	16%
Urbano	126	25%	9.052.319	79%
Intermediário Adjacente	26	5%	525.548	5%
Rural Remoto	2	1%	7.511	0%
Intermediário Remoto	1	1%	6.704	0%
Sem classificação	1	1%	3.003	0%

Fonte: Estimativa de População para 2020. IBGE, 2019.

3.1.2 Regionalização

O município de Sertão Santana integra o Conselho Regional de Desenvolvimento Centro Sul, cuja classificação é utilizada pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão para distribuição orçamentária.

Quadro 4 – Distribuição de Municípios e População por COREDE

COREDE	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Campos de Cima da Serra	10	104.066	1%
Alto da Serra do Botucaraí	16	105.277	1%
Vale do Jaguari	9	116.054	1%
Nordeste	19	118.342	1%
Rio da Várzea	20	131.362	1%
Celeiro	21	137.640	1%
Hortênsias	7	140.182	1%
Jacuí Centro	7	142.389	1%
Médio Alto Uruguai	22	144.993	1%
Alto Jacuí	14	168.550	1%
Noroeste Colonial	11	175.672	2%
Vale do Caí	19	189.695	2%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Fronteira Noroeste	20	202.116	2%
Campanha	7	221.969	2%
Paranhana Encosta da Serra	10	228.552	2%
Norte	32	229.593	2%
Missões	25	235.468	2%
Centro Sul	17	273.379	2%
Litoral	21	348.688	3%
Vale do Taquari	36	359.366	3%
Produção	21	368.279	3%
Central	19	412.957	4%
Vale do Rio Pardo	23	446.137	4%
Fronteira Oeste	13	521.830	5%
Sul	22	876.423	8%
Serra	32	993.590	9%
Vale do Rio dos Sinos	14	1.403.600	12%
Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.581.070	23%

Fonte: Atlas Socioeconômico, disponível em https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes, acesso em 04/04/2019.

Sertão Santana integra a associação de municípios ACOSTADOCE, que reúne municípios próximos e com perspectivas econômico-sociais em comum.

Quadro 5 – Associações de Municípios - Distribuição de Municípios e População

Associação	Número de Municípios	População Total	População Relativa
AMCSERRA	12	75.027	1%
AMASBI	12	77.663	1%
AMUCSER	10	106.449	1%
AMUNOR	19	131.869	1%
AMUCELEIRO	21	137.640	1%
AMSERRA	7	142.797	1%
ASMURC	8	153.614	1%
ACOSTADOCE	11	157.688	1%
AMUPLAM	11	175.672	2%
AMGSR	20	202.116	2%
AMPARA	6	206.859	2%
ASSUDOESTE	7	221.969	2%
AMAU	32	223.910	2%
AMVARC	20	226.774	2%
AMM	25	241.151	2%
AMAJA	20	241.892	2%
AMZOP	43	280.259	2%
AMPLA	16	295.976	3%
AMLINORTE	22	354.169	3%
AMVAT	35	355.966	3%
AMVARP	14	380.756	3%
AMFRO	13	521.830	5%
AMCENTRO	33	662.513	6%
AMVARS	12	781.690	7%
AZONASUL	21	870.942	8%
AMESNE	34	998.323	9%
GRANPAL	13	3.151.725	28%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Fonte: Portal da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, disponível em http://www.famurs.com.br/associacoes/, acesso em 05/11/2019.

3.1.3 Economia

O produto interno bruto (PIB) de Sertão Santana em 2018 foi de R$ 236.476,84 mil, ano em que o PIB dos municípios gaúchos foi de R$ 457 bilhões e representava 6,5% do PIB nacional, de R$ 7,0 trilhões.

A evolução do PIB de Sertão Santana é a seguinte:

Gráfico 1 – Evolução do PIB - 2010 a 2018 (em R$ mil)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=29720&t=resultados. Acesso em 03/05/2021.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

Por sua vez, naquele mesmo exercício, o PIB *per capita* de Sertão Santana foi de R$ 36.759,96, o que correspondia a 0,91 vezes o estadual (R$ 40.362,75/habitante) e 1,09 vezes o nacional (R$ 33.593,82/habitante).

A evolução do PIB *per capita* de Sertão Santana é a seguinte:

Gráfico 2 – Evolução do PIB Per Capita - 2010 a 2018

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=29720&t=resultados. Acesso em 03/05/2021.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

Os principais elementos do produto interno bruto de Sertão Santana eram os serviços.

Quadro 6 – Composição do PIB (R$ mil e %) - 2010 a 2018

Ano	Administração Pública	%	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	PIB
2010	15.947	20%	22.762	28%	7.647	9%	28.227	35%	6.728	8%	81.311
2011	17.688	19%	24.682	26%	11.351	12%	31.691	34%	7.818	8%	93.231
2012	19.615	18%	27.350	25%	15.047	14%	36.162	34%	9.419	9%	107.593
2013	23.272	20%	30.897	26%	13.800	12%	40.677	34%	9.402	8%	118.047
2014	25.854	20%	32.680	25%	18.446	14%	45.159	34%	10.147	8%	132.286
2015	27.500	18%	33.561	22%	27.245	18%	49.124	33%	12.222	8%	149.651
2016	29.053	16%	40.758	23%	30.650	17%	59.979	34%	17.416	10%	177.855
2017	30.173	18%	34.819	20%	29.642	17%	59.342	35%	16.241	10%	170.216
2018	33.490	14%	26.539	11%	37.644	16%	103.924	44%	34.880	15%	236.477

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=29720&t=resultados. Acesso em 03/05/2021.
Nota: Valores apresentados em R$ mil e a preço corrente.

Os impostos representaram 15% do produto interno bruto, indicando crescimento em relação ao ano anterior.

A evolução da participação dos impostos no produto interno bruto é a seguinte:

Gráfico 3 – Participação dos Impostos no PIB Municipal (2010 a 2018)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=29720&t=resultados. Acesso em 03/05/2021.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

As três principais atividades que mais geraram valor adicionado em 2018 no município foram “Demais serviços”, “Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas” e “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, demonstradas no quadro seguinte:

Quadro 7 – Atividades com Maior Valor Adicionado Bruto (as três principais)

Ano	Primeira	Segunda	Terceira
2010	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2011	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2012	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2013	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2014	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2015	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2016	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2017	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
2018	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=29720&t=resultados. Acesso em 03/05/2021.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

3.2 Características da Administração Municipal

3.2.1 Estrutura Administrativa

De acordo com os dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

Quadro 8 – Estrutura Administrativa

MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA	
Administração Direta	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Câmara Municipal de Sertão Santana
Consórcios Públicos	Consorcio Intermunicipal Ci Centro Sul

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

4.1 Prestação de Contas

4.1.1 Declarações de Bens e Rendas

A Lei Federal n. 8.730/1993 determina que todos os detentores de cargos, empregos ou funções na administração pública apresentem suas declarações de bens e rendas periodicamente:

> Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados:
>
> I - Presidente da República;
>
> II - Vice-Presidente da República;
>
> III - Ministros de Estado;
>
> IV - membros do Congresso Nacional;
>
> V - membros da Magistratura Federal;
>
> VI - membros do Ministério Público da União;
>
> VII - todos quantos exerçam cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança, na administração direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.
>
> (...)
>
> Art. 3º A não apresentação da declaração a que se refere o art. 1º, por ocasião da posse, implicará a não realização daquele ato, ou sua nulidade, se celebrado sem esse requisito essencial.
>
> Parágrafo único. Nas demais hipóteses, a não apresentação da declaração, a

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

falta e atraso de remessa de sua cópia ao Tribunal de Contas da União ou a declaração dolosamente inexata implicarão, conforme o caso:

a) crime de responsabilidade, para o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado e demais autoridades previstas em lei especial, observadas suas disposições; ou

b) infração político-administrativa, crime funcional ou falta grave disciplinar, passível de perda do mandato, demissão do cargo, exoneração do emprego ou destituição da função, além da inabilitação, até cinco anos, para o exercício de novo mandato e de qualquer cargo, emprego ou função pública, observada a legislação específica.

(...)

Art. 7º As disposições constantes desta lei serão adotadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no que couber, como normas gerais de direito financeiro, velando pela sua observância os órgãos a que se refere o art. 75 da Constituição Federal.

(...)

(grifos acrescidos)

A Lei Federal n. 8.429/1992 também contém previsão no mesmo sentido:

(...)

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

(...)

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

(...)

(grifos acrescidos)

A confirmação de que tal obrigação está sendo cumprida pelos agentes públicos de cada município faz parte da lista de documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo Municipal, conforme a Resolução TCE/RS nº 1.099/2018, conforme artigo 2º, inciso III:

(...)

Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos:

(...)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 924
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 16
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

> III - até o dia 30 de janeiro do exercício seguinte:
>
> e) declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas;
>
> (...)
>
> (grifo acrescido)

Contudo, na documentação relativa ao exercício de 2020 (peça 3272640), o Prefeito Municipal de Sertão Santana não confirma que aquelas declarações estão em dia, afirma apenas que os agentes públicos estão sendo notificados para que as entreguem, e que as declarações recebidas estão adequadamente arquivadas.

Por sua vez, em seu Relatório, a Unidade Central de Controle Interno confirmou que apenas alguns servidores entregaram suas declarações de bens e rendas (peça 3272743, fl. 7):

> (...)
>
> j) Houve a entrega anual, e o respectivo arquivamento nas pastas funcionais, da Declaração de Bens e Rendas por alguns servidores, bem como por alguns exercentes de mandato eletivo;
>
> (...)
>
> (grifos acrescidos)

Conclui-se que **não estão sendo cumpridos pelos agentes públicos do Executivo Municipal de Sertão Santana** os citados dispositivos, das Leis n. 8.730/1993 e n. 8.429/1992 e da Resolução TCE/RS n. 1.099/2018.

4.2 Entregas

O município deve enviar obrigatoriamente ao TCE-RS o relatório de gestão fiscal, a manifestação conclusiva da unidade central de controle interno, o relatório de validação e encaminhamento, a prestação de contas anual, a base de legislação municipal, os contratos e licitações e os questionários, nos prazos estabelecidos nas Resoluções TCE-RS nº 1.099/2018, nº 843/2009 e nº 1.050/2015 e nas Instruções Normativas TCE-RS nº 06/2019 e nº 13/2017.

Cumpre dizer que a qualquer tempo o TCE-RS pode solicitar informações complementares, nos termos do contido no § 2º do artigo 71 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e no § 1º do artigo 33 da Lei Estadual nº 11.424/2000.

4.2.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)

Em relação a essa documentação, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 9 – Informações das Entregas - RGF/MCI

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peças RGF / MCI
2ºS/2019 (1)	30-01-20	30-01-20	0	2526626 / 2526732

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

1ºS/2020	30-07-20	27-07-20	0	2859442 / 2870367

Nota: (1) Processo de Contas de Governo nº 4338-0200/19-1.

Portanto, o Relatório de Gestão Fiscal foi entregue nos prazos e condições estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.099/2018, na Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019 e nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Já a Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal foi entregue nos prazos e condições estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.099/2018 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 01/2016.

4.2.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)

Em relação a esse relatório, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 10 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
Dez/2019 (1)	30-01-20	30-01-20	0	2526625
Jan/2020	02-03-20	02-03-20	0	2588678
Fev/2020	30-03-20	30-03-20	0	2632133
Mar/2020	30-04-20	23-04-20	0	2673455
Abr/2020	01-06-20	27-05-20	0	2728708
Mai/2020	30-06-20	29-06-20	0	2807520
Jun/2020	30-07-20	27-07-20	0	2859441
Jul/2020	31-08-20	26-08-20	0	2943757
Ago/2020	30-09-20	30-09-20	0	3034212
Set/2020	30-10-20	27-10-20	0	3096843
Out/2020	30-11-20	24-11-20	0	3156661
Nov/2020	30-12-20	23-12-20	0	3228001

Nota: (1) Processo de Contas de Governo nº 4338-0200/19-1.

Portanto, o Relatório de Validação e Encaminhamento foi entregue dentro dos prazos e condições estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.099/2018.

4.2.3 Prestação de Contas Anual

Em relação a essa documentação, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 11 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
ANUAL	31-01-20	30-01-20	0

Portanto, os documentos da prestação de contas foram entregues dentro do prazo disposto no artigo 2º, inciso III, da Resolução TCE-RS nº 1.099/2018, conforme protocolo eletrônico nº 274459.

4.2.4 Base de Legislação Municipal (BLM)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Em relação a essa remessa, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 12 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
4º T/2019 (1)	10-01-20	06-01-20	0
1º T/2020	10-04-20	03-04-20	0
2º T/2020	10-07-20	06-07-20	0
3º T/2020	10-10-20	05-10-20	0

Nota: (1) Processo de Contas de Governo nº 4338-0200/19-1

As remessas de normas à Base de Legislação Municipal do TCE-RS foram encaminhadas nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009.

4.2.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)

Em relação a essas remessas, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 13 – Informações das Entregas

Indicador	% Fora do Prazo	Atraso médio (dias)	Peça
Licitações	1,15	2	(peça 3748826)
Contratos	2,11	29	(peça 3748827)

As remessas de licitações e contratos ao Sistema de Licitações e Contratos do TCE-RS (LICITACON) foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso no cadastramento dos eventos.

Registra-se que irregularidade relativa ao cadastramento de informações no Licitacon fora do prazo determinado, referente ao exercício de 2019, foi objeto do item 4.1 do Comunicado de Auditoria n. 2501282 enviado em 30/01/2020.

Todavia, considerando que houve melhora na situação apresentada (em 2019, o atraso nos cadastramentos relativos a licitações foi de 6,98% com média de 30,22 dias, e nos cadastramentos relativos a contratos foi de 15,04% com média de 31,65 dias), deixa-se de considerá-lo como inconformidade para fins de julgamento das Contas Anuais.

5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

5.1 Aspectos Gerais

5.1.1 Legislação Aplicável

O sistema de controle interno deve avaliar o cumprimento de metas e resultados da gestão pública e apoiar o controle externo em sua missão institucional, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal.

O sistema de controle interno do poder executivo tem de exercer a fiscalização do município, na forma da lei, conforme o disposto no artigo 31 da Constituição Federal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 927
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 19
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

Compete ao TCE-RS avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos municípios jurisdicionados, de acordo com o § 5º do artigo 71 da Constituição Estadual.

A estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal deve atender as diretrizes estabelecidas na Resolução TCE-RS nº 936/2012.

5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno

5.2.1 Legislação Municipal

O sistema de controle interno do município de Sertão Santana foi instituído pela Lei Municipal nº 605, de 25-09-02, alterada pelas Leis 1316, de 19-03-14, e 1.333, de 02-07-14, e regulamentada pelo Decreto 1817/2014, cujo regimento interno é aprovado pelo Decreto Municipal nº 1818/2014.

O exame dessa legislação evidencia que:

a) existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI (inciso I do artigo 3º da Resolução TCE-RS nº 936/2012);

b) existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado (alínea “h” do inciso II do artigo 4º da Resolução TCE-RS nº 936/2012) [1] ;

c) existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas (alínea “c” do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS nº 936/2012) [2] ;

d) existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI dar ciência aos respectivos administradores e ao TCE-RS das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal (alínea “d” do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS nº 936/2012);

e) existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do artigo 6º da Resolução TCE-RS nº 936/2012).

Notas

1. Apesar da Manifestação do Controle Interno apresentar informação de que "não há previsão em lei municipal de exame da legalidade e avaliação dos resultados", verificou-se que a Lei Municpal n. 1.316/2014 em seu artigo 3º, inciso V, alínea "H", trouxe tal previsão.
2. Apesar da Manifestação do Controle Interno apresentar informação de que "Não há previsão em lei municipal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI", verificou-se que a Lei Municpal n. 1.316/2014 em seu artigo 15, inciso I, conferiu à competência à Unidade de Controle Interno em fixar "prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas".

5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 928
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 20
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno

A composição da unidade central de controle interno do Município é a seguinte:

Quadro 14 – Composição da Unidade de Controle Interno

Nome do Servidor	Formação do Servidor	Cargo Original	Cargo na UCCI	Provimento
Vinicius Frazzon Boer	Ensino Superior Completo	Controle Interno	Controle Interno - Responsável	Efetivo
João Alberto Meyer	Ensino Superior Completo	Tecnico Agricola	Controle Interno - Membros	Efetivo

Fonte: Dados do SISCAD.

A partir da análise dos dados apresentados no quadro anterior, pode-se concluir que os servidores:

a) exercem cargos de provimento efetivo;

b) desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno; e,

c) não estão lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle.

Tal situação configura desatendimento ao art. 5º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

> "Art. 5º A UCCI deverá ser composta unicamente por servidores investidos em cargos de provimento efetivo, recrutados entre categorias profissionais distintas, cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições, os quais terão atuação exclusiva na unidade. "

5.3.2 Destinação de Recursos Financeiros para o funcionamento da Unidade Central De Controle Interno

A Lei Orçamentária Anual não contém previsão de recursos específicos ao sistema de controle interno.

5.4 Execução do Controle Interno

5.4.1 Atendimento das recomendaçoes da Unidade Central de Controle Interno

As informações prestadas pela UCCI (peça 3293980) indicam que o Gestor:

a) adota parcialmente as providências tendentes à correção das inconformidades apuradas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela unidade de controle.

De acordo com a Unidade de Controle Interno, "As recomendações passadas durante o ano de 2020 foram parcialmente atendidadas. Ao final do ano, foram reforaçadas"; e

b) emprega medidas tendentes a responsabilizar os agentes que infringem os regramentos vigentes para a administração pública do Município.

De acordo com a Unidade de Controle Interno, "Advertências foram encaminhadas a servidor".

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 929
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 21
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito

Houve manifestação quanto ao adequado cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, priorizados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas de governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício; bem como entendimento de que os atos de legalidade dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial foram observados.

Contudo, a unidade de controle interno não se pronuncia de forma conclusiva no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, carecendo, pois, de opinião quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.

6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Aspectos Gerais

6.1.1 Legislação Aplicável

É de iniciativa do Poder Executivo, por meio de lei, estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos do artigo 165 da Constituição Federal.

Compete aos entes federados adaptar suas estruturas ao regramento constitucional, através das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

No quadro seguinte, apresentam-se as normas que instituem o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do município de Sertão Santana:

Quadro 15 – Instrumentos de Planejamento

LEIS ORÇAMENTÁRIAS MUNICIPAIS	
PPA 2018/2021	1414/2017
LDO 2020	1494/2019, alterada pela 1498/2019
LOA 2020	1499/2019

6.2 Resultado Orçamentário

6.2.1 Resultado Orçamentário do Município

Os princípios orçamentários da Unidade e da Universalidade, previstos de forma expressa pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/1964, dispõem, respectivamente, que deve existir um orçamento único para cada um dos entes federados com a finalidade de evitar a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política e que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Nesse sentido, a execução do orçamento de 2020 do município de Sertão Santana, considerando as atualizações na previsão de arrecadação de receitas e de fixação das despesas (créditos adicionais), pode ser assim sintetizada:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Quadro 16 – Resultado Orçamentário da Prefeitura Municipal de Sertão Santana (81600) (em R$ mil)

Orçamento 2020 Em R$ mil		Previsão (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 1.183,00	R$ 3.197,89	R$ 2.014,89
	Exceto Intraorçamentária	R$ 28.357,00	R$ 25.812,81	-R$ 2.544,19
	Total	**R$ 29.540,00**	**R$ 29.010,70**	**-R$ 529,30**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 2.957,46	R$ 2.885,34	-R$ 72,12
	Exceto Intraorçamentária	R$ 26.876,90	R$ 18.378,39	-R$ 8.498,50
	Total	**R$ 29.834,36**	**R$ 21.263,74**	**-R$ 8.570,62**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 1.774,46	R$ 312,55	R$ 2.087,01
	Exceto Intraorçamentário	R$ 1.480,10	R$ 7.434,41	R$ 5.954,31
	Total	**-R$ 294,36**	**R$ 7.746,96**	**R$ 8.041,32**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão se refere à previsão atualizada, após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 17 – Resultado Orçamentário de CM DE SERTÃO SANTANA (81601) (em R$ mil)

Orçamento 2020 Em R$ mil		Previsão (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Total	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 64,50	R$ 64,41	-R$ 0,09
	Exceto Intraorçamentária	R$ 978,67	R$ 972,32	-R$ 6,35
	Total	**R$ 1.043,17**	**R$ 1.036,74**	**-R$ 6,44**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 64,50	-R$ 64,41	R$ 0,09
	Exceto Intraorçamentário	-R$ 978,67	-R$ 972,32	R$ 6,35
	Total	**-R$ 1.043,17**	**-R$ 1.036,74**	**R$ 6,44**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão se refere à previsão atualizada, após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 18 – Resultado Orçamentário Consolidado (em R$ mil)

Orçamento 2020 Em R$ mil		Previsão (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 1.183,00	R$ 3.197,89	R$ 2.014,89
	Exceto Intraorçamentária	R$ 28.357,00	R$ 25.812,81	-R$ 2.544,19
	Total	**R$ 29.540,00**	**R$ 29.010,70**	**-R$ 529,30**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 3.021,96	R$ 2.949,75	-R$ 72,21
	Exceto Intraorçamentária	R$ 27.855,57	R$ 19.350,72	-R$ 8.504,85
	Total	**R$ 30.877,53**	**R$ 22.300,47**	**-R$ 8.577,06**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 1.838,96	R$ 248,14	R$ 2.087,10
	Exceto Intraorçamentário	R$ 501,43	R$ 6.462,09	R$ 5.960,66
	Total	**-R$ 1.337,53**	**R$ 6.710,23**	**R$ 8.047,76**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão se refere à previsão atualizada, após a abertura de créditos adicionais no exercício.

A partir dos dados, pode-se concluir que o município de Sertão Santana apresenta um superavit orçamentário de R$ 6.710,23 (R$ mil) no ano de 2020.

A diferença verificada de R$ 8.047,76 (R$ mil) entre o resultado orçamentário previsto e o executado se deve pela superestimativa das receitas em R$ 529,30 (R$ mil) e a

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

superestimativa das despesas em R$ 8.577,06 (R$ mil).

A Lei Orçamentária Anual nº 1499/2019 destinou recursos orçamentários à administração do Executivo Municipal de Sertão Santana, no montante de R$ 29.540.000,00, distribuídos no cenário de arrecadação e gastos demonstrado nos dois quadros seguintes:

Quadro 19 – Evolução das Receitas Arrecadadas e Previstas para 2020 (em R$ mil)

RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA Em R$ mil	RECEITAS ARRECADADAS (1)				RECEITAS PREVISTAS		
	2016	2017	2018	2019	2020	AH	AV
RECEITAS CORRENTES	**20.141,86**	**20.394,18**	**23.700,71**	**25.984,35**	**24.583,70**	**-5,39%**	**83,22%**
Tributária	986,79	881,05	1.034,48	1.069,98	1.336,54	24,91%	4,52%
Contribuições	1.670,07	1.540,63	3.404,82	2.015,05	405,00	-79,90%	1,37%
Patrimonial	1.830,50	1.712,03	1.508,21	2.584,34	753,54	-70,84%	2,55%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	80,87	100,79	93,97	197,14	141,54	-28,20%	0,48%
Transferências Correntes	15.380,34	16.009,43	17.592,01	18.820,62	21.831,16	16,00%	73,90%
Outras Receitas Correntes	193,28	150,25	67,21	1.297,22	115,92	-91,06%	0,39%
RECEITAS DE CAPITAL	**1.140,93**	**-**	**1.565,71**	**852,38**	**3.773,30**	**342,68%**	**12,77%**
Operações de Crédito	-	-	-	-	1.000,00	-	3,39%
Alienação de Bens	68,55	-	378,60	-	48,00	-	0,16%
Amortização de Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.072,38	-	1.187,11	846,86	2.721,34	221,34%	9,21%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	5,52	3,96	-28,29%	0,01%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**748,67**	**757,10**	**-**	**-**	**1.183,00**	**-**	**4,00%**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**22.031,46**	**21.151,27**	**25.266,42**	**26.836,73**	**29.540,00**	**10,07%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2020.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Quadro 20 – Evolução das Despesas Empenhadas e das Dotações Iniciais para 2020 (em R$ mil)

DESPESAS POR FUNÇÃO Em R$ mil		DESPESAS EMPENHADAS (1)				DOTAÇÃO INICIAL		
		2016	2017	2018	2019	2020	AH	AV
1	Legislativa	-	-	-	-	-	-	-
2	Judiciária	-	-	-	45,94	115,00	150,31%	0,40%
3	Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-	-
4	Administração	5.854,07	5.911,25	5.903,00	6.627,38	7.401,80	11,69%	26,06%
5	Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-
6	Segurança Pública	-	-	-	12,00	25,18	109,83%	0,09%
7	Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-	-
8	Assistência Social	481,53	575,89	708,45	674,89	804,70	19,23%	2,83%
9	Previdência Social	891,10	1.189,77	1.241,33	1.452,48	2.025,00	39,42%	7,13%
10	Saúde	3.229,39	3.446,07	4.736,44	5.275,22	5.390,15	2,18%	18,97%
11	Trabalho	-	-	-	-	-	-	-
12	Educação	5.806,28	6.204,15	6.725,00	6.984,91	7.639,40	9,37%	26,89%
13	Cultura	43,92	22,67	38,22	37,96	36,00	-5,16%	0,13%
14	Direitos da Cidadania	73,00	80,10	84,88	100,44	102,40	1,96%	0,36%
15	Urbanismo	0,37	3,48	0,53	21,07	1.623,61	7606,58%	5,72%
16	Habitação	-	-	-	-	-	-	-
17	Saneamento	-	-	-	-	-	-	-
18	Gestão Ambiental	-	16,15	18,18	18,92	20,00	5,70%	0,07%
19	Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-
20	Agricultura	341,93	88,24	827,00	589,67	1.526,70	158,91%	5,37%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

21	Organização Agrária	-	-	-	-	-	-	-
22	Indústria	-	-	-	-	-	-	-
23	Comercío e Serviços	-	-	-	-	-	-	-
24	Comunicações	-	-	-	-	-	-	-
25	Energia	46,68	67,86	80,70	79,11	85,50	8,08%	0,30%
26	Transporte	855,05	126,27	92,00	475,33	381,94	-19,65%	1,34%
27	Desporto e Lazer	4,68	11,66	21,02	35,77	39,00	9,03%	0,14%
28	Encargos Especiais	92,48	158,16	30,99	25,38	514,00	1925,16%	1,81%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	676,25	-	2,38%
TOTAL		**17.720,49**	**17.901,72**	**20.507,74**	**22.456,46**	**28.406,63**	**26,50%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2020.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

A diferença verificada entre o total da Dotação Inicial e o total das Receitas Previstas se refere à despesa prevista para o Legislativo Municipal, que não está representada no quadro acima.

6.3 Receitas

O conjunto de receitas de cada município está intimamente relacionado à sua matriz econômica e administrativa.

A estimativa de receitas é uma ferramenta essencial na gestão orçamentária. Por meio dela, limita-se a fixação das despesas. A adoção de parâmetros inadequados na elaboração do orçamento pode contribuir para o desequilíbrio financeiro e comprometer a disponibilidade de recursos indispensáveis ao atendimento da população. Ao longo do tempo, pode prejudicar o equilíbrio da gestão fiscal e o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo quando não houver discussão e avaliação adequada dos créditos adicionais.

6.3.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias

A receita orçamentária é todo ingresso de recurso financeiro que pode viabilizar a execução das políticas públicas com a finalidade precípua de atender as necessidades e demandas da sociedade. Por categoria econômica, é classificada em corrente e de capital. A receita corrente contempla recursos que se destinam a gastos correntes e de consumo, que não resulta em sacrifício patrimonial. A receita de capital, por sua vez, é a direcionada à aplicação e cobertura das despesas com investimentos, que resulta em sacrifício patrimonial para ser obtida.

O Poder Executivo de Sertão Santana estimou em R$ 29.540.000,00 a sua receita para o ano de 2020, consoante a Lei Orçamentária Anual nº 1499/2019, e arrecadou efetivamente o montante R$ 29.010.700,09, gerando deficit de arrecadação 1,79% entre o valor previsto e o realizado.

Nos dois últimos exercícios, o ente municipal acumulou superavit de R$ 1.606.830,42, que representa 2,96% das receitas orçamentárias estimadas para o período, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 21 – Comparativo entre Previsão e Arrecadação de Receitas (2019 e 2020) (em R$)

Ano	Estimada (R$) (A)	Realizada (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2019	24.700.600,00	26.836.730,33	2.136.130,33	8,65%
2020	29.540.000,00	29.010.700,09	-529.299,91	-1,79%
		Acumulado	**1.606.830,42**	**2,96%**

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98
(2) Consideradas todas as receitas correntes, receitas de capital, receitas correntes intraorçamentárias, receitas de capital intraorçamentárias e deduções de receitas correntes, de capital, correntes intraorçamentárias e de capital intraorçamentárias registradas como realizadas no exercício.

Os municípios gaúchos apresentaram deficit médio ponderado de arrecadação de 6,32% em 2019 e de 4,61% em 2020, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html. Nesse sentido, os municípios gaúchos atingiram um deficit ponderado médio de 5,47% no biênio.

Para o exercício de 2021, o Poder Executivo de Sertão Santana projeta em 1,85% a queda das receitas orçamentárias sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2020, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 22 – Estimativa das Receitas Orçamentárias (2021) (Em R$)

Município	Realizada 2020 (A)	Estimada 2021 (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Sertão Santana	29.010.700,09	28.475.000,00	-535.700,09	-1,85%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98

O crescimento médio ponderado das receitas orçamentárias de todos os municípios do Estado para o ano de 2021 está estimado em 2,76%, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2020, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

No quadro seguinte, tem-se a composição da receita orçamentária prevista e arrecadada no ano de 2020:

Quadro 23 – Composição das Receitas Orçamentárias (em R$ mil)

DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2016	2017	2018	2019	2020				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Estimada	Realizada	Evolução	Estimada x Realizada	% Total
RECEITAS CORRENTES	**20.141,86**	**20.394,18**	**23.700,71**	**25.984,35**	**24.583,70**	**25.442,26**	**-2,09%**	**103,49%**	**87,70%**
Tributária	986,79	881,05	1.034,48	1.069,98	1.336,54	1.301,61	21,65%	97,39%	4,49%
Contribuições	1.670,07	1.540,63	3.404,82	2.015,05	405,00	1.121,57	-44,34%	276,93%	3,87%
Patrimonial	1.830,50	1.712,03	1.508,21	2.584,34	753,54	2.366,33	-8,44%	314,03%	8,16%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	80,87	100,79	93,97	197,14	141,54	151,41	-23,20%	106,97%	0,52%
Transferências Correntes	15.380,34	16.009,43	17.592,01	18.820,62	21.831,16	20.458,36	8,70%	93,71%	70,52%
Outras Receitas Correntes	193,28	150,25	67,21	1.297,22	115,92	42,97	-96,69%	37,07%	0,15%
RECEITAS DE CAPITAL	**1.140,93**	**-**	**1.565,71**	**852,38**	**3.773,30**	**370,55**	**-56,53%**	**9,82%**	**1,28%**
Operações de Crédito	-	-	-	-	1.000,00	-	-	-	-
Alienação de Bens	68,55	-	378,60	-	48,00	-	-	-	-
Amortização de Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.072,38	-	1.187,11	846,86	2.721,34	369,08	-56,42%	13,56%	1,27%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	5,52	3,96	1,47	-73,35%	37,17%	0,01%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**748,67**	**757,10**	**-**	**-**	**1.183,00**	**3.197,89**	**-**	**270,32%**	**11,02%**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**22.031,46**	**21.151,27**	**25.266,42**	**26.836,73**	**29.540,00**	**29.010,70**	**8,10%**	**98,21%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Notas:
(1) Valores dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2020.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Gráfico 4 – Composição % das Receitas Orçamentárias (Sertão Santana)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

As receitas orçamentárias do ente municipal, ano de 2020, estão compostas de aproximadamente 98,72% de receitas correntes, considerando as respectivas deduções, e de 1,28% de receitas de capital.

As receitas orçamentárias dos 497 municípios gaúchos no ano de 2020 estão compostas de aproximadamente 96,23% de receitas correntes e de 3,70% de receitas de capital.

Com base nos dados apresentados anteriormente, constata-se uma evolução de 31,68% na arrecadação de Sertão Santana, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 8,10% entre os anos de 2019 e 2020.

A evolução média ponderada de arrecadação da totalidade dos municípios do Estado é de 30,74%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 10,89%, entre os anos de 2019 e 2020, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas orçamentárias arrecadadas *per capita* do Município somam R$ 4.437,92 por habitante, no ano de 2020, representando uma evolução de 26,54%, entre os exercícios de 2016 e de 2020, e de 7,26%, no ano de 2020 (v. quadro seguinte).

Quadro 24 – Receitas Orçamentárias Arrecadadas Per Capita

Ano	Receitas Orçamentárias (A)	População (B)	Receitas Orçamentárias *per capita* (A/B)
2016	R$ 22.031.463,54	6.282	R$ 3.507,08
2017	R$ 21.151.273,99	6.317	R$ 3.348,31
2018	R$ 25.266.416,27	6.433	R$ 3.927,63
2019	R$ 26.836.730,33	6.486	R$ 4.137,64

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

2020	R$ 29.010.700,09	6.537	R$ 4.437,92

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e IBGE.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98.

Os municípios gaúchos, no ano de 2020, apresentaram receita orçamentária per capita média ponderada de R$ 3.874,62 por habitante. A evolução média ponderada apurada é de 29,38%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 10,45%, entre os anos de 2019 e 2020.

6.3.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes

A arrecadação do município de Sertão Santana em 2020 revela um excesso de R$ 2.873.447,13 nas receitas correntes, que representa perto de 11,15% do montante estimado.

Nos dois últimos anos, o Município acumula um superavit de R$ 6.306.137,34, que corresponde a 13,05% das receitas previstas para o período.

Quadro 25 – Comparativo entre Estimativa e Montante Arrecadado (2019 e 2020)

Ano	Estimada (R$) (A)	Realizada (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2019	22.551.661,00	25.984.351,21	3.432.690,21	15,22%
2020	25.766.700,00	28.640.147,13	2.873.447,13	11,15%
		Acumulado	**6.306.137,34**	**13,05%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97

Os municípios gaúchos apresentaram deficit de arrecadação médio de 0,79% em 2019 e um superavit de arrecadação médio de 0,95%, em 2020, atingindo um superavit médio de 0,08%, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

Para o exercício de 2021, o município de Sertão Santana projeta em 15,50% a queda das receitas correntes sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2020, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 26 – Estimativa das Receitas Correntes (2021) (em R$)

Município	Realizada 2020 (A)	Estimada 2021 (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Sertão Santana	28.640.147,13	24.202.000,00	-4.438.147,13	-15,50%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

A redução média ponderada das receitas correntes de todos os municípios do Estado está estimada em 0,51% para o exercício de 2021, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para 2020, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas correntes arrecadadas pelo Executivo Municipal de Sertão Santana no exercício de 2020 somam R$ 28.640.147,13, configurando uma evolução na arrecadação de 37,10%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 10,22%, entre os anos de 2019 e 2020 (v. quadro seguinte).

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

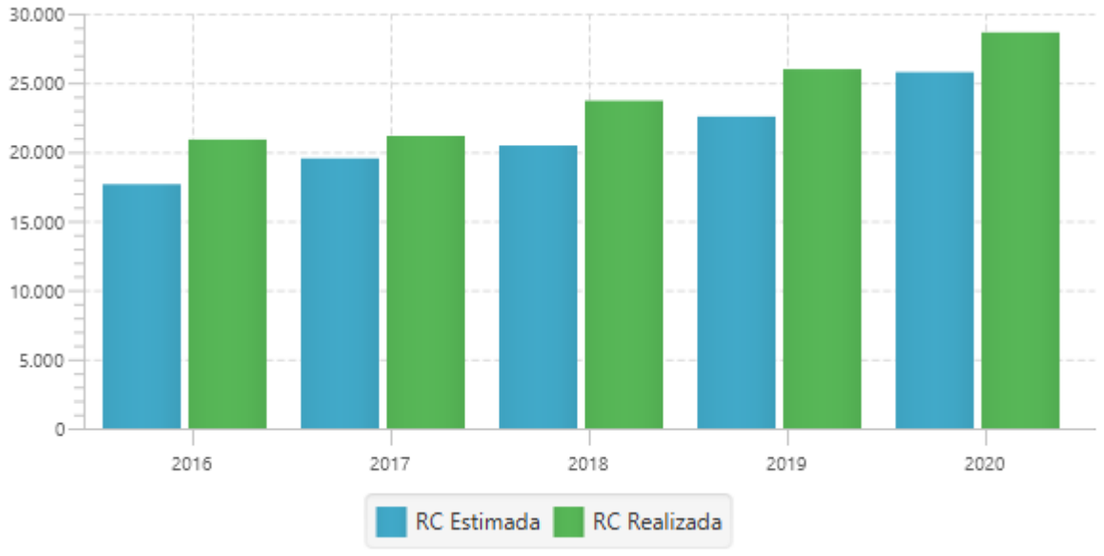
Página 936
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 28
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

Quadro 27 – Evolução das Receitas Correntes (2016 a 2020) (em R$ mil)

DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2016	2017	2018	2019	2020				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Estimada	Realizada	Evolução	Estimada x Realizada	% Total
Receita Tributária	**986,79**	**881,05**	**1.034,48**	**1.069,98**	**1.336,54**	**1.301,61**	**21,65%**	**97,39%**	**4,54%**
IPTU	194,08	202,24	262,19	211,69	434,50	243,43	15,00%	56,03%	0,85%
IR	290,54	295,41	331,43	365,01	376,50	441,31	20,90%	117,21%	1,54%
ITBI	112,10	54,06	59,50	70,05	60,85	109,40	56,17%	179,78%	0,38%
ISS	322,24	261,56	283,30	325,60	312,45	387,06	18,88%	123,88%	1,35%
ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	67,83	67,79	98,07	97,63	152,24	120,40	23,33%	79,09%	0,42%
Contribuições de Melhorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições	1.670,07	1.540,63	3.404,82	2.015,05	405,00	1.121,57	-44,34%	276,93%	3,92%
Receita Patrimonial	1.830,50	1.712,03	1.508,21	2.584,34	753,54	2.366,33	-8,44%	314,03%	8,26%
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	80,87	100,79	93,97	197,14	141,54	151,41	-23,20%	106,97%	0,53%
Transferências Correntes	**15.380,34**	**16.009,43**	**17.592,01**	**18.820,62**	**21.831,16**	**20.458,36**	**8,70%**	**93,71%**	**71,43%**
TRANSF. DA UNIÃO	7.366,61	7.410,16	8.079,67	9.127,33	11.071,82	10.649,82	16,68%	96,19%	37,18%
TRANSF. DO ESTADO	7.667,24	8.186,69	5.351,33	5.692,60	5.886,35	5.621,29	-1,25%	95,50%	19,63%
TRANSF. MULTIGOVERN.	-	-	4.161,01	4.000,68	4.873,00	4.185,62	4,62%	85,89%	14,61%
DEMAIS TRANSF.	346,48	412,58	-	0,01	-	1,64	16255,90%	-	0,01%
Outras Receitas Correntes	193,28	150,25	67,21	1.297,22	115,92	42,97	-96,69%	37,07%	0,15%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	748,67	757,10	-	-	1.183,00	3.197,89	-	270,32%	11,17%
Total	**20.890,53**	**21.151,27**	**23.700,71**	**25.984,35**	**25.766,70**	**28.640,15**	**10,22%**	**111,15%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS.
(2) Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita excluí-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.
(3) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Gráfico 5 – Evolução da Arrecadação das Receitas Correntes (Sertão Santana)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A evolução média de arrecadação das receitas correntes da totalidade dos

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

municípios do Estado é de 30,64%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 10,39%, entre os anos de 2019 e 2020, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas correntes arrecadadas per capita de Sertão Santana somam R$ 4.381,24 por habitante, no ano de 2020, representando uma evolução de 31,75%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 9,36%, entre os anos de 2019 e 2020 (v. quadro abaixo).

Quadro 28 – Receitas Correntes Arrecadadas per capita

Ano	Receitas Correntes (A)	População (B)	Receitas Correntes *per capita* (A/B)
2016	R$ 20.890.532,30	6.282	R$ 3.325,46
2017	R$ 21.151.273,99	6.317	R$ 3.348,31
2018	R$ 23.700.705,27	6.433	R$ 3.684,24
2019	R$ 25.984.351,21	6.486	R$ 4.006,22
2020	R$ 28.640.147,13	6.537	R$ 4.381,24

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e do IBGE.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a codificação 1 e 91.

Os municípios gaúchos apresentam receita corrente per capita média ponderada de R$ 3.721,07 por habitante no ano de 2020. A evolução média apurada é de 29,29%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 9,95%, entre os anos de 2019 e 2020, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

6.3.3 Origem das Receitas Correntes

As receitas correntes, em termos de origem, são oriundas do processo de arrecadação do próprio ente municipal ou resultantes de transferências de outros entes.

A arrecadação própria do município de Sertão Santana importa em R$ 8.181.785,19 e a originária de transferências correntes, em R$ 20.458.361,94, o que representa 28,57% e 71,43%, respectivamente, das receitas correntes realizadas em 2020, livres das deduções.

Quadro 29 – Composição das Receitas Correntes - Origem dos Recursos

Ano	Arrecadação Própria (R$)	%	Transferências Correntes (R$)	%	Índice de Arrecadação Própria
2016	R$ 5.510.191,70	26,38	R$ 15.380.340,60	73,62	0,36
2017	R$ 5.141.845,98	24,31	R$ 16.009.428,01	75,69	0,32
2018	R$ 6.108.694,98	25,77	R$ 17.592.010,29	74,23	0,35
2019	R$ 7.163.730,80	27,57	R$ 18.820.620,41	72,43	0,38
2020	R$ 8.181.785,19	28,57	R$ 20.458.361,94	71,43	0,40

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Com base nos dados extraídos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a participação ponderada média dos 497 municípios do Estado no ano de 2020 é de 30,97% de arrecadação própria e de 68,96% de transferências correntes, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2020, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

Em Sertão Santana, a relação entre a arrecadação própria e as transferências

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

correntes é de 0,40 de toda a receita auferida em 2020, enquanto que na totalidade dos municípios gaúchos, a média é de 0,48.

As receitas arrecadadas diretamente pelo Poder Executivo de Sertão Santana em 2020 atingem o montante de R$ 8.181.785,19. O quadro seguinte demonstra a composição desse valor:

Quadro 30 – Composição das Receitas Arrecadadas Diretamente

Cód	Conta	Estimada	Realizada	Diferença	%
11	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.444.020,78	-247.464,22	-14,63
12	Contribuições	405.000,00	1.121.567,51	716.567,51	176,93
13	Receita Patrimonial	758.541,16	2.901.437,87	2.142.896,71	282,50
16	Receita de Serviços	141.690,00	151.408,61	9.718,61	6,86
19	Outras Receitas Correntes	115.920,00	42.973,06	-72.946,94	-62,93
72	Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.488.545,62	573.545,62	62,68
79	Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.709.344,87	1.441.344,87	537,82
911	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-354.950,00	-142.407,91	212.542,09	-59,88
913	(R) DEDUÇÕES DE RECEITA PATRIMONIAL	-5.000,00	-535.105,22	-530.105,22	10602,10
916	(R)Receita de Serviços	-150,00	0,00	150,00	-100,00
	Total	**3.935.536,16**	**8.181.785,19**	**4.246.249,03**	**107,90**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas: 1. A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS 2. Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita exclui-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.

A arrecadação própria de Sertão Santana apresenta uma evolução de 48,48%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 14,21% entre os anos de 2019 e 2020. A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 25,71%, entre 2016 e 2020, e de 0,29%, entre os anos de 2019 e 2020, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2020, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas de transferências correntes recebidas pelo município de Sertão Santana no ano de 2020 atingiram o montante de R$ 20.458.361,94. (v. quadro abaixo).

Quadro 31 – Composição das Receitas de Transferências Correntes Recebidas

Cód	Conta	Estimada	Realizada	Diferença	%
17	Transferências Correntes	24.800.584,44	23.192.985,60	-1.607.598,84	-6.48
917	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-2.969.420,60	-2.734.623,66	234.796,94	-7.91
	Total	**21.831.163,84**	**20.458.361,94**	**-1.372.801,90**	**-6,29**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa mensal ao TCE/RS.

As transferências correntes recebidas por Sertão Santana apresentam uma evolução de 33,02%, entre os exercícios de 2016 e 2020, e de 8,70% entre os anos de 2019 e 2020. A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 34,89%, entre 2016 e 2020, e de 16,69%, entre os anos de 2019 e 2020, , considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2020, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

6.4 Despesas

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

O planejamento de qualquer entidade é realizado através do orçamento, onde é apresentado o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período.

O acompanhamento da execução orçamentária da despesa permite uma visão mais clara do programa governamental, proporcionando maior racionalidade e eficiência na Administração Pública, ampliando assim a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade com a aplicação dos recursos públicos.

Os principais estágios da execução da despesa orçamentária são o empenho, a liquidação e o pagamento.

O Poder Executivo de Sertão Santana, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 29.834.356,25 a sua despesa total para o ano de 2020, consoante a Lei Orçamentária Anual nº 1499/2019 e os decretos municipais que alteram a referida lei, e executou efetivamente o montante de R$ 21.263.736,6, gerando uma economia de 28,73% entre o valor fixado atualizado e o realizado.

Essa situação teve origem na economia das despesas correntes de 14,03% combinada com a economia das despesas de capital de 90,37%.

Quadro 32 – Evolução da Execução Orçamentária em R$ mil – 2016 a 2020

Categoria Econômica	Natureza da Despesa		2016	2017	2018	2019	2020				
			Empenho	Empenho	Empenho	Empenho	Dotação	Empenho	% Evol.	Orç. x Real.	% Total Real.
Despesas Correntes	31	Pessoal e Encargos Sociais	10.213	10.792	11.824	13.475	15.615	14.845	10,17%	-4,93%	69,81%
	32	Juros e Encargos da Dívida	59	81	-	-	-	-	-	-	-
	33	Outras Despesas Correntes	5.807	6.568	6.557	7.417	8.548	5.927	-20,08%	-30,66%	27,87%
	TOTAL		**16.079**	**17.441**	**18.380**	**20.892**	**24.163**	**20.772**	**-0,57%**	**-14,03%**	**97,69%**
Despesas de Capital	44	Investimentos	1.478	382	2.112	1.555	5.104	492	-68,39%	-90,37%	2,31%
	45	Inversões Financeiras	7	7	16	10	-	-	-100,00%	-	-
	46	Amortização da Dívida	156	71	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL		**1.642**	**461**	**2.128**	**1.565**	**5.104**	**492**	**-68,58%**	**-90,37%**	**2,31%**
Reservas	99	Reserva de Contingência/RPPS	-	-	-	-	567	-	-	-100,00%	-
TOTAL			**17.720**	**17.902**	**20.508**	**22.456**	**29.834**	**21.264**	**-5,31%**	**-28,73%**	**100,00%**

Notas:
(1) Valores dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2020.

A comparação entre as despesas empenhadas em 2020 e em 2019 revela uma redução de 0,57% das despesas correntes e uma redução de 68,58% das despesas de capital.

Na categoria de despesas correntes, a natureza de despesa orçamentária “Outras Despesas Correntes”, tem a maior variação em comparação com o ano anterior: 20,08%.

Na categoria de despesas de capital, a natureza de despesa orçamentária “Inversões Financeiras” tem a maior variação em comparação com o ano anterior: 100,00%.

No exercício em exame, as despesas correntes e de capital correspondem a 97,69% e 2,31%, respectivamente, do total das despesas orçamentárias.

6.4.1 Despesa por Função e Subfunção

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A subfunção, por sua vez, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do ente municipal,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

relativas ao ano de 2020, classificadas por função e subfunção, com o comparativo entre a fixada atualizada e a executada.

Quadro 33 – Dotação atualizada e despesa empenhada por função e subfunção (2020)

Função	Subfunção	Dotação Autorizada R$	Dotação Empenhada R$	Variação %
4 - Administração	122 - Administração Geral	6.801.955,75	6.074.824,38	-10,69
	123 - Administração Financeira	830.857,11	773.380,01	-6,92
	813 - Lazer	45.100,00	2.020,00	-95,52
	125 - Normatização e Fiscalização	25.000,00	19.035,00	-23,86
4 - Administração TOTAL		7.702.912,86	6.869.259,39	-10,82
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	6.606.608,40	4.948.032,19	-25,10
	365 - Educação Infantil	773.552,55	753.455,98	-2,60
	368 - Educação Básica	450.900,00	61.248,56	-86,42
	306 - Alimentação e Nutrição	104.423,16	51.118,41	-51,05
12 - Educação TOTAL		7.935.484,11	5.813.855,14	-26,74
10 - Saúde	301 - Atenção Básica	6.055.392,95	4.894.985,04	-19,16
	304 - Vigilância Sanitária	139.200,00	111.922,67	-19,60
	305 - Vigilância Epidemiológica	133.000,00	122.359,97	-8,00
	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	35.353,50	29.484,53	-16,60
	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.000,00	9.454,31	-36,97
	845 - Outras Transferências	,00	,00	
10 - Saúde TOTAL		6.377.946,45	5.168.206,52	-18,97
9 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	2.075.000,00	1.631.802,08	-21,36
9 - Previdência Social TOTAL		2.075.000,00	1.631.802,08	-21,36
8 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	799.840,80	663.056,91	-17,10
	242 - Assistência ao Portador de Deficiência	148.100,00	148.052,04	-0,03
	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	3.000,00	,00	-100,00
8 - Assistência Social TOTAL		950.940,80	811.108,95	-14,70
100 - Demais funções	-	4.792.072,03	969.504,52	-79,77
TOTAL		**29.834.356,25**	**21.263.736,60**	**-28,73**

Quadro 34 – Despesas Empenhadas por Habitante (2020)

Código Função	Função	Despesa Empenhada	Despesa por Habitante
004	Administração	R$ 6.869.259,39	R$ 1.050,83
012	Educação	R$ 5.813.855,14	R$ 889,38
010	Saúde	R$ 5.168.206,52	R$ 790,61
009	Previdência Social	R$ 1.631.802,08	R$ 249,63
008	Assistência Social	R$ 811.108,95	R$ 124,08
100	Demais funções	R$ 969.504,52	R$ 148,31

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

TOTAL	**R$ 21.263.736,60**	**R$ 3.252,84**

6.4.2 Despesa por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do município, relativas ao ano de 2020, classificadas por programa, com o comparativo entre a dotação fixada atualizada e as despesas empenhadas no referido ano.

Quadro 35 – Dotações Orçamentárias Atualizadas e Despesas Empenhadas por Programas (2020) (em R$ mil)

Despesas por Programas em 2020				
Código	**Descrição**	**Dotação Autorizada**	**Despesa Empenhada**	**Variação**
0200	Gestão Administrativa	R$ 976,24	R$ 947,16	-2,98%
0202	Modernização da Gestão	R$ 1.705,09	R$ 1.108,30	-35,00%
0203	Eficientização Tributária	R$ 855,86	R$ 792,42	-7,41%
0204	Diversificação Rural	R$ 250,00	R$ 0,00	-100,00%
0205	Conservação do Solo	R$ 82,40	R$ 75,68	-8,15%
0206	Propriedade Organizada	R$ 0,10	R$ 0,00	-100,00%
0207	Manutenção dos Serviços	R$ 2.593,31	R$ 1.363,07	-47,44%
0208	Gestão Ambiental	R$ 20,00	R$ 9,12	-54,41%
0210	Cidade Bonita	R$ 8,27	R$ 6,27	-24,20%
0212	Melhores Caminhos	R$ 1.966,67	R$ 335,67	-82,93%
0213	Manutenção das Atividades	R$ 1.958,91	R$ 1.880,65	-3,99%
0214	Qualificação da Aprendizagem	R$ 7.935,48	R$ 5.813,86	-26,74%
0215	Manutenção da Secretaria	R$ 1.067,54	R$ 1.027,41	-3,76%
0216	Nossa Cultura	R$ 35,00	R$ 24,95	-28,71%
0217	Esporte Cidadania	R$ 4,50	R$ 2,20	-51,11%
0218	Saúde Perto de Todos	R$ 6.290,05	R$ 5.107,80	-18,80%
0219	Qualificação da Estrutura de Saúde	R$ 87,90	R$ 60,41	-31,27%
0220	Vivendo Melhor	R$ 853,25	R$ 718,38	-15,81%
0221	Gestão Social	R$ 48,69	R$ 44,73	-8,13%
0222	Encargos especiais	R$ 3.095,09	R$ 1.945,67	-37,14%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: os valores da coluna "dotação atualizada" apresentados na tabela acima são aqueles originais da Lei Orçamentária Anual, alterados por conta de abertura de créditos adicionais. O detalhamento de tais créditos será explorado no próximo item deste relatório.

6.5 Créditos Orçamentários

6.5.1 Índice de Modificação Orçamentária

A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.

O crédito inicial é aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

dependentes.

A dotação orçamentária é a importância consignada no orçamento anual para atender determinada despesa a fim de executar ações que lhe caiba realizar.

Os créditos adicionais são as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Apresenta-se o desmembramento dos créditos adicionais abertos pelo município de Sertão Santana no exercício em exame:

Quadro 36 – Evolução dos Créditos Adicionais (2016 a 2020) (R$ mil)

Tipo Crédito Adicional	2016		2017		2018		2019		2020	
	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)
Créditos Suplementares	4.472,15	24,32%	4.818,48	23,89%	4.275,17	20,65%	3.616,24	15,26%	3.269,03	11,51%
Créditos Especiais	204,66	1,11%	96,52	0,48%	1.515,87	7,32%	171,00	0,72%	383,34	1,35%
Créditos Extraordinários	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	133,00	0,47%
TOTAL	**4.676,81**	**25,43%**	**4.915,00**	**24,36%**	**5.791,04**	**27,97%**	**3.787,24**	**15,99%**	**3.785,37**	**13,33%**
Total das Despesas Fixadas na LOA	**18.388,14**		**20.172,66**		**20.707,16**		**23.692,24**		**28.406,63**	

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1)IMO (Índice de Modificação Orçamentária).

O Poder Executivo de Sertão Santana, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 29.834.356,25 a sua despesa total para o ano de 2020, consoante a Lei Orçamentária Anual nº 1499/2019 e os decretos municipais que alteram a referida lei, e executou efetivamente o montante de R$ 21.263.736,60, gerando um deficit de 28,73% entre o valor fixado e o realizado, conforme se verificou no item do Resultado Orçamentário anteriormente tratado neste relatório.

Embora tenha havido uma economia nas despesas do ente, o Índice de Modificação Orçamentária (IMO) total do ano em curso é de 13,33%, ou seja, houve necessidade de adaptação do plano elaborado para o ano de 2020.

Os créditos suplementares correspondem a 11,51% do total das despesas fixadas na LOA.

Os créditos especiais correspondem a 1,35% do total das despesas fixadas na LOA.

Os créditos extraordinários correspondem a 0,47% do total das despesas fixadas na LOA.

6.5.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais

Os recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais são o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, o excesso de arrecadação, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei e as operações de crédito autorizadas, conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Os créditos extraordinários devem ser abertos por decreto do poder executivo e submetido ao poder legislativo correspondente (artigo 44 da Lei Federal nº 4.320/1964).

A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que forem autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses daquele exercício, que poderão ser reabertos, por instrumento legal apropriado, nos limites de seus saldos, e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (artigo 167, § 2º

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

da Constituição Federal).

Os recursos utilizados pelo Executivo Municipal de Sertão Santana no ano de 2020 para abertura dos créditos adicionais são os seguintes:

Quadro 37 – Recursos Disponíveis para Abertura de Créditos Adicionais (2020) (em R$)

CRÉDITOS ADICIONAIS (por fonte)	2020	
Auxílios e Convênios	R$ 0,00	0,00%
Excesso de Arrecadação	R$ 1.021.909,48	27,00%
Operações de Crédito	R$ 0,00	0,00%
Reduções/Suplementações Orçamentárias entre Entidades	R$ 30.000,00	0,79%
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma Entidade	R$ 2.357.643,74	62,28%
Superavit Financeiro	R$ 375.816,92	9,93%
TOTAL	**R$ 3.785.370,14**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

6.5.3 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Superavit Financeiro

O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Conforme demonstrado no quadro seguinte, o município de Sertão Santana atende ao disposto no inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Quadro 38 – Superavit Financeiro (2020) (em R$)

Valor Declarado na Abertura do Crédito		Cálculo Superavit Financeiro	
Créditos Especiais	R$ 177.000,00	Ativo Financeiro	R$ 2.358.071,51
Créditos Extraordinários	R$ 0,00	Passivo Financeiro	R$ 934.407,17
Créditos Suplementares	R$ 198.816,92		
Total	R$ 375.816,92	Superávit BP	R$ 1.423.664,34
Suficiência na Fonte de Recurso			R$ 1.047.847,42

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

6.5.4 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Excesso de Arrecadação

O excesso de arrecadação é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, deduzidos os créditos extraordinários abertos no mesmo período.

Conforme demonstrado no quadro seguinte, o município de Sertão Santana não atende ao disposto no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Quadro 39 – Excesso de Arrecadação (2020) (em R$)

Valor Declarado na Abertura do Crédito		Cálculo Excesso de Arrecadação	
Créditos Especiais	R$ 100.100,00	Receita Orçada	R$ 29.540.000,00
Créditos Extraordinários	R$ 133.000,00	Receita Realizada	R$ 29.010.700,09
Créditos Suplementares	R$ 788.809,48	Total de créditos extraordinários abertos no exercício	R$ 133.000,00
Total	R$ 1.021.909,48	Deficit BO	-R$ 529.299,91
Insuficiência na Fonte de Recurso			-R$ 1.021.909,48

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

6.5.5 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Anulação de Dotações Orçamentárias na Entidade

As reduções e suplementações dentro da mesma entidade são alterações na lei orçamentária resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

Conforme demonstrado no quadro seguinte, o município de Sertão Santana atende ao disposto no inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Quadro 40 – Redução / Suplementação na Mesma Entidade (2020) (em R$)

Valor Declarado na Abertura do Crédito		Redução na mesma Entidade	
Créditos Especiais	R$ 106.240,00	Redução (Poder Executivo)	R$ 2.357.643,74
Créditos Extraordinários	R$ 0,00		
Créditos Suplementares	R$ 2.251.403,74		
Total	**R$ 2.357.643,74**	**Redução Total**	**R$ 2.357.643,74**
Suficiência na Fonte de Recurso			**R$ 0,00**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

6.5.6 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Anulação de Dotações Orçamentárias entre Entidades

As reduções e suplementações entre entidades são alterações na lei orçamentária resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

Conforme demonstrado no quadro seguinte, o município de Sertão Santana atende ao disposto no inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Quadro 41 – Redução / Suplementação entre Entidades (2020) (em R$)

Declarado na Abertura do Crédito		Redução Entre Entidades	
Créditos Especiais	R$ 0,00	CM DE SERTÃO SANTANA	R$ 90.199,43
Créditos Extraordinários	R$ 0,00		
Créditos Suplementares	R$ 30.000,00		
Total (1)	**R$ 30.000,00**	**Total (2)**	**R$ 90.199,43**
Suficiência na Fonte de Recurso (2-1)			**R$ 60.199,43**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7 GESTÃO FISCAL

7.1 Aspectos Gerais

7.1.1 Legislação Aplicável

O cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 serão fiscalizados pelo poder legislativo, com o auxílio dos tribunais de contas, e pelos sistemas de controle interno de cada poder e do ministério público.

A competência atribuída aos tribunais de contas está replicada no artigo 5º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCE-RS.

Além da previsão regimental, há a Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019, que dispõe sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, bem como sobre as normas e procedimentos de remessa das informações e dos dados contábeis e fiscais relativos aos órgãos e entidades da esfera municipal, para fins do exercício da fiscalização preconizada pelo artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

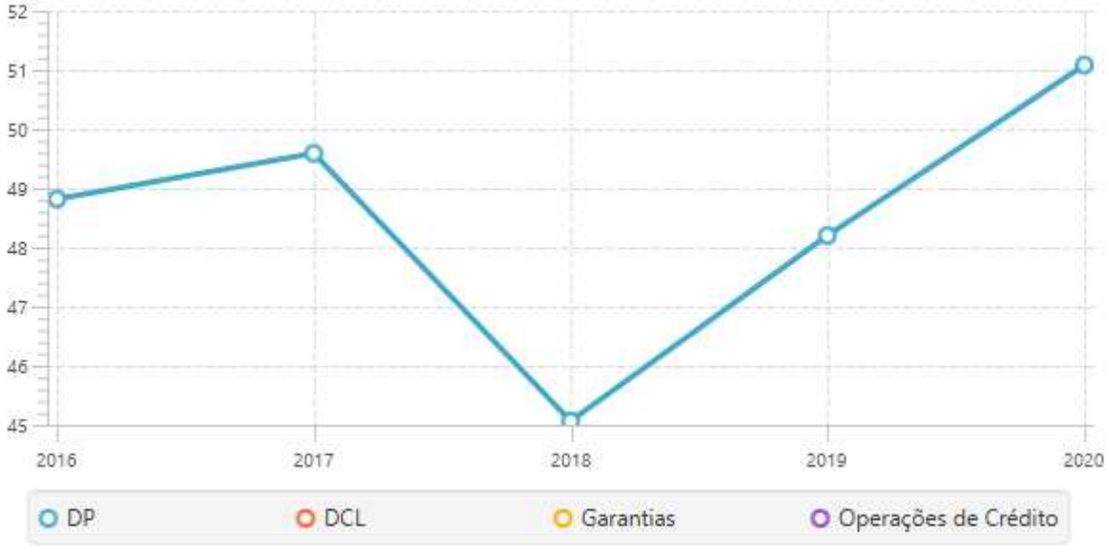
7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal

7.2.1 Índices de Gestão Fiscal

A Lei Complementar Federal nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados que estabelecem o comprometimento de despesas e endividamento.

No gráfico seguinte, tem-se a evolução dos limites fixados pela lei fiscal, atingidos pelo poder executivo de Sertão Santana nos últimos exercícios, quanto à despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, garantias e contragarantias e operações de crédito.

Gráfico 6 – Índices de Gestão Fiscal



Observa-se, em relação à receita corrente líquida:

a) o crescimento das despesas com pessoal, no ano de 2020 em relação ao ano anterior;

b) registra-se a inexistência de dívida consolidada líquida no período.

c) registra-se a inexistência de concessão de garantias e contragarantias no período.

d) registra-se a inexistência de operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita no período.

7.3 Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida serve como parâmetro para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das garantias e contragarantias e das

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 946
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 38
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita orçamentária do ente da federação.

É apurada a partir das informações prestadas individualmente pelos órgãos jurisdicionados ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS e é o resultado da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, deduzida da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e das receitas provenientes da compensação financeira dos regimes de previdência.

Os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar Federal nº 87/1996, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) serão computados como receita corrente líquida, nos termos do § 1º do artigo 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Entretanto o valor referente à perda dos recursos aplicados no FUNDEB não deve ser deduzido para fins de apuração da receita corrente líquida, conforme o disposto no Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019. Já a receita orçamentária advinda da retenção na fonte do imposto de renda sobre a folha de pagamento do município deve ser deduzida, nos termos do Parecer Coletivo nº 02/2002, decidido unanimemente pelo Tribunal Pleno do TCE-RS no Processo nº 676-0200/02-4.

No quadro seguinte, tem-se a evolução da receita corrente líquida do município de Sertão Santana nos últimos cinco anos, e, no gráfico, logo após, a respectiva representação da curva de evolução.

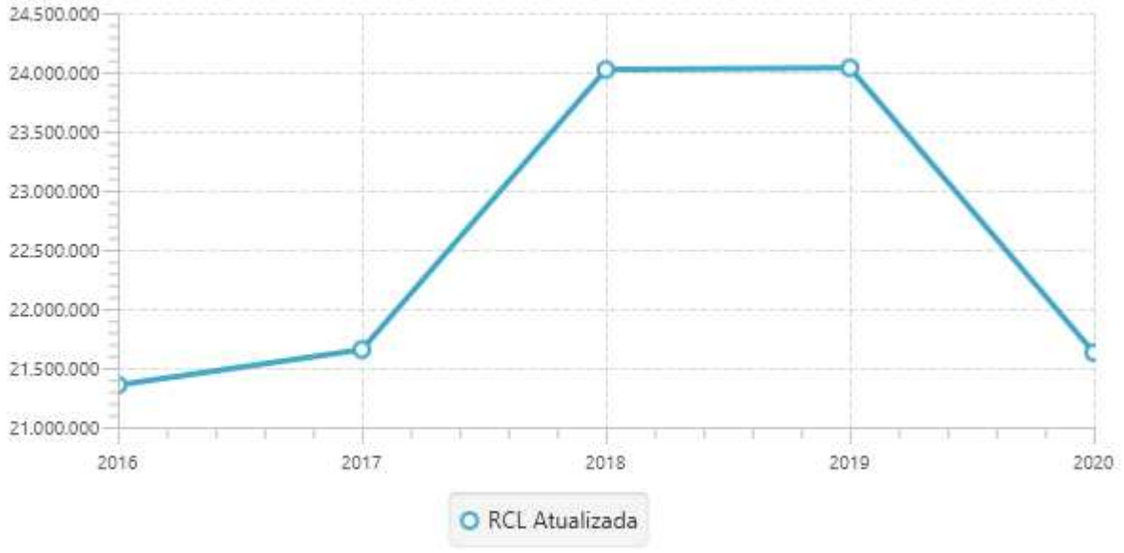
Quadro 42 – Evolução da Receita Corrente Líquida (em R$)

Ano	2016	2017	2018	2019	2020
RCL (1)	R$ 16.674.731,60	R$ 17.071.157,40	R$ 20.038.556,45	R$ 21.263.061,08	R$ 21.630.494,37
RCL (2)	R$ 21.355.921,20	R$ 21.655.089,82	R$ 24.022.566,14	R$ 24.037.057,68	R$ 21.630.494,37
Variação anual %	-	1,40%	10,93%	0,06%	-10,01%

Fonte: SIAPC/PAD.
Notas:
(1) Valores nominais da RCL para fins da apuração dos limites da Despesa com Pessoal.
(2) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 7 – Evolução da Receita Corrente Líquida

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Observa-se que houve uma perda de receitas de 10% no exercício de 2020 em relação a 2019, apesar do recebimento de recursos da União para ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 no montante de aproximadamente R$ 1,54 milhão, conforme se demonstra no quadro a seguir:

Cód. Conta Conta	Receita Realizada (R$)
17180390000000 **Transf. de Recursos do SUS - Outros Prog. Financiados por Transf. Fundo a Fundo**	
17180391010000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 480/2020 - COVID19	14.782,15
17180391020000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.666/20 - COVID 19	155.582,00
17180391030000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.857/20 - COVID19	17.028,00
17180391040000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 430/2020 - COVID19	75.000,00
17180391050000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.358/2020 - COVID19	18.000,00
17180391060000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.222/2020 - COVID19	9.685,00
17180391070000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.405/2020 - COVID19	11.620,00
17180391080000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.516/2020 - COVID19	20.199,33
17180391090000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.797/2020 - COVID19	180.000,00
17180391100000 Transf. de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.994/2020 - COVID19	8.312,50
17181200000000 **Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS**	
17181211010000 Incremento Temporário ao Bloco da Prot. Social Especial p/ Acões de Combate ao COVID-19	1.560,79

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

17181211020000 Incremento Temporário ao Bloco da Prot. Social Básica p/ Acões de Combate ao COVID-19	120.000,00
17181211030000 Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para EPI Portaria 369/2020	3.150,00
17181211040000 Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS Portaria 369/2020	51.750,00
17189900000000 **Outras Transf. da União**	
17189911050000 Auxílio Financeiro da União para Ações de Enfrentamento à COVID 19 - LC nº 173/2020	93.946,91
17189911060000 Auxílio Financeiro da União para mitigação de efeitos financeiros da COVID 19 - LC nº 173/2020	751.754,57
17280311090000 Transf. de Rec. do FES p/ Enfrent. ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	7.000,00
TOTAL	**1.539.371,25**
Fonte: SIAPC. Remessa n. 62001113392332658.	

7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida

A composição da receita corrente líquida do município de Sertão Santana apurada no exercício de 2020 é a seguinte:

Quadro 43 – Composição da Receita Corrente Líquida (em R$)

ESPECIFICAÇÃO	1º SEM (peça 2859441)	2º SEM (peça 3287511)
Receitas Correntes (a)	13.118.355,13	28.854.393,43
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-1.718.307,81	-3.412.136,79
(-) Outras Deduções (c)	-1.394.096,29	-3.811.762,27
IRRF sobre Rendimento do Trabalho (1)	-150.705,51	-380.160,46
Contribuição Servidores – RPPS	-458.335,56	-1.094.600,84
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	-778.820,49	-2.323.784,05
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	0,00
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	-6.234,73	-13.216,92
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00
Sub total (d = a+b+c)	10.005.951,03	21.630.494,37
(+) Perda com o Fundeb (e) (2)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (f = d+e)	**10.005.951,03**	**21.630.494,37**
Receita Corrente Líquida - 2º Semestre ano anterior (g)	11.460.997,28	-
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (h = f+g)	**21.466.948,31**	**21.630.494,37**
Emendas Parlamentares - art. 166 CF/88 (i)	0,00	0,00
TOTAL RCL AJUSTADA - EC nº 86/2015 (j = h - i) (3)	**21.466.948,31**	**21.630.494,37**

Fonte: Dados do SIAPC/PAD.
Notas:
(1) Parecer Coletivo TCE nº 02/2002;
(2) Parecer Coletivo TCE nº 01/2002;
(3) RCL para fins da apuração dos limites da Despesa com Pessoal.

7.4 Despesa Bruta com Pessoal

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

O objetivo neste item é apresentar um panorama geral da despesa bruta com pessoal, correlacionando-a com outros dados e informações.

A composição e a evolução da despesa bruta com pessoal do poder executivo de Sertão Santana nos últimos cinco anos, considerando todas as despesas de natureza de despesa 3.1, está representada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 44 – Despesa Bruta com Pessoal

Despesa Bruta com Pessoal					
Exercício	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Valores Nominais(1)(2)	10.213.309,73	10.792.432,32	11.823.536,58	13.475.071,91	14.844.921,71
Valores em R$(3)	13.080.548,65	13.690.406,9	14.174.259,02	15.233.040,98	14.844.921,71
Variação Anual %	**-**	**4,66%**	**3,53%**	**7,47%**	**-2,55%**
RCL Valores Nominais	16.674.731,60	17.071.157,40	20.038.556,45	21.263.061,08	21.630.494,37
RCL Valores em R$(3)	21.355.921,20	21.655.089,82	24.022.566,14	24.037.057,68	21.630.494,37
Variação anual %	-	1,40%	10,93%	0,06%	-10,01%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
1. Considerando o somatório total dos grupo de natureza de despesa 31.
2. As despesas correspondem aos valores liquidados no exercício, incluindo toda a despesa correspondente ao elemento de despesa estruturado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
3. Valores corrigidos monetariamente pelo IGP-DI/FGV para efeitos de comparação com o exercício de 2020.

Os números mostram uma redução de 2,55% da despesa bruta com pessoal no exercício de 2020 em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os dados da tabela também revelam um decréscimo de -10,01% da receita corrente líquida apurada em 2020 em referência ao exercício anterior.

Considerando os principais elementos de despesa, relativos aos servidores ativos, inativos, pensionistas e de contratação temporária, temos os seguintes valores:

Quadro 45 – Despesa Bruta com Pessoal - principais elementos de despesa (servidores ativos, inativos, pensionistas e contratação temporária)

Vínculo	**Valores**				
	2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Servidores Ativos	9.014.791,14	8.760.769,45	8.777.308,59	9.388.166,07	9.084.325,42
Contratação Temporária	-	274.035,14	190.127,22	180.380,83	192.365,98
Inativos	851.442,59	1.143.119,14	1.159.686,49	1.346.702,84	1.371.536,04
Pensionistas	59.040,81	62.629,78	74.258,86	81.944,20	140.835,76
Outros	3.155.274,11	3.449.853,39	3.972.877,86	4.235.847,04	4.055.858,51
Total das Despesas Brutas	**13.080.548,65**	**13.690.406,90**	**14.174.259,02**	**15.233.040,98**	**14.844.921,71**

Fonte: Dados SIAPC

De posse destes dados, verifica-se que em 2020:

a) 61,19% das despesas brutas correspondem aos servidores ativos;

b) 9,24% das despesas brutas correspondem aos servidores inativos;

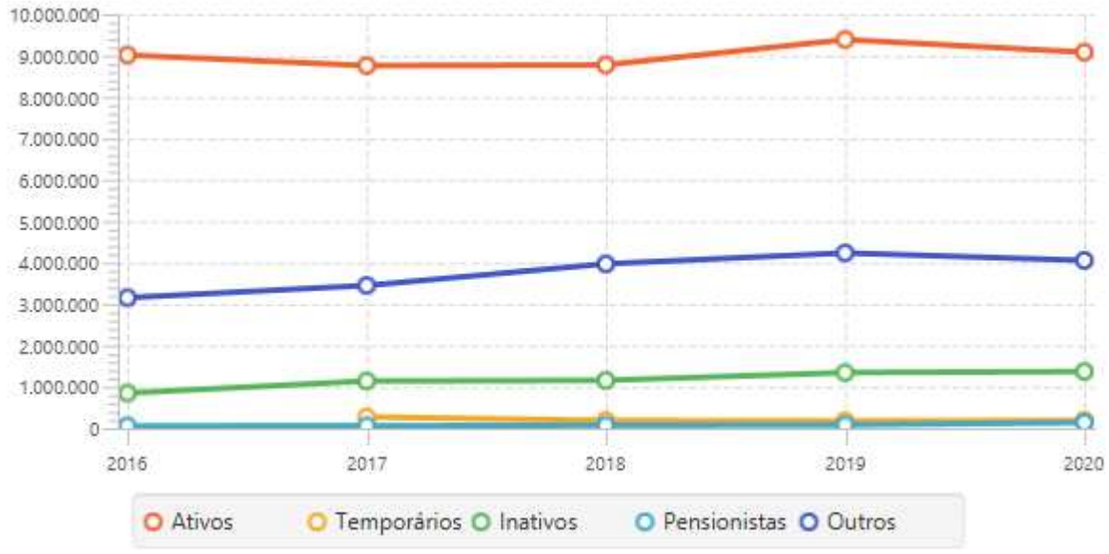
c) 0,95% das despesas brutas correspondem aos pensionistas;

d) 1,30% das despesas brutas correspondem aos contratos temporários; e

d) 27,32% das despesas brutas correspondem a outros.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Gráfico 8 – Despesa Bruta com Pessoal - principais elementos de despesa (servidores ativos, inativos, pensionistas e contratação temporária)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A quantidade e estratificação dos servidores lotados no poder executivo de Sertão Santana nos últimos cinco anos são as seguintes:

Quadro 46 – Número de Servidores (Matrículas)

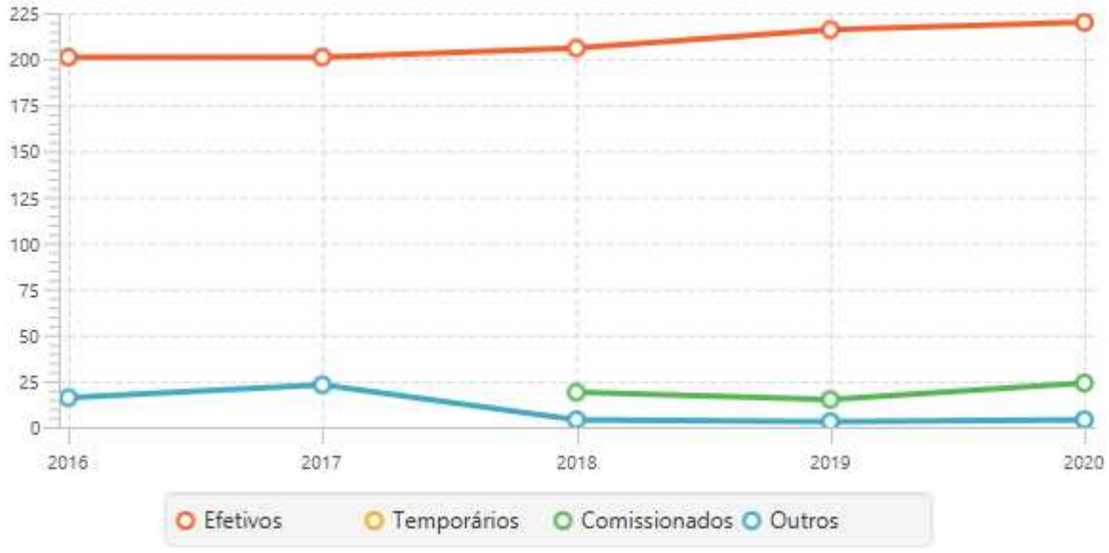
Vínculo	Número de Matrículas				
	2016	2017	2018	2019	2020
Efetivos	201	201	206	216	220
Contratação Temporária	-	-	-	-	-
Comissionados	-	-	19	15	24
Outros	16	23	4	3	4
Total	217	224	229	234	248
Variação Anual %	-	3,23%	2,23%	2,18%	5,98%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 9 – Número de Servidores (Matrículas)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 951
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 43
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados, pode-se concluir que no ano de 2020, em relação ao exercício anterior, houve:

a) aumento de 5,98% no número total de servidores;
b) aumento de 60,00% no número de servidores comissionados;
c) aumento de 0,85% no número de servidores ativos, incluídos os temporários.

A comparação entre a despesa bruta com pessoal de todas as áreas da atuação governamental e os valores totais aplicados nas funções saúde e educação, inclusive com pessoal, pelo poder executivo de Sertão Santana no exercício de 2020, com a apuração do valor por habitante, segue no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 47 – Despesa Per Capita

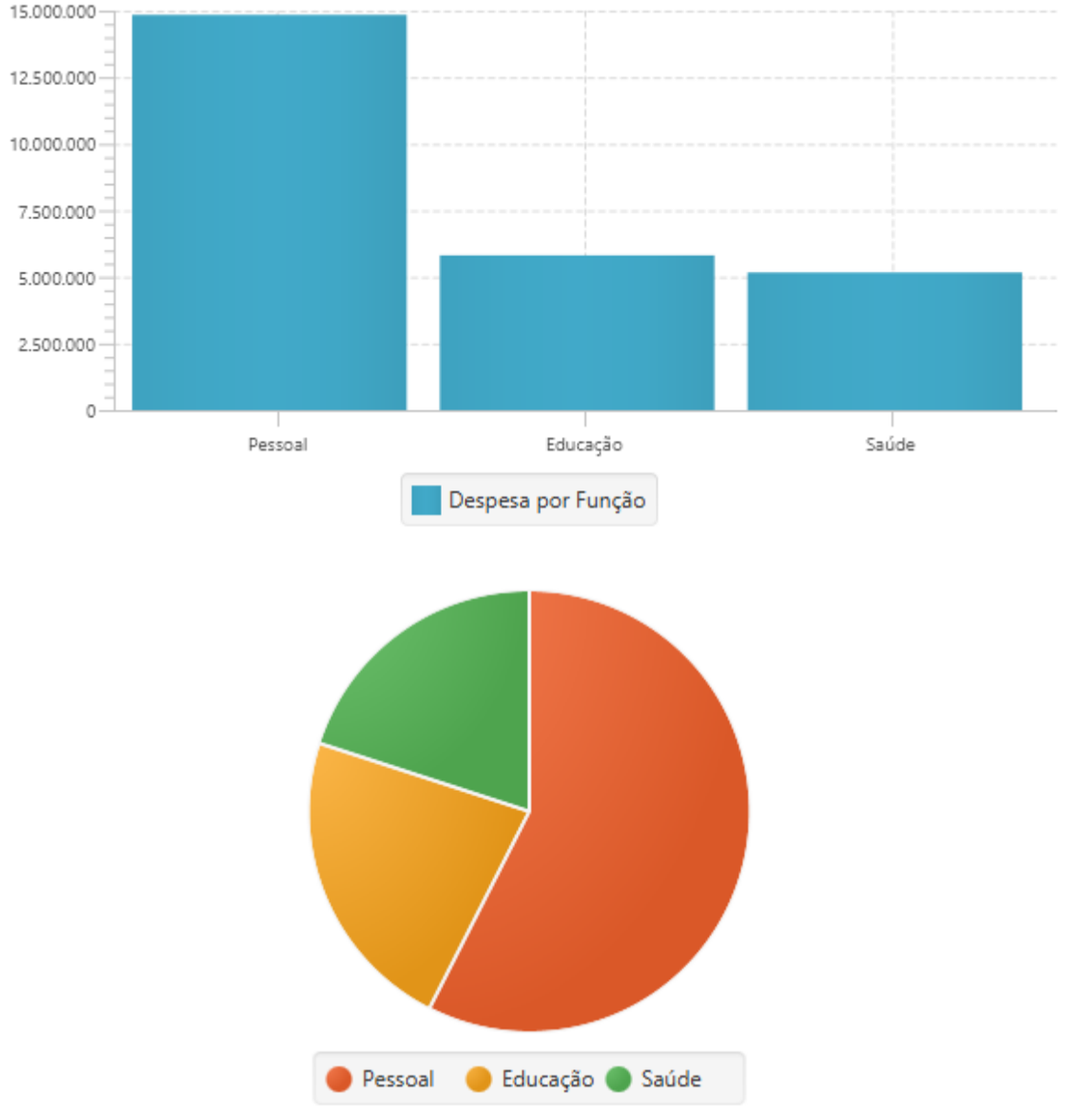
	2020	Despesa per Capita
População	**6.537**	**R$**
Pessoal	14.844.921,71	2.270,91
Educação	5.813.855,14	889,38
Saúde	5.168.206,52	790,61

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 10 – Despesa por Função

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 952
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 44
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal

A despesa total com pessoal é o montante bruto dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, sem qualquer dedução ou retenção, nos termos do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

É apurada somando-se a despesa realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente do empenho, não podendo exceder a 60% da receita corrente líquida do município, sendo 6% para o legislativo e 54% para o executivo, conforme disposto no artigo 19, inciso III, e artigo 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Os critérios e entendimentos para apuração das despesas com pessoal dos entes

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

jurisdicionados da área municipal do Estado do Rio Grande do Sul constam da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019.

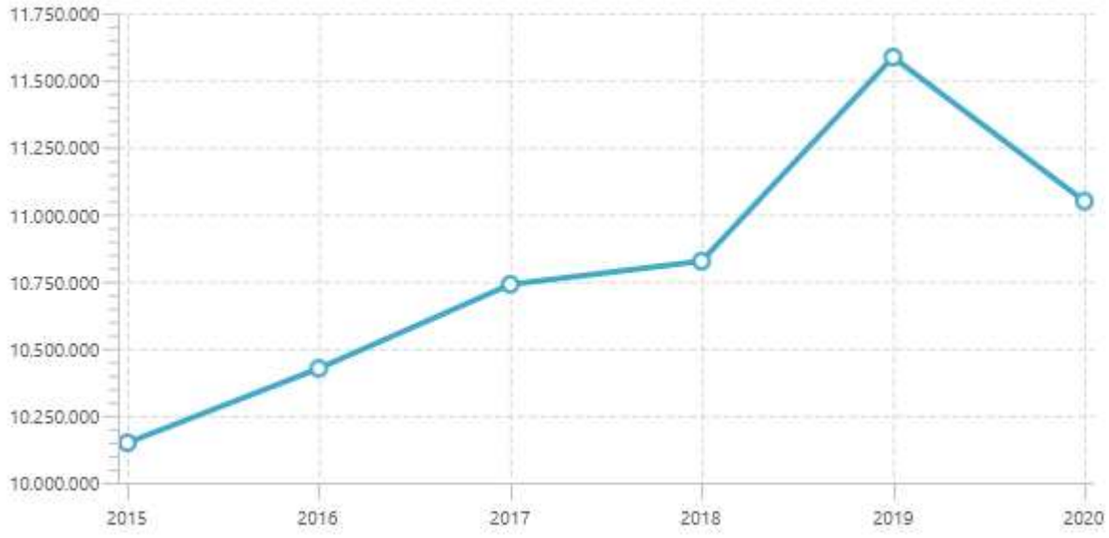
A evolução das despesas com pessoal do poder executivo de Sertão Santana nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 48 – Evolução das Despesas com Pessoal

Ano	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa com Pessoal(1)	R$ 8.140.490,23	R$ 8.465.815,98	R$ 9.030.452,61	R$ 10.249.270,74	R$ 11.049.613,80
Despesa com Pessoal(2)	R$ 10.425.815,06	R$ 10.739.049,57	R$ 10.825.861,92	R$ 11.586.399,11	R$ 11.049.613,80
Variação anual %	2,73%	3,00%	0,81%	7,03%	-4,63%
RCL(2)	R$ 21.355.921,20	R$ 21.655.089,82	R$ 24.022.566,14	R$ 24.037.057,68	R$ 21.630.494,37
% Despesa Pessoal/RCL	48,82%	49,59%	45,07%	48,20%	51,08%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais.
(2) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 11 – Evolução das Despesas com Pessoal



Os dados relativos à receita corrente líquida e à despesa com pessoal apresentados pelo poder executivo de Sertão Santana a partir dos Modelos 1 e 2 do Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019, referentes aos períodos do ano de 2020, foram inseridos no quadro seguinte, com a composição das despesas com pessoal, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos (O valor do item "Pessoal e Encargos Sociais" contém ajuste pela adição do valor de R$ 19.397,83, referente a terceirização irregular de pessoal - (peça 3748797, p. 2))

Quadro 49 – Composição das Despesas com Pessoal

	1º SEM (Peça 2991396)	2º SEM (peça 3748797)
Pessoal e Encargos Sociais (a)	**6.758.195,85**	**14.864.319,54**
Deduções (b)	**1.406.144,89**	**3.434.545,28**
Assistenciais	-142.236,92	-350.927,32

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Inativos	-571.236,65	-1.371.536,04
Pensionistas	-55.962,37	-140.835,76
Indenizatórios	-78.125,08	-79.668,72
Convocação Extraordinária	0,00	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Amortização Passivo Atuarial	-558.583,87	-1.491.577,44
Outros Ajustes	0,00	0,00
Consórcios (c)	**0,00**	**0,00**
Total Naturezas de Despesa (d = a-b+c)	**5.352.050,96**	**11.429.774,26**
IRRF (e)	150.705,51	380.160,46
Total Naturezas de Receitas (f = e)	**150.705,51**	**380.160,46**
Cobertura de Insuficiências Financeiras (g)	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Financeiro (h)	0,00	0,00
Total Contas Patrimoniais (i = g+h)	**0,00**	**0,00**
Empenhos Não Liquidados (j)	93.360,33	-
Restos a Pagar Não Processados (k)	-	0,00
Total Empenhos Não Liquidados/RPNP (l = k+j)	**93.360,33**	**0,00**
Subtotal Despesa com Pessoal - período atual (m = [d-f]+i+l)	**5.294.705,78**	**11.049.613,80**
Despesa com Pessoal do ano anterior (n)	5.413.094,04	0,00
Total da Despesa com Pessoal Ativo/Inativo da Entidade (o = m+n)	**10.707.799,82**	**11.049.613,80**
Receita Corrente Líquida Ajustada - EC nº 86/2015	21.466.948,31	21.630.494,37
% Despesa Com Pessoal	**49,88**	**51,08**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Os alertas, nos termos do artigo 12, inciso IX, da Resolução TCE-RS nº 1.028/2015, foram gerados automaticamente pelo Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS, uma vez que os percentuais apurados pelo poder executivo de Sertão Santana, no 1º e 2º Semestres, ultrapassaram 90% do limite de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

A partir dos dados apresentados no quadro, conclui-se que os percentuais apurados são inferiores ao limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.5 Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida representa o montante da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, e não poderá exceder a 1,2 vezes a receita corrente líquida do município, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Os critérios e entendimentos para apuração da dívida consolidada líquida dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019.

O executivo municipal de Sertão Santana manteve a dívida consolidada líquida zerada no período de 2016 a 2020.

7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida

Os valores e os respetivos percentuais relativos ao endividamento apresentados pelo poder executivo de Sertão Santana a partir dos Modelos 4 e 9 do Anexo I da Instrução Normativa

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

TCE-RS nº 06/2019 (peças 2859442, 3287512), referentes ao ano de 2020 foram inseridos no quadro seguinte, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Quadro 50 – Percentual da Dívida Consolidada Líquida

ESPECIFICAÇÃO	1º SEM (peça 2859442)	2º SEM (peça 3287512)
I - DÍVIDA BRUTA	**0,00**	**0,00**
Precatórios de Curto Prazo a Pagar	0,00	0,00
Encargos Sociais - Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Precatórios de Longo Prazo a Pagar	0,00	0,00
Encargos Sociais - Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar no Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Consórcios	0,00	0,00
II - DEDUÇÕES	**2.823.895,33**	**3.161.905,12**
Caixa	2.823.895,33	3.406.430,71
Restos a Pagar	0,00	-244.525,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III = I - II)	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	21.466.948,31	21.630.494,37
Limite Geral - 120% da RCL Resolução Senado Federal nº 40	25.760.337,97	25.956.593,24
Limite de Alerta - 90% do limite da Resolução do Senado Federal Inciso III do §1º do art. 59 da LRF	23.184.304,17	23.360.933,92
Percentual da DCL sobre a RCL	**0,00%**	**0,00%**
OUTRAS OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DCL	18.547.909,76	26.703.992,68
Dívida com o RPPS	0	0
Dívital Total (incluídos débito com o RPPS)	0,00	0,00
Percentual da DCL sobre a RCL (com débitos com o RPPS)	0,00%	0,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

As obrigações entre as administrações diretas e os respectivos fundos e/ou autarquias municipais, envolvendo dívida previdenciária, não serão incluídas na dívida pública consolidada ou fundada, nos termos da decisão proferida pelo Tribunal Pleno do TCE-RS no Processo nº 8417-0200/01-0, alinhada ao disposto no artigo 2º, § 1º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

O poder executivo de Sertão Santana não apresenta dívida consolidada líquida, tampouco dívida decorrente de emissão de títulos (dívida pública mobiliária), atendendo ao disposto no artigo 3º, inciso II, e no artigo 11 da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

7.6 Operações de Crédito

A operação de crédito é todo compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, e, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, nos termos do disposto no artigo 29, inciso III e § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

O montante global das operações de crédito é limitado em 16% da receita corrente líquida do município em cada exercício financeiro, conforme determina o Senado Federal. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite será calculado considerando-se o cronograma anual de ingresso e a projeção da receita corrente líquida, atualizada por índice divulgado pelo Ministério da Economia.

Os critérios e entendimentos para apuração do montante das operações de crédito dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019.

O executivo municipal de Sertão Santana não realizou operações de crédito no período de 2016 a 2020.

7.6.1 Percentual das operações de crédito

A composição das operações de crédito realizadas pelo poder executivo de Sertão Santana no exercício de 2020 é a seguinte:

Quadro 51 – Composição das Operações de Crédito

Discriminação	1º SEMESTRE (peça 2859442 - RGF)	2º SEMESTRE (peça 3287512 - RGF)
INTERNAS	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00
(-) Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	0,00
(-) Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00
(R) Deduções das Receitas de Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
EXTERNAS	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00
(-) Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	0,00
(-) Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00
(R) Deduções das Receitas de Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
I - TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Operação de Crédito Contratada pelo Consórcio Público	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações Vedadas	0,00	0,00
II - TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

III - TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE	**0**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**21.466.948,31**	**21.630.494,37**
Limite Geral - Resolução do Senado Federal nº 43/2001 - Operações de Crédito Internas e Externas	**3.434.711,73**	**3.460.879,10**
Limite de Alerta (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	**3.091.240,56**	**3.114.791,19**
Percentual da das Operações de Crédito em relação a RCL	**0,00%**	**0,00%**
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	**0,00**	**0,00**
Limite Geral das ARO definido pela Resolução do Senado Federal nº 43 - art. 10 (7% da RCL)	**1.502.686,38**	**1.514.134,61**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**0,00**	**0,00**
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA	**0,00**	**0,00**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados apresentados no quadro, constata-se que:

a) no exercício de 2020, não foram captados recursos com operações de crédito internas e externas;

b) não existe saldo na conta operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, atendendo ao disposto no inciso II do artigo 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

c) não foram efetuadas operações de crédito por antecipação de receita orçamentária em concomitância com operação anterior de mesma natureza não resgatada integralmente, atendendo ao disposto no inciso IV, alínea “a”, do artigo 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Em regra, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. O gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, desde que com disponibilidade de caixa.

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

7.7.1 Valores Restituíveis

Os valores restituíveis são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, em que o município é mero agente depositário, que provocam o surgimento de passivos

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

financeiros.

É necessário que ao final do exercício financeiro conste saldo suficiente no ativo circulante para cobertura dos valores restituíveis inseridos no passivo circulante, nos recursos vinculados extraorçamentários 8001 a 9999, nos termos do Manual Técnico - Volume III - Recurso Vinculado Aplicável aos Órgãos, Entidades e Consórcios Públicos municipais regidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, disponível no portal do TCE-RS.

Na hipótese de insuficiência nos recursos citados, o recurso vinculado livre 0001 deverá comportar essas obrigações.

Quadro 52 – Valores Restituíveis - Prefeitura Municipal de Sertão Santana (81600)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) (1) – I	52.233,71
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) (2) – II	44.008,38
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	**-8.225,33**
Rec. Livre 0001 (Ativo Circulante) (2) – IV	292.386,77
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	**284.161,44**

Notas:
(1) Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante. (peça 3748828)
(2) Peça: 3287511, fls. 26 a 28

A partir dos dados apontados no quadro, observa-se que o Executivo Municipal de Sertão Santana não reservou recursos extraorçamentários para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante. As obrigações sem a necessária cobertura estão assim identificadas na contabilidade do Órgão:

Cod Conta	Descrição	Saldo Atual Crédito (R$)
21881019900030000000	Outros Consignatários - Plano Telefone	248,64
21881010200010000000	INSS - Folha	0,01
21881010200030000000	INSS - Serviço Terceiros	859,20
21881011101000000000	Retenções - Contrib. ao RPPS a Recolher-Executivo/Indiretas	7.117,48
TOTAL		**8.225,33**

Apesar disso, o Órgão possuía saldo em recursos livres (código 0001) em montante suficiente para cobertura daquelas obrigações.

7.7.2 Equilíbrio Financeiro

O equilíbrio financeiro é aferido com os dados mostrados no item anterior e as informações constantes no Modelo 3 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa) e no Modelo 7 (Demonstrativo dos Restos a Pagar) do Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019 e deve evidenciar a existência ou não de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2020.

As informações constantes no Modelo 9 (Demonstrativo dos Limites) do Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2019 (peça 3287512), que, juntamente com o Modelo 7, antes citado, integram o Relatório de Gestão Fiscal, demonstram a existência de disponibilidade financeira suficiente para a cobertura dos valores inscritos em restos a pagar, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, apesar da necessidade de utilização de parte dos recursos livres na cobertura de obrigações com valores restituíveis conforme demonstrado no item anterior.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

7.7.3 Ajustes no Equilíbrio Financeiro

O Órgão inseriu ajuste no Modelo 7-Demonstrativo dos Restos a Pagar adicionando o valor de R$ 48.750,00 às disponibilidades do recurso 1156-Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja, informando que tratava-se de "*VALOR A RECEBER DA UNIÃO REFERENTE A 20% DO CONTRATO DE REPASSE Nº838406/2016 RUA WALTER KESS.*".

Em verificação ao Portal da Transparência da União, constatou-se que o Município efetivamente possuía aquele valor a receber, tendo ocorrido a transferência dos recursos em 23/06/2021.

7.7.4 Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal

As despesas empenhadas e não pagas devem ser inscritas em restos a pagar ao final do exercício financeiro, nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 4.320/1964.

A partir das informações extraídas do Modelo 7 (Demonstrativo dos Restos a Pagar) do Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2019 (peça 3287511), demonstra-se, no quadro seguinte, os valores dos empenhos efetuados nos meses de maio a dezembro de 2020, com a identificação dos não liquidados e dos liquidados e não pagos durante o exercício, e as respectivas disponibilidades financeiras, no intuito de verificar o cumprimento do disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Quadro 53 – Cálculo da Suficiência Financeira (PM DE SERTÃO SANTANA)

Recurso (1)	Restos a Pagar			Disponibilidade Financeira	Insuficiência Financeira	Órgão (2)
	Processados	Não Processados	Total			
0001	193.566,55	190,27	193.756,82	292.386,77	0,00	81600
0020	1.911,26	0,00	1.911,26	154.231,38	0,00	81600
0031	10.905,59	0,00	10.905,59	12.019,58	0,00	81600
0040	6.509,39	0,00	6.509,39	47.303,78	0,00	81600
1027	537,86	0,00	537,86	200.604,97	0,00	81600
1151	97,24	0,00	97,24	18.605,21	0,00	81600
1156	0,00	12.768,59	12.768,59	53.286,33	0,00	81600
1181	7.380,00	0,00	7.380,00	323.808,89	0,00	81600
4011	879,75	0,00	879,75	251.344,75	0,00	81600
4500	20.769,95	0,00	20.769,95	406.495,24	0,00	81600
4511	1.560,00	1.040,00	2.600,00	367.384,77	0,00	81600
TOTAL	**244.117,59**	**13.998,86**	**258.116,45**	**2.127.471,67**	**0,00**	**-**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Legenda dos códigos de Recursos Vinculados:
0001 - Recursos Livre
1027 - Transf.Salário Educação - Federal
1151 - FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF
1156 - Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja
1181 - Cessão Onerosa
0020 - Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental
0031 - Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%
0040 - A S P S
4011 - ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)
4500 - Bloco CUSTEIO Atenção Básica
4511 - Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo
(2) Legenda dos códigos de Órgãos:
81600 - PM DE SERTÃO SANTANA

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Os dados e informações mostram que o saldo em disponibilidade de caixa ao final do exercício é suficiente para cobrir os valores inscritos em restos a pagar nos últimos dois quadrimestres do exercício de 2020, em atendimento ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

É obrigatória, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a publicação e a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, dentre os quais estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Os prazos, formas e meios de publicação e divulgação desses relatórios encontram-se dispostos no Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019.

7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

A publicação e divulgação do Relatório de Gestão Fiscal dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2019.

Quadro 54 – Prazos de Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes (1)
RGF	Art. 55, § 2º da Lei Federal nº 101/2000	30 dias após final de cada quadrimestre	30 dias ao final de cada de semestre
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

Nota:
(1) É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral, conforme o prescrito no artigo 63, inciso II, alínea "b" da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é esta:

Quadro 55 – Publicação e Divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (Sertão Santana)

. .	Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
				Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
RGF	2ºS/2019(1)	30-01-20	2526625	29-01-20	29-01-20	29-01-20	0	0	0
	1ºS/2020	30-07-20	3287511	20-07-20	29-07-20	29-07-20	0	0	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Processo de Contas de Governo nº 4338-0200/19-1

Conclui-se, portanto, que as publicações e divulgações do Relatório de Gestão Fiscal ocorreram nos prazos estabelecidos, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

A publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

nº 06/2019.

Quadro 56 – Prazos de Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes
RREO	Art. 52 da Lei Federal nº 101/2000	30 dias após o final de cada bimestre	
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é esta:

Quadro 57 – Publicação e Divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Sertão Santana)

..	Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
				Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
RREO	6ºB/2019(1)	30-01-20	2526625	29-01-20	29-01-20	29-01-20	0	0	0
	1ºB/2020	30-03-20	3287511	27-03-20	27-03-20	26-03-20	0	0	0
	2ºB/2020	01-06-20	3287511	27-05-20	27-05-20	27-05-20	0	0	0
	3ºB/2020	30-07-20	3287511	20-07-20	29-07-20	29-07-20	0	0	0
	4ºB/2020	30-09-20	3287511	30-09-20	30-09-20	30-09-20	0	0	0
	5ºB/2020	30-11-20	3287511	24-11-20	25-11-20	24-11-20	0	0	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Processo de Contas de Governo nº 4338-0200/19-1.

Conclui-se, portanto, que as publicações e divulgações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária ocorreram nos prazos estabelecidos, em cumprimento ao disposto no artigo 52 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.9 Audiências Públicas

A audiência pública é um mecanismo que propicia ao cidadão o exercício da participação popular nos atos de governo.

Cumpre ao poder executivo demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada bimestre ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro em audiência pública na câmara municipal, em comissão equivalente àquela referida no § 1º do artigo 166 da Constituição Federal, conforme o disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.9.1 Realização de Audiências Públicas

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (item 5.1.3 do relatório de validação e encaminhamento), a situação encontrada é a seguinte (peça 3287511):

Quadro 58 – Datas e Locais das Audiências Públicas

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias Atraso
3ºQ/19	29-02-20	26-02-20	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA	0
1ºQ/20	31-05-20	26-05-20	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA	0

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

2ºQ/20	30-09-20	29-09-20	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Com base nos dados, conclui-se que as audiências públicas foram realizadas nos prazos estabelecidos no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.10 Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

Os recursos públicos arrecadados pelo município devem ser aplicados na execução de suas competências constitucionais, fundamentalmente as previstas nos artigos 23, 30 e 195 da Constituição Federal.

Entretanto, é possível que um ente municipal custeie despesas de outro ente da federação, desde que não haja infringência aos regramentos constitucionais e legais aplicáveis a esta espécie de ajuste.

Para tanto, é necessário autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual e existência de convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme determina o artigo 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

7.10.1 Ocorrência de Custeio por Ente Municipal

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (item 5.1.5 do relatório de validação e encaminhamento) (peça 3287511), pode-se constatar a não contribuição do município de Sertão Santana para o custeio de despesas de outros entes da federação no exercício de 2020.

8 GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 Aspectos Gerais

8.1.1 Conceitos

O aspecto patrimonial da contabilidade aplicada ao setor público compreende o registro e a evidenciação da composição do patrimônio do ente e sua avaliação por indicadores financeiros, na forma dos artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei Federal nº 4.320/1964, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais representam importantes instrumentos de avaliação da gestão patrimonial.

A análise das demonstrações contábeis é uma das técnicas que possibilita compreender a situação econômico-financeira do ente e as consequências das decisões dos gestores ante o patrimônio público ao longo dos anos.

8.2 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O balanço patrimonial é estruturado em:

a) ativo - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

passado, com potencial de serviços ou com capacidade de gerar benefícios econômicos;

b) passivo - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade;

c) patrimônio líquido (ou situação patrimonial líquida) - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial

Os indicadores financeiros para a análise e interpretação dos resultados apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

a) situação financeira - demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, a soma dos recursos financeiros disponíveis ou realizáveis no curto prazo, em confronto com as obrigações financeiras de curto prazo;

b) liquidez corrente - demonstra quanto o ente detém de recursos disponíveis para a quitação de suas dívidas circulantes, ou seja, de curto prazo;

c) liquidez geral - demonstra quanto o ente detém de recursos realizáveis de curto e longo prazo para o pagamento da totalidade das suas obrigações;

d) solvência - medida de capacidade do ente em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com todos os seus recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes;

e) endividamento geral - demonstra o grau de endividamento do ente, refletindo também a sua estrutura de capital;

f) composição do endividamento - demonstra o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício.

No quadro abaixo, são demonstrados esses indicadores, calculados a partir do balanço patrimonial do poder executivo de Sertão Santana, encerrado em 31/12/2020 (peça 3287514).

Quadro 59 – Indicadores Patrimoniais

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
Situação Financeira	AF / PF	30.123.913,42 / 313.546,38	96,07	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit financeiro, fonte para abertura de crédito adicional, nos termos do § 2º do art. 43 da Lei 4320/64, refletindo a influência positiva da Administração na gestão dos recursos disponíveis
Liquidez Corrente	AC / PC	30.859.428,03 / 296.759,30	103,99	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos disponíveis e realizáveis (bens e direitos) frente as suas obrigações no curto prazo, ou seja, aquelas que deverão ser cumpridas, geralmente, até o final do exercício seguinte à data da elaboração do balanço patrimonial, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes
Liquidez Geral	AC + ARLP / PC + PNC	35.222.461,26 / 26.966.300,02	1,31	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) de curto e longo prazos frente as suas obrigações no mesmo período, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes e não circulantes
Índice de Solvência	AC + ANC / PC + PNC	54.488.561,53 / 26.966.300,02	2,02	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes frente a todas obrigações, refletindo a influência positiva da Administração na solvência da entidade, evidenciando uma situação patrimonial líquida positiva
Endividamento Geral	PC + PNC / AT	26.966.300,02 / 54.488.561,53	0,49	O resultado menor que 0,5 indica que a maioria dos recursos (bens e direitos) da entidade não estão financiados com capital de terceiros, refletindo a influência positiva da Administração na gestão de suas atividades
Composição do Endividamento	PC / PC + PNC	296.759,30 / 26.966.300,02	0,01	O resultado menor que 0,5 indica que a maioria das obrigações existentes ao final do exercício possuem exigibilidade de longo prazo, evidenciando maior qualidade das dívidas pactuadas pela Administração

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: AF - Ativo Financeiro, AC - Ativo Circulante, ARLP - Ativo Realizável a Longo Prazo, ANC - Ativo Não Circulante, AT - Ativo

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Total, PF - Passivo Financeiro, PC - Passivo Circulante, PNC - Passivo Não Circulante.

8.2.2 Inconsistências no Balanço Patrimonial

A Portaria n. 548, de 24/09/2015, da STN-Secretaria do Tesouro Nacional, "*Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual*".

De acordo com os prazos estabelecidos, o município de Sertão Santana, de porte "até 50 mil habitantes", já deveria ter concluído uma série de itens ao final do exercício de 2020. (peça 3748798, p. 5)

Dentre outras disposições, a norma determinou, no § 4º de seu artigo 1º, que "*Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos*" (grifo acrescido).

Ainda assim, as notas explicativas do balanço patrimonial da PM de Sertão Santana não contém qualquer informação sobre o estágio de adequação ao PIPCP-Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimonais. (peça 3287514)

8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais

O indicador financeiro para a análise e interpretação dos resultados apresentados na demonstração das variações patrimoniais é o “resultado das variações patrimoniais”, que demonstra o resultado patrimonial do exercício e é apurado a partir da relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas.

No quadro abaixo, é demonstrado esse indicador, calculado a partir da demonstração das variações patrimoniais do poder executivo de Sertão Santana, encerrada em 31/12/2020 (peça 3287515).

Quadro 60 – Quociente Patrimonial

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
Resultado das Variações Patrimoniais	VPA / VPD	32.327.307,13 / 34.044.801,00	0,95	O resultado menor que 1 indica a existência de deficit patrimonial no exercício, refletindo a influência da Administração na evolução negativa do Patrimônio Líquido

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas; VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas.

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

9.1 Pesquisas Aplicadas

A legislação aplicada à divulgação de informações no âmbito da administração

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

pública é ampla. Nesse sentido, o direto de receber informações dos órgãos públicos e o princípio da publicidade estão inseridos nos artigos 5º, inciso XXXIII, e 37 da Constituição Federal, respectivamente.

Por sua vez, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 exige a disponibilização e divulgação, inclusive em meio eletrônico, por todos os entes da federação, de suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais.

Já a Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como "Lei de Acesso à Informação", regulamenta o acesso da sociedade, na sua condição de destinatária e fiscal dos serviços prestados pelo poder público, a informações e documentos de extremo interesse da coletividade.

Em seguida, registra-se que a Lei Federal nº 13.460/2017, que traz também as atribuições e os deveres atinentes às ouvidorias públicas, prevê a garantia da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

Por fim, observa-se que a Lei Federal nº 13.979/2020 traz a obrigação de serem disponibilizadas, em site oficial específico na internet, todas as aquisições ou contratações realizadas pelo ente federado no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

9.1.1 Pesquisa da Lei de Enfrentamento ao COVID-19

É obrigação do ente federado a disponibilização, no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, de todas as aquisições ou contratações realizadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, conforme o contido no § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do poder executivo de Sertão Santana, constata-se que estão sendo cumpridas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.979/2020 (peça 3748829) .

9.1.2 Pesquisa da Transparência

O ente federado é obrigado a dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Essa imposição advém do disposto nos artigos 48 e 48-A da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

A divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal é tratada em item próprio deste relatório (Publicação do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária).

A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do poder executivo de Sertão Santana, constata-se que estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (peça 3748830) .

9.1.3 Pesquisa do Acesso à Informação

O ente federado é obrigado igualmente, sob pena de responsabilidade, a franquear ao cidadão informações e documentos de interesse particular e coletivo, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal.

No sentido de atender não somente a esse mandamento, mas também ao ditado pelo

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

artigo 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, é dever do ente observar os dispositivos da Lei Federal nº 12.527/2011 – a chamada "Lei de Acesso à Informação" – que, em seu artigo 32, inciso I, tipifica como conduta ilícita do agente público o não fornecimento, o retardamento deliberado ou o fornecimento intencionalmente incorreto de informações requeridas.

Em virtude de a população do município de Sertão Santana ser inferior a 10.000 habitantes, está dispensada a verificação do cumprimento das exigências apresentadas neste item, nos termos do disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei Federal nº 12.527/2011.

9.1.4 Pesquisa da Lei das Ouvidorias

As ouvidorias são responsáveis prioritariamente pelo tratamento das reclamações e denúncias envolvendo irregularidades, desvios de conduta e falhas na prestação de serviços públicos.

O ente federado deve dispor de atos normativos específicos acerca da organização e funcionamento das ouvidorias, na forma do disposto da Lei Federal nº 13.460/2017.

A partir da análise amostral das informações contidas no sítio eletrônico do poder executivo de Sertão Santana, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011 (peça 3748799) :

Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)

- Canal para acesso à Ouvidoria
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)

10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

10.1 Aspectos Gerais

10.1.1 Legislação e Regime Municipal

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, financiado por recursos orçamentários públicos e contribuições sociais, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O sistema previdenciário brasileiro é composto pelo regime geral de previdência social, pelo regime próprio de previdência social e pelo regime de previdência complementar, cuja essência é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, para transformar a poupança presente em benefícios futuros.

O regime próprio de previdência social, exclusivo dos servidores públicos efetivos e constituído em cada ente da federação, tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e deve observar os critérios de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.717/1998.

O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da administração púbica direta, bem como o das respectivas autarquias e fundações, serão amparados pelo regime geral de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 967
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 59
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

previdência social, caso o ente público não tenha instituído seu regime próprio, de acordo com o disposto no artigo 13 da Lei Federal nº 8.212/1991.

A estrutura administrativa-organizacional dos regimes próprios de previdência pode ser na forma de fundo, dentro da estrutura da administração direta, ou de autarquia ou de fundação pública, na administração indireta.

A instituição de regime próprio de previdência implica adoção de contabilidade exclusiva e realização tempestiva e adequada de avaliação atuarial do plano de benefícios, sem prejuízo de observação às exigências de responsabilidade fiscal estabelecidas legalmente.

O regime próprio de previdência do município de Sertão Santana está constituído sob a forma de fundo municipal.

10.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

10.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária

O certificado de regularidade previdenciária tem a finalidade de atestar a situação do município em relação à Lei Federal nº 9.717/1998, conforme previsão contida no Decreto Federal nº 3.788/2001 e na Portaria MPS nº 204/2008.

O caráter contributivo, o equilíbrio financeiro e atuarial e o encaminhamento de documentos obrigatórios são alguns dos critérios para que o certificado seja emitido, nos termos do disposto no artigo 5º da portaria antes referida.

A partir de dados da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, apresentam-se os certificados de regularidade previdenciária válidos no exercício:

Quadro 61 – Certificados de Regularidade Previdenciária Válidos em 2020

CRPs Válidos em 2020			
Número CRP	**Data de Emissão**	**Data de Validade**	**Emissão Judicial**
985761-185701	13/05/2020	09/11/2020	Não
985761-191506	03/12/2020	01/06/2021	Não

Observa-se que o município manteve-se por 156 dias sem certificado de regularidade previdenciária:

Quadro 62 – Períodos sem Certificados de Regularidade Previdenciária

Períodos sem CRP		
De	**Até**	**Diferença em dias**
01/01/2020	12/05/2020	133
10/11/2020	02/12/2020	23

O certificado de regularidade previdenciária válido ao final do exercício, apesar dos 156 dias sem essa condição, coloca o município de Sertão Santana em situação regular neste quesito.

10.3 Avaliação Atuarial

10.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial é o documento elaborado por atuário que caracteriza a população segurada, discrimina os encargos, estima os recursos e as alíquotas de contribuição,

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar e que contém o parecer atuarial relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios do regime próprio, na definição trazida pela Portaria MF nº 464/2018.

A elaboração desse documento, contendo as definições, resultados e medidas necessárias para o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário, é obrigatória em cada balanço, conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal nº 9.717/1998.

O resultado da avaliação atuarial é encaminhado anualmente à Secretaria de Previdência Social do Ministério da Economia até 31 de março do exercício subsequente ao da sua data base, através do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (documento que demonstra resumidamente as características gerais do plano de benefícios e da massa segurada e os principais resultados da avaliação atuarial), de acordo com o previsto no inciso I do § 6º do artigo 5º da Portaria MPS nº 204/2008. Excepcionalmente, no exercício de 2020, o prazo foi prorrogado para 31/07/2020, conforme Portaria SEPRT/ME n. 1.348, de 3 de dezembro de 2019.

A consulta ao Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) revela o cadastramento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial em 28/07/2020, em cumprimento, portanto, ao prazo supracitado.

10.4 Balanço Atuarial do Plano Previdenciário

10.4.1 Evolução do Ativo, Passivo e Resultado Atuarial

O ativo total ou garantidor corresponde ao somatório dos bens e direitos e é composto basicamente pelo saldo financeiro em conta corrente, pelas aplicações em fundos de investimento e em imóveis e pelo valor atual dos parcelamentos de débitos previdenciários.

O passivo atuarial corresponde ao valor presente de todos os compromissos assumidos e resulta da soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) com a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC).

O resultado atuarial é a diferença entre os ativos garantidores e o passivo atuarial do plano de benefícios.

Abaixo o resultado atuarial do fundo em capitalização do exercício em exame e um gráfico explicitando a representatividade das variáveis que compõem o ativo total e o passivo atuarial.

Quadro 63 – Resultado Atuarial - DRAA 2021, enviado dia 30/03/2021, com data focal de 31/12/2020

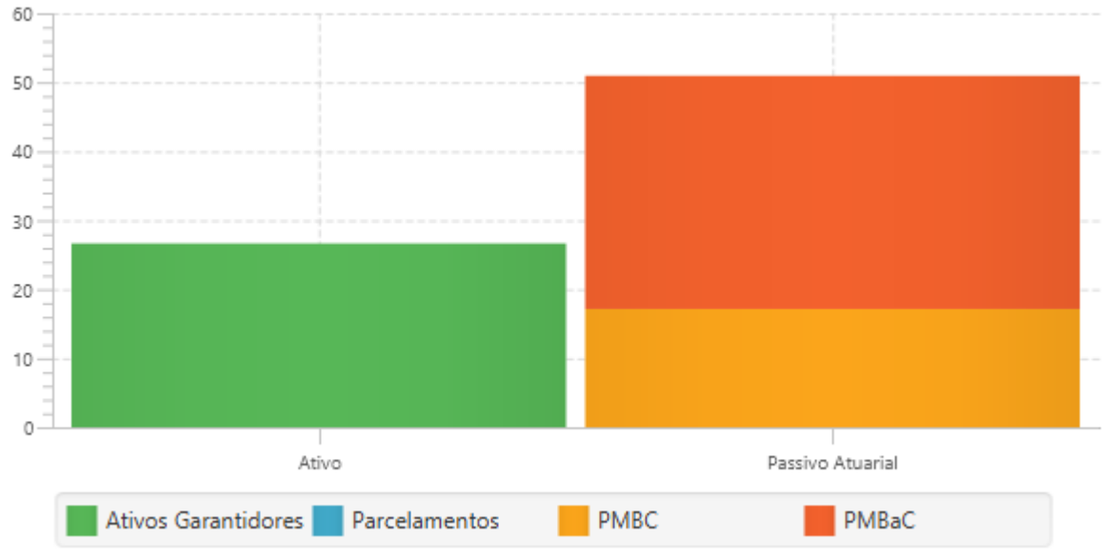
Resultado Atuarial - DRAA 2021		
ATIVO	**Ativos Garantidores**	**26.644.215,00**
	Renda fixa	26.644.215,00
	Renda variável	0,00
	Segmento imobiliário	0,00
	Em enquadramento	0,00
	Títulos e valores não sujeitos ao enquadramento	0,00
	Demais bens, direitos e ativos	0,00
	Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	**0,00**
PASSIVO	**Passivo Atuarial**	**50.935.182,54**
	PMBC - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	**17.150.868,70**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	18.841.355,93
	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	1.690.487,23

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

	PMBaC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	**33.784.313,84**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	60.584.880,92
	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	26.800.567,08
Resultado Atuarial sem plano de amortização: Deficit Atuarial a Amortizar (-)/ Superavit Atuarial (+)		**-24.290.967,54**
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei		46.831.926,96
Resultado Atuarial após plano de amortização: Deficit Atuarial (-) / Superavit Atuarial (+)		**22.540.959,42**

Fonte: Tabela elaborada com base em dados do DRAA obtidos da Secretaria de Previdência.

Gráfico 12 – Resultado Atuarial sem plano de amortização - Fundo em Capitalização (em R$ milhões)



Com intuito de observar o comportamento do fundo em capitalização e mostrar a evolução do resultado atuarial, levantaram-se os dados dos três últimos exercícios, a saber:

Quadro 64 – Evolução do Resultado Atuarial do Fundo em Capitalização

	DRAA 2019	**DRAA 2020**	**DRAA 2021**
Data Focal	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**
Data de Envio DRAA	**11/06/2019**	**28/07/2020**	**30/03/2021**
Ativo Total	**18.536.637,23**	**22.779.233,99**	**26.644.215,00**
Ativos Garantidores	18.536.637,23	22.779.233,99	26.644.215,00
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	**37.501.937,50**	**44.535.894,79**	**50.935.182,54**
PMBC - Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	10.956.239,33	15.872.358,91	17.150.868,70
PMBaC - Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder	26.545.698,17	28.663.535,88	33.784.313,84
Resultado Atuarial sem plano de amortização: Deficit Atuarial a Amortizar (-)/ Superavit Atuarial (+)	**- 18.965.300,27**	**- 21.756.660,80**	**- 24.290.967,54**
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	18.965.300,27	43.420.172,79	46.831.926,96
Resultado Atuarial após plano de amortização: Deficit Atuarial (-)/ Superavit Atuarial (+)	**0,00**	**21.663.511,99**	**22.540.959,42**

Fonte: Secretaria da Previdência.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 970
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 62
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

Gráfico 13 – Evolução do Resultado Atuarial sem plano de amortização

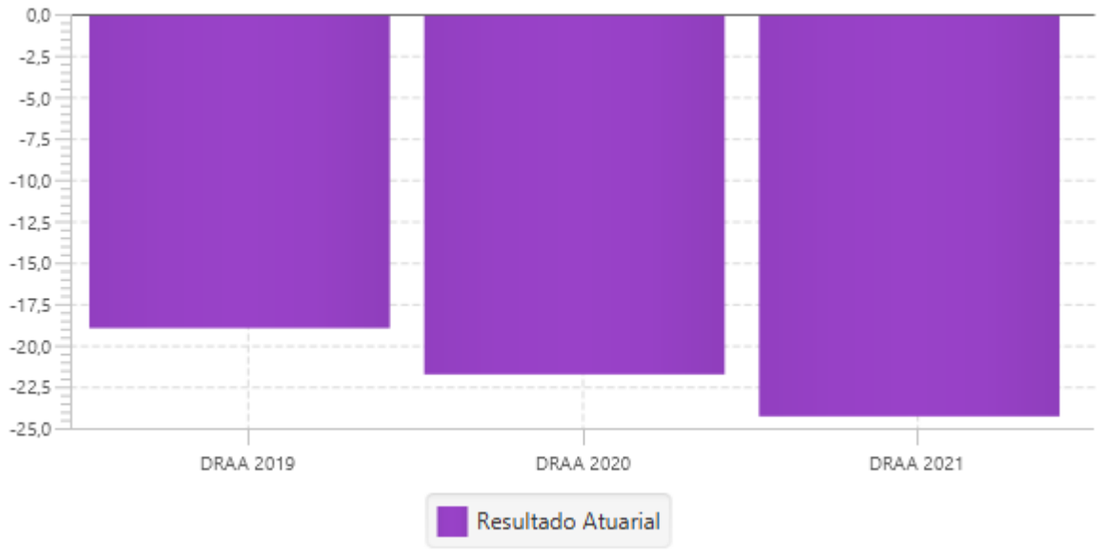
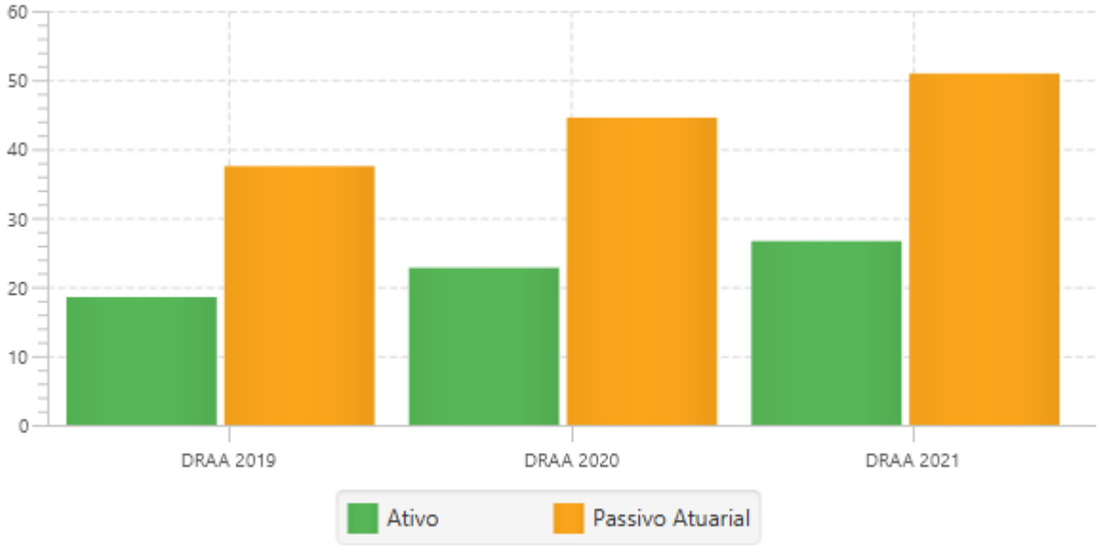


Gráfico 14 – Ativo Total x Passivo Atuarial sem plano de amortização (em R$ milhões)



O fundo em capitalização, com base nas informações anteriores, apresenta deficit atuarial crescente, sendo necessária a adoção de medidas efetivas, visando sua redução.

Índice de Cobertura Atuarial

A análise do índice de cobertura atuarial da provisão matemática visa identificar a proporção de recursos financeiros existentes para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas (provisão matemática de benefícios concedidos) ou futuras (provisão matemática de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

benefícios a conceder) a cargo do fundo em capitalização.

É esperado que seja igual ou superior a 1 (um) o índice de cobertura atuarial da provisão matemática dos benefícios concedidos. Quanto menor, pior será a situação atuarial do regime próprio de previdência.

Abaixo a evolução dos índices nas três últimas avaliações e as considerações para o ano em exame.

Quadro 65 – Índice de Cobertura Atuarial do Fundo em Capitalização sem plano de amortização

	DRAA 2019	DRAA 2020	DRAA 2021
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática Total (Passivo Atuarial)	0,49	0,51	0,52
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	1,69	1,44	1,55

Fonte: Secretaria da Previdência.

O índice de cobertura atuarial da provisão matemática total do DRAA de 2021, com data focal em 31/12/2020, é menor que 1, mas o índice de cobertura atuarial da provisão matemática de benefícios concedidos é maior que 1, significando que, apesar de existir recursos suficientes para a cobertura da provisão matemática dos benefícios já concedidos, a provisão matemática dos benefícios a conceder ainda não está integralmente constituída, sendo necessária a adoção de medidas em busca do equilíbrio atuarial integral.

10.5 Reservas Matemáticas

10.5.1 Contabilização das Provisões Matemáticas

A contabilização das provisões matemáticas previdenciárias é necessária para demonstrar a real situação patrimonial e financeira do regime próprio de previdência. O reconhecimento do passivo atuarial e sua evidenciação no balanço patrimonial atendem ao regime de competência.

A provisão matemática previdenciária, também conhecida como passivo atuarial, representa o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data.

O registro das provisões matemáticas previdenciárias, especificamente no que diz respeito ao plano de amortização atuarial, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público, deve ser efetuado nos desdobramentos das contas 2.2.7.2.0.00.00.00.00.00 e 2.2.7.2.1.05.00.00.00.00 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Os valores apurados no Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial devem ser registrados de acordo com o ano civil a que competem, tendo em vista a data do fato gerador das obrigações, em obediência ao regime de competência e as diretrizes estabelecidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual e pelas demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, nos termos do disposto no artigo 3º da Portaria MF nº 464/2018.

A validação entre os dados [1] constantes no sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e os repassados à Secretaria de Previdência Social do Ministério da Economia, através do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 66 – Validação de Dados entre o SIAPC e o DRAA

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

. .	Valor Informado no SIAPC	Valor Informado no DRAA	Validação
Provisões Matemáticas Previdenciárias	50.935.182,54	50.935.182,54	CONFORME
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial Estabelecido em Lei	24.290.967,54	46.831.926,96	NÃO CONFORME

O valor das provisões matemáticas contabilizado no balancete de verificação está em conformidade com o informado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial de 2021. O mesmo não ocorre com o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial previsto em lei, contrariando, assim, o disposto no § 4º do artigo 3º da Portaria MF nº 464/2018, sendo necessária a adoção de medidas saneadoras.

Notas

1. Foi considerado o DRAA enviado em 30/03/2021, com situação “Aguardando Certificado”. Consulta pública disponível em https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml.

10.6 Investimentos

10.6.1 Enquadramento de Limites

As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência instituídos pelos entes federados estão sujeitas a uma série de limites, requisitos e vedações, previstos na Resolução CMN n° 3.922/2010, com alteração dada pela Resolução CMN n° 4.604/2017.

Entre as principais exigências, tem-se o enquadramento da alocação dos recursos dentro de limites estabelecidos para os segmentos de aplicação e tipos de ativos, com o objetivo de trazer segurança aos recursos garantidores, evitando exposição excessiva a riscos.

A partir dos dados constantes no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos correspondente a dezembro de 2020, enviado ao CADPREV, as aplicações de recursos estavam assim distribuídas:

Quadro 67 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência

TIPOS DE ATIVOS	% Limite CMN 3.992/10		Valor (R$)	% Recursos RPPS
	Ativo	Segmento		
Títulos Públicos de emissão do TN - Art. 7º , I, a	100		-	-
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	100		18.399.597,33	69,58%
ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	100		-	-
FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, a	60		-	-
ETF - Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, b	60		-	-
FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	40		3.090.993,22	11,69%
ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, IV, b	40		-	-
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, b	5	15	-	-
FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - Art. 7º, VII, a	5		-	-
Poupança - Art. 7º, VI, b	15		-	-
FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	30		-	-
ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50) - Art. 8º, I, b	30		-	-
FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	20		1.438.840,35	5,45%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

ETF - Demais Índices de Ações - Art. 8º, II, b	20	30	-	-
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10		2.208.930,60	8,35%
FI em Participações - Art. 8º, IV, a	5		-	-
FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	5		397.140,00	1,51%
Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III		10	153.651,29	0,58%
Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº, II			-	-
TOTAL	**-**	**-**	**25.689.152,79**	**97,16%**

Fonte: Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) de dezembro de 2020.

Gráfico 15 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência

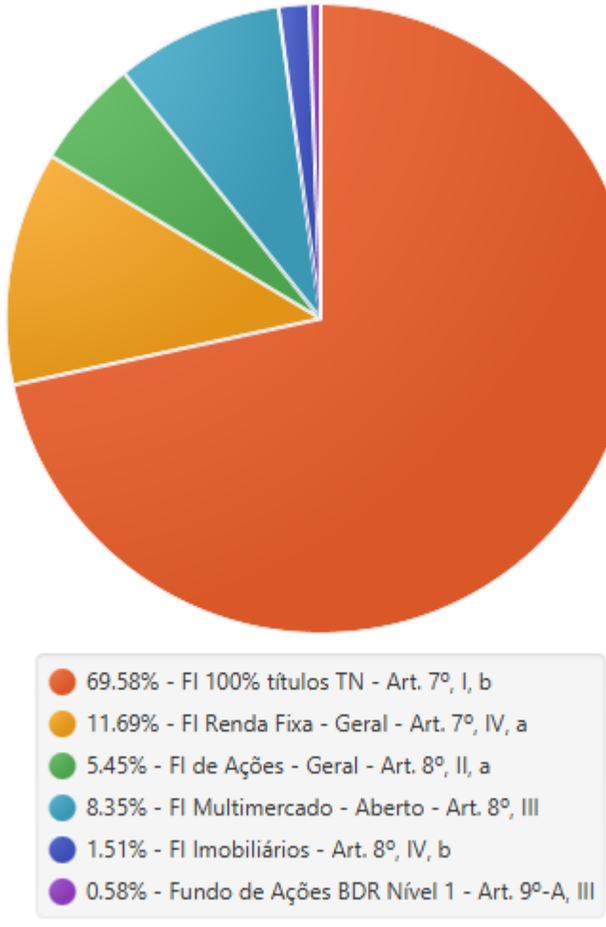
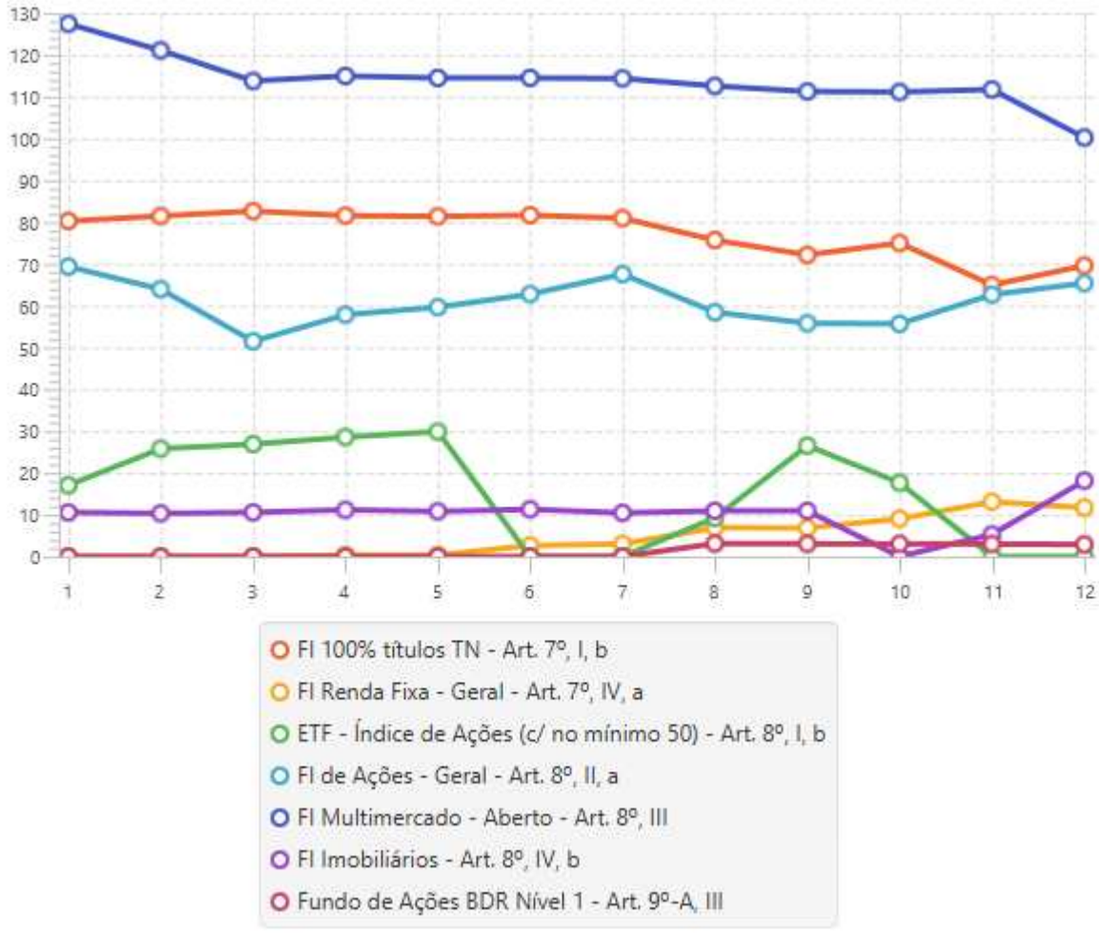


Gráfico 16 – Evolução Mensal dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência em 2020

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



Com base nas informações expostas anteriormente, assim como em verificações adicionais, constata-se:

a) a inexistência de desenquadramentos da alocação dos recursos em relação aos limites estabelecidos nos artigos 7°, 8° e 9° da Resolução CMN n° 3.922/2010;

b) a inexistência de investimentos em fundos com participação superior a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência, conforme artigo 13 da Resolução CMN n° 3.922/2010;

c) a inexistência de investimentos em fundos com participação superior ao limite estabelecido no artigo 14 da Resolução CMN n° 3.922/2010;

d) a inexistência de investimentos em fundos vedados pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, de acordo com a Resolução CMN nº 4.604/2017;

e) a existência de investimentos em fundos que não possuem administrador ou gestor que atenda aos critérios do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Quadro 68 – Investimentos em Fundos sem Administrador ou Gestor

CNPJ	Nome do Fundo	Artigo/Tipo de Ativo/Segmento	% do RPPS	CNPJ Administrador	CNPJ Gestor

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

15576907000170	FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO RIO BRAVO RENDA VAREJO - FII	FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b / Renda Variável e Investimentos Estruturados		72.600.026/0001-81	03.864.607/0001-08

Fonte: Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) de dezembro de 2020.

Assim, tendo sido verificado que não foram atendidos alguns critérios estabelecidos na Resolução CMN n° 3.922/2010, se faz necessária a adoção de medidas saneadoras.

11 LIMITES CONSTITUCIONAIS

11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

O município deverá aplicar anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma do artigo 212 da Constituição Federal.

A base de cálculo dos gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino é a receita líquida de impostos e transferências, as multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo.

As despesas consideradas e as não admitidas como manutenção e desenvolvimento do ensino estão disciplinadas, respectivamente, nos artigos 70 e 71 da Lei Federal 9.394/1996.

11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município na manutenção e desenvolvimento do ensino estão listadas no Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 07/2019.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 3287511), constata-se que , o percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino pelo poder executivo de Sertão Santana no exercício de 2020, atende ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal (peça 3321452) , como se demonstra:

Quadro 69 – Evolução do Percentual do MDE no Município de Sertão Santana (em R$)

MDE	2016	2017	2018	2019	2020
Receita MDE	13.866.692,94	13.659.737,76	15.019.091,48	16.076.627,84	15.660.771,99
Aplicação Mínima (25%)	3.466.673,24	3.414.934,44	3.754.772,87	4.019.156,96	3.915.193,00
Aplicação Efetiva	3.843.988,08	3.748.872,77	3.891.449,73	4.780.733,10	4.081.548,87
% Aplicação MDE	**27,72%**	**27,44%**	**25,91%**	**29,74%**	**26,06%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 976
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 68
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB

A aplicação dos recursos do FUNDEB nos municípios materializa-se nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

No quadro abaixo, demonstra-se a segregação e a evolução das receitas formadoras do Fundo no município de Sertão Santana (peça 3287511).

Quadro 70 – Evolução das Receitas formadoras do FUNDEB no Município de Sertão Santana (em R$)

Base de Cálculo Receita do FUNDEB	2016	2017	2018	2019	2020
ITR - Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	1.452.523,32	1.383.798,47	1.482.671,39	1.607.426,26	1.530.854,42
Cota-parte ITR	2.897,11	2.883,10	2.975,45	3.727,37	4.062,04
LC nº 87/96 – Lei Kandir	5.369,60	5.804,52	5.917,72	0,00	0,00
Cota-parte ICMS	882.945,23	912.991,46	1.043.365,67	1.097.953,80	1.054.111,24
Cota-parte IPVA	100.879,65	97.469,59	123.478,77	130.906,68	130.919,17
Cota-parte IPI/Exportação	11.753,46	14.169,18	15.623,64	16.811,24	15.016,31
TOTAL	**2.456.368,37**	**2.417.116,32**	**2.674.032,64**	**2.856.825,35**	**2.734.963,18**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

11.2.2 Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais do Magistério

É obrigação do município destinar pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais do FUNDEB ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 3287511), constata-se que , o percentual aplicado na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública pelo poder executivo de Sertão Santana no exercício de 2020, atende ao disposto no parágrafo único do artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007 e no artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal (peça 3321453) , como se demonstra:

Quadro 71 – Evolução da Aplicação dos Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério no Município de Sertão Santana (em R$)

FUNDEB	2016	2017	2018	2019	2020
Receita FUNDEB Total (1)	3.493.714,59	3.877.889,95	4.169.271,92	4.006.292,82	4.186.439,06
60% do Retorno do FUNDEB	2.096.228,75	2.326.733,97	2.501.563,15	2.403.775,69	2.511.863,44
Aplicação Recursos - FUNDEB	2.624.645,71	2.940.537,47	3.293.734,51	3.301.254,37	3.449.734,25
% Aplicação	75,12	75,83	79,00	82,40	82,40

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Receita FUNDEB Total = Total retorno do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancário - Recurso vinculado FUNDEB.

11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB

Na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do Fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências) e, de outro, a receita proveniente do Fundo (valor recebido de acordo com o número de alunos matriculados).

Ao comparar-se o valor da contribuição com o valor do retorno, apura-se o “ganho” ou a “perda” com o FUNDEB.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = **Ganho**
Valor do Retorno < **Valor da Contribuição** = **Perda**

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas, constata-se que o município de Sertão Santana teve **ganho** de 52,61% no ano de 2020.

Quadro 72 – Demonstração do Ganho ou da Perda do FUNDEB

Cálculo Ganho/Perda FUNDEB	2016	2017	2018	2019	2020
Contribuição (a)	2.474.906,44	2.436.698,32	2.686.436,85	2.881.598,28	2.757.987,75
Retorno (b)	3.477.094,75	3.883.482,13	4.173.416,10	4.025.461,39	4.208.982,49
Ganho (+) / Perda (-) (b-a)	**1.002.188,31**	**1.446.783,81**	**1.486.979,25**	**1.143.863,11**	**1.450.994,74**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde

A saúde é direito de todos e deverá ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal.

O município deverá aplicar anualmente quinze por cento, no mínimo, da arrecadação de impostos e transferências nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar Federal nº 141/2012, que regulamenta o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal e dá outras providências.

11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município em ações e serviços públicos de saúde estão listadas no Anexo II da Instrução Normativa TCE/RS nº 07/2019.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 3287511), constata-se que , o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde pelo poder executivo de Sertão Santana no exercício de 2020, atende ao disposto no artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012 (peça 3321450) , como se demonstra:

Quadro 73 – Evolução do Percentual do ASPS no Município de Sertão Santana (em R$)

ASPS	2016	2017	2018	2019	2020
Receita ASPS	13.349.456,07	13.034.797,03	15.019.091,48	16.076.627,84	15.660.771,99
Aplicação Mínima (15%)	2.002.418,41	1.955.219,55	2.252.863,72	2.411.494,18	2.349.115,80
Aplicação Efetiva	2.692.176,36	3.060.479,77	2.516.434,11	2.822.435,91	2.705.579,54
% Aplicação ASPS	**20,17%**	**23,48%**	**16,75%**	**17,56%**	**17,28%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro

A regra de ouro é a vedação de o montante das receitas de operações de crédito ser superior ao total das despesas de capital em cada exercício financeiro, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo poder legislativo por maioria absoluta, nos termos do inciso III do artigo 167 da Constituição

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Federal.

11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro

Apenas as operações de crédito que motivaram registros de receita orçamentária no exercício a que se refere à lei orçamentária serão consideradas no cálculo para a verificação do cumprimento da regra de ouro.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 3287511) constata-se a inexistência de operações de crédito internas e externas no exercício de 2020, restando atendido o disposto no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

12 EDUCAÇÃO

12.1 Introdução

12.1.1 Introdução

A estrutura educacional do município de Sertão Santana no ano de 2020 compreendia 5 escolas e 60 docentes para o atendimento de 1.102 alunos e estava distribuída da seguinte maneira:

Quadro 74 – Quantidade de Escolas

Quantidade de Escolas				
Rede	*Pública*	*Privada*	*Conveniadas*	*Total*
	5 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	5 (100%)
Dependência	*Municipal*	*Estadual*	*Federal*	*Total*
	4 (80,00%)	1 (20,00%)	0 (0,00%)	5 (100%)
Localização	*Urbana*	*Rural*	-	*Total*
	3 (60,00%)	2 (40,00%)	-	5 (100%)

Quadro 75 – Quantidade de Docentes

Quantidade de Docentes				
Rede	*Pública*	*Privada*	*Conveniadas*	*Total*
	60 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	60 (100%)
Dependência	*Municipal*	*Estadual*	*Federal*	*Total*
	49 (77,78%)	14 (22,22%)	0 (0,00%)	63 (100%)
Localização	*Urbana*	*Rural*	-	*Total*
	40 (61,54%)	25 (38,46%)	-	65 (100%)

Quadro 76 – Quantidade de Alunos

Quantidade de Alunos				
Rede	*Pública*	*Privada*	*Conveniadas*	*Total*
	1.102 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	1.102 (100%)
Dependência	*Municipal*	*Estadual*	*Federal*	*Total*
	774 (70,24%)	328 (29,76%)	0 (0,00%)	1.102 (100%)
Localização	*Urbana*	*Rural*	-	*Total*
	771 (69,96%)	331 (30,04%)	-	1.102 (100%)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

12.2 Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal

As metas de competência municipal são analisadas a partir de dados estatísticos e questionários aplicados, que permitem acompanhar o desenvolvimento, o cumprimento das obrigações e os resultados previstos no Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014.

Para essa análise, utilizaram-se os microdados (que se constituem no menor nível de desagregação de dados coletados por pesquisas, avaliações e exames) divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados.

12.2.1 Meta 1A

A Meta 1A do Plano Nacional de Educação estabelece que até o ano de 2016 o Brasil alcance a universalização da população de 4 a 5 anos de idade em pré-escola.

A população do município de Sertão Santana nessa faixa de idade é de 159, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

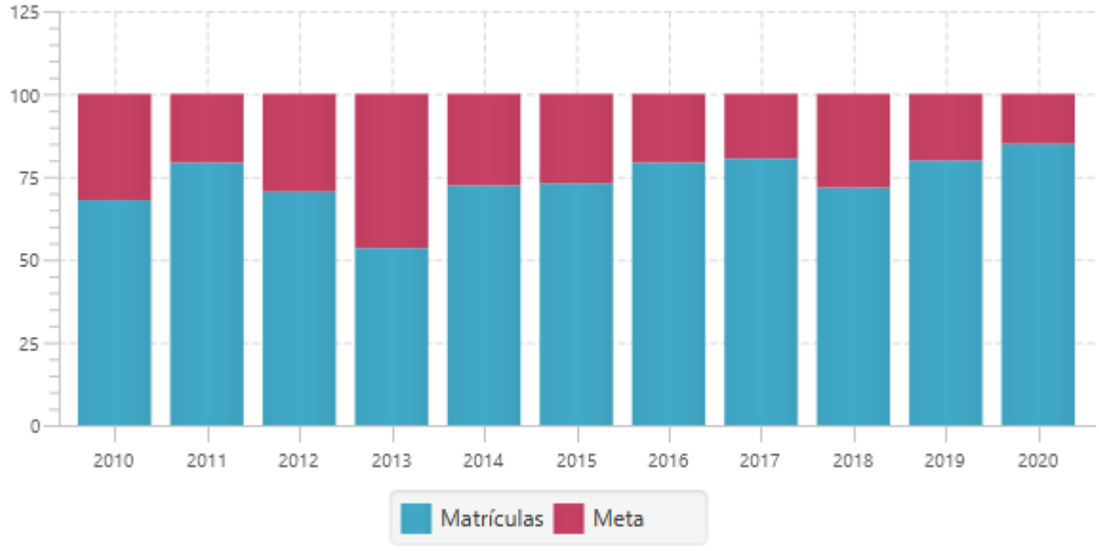
Quadro 77 – Evolução da META 1A - Pré-Escola

Ano	Vagas necessárias em Pré-Escola conforme PNE	Alunos matriculados em Pré-Escola	Taxa de Atendimento
2010	159	108	67,92%
2011	159	126	79,24%
2012	159	112	70,44%
2013	159	85	53,46%
2014	159	115	72,33%
2015	159	116	72,96%
2016	159	126	79,24%
2017	159	128	80,50%
2018	159	114	71,70%
2019	159	127	79,87%
2020	159	135	84,91%

Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 17 – META 1A - Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/pré-escola

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 84,91% da população de 4 a 5 anos de idade frequentava a pré-escola no ano de 2020, indicando o não atingimento da Meta 1A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.2 Meta 1B

A Meta 1B do Plano Nacional de Educação estabelece que até o ano de 2024 o número de crianças de 0 a 3 anos de idade em creche deve alcançar a marca de pelo menos 50%.

A população do município de Sertão Santana nessa faixa de idade é de 267 crianças, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

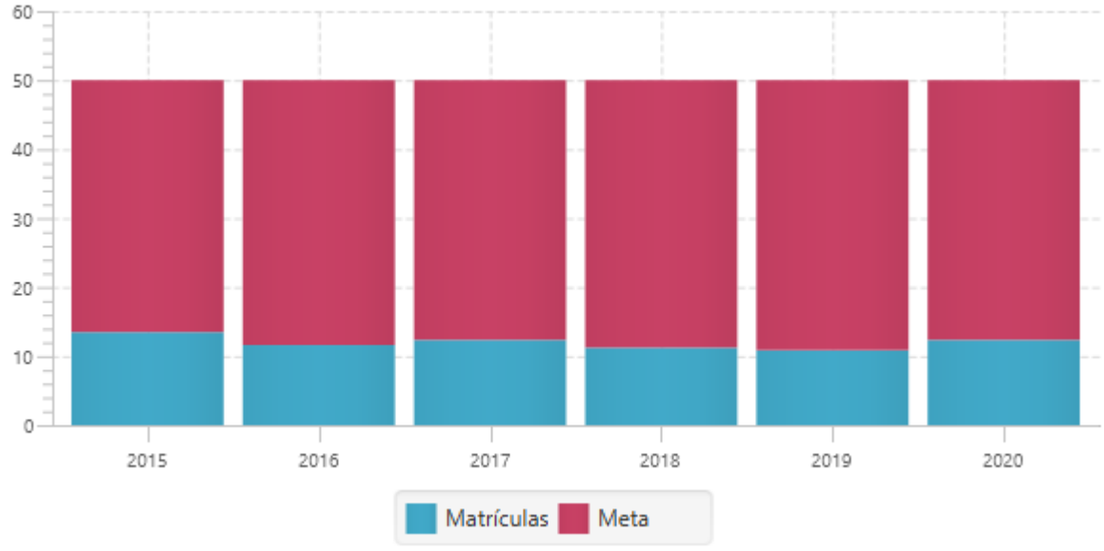
Quadro 78 – Evolução da META 1B - Creche

Ano	População Creche	Vagas necessárias conforme PNE	Alunos matriculados	Taxa de Atendimento
2015	267	134	36	13,48%
2016	267	134	31	11,61%
2017	267	134	33	12,36%
2018	267	134	30	11,24%
2019	267	134	29	10,86%
2020	267	134	33	12,36%

Fontes: Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 18 – META 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



A partir dos dados apresentados, constata-se que 12,36% da população de 0 a 3 anos de idade frequentava a creche no ano de 2020, indicando o não atingimento ainda da Meta do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.3 Meta 6A

A Meta 6 do Plano Nacional de Educação busca ampliar a oferta da educação em tempo integral, aumentando o período de permanência dos alunos na escola.

Com o objetivo de monitorar essa meta, utiliza-se o indicador 6A, que prevê o percentual de alunos da educação básica que pertencem ao público alvo da educação em tempo integral e que estão nessa jornada, e o indicador 6B, que prevê o percentual de escolas públicas da educação básica que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da educação em tempo integral nessa jornada.

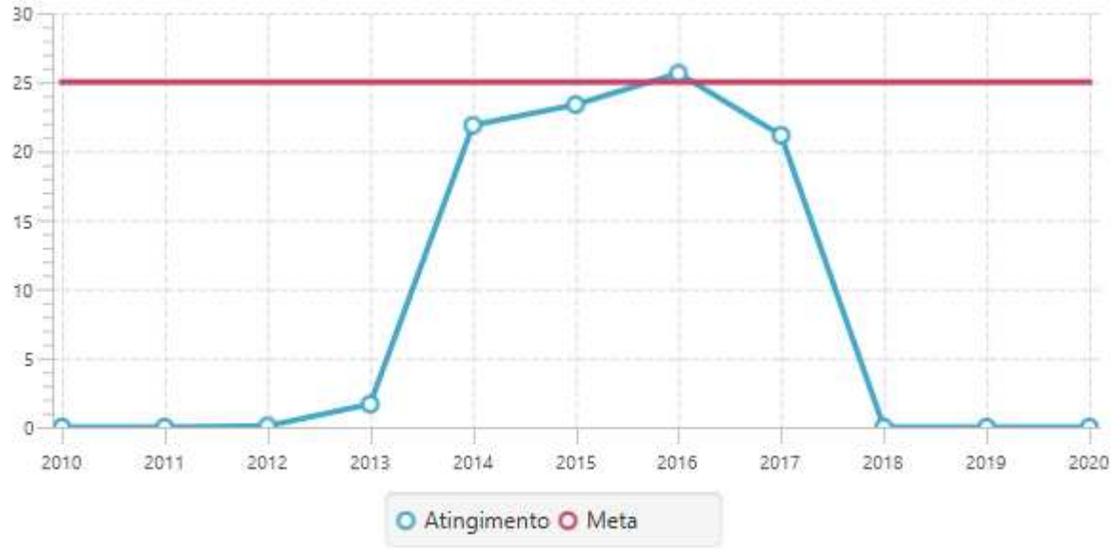
Até o final da vigência do plano, espera-se o atendimento a pelo menos 25% dos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino da educação básica (Meta 6A) em no mínimo 50% das escolas públicas (Meta 6B).

A oferta de educação básica pública em tempo integral refere-se a período de permanência, igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o ano letivo, dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, ressaltando-se as atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, nos termos do Plano Nacional de Educação.

O município de Sertão Santana tem 5 escolas públicas e 1.102 alunos pertencentes à educação básica, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Gráfico 19 – META 6A - Percentual de Alunos da Educação Básica Pública que pertencem ao público alvo da Educação em Tempo Integral que estão em Jornada em Tempo Integral

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 0,00% dos alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da educação em tempo integral estão nessa jornada, indicando o não atingimento ainda da Meta 6A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.4 Meta 6B

A Meta 6 do Plano Nacional de Educação busca ampliar a oferta da educação em tempo integral, aumentando o período de permanência dos alunos na escola.

Com o objetivo de monitorar essa meta, utiliza-se o indicador 6A, que prevê o percentual de alunos da educação básica que pertencem ao público alvo da educação em tempo integral e que estão nessa jornada, e o indicador 6B, que prevê o percentual de escolas públicas da educação básica que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da educação em tempo integral nessa jornada.

Até o final da vigência do plano, espera-se o atendimento a pelo menos 25% dos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino da educação básica (Meta 6A) em no mínimo 50% das escolas públicas (Meta 6B).

O município de Sertão Santana tem 5 escolas públicas e 1.102 alunos pertencentes à educação básica, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quadro 79 – META 6B - Percentual de Escolas de Educação em Tempo Integral com pelo menos 25% dos Alunos em Jornada de Tempo Integral

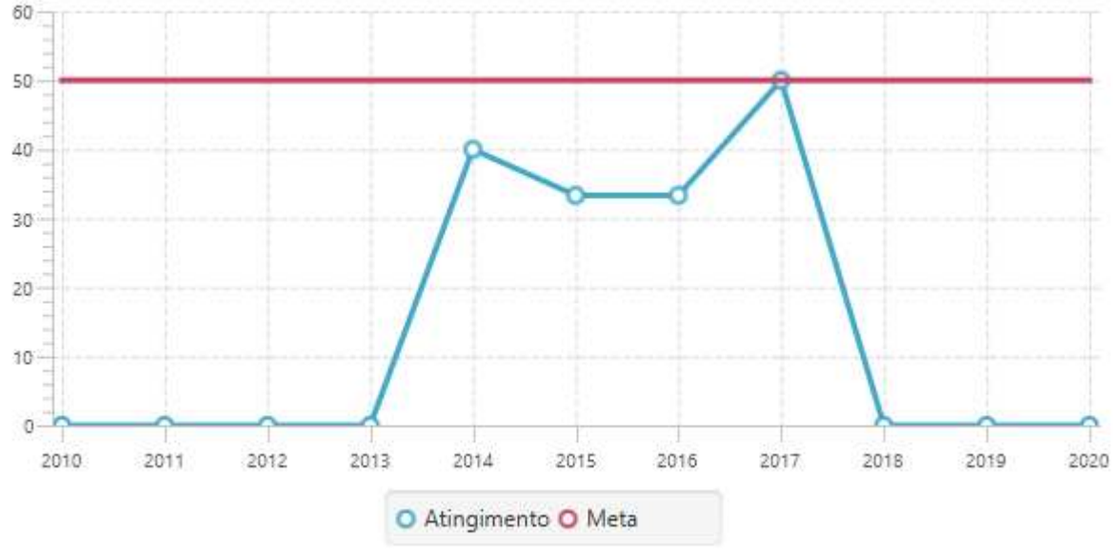
Ano	Total Escolas	Escolas de Tempo Integral	Taxa Esc. Tempo Int.
2010	6	0	0,00%
2011	5	0	0,00%
2012	5	0	0,00%
2013	5	0	0,00%
2014	5	2	40,00%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

2015	6	2	33,33%
2016	6	2	33,33%
2017	6	3	50,00%
2018	4	0	0,00%
2019	4	0	0,00%
2020	5	0	0,00%

Fontes: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 20 – META 6B - Percentual de Escolas de ETI com pelo menos 25% dos alunos em jornada de tempo integral – Município Sertão Santana



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que nenhuma das escolas públicas da educação básica mantém, pelo menos, 25% do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral no ano de 2020 , indicando o não atingimento ainda da Meta 6B do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.5 Meta 7

A Meta 7 do Plano Nacional de Educação tem como objetivo fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas do país.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica reúne dois conceitos alusivos à qualidade da educação: a taxa de rendimento escolar (taxa média de aprovação) e as médias de desempenho em testes padronizados aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os dados atinentes aos índices de aprovação são obtidos pelo censo escolar anual.

Para que o país possa atingir as médias nacionais especificadas na Meta 7 do Plano Nacional de Educação até o ano de 2021, o termo de adesão ao “Compromisso Todos pela

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Página 984
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 76
Peça 3748891
DOCUMENTO PÚBLICO

Educação" fixa metas intermediárias individualizadas, de acordo com o desempenho prévio de cada ente, que servem de referência para o exame do comportamento relativo do índice nos diferentes municípios.

Os indicadores anos iniciais (7A) e anos finais (7B) do ensino fundamental serão avaliados em conjunto para fins de monitoramento da meta.

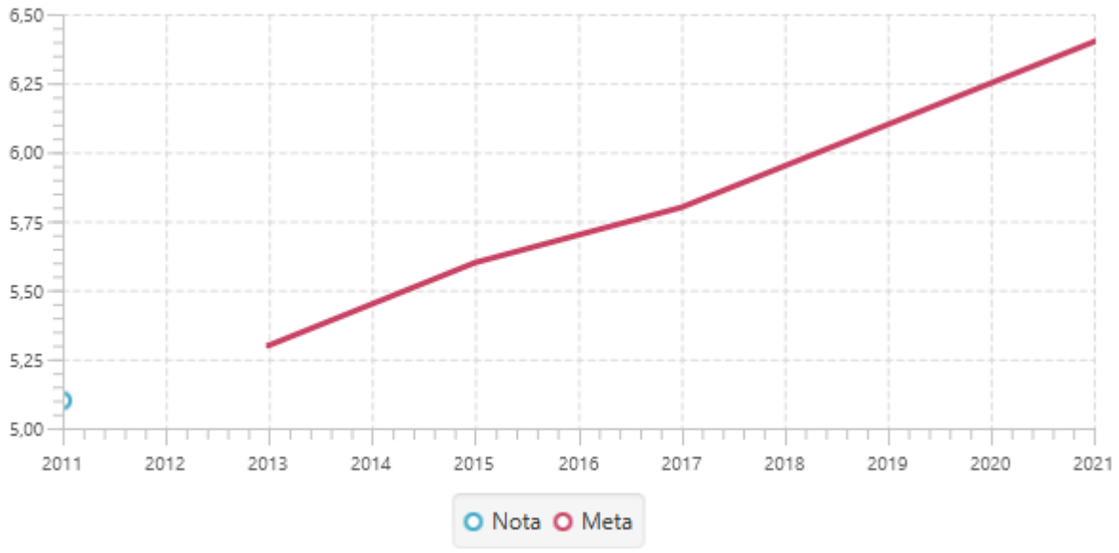
Os resultados alcançados pelo município de Sertão Santana são os seguintes:

Gráfico 21 – Evolução da Meta 7 - IDEB

IDEB	2011		2013		2015		2017		2019		2021	
	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota
Anos Iniciais	-	5.1	5.3	-	5.6	-	5.8	-	6.1	-	6.4	-
Anos Finais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Figura 1 – Meta 7A - IDEB x Meta (Rede Municipal) - Anos Iniciais



Considerando a ausência de dados relativos às notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no ano de 2019, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental, não há condições de formular uma conclusão acerca do atingimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação.

12.2.6 Meta 15A

A Meta 15 do Plano Nacional de Educação busca assegurar, em regime de colaboração entre os entes federados, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em atenção à política nacional de formação dos profissionais da educação, instituída pelo Decreto Federal nº 8.752/2016, em cumprimento ao disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 9.394/1996.

A Meta 15A é direcionada aos professores da educação infantil.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Quadro 80 – Evolução da META 15A – Formação em Nível Superior – Educação Infantil

Educação	Área	Percentual Alcançado				
		2016	2017	2018	2019	2020
Educação Infantil (15A)	Urbana	86.7	17.6	50	63	63.6
	Rural	16.7	16.7	33.3	30	36.4
	Total	**66.7**	**17.4**	**43.8**	**54.1**	**54.5**

Fonte: Indicadores Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponíveis em https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente; acesso em 01-04-2021.

Gráfico 22 – META 15A – Percentual de docências de Professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam – Educação Infantil



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 54,50% dos professores que lecionam na educação infantil tem formação superior adequada à área de conhecimento no ano de 2020, indicando o não atingimento ainda da Meta 15A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.7 Meta 15B

A Meta 15 do Plano Nacional de Educação busca assegurar, em regime de colaboração entre os entes federados, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em atenção à política nacional de formação dos profissionais da educação, instituída pelo Decreto Federal nº 8.752/2016, em cumprimento ao disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 9.394/1996.

A Meta 15B é direcionada aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

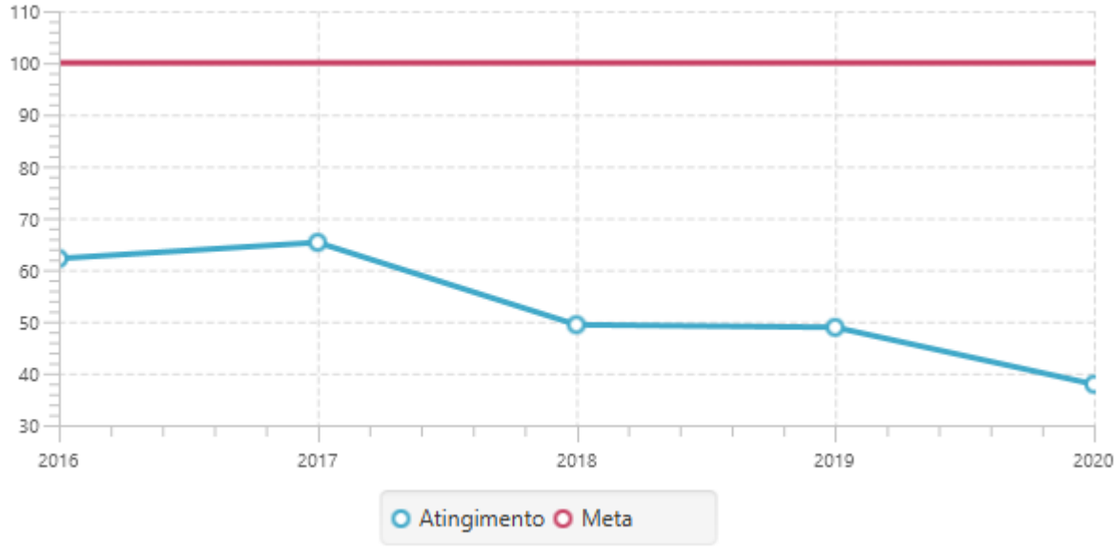
Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Quadro 81 – Evolução da META 15B – Formação em Nível Superior – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Educação	Área	Percentual Alcançado				
		2016	2017	2018	2019	2020
Ensino Fundamental - Anos Iniciais (15B)	Urbana	-	-	-	-	50
	Rural	62.2	65.3	49.4	48.9	27
	Total	**62.2**	**65.3**	**49.4**	**48.9**	**37.9**

Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 23 – Percentual de docências de Professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam – Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 37,90% dos professores que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental tem formação superior adequada à área de conhecimento no ano de 2020, indicando o não atingimento ainda da Meta 15B do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.8 Meta 15C

A Meta 15 do Plano Nacional de Educação busca assegurar, em regime de colaboração entre os entes federados, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em atenção à política nacional de formação dos profissionais da educação, instituída pelo Decreto Federal nº 8.752/2016, em cumprimento ao disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 9.394/1996.

A Meta 15C é direcionada aos professores dos anos finais do ensino fundamental.

Quadro 82 – Evolução da META 15C – Formação em Nível Superior – Anos Finais do Ensino

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Fundamental

Educação	Área	Percentual Alcançado				
		2016	2017	2018	2019	2020
Ensino Fundamental - Anos Finais (15C)	Urbana	-	-	-	-	75.6
	Rural	70.1	65.7	76.9	78.6	69.4
	Total	**70.1**	**65.7**	**76.9**	**78.6**	**71.8**

Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 24 – META 15C – Percentual de docências de Professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam – Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 71,80% dos professores que lecionam nos anos finais do ensino fundamental tem formação superior adequada à área de conhecimento no ano de 2020, indicando o não atingimento ainda da Meta 15C do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.9 Meta 16A

A Meta 16A do Plano Nacional de Educação tem como propósito formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica até o último ano de sua vigência.

Quadro 83 – META 16A – Evolução do percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

Ano	Qtd. Docentes	Qtd. Docentes c/ Pós	Percentual Docentes c/ Pós
2010	43	16	37,21%
2011	44	18	40,91%
2012	47	37	78,72%
2013	47	38	80,85%
2014	44	35	79,54%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

2015	47	38	80,85%
2016	43	36	83,72%
2017	53	39	73,58%
2018	40	33	82,50%
2019	47	36	76,60%
2020	49	33	67,35%

Fontes: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 25 – META 16A – Evolução do percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 67,35% dos professores da educação básica têm pós-graduação no ano de 2020, indicando o atingimento da Meta 16A do Plano Nacional de Educação.

12.2.10 Meta 16B

A Meta 16B do Plano Nacional de Educação visa garantir a formação continuada a todos profissionais da educação básica em conformidade com suas áreas de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Quadro 84 – META 16B – Evolução da formação continuada a todos profissionais da educação básica em conformidade com suas áreas de atuação

Ano	Qtd. Docentes	Qtd. Docentes c/ Form. Cont.	Percentual Docentes c/ Form. Cont.
2010	43	1	2,33%
2011	44	4	9,09%
2012	47	31	65,96%
2013	47	31	65,96%
2014	44	31	70,46%
2015	47	35	74,47%
2016	43	33	76,74%

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

2017	53	39	73,58%
2018	40	32	80,00%
2019	47	38	80,85%
2020	49	37	75,51%

Fontes: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 26 – META 16B - Evolução da formação continuada a todos profissionais da educação básica em conformidade com suas áreas de atuação



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 75,51% dos professores da educação básica têm cursos de formação continuada no ano de 2020, indicando o não atingimento ainda da Meta 16B do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.2.11 Meta 18

A Meta 18 do Plano Nacional de Educação tem como objetivo assegurar a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica pública de todos os sistemas de ensino, tendo como referência o piso profissional nacional, definido em legislação federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

O monitoramento dessa meta envolve a verificação da existência de plano de carreira e do cumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008, que estabelece a aplicação do piso salarial profissional nacional como valor mínimo proporcional do vencimento básico para jornada de quarenta horas semanais e o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos pelos profissionais do magistério.

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana (peça 3748832) , observa-se que:

- existe plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Quadro 85 – Legislação relacionada ao Plano de Carreira

Norma	Peça
Lei nº 1013/2007	(peça 3748835)

Fonte: Resposta à questão 3.1.1 do Questionário nº 1/2021 - Contas Anuais 2020 - Educação.

- é observado o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme dispõe o § 4º do artigo 2º da Lei Federal nº 11.738/2008;

- é aplicado o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica como referência para o valor mínimo proporcional do vencimento básico para jornada de quarenta horas semanais.

Com base nessas constatações, fica evidente o atingimento no ano de 2020 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação.

12.3 Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Compartilhada

As metas com competência compartilhada entre os entes federados são efetivamente analisadas a partir de dados estatísticos e questionários aplicados, que permitem acompanhar o desenvolvimento, o cumprimento das obrigações e os resultados previstos no Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014.

Para essa análise, utilizaram-se os microdados (que se constituem no menor nível de desagregação de dados coletados por pesquisas, avaliações e exames) divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, disponível em http://inep.gov.br/microdados.

12.3.1 Meta 2A

A Meta 2 do Plano Nacional de Educação busca universalizar o acesso ao ensino fundamental de nove anos de duração para toda a população de 6 a 14 anos de idade (Meta 2A), com a conclusão na idade recomendada para pelo menos 95% dos alunos até o ano de 2024 (Meta 2B).

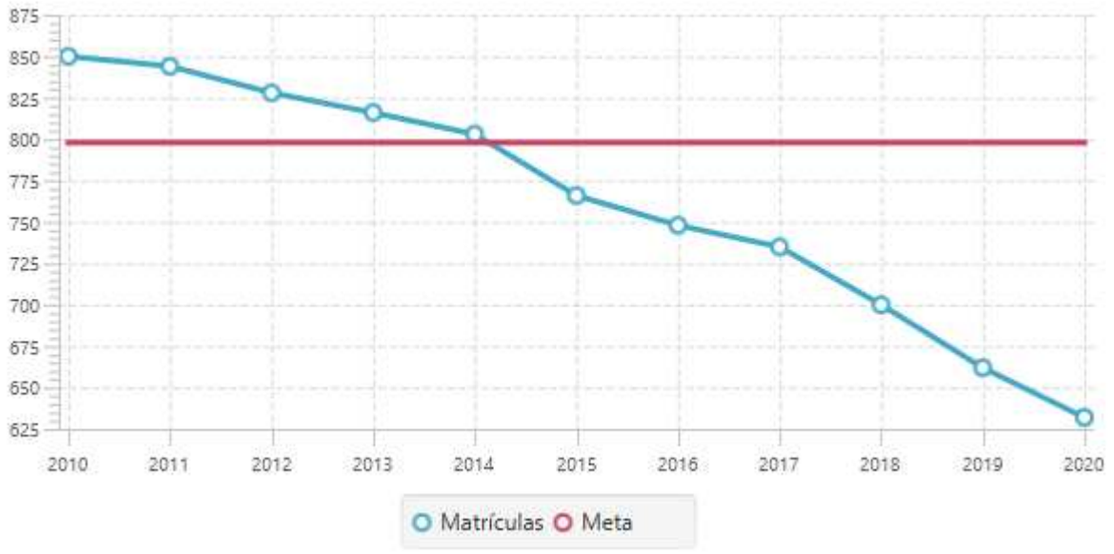
Quadro 86 – Meta 2A

Ano	Vagas necessárias no E. Fundamental conforme PNE	Alunos no E. Fundamental	Taxa de Atendimento
2010	798	850	106,52%
2011	798	844	105,76%
2012	798	828	103,76%
2013	798	816	102,26%
2014	798	803	100,63%
2015	798	766	95,99%
2016	798	748	93,73%
2017	798	735	92,10%
2018	798	700	87,72%
2019	798	662	82,96%
2020	798	632	79,20%

Fontes: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 27 – Atingimento Meta 2A

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 79,20% de toda a população de 6 a 14 anos de idade tem acesso ao ensino fundamental de nove anos de duração no ano de 2020, indicando o não atingimento ainda da Meta 2A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.3.2 Meta 4B

A Meta 4 do Plano Nacional de Educação visa ampliar o atendimento escolar das crianças e dos adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Na intenção de monitorar essa meta, utilizar-se-á o indicador 4B, que tem por objetivo universalizar, para a população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Quadro 87 – Meta 4B

Ano	Público Total	Qtd. Matrículas	Taxa de Atendimento
2010	9	3	33,33%
2011	13	8	61,54%
2012	22	19	86,36%
2013	19	16	84,21%
2014	27	24	88,89%
2015	31	31	100,00%
2016	24	22	91,67%
2017	20	19	95,00%
2018	17	17	100,00%
2019	18	18	100,00%
2020	22	22	100,00%

Fontes: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Gráfico 28 – Atingimento Meta 4B



Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 100,00% dos alunos de 4 a 17 de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação estão matriculados em classes comuns da educação básica no ano de 2020, indicando o atingimento da Meta 4B do Plano Nacional de Educação.

12.3.3 Meta 10

A Meta 10 do Plano Nacional de Educação objetiva fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em conformidade com as especificidades de cada região, em pelo menos 25% das matrículas até o ano de 2024.

O Indicador 10 demonstra o percentual de matrículas da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

Quadro 88 – Meta 10 - Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional

Dependência	Percentual Alcançado										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Municipal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	-	-
TOTAL	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**-**	**-**	**-**

Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados; acesso em 03-02-2021.

Considerando a ausência de dados relativos ao percentual de matrículas da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional no ano de 2020, não há condições de formular uma conclusão acerca do atingimento da Meta 10 do Plano Nacional de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Educação.

12.3.4 Meta 19

A Meta 19A do Plano Nacional de Educação busca assegurar, no âmbito das escolas públicas, condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade no processo de escolha de gestores escolares.

A partir dos dados relacionados ao exercício de 2020, os diretores escolares do município de Sertão Santana haviam sido providos da seguinte maneira:

a. 100,00% exclusivamente por escolha e indicação da gestão (escolas públicas e privadas);
b. 0,00% por processo seletivo qualificado e escolha e nomeação da gestão (escolas públicas e privadas);
c. 0,00% por concurso público específico para o cargo de gestor escolar (apenas escolas públicas);
d. 0,00% exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar (apenas escolas públicas);
e. 0,00% por processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar (apenas escola pública);
f. 0,00% por outras formas (escolas públicas e privadas).

Com base nessas constatações, fica evidente o não atingimento no ano de 2020 da Meta 19A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

12.4 Plano Municipal de Educação

12.4.1 Existência de Plano Municipal da Educação

Conforme a Lei Federal n.º 13.005/2014, artigo 8º, compete aos Municípios a elaboração de um Plano Municipal de Educação (PME). De acordo com esta exigência legal, os referidos planos locais assumem importância no contexto educacional, uma vez que devem ser instrumentos para contemplar estratégias que:

I. assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
II. considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
III. garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; e;
IV. promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

Com base na documentação encaminhada pelo Jurisdicionado através de resposta ao Questionário nº 1/2021 - Contas Anuais 2020 - Educação, constatou-se que o município de Sertão Santana elaborou o seu Plano Municipal de Educação para o exercício ora examinado.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Quadro 89 – Legislação relacionada ao PME

Norma	Peça
Lei nº 1359/2015	(peça 3748800)

Fonte: Resposta à questão 2.2 do Questionário nº 1/2021 - Contas Anuais 2020 - Educação.

12.5 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

A promoção do bem comum, sem quaisquer formas de discriminação, é objetivo fundamental, disposto no inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal.

O conhecimento, o respeito e a valorização, por toda a população, da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena é ponto importante para a superação do racismo no país.

O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena é tema obrigatório no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental públicos e privados, nos termos no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996, com redação dada pela Lei Federal nº 11.645/2008.

O Conselho Nacional de Educação disciplina essa obrigatoriedade por meio de pareceres e resoluções, entre os quais, destacam-se o Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e os Pareceres CNE/CEB nº 2/2007, nº 6/2011 e nº 14/2015.

A obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é reafirmada pelo disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação edita o "Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana" em 2013.

A obrigatoriedade do ensino da história e cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas é disciplinada no âmbito do Estado pelas Leis nº 13.694/2011 e nº 14.705/2015, que instituem o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e o Plano Estadual de Educação, respectivamente, pelo Decreto nº 53.817/2017 e pela Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 297/2009.

Para realização da análise deste tema, foram obtidos dados através do Questionário nº 1/2021 - Contas Anuais 2020 - Educação.

12.5.1 Previsão Normativa

Em resposta à questão 1.1.1.1 do Questionário nº 1/2021 - Contas Anuais 2020 - Educação, o jurisdicionado informou que a Lei Municipal n. 1.391/2016 disciplina a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Contudo, na verdade, a norma trata da criação do Conselho Municipal de Educação. (peça 3748838)

A norma de âmbito municipal que trata da exigência contida no art. 26-A da Lei Federal n. 9.394/1996 é a Resolução CMESS n. 07, de 20/08/2018, do Conselho Municipal de Educação. (peça 3748840)

Por sua vez, o Plano Municipal de Educação inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena dentre as metas a serem atingidas, cumprindo portanto o disposto na Lei Estadual nº 14.705/2015.

12.5.2 Equipe Responsável

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Os municípios devem manter em sua estrutura instâncias administrativas na temática afro-brasileira, indígena e quilombola, com destinação de recursos financeiros específicos para a execução de ações voltadas ao mote étnico-racial, segundo o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017.

A Administração Municipal de Sertão Santana informou que tem o setor "Pedagógico", com atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais (peça 3748832) .

12.5.3 Documentação Pedagógica

Os sistemas e estabelecimentos de ensino de todos os níveis devem incluir, em documentos normativos e de planejamento (estatutos, regimentos, projetos político-pedagógicos, planos de ensino), os objetivos e procedimentos que visem combater o racismo e as discriminações, e reconhecer, valorizar e respeitar as histórias e culturas afro-brasileira e africana, na forma do Parecer CNE/CP nº 3/2004, do Conselho Nacional de Educação.

Nesse mesmo sentido, devem as instituições de ensino reformular ou formular com a comunidade escolar o seu projeto político-pedagógico, adequando seu currículo ao ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, conforme o disposto no Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017.

Segundo as respostas da Administração Municipal ao Questionário nº 1/2021 - Contas Anuais 2020 - Educação, a situação na rede de ensino do município de Sertão Santana seria de pleno atendimento à obrigatoriedade de inclusão do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos projetos político-pedagógicos e nos planos de ensino de todas as escolas. (peça 3748832)

Contudo, não foram anexados documentos que corroborassem a informação.

Em relação à história e cultura africana e afro-brasileira, foi anexado apena documento que indica que os professores teriam participado de capacitação com carga horária de 6 horas em meio virtual no dia 16/12/2020 (Ver documento à (peça 3748841)).

E, em relação à história e cultura indígena, apenas foi anexada cópia da Resolução n. 07/2018, do Conselho Municipal de Educação, a qual "*Define Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino da História e Cultura africana, Afro-brasileira e Indígena, nas instuições de ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sertão Santana*".

12.5.4 Previsão Orçamentária

Os municípios têm de destinar recursos financeiros específicos para a execução das ações voltadas ao tema étnico-racial, conforme o disposto no Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017, em cumprimento ao estabelecido no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996.

O município de Sertão Santana não tem previsão em suas peças orçamentárias de recurso específico para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena (peça 3748832) .

É empregado o valor de R$ 1.000,00 em ações de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena, daquela soma orçada na função educação, no exercício de 2020 (peça 3748832) .

Esse recurso encontra-se aplicado em formação continuada dos professores específica relativa ao tema (peça 3748832) .

12.5.5 Formação dos Professores

A capacitação dos professores é fundamental para a adequada implementação do ensino das culturas e histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas nas instituições de educação, pontuada em todos os instrumentos normativos que disciplinam o artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996.

Dentre os conteúdos programáticos exigidos pelo município de Sertão Santana no último concurso para o magistério, não se acha o ensino das culturas e histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas dentre os conteúdos programáticos (peça 3748832) .

Os professores receberam capacitação no ano de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 (peça 3748832) .

Os eventos oferecidos estão discriminados no quadro seguinte:

Quadro 90 – Eventos de Capacitação de Professores em 2020

Nome do evento	Tipo do evento	Carga horária (em horas)	Quantidade de professores capacitados	Peça
História e Cultura Afro	Curso	6.00	60	(peça 3748841)

Fonte: Resposta à questão 1.5.2.1 do Questionário nº 1/2021 - Contas Anuais 2020 - Educação.

As áreas de conhecimento dos professores envolvidos nas capacitações são: História, Artes, Educação Física, Língua Portuguesa, Matemática e Geografia.

Eventos de formação, em cumprimento ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996, foram organizados e realizados pelo próprio ente municipal no ano de 2020 , com a assessoria de Instituições privadas ou comunitárias de ensino superior (peça 3748832) .

12.5.6 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

O ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser ministrado em todos os sistemas e níveis de ensino, e no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras, nos termos do disposto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 e nas diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas.

O município de Sertão Santana tem implementado e em plena execução o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, em cumprimento ao disposto nas respectivas diretrizes nacionais e no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996

A situação evidenciada na rede de ensino municipal é a seguinte (peça 3748832) :

a) na educação infantil, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais;

b) no ensino fundamental, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais e em todos os anos;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

c) não há ensino médio na rede municipal.

Ainda quanto aos conteúdos tratados neste tópico, são ministrados nas disciplinas de História, Artes, Educação Física, Língua Portuguesa, Matemática e Geografia (peça 3748832) .

A secretaria de educação de Sertão Santana não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça 3748832) .

13 SAÚDE

13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS

13.1.1 Ausência de Documentos e Informações

O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Federal nº 8.080/1990 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.508/2011.

O planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e deve ser fruto de uma articulação de tarefas entre as três esferas da federação, cujas diretrizes encontram-se elencadas no artigo 94 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, do Ministério da Saúde.

Os principais instrumentos de gestão no âmbito dos municípios são o plano de saúde, as programações anuais e os relatórios de gestão, previstos nos artigos 95 a 99 da portaria citada anteriormente.

Contudo, a administração municipal de Sertão Santana não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio dos Ofícios DCF n. 06/2021 e 10/2021, impossibilitando assim as análises deste tema.

Essa falha no envio de documentos caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual nº 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e sua ocorrência poderá repercutir no exame das contas do exercício em que ocorreu.

14 MEIO AMBIENTE

14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

A Constituição Federal estabeleceu, em seu artigo 225, que compete ao Poder Público e a toda coletividade defender o meio ambiente de modo que ele possa ser preservado para as presentes e para as futuras gerações. E para o cumprimento desse dever, o artigo 23 da Constituição Federal repartiu as competências entre os entes da federação, cabendo a cada um deles proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora.

Já a Lei Complementar Federal nº 140/2011 fixou normas de cooperação entre os entes federados nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e combate à poluição.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Nessa perspectiva, o município é o ente federativo onde os problemas ambientais estão mais próximos da vida do cidadão, sendo a administração municipal responsável em grande parte pela tomada de decisão e execução da gestão ambiental. Para tanto, de acordo com os incisos I a IX do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 140/2011, são ações administrativas dos municípios:

> I - executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente;
>
> II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;
>
> III - formular, executar e fazer cumprir a **Política Municipal de Meio Ambiente**;
>
> IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;
>
> V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
>
> VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;
>
> VII - organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;
>
> VIII - prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;
>
> IX - elaborar o Plano Diretor, observando os **zoneamentos ambientais**;
>
> X - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;
>
> XI - promover e orientar a **educação ambiental** em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;
>
> (grifou-se)

Cabe referir que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é um sistema estabelecido pela Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre seus fins, mecanismos e instrumentos destinados à preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, no presente tópico são analisadas as políticas ambientais adotadas pelo município e suas ações estruturantes, em especial quanto às atividades de controle e fiscalização e de licenciamento ambiental.

14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

Questionada se a gestão ambiental é considerada no planejamento das ações do município, a Administração Municipal informou o que segue (peça 3748842) :

a) a Lei nº 1.100 instituiu a Política Municipal de Meio Ambiente no município de Sertão Santana (peça 3748802) ;

b) não estão formalizadas as diretrizes de zoneamento ambiental no planejamento do

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

uso e ocupação do solo;

c) na lei municipal não consta a definição formal de espaços territoriais a serem protegidos;

d) verifica-se que os recursos auferidos por compensação ambiental não são destinados às Unidades de Conservação do município;

e) não há registro de monitoramento de indicadores ambientais no município de Sertão Santana;

f) o município não possui sistematização de informações ambientais;

g) o município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente, constituído nos termos da Lei nº 1.100 (peça 3748802) ;

h) de acordo com a Relação da Despesa Orçada, são destinados recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente (peça 3748843) ;

i) não foram reportadas pelo município ações relacionadas à educação ambiental;

j) não há apoio formalizado pelo município à execução de projeto/programa/ação que vise à proteção ao meio ambiente junto aos demais entes federados;

k) o município de Sertão Santana não estabeleceu, até o momento, ações articuladas com outros entes federados visando à concretização dos objetivos da PNMA.

Diante desse cenário, verificam-se desatendidos os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 140/2011, podendo implicar responsabilização do gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos.

14.1.2 Estrutura de Controle e Fiscalização

Questionado sobre a existência de pendências relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de controle e fiscalização ambiental, o jurisdicionado informou o que segue (peça 3748842) .

Não existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a questões ambientais.

O Município não conta com estrutura administrativa dedicada exclusivamente ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local.

No entanto, há técnicos habilitados para tratar questões ambientais, os quais se encontram lotados na unidade/órgão municipal Sec Agricultura.

Não consta servidor efetivo em cargo da fiscalização ambiental, o que descumpre o disposto no art. 6º, §1º, da Resolução Consema 372/2018, que exige, na estrutura administrativa mínima municipal, um fiscal concursado para questões ambientais. Com relação a esse aspecto, o gestor apresentou a seguinte argumentação: "Não Há".

14.1.3 Estrutura de licenciamento ambiental

Questionada se o Município realiza procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local, a auditada informou o que segue (peça 3748842) .

O licenciamento ambiental de atividades causadoras de impacto ambiental no município é realizado pela Sec Agricultura. A unidade conta com 1 servidor efetivo:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Quadro 91 – Lista de Servidores

Nome	Formação	Cargo/função
João Alberto Meyer	Técnico Agrícola	Diretor de Meio Ambiente

Fonte: Resposta à questão 3.1.4 do Questionário nº 14/2021 - Contas Anuais 2020 - Meio Ambiente e Saneamento

No ano de referência, foram analisados 34 processos de licenciamento e emitidas 20 licenças ambientais pelo município.

No Município não há histórico de análises de projetos que exijam, para o licenciamento ambiental, Estudo de Impacto Ambiental.

Cabe ressaltar que, embora o município esteja localizado em zona de Mata Atlântica, não possui convênio com a SEMA/FEPAM para o licenciamento de manejo/corte de vegetação nessas áreas.

14.2 Resíduos Sólidos

A Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico, considera que o Saneamento Básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Sobre essas diretrizes, são analisados a seguir os eixos de esgotamento sanitário e de manejo de resíduos sólidos.

14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

A Lei Federal nº 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico, entre eles o manejo de resíduos sólidos, deverão ser prestados com base em princípios de universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).

Por sua vez, a Lei Federal nº 12.305/2010 define gerenciamento de resíduos sólidos como sendo o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da referida legislação. Também define a gestão integrada de resíduos sólidos como o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A Lei Federal nº 12.305/2010, em seu artigo 18, determina que:

> A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Já no § 9º do artigo 19, consta que pode ser dispensado da elaboração do PMGIRS o município contemplado por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, desde que exista plano intermunicipal compatível com os requisitos da lei.

Por sua vez, a Lei Federal nº 11.445/2007, no seu artigo 11, estabelece como condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico a existência plano de saneamento – o que inclui os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) e limpeza urbana. A lei também condiciona a liberação de recursos da União à existência de planejamento.

Com base nas definições e diretrizes legais, foi elaborado questionário encaminhado ao jurisdicionado para obtenção de informações e de dados quanto ao atendimento municipal sobre os seguintes quesitos (peça 3748842) .

Sobre o plano de gestão integrada de resíduos sólidos, esse se encontra em fase de elaboração, tendo sido "*concluído por empresa contratada, porém, ainda não enviado à Câmara de Vereadores*". Nesse sentido, até que seja concluído e aprovado, a execução das ações e a própria contratação dos serviços relativos ao gerenciamento de RSU caracterizam irregularidade em relação aos requisitos esculpidos no artigo 11 da Lei Federal nº 11.445/2007.

Na elaboração do plano de gestão integrada de resíduos sólidos, foram aportados recursos oriundos de Recurso Municipal, sendo sua construção feita com o apoio de Equipe técnica contratada (prestador de serviços).

Constam incluídos no planejamento do gerenciamento integrado de RSU itens relativos a:

- Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território (origem, volume e massa), caracterização dos resíduos e formas de destinação e disposição final:

- Identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de Rejeitos;

- Identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios;

- Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa;

- Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

- Regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos;

- Definição das responsabilidades quanto à implementação e operacionalização pelo Poder Público;

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

- Definição de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

- Definição de programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

- Metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

- Descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

- Identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras.

14.2.2 Destinação Final Ambientalmente Adequada

A destinação final ambientalmente adequada é priorizada pela Lei Federal nº 12.305/2010. A responsabilidade pela destinação final inadequada recai sobre o município e sobre o proprietário da área, de acordo com o artigo 225, § 3º, da Constituição Federal. Já a destinação de resíduos em lixões é tipificada pela Lei Federal nº 9.605/1998, artigo 54, como crime ambiental.

A existência de Estação de Transbordo, por sua vez, representa uma operação que, em função da distância do destino final e da quantidade de resíduos, pode se impor em razão da economicidade dos serviços de coleta e transporte de RSU.

Sobre a destinação final dos resíduos do município, o jurisdicionado informou que esses são dispostos em aterro sanitário.

Quanto à área de destinação final de RSU, foi informado que essa é gerida pela empresa CRVR .

De acordo com a licença ambiental LO nº 00724/2021, a área de destinação final se encontra licenciada, em situação regular.

Cabe registrar que o município não conta com Estação de Transbordo.

14.2.3 Sustentabilidade Econômica da Prestação de Serviços

De acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, artigo 2º, inciso VII, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico deve observar os princípios de eficiência e da sustentabilidade econômica. Em seu artigo 29, a referida lei determina que os serviços públicos de saneamento básico terão sua sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços e, quando necessário, por meio de subsídios ou subvenções. **O inciso § 2º do artigo 29 especifica que a não proposição de instrumento de cobrança pelo titular dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nos termos estabelecidos no mesmo artigo configura renúncia de receita.**

Sobre a sustentabilidade econômica da prestação desse tipo de serviço, foi informado o que segue pelo jurisdicionado (peça 3748842) .

O município possui um sistema de cobrança dos serviços de manejo de RSU e limpeza urbana cuja arrecadação não garante a sustentabilidade da prestação dos serviços, sendo necessário aporte complementar de recursos municipais. Nesta condição, a sustentabilidade econômica da prestação dos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana não está garantida, em dissonância com o princípio da sustentabilidade esculpido no inciso VII, artigo 2º, da Lei Federal nº 11.445/2007. A cobrança é disciplinada pelo seguinte instrumento: LC

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

006/2017 (peça 3748844) , e se dá através de IPTU. Sugere-se ao gestor buscar o alinhamento entre as receitas e as despesas relacionadas a esses serviços.

14.2.4 Abrangência da Prestação de Serviços no Território

A Lei Federal nº 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico, entre eles o manejo de resíduos sólidos, deverão ser prestados com base em princípios da universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II). Já a Lei Federal nº 12.305/2010 estabelece a responsabilidade do poder público municipal pela organização e prestação dos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana.

Sobre a abrangência da coleta dos resíduos sólidos urbanos, a auditada informou que é disponibilizada para 100% da população municipal residente na área urbana.

Já na área rural do município, a coleta de resíduos sólidos domiciliares atende a 100% da população.

14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária

A Lei Federal nº 12.305/2010, em seu artigo 6º, discorre sobre os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com destaque ao reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (inciso VIII). Já no artigo 7º, são descritos os objetivos da PNRS, tais como o incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (inciso VI); e a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (inciso XII).

Para atendimento legal do princípio e dos objetivos citados, são previstos como instrumentos da PNRS:

> Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:
>
> [...]
>
> III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
>
> IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

Ainda, a implantação de coletiva seletiva com a participação de cooperativas ou associações é requisito para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros da União:

> Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
>
> § 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:
>
> [...]

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

> II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Questionada se realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos, a Prefeitura Municipal informou o que segue (peça 3748842) .

Não há coleta seletiva no município, o que descumpre os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que diz respeito à implantação da coleta seletiva e ao incentivo à criação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores

14.2.6 Participação em Consórcio Público

A Lei nº 12.305/2010 incentiva o consorciamento municipal nas etapas do gerenciamento de RSU em que sejam evidenciados ganhos de escala. A operação de sistemas de disposição final de resíduos tem se mostrado insustentável para municípios de pequeno porte. O artigo 45 da Lei nº 12.305/2010 estabelece que a distribuição de recursos federais se dará prioritariamente para municípios consorciados.

A Lei nº 11.445/2007 define, em seu artigo 2º, que os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base no princípio da prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços (inc. XIV).

Sobre participar de gestão intermunicipal de resíduos sólidos, o gestor informou o que não há iniciativas relativas à gestão intermunicipal de RSU no município (peça 3748842) .

14.2.7 Gestão de Resíduos na Construção Civil

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307/2002, compete ao município definir as diretrizes técnicas e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores e para os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores. Ainda, compete ao município licenciar áreas para a destinação de resíduos da construção civil.

Tendo em vista a orientação do CONAMA, o jurisdicionado foi questionado sobre a existência de diretrizes, no planejamento municipal que orientem sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de resíduos da construção civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

Constatou-se que o município não atende os requisitos da Resolução CONAMA nº 307/2002 relativamente a suas responsabilidades quanto a definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (RCD).

14.3 Esgoto Sanitário

14.3.1 Plano Municipal de Saneamento

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece, no seu artigo 9º, que compete ao titular dos serviços formular a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto, elaborar os planos de saneamento básico. O artigo 11 da mesma lei estabelece que a existência

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

de plano de saneamento é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

De acordo com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 10.203/2020, após 31-12-2022 a existência de Plano de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso aos recursos orçamentários da União ou aos recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

Considerando as disposições legais, o jurisdicionado foi questionado sobre possuir o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), sua base legal e execução. Segue as informações disponibilizadas em questionário (peça 3748842) .

O Município possui Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado em cumprimento aos requisitos da Lei Federal nº 11.445/2007, nos termos definidos por Decreto, promulgado em 08/12/2011 (peça 3748845) .

14.3.2 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto

O artigo 9º, inciso II, da Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece que o titular dos serviços de saneamento deverá prestar diretamente (por execução direta ou indireta) ou conceder a prestação, definindo, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico. No caso da prestação se dar por entidade que não integre a administração do titular, a prestação dependerá da celebração de contrato, vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária (artigo 10 da Lei Federal nº 11.445/2007).

Questionada sobre quem opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município, o jurisdicionado respondeu o que segue (peça 3748842) .

No Município, o serviço de esgotamento sanitário é prestado pela CORSAN.

O Município firmou contrato com a operadora do sistema de esgotamento sanitário em 25/07/2012.

14.3.3 Infraestrutura dos Serviços de Esgotamento Sanitário

A Lei Federal nº 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico deverão ser prestados com base em princípios da universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).

Quanto ao atendimento desses princípios, no que diz respeito à rede pública de esgotamento sanitário, o Município informou o que segue (peça 3748842) .

O Município ainda não conta com soluções de infraestrutura de rede de coleta de esgotos, sendo adotadas somente soluções individuais. Essas soluções são admissíveis, de acordo com o at. 45, § 1º, da Lei 11.445/2007, na ausência de redes públicas de saneamento básico, desde que observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos. Essas normas devem, portanto, ser atendidas pelo gestor.

14.3.4 Universalização da Coleta e do Tratamento do Esgotamento Sanitário

Conforme a definição dada pela Lei Federal nº 11.445/2007, o esgotamento sanitário inclui não só a coleta e o transporte, mas também o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece, em seu artigo 11-B, que os contratos de

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir em 90% a meta de coleta e tratamento de esgotos, a ser alcançada até 2033.

Para se certificar do atendimento dessa orientação, questionou-se ao Município o número total de economias no ano de 2020, volume de água consumido, volume estimado de esgoto coletado e de tratado. Foi informado o que segue.

Com 0 (m³/ano) de água tratada disponibilizada no sistema, o município registra o consumo de 0 (m³/ano), sendo faturados 0 (m³/ano) de água (peça 3748842) .

Em relação à coleta de esgoto sanitário, o Município apresenta índice de atendimento **IA =** 0% (peça 3748842) .

Com menos de 50% dos esgotos coletados, se vislumbra necessário empreender grande esforço econômico para alcançar a meta de 90% em 2033 prevista pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PlanSab) para a universalização do serviço de coleta de esgotos sanitários no município. Recomenda-se considerar, no planejamento municipal, uma avaliação crítica com o levantamento dos investimentos requeridos e das alternativas viáveis para a obtenção de recursos, bem como a consideração da prestação regionalizada.

Quanto ao tratamento dos esgotos coletados, o município não possui registro do percentual de tratamento de esgoto sanitário.

No ano de referência, para os dados informados, o volume de esgoto sanitário gerado foi de 0 m³/ano, e o volume estimado para o esgoto tratado no ano de referência de 0 m³/ano. Com base nesses índices, estima-se o Índice de Tratamento de Esgoto Coletado em $\mathbf{IT_{EC}}$ **=** 0 (peça 3748842) .

14.3.5 Sustentabilidade Econômica da Prestação dos Serviços

A Lei Federal nº 11.445/2007 determina que toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços, ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente (artigo 45).

Sobre possuir lei própria para disciplinar a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto, o município informou o que segue (peça 3748842)

Ainda não consta disciplinada em lei municipal a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto e a aplicação de sanções em caso de descumprimento.

Não há economias conectadas à rede de esgotamento sanitário.

15 LEI MARIA DA PENHA

15.1 Políticas Municipais para Mulheres

Ao poder público compete criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, na forma do disposto no § 8º do artigo 226 da Constituição Federal.

A política pública para as mulheres é atribuída a todos os entes da federação que deverão promover a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios instituídos pela Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece ações e mecanismos para refrear e eliminar a violência contra a mulher.

Os casos de violência contra a mulher ocorridos no município de Sertão Santana, no ano de 2020,são apresentados no quadro seguinte:

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Quadro 92 – Dados de Sertão Santana em 2020

Tipos de Violência	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Ameaça	0	1	1	1	0	1	2	1	0	1	4	5
Lesão Corporal	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	2	0
Estupro	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3	0	2
Feminicídio Tentado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminicídio Consumado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Indicadores de violência contra a mulher da Secretaria de Segurança Pública do RS.
Disponível em: http://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher.

Considerando que o município possui uma população feminina de 3.128 mulheres (dado do Departamento Estatual de Estatística de 2019), são 10,55 casos de violência contra mulheres, em razão do gênero, a cada 1.000 mulheres.

15.1.1 Órgão Responsável pelas Políticas para Mulheres na Estrutura Administrativa Municipal

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a inexistência na estrutura administrativa municipal de unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres, para garantia do cumprimento do estatuído no artigo 226, § 8º, da Constituição Federal; e do mínimo contido nos artigos 3º, §1º, 8º, 9º, 35, e 36 da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748804) .

16 CONSELHOS MUNICIPAIS

16.1 Aspectos Gerais

16.1.1 Conceitos

O princípio da participação popular está presente em vários dispositivos do texto constitucional, como nos artigos 29, inciso XII; 194, parágrafo único, inciso VII; 198, inciso III; 204, inciso II; 206, inciso VI; e 227, § 1º.

A possibilidade de a sociedade organizada por meio de conselhos gestores ou de direitos juntar-se ao poder público na definição de prioridades e na elaboração das políticas públicas constitui uma forma de controle social.

Os conselhos são órgãos colegiados, permanentes, deliberativos ou consultivos, responsáveis pela formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas, nos termos da respectiva legislação de regência editada pelo ente federado competente.

A criação dos conselhos gestores de políticas públicas, em algumas determinadas áreas, é condição legal para a transferência de recursos financeiros públicos.

16.2 Conselho Municipal da Educação

Os conselhos de educação são órgãos articuladores e mediadores das demandas educacionais da sociedade com o poder público responsável pela execução da política pública educacional.

A promoção do princípio da gestão democrática da educação pública é uma das

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

diretrizes do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014, e do Plano Estadual de Educação, estabelecido pela Lei Estadual nº 14.705/2015.

A constituição e o fortalecimento dos conselhos municipais de educação como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, são diretivas expressas na Estratégia 19.5 da Meta 19 e na Estratégia 19.6 da Meta 19 dos Planos Nacional e Estadual de Educação, respectivamente.

16.2.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a instituição do conselho municipal de educação, de caráter Deliberativo, Consultivo e Normativo, nos termos da Lei Municipal nº 1.391/2016 (peça 3748838) .

Verifica-se também que o conselho de educação tem suas atividades detalhadas em regimento interno (peça 3748846) .

16.2.2 Composição

O Conselho Municipal de Educação é composto de 22 conselheiros (entre titulares e suplentes), na forma do disposto na Lei Municipal nº 1.391/2016 (peça 3748847) (peça 3748848)

Quadro 93 – Composição do Conselho Municipal de Educação

Nome da Entidade	Tipo de representação	Quantidade de conselheiros	
		Prevista em lei	Em atividade em 31/12/2020
Sec Educação	Governo	2	2
Secretarias	Governo	2	2
Prof. Municipais	Governo	4	4
Diretoras e Vices	Governo	4	4
Escola Estadual	Governo	2	2
Conselhos Escolares	Sociedade Civil	2	2
CPM	Sociedade Civil	4	4
Associações	Sociedade Civil	2	2

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020, com o número de conselheiros e os órgãos representados de acordo com o regramento legal (peça 3748847) .

Registra-se que o mandato dos conselheiros é de 48 meses, sendo permitida 1 recondução (peça 3748847) .

16.2.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis

Acerca do local de realização das reuniões do conselho de educação, as reuniões são realizadas "Auditório da Prefeitura" (peça 3748847) .

Os equipamentos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades são os seguintes (peça 3748847) :

- 1 computador com acesso à Internet
- 1 impressora
- 1 telefone

Quanto à locomoção dos conselheiros para o desempenho de suas atividades, há veículo à disposição, fornecido pelo ente municipal, quando solicitado (peça 3748847) .

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Registra-se que o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748847) .

O orçamento do ente municipal não tem dotação específica destinada ao conselho de educação (peça 3748847) .

Ademais, registra-se que não foram efetuadas despesas com a manutenção e o funcionamento do conselho no exercício de 2020 (peça 3748847) .

16.3 Conselho Municipal da Saúde

Os conselhos de saúde são espaços de participação da sociedade nas políticas públicas e na administração da saúde, em atenção ao disposto no artigo 198, inciso III, da Constituição Federal.

A participação da sociedade, com poder decisório na formulação, gestão, controle e fiscalização das políticas de saúde, também está garantida, pelo prescrito no artigo 242, inciso IV, da Constituição Estadual.

Algumas regras acerca dos conselhos de saúde encontram-se estabelecidas em dispositivos da Lei Federal nº 8.142/1990, como: (a) necessidade de um conselho em cada esfera de governo, de caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do poder público, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários; (b) exigência de normas de funcionamento definidas em regimento próprio; (c) dever de representação paritária dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos para o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Saúde.

Ademais, devem ser observados ainda os preceitos dispostos no artigo 33 da Lei Federal nº 8.080/1990, no artigo 22, paragrafo único, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 141/2012 e na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2012.

16.3.1 Instituição

A administração municipal de Sertão Santana não forneceu os documentos e informações requisitados pelo corpo técnico desta Corte, por meio dos Ofícios DCF n. 06/2021 e 10/2021, impossibilitando assim as análises deste tema.

Essa falha no envio de documentos caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual nº 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e sua ocorrência poderá repercutir no exame das contas do exercício em que ocorreu.

16.4 Conselho Municipal do Meio Ambiente

Os conselhos de meio ambiente são os órgãos que possibilitam a participação da sociedade na definição, implementação e fiscalização das políticas públicas ambientais, em consonância ao Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Para que os entes federados possam exercer as ações de licenciamento e de autorização ambiental, é necessário que os conselhos municipais de meio ambiente estejam devidamente instalados, de acordo com o artigo 20 da Resolução CONAMA nº 237/1997 e o artigo 15, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 140/2011.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

16.4.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a instituição do conselho municipal de meio ambiente, de caráter Deliberativo e Consultivo, nos termos da Lei Municipal nº 1.084/2009 (peça 3748849) .

Verifica-se também que o conselho de meio ambiente tem suas atividades detalhadas em regimento interno (peça 3748805) .

16.4.2 Composição

O conselho municipal de meio ambiente é composto por 6 membros, na forma do disposto na Lei Municipal nº 1.084/2009 (peça 3748850) (peça 3748851) .

Quadro 94 – Composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Nome da Entidade	Tipo de representação	Quantidade de conselheiros	
		Prevista em lei	Em atividade em 31/12/2020
Sec Agricultura e Meio Ambiente	Governo	1	0
Sec Saúde	Governo	1	0
Brigada Militar	Governo	1	0
Sind. Trab. Rurais	Sociedade Civil	1	0
Ascar/Emater	Sociedade Civil	1	0
Assos. Recanto da Amizade	Sociedade Civil	1	0

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se que o conselho a ausência de representação, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no **artigo 1º** da Lei Municipal nº 1.084/2009 (peça 3748850) .

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se que o conselho não esteve em atividade no exercício de 2020, em descumprimento ao regramento legal municipal e ao princípio da participação popular, bem como ao disposto no artigo 20 da Resolução CONAMA nº 237/1997 e no artigo 15, inciso II, da Lei Complementar nº 140/2011.

Registra-se que o mandato dos conselheiros é de 12 meses, sendo permitidas 2 reconduções (peça 3748850) .

16.4.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis

As reuniões do conselho de meio ambiente são realizadas em sala disponibilizada pelo ente municipal, de uso compartilhado com outros conselhos (peça 3748850) .

Não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades, como computador, impressora, telefone e acesso à internet (peça 3748850) .

Quanto à locomoção dos conselheiros para o desempenho de suas atividades, não há veículo à disposição (peça 3748850) .

Registra-se que o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748850) .

O orçamento do ente municipal não tem dotação específica destinada ao conselho de meio ambiente (peça 3748850) .

Ademais, registra-se que não foram efetuadas despesas com a manutenção e o funcionamento do conselho no exercício de 2020 (peça 3748850) .

Assim, registra-se a necessidade de implantação de estruturas mínimas para a

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

atuação do Conselho, sob risco de se tornarem apenas órgãos formais em prejuízo ao exercício de controle social das políticas públicas.

16.5 Conselho Municipal de Saneamento Básico

Os conselhos de saneamento básico são órgãos colegiados de caráter consultivo, responsáveis pelo controle social, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico, nos termos do disposto nos artigos 2º, inciso X, 3º, inciso IV, e 9º, inciso V, da Lei Federal nº 11.445/2007.

Nesses conselhos, é assegurada a representação dos titulares dos serviços, de órgãos governamentais, dos prestadores de serviços e dos usuários, bem como de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico, na forma do artigo 47 da Lei Federal nº 11.445/2007.

A importância dos conselhos de saneamento básico como controle social fica evidente na vedação de acesso aos recursos federais ou aos geridos ou administrados por órgão ou entidade da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, àqueles titulares de serviços públicos de saneamento básico que não os tenham instituídos, por meio de legislação específica, de acordo com o disposto no artigo 34, § 6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010.

16.5.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a inexistência de conselho municipal de saneamento básico regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto nos artigos 2º, inciso X, 3º, inciso IV, 9º, inciso V, e 47 da Lei Federal nº 11.445/2007, e no artigo 34, § 6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010, que veda ao município acesso aos recursos federais destinados a serviços de saneamento básico (peça 3748806) .

16.6 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os conselhos dos direitos da criança e do adolescente são órgãos deliberativos e controladores, com assegurada participação popular paritária por meio de organizações representativas, que atendem uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do artigo 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Esses conselhos são também responsáveis pelo registro das entidades não-governamentais de atendimento, bem como pela avaliação dos programas de proteção e socioeducativos por elas apresentados, conforme o disposto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Para que os entes federados possam receber o repasse de recursos da União e dos Estados referente aos programas e atividades previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é necessário que os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente estejam devidamente criados, de acordo com o parágrafo único do artigo 261 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

16.6.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a instituição do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, de caráter Deliberativo, Consultivo e Normativo, nos termos da Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748852) .

Verifica-se também que o conselho dos direitos da criança e do adolescente tem suas atividades detalhadas em regimento interno (peça 3748853) .

16.6.2 Composição

O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente é composto de 20 conselheiros (entre titulares e suplentes), na forma do disposto na Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748854) (peça 3748807) .

Quadro 95 – Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Nome da Entidade	Tipo de representação	Quantidade de conselheiros	
		Prevista em lei	Em atividade em 31/12/2020
Sec Educação	Governo	2	2
Sec. Assist Social	Governo	2	1
Sec Fazenda	Governo	2	2
Sec Saúde	Governo	2	2
Sec Obras	Governo	2	2
APAE	Sociedade Civil	2	2
3ª IDADE	Sociedade Civil	2	1
Sind Trab Rurais	Sociedade Civil	2	2
EEE eDUARDO sECCO	Sociedade Civil	2	0
CPM EEE Eduardo Secco	Sociedade Civil	2	0

Registra-se que a composição informada como prevista na legislação municipal é paritária, de acordo com o estabelecido no artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/1990.

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020, com um número menor de conselheiros atuantes e com a ausência de representação de alguns órgãos, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no **artigo 13** da Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748854) .

Registra-se que o mandato dos conselheiros é de 24 meses, admitida a recondução (peça 3748854) .

16.6.3 Infraestrutura e recursos disponíveis

As reuniões do conselho dos direitos da criança e do adolescente são realizadas em sala disponibilizada pelo ente municipal, de uso compartilhado com outros conselhos (peça 3748854) .

Não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades, como computador, impressora, telefone e acesso à internet (peça 3748854) .

Quanto à locomoção dos conselheiros para o desempenho de suas atividades não há veículo à disposição (peça 3748854) .

Registra-se que o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748854) .

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

O orçamento do ente municipal tem dotação específica destinada ao conselho dos direitos da criança e do adolescente (peça 3748854), porém nenhum valor sequer foi empenhado. No quadro seguinte, demonstram-se os valores empenhados e liquidados no exercício de 2020:

Quadro 96 – Dotações Orçamentárias Específicas para o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Projeto/atividade	Dotação autorizada (R$)	Valor empenhado (R$)	Valor liquidado (R$)
9	6	08 - Assistência Social	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	221	2141	9.500,00	0,00	0,00

Assim, registra-se a necessidade de implantação de estruturas mínimas para a atuação do Conselho, sob risco de se tornarem apenas órgãos formais em prejuízo ao exercício de controle social das políticas públicas.

16.7 Conselho Municipal de Assistência Social

Os conselhos de assistência social são instâncias deliberativas do sistema único de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, que garantem a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis na área da assistência social, nos termos do artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, e da Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social).

Além do caráter deliberativo, também compete a esses conselhos registar e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social do ente municipal, estabelecer critérios para o pagamento de benefícios eventuais e orientar e controlar o Fundo de Assistência Social, de acordo com dispositivos da Lei Federal nº 8.742/1993.

Para que os entes federados possam receber os recursos da assistência social transferidos pela União e pelos Estados, é necessário que os conselhos municipais da assistência social estejam efetivamente instituídos e em funcionamento, conforme o disposto no artigo 30, inciso I, da Lei Federal nº 8.742/1993.

Ademais, cumpre registrar que diversas regras acerca do funcionamento destes colegiados constam da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 237/2006.

16.7.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a instituição do conselho municipal de assistência social, de caráter Deliberativo e Normativo, nos termos da Lei Municipal nº 989/2007 (peça 3748855).

Verifica-se também que o conselho de assistência social tem suas atividades detalhadas em regimento interno (peça 3748808).

16.7.2 Composição

Conforme a Lei Municipal nº 989/2007, alterada pela Lei n. 1.113/2009, o Conselho Municipal de Assistência Social é composto de 24 conselheiros (entre titulares e suplentes), os

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

quais representam os seguintes órgãos, entidades, setores e categorias (peça 3748864) (peça 3748868) .:

Quadro 97 – Composição do Conselho Municipal de Assistência Social

Nome da Entidade	Tipo de representação	Quantidade de conselheiros	
		Prevista em lei	Em atividade em 31/12/2020
Sec. Administração	Governo	2	2
Sec. Assist. Social	Governo	2	2
Sec Agricultura	Governo	2	2
Sec Saúde	Governo	2	2
Sec Fazenda	Governo	2	2
Sec Educação	Governo	2	2
Representantes do Bolsa Família	Sociedade Civil	2	1
Profissionais da Área	Sociedade Civil	2	2
Representante Emater	Sociedade Civil	2	1
Sind. Trab. Rurais	Sociedade Civil	2	2
APAE	Sociedade Civil	2	2
gRUPO DA mELHOR IDADE	Sociedade Civil	2	2

Registra-se que a composição informada como prevista na legislação municipal é paritária, de acordo com o estabelecido nos artigos 16, caput e inciso IV, e 30, inciso I, da Lei Federal nº 8.742/1993, bem como no artigo 2º, caput, da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 237/2006.

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020, com um número menor de conselheiros atuantes, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto **no artigo 9º** da Lei Municipal nº 989/2007, com alterações produzidas pela Lei n. 1.113/2009 (peça 3748864) .

Registra-se que o mandato dos conselheiros é de 24 meses, sendo permitida(s) 1 recondução(ões) (peça 3748864) .

16.7.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis

As reuniões do conselho de assistência social são realizadas em local definido a cada encontro, conforme a disponibilidade (peça 3748864) .

Não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades, como computador, impressora, telefone e acesso à internet (peça 3748864) .

Quanto à locomoção dos conselheiros para o desempenho de suas atividades, há veículo à disposição, fornecido pelo ente municipal quando solicitado (peça 3748864) .

Registra-se que o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748864) .

O orçamento do ente municipal tem dotação específica destinada ao conselho de assistência social (peça 3748864) . No quadro seguinte, demonstram-se os valores empenhados e liquidados no exercício de 2020:

Quadro 98 – Dotações Orçamentárias Específicas para o Conselho de Assistência Social

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Projeto/atividade	Dotação autorizada (R$)	Valor empenhado (R$)	Valor liquidado (R$)

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

9	4	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	220	2129	354,00	100,00	0,00

Assim, registra-se a necessidade de implantação de estruturas mínimas para a atuação do Conselho, sob risco de se tornarem apenas órgãos formais em prejuízo ao exercício de controle social das políticas públicas.

16.8 Conselho Municipal de Política para as Mulheres

Compete ao poder público criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, na forma do disposto no § 8º do artigo 226 da Constituição Federal.

A política pública para as mulheres é atribuída a todos os entes da federação que deverão promover a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios instituídos pela Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece ações e mecanismos para refrear e eliminar a violência contra a mulher.

A instituição de conselhos dos direitos da mulher vem sendo uma das ações mais efetivas adotadas pelo poder público nesse sentido, possibilitando a participação da sociedade civil na definição, implementação e fiscalização das políticas públicas da área.

16.8.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a inexistência de conselho municipal de políticas para as mulheres regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de combate à violência contra a mulher, dispostas no artigo 226, § 8º, da Constituição Federal e no artigo 3º da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748889) .

16.9 Conselho Municipal de Igualdade Racial

O racismo historicamente presente na sociedade brasileira é prática condenada no país, de acordo com os artigos 3º, inciso IV, 4º, inciso VIII, e 5º, inciso XLII, da Constituição Federal.

Nesse sentido, visando garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, é publicada a Lei Federal nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Como maneira de cumprir esses objetivos, os entes federados poderão constituir conselhos de promoção de igualdade étnica, de caráter permanente e consultivo, com paridade entre os representantes de órgãos e entidades públicas e da sociedade civil, quando terão prioridade no repasse dos recursos advindos da União para os programas e atividades da área, nos termos do disposto no artigo 50 da Lei Federal nº 12.288/2010.

A possibilidade de atuação desses conselhos também é tratada nos artigos 4º, inciso III, e 17 do Decreto Federal nº 8.136/2013, que regulamenta o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, sendo a sua criação requisito ao ente federado para a adesão ao sistema, conforme os artigos 12, inciso I, e 15, inciso I, do mesmo decreto.

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

16.9.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a inexistência de conselho municipal de igualdade racial regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de promoção da igualdade e de combate ao preconceito e ao racismo, dispostas nos artigos 3º, inciso IV, 4º, inciso VIII, e 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, o que coloca o município em segundo plano na distribuição de recursos federais para a área, de acordo com o artigo 50, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.288/2010 e o artigo 24 do Decreto Federal nº 8.136/2013 (peça 3748870) .

16.10 Conselho Tutelar

Os conselhos tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do disposto no artigo 131 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha, conforme o artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os recursos necessários ao funcionamento do conselho, bem como os destinados ao pagamento da remuneração e da formação continuada dos conselheiros, devem constar na lei orçamentária municipal, conforme o contido no artigo 134, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990.

16.10.1 Instituição

A partir de informação prestada pelo poder executivo de Sertão Santana, constata-se a instituição do conselho tutelar, nos termos da Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748871) .

Verifica-se também que o conselho tutelar tem suas atividades detalhadas em regimento interno (peça 3748890) .

16.10.2 Composição

O conselho tutelar é composto de 5 conselheiros, com mandato previsto de 48 meses, na forma do disposto na Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748872) (peça 3748873) .

O número de conselheiros está de acordo com o previsto no artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/1990, o qual determina que o conselho deve ser composto de cinco membros.

O período de duração do mandato dos conselheiros previsto na legislação municipal está de acordo com o artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/1990, que determina que deve ser de quatro anos.

Os conselheiros foram escolhidos por meio de eleição, realizada no ano de 2019 (peça 3748872) .

16.10.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis

O conselho tutelar está instalado em prédio disponibilizado pelo ente municipal, de uso compartilhado com outros órgãos (peça 3748872) .

Os equipamentos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

são os seguintes (peça 3748872) :

- 5 computador(es) com acesso à Internet
- 1 impressora(s)
- 1 telefone(s)

Quanto à locomoção dos conselheiros para o desempenho de suas atividades, há veículo à disposição, de forma permanente (peça 3748872) .

Registra-se que o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748872) .

O orçamento do ente municipal tem dotação específica destinada ao conselho tutelar (peça 3748872) . No quadro seguinte, demonstram-se os valores empenhados e liquidados no exercício de 2020:

Quadro 99 – Dotações Orçamentárias Específicas para o Conselho Tutelar

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Projeto/atividade	Dotação autorizada (R$)	Valor empenhado (R$)	Valor liquidado (R$)
2	2	14 - Direitos da Cidadania	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	200	2110	102.400,00	96.621,70	96.622,10

17 QUADRO RESUMO

EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA - 2020	
Perfil Municipal	
População estimada	6.537
COREDE	Centro Sul
Associação de Municípios	ACOSTADOCE
Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 - R$ mil	R$ 236.476,84
PIB per capita	R$ 36.759,96
Remessas	
RGF	Atendimento dos Prazos
MCI	Atendimento dos Prazos
RVE	Atendimento dos Prazos
BLM	Atendimento dos Prazos
Prestação de Contas	Atendimento dos Prazos
Licitacon	Atendimento Parcial dos Prazos
Sistema de Controle Interno	
Legislação Municipal	Atendido Parcialmente
Destinação de Recursos Financeiros para a Unidade Central de Controle Interno	Não Atendido
Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno	Atendido Parcialmente
Gestão Orçamentária	
Resultado Orçamentário - R$ mil	Superavit orçamentário de R$ 6.710,23
Receitas Orçamentárias - R$ mil	Superestimada em R$ 529,30
Estimativa Receitas Orçamentárias 2021	Redução de 1,85%
Composição Receitas Orçamentárias Arrecadadas	98,72% de receitas correntes e 1,28% de receitas de capital
Receitas Orçamentárias per capita	R$ 4.437,92

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Receitas Correntes	Excesso de Arrecadação de R$ 2.873.447,13
Estimativa Receitas Correntes 2021	Redução de 15,50% em comparação com 2020
Receitas Correntes per capita	R$ 4.381,24
Origem Receitas Correntes	Arrecadação própria 28,57% | Transferências 71,43%
Despesas Orçamentárias	Superestimada em R$ 8.577,06
Índice de Modificação Orçamentária	13,33%
Fontes para abertura de Créditos Orçamentários	Atendido Parcialmente

Gestão Fiscal				
RCL	R$ 21.630.494,37	Queda de 10,01%		
Despesa com Pessoal	R$ 11.049.613,80	Queda de 4,63%	**Apuração ano**	**Limite / RCL**
			51,08%	54%
DCL	R$ 0,00	-	0,00%	120%
Operações de Crédito - Internas e Externas	R$ 0,00	-	0,00%	16%
Operações de Crédito - Antecipação de Receita Orçamentária	R$ 0,00	-	0,00%	7%
Valores Restituíveis	Suficiência			
Equilíbrio Financeiro	-	Suficiência		
Art. 42 LRF	-	Suficiência		
Publicação RGF	Atendimento dos Prazos			
Publicação RREO	Atendimento dos Prazos			
Audiências Públicas	Atendimento dos Prazos			
Custeio de Despesas de Outros Entes	Atendido			

Gestão Patrimonial		
Situação Financeira	11,43	Recomendável: > 1
Liquidez Corrente	14,66	Recomendável: > 1
Liquidez Geral	27,42	Recomendável: > 1
Solvência	89,00	Recomendável: > 1
Endividamento Geral	0,01	Recomendável: < 0,5
Composição do Endividamento	0,92	Recomendável: < 0,5
Resultado das Variações Patrimoniais	1,06	Recomendável: > 1

RPPS		
Certificado de Regularidade Previdenciária		Atendido Parcialmente
Tempestividade do envio do DRAA com informações sobre a avaliação atuarial		Atendido
Contabilização das reservas matemáticas: conformidade entre DRAA x Balancete de Verificação		Atendido Parcialmente
Enquadramento de limites dos investimentos		Não Atendido
Resultado Atuarial	Ativos Garantidores	R$ 26.644.215,00
	Valor do Passivo Atuarial	R$ 50.935.182,54
	Resultado Atuarial sem plano de amortização	-R$ 24.290.967,54
	Evolução desde o último exercício	Apresenta deficit atuarial crescente
	Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	R$ 46.831.926,96
	Resultado Atuarial após plano de amortização	R$ 22.540.959,42

Índices Constitucionais		
MDE	26,06%	Mínimo: 25%
ASPS	17,28%	Mínimo: 15%
FUNDEB	82,40%	Mínimo: 60%
Regra de Ouro	Atendida	

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO DE AUDITORIA DA REGIÃO DE PORTO ALEGRE - I
Proc. Nº 002100-0200/20-7 - PM DE SERTÃO SANTANA

Transparência	
Lei da Transparência	Atendida
Lei de Acesso à Informação	Dispensado
Lei das Ouvidorias	Não Atendida
Lei de Enfrentamento à COVID	Atendida

Educação			
Metas - Competência Municipal			
Meta 1A	Não Atingida	Meta 1B	Não Atingida e com evolução desfavorável ao atingimento
Meta 6A	Não Atingida	Meta 6B	Não Atingida **sem cálculo de evolução**
Meta 7	Não há dados disponíveis	Meta 15A	Não Atingida e com evolução desfavorável ao atingimento
Meta 15B	Não Atingida e com evolução desfavorável ao atingimento	Meta 15C	Não Atingida e com evolução desfavorável ao atingimento
Meta 16A	Atingida	Meta 16B	Não Atingida e com evolução desfavorável ao atingimento
Meta 18	Atingida		
Metas - Competência Compartilhada			
Meta 2A	Não Atingida e com evolução desfavorável ao atingimento	Meta 4B	Atingida
Meta 10	Não há dados disponíveis	Meta 19	Não Atingida

Plano Municipal de Educação	Possui
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Previsão Normativa	Atendido
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Equipe Responsável	Atendido
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Projeto Pedagógico. Previsão da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena	Previsto
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Planos de Ensino. Previsão da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena	Previsto
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Previsão Orçamentária	Não Atendido
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Formação dos Professores	Conteúdo não exigido no último concurso para o magistério municipal / Professores capacitados para o cumprimento do Art. 26-A da LDBEN
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Abrangência do Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena	Implantou o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena

Saúde	
Plano Municipal de Saúde 2018-2021	Questionário não respondido
Plano Municipal de Saúde atualizado - COVID 19	Questionário não respondido
Programação Anual de Saúde	Questionário não respondido
Programação Anual de Saúde atualizado - COVID 19	Questionário não respondido
Relatório Anual de Saúde	Questionário não respondido

Gestão Ambiental	
Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente	Sim
Situação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Está em fase de elaboração
Situação da disposição final ambientalmente adequada	Aterro sanitário
Cobrança pelos serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos	Sim
Realização de coleta seletiva de recicláveis	Não
Município possui Plano Municipal de Saneamento Básico	Sim
% da população abrangida pela coleta de Esgoto Sanitário	Não possui registro

Mulheres	
Órgão Responsável pelas Políticas Públicas para Mulheres	Não Atendido

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Previsão Orçamentária Própria para Políticas Públicas para Mulheres	Não existe unidade responsável pelas Políticas para Mulheres

Conselhos Municipais

Nome do Conselho	Instituído?	Em Atividade em 31/12/2020
Conselho Municipal de Educação	Sim	Sim
Conselho Municipal da Saúde	Questionário não respondido.	Questionário não respondido.
Conselho Municipal do Meio Ambiente	Sim	Não
Conselho Municipal do Saneamento Básico	Não	Não
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Sim	Sim
Conselho Municipal da Assistência Social	Sim	Sim
Conselho Municipal de Políticas para Mulheres	Não	Não
Conselho Municipal de Igualdade Racial	Não	Não
Conselho Tutelar	Sim	Sim

RESPONSABILIZAÇÃO

Diante das inconformidades relatadas neste Relatório, resume-se a responsabilização dos gestores no quadro que segue:

Cargo	Nome	Item de responsabilização
Prefeito Municipal	Írio Miguel Stein	4.1.1
		5.3.1
		5.3.2
		5.4.2
		6.5.4
		9.1.4
		10.5.1
		10.6.1
		12.2.1
		12.5.6
		14.1.1
		14.2.1
		14.2.5
		14.2.7
		15.1.1
		16.3.1
		16.4.2
		16.4.3
		16.5.1
		16.6.2
		16.6.3
		16.7.2
		16.7.3
		16.8.1
		16.9.1

Assinado digitalmente por: Leandro Ferreira Machado em 31/08/21, Danielle Borges Grupe em 31/08/21, Lucas Lunardi Vieira em 31/08/21 e Ricardo Tessari em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.08E1.F0AA.D5F3.244C.3D15.

Senhor(a) Supervisor(a): Esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 31/08/2021.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Gilvane Amorim Oliveira em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CC22.51DE.553F.62C1.0D3B.

O processo está em condições de seguir seu trâmite.

Em 31/08/2021.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Andréa Doval da Costa em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB9B.9FA6.8D3F.8019.EDF2.

Processo:	002100-0200/20-7
Órgão:	PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria:	Contas Anuais
Exercício:	2020

Nos termos da Resolução nº 1.028/2015, Regimento Interno deste Tribunal de Contas, artigo 12, inciso IV, determino a intimação do Sr. Írio Miguel Stein, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo das peças 3748891 - Relatório de Auditoria, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

Assinado digitalmente pelo Relator.

Assinado digitalmente por: Cezar Miola em 31/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C503.D924.A7CE.B477.357E.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Ofício DCF nº 04812/2021

Porto Alegre, 24 de setembro de 2021.

Processo nº 002100-0200/20-7
Órgão: PM de Sertão Santana

A Sua Excelência o Senhor
Írio Miguel Stein
Prefeito - PM DE SERTÃO SANTANA
Rua 24 de Março, 1890 Centro
CEP 92850000 - Sertão Santana/RS

Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 3751530, 3748891 daqueles autos e atender todos os termos da decisão.

O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do site do TCE (www.tce.rs.gov.br). As orientações poderão ser encontradas, na guia Para o Fiscalizado → Processo Eletrônico → Orientações de uso → Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada em: Para o Fiscalizado → Consulta Processual e Geração de Guias.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

Assinado digitalmente por: MARCIA REGINA ZOK DA SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FFCF.4FB0.EAB4.E11D.7D31.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Írio Miguel Stein

Processo: 002100-0200/20-7
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Cezar Miola
Data decisão: 31/08/2021
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
peças 3751530, 3748891
Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 27/09/2021, no Boletim nº 1359/2021, considera-se publicado na data de 28/09/2021.

Porto Alegre, 27 de setembro de 2021.

MÁRCIA REGINA ZOK DA SILVA
Oficial de Controle Externo

Assinado digitalmente por: MARCIA REGINA ZOK DA SILVA em 27/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6B19.1BB5.8204.BF27.089A.

Intimações

De: Intimações
Enviado em: segunda-feira, 27 de setembro de 2021 11:11
Para: 'gabinete@sertaosantana-rs.com.br'
Assunto: TCE/RS - Intimação - Processo Nº 002100-0200/20-7 - PM DE SERTÃO SANTANA, Írio Miguel Stein
Anexos: 801 - 3811478 - Ofícios DG e outros (DCF, DA, ESGC, ACO, AMIL) (Ofício de intimação).pdf

Prioridade: Alta

Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do(a) Exmo(a). Sr(a). Conselheiro(a)-Relator(a), nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. Intimado(a) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado nos autos, conforme Ofício em anexo.

O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do site do TCE (www.tce.rs.gov.br). As orientações poderão ser encontradas, na guia ***Para o Fiscalizado → Processo Eletrônico → Orientações de uso → Instruções para envio de esclarecimentos***.

Comunico -lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada em: ***Para o Fiscalizado → Consulta Processual e Geração de Guias***.

Solicitamos retornar este e-mail com a confirmação de recebimento identificada.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388
Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869
Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00
Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: MARCIA REGINA ZOK DA SILVA em 27/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2533.057B.B063.9D4A.F770.

Mariza Elena Lang

De: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Enviado em: segunda-feira, 27 de setembro de 2021 11:20
Para: Intimações
Assunto: RES: TCE/RS - Intimação - Processo Nº 002100-0200/20-7 - PM DE SERTÃO SANTANA, Írio Miguel Stein

Bom dia;

Recebido e-mail.

Att;

Solange Raab
Agente Administrativo

De: Intimações <intimacoes@tce.rs.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 27 de setembro de 2021 11:11
Para: 'gabinete@sertaosantana-rs.com.br' <gabinete@sertaosantana-rs.com.br>
Assunto: TCE/RS - Intimação - Processo Nº 002100-0200/20-7 - PM DE SERTÃO SANTANA, Írio Miguel Stein
Prioridade: Alta

Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do(a) Exmo(a). Sr(a). Conselheiro(a)-Relator(a), nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. Intimado(a) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado nos autos, conforme Ofício em anexo.

O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do site do TCE (**www.tce.rs.gov.br**). As orientações poderão ser encontradas, na guia ***Para o Fiscalizado → Processo Eletrônico → Orientações de uso → Instruções para envio de esclarecimentos***.

Comunico -lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (**www.tce.rs.gov.br**), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada em: ***Para o Fiscalizado → Consulta Processual e Geração de Guias***.

Solicitamos retornar este e-mail com a confirmação de recebimento identificada.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388
Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869
Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00
Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: Mariza Elena Lang em 27/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9F24.5D2D.0E50.E477.1023.

Décio Itiberê
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CEZAR MIOLA, CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Processo nº 002100-0200/20-7– Contas Anuais 2020

ÍRIO MIGUEL STEIN, Prefeito Municipal de Sertão Santana no exercício em exame, devidamente qualificado nos autos do processo de Contas Anuais em epígrafe, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio do procurador signatário, apresentar **ESCLARECIMENTOS** nos termos em que passa a expor:

O Serviço de Acompanhamento de Gestão – Supervisão de Instrução de Contas Municipais procedeu ao exame das Contas de Governo do Executivo Municipal de Sertão Santana, tendo concluído na forma que segue:

> ***12. CONCLUSÃO***
> *Do presente Relatório, salienta-se a existência de irregularidades passíveis de serem esclarecidas, quanto aos seguintes tópicos:*
>
> ***4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES***
> ***4.1 Prestação de Contas***

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

4.1.1 Declarações de Bens e Rendas

5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional
5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno
5.3.2 Destinação de Recursos Financeiros para o funcionamento da Unidade Central De Controle Interno
5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito

6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
6.5 Créditos Orçamentários
6.5.4 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Excesso de Arrecadação

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
9.1 Pesquisas Aplicadas
9.1.4 Pesquisa da Lei das Ouvidorias

10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)
10.5 Reservas Matemáticas
10.5.1 Contabilização das Provisões Matemáticas
10.6 Investimentos
10.6.1 Enquadramento de Limites

12.2 Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal
12.2.1 Meta 1A
12.5.6 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

14 MEIO AMBIENTE
14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária
14.2.7 Gestão de Resíduos na Construção Civil

15 LEI MARIA DA PENHA
15.1 Políticas Municipais para Mulheres
15.1.1 Órgão Responsável pelas Políticas para Mulheres na Estrutura
Administrativa Municipal

16 CONSELHOS MUNICIPAIS
16.3 Conselho Municipal da Saúde
16.3.1 Instituição

16.4 Conselho Municipal do Meio Ambiente
16.4.2 Composição
16.4.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis

16.5 Conselho Municipal de Saneamento Básico

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

16.5.1 Instituição

16.6 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
16.6.2 Composição
16.6.3 Infraestrutura e recursos disponíveis

16.7 Conselho Municipal de Assistência Social
16.7.2 Composição
16.7.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis

16.8 Conselho Municipal de Política para as Mulheres
16.8.1 Instituição

16.9 Conselho Municipal de Igualdade Racial
16.9.1 Instituição

Para melhor exame dos itens apontados, passa-se à análise individualizada de cada inconformidade.

No tocante ao **Item 4.1.1 Declarações de Bens e Rendas**, com base na análise da auditoria não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências das Leis n. 8.730/1993 e n. 8.429/1992 e da Resolução TCE/RS n. 1.099/2018, no que tange a entrega de declarações de bens e rendas pelos agentes públicos do Executivo Municipal de Sertão Santana.

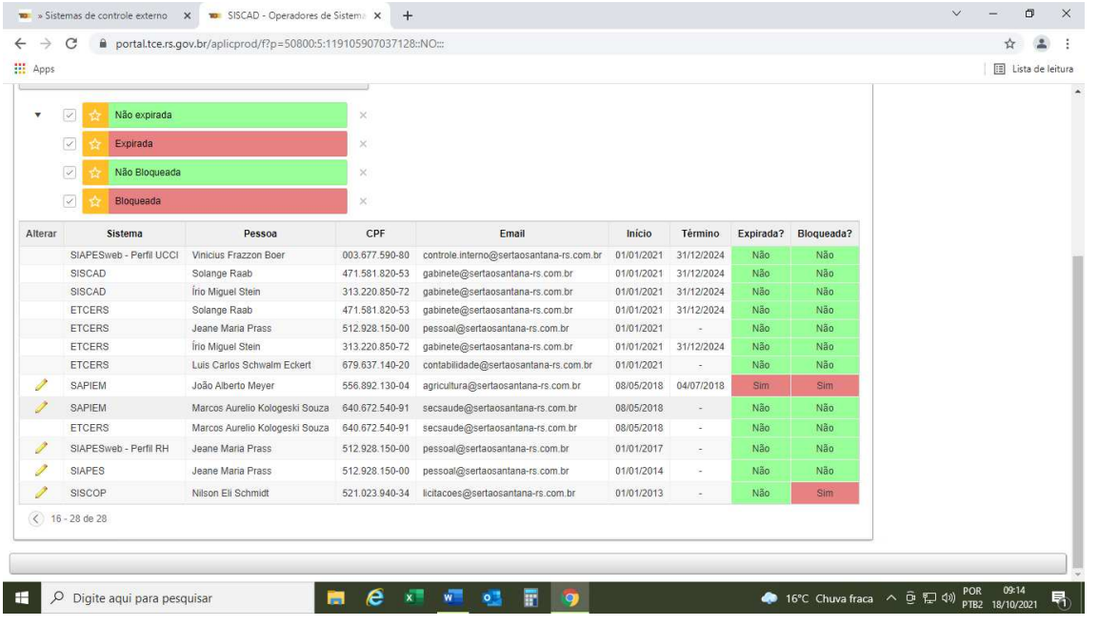
Sobre a declaração de bens e rendas do referido item, cumpre salientar que a mesma foi apontada e notificada pelo controle interno municipal, o qual foi encaminhado para o gestor que, em conjunto com o departamento de pessoal, emitiu notificação a todos os servidores, para que os mesmos entregassem a referida declaração, e houve um grande avanço neste sentido, pois, houve a atualização e entrega dos mesmos pelos servidores.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Assim sendo, e considerando que a unidade auditada vem tomando medidas para sanar os apontes, postula-se pelo afastamento do item.

Com relação ao **Item 5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno,** foi apontado pela auditoria à existência de servidores na composição da unidade central de controle interno do Município que não estão lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle.

Sobre o aponte que trata sobre a composição da Unidade de Controle Interno, cumpre salientar que a estrutura não conta mais com o servidor João Alberto Meyer, lotado no cargo de técnico agrícola. Conforme imagem abaixo:



Assim sendo, postula-se pelo afastamento do item.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

No que tange ao **Item 5.3.2 Destinação de Recursos Financeiros para o funcionamento da Unidade Central De Controle Interno,** foi apontado que a Lei Orçamentária Anual não contém previsão de recursos específicos ao sistema de controle interno.

Neste quesito cumpre salientar que a mesma foi inclusa na nova LOA, mas ainda não resta aprovada, pois é previsão para 2022. Sendo assim, considerando que essa verba foi inclusa na legislação seguinte, postula-se pelo afastamento do item.

Com relação ao **Item 5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito,** foi apontado que a unidade de controle interno não se pronuncia de forma conclusiva no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, carecendo, pois, de opinião quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.

Neste quesito, cumpre salientar que o mesmo será incluso nos próximos pareceres.

No que tange ao **Item 6.5.4 Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Excesso de Arrecadação** foi apontado que o município de Sertão Santana não atende ao disposto no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964:

> *Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*
> *(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)*
> *§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)*

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

[...]
II - os provenientes de excesso de arrecadação;

No que tange a este item, segue em anexo parecer enviado pela DPM, elaborado pela contadoria.

No que tange ao **9.1.4 Pesquisa da Lei das Ouvidorias** foi apontado que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011: Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017), Canal para acesso à Ouvidoria, Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017), Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017).

Neste quesito, o gestor esclarece que estão em tratativas as implantações das ouvidorias para saneamento da inconformidade.

Foi apontado pela equipe de auditoria que o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial previsto em lei, não está em conformidade com o informado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial de 2021, sendo necessária a adoção de medidas saneadoras conforme apontamento no **Item 10.5.1 Contabilização das Provisões Matemáticas.**

No que tange ao referido apontamento, segue em anexo parecer emitido pela empresa de consultoria atuarial, que presta serviços ao município, para fins de esclarecimento do aponte.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Ainda no que tange ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a equipe de auditoria apontou inconformidade no **Item 10.6.1 Enquadramento de Limites,** indicando a existência de investimentos em fundos que não possuem administrador ou gestor que atenda aos critérios do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, sendo necessária a adoção de medidas saneadoras.

Nesse sentido, depreende-se do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, os seguintes critérios:

> *Art. 15. A gestão das aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada ou mista.*
> *§ 1º Para fins desta Resolução, considera-se:*
> *I - gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social;*
> *II - gestão por entidade autorizada e credenciada, quando as aplicações são realizadas por intermédio de instituição financeira ou de outra instituição autorizada nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras; e*
> *III - gestão mista, quando as aplicações são realizadas, parte por gestão própria e parte por gestão por entidade autorizada e credenciada, observados os critérios definidos no inciso II.*
> *§ 2º Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em carteira administrada ou em cotas de fundo de investimento geridos por instituição financeira, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como:*
> *I - de baixo risco de crédito; ou*
> *II - de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

O referido dispositivo faz referência às instituições que podem efetuar a gestão das aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social. No entanto, a gestora e administradora

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Rio Bravo Investimentos não figura no rol de instituições previstas no dispositivo legal em questão.

Sendo assim, como forma de sanar a inconformidade, o Comitê informou que irá verificar as condições de liquidez e tomar as providências necessárias para efetuar o resgate do fundo. Assim sendo, postula-se pelo afastamento do item.

Com relação ao **Item 12.2.1 Meta 1 A do Plano Nacional de Educação – Metas de Competência Municipal,** a partir dos dados apresentados, constatou-se que 84,91% da população de 4 a 5 anos de idade frequentava a pré-escola no ano de 2020, indicando o não atingimento da Meta 1ª do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

Sobre o apontamento, salienta-se que, no ano de 2019, de acordo com o sistema de monitoramento dos planos de educação o município conseguiu atingir um percentual de 104,10% de matrículas nesta faixa etária (segue em anexo gráfico).

No entanto, com a Pandemia da Covid-19 de proporções mundiais no ano de 2020 e também no ano de 2021, que exigiu o distanciamento das pessoas, e também o fechamento presencial das escolas para diminuir a contaminação, acabou-se por perder o vínculo com muitas famílias e estas deixaram de procurar os estabelecimentos de ensino por medo de contaminar-se.

O município está buscando medidas para sanar essa defasagem de matrículas procurando identificar quem são essas

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

crianças que estão fora da escola, rastreando dados com a Secretaria Municipal de Saúde de Sertão Santana, no setor de vacinação, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Sertão Santana, no Cartório de Registro Civil de Sertão Santana e com o Conselho Tutelar de Sertão Santana para, após verificação e identificação destas crianças, fazer visitação em suas residências para conscientizar as famílias da importância e obrigatoriedade da matrícula e facilitar a sua ida até a escola para realizar a mesma.

O município também está buscando a adesão no Programa Busca Ativa Escolar para facilitar a busca por alunos fora da escola.

Assim sendo, postula-se pelo afastamento do item.

Com relação ao **Item 12.5.6 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena,** apontado pela equipe de auditoria, o município de Sertão Santana tem implementado e em plena execução o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, em cumprimento ao disposto nas respectivas diretrizes nacionais e no artigo 26-a da Lei Federal nº 9394/1996.

A Secretaria de Educação de Sertão Santana não elaborou relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas por desconhecer a necessidade de elaborar relatórios. No entanto, a equipe pedagógica da SMEDC faz o acompanhamento das implementações e execuções das atividades.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

No que diz respeito aos apontamentos do **Item 14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente,** o gestor informa que será feita revisão da Lei 1.100, principalmente em relação ao zoneamento ambiental, bem como serão promovidas ações de educação ambiental.

O gestor compromete-se, ainda, a estabelecer ações articuladas com outros entes federados visando à concretização dos objetivos da PNMA, conforme apontado.

Cumpre esclarecer, no ponto, que não existem Unidades de Conservação no município.

Assim sendo, postula-se pelo afastamento do item.

Sobre o apontamento do **Item 14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos,** o gestor informa que o Plano de gestão integrada de resíduos sólidos vai ser encaminhado para Câmara de vereadores para aprovação. Assim sendo, postula-se pelo afastamento do item.

Em relação ao apontamento do **Item 14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária**, o gestor informa que a implantação da coleta seletiva está em fase de discussão, uma vez que está se instalando uma empresa para realizar a reciclagem de resíduos no município de Barra do Ribeiro, a qual está em fase de licenciamento ambiental. Dessa forma, assim que a mesma estiver regularmente instalada, o município pretende implantar a coleta seletiva.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

No município não existe grupo de catadores, somente um catador, sendo assim a criação de uma cooperativa atualmente não seria viável. Além disso, mais de 70% da população reside em área rural e mesmo muitos moradores da zona urbana tem relação com a atividade rural.

No que tange ao **Item 14.2.7 Gestão de Resíduos na Construção Civil,** o gestor esclarece que atualmente a geração de resíduos de construção civil é irrisória, mas o município se compromete a realizar estudos para resolver esta situação.

Em relação ao apontado no **Item 15.1.1 Órgão Responsável pelas Políticas para Mulheres na Estrutura Administrativa Municipal**, cumpre esclarecer que a referida lei já se encontra em vigência no município e já foram feitas diversas reuniões com o comitê criado no município para tratar do referido tema. Segue em anexo a lei.

Em relação ao apontado no **Item 16.3.1 Instituição do Conselho Municipal da Saúde,** seguem anexos os esclarecimentos.

No que tange ao Item 16.5.1 Instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico, o gestor informa e se compromete de que será criado um conselho municipal de saneamento básico.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Em relação aos apontamentos dos **Itens 16.6.2 Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e 16.6.3 Infraestrutura e recursos disponíveis,** seguem anexos os esclarecimentos.

Em relação aos apontamentos dos **Itens 16.7.2 Composição do Conselho Municipal de Assistência Social e 16.7.3 Infraestrutura e Recursos Disponíveis,** seguem anexos os esclarecimentos.

No que tange ao **Item 16.8.1 Instituição do Conselho Municipal de Política para as Mulheres, o gestor informa que** foi criado o conselho municipal, cujo documento de comprovação segue em anexo.

No que diz respeito ao **Item 16.9.1 Instituição do Conselho Municipal de Igualdade Racial,** o gestor informa e se compromete de que será criado o conselho municipal de igualdade racial.

Com efeito, depreende-se do exposto, que as inconformidades constatadas não geraram consequências materiais e nem comprometeram o exame das contas. Assim como a transparência e a legitimidade contábil não foram afetadas, e as adequações procedidas não representaram problemas financeiros ou a inobservância dos limites dispostos na LRF.

Por fim, em face das breves razões apresentadas e tendo em vista a conduta do gestor, que ao longo de sua gestão tem

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Décio Itiberê
Advogados Associados

conseguido implementar medidas efetivas para a obtenção da melhoria contínua de sua gestão, sem deixar de efetuar os investimentos necessários ao interesse público, requer-se o afastamento dos apontes, com a aprovação das contas, sem a imposição de qualquer ônus.

ISSO POSTO, requer a Vossa Excelência que se digne a emitir parecer prévio pela aprovação das contas, sem a imputação de ônus ao gestor.

Requer-se a juntada posterior de documentos, nos termos do art. 12, §3º, do Regimento Interno do TCE/RS.

Protesta-se, outrossim, pela intimação do procurador, nos termos regimentais, para fins de sustentação oral.

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 27 de outubro de 2021.

Décio Itiberê Gomes de Oliveira
OAB/RS 12.725

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6C1E.3E89.D361.D122.2566.

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
1

Peça
3905667

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0126517

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

"P R O C U R A Ç Ã O"

Pelo presente instrumento particular de mandato, **IRIO MIGUEL STEIN,** brasileiro, casado, atual Prefeito de Sertão Santana, portador da cédula de identidade nº 2014299735, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 313.320.850-72, com endereço profissional à Rua 24 de Março, 1.890, CEP 92.950-000, Sertão Santana/RS, nomeia e constitui como seu procurador: **DÉCIO ITIBERÊ GOMES DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/RS sob o número 12.725, com escritório profissional na Rua Bento Martins, 24, conjunto 1004, em Porto Alegre – RS, e-mail: escritorio@decioitibere.com.br, pelo qual lhe concede todos os poderes para o foro em geral, e os especiais de receber, dar quitação, acordar, discordar, transigir, desistir, oferecer defesa prévia, produzir novas provas, arrazoar e contrarrazoar recursos, recorrer e, enfim, praticar todos e quaisquer atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato, inclusive, substabelecer a quem convier, com ou sem reservas de iguais poderes, **em especial para atuar perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**.

Porto Alegre, 26 de março de 2021.

IRIO MIGUEL STEIN

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AA3D.D937.81A6.91CB.7E79.

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
1

Peça
3905665

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0126515

LEI Nº1.566, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dispõe sobre a sua organização e funcionamento.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º É criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, órgão colegiado de composição paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada, de natureza consultiva e deliberativa e caráter permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres, bem como atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

Art. 3º São competências do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:
I – participar da elaboração de critérios e parâmetros para o estabelecimento e implementação de metas e prioridades que visem a assegurar as condições de igualdade às mulheres;
II – apresentar sugestões para a elaboração do planejamento plurianual do Município, o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e a alocação de recursos no Orçamento Anual do Município, visando subsidiar decisões governamentais relativas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;
III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle social sobre as políticas públicas para as mulheres;
IV – acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos para eles autorizados, com vistas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;
V – manifestar-se sobre o mérito de projetos que tenham implicações sobre os direitos das mulheres;
VI – propor estratégias de ação visando ao acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas de igualdade para as mulheres, desenvolvidas em âmbito municipal, bem como a participação social no processo decisório relativo ao estabelecimento das diretrizes dessas políticas;
VII – apoiar o Poder Executivo na articulação com outros órgãos da administração pública federal estaduais;
VIII – participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E2E4.7BA3.8719.6D04.A23D.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3905665

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0126515

IX – articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;
X – articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos federal e estaduais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social.

SEÇÃO II
DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 07 (sete) membros e respectivos suplentes, todos nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, na seguinte proporção:
I – 07 (sete) representantes do Município, sendo:
a) 3 (três) indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
b) 1 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
c) 1 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Educação;
d) 1 (um) indicado pelo Gabinete do Prefeito;
e) 1 (um) indicado pelo Conselho Tutelar;
f) 1(um) indicado pela Brigada Militar;

II – 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo:
a) 2 (duas) mulheres que tenham destacada atuação junto à comunidade local, quanto a questões de gênero e atuação na luta pela promoção e defesa dos direitos das mulheres.

§ 1º A escolha dos representantes da sociedade civil será realizada pelos membros do conselho em assembleia, por indicação e votação, para posterior indicação dos nomes ao Prefeito, a fim de que seja realizado o ato de nomeação.

Art. 5º O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. A função dos membros do Conselho é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

SEÇÃO III
DA PRESIDÊNCIA E DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 6º Para cada mandato, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher elegerá, na primeira reunião ordinária da respectiva gestão, dentre seus membros, os seus Presidente e Vice-Presidente.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E2E4.7BA3.8719.6D04.A23D.

Processo
02100-0200/20-7

Peça
3905665

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0126515

Parágrafo único. É obrigatória a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil na Presidência do Conselho em cada mandato, sendo permitida uma única recondução.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:
I – coordenar os trabalhos e representar o colegiado;
II – convocar e presidir reuniões e aprovar as respectivas pautas;
III – dirigir e orientar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;
IV – resolver as questões de ordem;
V – promover o regular funcionamento do Conselho, solicitando às autoridades competentes as providências e recursos para atender às necessidades dos serviços;
VI – exercer o direito de voto de qualidade, no caso de empate nas votações;
VII – apresentar, anualmente, ao colegiado, no decorrer do primeiro trimestre, o relatório das atividades referentes ao ano anterior, remetendo cópia do mesmo ao Prefeito e às entidades com representação no Conselho;
VIII – solicitar ao Secretário Municipal de Assistência Social o relatório operacional e financeiro da administração do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres;
IX – resolver os casos omissos de natureza administrativa.

Art. 8º Compete ao Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher substituir o Presidente nos casos de impedimento, de forma exclusiva, bem como suceder, no caso de vacância.

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá, em sua estrutura, uma Secretaria Executiva, na qualidade de unidade de apoio para o seu funcionamento, cuja composição será disciplinada no Regimento Interno, sendo garantido o apoio técnico e administrativo que necessitar, a ser prestado pela Coordenadoria Municipal da Mulher.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva tem as seguintes atribuições:
I – executar trabalhos de natureza administrativa do Conselho;
II – instruir processos e encaminhá-los ao Presidente e, quando solicitado, a terceiros;
III – organizar a pauta das reuniões para aprovação pelo Presidente;
IV – providenciar a instalação e o funcionamento das reuniões;
V – assessorar o Presidente durante as reuniões, elaborar as atas e providenciar os registros das deliberações do colegiado, divulgando-as aos conselheiros;
VI – encaminhar aos conselheiros as informações relativas aos trabalhos, acompanhadas de cópias de documentos e especificação clara acerca de prazos a serem cumpridos;
VII – providenciar, junto à Administração Pública Municipal, a ampla divulgação e, quando necessário, a publicação das resoluções do Conselho na imprensa oficial do Município;
VIII – manter registro das atividades das comissões temáticas do Conselho, articulando os seus trabalhos com a agenda e pauta de reuniões do colegiado;
X – organizar a documentação, manter arquivos e bancos de dados do Conselho;
X – orientar e instruir, sempre que necessário, conselheiros, entidades e organizações de assistência social quanto às ações do Conselho;
XI – outras que estiverem previstas no Regimento Interno do Conselho.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E2E4.7BA3.8719.6D04.A23D.

Processo
02100-0200/20-7

Página da peça
4

Peça
3905665

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0126515

SEÇÃO IV
DOS CONSELHEIROS

Art. 10. São responsabilidades do conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:
I – ser assíduo às reuniões, informando com antecedência eventuais ausências, que deverão ser justificadas para a Secretaria Executiva;
II – ter participação ativa nos trabalhos do colegiado e colaborar no aprofundamento das discussões, com a finalidade de auxiliar as suas decisões;
III – divulgar as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços de atuação social;
IV – contribuir com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento das políticas de assistência social;
V – manter-se atualizado em assuntos relativos à política municipal dos direitos da mulher, indicadores socioeconômicos locais e regionais, políticas e orçamentos públicos e demandas sociais;
VI – colaborar com o colegiado no exercício do controle social;
VII – desenvolver habilidades de negociação e prática de gestão governamental;
VIII – atuar em articulação com o seu suplente e em sintonia com a entidade que representa no colegiado;
IX – estudar e conhecer a legislação municipal, estadual e nacional sobre direitos das mulheres;
X – acompanhar, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários da respectiva política.

SEÇÃO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, cabendo, nesse caso, ao Presidente convocar a sessão com antecedência.

§ 1º. As reuniões ordinárias e extraordinárias só poderão se instalar com a presença da maioria absoluta dos membros do colegiado.

§ 2º. Todas as reuniões serão públicas, precedidas de ampla divulgação e objeto de registro em ata.

Art. 12. Nas reuniões ordinárias, é o colegiado o órgão de deliberação máxima do Conselho, cujas decisões serão tomadas por maioria simples de votos e terão força conclusiva.

Art. 13. As deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher com força normativa serão formalizadas como resoluções.

Art. 14. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá instituir grupos temáticos e comissões, de caráter temporário, destinados ao estudo e elaboração de

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E2E4.7BA3.8719.6D04.A23D.

Processo
02100-0200/20-7

propostas sobre temas específicos, a serem submetidos à sua composição plenária, definindo, no ato de criação, seus objetivos específicos, sua composição e prazo para conclusão do trabalho, podendo, inclusive, convidar para participar daqueles colegiados representantes de órgãos e entidades públicos e privados e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Na primeira reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será elaborado e aprovado o seu Regimento Interno, na forma de Resolução, que será publicada na imprensa oficial do Município.

Art. 16. Fica facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher promover a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas constitutivos de sua agenda, bem como acompanhar a execução de contratos, convênios e parcerias firmados pela Coordenadoria Municipal da Mulher.

Art. 17. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sertão Santana, em 30 de junho de 2021.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Carlos Henrique Toebke
Secretário de Administração

Página da peça
5

Peça
3905665

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0126515

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E2E4.7BA3.8719.6D04.A23D.

GESTORUM
Excelência em Gestão Previdenciária

Questionamento: Para fins de conclusão do Relatório de Contas Anuais de 2020, solicito informações/justificativas acerca do valor de R$ 24.290.967,54 contabilizado na conta 2.2.7.2.1.05.00.00.00.00 do Passivo (Plano Previdenciário - Plano de Amortização), visto que na página 18 do DRAA consta o valor de R$ 46.831.926,96 (VALOR ATUAL DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL ESTABELECIDO EM LEI).

Resposta: Prezada auditoria, o valor do déficit atuarial de R$ 24.290.967,54 é o valor posicionado na data 31/12/2020 e que precisa ser equacionado através de plano de amortização.

Acontece que, todo plano de amortização, não paga apenas o valor integral do déficit, mas também os juros que incorrem no decorrer dos anos sobre este plano de amortização. Portanto, o valor de R$ 46.831.926,96 apresentado no "Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei" é justamente decorrente deste fato, pois além de pagar a amortização propriamente dita, também precisa pagar os juros desse plano de amortização. Ainda, no ano de 2020 (ano base 2019) fomos orientados pela própria SPPREV que no campo em questão, deveríamos colocar a soma da coluna "pagamento" do plano de amortização.

No relatório da avaliação atuarial 2021, apresentamos o plano de amortização estabelecido em lei na página 30, tabela 21, o qual irei repetir aqui para demonstrar os valores do plano de amortização estabelecido em lei.

Tabela 21 – Plano de Amortização Vigente

Ano	Percentual (%)	Base de Cálculo (R$)	Saldo Inicial (R$)	(-) Pagamento (R$)	Juros (R$)	Saldo Final (R$)
2021	20,99%	7.334.048,72	24.290.967,54	1.539.416,83	1.275.275,80	24.026.826,51
2022	20,99%	7.480.729,69	24.026.826,51	1.570.205,16	1.261.408,39	23.718.029,74
2023	20,99%	7.630.344,28	23.718.029,74	1.601.609,27	1.245.196,56	23.361.617,04
2024	20,99%	7.782.951,17	23.361.617,04	1.633.641,45	1.226.484,89	22.954.460,48
2025	20,99%	7.938.610,19	22.954.460,48	1.666.314,28	1.205.109,18	22.493.255,37
2026	20,99%	8.097.382,40	22.493.255,37	1.699.640,57	1.180.895,91	21.974.510,72
2027	20,99%	8.259.330,05	21.974.510,72	1.733.633,38	1.153.661,81	21.394.539,15
2028	20,99%	8.424.516,65	21.394.539,15	1.768.306,04	1.123.213,31	20.749.446,41
2029	20,99%	8.593.006,98	20.749.446,41	1.803.672,17	1.089.345,94	20.035.120,19
2030	20,99%	8.764.867,12	20.035.120,19	1.839.745,61	1.051.843,81	19.247.218,39
2031	20,99%	8.940.164,46	19.247.218,39	1.876.540,52	1.010.478,97	18.381.156,83
2032	20,99%	9.118.967,75	18.381.156,83	1.914.071,33	965.010,73	17.432.096,23
2033	20,99%	9.301.347,11	17.432.096,23	1.952.352,76	915.185,05	16.394.928,53
2034	20,99%	9.487.374,05	16.394.928,53	1.991.399,81	860.733,75	15.264.262,46
2035	20,99%	9.677.121,53	15.264.262,46	2.031.227,81	801.373,78	14.034.408,43
2036	20,99%	9.870.663,96	14.034.408,43	2.071.852,37	736.806,44	12.699.362,51
2037	20,99%	10.068.077,24	12.699.362,51	2.113.289,41	666.716,53	11.252.789,63
2038	20,99%	10.269.438,78	11.252.789,63	2.155.555,20	590.771,46	9.688.005,89

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6AA4.900A.DFE4.667C.C45F.

GESTORUM
Excelência em Gestão Previdenciária

2039	20,99%	10.474.827,56	9.688.005,89	2.198.666,30	508.620,31	7.997.959,89
2040	20,99%	10.684.324,11	7.997.959,89	2.242.639,63	419.892,89	6.175.213,15
2041	20,99%	10.898.010,59	6.175.213,15	2.287.492,42	324.198,69	4.211.919,42
2042	20,99%	11.115.970,80	4.211.919,42	2.333.242,27	221.125,77	2.099.802,92
2043	20,99%	11.338.290,22	2.099.802,92	2.379.907,12	110.239,65	-169.864,54
2044	20,99%	11.565.056,03	-169.864,54	2.427.505,26	-8.917,89	-2.606.287,69

Portanto, a coluna “pagamento” corresponde aos valores das alíquotas aplicados sobre a base de cálculo, e a sua soma dá exatamente o valor do plano de amortização estabelecido em lei. O que demonstra que os dois valores estão corretos e são distintos entre si pois são duas situações distintas.

O valor do draa que deve ser confrontado com o valor indicado na conta 2.2.7.2.1.05.00.00.00.00 do Passivo (Plano Previdenciário - Plano de Amortização) está na página 21 do DRAA com o nome “Déficit Atuarial a Amortizar”.

Porto Alegre, 26 de outubro de 2021.

Michele de Mattos Dall'Agnol
Atuária MTE 2.991
CPF: 837.360.850-87

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6AA4.900A.DFE4.667C.C45F.

Página
1049
Processo
02100-0200/20-7
Página da peça
1
Peça
3905686
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P012652A

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

Oficio º 001/2021

Sertão Santana, 21 de outubro de 2021

Ao Tribunal de Contas do Estado – TCE

Apraz-nos cumprimentar V.Sa., estamos respondendo conforme solicitação ao nosso Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Sertão Santana.

A seguir informamos que conforme nossa Lei Municipal nº 989/2007, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social nosso conselho é composto de 24 conselheiros, sendo sua composição paritária, 12 representantes do governo e 12 representantes da sociedade civil, e Secretaria Executiva, estando a mesma prevista na legislação municipal de acordo com o estabelecido nos artigos 16, caput e inciso IV e 30 , inciso I da Lei Federal nº 8.742/1993, bem como no artigo 2º, Caput da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 237/2006.

Ressaltamos que em relação aos representantes da sociedade civil, Representante do Bolsa Família, e Emater somente temos os titulares. Entretanto esclarecemos que a situação está sendo regularizada.

Sem mais para o momento

Atenciosamente

Iara Teresinha Jardim de Oliveira

Presidente do CMAS – Sertão Santana

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A747.CD33.505C.2906.CB9C.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

Ao Tribunal e Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Item. 16.6 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

16.6.2 Composição

Com as novas indicações pelo poder público e sociedade civil, registradas no Livro de Atas do COMDICA sob n° 02/2021 de dez de maio de 2021, a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está completo e com a atuação destes em pleno funcionamento.

Poder público

Secretaria da Educação	Titular	Rosiani Schrank
	Suplente	Cintia Gimenes Navas
Secretaria da Saúde	Titular	Scheila Silvana Oppelt
	Suplente	Rosana Borba
Secretaria da Assistência Social	Titular	Deivis Bujes da Silva Giru
	Suplente	Luciano Sonnemann Eckert
Secretaria da Fazenda	Titular	Cristina Pellegrini Barbieri
	Suplente	Diego Chamorro dos Santos
Secretaria de Obras e Viação	Titular	Aurio Solka
	Suplente	Darni Iastchamski

Sociedade Civil

Sindicato dos Trabalhadores Ruais	Titular	Gisela Renate Rosenau
	Suplente	Flavio Avelino Koch
As. Pais e Amigos Excepcionais - APAE	Titular	Pamela Larissa Munhoz de Souza Grudzinski
	Suplente	Daniela Lösch Assis
Esc. Est. Ens. Médio. Com Eduardo Secco	Titular	Marceli natalia Hollas
	Suplente	Jamily Prestes
Circulo Pais e Mestres E.E.E.M Eduardo Secco	Titular	Catia Regina Vigel Pinzon
	Suplente	Liziany vandame da Silva
Grupos de 3ª Idade	Titular	Maria Iazemski
	Suplente	Vera Rabb

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A747.CD33.505C.2906.CB9C.

Página 1051
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3905686
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652A

16.6 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são oriundos de doações provenientes da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física e de multa aplicada por penalidade Administrativa, de acordo com o ECA, artigoss 154 e 214.

A correta aplicação do atual valor é tema de expressiva diligência por este Conselho, o que nos motivou a fazer cursos ofertados por institutos competentes e a criar Comissão para elaboração do Plano de Ação e Aplicação dos recursos do Fundo, conforme Ata n° 06 do dia dez de agosto de 2021, que ficou composta da seguinte forma:

Cristina Pellegrini Barbieri;

Deivis Bujes;

Pamela Larissa Munhoz de Souza Grudzinski;

Sheila Oppelt.

A apresentação do Plano de Ação e Aplicação dar-se-á em novembro para a plenária do COMDICA, e após aprovado, o recurso será disponibilizado para o fim deliberado pela maioria dos integrantes do Conselho.

Também cabe a esta comissão a função de organizar campanhas para captação de recursos junto ao poder público, pessoas físicas e jurídicas, de acordo com a forma legal e em consonância com a plenária do COMDICA.

Cristina Pellegrini Barbieri

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A747.CD33.505C.2906.CB9C.

Página 1052
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 1
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1053
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 2
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.691.485,00	1.444.020,78
Contribuições	405.000,00	1.121.567,51
Receita Patrimonial	758.541,16	2.901.437,87
Receita de Serviços	141.690,00	151.408,61
Transferências Correntes	24.800.584,44	23.192.985,60
Outras Receitas Correntes	115.920,00	42.973,06
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**27.913.220,60**	**28.854.393,43**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.488.545,62
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.709.344,87
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**3.197.890,49**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00
Alienação de Bens	48.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.721.345,00	369.083,00
Outras Receitas de Capital	3.955,00	1.469,96
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**3.773.300,00**	**370.552,96**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-3.329.520,60**	**-3.412.136,79**
TOTAL DAS RECEITAS	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	28.406.629,85
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.269.030,14
Créditos Especiais	383.340,00
Créditos Extraordinários	133.000,00
Redução de Dotações	2.357.643,74
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.834.356,25**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	21.263.736,60
Liquidado	21.249.737,74
Pago	21.005.212,15

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1054
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 3
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

SALDO A LIQUIDAR	**13.998,86**
SALDO A PAGAR	**244.525,59**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	1.923.281,21
Liquidado	1.920.492,99
Pago	1.920.492,99
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.788,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	375.816,92
Excesso de Arrecadação	1.021.909,48
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.357.643,74
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.357.643,74
Suplementações Orçamentárias entre entidades	30.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	25.920.846,89D	30.859.428,03D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.752.142,39D	23.629.133,50D
PASSIVO CIRCULANTE	871.270,95C	296.759,30C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	18.561.962,95C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	29.239.755,38C	29.239.755,38C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	13.136.060,18D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.625.239,41D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.694.676,34D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	371,21D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	4.017.310,57D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	1.112.909,50D
TRIBUTÁRIAS	0,00	348.826,02D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	8.109.407,77D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.602.133,57C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.610.113,13C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	21.342,45C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.635.642,35C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	25.435.355,59C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	22.720,04C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	80.638.092,85D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21D	795.545,21D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1055
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 4
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	80.638.092,85C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	795.545,21C	795.545,21C
ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29D	10.534.343,34D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13D	90.844.793,16D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.890.249,81D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65D	66.811,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	5.747.122,29C	10.534.343,34C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.137.121,13C	90.844.793,16C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.890.249,81C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	63.811,65C	66.811,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.708.736,31D	3.047.856,55D
Bancos Conta Aplicação	582.168,55D	358.574,16D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**2.290.904,86D**	**3.406.430,71D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	28.895,43D	9.243,11D
Bancos Conta Movimento	22.750.154,19D	26.634.971,89D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**22.779.049,62D**	**26.644.215,00D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**25.069.954,48D**	**30.050.645,71D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.995.608,06	2.218.392,80	2.218.392,80
2º Bimestre	2.963.215,75	3.572.235,73	3.565.181,73
3º Bimestre	3.159.462,24	3.827.653,81	3.832.323,37
4º Bimestre	3.952.440,46	4.036.481,71	4.026.907,43

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1056
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 5
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
5º Bimestre	2.730.708,37	3.751.105,67	3.747.506,19
6º Bimestre	3.655.029,79	4.958.670,53	4.270.715,17

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	25.368.216,40	29.157.481,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.148.939,00	872.231,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.816.555,40	-3.192.983,29
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**24.700.600,00**	**26.836.730,33**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	65.701.570,97	60.720.879,74
Demais Contas	1.375.835.161,95	1.380.815.853,18
Totais	1.441.536.732,92	1.441.536.732,92

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1057
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 6
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)	237.740

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000	RECEITAS CORRENTES	28.854.393,43	0,00	28.854.393,43
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	370.552,96	0,00	370.552,96
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.412.136,79	0,00	-3.412.136,79
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
13210011010301	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção Básica	1.929,04	0,00	1.929,04
13210011010302	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	22,99	0,00	22,99
13210011010303	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	323,71	0,00	323,71
13210011010304	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	64,27	0,00	64,27
13210011010306	Rec Rend Aplic Financ. - Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	214,74	0,00	214,74
13210011010307	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	402,89	0,00	402,89
13210011010308	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	0,84	0,00	0,84
13210011010313	Rec Rend Aplic Financ. - Dispensação de Fraldas	40,47	0,00	40,47
13210011010314	Rec Rend Aplic Financ. - Qualif Atenção Basica/PIES	1.279,26	0,00	1.279,26
13210011010315	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Assist.Farmac.Básica Est/diabeticos	134,77	0,00	134,77
13210011010316	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Oficina Terapeutica	287,26	0,00	287,26
13210011010317	Rec Rend Aplic Financ- FMS Progr. Vig Promoção Saude	323,73	0,00	323,73
13210011010318	Rec Rend Aplic Financ-Cons Pop 15/16 Saude	84,01	0,00	84,01
13210011010319	Rec. De Rem Dep Banc NFG SAÚDE	48,32	0,00	48,32
13210011010320	Rec. De Rem Dep Banc- ESF ESTADUAL	645,98	0,00	645,98
13210011010333	Rec. Rem. de Depósito Banc.- Emenda Parl. p/ Custeio COVID 19	408,48	0,00	408,48
13210011010334	Rec. Rem. Dep. FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	0,53	0,00	0,53
13210011010701	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FEAS	94,39	0,00	94,39
13210011010702	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GBF FNAS	51,30	0,00	51,30
13210011010703	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSB FNAS	854,74	0,00	854,74
13210011010704	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSEMC FNAS	9,60	0,00	9,60
13210011010705	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GSUAS FNAS	29,74	0,00	29,74
13210011010706	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL BPC Escola	0,82	0,00	0,82
13210011010707	Rem. Dep. Banc. de Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS para EPI Portaria 369/2020	2,89	0,00	2,89
13210011010708	Rem. Dep. Banc. de Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS para ALIMENTOS Portaria 369/2020	47,40	0,00	47,40
13210011010802	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FNDE/PNATE	167,27	0,00	167,27
13210011010803	Rem Dep Banc de Rec Vinc - Sal Educ Fed	541,22	0,00	541,22
13210011010804	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PNAE	51,27	0,00	51,27
13210011010805	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PRE	16,34	0,00	16,34
13210011010807	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/CRECHE	7,78	0,00	7,78
13210011010808	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FNDE/BRASIL CARINHOSO	0,63	0,00	0,63

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1058
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 7
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010809	Rec Rend Aplic Financ-PRO-INFANCIA	8,32	0,00	8,32
13210011010810	Rec de Remun Dep Banc - PAC 2 FNDE PAR Aquis.Veic.e Mobiliario	71,93	0,00	71,93
13210011010812	Remu. de Dep. Banc.de Rec. Vinc. - FNDE - Auxílio Financeiro Resolução 11/2018	1,75	0,00	1,75
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	2.856.883,94	0,00	2.856.883,94
17180311000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde ? SUS ? Repasses Fundo a Fundo - Principal	803.530,08	0,00	803.530,08
17180321000000	Transf.de Rec.do SUS Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	8.353,80	0,00	8.353,80
17180331000000	Transf.de Rec.do SUS Vigilância em Saúde - Principal	33.951,47	0,00	33.951,47
17180341000000	Transf.de Rec.do SUS Assistência Farmacêutica - Principal	38.591,64	0,00	38.591,64
17180391010000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 480/2020 - COVID19	14.782,15	0,00	14.782,15
17180391020000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.666/20 - COVID 19	155.582,00	0,00	155.582,00
17180391030000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.857/20 - COVID19	17.028,00	0,00	17.028,00
17180391040000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 430/2020 - COVID19	75.000,00	0,00	75.000,00
17180391050000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.358/2020 - COVID19	18.000,00	0,00	18.000,00
17180391060000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.222/2020 - COVID19	9.685,00	0,00	9.685,00
17180391070000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.405/2020 - COVID19	11.620,00	0,00	11.620,00
17180391080000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.516/2020 - COVID19	20.199,33	0,00	20.199,33
17180391090000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 1.797/2020 - COVID19	180.000,00	0,00	180.000,00
17180391100000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 2.994/2020 - COVID19	8.312,50	0,00	8.312,50
17180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	294.916,98	0,00	294.916,98
17180531010000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Ensino Fundamental	48.074,40	0,00	48.074,40
17180531020000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Pré-Escola	15.158,00	0,00	15.158,00
17180531040000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - CRECHE	6.826,60	0,00	6.826,60
17180541010000	Transferencias Diretas do FNDE Referentes ao PNATE	129.502,32	0,00	129.502,32
17181031010000	Cota-Parte FMAS BL PSB FNAS	93.856,62	0,00	93.856,62
17181031020000	Cota-Parte FMAS BL PSEMC FNAS	1.629,06	0,00	1.629,06
17181031040000	Cota-Parte FMAS BL GBF FNAS	17.160,00	0,00	17.160,00
17181211010000	Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Acões de Combate ao COVID-19	1.560,79	0,00	1.560,79
17181211020000	Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Acões de Combate ao COVID-19	120.000,00	0,00	120.000,00
17181211030000	Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para EPI Portaria 369/2020	3.150,00	0,00	3.150,00
17181211040000	Transf. do FNAS Componente Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS Portaria 369/2020	51.750,00	0,00	51.750,00
17280311010000	Assistencia Programa Farmácia Básica/diabeticos	27.541,20	0,00	27.541,20
17280311030000	ATENÇÃO BÁSICA OFICINAS TERAPÊUTICAS	66.000,00	0,00	66.000,00
17280311040000	Atenção BÁSICA PIES	205.757,79	0,00	205.757,79
17280311050000	Programa Dispensação de Fraldas	4.831,50	0,00	4.831,50
17280311060000	Programa NFG Saude	4.615,57	0,00	4.615,57
17280311070000	Incentivo a Equipe de Saúde da Família (ESF)	103.000,00	0,00	103.000,00

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1059
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 8
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280311080000	Transf. de Emendas Parlamentares Estaduais p/ Enfrentamento do Coronavírus	100.000,00	0,00	100.000,00
17280311090000	Transf. de Recursos do FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	7.000,00	0,00	7.000,00
17281021010000	Transferências de Convênios para o Transporte Escolar - Principal	169.216,28	0,00	169.216,28
17281091060000	Programa ASEMA - Apoio Sócio-educativo em Meio Aberto - Principal	9.269,55	0,00	9.269,55
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	13.216,92	0,00	13.216,92
24180411010000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS destinados à Atenção Básica - Principal - Emenda Lasier Martins	249.998,00	0,00	249.998,00
24181211000000	Transf. do FNAS Emenda Autor Pedro Westphalen - SIGTV Estruturação	100.000,00	0,00	100.000,00
24281091010000	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv	19.085,00	0,00	19.085,00
913210011010313	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Dispensação de Fraldas	-10,07	0,00	-10,07
913210011010314	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Qualif Atenção Basica/PIES	-363,76	0,00	-363,76
913210011010315	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Assist.Farmac.Básica Est/Diabeticos	-29,14	0,00	-29,14
913210011010316	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Oficina Terapeutica	-73,30	0,00	-73,30
913210011010317	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Vig. Promoção Saude	-26,05	0,00	-26,05
913210011010319	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. NFG SAÚDE	-12,57	0,00	-12,57
913210011010320	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. ESF ESTADUAL	-200,22	0,00	-200,22
913210011010333	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. Emenda Parl.p/Custeio COVID 19	-17,70	0,00	-17,70
913210011010701	(R) DEDUÇÕES Rec. Rem. de Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FEAS	-78,13	0,00	-78,13
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-533.099,89	0,00	-533.099,89
TOTAL		**19.129.314,42**	**0,00**	**19.129.314,42**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.448,93	0,00	12.448,93
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1060
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL		**15.660.771,99**	**0,00**	**15.660.771,99**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.915.193,00**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	330.878,93	0,00	330.878,93
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	890.062,29	0,00	890.062,29
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-35.602,07	0,00	-35.602,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.734.963,18	0,00	2.734.963,18
TOTAL II		**3.920.302,33**	**0,00**	**3.920.302,33**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.347.376,13	0,00	1.347.376,13
31	Ensino Fundamental	3.439.411,11	0,00	3.439.411,11
31	Educação Infantil	747.134,49	0,00	747.134,49
SUBTOTAL I		**5.533.921,73**	**0,00**	**5.533.921,73**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.378,12	0,00	1.378,12
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**26,06**		**4.081.548,87**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1061
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 10
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Página 1062
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 11
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
SUBTOTAL		**13.789.938,73**	**0,00**	**13.789.938,73**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.757.987,75**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.734.963,18	0,00	2.734.963,18
TOTAL II		**2.734.963,18**	**0,00**	**2.734.963,18**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.439.411,11	0,00	3.439.411,11
31	Educação Infantil	747.134,49	0,00	747.134,49
SUBTOTAL I		**4.186.545,60**	**0,00**	**4.186.545,60**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		820,66	0,00	820,66
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**19,83**		**2.734.730,20**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2020

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1063
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 12
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	820,66	0,00	820,66
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	4.185.618,40	0,00	4.185.618,40
Total		**4.186.439,06**	**0,00**	**4.186.439,06**

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **2.511.863,44**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2020

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.829.978,28	0,00	2.829.978,28
31	Educação Infantil	619.755,97	0,00	619.755,97
TOTAL		**3.449.734,25**	**0,00**	**3.449.734,25**

% de Aplicação **82,40**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2019	5.613,37	0,00	5.613,37
Plus do FUNDEB - Exercício de 2019	1.143.863,11	0,00	1.143.863,11
TOTAL	**1.149.476,48**	**0,00**	**1.149.476,48**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **57.473,82**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2020 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.448,93	0,00	12.448,93
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1064
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 13
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1065
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 14
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
SUBTOTAL I		**15.660.771,99**	**0,00**	**15.660.771,99**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.349.115,80**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	198.636,05	0,00	198.636,05
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.171.934,59	0,00	2.171.934,59
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL II		**2.349.209,46**	**0,00**	**2.349.209,46**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.706.944,83	0,00	2.706.944,83
SUBTOTAL I		**2.706.944,83**	**0,00**	**2.706.944,83**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.365,29	0,00	1.365,29
SUBTOTAL III		**1.365,29**	**0,00**	**1.365,29**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**17,28**		**2.705.579,54**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1066
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 15
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 17,996%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 19 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 33,752%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,716%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 65 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.048,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.402,37
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 480,47
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 405 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BDP_32 - Linha: 76 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 5.286,63

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 194 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.750,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 237 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 235,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 250 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.714,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 253 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.534,35

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.048,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 9.669,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1067
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 16
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 600,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.402,37

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 480,47

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/03/2020	Jornal do Comercio
	Internet	26/03/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-1o-bimestre-2020/
2º Bimestre	Mural	27/05/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/05/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/05/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/rreo-2o-bimestre-2020/
3º Bimestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br
4º Bimestre	Mural	30/09/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	30/09/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	30/09/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/
5º Bimestre	Mural	24/11/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	25/11/2020	Jornal Regional de Notícias
	Internet	24/11/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/noticias/
6º Bimestre	Mural	27/01/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/01/2021	Jornal Regional de Notícias
	Internet	27/01/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	20/07/2020	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	29/07/2020	Regional de Notícias
	Internet	29/07/2020	http://sertaosantana-rs.com.br/
2º Semestre	Mural	27/01/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	27/01/2021	Regional de Notícias
	Internet	27/01/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1068
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 17
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

2º Quadrimestre	Mural	Não Publicado
	Jornal	Não Publicado
	Internet	Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2019	26/02/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2020	26/05/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2020	29/09/2020	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	28.854.393,43	0,00	28.854.393,43
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.412.136,79	0,00	-3.412.136,79
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	2.856.883,94	0,00	2.856.883,94
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	13.216,92	0,00	13.216,92
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-533.099,89	0,00	-533.099,89
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**21.630.494,37**	**0,00**	**21.630.494,37**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**21.630.494,37**	**0,00**	**21.630.494,37**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1069
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 18
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.844.921,71	0,00	14.844.921,71
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	1.265.345,44	0,00	1.265.345,44
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	106.190,60	0,00	106.190,60
319003010000000	Civis	129.596,83	0,00	129.596,83
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	11.238,93	0,00	11.238,93
319005000101000	Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	44.733,34	0,00	44.733,34
319005000103000	Salário-Maternidade - Pessoal Ativo	29.702,28	0,00	29.702,28
319005000105000	Salário-Familia De Segurados	1.993,42	0,00	1.993,42
319008560100000	Salário Família de Segurados Ativos	3.695,12	0,00	3.695,12
319008990400000	Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	347.232,20	0,00	347.232,20
319011070000000	Abono de Permanencia	3.239,68	0,00	3.239,68
319113990100000	Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	1.491.577,44	0,00	1.491.577,44
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**11.410.376,43**	**0,00**	**11.410.376,43**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**380.160,46**	**0,00**	**380.160,46**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1070
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 19
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**11.030.215,97**	**0,00**	**11.030.215,97**

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	96.213,32	0,00	96.213,32
1	11111190201000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. ICMS-IPI Lei 87/96	54.708,44	0,00	54.708,44
1	11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID ALIMENTOS	51.797,40	0,00	51.797,40
1	11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	83.157,80	0,00	83.157,80
1	11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	37,85	0,00	37,85
1	11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	6.471,96	0,00	6.471,96
20	11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	154.231,38	0,00	154.231,38
31	11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	12.019,58	0,00	12.019,58
40	11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	47.303,78	0,00	47.303,78
1016	11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	15.058,76	0,00	15.058,76
1017	11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	10.926,53	0,00	10.926,53
1027	11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	200.604,97	0,00	200.604,97
1028	11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	126.738,03	0,00	126.738,03
1037	11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	17,04	0,00	17,04
1038	11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.868,08	0,00	7.868,08
1044	11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	248,03	0,00	248,03
1045	11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	207,21	0,00	207,21
1067	11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.648,45	0,00	11.648,45
1069	11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.931,09	0,00	4.931,09
1086	11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	318,71	0,00	318,71
1090	11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	5.825,83	0,00	5.825,83
1095	11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.475,79	0,00	4.475,79

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1071
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 20
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1122	11111190202000900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PRO-INFANCIA	1.694,89	0,00	1.694,89
1127	11111190203001000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.680,40	0,00	1.680,40
1128	11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.483,83	0,00	29.483,83
1130	11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	148.259,96	0,00	148.259,96
1138	11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.652,08	0,00	14.652,08
1143	11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	10.731,32	0,00	10.731,32
1148	11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	230.965,69	0,00	230.965,69
1149	11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	3.155,89	0,00	3.155,89
1150	11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.624,35	0,00	4.624,35
1151	11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.605,21	0,00	18.605,21
1152	11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,46	0,00	165,46
1154	11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	1.215,48	0,00	1.215,48
1156	11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	4.536,33	48.750,00	53.286,33
1162	11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	129,04	0,00	129,04
1165	11111190202001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	326,93	0,00	326,93
1180	11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	6.627,73	0,00	6.627,73
1181	11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	323.808,89	0,00	323.808,89
1183	11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID EPI	3.152,89	0,00	3.152,89
1186	11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	19.085,00	0,00	19.085,00
4001	11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	93.946,91	0,00	93.946,91
4011	11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	37.319,46	0,00	37.319,46
4011	11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	207.061,74	0,00	207.061,74
4011	11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 SAUDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	6.963,55	0,00	6.963,55
4050	11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	3.797,38	0,00	3.797,38
4050	11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	20.363,33	0,00	20.363,33
4090	11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	104.856,56	0,00	104.856,56
4190	11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.193,34	0,00	9.193,34

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4297	11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	4.993,65	0,00	4.993,65
4300	11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	4.656,42	0,00	4.656,42
4500	11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	406.495,24	0,00	406.495,24
4501	11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.486,14	0,00	3.486,14
4502	11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	42.578,42	0,00	42.578,42
4503	11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	16.430,49	0,00	16.430,49
4505	11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	324.241,58	0,00	324.241,58
4506	11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	185,06	0,00	185,06
4511	11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	367.384,77	0,00	367.384,77
8001	11111191207000100000	BANRISUL S/A - CTA LIVRE EXTRA 8001	34.765,27	0,00	34.765,27
TOTAL			**3.406.430,71**	**48.750,00**	**3.455.180,71**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
50	11111060100000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. RPPS	12.371.389,68	0,00	12.371.389,68
50	11111060100000200000	C.E.FEDERAL - CTA. RPPS	13.045.214,56	0,00	13.045.214,56
50	11111060100000400000	BANRISUL S/A - CTA RPPS	1.218.367,65	0,00	1.218.367,65
8050	11111060100000500000	CTA RECURSO EXTRA ORCAMENTARIO - 8050	9.243,11	0,00	9.243,11
TOTAL			**26.644.215,00**	**0,00**	**26.644.215,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	96.213,32	0,00	96.213,32

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1072
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 21
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Página 1073
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 22
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190201000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. ICMS-IPI Lei 87/96	54.708,44	0,00	54.708,44
11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	93.946,91	0,00	93.946,91
11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	154.231,38	0,00	154.231,38
11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	200.604,97	0,00	200.604,97
11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	12.019,58	0,00	12.019,58
11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	126.738,03	0,00	126.738,03
11111190202000900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PRO-INFANCIA	1.694,89	0,00	1.694,89
11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	15.058,76	0,00	15.058,76
11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.931,09	0,00	4.931,09
11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	1.215,48	0,00	1.215,48
11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.652,08	0,00	14.652,08
11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	129,04	0,00	129,04
11111190202001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	326,93	0,00	326,93
11111190203001000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.680,40	0,00	1.680,40
11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	10.731,32	0,00	10.731,32
11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	324.241,58	0,00	324.241,58
11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	185,06	0,00	185,06
11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	406.495,24	0,00	406.495,24
11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.486,14	0,00	3.486,14
11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	42.578,42	0,00	42.578,42
11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	16.430,49	0,00	16.430,49
11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	367.384,77	0,00	367.384,77
11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	230.965,69	0,00	230.965,69
11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.605,21	0,00	18.605,21
11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.624,35	0,00	4.624,35
11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,46	0,00	165,46
11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	3.155,89	0,00	3.155,89
11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID ALIMENTOS	51.797,40	0,00	51.797,40
11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID EPI	3.152,89	0,00	3.152,89
11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.868,08	0,00	7.868,08
11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	323.808,89	0,00	323.808,89
11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	83.157,80	0,00	83.157,80
11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	10.926,53	0,00	10.926,53
11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	207,21	0,00	207,21
11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	248,03	0,00	248,03
11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.483,83	0,00	29.483,83

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1074
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 23
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	5.825,83	0,00	5.825,83
11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	4.536,33	0,00	4.536,33
11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	47.303,78	0,00	47.303,78
11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	318,71	0,00	318,71
11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	6.627,73	0,00	6.627,73
11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	37,85	0,00	37,85
11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	6.471,96	0,00	6.471,96
11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.648,45	0,00	11.648,45
11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.475,79	0,00	4.475,79
11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	17,04	0,00	17,04
11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	148.259,96	0,00	148.259,96
11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	19.085,00	0,00	19.085,00
11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	3.797,38	0,00	3.797,38
11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.193,34	0,00	9.193,34
11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	37.319,46	0,00	37.319,46
11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	207.061,74	0,00	207.061,74
11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	20.363,33	0,00	20.363,33
11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	4.656,42	0,00	4.656,42
11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	104.856,56	0,00	104.856,56
11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	4.993,65	0,00	4.993,65
11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 SAUDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	6.963,55	0,00	6.963,55
11111191207000100000	BANRISUL S/A - CTA LIVRE EXTRA 8001	34.765,27	0,00	34.765,27
63270000000000000000	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-244.525,59	0,00	-244.525,59
TOTAL		**3.161.905,12**	**0,00**	**3.161.905,12**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**3.161.905,12**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2020

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1075
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 24
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21881010200010000000	INSS - Folha	0,01	0,00	0,01
21881010200030000000	INSS - Serviço Terceiros	859,20	0,00	859,20
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.117,48	0,00	7.117,48
21881011103000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - EXECUTIVO	29.574,98	0,00	29.574,98
21881011104000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - LEGISLATIVO	5.190,29	0,00	5.190,29
21881019900030000000	OUTROS CONSIGNATARIOS - Plano Telefone	248,64	0,00	248,64
22721030100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	18.783.191,46	0,00	18.783.191,46
22721030500000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-1.632.322,76	0,00	-1.632.322,76
22721040100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	60.112.690,20	0,00	60.112.690,20
22721040200000000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-11.916.652,44	0,00	-11.916.652,44
22721040300000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-9.473.772,52	0,00	-9.473.772,52
22721040400000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-4.937.951,40	0,00	-4.937.951,40
22721059800000000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-24.290.967,54	0,00	-24.290.967,54
63110000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.788,22	0,00	2.788,22
63171000000000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDARINSCRICAO NO EXERCICIO	13.998,86	0,00	13.998,86
TOTAL		**26.703.992,68**	**0,00**	**26.703.992,68**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1076
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 25
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1077
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 26
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	193.566,55	0,00	193.566,55	193.566,55
20	0,00	2.183,26	0,00	2.183,26	2.183,26
31	0,00	10.905,59	0,00	10.905,59	10.905,59
40	0,00	6.509,39	0,00	6.509,39	6.509,39
1027	0,00	537,86	0,00	537,86	537,86
1151	0,00	97,24	0,00	97,24	97,24
1181	0,00	7.380,00	0,00	7.380,00	7.380,00
4011	0,00	879,75	0,00	879,75	879,75
4500	0,00	20.905,95	0,00	20.905,95	20.905,95
4511	0,00	1.560,00	0,00	1.560,00	1.560,00
TOTAL	**0,00**	**244.525,59**	**0,00**	**244.525,59**	**244.525,59**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	2.680,99	190,27	0,00	190,27	2.871,26
20	107,23	0,00	0,00	0,00	107,23
1156	0,00	12.768,59	0,00	12.768,59	12.768,59
4511	0,00	1.040,00	0,00	1.040,00	1.040,00
TOTAL	**2.788,22**	**13.998,86**	**0,00**	**13.998,86**	**16.787,08**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		292.386,77	0,00	292.386,77	
20		154.231,38	0,00	154.231,38	

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1078
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 27
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
31		12.019,58	0,00	12.019,58	
40		47.303,78	0,00	47.303,78	
50		26.634.971,89	0,00	26.634.971,89	
1016		15.058,76	0,00	15.058,76	
1017		10.926,53	0,00	10.926,53	
1027		200.604,97	0,00	200.604,97	
1028		126.738,03	0,00	126.738,03	
1037		17,04	0,00	17,04	
1038		7.868,08	0,00	7.868,08	
1044		248,03	0,00	248,03	
1045		207,21	0,00	207,21	
1067		11.648,45	0,00	11.648,45	
1069		4.931,09	0,00	4.931,09	
1086		318,71	0,00	318,71	
1090		5.825,83	0,00	5.825,83	
1095		4.475,79	0,00	4.475,79	
1122		1.694,89	0,00	1.694,89	
1127		1.680,40	0,00	1.680,40	
1128		29.483,83	0,00	29.483,83	
1130		148.259,96	0,00	148.259,96	
1138		14.652,08	0,00	14.652,08	
1143		10.731,32	0,00	10.731,32	
1148		230.965,69	0,00	230.965,69	
1149		3.155,89	0,00	3.155,89	
1150		4.624,35	0,00	4.624,35	
1151		18.605,21	0,00	18.605,21	
1152		165,46	0,00	165,46	
1154		1.215,48	0,00	1.215,48	
1156		4.536,33	48.750,00	53.286,33	
1162		129,04	0,00	129,04	
1165		326,93	0,00	326,93	
1180		6.627,73	0,00	6.627,73	
1181		323.808,89	0,00	323.808,89	
1183		3.152,89	0,00	3.152,89	
1186		19.085,00	0,00	19.085,00	
4001		93.946,91	0,00	93.946,91	
4011		251.344,75	0,00	251.344,75	
4050		24.160,71	0,00	24.160,71	
4090		104.856,56	0,00	104.856,56	
4190		9.193,34	0,00	9.193,34	
4297		4.993,65	0,00	4.993,65	
4300		4.656,42	0,00	4.656,42	
4500		406.495,24	0,00	406.495,24	
4501		3.486,14	0,00	3.486,14	
4502		42.578,42	0,00	42.578,42	

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1079
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 28
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4503		16.430,49	0,00	16.430,49	
4505		324.241,58	0,00	324.241,58	
4506		185,06	0,00	185,06	
4511		367.384,77	0,00	367.384,77	
8001		34.765,27	0,00	34.765,27	
8050		9.243,11	0,00	9.243,11	
TOTAL		30.050.645,71	48.750,00	30.099.395,71	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recursos Livre
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%
40	A S P S
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE
1017	FUNDERMA
1027	Transf.Salário Educação - Federal
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE
1044	Leilões
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação
1067	PM S Santana Conv FEAS
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda
1086	Leilões Rec.Vinculado - Saude
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente
1095	Cota Parte Multa de Transito
1122	Implantação de Esc de Educação Infantil Mobiliario
1127	Promoção de Eventos do Municipio
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE
1155	Pavimentação Rua Area Urbana Sertao Santana
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja
1162	BRASIL CARINHOSO
1165	AUXÍLIO FINANCEIRO FNDE RESOLUÇÃO 11/2018
1180	Contribuições ao FUMDICA
1181	Cessão Onerosa

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1080
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 29
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1183	Ações do COVID no SUAS para EPI
1185	Emenda Autor Pedro Westphalen - SIGTV Estruturação
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL
4090	Programa Saúde da Família
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL
4293	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MAT PERMANENTE
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19
4300	Nota Fiscal Gaúcha
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo
4929	Academias da Saude - Construção e Custeio
4931	Aquisição de Equip e Mat Permanente
4940	Estruturação dos Centros de Economia e Tecnologia no SUS
8001	Recurso Extra Orçamentario
8050	Recurso Extra orçamentario RPPS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	178.300,68	0,00	178.300,68
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	74.292,44	0,00	74.292,44
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	44.575,31	0,00	44.575,31
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	24.134,80	0,00	24.134,80
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	10.056,19	0,00	10.056,19
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.033,70	0,00	6.033,70
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	16.559,11	0,00	16.559,11
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	6.899,91	0,00	6.899,91
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	4.140,05	0,00	4.140,05
11130341020100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo -	10,76	0,00	10,76

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1081
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 30
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	PRÓPRIO			
11130341020200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4,48	0,00	4,48
11130341020300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2,69	0,00	2,69
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	178.363,67	0,00	178.363,67
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	74.318,40	0,00	74.318,40
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	44.590,93	0,00	44.590,93
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	261,35	0,00	261,35
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	108,93	0,00	108,93
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	65,36	0,00	65,36
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	25.503,27	0,00	25.503,27
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.626,62	0,00	10.626,62
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.375,94	0,00	6.375,94
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	8.186,15	0,00	8.186,15
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.411,17	0,00	3.411,17
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.046,66	0,00	2.046,66
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	42.029,50	0,00	42.029,50
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	17.512,30	0,00	17.512,30
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	10.507,38	0,00	10.507,38
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	186.564,40	0,00	186.564,40
11180231020000	ISS - Principal - MDE	77.736,01	0,00	77.736,01
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	46.641,60	0,00	46.641,60
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.982,13	0,00	1.982,13
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	826,37	0,00	826,37
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	495,68	0,00	495,68
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.300,71	0,00	4.300,71
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.792,09	0,00	1.792,09
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.075,23	0,00	1.075,23
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.513,67	0,00	2.513,67
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.047,55	0,00	1.047,55
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	628,53	0,00	628,53
11220111010000	Taxa de Limpeza Pública	19.944,28	0,00	19.944,28
11220111030000	Tx de Emissão de Certidões	4.490,20	0,00	4.490,20
11220112010000	Multa/Juro Taxa de Limpeza Pública	36,83	0,00	36,83
11220112030000	Multa/Juro Tx de Emissão de Certidões	40,83	0,00	40,83
11220113010000	Dívida Ativa Taxa de Limpeza Pública	3.150,44	0,00	3.150,44
11220113030000	Dívida Ativa Tx de Emissão de Certidões	190,27	0,00	190,27
11220114030000	Multa/Juro - D.A. Tx de Emissão de Certidões	59,84	0,00	59,84
11220211000000	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	69,06	0,00	69,06
11280191010000	Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	4.653,00	0,00	4.653,00
11280191020000	Tx de Licença para Execução de Obras	2.974,47	0,00	2.974,47

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1082
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 31
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280191030000	Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280191050000	Taxa de vistoria	27.795,50	0,00	27.795,50
11280191060000	Taxa de Expediente	18.463,63	0,00	18.463,63
11280191070000	Alvara Sanitario	1.137,10	0,00	1.137,10
11280191080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	6.532,10	0,00	6.532,10
11280192010000	Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	0,50	0,00	0,50
11280192020000	Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	16,67	0,00	16,67
11280192050000	Multas e Juros - Taxa de vistoria	61,42	0,00	61,42
11280192060000	Multas e Juros - Taxa de Expediente	41,06	0,00	41,06
11280192070000	Multas e Juros - Alvara Sanitario	13,28	0,00	13,28
11280192080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	3,32	0,00	3,32
11280193010000	Divida Ativa - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	171,46	0,00	171,46
11280193020000	Divida Ativa - Tx de Licença para Execução de Obras	1.019,24	0,00	1.019,24
11280193030000	Divida Ativa - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	24,90	0,00	24,90
11280193050000	Divida Ativa - Taxa de vistoria	1.537,94	0,00	1.537,94
11280193060000	Divida Ativa - Taxa de Expediente	2.669,87	0,00	2.669,87
11280193070000	Divida Ativa - Alvara Sanitario	497,95	0,00	497,95
11280194010000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	58,65	0,00	58,65
11280194020000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	264,99	0,00	264,99
11280194030000	D.A. Multas e Juros - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	6,47	0,00	6,47
11280194050000	D.A. Multas e Juros - Taxa de vistoria	308,66	0,00	308,66
11280194060000	D.A. Multas e Juros - Taxa de Expediente	1.347,67	0,00	1.347,67
11280194070000	D.A. Multas e Juros - Alvara Sanitario	23,90	0,00	23,90
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	794.211,23	0,00	794.211,23
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	19.662,78	0,00	19.662,78
12400011000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	74.402,31	0,00	74.402,31
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.822.279,49	0,00	4.822.279,49
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	401.856,91	0,00	401.856,91
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.205.569,89	0,00	1.205.569,89
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.607.426,26	0,00	1.607.426,26
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	212.816,11	0,00	212.816,11
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	88.673,38	0,00	88.673,38
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	53.204,03	0,00	53.204,03
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	204.953,55	0,00	204.953,55
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	85.397,31	0,00	85.397,31
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	51.238,39	0,00	51.238,39

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1083
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 32
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	- ASPS			
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	11.182,56	0,00	11.182,56
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	931,79	0,00	931,79
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.795,68	0,00	2.795,68
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.727,37	0,00	3.727,37
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.367.820,47	0,00	3.367.820,47
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	305.709,00	0,00	305.709,00
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	842.026,53	0,00	842.026,53
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.097.953,80	0,00	1.097.953,80
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.811,48	0,00	392.811,48
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.765,53	0,00	32.765,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.203,02	0,00	98.203,02
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.906,68	0,00	130.906,68
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	50.433,64	0,00	50.433,64
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	4.202,79	0,00	4.202,79
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	12.608,41	0,00	12.608,41
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	16.811,24	0,00	16.811,24
17280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	9.339,14	0,00	9.339,14
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.300,78	0,00	-85.300,78
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.542,07	0,00	-35.542,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.325,20	0,00	-21.325,20
917280111010000	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	-31,14	0,00	-31,14
TOTAL		**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.349.613,26	0,00	1.349.613,26	1,0824	1.460.821,39
Fevereiro	1.417.144,06	0,00	1.417.144,06	1,0816	1.532.783,02
Março	1.264.634,84	0,00	1.264.634,84	1,0683	1.351.009,40
Abril	1.504.332,59	0,00	1.504.332,59	1,0570	1.590.079,55
Maio	1.397.666,00	0,00	1.397.666,00	1,0476	1.464.194,90
Junho	1.228.071,26	0,00	1.228.071,26	1,0434	1.281.369,55
Julho	1.533.104,52	0,00	1.533.104,52	1,0368	1.589.522,77
Agosto	1.336.317,65	0,00	1.336.317,65	1,0368	1.385.494,14
Setembro	1.233.549,06	0,00	1.233.549,06	1,0368	1.278.943,67
Outubro	1.220.779,86	0,00	1.220.779,86	1,0317	1.259.478,58
Novembro	1.297.933,35	0,00	1.297.933,35	1,0260	1.331.679,62
Dezembro	2.288.727,25	0,00	2.288.727,25	1,0174	2.328.551,10
TOTAL	**17.071.873,70**	**0,00**	**17.071.873,70**		**17.853.927,68**

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1084
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 33
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Adição/Exclusão
Justificativa: VALOR A RECEBER DA UNIÃO REFERENTE A 20% DO CONTRATO DE REPASSE Nº838406/2016 RUA WALTER KESS.
Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão
Justificativa: VALOR A RECEBER DA UNIÃO REFERENTE A 20% DO CONTRATO DE REPASSE Nº838406/2016 RUA WALTER KESS.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.652.202,54	4.190.181,94
2º Bimestre	4.652.202,54	3.947.097,25
3º Bimestre	4.652.202,54	4.981.075,94
4º Bimestre	4.652.202,54	5.027.484,80
5º Bimestre	4.652.202,54	4.339.095,57
6º Bimestre	4.652.207,90	6.369.457,93
TOTAL	**27.913.220,60**	**28.854.393,43**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	461.972,65
2º Bimestre	197.166,66	437.964,36
3º Bimestre	197.166,66	452.240,49
4º Bimestre	197.166,66	451.465,89
5º Bimestre	197.166,66	450.897,50
6º Bimestre	197.166,70	943.349,60
TOTAL	**1.183.000,00**	**3.197.890,49**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	628.883,24	274,52
2º Bimestre	628.883,24	498,70
3º Bimestre	628.883,24	208,79
4º Bimestre	628.883,24	147,18
5º Bimestre	628.883,24	100.119,70
6º Bimestre	628.883,80	269.304,07
TOTAL	**3.773.300,00**	**370.552,96**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-554.920,05	-585.669,57
2º Bimestre	-554.920,05	-664.088,48
3º Bimestre	-554.920,05	-468.549,76
4º Bimestre	-554.920,05	-368.614,54
5º Bimestre	-554.920,05	-727.885,55
6º Bimestre	-554.920,35	-597.328,89
TOTAL	**-3.329.520,60**	**-3.412.136,79**

TOTAL DA RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1085
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 34
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2019.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2019.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	478.834,95	0,00	478.834,95
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**478.834,95**	**0,00**	**478.834,95**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: Prefeito Municipal
Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 31/01/2020 Término: 06/02/2020

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1086
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 35
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

Início: 19/06/2020 Término: 28/06/2020

Início: 16/09/2020 Término: 04/10/2020

Início: 20/10/2020 Término: 18/11/2020

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

Página 1087
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 36
Peça 3905687
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P012652B

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 27 de Janeiro de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 27/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DA60.DACE.8667.2E2E.38A4.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO DE INSTRUÇÃO MUNICIPAL II

Processo nº 002100-0200/20-7

Órgão: Executivo Municipal de Sertão Santana

Administradores[1]: Írio Miguel Stein (Prefeito Municipal)
Marcos Aurelio Kologeski Souza (Vice-Prefeito Municipal)

Procurador[2]: Décio Itiberê Gomes de Oliveira, OAB/RS n. 12.725

IT - Análise de Esclarecimentos
Processo de Contas Anuais - Executivo/2020

Senhora Coordenadora,

Preliminarmente, destaca-se o pedido de intimação do Procurador para fins de sustentação oral, formulado na p.13 da peça 3905666.

Registra-se que o requerente será intimado mediante publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, nos termos dos artigos 1º da Resolução nº 791/2007[3] e 117, *caput*, do Regimento Interno desta Corte – Resolução nº 1.028/2015[4].

A pauta a ser apreciada pelo órgão julgador também será disponibilizada por meio do Diário Eletrônico, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à respectiva sessão de julgamento, nos termos do artigo 60 do Regimento Interno deste Tribunal – Resolução nº 1.028/2015[5].

[1] Consulta aos Sistemas Corporativos, RES1310, em 09-02-2022.
[2] Procuração acostada à peça 3905667.
[3] Art. 1º. Fica instituído o Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul como meio oficial de publicação e de divulgação dos seus atos processuais e administrativos, bem como das suas comunicações em geral.
[4] Art. 117. No processo eletrônico todas as comunicações processuais serão realizadas por meio eletrônico.
[5] Art. 60. A pauta a ser apreciada pelo órgão julgador será publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à respectiva sessão de julgamento.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

Informa-se que não foi identificada irregularidade de responsabilidade do **Senhor Marcos Aurelio Kologeski Souza (Vice-Prefeito Municipal),** não intimado a prestar esclarecimentos no presente feito.

Registra-se que não foram localizados processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais, Denúncias, Tutelas de Urgência, Representações, Representações do MPC e Processos de Contas Especiais em andamento de responsabilidade dos gestores do órgão, no exercício sob exame[6].

Observa-se que o gestor juntou aos esclarecimentos o Relatório de Validação e Encaminhamento relativo ao período de 01-01-2020 a 31-12-2020 (peça 3905687), documento que estava acostado à peça 3287511.

Feitas essas observações preliminares, passa-se a análise dos esclarecimentos prestados pelo administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme segue:

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

4.1.1 – Da declaração de bens e rendas. A declaração prestada pelo Prefeito Municipal de Sertão Santana não confirma que as declarações estão em dia, mas apenas que os agentes públicos estão sendo notificados para que as entreguem, e que as declarações recebidas estão adequadamente arquivadas. Também consta no Relatório da Unidade Central de Controle Interno que apenas alguns servidores entregaram suas declarações de bens e rendas. Conclui-se que não estão sendo cumpridos pelos agentes públicos do Executivo Municipal de Sertão Santana o disposto nas Leis n. 8.730/1993 e n. 8.429/1992 e na Resolução TCE/RS n. 1.099/2018 (peça 3748891, pp. 14 a 16).

O gestor argumenta que houve apontamento e notificação pelo controle interno municipal, encaminhada ao gestor e ao departamento de pessoal, que emitiu notificação para que todos os servidores entregassem a declaração.

[6] Consulta à mesa de trabalho do processo eletrônico, realizada 09-02-2022.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

Relata que "*houve um grande avanço neste sentido, pois, houve a atualização e entrega dos mesmos pelos servidores*" (pp. 3-4, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

Os esclarecimentos ratificam o apontado pela equipe de auditoria.

Conquanto relate que houve avanço na entrega, o gestor não informa quantos servidores entregaram as declarações nem indica quais ações foram tomadas para resolução das pendências.

Assim, sugere-se a manutenção do aponte.

5.3.1 – Da composição da Unidade Central de Controle Interno (UCCI). Servidor componente da UCCI não está lotado em cargo com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle, desatendendo ao disposto no artigo art. 5º da Resolução TCE/RS nº 936/2012 (peça 3748891, p. 20).

O gestor informa que o servidor lotado no cargo de técnico agrícola não faz mais parte da composição da unidade de controle interno (p. 4, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

Os esclarecimentos ratificam o apontado pela equipe de auditoria.

Ademais, embora alegue que a composição da unidade central de controle interno foi alterada, nenhum documento contendo o teor das alterações foi acostado ao processo nem foi informada a data que teria ocorrido à saída do servidor.

Assim, sugere-se a manutenção do aponte.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

5.3.2 – Da destinação de recursos financeiros para o funcionamento da Unidade Central de Controle Interno (UCCI). A Lei Orçamentária Anual não contém previsão de recursos específicos destinados ao sistema de controle interno (peça 3748891, p. 20).

O gestor informa a inclusão de previsão de recursos específicos na LOA para 2022, ainda não aprovada (p. 5, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

O anúncio de ações futuras não elide o apontamento ratificado pelos esclarecimentos apresentados.

Assim, sugere-se a permanência do aponte

5.4.2 – Do parecer da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) sobre as contas do Prefeito. A UCCI não se pronuncia de forma conclusiva no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, carecendo, pois, de opinião quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas (peça 3748891, p. 21).

O gestor afirma que o pronunciamento conclusivo será incluso nos próximos pareceres (p. 5, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

O anúncio de ações futuras não elide o apontamento ratificado pelos esclarecimentos apresentados.

Assim, sugere-se a permanência do aponte

6.5.4 – Da abertura de créditos adicionais com recursos do excesso de arrecadação. Conforme demonstrado no quadro 39 ocorreu o de-

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

satendimento ao disposto no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964 (peça 3748891, p. 35).

O gestor faz referência a parecer elaborado pela DPM que teria sido acostado ao processo (pp. 5-6, peça 3905666).

Todavia, nenhum documento com informações relativas ao item 6.5.4 foi acostado nos esclarecimentos.

Diante da inexistência de elementos que se contraponham ao apontado pela Equipe de Auditoria, sugere-se manutenção do aponte.

9.1.4 – Da pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: canal para acesso à Ouvidoria, divulgação da Carta de Serviços ao Usuário e divulgação do último Relatório Anual de Gestão (peça 3748891, p. 58).

O gestor esclarece "*que estão em tratativas as implantações das ouvidorias para saneamento da inconformidade*" (p. 6, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

O anúncio de ações futuras não elide o apontamento ratificado pelos esclarecimentos apresentados.

Assim, sugere-se a permanência do aponte

10.5.1 – Regime Próprio de Previdência Social. Da contabilização das provisões matemáticas. O valor atual do plano de amortização do déficit atuarial previsto em lei contabilizado no balancete de verificação (R$ 24.290.967,54) não está em conformidade com o informado no DRAA de

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

2021 (R$ 46.831.926,96), contrariando o disposto no § 4º do art. 3º da Portaria MF n. 464/2018 (peça 3748891, pp. 63 e 64).

Esclarecimentos à peça 3905666, p. 6. Junta documento à peça 3905684.

O Gestor faz referência ao parecer emitido pela empresa de consultoria atuarial que prestou serviços ao Município, aposto à peça 3905684, documento em que é afirmado que o valor do déficit atuarial seria de R$ 24.290.967,54, em 31-12-2020, e que o campo do DRAA "Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei" é o valor do déficit atuarial somado aos juros do período, totalizando, portanto, R$ 46.831.926,96, conforme orientação da SPPREV para preencher o campo em questão.

Apresenta a tabela denominada "Plano de Amortização Vigente" e afirma que a soma dos valores da coluna Pagamento corresponde ao campo "Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei" e conclui afirmando que o saldo da conta 2.2.7.2.1.05.00.00.00.00 do Passivo (Plano Previdenciário - Plano de Amortização) é o que deve ser confrontado com o DRAA, no campo "Déficit Atuarial a Amortizar".

Ao exame:

O Fluxo do Plano de Amortização vigente apresenta, para cada ano, o valor da base de cálculo projetado para o ano em que se apresenta (considerando a taxa de crescimento salarial), bem como a alíquota definida em lei para cada ano. O valor do pagamento é obtido pela multiplicação da alíquota pelo valor da base de cálculo, apurado ano a ano.

Portanto, não assiste razão à defesa quando informa que o campo "Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei" deve ser preenchido com o valor total dos pagamentos futuros do plano de amortização, com a inclusão de juros, já que o objetivo de se trazer um fluxo de pagamentos a valor presente é justamente desconsiderar o valor pago a este título, concluindo-se que o campo do DRAA foi preenchido equivocadamente.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

O campo supracitado deve ser preenchido com o valor atual (ou valor presente) do fluxo de pagamentos da alíquota suplementar vigente em lei, descontado da taxa de juros atuarial, para que se tenha a informação posicionada em 31-12-2020. Também restou sem comprovação em documento a alegada orientação da SPREV em sentido diverso do aqui exposto.

Diante do exposto, opina-se pela manutenção do aponte.

10.6.1 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social. Enquadramento de limites. Investimentos em fundos que não possuem administrador ou gestor que atenda aos critérios do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 (peça 3748891, pp. 64 a 67).

O gestor afirma que "*como forma de sanar a inconformidade, o Comitê informou que irá verificar as condições de liquidez e tomar as providências necessárias para efetuar o resgate do fundo*" (pp. 7-8, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

Ratificada a situação apontada pela equipe de auditoria, sugere-se a permanência do aponte.

12.2.1 – Do Plano Nacional de Educação – metas de competência municipal – Meta 1A. A Meta 1A do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que até o ano de 2016 o Brasil deveria alcançar a universalização da população de 4 a 5 anos de idade em pré-escola. Constatou-se que 84,91% da população de 4 a 5 anos de idade frequentava a pré-escola no ano de 2020, indicando o não atingimento da Meta 1A do PNE, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 3748891, pp. 71 e 72).

O gestor afirma que, no ano de 2019, conseguiu atingir um percentual de 104,10% de matrículas na faixa etária de 4 a 5 anos. Argumenta que em

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

razão da pandemia do Covid-19 perdeu-se o vínculo com muitas famílias que deixaram de procurar os estabelecimentos de ensino por medo de contaminar-se.

Relata ações realizadas pelo Município buscando identificar as crianças que estão fora da escola, para "*fazer visitação em suas residências para conscientizar as famílias da importância e obrigatoriedade da matrícula e facilitar a sua ida até a escola (...)*".

Advoga que o Município busca adesão ao Programa de Busca Ativa Escolar (pp. 8-9, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

O gestor não contesta o percentual de 84,91% calculado para o exercício de 2020 e não acosta documentação que comprove as ações informadas nos esclarecimentos.

Embora o gestor não tenha acostado documento comprovando o atendimento de 104,10% de matrículas na faixa etária de 4 a 5 anos, no exercício de 2019, verificou-se no item 9.1.3 do Relatório de Contas de Governo[7], exercício de 2019, taxa de atendimento de 108,33% de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola.

Assim, sugere-se a manutenção do aponte quanto a necessidade de adoção de medidas efetivas para a consecução do atingimento da Meta 1A do PNE.

12.5.6 – Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça 3748891, pp. 88 e 89).

[7] Peça 3264640 acostada ao Processo nº 4338-0200/19-1.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

O gestor alega que a Secretaria de Educação Municipal desconhecia a necessidade de elaborar os relatórios. Afirma que a equipe da SMEDC faz o acompanhamento das implementações das atividades (p. 9, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

Ratificada a situação apontada pela equipe de auditoria, sugere-se a manutenção do aponte.

14.1.1 – Das políticas municipais de meio ambiente. Verificam-se desatendidos os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 140/2011, podendo implicar responsabilização do Gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos (peça 3748891, pp. 90 e 91).

O gestor informa que "*será feita revisão da Lei 1.100, principalmente em relação ao zoneamento ambiental, bem como serão promovidas ações de educação ambiental*".

Comprometeu-se, ainda, a estabelecer ações articuladas com outros entre federados visando à concretização dos objetivos do PNMA e esclarece que não há unidades de conservação no Município (p. 10, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

A equipe de auditoria avaliou os seguintes requisitos dispostos no artigo 9º da Lei Complementar nº 140/2011:

> a) a Lei nº 1.100 instituiu a Política Municipal de Meio Ambiente no município de Sertão Santana (peça 3748802);
> b) não estão formalizadas as diretrizes de zoneamento ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo;
> c) na lei municipal não consta a definição formal de espaços territoriais a serem protegidos;

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

d) verifica-se que os recursos auferidos por compensação ambiental não são destinados às Unidades de Conservação do município;
e) não há registro de monitoramento de indicadores ambientais no município de Sertão Santana;
f) o município não possui sistematização de informações ambientais;
g) o município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente, constituído nos termos da Lei nº 1.100 (peça 3748802);
h) de acordo com a Relação da Despesa Orçada, são destinados recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente (peça 3748843);
i) não foram reportadas pelo município ações relacionadas à educação ambiental;
j) não há apoio formalizado pelo município à execução de projeto/programa/ação que vise à proteção ao meio ambiente junto aos demais entes federados;
k) o município de Sertão Santana não estabeleceu, até o momento, ações articuladas com outros entes federados visando à concretização dos objetivos da PNMA.

A defesa não apresenta argumentos ou documentos que afastem os desatendimentos consignados pela equipe de auditoria, exceto quanto à inexistência de unidade de conservação no Município.

Ademais, o anúncio de ações futuras não elide o apontamento ratificado pelos esclarecimentos apresentados.

Assim, sugere-se a manutenção parcial do aponte, com elisão do registrado na letra "d" tendo por base a informação prestada pelo gestor.

14.2.1 – Do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O Executivo Municipal informou que o plano de gestão integrada de resíduos sólidos encontra-se em fase de elaboração, tendo sido concluído por empresa contratada, porém, ainda não enviado à Câmara Municipal de Vereadores. Assim, até que seja concluído e aprovado, a execução das ações e a contratação dos serviços relativos ao gerenciamento de RSU caracterizam irregularidade em relação aos requisitos constantes no artigo 11 da Lei Federal nº 11.445/2007 (peça 3748891, pp. 92 a 94).

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

O gestor informa que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos será encaminhado à Câmara de Vereadores para aprovação (p. 10, peça 3905666).

Ao exame.

Ratificada a situação apontada pela equipe de auditoria, sugere-se a manutenção do aponte.

14.2.5 – Da coleta seletiva e participação comunitária. O Executivo Municipal informou que não há coleta seletiva no município, descumprindo o que determinam os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que diz respeito à implantação da coleta seletiva e ao incentivo à criação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores (peça 3748891, pp. 95 e 96).

O gestor afirma que a implantação da coleta seletiva está em discussão, "*está se instalando uma empresa para realizar a reciclagem de resíduos no município de Barra do Ribeiro, a qual está em fase de licenciamento ambiental*". Alega que pretende implantar a coleta seletiva quando a empresa estiver regularmente instalada.

Argumenta que no município não há grupo de catadores, não sendo viável a criação de cooperativa. Destaca que 70% da população reside em área rural e mesmo muitos moradores da zona urbana tem relação com a atividade rural (pp. 10-11, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

Os esclarecimentos ratificam o apontado pela equipe de auditoria quanto a inexistência de coleta seletiva

Destarte, sugere-se a manutenção do aponte.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

14.2.7 – Da gestão de resíduos na construção civil. Não atendimento aos requisitos da Resolução CONAMA nº 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (peça 3748891, p. 96).

O gestor esclarece que, atualmente, a geração de resíduos de construção é irrisória. Compromete-se a realizar estudos para resolver a situação (p. 11, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

O gestor não refuta o apontado pela equipe de auditoria com base nas informações prestadas pelo Executivo Municipal no recibo de envio de informações nº 14/2021 (peça 3748842).

Ademais, a notícia de correção não infirma o apontado no exercício em exame.

Destarte, sugere-se a manutenção dos apontes.

15.1.1 – Do órgão responsável pelas políticas para mulheres na estrutura administrativa municipal. Constatou-se a inexistência, na estrutura administrativa municipal, de unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres, para garantia do cumprimento do estatuído no art. 226, § 8º, da Constituição Federal e nos artigos 3º, §1º, 8º, 9º, 35, e 36 da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748891, p. 99).

O gestor esclarece que "*a referida lei já se encontra em vigência no município e já foram feitas diversas reuniões com o comitê criado no município para tratar do referido tema*" (p. 11, peça 3905666).

Juntou aos esclarecimentos a Lei nº 1.566, de 30-06-2021, que criou o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (peça 3905665).

Ao exame.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

Ratificada a situação apontada pela equipe de auditoria, sugere-se a manutenção do aponte.

16.3.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Saúde. A administração municipal não forneceu os documentos e informações requisitadas pela equipe de auditoria, por meio dos Ofícios DCF n. 06/2021 e 10/2021, impossibilitando a análise deste tema. A falha no envio de documentos caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual nº 11.424/00 - Lei Orgânica do TCE (peça 3748891, p. 101).

O gestor afirma que os esclarecimentos estariam nos documentos acostados ao processo (p. 11, peça 3905666).

Todavia, nenhum documento com informações relativas ao item 16.3.1 foi acostado.

Assim, permanece a situação apontada pela equipe de auditoria.

16.4.2 – Da composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Constatou-se que o conselho não esteve em atividade no exercício de 2020, em descumprimento ao regramento legal municipal e ao princípio da participação popular, bem como ao disposto no artigo 20 da Resolução CONAMA nº 237/1997 e no artigo 15, inciso II, da Lei Complementar nº 140/2011 (peça 3748891, p. 102).

16.4.3 – Da infraestrutura e recursos disponíveis para o Conselho Municipal do Meio Ambiente. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades; não há veículo à disposição dos conselheiros para locomoção no desempenho de suas atividades; o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades; o orçamento do ente municipal não contém dotação específica destinada ao conselho

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

nem foram efetuadas despesas com a manutenção e o funcionamento do conselho no exercício de 2020 (peça 3748891, pp. 102 e 103).

O gestor não apresenta esclarecimentos para o item 16.4.2 e 16.4.3. Por conseguinte, permanecem as situações apontadas pela equipe de auditoria com base nas informações prestadas no recibo de envio de informações nº 6/2021 (peça 3748850).

Destarte, sugere-se a manutenção dos apontes.

16.5.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Constatou-se a inexistência de Conselho Municipal de Saneamento Básico regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto nos artigos 2º, inciso X, 3º, inciso IV, 9º, inciso V, e 47 da Lei Federal nº 11.445/2007, e no artigo 34, § 6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010, que veda ao município acesso aos recursos federais destinados a serviços de saneamento básico (peça 3748891, p. 103).

O gestor se compromete em criar o Conselho Municipal de Saneamento Básico (p. 11, peça 3905666). Não acosta documentos.

Ao exame.

Os esclarecimentos ratificam o apontamento realizado pela equipe de auditoria, não sendo o anúncio de ações futuras capaz de infirmá-lo para o exercício em análise.

Ademais, a instituição do referido conselho constitui-se em uma boa prática a ser adotada pelo município, pois, além de atender ao princípio da participação popular, também habilita o município a receber recursos federais destinados a serviços de saneamento básico.

Destarte, sugere-se a permanência do aponte.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

16.6.2 – Da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Constatou-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020, com um número menor de conselheiros atuantes e com a ausência de representação de alguns órgãos, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748891, p. 104).

16.6.3 - Da infraestrutura e recursos disponíveis para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades; não há veículo à disposição dos conselheiros para locomoção no desempenho de suas atividades; o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades; embora o orçamento do ente municipal contenha dotação específica destinada ao conselho nenhum valor foi empenhado no exercício de 2020 (peça 3748891, pp. 104 e 105).

O gestor refere aos itens 16.6.2 e 16.6.3, de forma conjunta, indicando que os esclarecimentos estariam acostados ao processo (p. 12, peça 3905666).

Na documentação acostada é apresentada a nova composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2021 e esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (pp. 2-3, peça 3905686).

Ao exame.

A alteração na composição do conselho, realizada no exercício de 2021, não é capaz de infirmar o constatado pela equipe de auditoria no exercício em análise.

Ademais, não consta nos esclarecimentos ou documentos que justifiquem as situações apontadas no item 16.6.3.

Destarte, sugere-se a manutenção dos apontes.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

16.7.2 – Da composição do Conselho Municipal de Assistência Social. Constatou-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020, com um número menor de conselheiros atuantes, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº 989/2007, com alterações produzidas pela Lei n. 1.113/2009 (peça 3748891, pp. 105 e 106).

16.7.3 – Da infraestrutura e recursos disponíveis para o Conselho Municipal de Assistência Social. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades e o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748891, pp. 106 e 107).

O gestor refere aos itens 16.7.2 e 16.7.3, de forma conjunta, indicando as informações acostada ao processo (p. 12, peça 3905666).

No Ofício nº 001/2021, subscrito pela Presidente do CMAS, consta que o conselho foi criado pela Lei Municipal nº 989/2007, composto de 24 conselheiros, sendo sua composição paritária prevista na legislação municipal, de acordo com Lei Federal nº 8.742/1993 e Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 237/2006. Ressalta que há apenas os representantes titulares "*da sociedade civil, Representante do Bolsa Família e Emater*", mas que a situação está sendo regularizada (p. 1, peça 3905686).

Ao exame.

O gestor não apresenta esclarecimentos para o item 16.7.3. Por conseguinte, permanece o apontado pela equipe de auditoria com base na informação prestada pelo Executivo Municipal no recibo de envio de informações nº 3/2021 (peça 3748864).

Quanto ao apontado no item 16.7.2, os esclarecimentos confirma o apontado pela equipe de auditoria.

Destarte, sugere-se a manutenção dos apontes.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

16.8.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Política para as Mulheres. Constatou-se a inexistência do referido conselho, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de combate à violência contra a mulher, dispostas no artigo 226, § 8º, da Constituição Federal e no artigo 3º da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748891, p. 107).

O gestor afirma que foi criado o conselho, conforme documentação acostada ao processo (p. 12, peça3905666).

À peça 3905665, acosta a Lei nº 1.566, de 30-06-2021, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dispõe sobre a sua organização e funcionamento.

Ao exame.

Os esclarecimentos ratificam o apontamento realizado pela equipe de auditoria.

Observa-se que a legislação acostada foi editada no exercício de 2021, não elidindo o apontado para o exercício em análise.

Assim, sugere-se a permanência do aponte.

16.9.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Constatou-se a inexistência do referido conselho, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de promoção da igualdade e de combate ao preconceito e ao racismo, dispostas nos artigos 3º, inciso IV, 4º, inciso VIII, e 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, o que coloca o município em segundo plano na distribuição de recursos federais para a área, de acordo com o artigo 50, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.288/2010 e o artigo 24 do Decreto Federal nº 8.136/2013 (peça 3748891, p. 108).

O gestor se compromete em criar o Conselho Municipal da Igualdade Racial (p. 12, peça 3905666). Não acosta documentos.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

Ao exame.

Os esclarecimentos ratificam o apontamento realizado pela equipe de auditoria, não sendo o anúncio de ações futuras capaz de infirmá-lo para o exercício em análise.

Ademais, a instituição do referido conselho é uma boa prática a ser adotada pelo município, pois atende ao princípio da participação popular, além de habilitar o município a receber recursos federais prioritários para programas previstos na Lei Federal nº 12.288/2010.

Assim, sugere-se a permanência do aponte.

À sua consideração.

Vicente Francisco Alves Júnior
Auditor Público Externo

Quanto ao item 10.5.1.

Eduardo Boff Cruz,
Auditor Público Externo.

Assinado digitalmente por: Eduardo Boff Cruz em 17/03/22 e Vicente Francisco Alves Júnior em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4C2.6BC4.1461.EF16.3288.

Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 18/03/2022.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Aline Klein em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.853D.921A.65EA.9FD7.FA64.

O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 18/03/2022.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Jose Alfredo Fank de Oliveira em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47E7.4DE9.B2CB.ECED.8A0C.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Consoante disposto na Resolução MPC-RS nº 02/2018, que estabelece o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 002100-0200/20-7
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: MPC- Adjunto de Procurador1
Exercício: 01/01/2020 à 31/12/2020

Distribuído em 18/03/2022.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0D6E.E590.03D7.450E.48F4.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC 4917/2022

Processo nº	**002100-0200/20-7**
Relator:	**CONSELHEIRO CEZAR MIOLA**
Matéria:	**CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO DE 2020**
Órgão:	**EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA**
Gestores:	**ÍRIO MIGUEL STEIN (PREFEITO)**
	MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (VICE-PREFEITO)

CONTAS ANUAIS. MULTA. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS (ÍRIO MIGUEL STEIN). PARECER FAVORÁVEL (MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

As infrações às regras, aos princípios constitucionais e à legislação ensejam a aplicação de penalidade pecuniária, sem prejuízo da emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas, ao Responsável (Prefeito).

A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável às contas do Responsável (Vice-Prefeito).

Para exame e parecer, o Processo de Contas Anuais dos Administradores acima nominados.

Registre-se que o Sr. ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito) prestou esclarecimentos por meio de Procurador devidamente habilitado, acompanhados da documentação tida como probante.

O Sr. MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (Vice-Prefeito) não foi intimado para prestar esclarecimentos, em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

1. A Supervisão de Instrução de Contas Municipais destaca a inexistência de processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais, Denúncias, Tutelas de Urgência, Representações, Representações do MPC e Processos de Contas Especiais, em andamento, de responsabilidade do Administrador no exercício sob exame.

2. As irregularidades a seguir desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, ensejando a imposição de **multa** ao Responsável.

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

4.1.1 – Da declaração de bens e rendas. A declaração prestada pelo Prefeito Municipal de Sertão Santana não confirma que as declarações estão em dia, mas apenas que os agentes públicos estão sendo notificados para que as entreguem, e que as declarações recebidas estão adequadamente arquivadas. Também consta no Relatório da Unidade Central de Controle Interno que apenas alguns servidores entregaram suas declarações de bens e rendas. Conclui-se que não estão sendo cumpridos pelos agentes públicos do Executivo Municipal de Sertão Santana o disposto nas Leis n. 8.730/1993 e n. 8.429/1992 e na Resolução TCE/RS n. 1.099/2018 (peça 3748891, pp. 14 a 16).

5.3.1 – Da composição da Unidade Central de Controle Interno (UCCI). Servidor componente da UCCI não está lotado em cargo com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle, desatendendo ao disposto no artigo art. 5º da Resolução TCE/RS nº 936/2012 (peça 3748891, p. 20).

5.3.2 – Da destinação de recursos financeiros para o funcionamento da Unidade Central de Controle Interno (UCCI). A Lei

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

Orçamentária Anual não contém previsão de recursos específicos destinados ao sistema de controle interno (peça 3748891, p. 20).

5.4.2 – Do parecer da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) sobre as contas do Prefeito. A UCCI não se pronuncia de forma conclusiva no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, carecendo, pois, de opinião quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas (peça 3748891, p. 21).

6.5.4 – Da abertura de créditos adicionais com recursos do excesso de arrecadação. Conforme demonstrado no quadro 39 ocorreu o desatendimento ao disposto no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964 (peça 3748891, p. 35).

9.1.4 – Da pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: canal para acesso à Ouvidoria, divulgação da Carta de Serviços ao Usuário e divulgação do último Relatório Anual de Gestão (peça 3748891, p. 58).

10.5.1 – Regime Próprio de Previdência Social. Da contabilização das provisões matemáticas. O valor atual do plano de amortização do déficit atuarial previsto em lei contabilizado no balancete de verificação (R$ 24.290.967,54) não está em conformidade com o informado no DRAA de 2021 (R$ 46.831.926,96), contrariando o disposto no § 4º do art. 3º da Portaria MF n. 464/2018 (peça 3748891, pp. 63 e 64).

10.6.1 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social. Enquadramento de limites. Investimentos em fundos que não possuem administrador ou gestor que atenda aos critérios do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 (peça 3748891, pp. 64 a 67).

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

12.2.1 – Do Plano Nacional de Educação – metas de competência municipal – Meta 1A. A Meta 1A do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que até o ano de 2016 o Brasil deveria alcançar a universalização da população de 4 a 5 anos de idade em pré-escola. Constatou-se que 84,91% da população de 4 a 5 anos de idade frequentava a pré-escola no ano de 2020, indicando o não atingimento da Meta 1A do PNE, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 3748891, pp. 71 e 72).

Cumpre advertir que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito constitui direito público subjetivo, sendo que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

De acordo com os dados citados no Relatório de Contas Anuais, no exercício de 2020 foram atendidas 84,91% das crianças entre 4 e 5 anos, a indicar o descumprimento da meta 1 do Plano Nacional de Educação, que determinava a universalização da educação infantil na pré-escola para crianças dessa faixa etária até 2016.

Todavia, considerando que os dados da população infantil do Município não são exatos, mas estimados com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao que se soma o cenário excepcional verificado no exercício de 2020 em razão do fechamento das escolas para conter a transmissão de Covid-19, por ora deixa-se de propugnar pela repercussão do aponte na reprovação das contas, remanescendo o **alerta** à Origem para a necessidade de atender plenamente às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação para a Educação Infantil.

12.5.6 – Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça 3748891, pp. 88 e 89).

14.1.1 – Das políticas municipais de meio ambiente. Verificam-se desatendidos os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 140/2011, podendo implicar responsabilização do Gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos (peça 3748891, pp. 90 e 91).

14.2.1 – Do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O Executivo Municipal informou que o plano de gestão integrada de resíduos sólidos encontra-se em fase de elaboração, tendo sido concluído por empresa contratada, porém, ainda não enviado à Câmara Municipal de Vereadores. Assim, até que seja concluído e aprovado, a execução das ações e a contratação dos serviços relativos ao gerenciamento de RSU caracterizam irregularidade em relação aos requisitos constantes no artigo 11 da Lei Federal nº 11.445/2007 (peça 3748891, pp. 92 a 94).

14.2.5 – Da coleta seletiva e participação comunitária. O Executivo Municipal informou que não há coleta seletiva no município, descumprindo o que determinam os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que diz respeito à implantação da coleta seletiva e ao incentivo à criação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores (peça 3748891, pp. 95 e 96).

14.2.7 – Da gestão de resíduos na construção civil. Não atendimento aos requisitos da Resolução CONAMA nº 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (peça 3748891, p. 96).

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

15.1.1 – Do órgão responsável pelas políticas para mulheres na estrutura administrativa municipal. Constatou-se a inexistência, na estrutura administrativa municipal, de unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres, para garantia do cumprimento do estatuído no art. 226, § 8º, da Constituição Federal e nos artigos 3º, §1º, 8º, 9º, 35, e 36 da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748891, p. 99).

16.3.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Saúde. A administração municipal não forneceu os documentos e informações requisitadas pela equipe de auditoria, por meio dos Ofícios DCF n. 06/2021 e 10/2021, impossibilitando a análise deste tema. A falha no envio de documentos caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual nº 11.424/00 - Lei Orgânica do TCE (peça 3748891, p. 101).

16.4.2 – Da composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Constatou-se que o conselho não esteve em atividade no exercício de 2020, em descumprimento ao regramento legal municipal e ao princípio da participação popular, bem como ao disposto no artigo 20 da Resolução CONAMA nº 237/1997 e no artigo 15, inciso II, da Lei Complementar nº 140/2011 (peça 3748891, p. 102).

16.4.3 – Da infraestrutura e recursos disponíveis para o Conselho Municipal do Meio Ambiente. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades; não há veículo à disposição dos conselheiros para locomoção no desempenho de suas atividades; o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades; o orçamento do ente municipal não contém dotação específica destinada ao conselho nem foram efetuadas despesas com a manutenção e o funcionamento do conselho no exercício de 2020 (peça 3748891, pp. 102 e 103).

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

16.5.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Constatou-se a inexistência de Conselho Municipal de Saneamento Básico regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto nos artigos 2º, inciso X, 3º, inciso IV, 9º, inciso V, e 47 da Lei Federal nº 11.445/2007, e no artigo 34, § 6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010, que veda ao município acesso aos recursos federais destinados a serviços de saneamento básico (peça 3748891, p. 103).

16.6.2 – Da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Constatou-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020 com um número menor de conselheiros atuantes e com a ausência de representação de alguns órgãos, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748891, p. 104).

16.6.3 - Da infraestrutura e recursos disponíveis para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades; não há veículo à disposição dos conselheiros para locomoção no desempenho de suas atividades; o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades; embora o orçamento do ente municipal contenha dotação específica destinada ao conselho nenhum valor foi empenhado no exercício de 2020 (peça 3748891, pp. 104 e 105).

16.7.2 – Da composição do Conselho Municipal de Assistência Social. Constatou-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020 com um número menor de conselheiros atuantes, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº 989/2007, com alterações produzidas pela Lei n. 1.113/2009 (peça 3748891, pp. 105 e 106).

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

16.7.3 – Da infraestrutura e recursos disponíveis para o Conselho Municipal de Assistência Social. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades e o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748891, pp. 106 e 107).

16.8.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Política para as Mulheres. Constatou-se a inexistência do referido conselho, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de combate à violência contra a mulher, dispostas no artigo 226, § 8º, da Constituição Federal e no artigo 3º da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748891, p. 107).

16.9.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Constatou-se a inexistência do referido conselho, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de promoção da igualdade e de combate ao preconceito e ao racismo, dispostas nos artigos 3º, inciso IV, 4º, inciso VIII, e 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, o que coloca o município em segundo plano na distribuição de recursos federais para a área, de acordo com o artigo 50, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.288/2010 e o artigo 24 do Decreto Federal nº 8.136/2013 (peça 3748891, p. 108).

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infrações a dispositivos legais e constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, não compromete gravemente as contas anuais.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

Página 1117
Processo 02100-0200/20-7
Página da peça 9
Peça 4305712
DOCUMENTO PÚBLICO

1º) **Multa** ao Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito), por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com fulcro nos artigos 33, VII, e 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000, no artigo 135 da Resolução nº 1.028/2015 (RITCE) e no artigo 4º da Resolução TCE nº 1.142/2021.

2º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas anuais do Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito), no exercício de 2020, com fundamento no artigo 75, II, do RITCE e no artigo 2º da Resolução nº 1.142/2021;

3º) **Parecer favorável** à aprovação das contas anuais do Senhor MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (Vice-Prefeito), no exercício de 2020, com fundamento no artigo 75, I, do RITCE e no artigo 3º, parágrafo único, da Resolução nº 1.142/2021;

4º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 09 de maio de 2022.

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI
Adjunto de Procurador
Assinado digitalmente.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 09/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DAD.EA83.9D7B.C9FA.488D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
Gab. Cezar Miola

Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 30 de Junho de 2022, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 22ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 05 de Julho de 2022 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 002100-0200/20-7
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 28 de junho de 2022.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 28/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2935.3439.43E5.CEE7.A8AC.

Estado do Rio Grande do Sul
Tribunal de Contas
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola

Processo nº	2100-0200/20-7	
Matéria:	CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2020	
Poder:	EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA	
Gestores:	ÍRIO MIGUEL STEIN (PREFEITO) E MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (VICE-PREFEITO)	
Advogado:	DÉCIO ITIBERÊ G. DE OLIVEIRA	PEÇA 3905667
Relatório de auditoria:		PEÇA 3748891
Instrução técnica:		PEÇA 4021741
Parecer do MPC:	4917/2022 (AGB)	PEÇA 4305712
Órgão Julgador:	PRIMEIRA CÂMARA	
Data da sessão:	05-07-2022	

CONTAS ANUAIS. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS (PREFEITO). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). MULTA. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR. ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO, PELO MUNICÍPIO, DE BANCO DE DADOS ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL LOCAL (ODS Nº 4 – AGENDA 2030). ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO, PELO MUNICÍPIO, DE BANCO DE DADOS ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL LOCAL (ODS Nº 4 – AGENDA 2030).

A existência de inconformidades que, em seu conjunto, não comprometem a Gestão enseja a emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas (Prefeito).

A ausência de falhas específicas, aliada à exiguidade do período de gestão, determina a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas (Vice-Prefeito).

A prática de atos contrários a normas constitucionais e legais reguladoras da gestão administrativa enseja a imposição de penalidade pecuniária.

As infringências ao ordenamento jurídico justificam recomendação ao atual Administrador no sentido da implementação de medidas preventivas e corretivas.

O processo envolve o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n° 04 (educação inclusiva, equitativa e de

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

qualidade ao longo de toda a vida) da Agenda 2030 da ONU, razão pela qual se orienta o Gestor para que seja constituído banco de dados da educação infantil pelo Município.

RELATÓRIO

Os autos apresentam informes acerca da gestão fiscal, em vários de seus aspectos, e dos índices constitucionais e normas de regulação atinentes à educação e à saúde, bem como substratos dizentes com outras obrigações do Gestor. Também foram acostados documentos previstos em normativas específicas.

A partir do exame desses elementos, o Órgão Técnico elaborou o relatório de auditoria, o qual concluiu pela presença de inconformidades no período analisado.

Devidamente intimado, o Prefeito Írio Miguel Stein prestou esclarecimentos e juntou documentação considerada comprobatória (peças 3905666 e seguintes), os quais foram analisados pela Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Municipais II – SAICM-II, que entendeu pela permanência de parte dos apontamentos. Foi apresentado requerimento com vistas à produção de sustentação oral (p. 13 da peça 3905666).

Consigno que o Vice-Prefeito não foi instado a se manifestar, haja vista que não lhe foi atribuída responsabilidade pelas falhas noticiadas nos autos.

Nos termos regimentais, o Ministério Público de Contas – MPC pronunciou-se no seguinte sentido: aplicação de multa; emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas Anuais do Administrador Írio Miguel Stein; e de parecer favorável àquelas do Gestor Marcos Aurelio Kologeski Souza; além de recomendação ao atual Gestor para que "evite a reincidência dos apontes criticados nos autos".

É o relatório.

VOTO

I – Presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, passo ao exame do mérito.

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

II – Irregularidades elididas

5.3.1 – Da composição da Unidade Central de Controle Interno (UCCI). Servidor componente da UCCI não está lotado em cargo com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle, desatendendo ao disposto no artigo art. 5º da Resolução TCE-RS nº 936/2012 (peça 3748891, p. 20).

O Gestor informou que o servidor lotado no cargo de Técnico Agrícola não faz mais parte da composição da unidade de controle interno (p. 4, peça 3905666), sem acostar documentos comprobatórios.

Os órgãos opinativos manifestaram-se pela manutenção do apontamento.

Divergindo respeitosamente desse posicionamento, verifiquei que, junto às Contas Anuais de 2021, o Técnico Agrícola não mais figurava na UCCI (peça 4199569, p. 18[1]). E, segundo o documento, a nova composição da UCCI foi designada por meio da Portaria nº 3580, de 06 de julho de 2020.

Diante da adoção de medidas corretivas, tenho por sanada a ocorrência.

12.2.1 – Plano Nacional de Educação - Meta 1A. Apontou-se que 84,91% da população de 4 a 5 anos de idade frequentava a pré-escola no ano de 2020, em desatendimento à meta (100%) (peça 3748891, pp. 71-72).

O Gestor afirmou que, no ano de 2019, conseguiu atingir um percentual de 104,10% de matrículas na faixa etária de 4 a 5 anos. Argumentou que, em razão da pandemia do Covid-19, perdeu-se o vínculo com muitas famílias que deixaram de procurar os estabelecimentos de ensino por medo de contaminar-se.

No caso em tela, entendo necessário tecer algumas considerações acerca dos dados da população infantil.

A equipe de auditoria demonstrou haver 159 crianças de 4 a 5 anos no Município, sendo que, destas, 135 estavam matriculadas (84,91%). Ou seja, 24 crianças não estariam sendo atendidas. A base de dados utilizada para tanto foi o Censo/2010 do IBGE (atualizada para 2012, por meio de projeção intercensitária, pelo Datasus/Ministério da Saúde[2]), tanto é assim que, na tabela que embasou o apontamento, consta que a população de 4-5 anos do Município

[1] Processo nº 1373-0200/21-5.
[2] http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poprs.def

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

é estanque, na casa de 159 crianças ao longo dos últimos anos, o que merece ser ponderado.

Ocorre que essa fonte de dados (Datasus 2012, a partir do Censo IBGE/2010) trata-se da última publicação oficial a respeito. Desde então, o que se tem feito foram apenas estimativas para tentar calcular o número de crianças por faixa etária.

Uma das projeções populacionais que ganhou notoriedade foi elaborada pelo TCE-SC (ano base: 2019), cuja estimativa é inclusive utilizada pela plataforma TC Educa[3], disponibilizada pelo Instituto Rui Barbosa – IRB.

E, ao consultarmos o Município de Sertão Santana no TC Educa (utilizando-se a estimativa populacional mais atualizada, oriunda do TCE-SC – 2019), chega-se à população de apenas 117 crianças em 2020. Ou seja, há mais vagas (135) que crianças (117), com atendimento de 115,38% da população infantil.

Atendimento (%)				
2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
79,25	80,50	71,70	104,10	115,38

Como se vê, utilizando-se metodologia diversa daquela consignada no relatório de auditoria, o percentual de atendimento subiria de 84,91% para quase 115,38%.

Nesse contexto, considerando que os dados dos autos revelam haver considerável discrepância sobre a população infantil atual, entendo necessário haver a constituição de um levantamento de informações quanto à população residente, por faixa etária, pelos próprios Entes municipais, de modo a nortear a apuração dos indicadores e das metas de forma mais precisa e eficiente. A elaboração de uma base de dados nesses termos comunica-se integralmente com a estratégia da busca ativa, tão mencionada no Plano Nacional de Educação e imprescindível para que esses dados reflitam, de forma fidedigna, a atual situação do Município em relação ao atendimento das metas da educação infantil.

Nesse sentido, considerando o papel do controle externo no aprimoramento da gestão pública, por meio da indução e da orientação de práticas que podem contribuir para a melhoria dos resultados, julgo pertinente orientar o Administrador a formular seu próprio banco de dados acerca da

[3] https://tceduca.irbcontas.org.br/pne/#/public/inicio

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

população infantil, baseado em metodologia bem definida, transparente, e alinhada à busca ativa do Município, a fim de atualizar as informações.

Frente a tal contexto, sem embargo do afastamento do apontamento diante das informações constantes do TC Educa, voto para que o Administrador seja orientado a desenvolver uma base de dados atualizada acerca da população infantil no Município, nos termos antes expostos.

16.8.1 – Constatou-se a inexistência do Conselho Municipal de Política para as Mulheres, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de combate à violência contra a mulher, dispostas no artigo 226, § 8º, da Constituição Federal e no artigo 3º da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748891, p. 107).

O Gestor noticiou que Lei Municipal nº 1566, de 30-06-2021 (peça 3905665), supriu a lacuna apontada. Dessa forma, ainda que em exercício posterior, tenho que as providências corretivas devem ser consideradas por este Tribunal, razão pela qual tenho por sanada a inconformidade.

III – Irregularidade parcialmente elidida

14.1.1 – Das políticas municipais de meio ambiente. Restam desatendidos os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 140/2011, podendo implicar responsabilização do Gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos (peça 3748891, pp. 90 e 91).

De acordo com a Supervisão, a defesa não apresentou argumentos ou documentos que afastem os desatendimentos consignados pela equipe de auditoria, exceto quanto à inexistência de unidade de conservação no Município.

Nesse contexto, voto pela manutenção parcial do aponte, com elisão do registrado na letra "d", tendo por base a informação prestada pelo Gestor.

IV – Irregularidades não elididas

5.4.2 – Do parecer da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) sobre as contas do Prefeito. A UCCI não se pronunciou de forma conclusiva no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, carecendo, pois, de opinião quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas (peça 3748891, p. 21).

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

O Gestor noticiou que o pronunciamento conclusivo será incluso nos próximos pareceres.

A respeito, destaco o teor da Resolução TCE-RS nº 1.134/2020:

> Art. 2º. Para o exame das contas anuais dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos: (...)
>
> IV - anualmente, até o dia 30 (trinta) de março do exercício seguinte: (...)
>
> b) **relatório e parecer conclusivo** do responsável pela UCCI sobre as contas do ano anterior em que conste, no mínimo: o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual; a regularidade e tempestividade das conciliações bancárias, da guarda pela Unidade de Pessoal das declarações de bens e rendas dos agentes públicos, da realização do inventário de bens patrimoniais, seus resultados e providências; sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis; sobre o cumprimento das decisões deste Tribunal de Contas, prolatadas no exercício correspondente ao da prestação de contas, independentemente do ano do processo; e demais temas que julgue relevantes;

Todavia, a responsabilidade pelo Parecer e pelo pronunciamento de forma conclusiva é do Agente de Controle Interno, e não do Prefeito.

Nesse contexto, mantenho o apontamento apenas para fins de alerta ao Gestor para que determine à UCCI para que se pronuncie de forma conclusiva sobre as contas do Prefeito, nos termos da Resolução antes transcrita.

9.1.4 – Da pesquisa da Lei das Ouvidorias. Não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: canal para acesso à Ouvidoria, divulgação da Carta de Serviços ao Usuário e divulgação do último Relatório Anual de Gestão (peça 3748891, p. 58).

O Responsável esclareceu "que estão em tratativas as implantações das ouvidorias para saneamento da inconformidade" (p. 6, peça 3905666). Não acostou documentos.

Uma vez reconhecida a irregularidade, voto pela recomendação à Origem para saneamento da ocorrência, nos moldes estabelecidos pela Lei Federal nº 13.460/2017.

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

10.5.1 – Regime Próprio de Previdência Social. Da contabilização das provisões matemáticas. O valor atual do plano de amortização do déficit atuarial previsto em lei contabilizado no balancete de verificação (R$ 24.290.967,54) não está em conformidade com o informado no DRAA de 2021 (R$ 46.831.926,96), contrariando o disposto no § 4º do art. 3º da Portaria MF nº 464/2018 (peça 3748891, pp. 63 e 64).

O Gestor fez referência ao parecer emitido pela empresa de consultoria atuarial que prestou serviços ao Município (peça 3905684).

Primeiramente, não assiste razão à defesa quando informa que o campo "Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei" deve ser preenchido com o valor total dos pagamentos futuros do plano de amortização, com a inclusão de juros. Tal campo deve ser preenchido com o valor atual (ou valor presente) do fluxo de pagamentos da alíquota suplementar vigente em lei, descontado da taxa de juros atuarial, para que se tenha a informação posicionada em 31-12-2020.

Assim, verifica-se que o equívoco se deu no preenchimento do DRAA, uma vez que o valor apresentado no campo "Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei" é a soma dos valores nominais do fluxo futuro, sem trazer esse fluxo futuro a valor presente, resultando em registro incorreto. Para que ocorra o registro correto, é necessário descapitalizar os pagamentos com aplicação do fator de desconto financeiro, considerando a taxa de juros adotada na avaliação atuarial.

Quanto à alegação de que o valor do DRAA a ser confrontado com a contabilidade é aquele registrado no campo "Déficit Atuarial a Amortizar", cabe esclarecer que o mesmo poderá ter o mesmo valor do campo "Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei" quando o plano de amortização vigente em lei for exatamente suficiente para amortizar o déficit atuarial calculado na avaliação atuarial. Mas, para que seja possível essa comparação, os campos devem ser preenchidos de forma correta, conforme explanado acima.

Dessa forma, considerando que houve equívoco no preenchimento do DRAA, entendo caracterizada a inconformidade, cabendo recomendação para saneamento da situação.

10.6.1 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social em fundos que não possuem administrador ou gestor que atenda aos critérios do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 (peça 3748891, pp. 64 a 67).

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

Novamente reconhecida a irregularidade pela defesa, cabível recomendação para correção do apontado.

V – Além das incidências antes destacadas, verifico que também foram apontadas as seguintes inconformidades, assim descritas pela SAICM, as quais reputo caracterizadas. No particular, reporto-me, como razões de decidir, à análise promovida pela Unidade Técnica (peça 4021741):

4.1.1 – Da declaração de bens e rendas. A declaração prestada pelo Prefeito Municipal de Sertão Santana não confirma que as declarações estão em dia, mas apenas que os agentes públicos estão sendo notificados para que as entreguem, e que as declarações recebidas estão adequadamente arquivadas. Também consta no Relatório da Unidade Central de Controle Interno que apenas alguns servidores entregaram suas declarações de bens e rendas. Conclui-se que não estão sendo cumpridos pelos agentes públicos do Executivo Municipal de Sertão Santana o disposto nas Leis nºs 8.730/1993 e 8.429/1992 e na Resolução TCE-RS n. 1.099/2018 (peça 3748891, pp. 14 a 16).

5.3.2 – Da destinação de recursos financeiros para o funcionamento da Unidade Central de Controle Interno (UCCI). A Lei Orçamentária Anual não contém previsão de recursos específicos destinados ao sistema de controle interno (peça 3748891, p. 20).

6.5.4 – Da abertura de créditos adicionais com recursos do excesso de arrecadação. Conforme demonstrado no quadro 39, ocorreu o desatendimento ao disposto no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964 (peça 3748891, p. 35).

12.5.6 – Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça 3748891, pp. 88 e 89)

14.2.1 – Do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O Executivo Municipal informou que o plano de gestão integrada de resíduos sólidos encontra-se em fase de elaboração, tendo sido concluído por empresa contratada, porém, ainda não enviado à Câmara Municipal de Vereadores. Assim, até que seja concluído e aprovado, a execução das ações e a contratação dos serviços relativos ao gerenciamento de RSU caracterizam irregularidade em

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

relação aos requisitos constantes no artigo 11 da Lei Federal nº 11.445/2007 (peça 3748891, pp. 92 a 94).

14.2.5 – Da coleta seletiva e participação comunitária. O Executivo Municipal informou que não há coleta seletiva no Município, descumprindo o que determinam os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que diz respeito à implantação da coleta seletiva e ao incentivo à criação e ao desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores (peça 3748891, pp. 95 e 96)

14.2.7 – Da gestão de resíduos da construção civil. Não atendimento aos requisitos da Resolução CONAMA nº 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (peça 3748891, p. 96).

15.1.1 – Do órgão responsável pelas políticas para mulheres na estrutura administrativa municipal. Constatou-se a inexistência, na estrutura administrativa municipal, de unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres, para garantia do cumprimento do estatuído no art. 226, § 8º, da Constituição Federal e nos artigos 3º, §1º, 8º, 9º, 35 e 36 da Lei Federal nº 11.340/2006 (peça 3748891, p. 99).

16.3.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Saúde. A administração municipal não forneceu os documentos e as informações requisitadas pela equipe de auditoria, por meio dos Ofícios DCF nº 06/2021 e 10/2021, impossibilitando a análise deste tema. A falha no envio de documentos caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao art. 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao art. 33, § 1º, da Lei Estadual nº 11.424/00 - Lei Orgânica do TCE (peça 3748891, p. 101).

16.4.2 – Da composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Constatou-se que o conselho não esteve em atividade no exercício de 2020, em descumprimento ao regramento legal municipal e ao princípio da participação popular, bem como ao disposto no artigo 20 da Resolução CONAMA nº 237/1997 e no artigo 15, inciso II, da Lei Complementar nº 140/2011 (peça 3748891, p. 102).

16.4.3 – Da infraestrutura e dos recursos disponíveis para o Conselho Municipal do Meio Ambiente. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades; não há veículo à disposição dos conselheiros para locomoção no desempenho de suas atividades; o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades; o orçamento do ente municipal não contém dotação específica destinada ao conselho, nem foram

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

efetuadas despesas com a manutenção e o funcionamento do conselho no exercício de 2020 (peça 3748891, pp. 102 e 103).

16.5.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Constatou-se a inexistência de Conselho Municipal de Saneamento Básico regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto nos artigos 2º, inciso X, 3º, inciso IV, 9º, inciso V, e 47 da Lei Federal nº 11.445/2007 e no artigo 34, § 6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010, que veda ao Município acesso aos recursos federais destinados a serviços de saneamento básico (peça 3748891, p. 103).

16.6.2 – Da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Constatou-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020, com um número menor de conselheiros atuantes e com a ausência de representação de alguns órgãos, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal nº 1.348/2015 (peça 3748891, p. 104).

16.6.3 - Da infraestrutura e dos recursos disponíveis para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades; não há veículo à disposição dos conselheiros para locomoção no desempenho de suas atividades; o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades; embora o orçamento do ente municipal contenha dotação específica destinada ao conselho, nenhum valor foi empenhado no exercício de 2020 (peça 3748891, pp. 104 e 105).

16.7.2 – Da composição do Conselho Municipal de Assistência Social. Constatou-se que o conselho esteve em atividade no exercício de 2020, com um número menor de conselheiros atuantes, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº 989/2007, com alterações produzidas pela Lei nº 1.113/2009 (peça 3748891, pp. 105 e 106).

16.7.3 – Da infraestrutura e recursos disponíveis para o Conselho Municipal de Assistência Social. A equipe de auditoria apontou que: não há equipamentos básicos à disposição do conselho para o desempenho de suas atividades e o conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades (peça 3748891, pp. 106 e 107).

16.9.1 – Da instituição do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Constatou-se a inexistência do referido conselho, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de promoção da igualdade e de combate ao preconceito e ao racismo, dispostas nos artigos 3º, inciso IV, 4º,

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

inciso VIII, e 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, o que coloca o Município em segundo plano na distribuição de recursos federais para a área, de acordo com o artigo 50, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.288/2010 e o artigo 24 do Decreto Federal nº 8.136/2013 (peça 3748891, p. 108).

VI – Conclusão

A análise das falhas arroladas nos autos e consideradas não elididas indica que as mesmas, no seu conjunto, não comprometem a Gestão do Administrador no exercício em apreço.

In casu, embora seja considerável o número de falhas, tendo em vista a materialidade envolvida nas ocorrências e a extensão de seus efeitos, considero que as mesmas não são suficientes para comprometer as contas do Agente, diante do seu conteúdo e amplitude (art. 3º da Resolução TCE-RS nº 1.142/2021).

Nesse quadro, ainda que o contexto descrito nos autos revele a ocorrência de infrações a dispositivos legais e constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, concluo que as ocorrências narradas ensejam a emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas do senhor Írio Miguel Stein, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, bem assim a aplicação de multa ao Responsável, haja vista a violação a normas de administração financeira e orçamentária.

Quanto ao Vice-Prefeito, deixo de lhe atribuir responsabilidade pelos fatos narrados nos autos, uma vez que, em relação ao mesmo, não foram realizados quaisquer apontamentos.

VII – Em face do exposto, voto por:

a) emitir parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas Anuais do senhor Írio Miguel Stein, Administrador do Município de Sertão Santana no exercício de 2020, forte no artigo 2º da Resolução TCE-RS nº 1.142/2021;

b) emitir parecer favorável à aprovação das Contas Anuais do senhor Marcos Aurelio Kologeski Souza, Administrador do Município de Sertão Santana no exercício de 2020;

c) impor multa no valor de R$ 300,00 ao senhor Írio Miguel Stein, nos termos dos artigos 33, inciso VII, e 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 135 do Regimento Interno deste Tribunal, por afronta a normas constitucionais e legais reguladoras da gestão administrativa;

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

d) recomendar ao atual Gestor que adote providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas nestes autos, especialmente as de nºs 5.4.2, 9.1.4, 10.5.1 e 10.6.1;

e) orientar o atual Administrador a desenvolver uma base de dados atualizada acerca da população infantil no Município, nos termos expostos no apontamento 12.2.1;

f) dar ciência do inteiro teor deste relatório e voto e da decisão que vier a ser prolatada ao Sistema de Controle Interno do Município; e

g) remeter a matéria à Câmara de Vereadores do Município de Sertão Santana para os fins do julgamento estatuído no § 2º do artigo 31 da Constituição da República, uma vez observados os consectários legais e regimentais e após o trânsito em julgado da decisão.

É o meu voto.

Gabinete, em 05 de julho de 2022.

Heloisa Tripoli Goulart Piccinini,
Conselheira-Substituta, Relatora

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 06/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.85EF.4BB4.1166.3AEB.9E5D.

Relatora: Conselheira-Substituta Heloisa Piccinini, em substituição ao Conselheiro Cezar Miola
Processo n. 002100-02.00/20-7 –
Decisão n. 1C-0328/2022

– Contas Anuais dos Administradores do **Executivo Municipal de Sertão Santana** no exercício de **2020**.

A Secretária da Primeira Câmara certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, a Conselheira-Relatora prolatou seu voto, constante nos autos.

A seguir, colocada a matéria em discussão e colhidos, individualmente, os votos dos demais Conselheiros, em conformidade com os artigos 1º, § 1º, da Resolução n. 1124/2020, e 2º da Instrução Normativa n. 7/2020, as quais disciplinam as sessões telepresenciais, o voto da Relatora foi acolhido em sala virtual.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto da Conselheira-Relatora, por seus jurídicos fundamentos, decide:

a) ***emitir Parecer*** *sob o n.* ***21.506****,* ***Favorável com ressalvas*** *à aprovação das Contas Anuais do Senhor* ***Írio Miguel Stein*** *(p.p. Advogado Décio Itiberê Gomes de Oliveira, OAB/RS n. 12.725),* ***Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana*** *no exercício de* ***2020****, forte no artigo 2º da Resolução n. 1.142/2021 deste Tribunal;*

b) ***emitir Parecer*** *sob o n.* ***21.506****,* ***Favorável*** *à aprovação das Contas Anuais do Senhor* ***Marcos Aurelio Kologeski Souza****,* ***Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana*** *no exercício de* **2020***;*

c) ***impor multa*** *no valor de R$ 300,00 ao Senhor* ***Írio Miguel Stein****, nos termos dos artigos 33, inciso VII, e 67 da Lei Estadual n. 11.424/2000 e 135 do Regimento Interno deste Tribunal, por afronta a normas constitucionais e legais reguladoras da gestão administrativa;*

d) ***recomendar ao atual Gestor*** *que adote providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas nestes autos, especialmente as de n. 5.4.2, 9.1.4, 10.5.1 e 10.6.1;*

Assinado digitalmente por: Andréa Fátima do Nascimento em 15/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F031.E089.93E3.63B7.B0A9.

*e) **orientar o atual Administrador** a desenvolver uma base de dados atualizada acerca da população infantil no Município, nos termos expostos no apontamento 12.2.1;*

*f) **dar ciência** do inteiro teor do relatório e voto da Conselheira-Relatora e da presente decisão ao Sistema de Controle Interno do Município;*

g) remeter a matéria à Câmara de Vereadores do Município de Sertão Santana para os fins do julgamento estatuído no § 2º do artigo 31 da Constituição da República, uma vez observados os consectários legais e regimentais e após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento do processo o Conselheiro Estilac Xavier (Presidente) e as Conselheiras-Substitutas Heloisa Piccinini (Relatora) e Letícia Ramos.

Sala Virtual, em 05-07-2022.

Andréa Fátima do Nascimento,
Secretária da Primeira Câmara.

Assinado digitalmente por: Andréa Fátima do Nascimento em 15/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F031.E089.93E3.63B7.B0A9.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER N. 21.506

Processo n. 002100-02.00/20-7

Processo de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, referente ao exercício de **2020**. Senhor **Írio Miguel Stein** – **Parecer Favorável com ressalvas**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação e orientação. Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza** – **Parecer Favorável**. Inexistência de falhas.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 05 de julho de 2022, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1° e 2° do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **002100-02.00/20-7**, de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, Senhores **Írio Miguel Stein** e **Marcos Aurelio Kologeski Souza**, referente ao exercício de **2020**;

– Quanto ao Administrador, Senhor **Írio Miguel Stein:**

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação e orientação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, correspondentes ao exercício de **2020**, gestão do Senhor **Írio Miguel Stein** forte no artigo 2º da Resolução n. 1.142/2021 deste Tribunal, **recomendando ao atual Gestor** que adote providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 18/07/22, Ângelo Gräbin Borghetti em 22/07/22, Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 25/07/22 e Leticia Ayres Ramos em 01/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2734.6AAA.8987.80D6.5511.

nos autos, especialmente as de n. 5.4.2, 9.1.4, 10.5.1 e 10.6.1, e **orientando o atual Administrador** a desenvolver uma base de dados atualizada acerca da população infantil no Município, nos termos expostos no apontamento 12.2.1;

– Quanto ao Administrador, Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza:**

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, demonstrarem a inexistência de falhas;

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, correspondentes ao exercício de **2020**, gestão do Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza**;

– **Encaminhar** o presente parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Sala Virtual,
05 de julho de 2022.

Presidente

CONSELHEIRO ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

Relatora

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA HELOISA TIPOLI GOULART PICCININI

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA LETÍCIA AYRES RAMOS

Estive presente:

ADJUNTO DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, DOUTOR ÂNGELO GRÄBIN BORGHETTI

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 18/07/22, Ângelo Gräbin Borghetti em 22/07/22, Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 25/07/22 e Leticia Ayres Ramos em 01/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2734.6AAA.8987.80D6.5511.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado:

Processo: 002100-0200/20-7
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Cezar Miola
Magistrado: Heloisa Tripoli Goulart Piccinini
Data decisão: 05/07/2022
Decisão: 1C-0328/2022

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 10/08/2022, no Boletim nº 945/2022, considera-se publicado na data de 11/08/2022.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2022.

CLARICE FAGUNDES PORCIUNCULA
Oficial de Controle Externo

Assinado digitalmente por: Clarice Fagundes Porciuncula em 10/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2EFA.4E66.FE5F.6DF6.222B.

Décio Itiberê
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CEZAR MIOLA, CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Processo nº 002100-0200/20-7– Contas Anuais 2020

URGENTE

PEDIDO DE RETIRADA DE PAUTA

SESSÃO DO DIA 05/07/2022 – 14 HORAS

ÍRIO MIGUEL STEIN, Prefeito Municipal de Sertão Santana, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe – Contas Anuais – exercício de 2020 – vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seu procurador signatário, dizer e requerer conforme segue.

Compulsando os autos observa-se que o processo foi pautado para julgamento na 22ª Sessão da Primeira Câmara do Tribunal de Contas, que se realizará no dia 05 de julho de 2022, às 14 horas.

Considerando que o Ministério Público de Contas, no Parecer MPC 4917/2022, se manifestou pela responsabilização do Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito) com a imposição de

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 04/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9DA9.ED19.BC9A.82CB.4D92.

Décio Itiberê
Advogados Associados

multa por infringência de normas de administração financeira e orçamentária e parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas anuais no exercício de 2020, com fundamento no artigo 75, II, do RITCE e no artigo 2º da Resolução nº 1.142/2021.

Considerando a impossibilidade de o gestor e de seu procurador constituído nos autos de comparecerem na sessão de julgamento designada, a qual consiste na sua segunda e última oportunidade de defesa nesta instância processual.

Considerando imprescindível a necessidade de análise do feito e apresentação de memoriais no caso em tela, visto que a última oportunidade de defesa do gestor é a apresentação de memoriais e a realização de sustentação oral, momento em que poderá contrapor os argumentos suscitados nos autos, postula-se pela retirada do processo da pauta de julgamento, em privilégio aos princípios do contraditório e da ampla defesa e da verdade real.

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 04 de julho de 2022.

Décio Itiberê Gomes de Oliveira
OAB/RS 12.725

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 04/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9DA9.ED19.BC9A.82CB.4D92.

Documento nº	8489-0299/22-7
Processo nº	2100-0200/20-7
Matéria:	CONTAS ANUAIS
Poder:	EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA

Vistos em Gabinete,

I – Trata-se de pedido de retirada da pauta do julgamento do Processo nº 2100-0200/20-7, referentes às Contas Anuais do Executivo Municipal de Sertão Santana, exercício de 2020.

O Requerente narrou que Ministério Público de Contas manifestou-se pela responsabilização do Requerente com a imposição de multa por infringência de normas de administração financeira e orçamentária e parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas anuais no exercício de 2020. Argumentou que o Gestor e seu Procurador estão impossibilitados de comparecer na sessão de julgamento designada e que é "imprescindível a necessidade de análise do feito e apresentação de memoriais no caso em tela, visto que a última oportunidade de defesa do gestor é a apresentação de memoriais e a realização de sustentação oral, momento em que poderá contrapor os argumentos suscitados nos autos".

II – De pronto, observo que a matéria versada nos autos em referência não impede o prosseguimento do respectivo julgamento, não havendo que se falar em situação extraordinária ou excepcional.

Quanto à aventada impossibilidade de comparecimento na sessão, observo que esta não restou comprovada nos autos. A propósito, é importante lembrar que a retirada de processo de pauta de forma imotivada pode implicar violação ao princípio do juiz natural.

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 05/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5EAE.F7D0.B207.D67A.5D3C.

Também é de se registrar que a ausência do Administrador e de seu Advogado na sessão não impede a apresentação de memoriais, o que, do que se depreende da narrativa do requerimento, inocorreu no caso em apreço.

III – Em face do exposto, indefiro a retirada de pauta postulada.

Intime-se.

Após, junte-se aos autos cópia do presente Documento.

Ao SEPROC para adoção das providências de estilo.

Porto Alegre, 04 de julho de 2022.

Assinado digitalmente pela Relatora.

Assinado digitalmente por: Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 05/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5EAE.F7D0.B207.D67A.5D3C.

De: Servico de Controle Processual e Operacional
Enviado: terça-feira, 5 de julho de 2022 12:08
Para: escritorio@decioitibere.com.br; decio@decioitibere.com.br
Assunto: PROC 2100-0200/20-7 (PM SERTÃO SANTANA) CIENTIFICAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RETIRADA DE PAUTA

Senhor(a) Procurador,

Considerando o decidido pela Exma. Sra. Conselheira Substituta Heloisa Tripoli Goulart Piccinini em 05-07-2022, no e-DOC. 8489-0299/20-7, enviado por V. Sa. a este Tribunal em 04-07-2022, solicitando retirada de Pauta do Processo de Contas Anuais da PM de Sertão Santana (2100-02/20-7), comunica-se a vossa cientificação quanto ao Despacho proferido, o qual está em anexo a este e-mail.

Necessitamos do envio de vosso "recebido".
Por favor, retornar este e-mail com confirmação de recebimento.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388
Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869
Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00
Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: Jorge Atílio Pereira em 05/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E42A.78EB.D445.176A.9723.

De: escritorio@decioitibere.com.br <escritorio@decioitibere.com.br>
Enviado: terça-feira, 5 de julho de 2022 13:48
Para: Servico de Controle Processual e Operacional
Assunto: RE: PROC 2100-0200/20-7 (PM SERTÃO SANTANA) CIENTIFICAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RETIRADA DE PAUTA

Recebido!

Att:
Aline Fischer, secretária
DÉCIO ITIBERÊ ADVOGADOS ASSOCIADOS
Av. Getúlio Vargas, 774, conj. 301 - Porto Alegre - RS
Tel: (51) 3028-1525
E-mail: escritorio@decioitibere.com.br
Site: www.decioitibere.com.br

De: "Servico de Controle Processual e Operacional" <seproc@tce.rs.gov.br>
Enviada: 2022/07/05 12:08:16
Para: escritorio@decioitibere.com.br, decio@decioitibere.com.br
Assunto: PROC 2100-0200/20-7 (PM SERTÃO SANTANA) CIENTIFICAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RETIRADA DE PAUTA

Senhor(a) Procurador,

Considerando o decidido pela Exma. Sra. Conselheira Substituta Heloisa Tripoli Goulart Piccinini em 05-07-2022, no e-DOC. 8489-0299/20-7, enviado por V. Sa. a este Tribunal em 04-07-2022, solicitando retirada de Pauta do Processo de Contas Anuais da PM de Sertão Santana (2100-02/20-7), comunica-se a vossa cientificação quanto ao Despacho proferido, o qual está em anexo a este e-mail.

Necessitamos do envio de vosso "recebido".
Por favor, retornar este e-mail com confirmação de recebimento.

Assinado digitalmente por: Jorge Atílio Pereira em 05/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.ADF8.09DB.7C96.5F39.91A0.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388
Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869
Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00
Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: Jorge Atílio Pereira em 05/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.ADF8.09DB.7C96.5F39.91A0.

Relator: Conselheiro Renato Azeredo –
Processo n. 029229-02.00/22-3 –
Decisão n. TP-0077/2023

– Recurso de Embargos interposto em face da decisão proferida no Processo n. 002100-02.00/20-7 – Contas Anuais dos Administradores do **Executivo Municipal de Sertão Santana** no exercício de **2020**. Recorrente: **Írio Miguel Stein**.

A Secretária do Tribunal Pleno certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, o **Conselheiro-Relator, Renato Azeredo**, prolatou seu voto, constante nos autos, tecendo, ao fim, as considerações que seguem: "E aqui ainda me recordo dos ensinamentos de José Maria Tesheiner, Desembargador do Tribunal de Justiça deste Estado, enquanto professor, que fazia referência, quando era Juiz, tinha muita resistência à aplicação das decisões do Supremo Tribunal Federal, mas quem julga por último – dizia ele depois e aprendeu com Desembargadores mais experientes –, ao fim e ao cabo, certo ou errado, o que vai prevalecer é a última decisão do Supremo Tribunal Federal. É como voto no presente processo, Senhor Presidente."

A seguir, ocorreram as seguintes manifestações:

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Obrigado, Conselheiro Renato Azeredo. Coloco em discussão o referido processo. Ninguém desejando discuti-lo, eu colho os votos. Como vota o Conselheiro Marco Peixoto?".

Conselheiro Marco Peixoto: "Eu acompanho o voto do Conselheiro, pelo afastamento da multa, mas sob o argumento da não aplicação de multa em processos de Contas Anuais. Esta é a minha divergência."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Então, abre divergência com relação à multa, é isto? Afasta por outros fundamentos."

Conselheiro Marco Peixoto: "Isto."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Então, está bem. Então, acompanha o voto do Senhor Relator, mas por outros fundamentos."

Conselheiro Marco Peixoto: "Não por aquela fundamentação."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Tudo bem. Como vota o Conselheiro Iradir Pietroski?".

Conselheiro Iradir Pietroski: "Também aqui acompanho, como o próprio Conselheiro Marco Peixoto, porém também aqui é por outro fundamento, qual seja, o disposto nas decisões proferidas no Recurso Extraordinário n. 729744, de Minas Gerais, e nos AR n. 1.203926, do Rio Grande do Sul, e o n. 1.31209, de São Paulo, todos do Supremo Tribunal Federal. Também, no processo daqui do nosso

Este documento não contém assinaturas digitais

Tribunal, o n. 1495-02.00/18-2. Acompanho no mérito, mas, por estes fundamentos, sou contrário."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Ok. Então, acompanha o mérito?".

Conselheiro Iradir Pietroski: "Com estes fundamentos."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Acompanha o voto, com estes fundamentos. Ok. Como vota o Conselheiro Estilac Xavier?".

Conselheiro Estilac Xavier: "Senhor Presidente, eu acompanho o voto do Conselheiro-Relator, Conselheiro Renato Azeredo, mas os meus fundamentos são outros, não são nem os do Conselheiro Marco nem os do Conselheiro Iradir. Na verdade, o Presidente sabe, eu estou aguardando o debate, que eu acho que se insere na manifestação, que eu considerei excelente, do Conselheiro Roberto Loureiro, agora em vista do Conselheiro Renato, que vai trazer – acho que – mais luz para uma decisão. Mas, no meu caso aqui, é porque há aquele debate, que eu acho que está tudo meio junto e misturado, sobre a aplicação ou a extensabilidade da Súmula n. 23, que era dado um tratamento de não se multar em processos de Contas de Governo, mas lá havia Contas de Gestão. Aqui, não estou dizendo que existe uma substituição de processos de Contas Anuais por processos de Contas de Gestão e vice-versa, mas eu acho que, nesta dúvida, neste debate, que ainda está ocorrendo, e aguardando uma decisão, eu não multo, mas por estes fundamentos."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Como vota o Conselheiro Edson Brum?".

Conselheiro Edson Brum: "Eu voto, na íntegra, com o Conselheiro Renato."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Ok. Como vota a Conselheira Daniela Zago?".

Conselheira-Substituta Daniela Zago: "Eu acompanho, em parte, o Conselheiro Renato Azeredo, acompanho as divergências quanto à fundamentação, no que pertine à fundamentação constante do voto do Conselheiro Renato pela impossibilidade de multa e, inclusive, Excelências, a minha divergência, com a vênia do Relator, vai além, no sentido de ser na linha do Parecer do Ministério Público, ou seja, pelo não provimento do presente Recurso. Pelos fundamentos todos, sem maiores delongas, aqui já apresentados pelo Conselheiro Roberto Loureiro, e, aqui apenas finalizo, concordando com o Conselheiro Renato Azeredo, fui também aluna do referido professor, que, de fato, quem dá a última palavra é o Supremo Tribunal Federal, mas o Pleno do Supremo Tribunal Federal, não decisões monocráticas, e, mesmo quando o Pleno do Supremo Tribunal Federal se manifesta, sempre é necessário, quando se vai analisar precedentes, o necessário *distinguish*. Então, feitas estas ressalvas, acompanho em parte o voto do Conselheiro-Relator, mas pelo improvimento."

Conselheiro-Presidente, Alexandre Postal: "Ok. Então, aberta a divergência, lançada pela Conselheira Daniela. Então, no Processo n. 29229/22-3, um Recurso de Embargos, do Executivo Municipal de Sertão Santana, é aprovado o voto

Este documento não contém assinaturas digitais

do Senhor Relator, com fundamentos diversos, mas à unanimidade, com a exceção que é vencida a Conselheira Daniela Zago, que divergiu."

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

> *O Tribunal Pleno, **por unanimidade**, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, **conhece** deste Recurso de Embargos, interposto pelo Senhor **Írio Miguel Stein** (p.p. Advogado Décio Itiberê Gomes de Oliveira, OAB/RS n. 12.725), **Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana** no exercício de **2020**, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade; e, no **mérito**, **por maioria**, igualmente recepcionando o voto do Conselheiro Renato Azeredo, Relator, que foi acompanhado pelos Conselheiros Marco Peixoto, Iradir Pietroski, Estilac Xavier e Edson Brum, decide por seu **provimento**, para afastar a pena de multa.*

Restou vencida, quanto ao mérito, a Conselheira-Substituta Daniela Zago, que votou pelo não provimento do Recurso.

Consigna-se que os Conselheiros Marco Peixoto, Iradir Pietroski e Estilac Xavier, ao acompanharem o voto do Conselheiro-Relator, Renato Azeredo, registraram fundamentação diversa, consoante registros efetivados nos autos.

Participaram do julgamento os Conselheiros Renato Azeredo (Relator), Marco Peixoto, Iradir Pietroski, Estilac Xavier e Edson Brum e a Conselheira-Substituta Daniela Zago.

Plenário Gaspar Silveira Martins e Sala Virtual, em 29-03-2023.

Débora Pinto da Silva,
Secretária do Tribunal Pleno.

Este documento não contém assinaturas digitais

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Fl.	Rubrica

Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 002100-0200/20-7

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 18/05/2023
Processo: 002100-0200/20-7
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais
Exercício: 2020
Recursos: 029229-0200/22-3

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 22 de Maio de 2023.

Andrea Ruthner Stolfo
Oficial de Controle Externo

Assinado digitalmente por: Andrea Ruthner Stolfo em 22/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FC9A.C3AE.A1C3.0D2D.FE7A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 002100-0200/20-7 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
- Relator: Cezar Miola
- Peça(s):
  - nº 4488047 - Decisão
    - Conclusões
      - Advertência/Alerta/Cientificação/Recom/Determinação
      - Multa
      - Parecer Favorável
      - Parecer Favorável com Ressalvas
- Data de envio da comunicação: 22/05/2023
- Motivo: Notificado - Para conhecimento
  - Destinatário: **Írio Miguel Stein** - Responsável (e-com nº 76840/264931)
    - pp.Bel. Décio Itiberê Gomes de Oliveira - OAB: 12725/ RS

Porto Alegre, 22 de Maio de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0258C4F

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 22/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.14EE.C365.5A90.47B0.451D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Supervisão de Serviços Processuais
Setor de Arquivo

Procedência: SEADE – SECALC

Destinatário: SEADE – SEARQ

Processo/Expediente nº 002100-0200/20-7

Contas Anuais **Exercício: 2020**

Prefeitura Municipal de Sertão Santana

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

A decisão da Primeira Câmara, em Sessão de 05/07/2022, transitou em julgado em 18/05/2023 e todas as alíneas foram cumpridas (peça 4488047).

Emitido Parecer, sob o nº 21.506 Favorável com ressalvas à aprovação das Contas do Senhor Írio Miguel Stein e Parecer Favorável à aprovação das Contas do Senhor Marcos Aurelio Kologeski Souza, Administradores do Executivo Municipal de Sertão Santana, no exercício de 2020 (peça 4491836).

O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento.

Conforme previsto no artigo 72 do Regimento Interno do TCE-RS, "*a Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal*".

ORIENTAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de **senha pessoal**, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia **Para o Fiscalizado** → Consulta Processual e Geração de Guias.

O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), na guia **Para o Fiscalizado** > Processo Eletrônico > Acesso ao Sistema, com criação de um **e-protocolo avulso** do tipo **"Julgamento das Contas pelo Legislativo".**

Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

SEADE – SECALC, em 26 de maio de 2023.

Joice Alexandra Cardoso de Farias,
Oficial de Controle Externo

Cleber José Nascimento
Coordenador SEADE

AD-95.2.1

Assinado digitalmente por: Joice Alexandra Cardoso de Farias em 26/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C0DC.465C.2D59.3B6B.910C.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 002100-0200/20-7 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
- Relator: Cezar Miola
- Peça(s):
  - nº 5175070 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 30/05/2023
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
  - Destinatário: **Ari Budelon Barbosa** - CM DE SERTAO SANTANA - Responsável (e-com nº 77780/267952)
  - Destinatário: **Vinicius Frazzon Boer** - CM DE SERTAO SANTANA - Controle Interno - Responsável (e-com nº 77780/267953)

Observações:
Orientações ao atual Presidente do Poder Legislativo. Assunto: Julgamento das Contas do Prefeito Municipal A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado ¿ Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), na guia Para o Fiscalizado > Processo Eletrônico >Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo “Julgamento das Contas pelo Legislativo”. Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como, há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: “A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal.” Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação “Decreto” deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Porto Alegre, 30 de Maio de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 30/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1143.89B1.3AA3.A5B7.7346.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 002100-0200/20-7
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Destinatário: Írio Miguel Stein
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Para conhecimento
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 76840/264931, enviada a Írio Miguel Stein, em 22/05/2023, foi automaticamente consumada em:

01/06/2023 23:59:59

Porto Alegre, 02 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 02/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7DD8.DB0E.CC15.13CA.F32F.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 002100-0200/20-7
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Destinatário: Vinicius Frazzon Boer
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 77780/267953, enviada a Vinicius Frazzon Boer, em 30/05/2023, foi automaticamente consumada em:

09/06/2023 23:59:59

Porto Alegre, 12 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 12/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8329.40A8.D19F.6094.3EEE.

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 002100-0200/20-7
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Destinatário: Ari Budelon Barbosa
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 77780/267952, enviada a Ari Budelon Barbosa, em 30/05/2023, foi automaticamente consumada em:

09/06/2023 23:59:59

Porto Alegre, 12 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 12/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DC40.63F2.6563.4086.90C8.